

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

Edi de Freitas Cardoso Júnior

**“O BRASIL QUE HÁ DE SER!”**  
**Darcy Ribeiro e cultura política trabalhista no governo João Goulart**

Belo Horizonte  
2021

Edi de Freitas Cardoso Júnior

**“O BRASIL QUE HÁ DE SER!”  
Darcy Ribeiro e cultura política trabalhista no governo João Goulart**

**Versão final**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História, Tradição e Modernidade: Política, Cultura e Trabalho

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte  
2021

981.062  
C268b  
2021

Cardoso Júnior, Edi de Freitas.

“O Brasil que há de ser!” [manuscrito] : Darcy Ribeiro e cultura política trabalhista no governo João Goulart / Edi de Freitas Cardoso Júnior. - 2021.

353 f.

Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2.Ribeiro, Darcy, 1922-1997.  
3.Goulart, João, 1918-1976. 4.Cultura política - Teses.  
5.Trabalhismo - Teses. 6. Brasil – História – 1961-1964-  
Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal  
de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



### FOLHA DE APROVAÇÃO

""O Brasil Que Há de Ser!"" Darcy Ribeiro e Cultura Política Trabalhista No Governo João Goulart"

Edi de Freitas Cardoso Júnior

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador  
UFMG

Profa. Dra. Michelle Reis de Macedo  
Universidade Federal de Alagoas

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta  
UFMG

Prof. Dra. Angela Maria de Castro Gomes  
UNIRIO

Prof. Dr. Laurindo Mekie Pereira  
UNIMONTES

Belo Horizonte, 12 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Laurindo Mekie Pereira, Usuário Externo**, em 13/04/2021, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta, Professora do Magistério Superior**, em 13/04/2021, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 14/04/2021, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Maria de Castro Gomes, Usuário Externo**, em 15/04/2021, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Reis de Macedo, Usuário Externo**, em 12/05/2021, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0598498** e o código CRC **CE35BDAE**.

Para meus pais, Edi e Maria Eufemia, com amor,  
admiração, respeito e gratidão absolutos.

## **Agradecimentos**

O processo de construção do conhecimento é, por natureza, desafiante e complexo. Contudo, quem se dedica às tarefas do saber, de múltiplas maneiras, tem se defrontado com adaptações, esforços e angústias adicionais. Ao mesmo tempo em que recentes reviravoltas políticas cobram-nos seu saldo negativo, social e individualmente, a pandemia causada pelo novo coronavírus desestrutura a normalidade de nossas vidas, coalhando nossos horizontes de incertezas. Esse pano de fundo, que comporta o desenrolar de uma das maiores tragédias de nosso tempo, acentua a importância das inúmeras e variadas contribuições que recebi durante a elaboração desta tese.

Destaco minha gratidão ao professor Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG). Importante exemplo profissional para mim, desde que fora meu professor no mestrado, tê-lo como orientador no doutorado foi uma imensa satisfação. Competente, amigo e gentil, suas argutas ideias e sugestões, ora extraídas de sua relevante produção acadêmica, ora de suas inspiradoras aulas e/ou profícuas orientações, constituem o referencial precípua deste trabalho, cujas limitações, não obstante, são exclusivamente de minha responsabilidade. Os ensinamentos do professor Rodrigo continuarão a referenciar minha trajetória acadêmica.

À professora Miriam Hermeto de Sá Motta (UFMG) e ao professor Laurindo Mékie Pereira (UNIMONTES), sou imensamente grato pelas criteriosas leituras, sugestões, comentários e observações perspicazes, tanto no exame de qualificação quanto na banca de defesa deste trabalho. Mékie tornara-se referência profissional para mim ainda na graduação, quando fui seu aluno. Por sorte, tenho me beneficiado de suas contribuições continuamente. À professora Michelle Reis de Macedo (UFAL), agradeço o diálogo em simpósios temáticos da Anpuh, nos quais apresentei minhas análises preliminares sobre a trajetória política de Darcy Ribeiro. Avaliando a presente tese, ela agrega novas contribuições às reflexões que aqui buscamos desenvolver sobre o trabalhismo. Por fim, honra-nos em demasia a participação da professora Angela de Castro Gomes (UFF). Seus estudos sobre o trabalhismo e outros temas inspiram gerações de pesquisadoras, pesquisadores e, também, esta pesquisa. Sua presença em nossa banca, portanto, abrilhanta-a ainda mais. Muito obrigado.

O apoio de instituições públicas de excelência acadêmica e insubstituível importância social também foi imprescindível ao desenvolvimento deste trabalho. Saliento o apoio do Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG), por meio de afastamento integral e do Programa de Bolsas para Qualificação de Servidores (PBQS), estendendo minha gratidão aos seus dedicados servidores, servidoras e estudantes. Do mesmo modo, assinalo a relevância da UFMG, agradecendo aos docentes que ministraram as disciplinas que cursei no PPGH por suas valiosas contribuições teórico-metodológicas. Também sou grato à professora Haydée Ribeiro Coelho, da Faculdade de Letras. Autora de estudos pioneiros sobre os itinerários intelectuais e exílicos de Darcy Ribeiro, para mim foi uma alegria conhecê-la pessoalmente e um privilégio ouvir suas sugestões para este trabalho. Aos queridos e queridas colegas discentes, em especial, Ana Paula, Bruno, David, Dmitre, Elvis, Érika, Felipe, Gabriela, Gislaine, Guilherme, Marina, Paula, Raphael e Romilda, muito obrigado pela amizade e companheirismo durante as disciplinas e eventos. Agradeço, sobretudo, a Guilherme, ex-aluno e querido amigo. Foi muito bom reencontrá-lo como colega de doutorado.

Entre as experiências mais fascinantes e enriquecedoras desta pesquisa, destacam-se as visitas que realizei ao Memorial Darcy Ribeiro (MDR), na UnB. O acervo pessoal do nosso instigante personagem foi primordial para uma compreensão mais adequada de sua atuação. Agradeço encarecidamente a Margareth Barbosa (UnB) pelo suporte técnico, exímio profissionalismo, singular simpatia e por não medir esforços para me possibilitar o máximo proveito daquele rico material. Examiná-lo não teria sido possível, ainda, sem o apoio de Ester Lima Coelho e Katiane Brito, servidoras da FUNDAR. A elas registro meu agradecimento, extensivo a esta relevante instituição de memória.

Tenho plena convicção de que, aos meus pais, Edi e Maria Eufemia, jamais alcançarei agradecer o quanto merecem. Assim, dedico-lhes este trabalho como símbolo do meu absoluto amor, admiração, respeito e gratidão. Redigir uma tese não é nada fácil. Porém, muito mais difícil tem sido suportar a falta dos seus abraços e beijos, em decorrência das precauções impostas pela pandemia. A Hebert e Igor, meus irmãos, agradeço o afeto, reitero meu amor, carinho e torcida para que realizem seus objetivos mais caros e sejam sempre felizes como merecem. A Hebert cabe agradecimento especial. Colaborou com o levantamento/transcrição de parcela significativa dos jornais que utilizei, com o entendimento

de aspectos jurídicos do contexto pesquisado e, por fim, operou o “milagre” da numeração de páginas neste texto. A Sabrina, esposa e amiga, muito obrigado pelo carinho e estímulos. Seu apoio fortaleceu-me em momentos de desânimo e/ou cansaço. Igualmente, beneficiei-me dele nos períodos em que precisei me ausentar para realizar atividades presenciais do curso e em fases que me exigiram maior concentração. Agradeço-lhe também pelos *abstracts*.

Outro pilar importante para a realização desta tese foi a amizade. Embora muitas vezes virtualmente, amigas e amigos diversos ajudaram-me a lidar com a ansiedade, desgaste e persistir. A Aléx, Léo e Daniel, companheiros nesta travessia desde o milênio passado, obrigado por nossas prosas, sempre alegres e revigorantes. “Esse negócio de tese pesa uma tonelada”, disse-me Daniel, com um jeito bem montesclarenses – ou darcyniano – de ser. Assim, em momento oportuno, lembrou-me de “dosar” melhor as coisas. Minha gratidão também a amiga – “irmã” – Valéria, por reacender minha autoconfiança com sua simpatia, carinho, otimismo e alegria a cada reencontro. A Rafael, também amigo “das antigas”, há anos nos EUA sem nos enviar qualquer sinal de vida, obrigado por reaparecer com a mesma fraternidade, proporcionando momentos especialmente felizes.

A amiga Ana Cecília sou grato pelas conversas sobre o desafio da pesquisa-escrita nesses tempos atípicos, exemplo, olhar inteligente e comentários motivadores, sempre iluminando passos adiante. Às amigas Késia e Rosana, ressalto minha admiração por serem educadoras tão competentes e comprometidas com a construção de mundo mais humano. Obrigado pelo carinho e incentivo. Ao amigo Theo, ex-colega de trabalho, que viu esta pesquisa “nascer”, agradeço ricos diálogos, sugestões e torcida. Desse momento inicial, também participaram Cléssio, João Vitor e Kariny, bolsistas de iniciação científica (PIBIC-Jr.) sob minha orientação. Agradeço-lhes a dedicação. Elis e Rubens, muito obrigado pela atenção, companheirismo e gentileza, que nos fazem parecer velhos amigos, apesar de nos conhecermos há pouco tempo. Bartô, Moisés e Xico, obrigado pela serenidade.

Além de (re)encontros, infelizmente, esse ciclo comportou difíceis despedidas. Finalizo, pois, externando minha profunda saudade a Dunga, Tia Ninha, Fernando e Malva, agora “encantados”.

O mundo é nosso projeto: o projeto de todos os que queremos mudá-lo porque estamos descontentes [com ele] tal qual é e porque somos capazes de prefigurar mundos melhores. A história não é, por isto, uma coisa morta que possa ser, um dia, desmontada pela ciência. Subsiste como um ingrediente do mundo presente. Como tal, a história será sempre um objeto vivo, reconstituível, que cada geração realmente nova precisará restaurar segundo suas preocupações, seus desígnios e seu grau de saber. Cada uma destas reconstituições não é a negação da anterior. Ao contrário, assenta-se nelas. Mas as transforma, tornando visível o que antes não se percebia; e explicável o que antes nem era objeto de indagação. Na verdade, é nossa postura diante do presente que instrui nossa compreensão do passado, julgando-o e explicando-o segundo a visão de nossas experiências (FUNDAR/MDR/UnB. **Carta de Darcy Ribeiro a Betty Meggers**. DR cg c MEGGERS, B.; EVANS, C. 1969.06.17).

## Resumo

Investigamos a atuação político-intelectual de Darcy Ribeiro com ênfase em seu engajamento trabalhista. Sua experiência como ministro-chefe do Gabinete Civil de João Goulart constitui nossa temática central. Reconstituindo-a, além de elucidar parte imprescindível, porém, pouco estudada de sua trajetória, buscamos compreender seu papel nas dinâmicas do governo e do trabalhismo. O cenário é a conjuntura política resultante no golpe militar de 1964. Com efeito, também atentamos aos seus principais aspectos. A perspectiva teórico-metodológica adotada identifica-se à “nova” história política e, em especial, à categoria cultura política. Desta nos valem para conceituar o trabalhismo brasileiro como cultura política. Isto posto, perscrutamos práticas e comportamentos públicos de Darcy Ribeiro à luz de sua vinculação à cultura política trabalhista. Fiel e prestigiado auxiliar do presidente, o antropólogo projeta-se no debate político por meio de diversos pronunciamentos e entrevistas oficiais. Ao mesmo tempo, nos bastidores do governo, atua com proeminência na elaboração de relevantes discursos presidenciais e documentos político-administrativos. Em regra, o observamos acionar, difundir e/ou conformar diretrizes político-ideológicas concernentes à pauta governista em sintonia com a cultura política trabalhista. Opera-a através de suas referências históricas, personagens, documentos, símbolos, valores e projetos a fim de obter legitimação político-social às reformas de base postuladas por Jango. Também recorre a aspectos político-culturais tradicionais, em conformidade à estratégia conciliatória priorizada pelo presidente. Ademais, Darcy Ribeiro vale-se de sua expertise acadêmico-científica, como intelectual das ciências humanas, para significar e impulsionar os objetivos políticos aos quais se dedica, apropriando-se do repertório fornecido pela cultura política trabalhista de maneira singular. Desse modo, o vislumbramos colaborar para o progressivo aprimoramento e ideologização dos discursos emitidos por Jango a partir de meados de 1963. E, por conseguinte, para a guinada à esquerda que caracteriza a estratégia final do chefe do executivo para pressionar o legislativo a aprovar o programa reformista. Portanto, concluímos que Darcy Ribeiro desempenha a função de proeminente ideólogo do governo trabalhista. Tal engajamento político-ideológico e fidelidade ao presidente motiva o professor a permanecer em seu cargo até o definitivo apagar das luzes democráticas. É o último ministro a abandonar o Palácio do Planalto, na madrugada de dois de abril de 1964. Consumando-se a vitória dos golpistas e o cerco persecutório aos integrantes do governo legítimo ilegalmente deposto, Darcy Ribeiro embarca para Montevidéu, onde inicia longo exílio. Para reconstituir e analisar seus passos nesses “tempos de turbilhão” recorreremos, especialmente, a documentos do seu acervo pessoal, disponível no Memorial Darcy Ribeiro, situado na UnB, sob guarda da Fundação Darcy Ribeiro, a textos memorialísticos de sua autoria e a edições dos diários *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*.

**Palavras-chave:** Darcy Ribeiro. Governo João Goulart. Cultura política trabalhista.

## Abstract

We investigate the intellectual political performance of Darcy Ribeiro with an emphasis on his labor engagement. His experience as Chief-Minister of the João Goulart's Civil Cabinet constitutes our central theme. Reconstituting it, in addition to elucidate an essential part, however, little studied of its trajectory, we pursuing to comprehend his role in the government dynamics and labor. The scenario is the political situation due to the 1964 military coup. In fact, we also pay attention to its main aspects. The theoretical-methodological perspective adopted is identified with the "new" political history and, in particular, with the category of political culture. Using this to conceptualize the Brazilian labor as a political culture. Thereby, we examine Darcy Ribeiro's public practices and behaviors in light of his attachment to the labor political culture. Loyal and important assistant of the president, the anthropologist project in the discussion by means of several pronouncements and official interviews. At the same time, behind the scenes of the government, acts with prominence in elaboration of relevant presidential speeches and administrative-political documents. Generally, we observe triggering, diffusing and/or conform guideline political-ideological referring to the government agenda in line with the labor political culture. Mobilize it through their historical references, characters, documents, symbols, values and projects in order to obtain a social-political legitimacy the base reforms postulated by Jango. He also uses traditional aspects political-cultural, in accordance with the conciliatory strategy prioritized by the president. In addition, Darcy Ribeiro utilizes his academic-scientific expertise, as an intellectual of the human sciences, to mean and boost the political goals to whom he is dedicated, appropriating of the repertoire provide by the labor political culture singular way. Therefore, we observe to collaborate for the progressive improvement and ideologization of the speeches issued by Jango from the mid-1963. And, consequently, to the left sheer characterises the final strategy of the chief executive to press the legislative to prove the reformist program. Thus, we conclude that Darcy Ribeiro interpret the function of ideologist prominent of the labor government. Such political-ideological engagement and fidelity to the president motivates the professor to keep on his post until the definitive turn off the democratic lights. Is the last minister to leave the Planalto Palace, in the daybreak of April 2, 1964. Consummating the victory of the coups plotters and the persecution to the government members legitimate illegally deposed, Darcy Ribeiro board to Montevideo, where he begins a long exile. To reconstitute and analyze his steps in this "whirlwind times", we use, especially, documents from his personal collection, available at Darcy Ribeiro Memorial, located at UnB, under the supervision of the Darcy Ribeiro Foundation, the memorialistic texts of his authorship and the editions of the *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* and *Última Hora* diaries.

**Key-words:** Darcy Ribeiro. João Goulart Government. Labor political culture.

## Siglas

ADEP – Ação Democrática Popular  
ADP – Ação Democrática Parlamentar  
AI – Ato Institucional  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
Camde – Campanha da Mulher pela Democracia  
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores  
CIA – Agência Central de Inteligência (EUA)  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPOS – Comissão Permanente de Organizações Sindicais  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
ESPSP – Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
EUA – Estados Unidos da América  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FGV. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
FMP – Frente de Mobilização Popular  
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista  
FUNDAR – Fundação Darcy Ribeiro  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação democrática  
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
MDR – Memorial Darcy Ribeiro  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.  
PM – Política Militar  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PUA – Pacto de Unidade e Ação  
SUPRA – Superintendência da Política Agrária  
UDN – União Democrática Nacional  
UnB – Universidade de Brasília  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Sumário

<b>Considerações iniciais</b> .....	14
<b>Capítulo 1: Darcy Ribeiro, culturas políticas e cultura política trabalhista</b> .....	28
Darcy Ribeiro: trajetória político-intelectual.....	29
Culturas políticas.....	45
Cultura política trabalhista.....	57
Darcy Ribeiro e a cultura política trabalhista.....	65
<b>Capítulo 2: Darcy Ribeiro: um combativo ministro-chefe do Gabinete Civil</b> .....	73
Darcy Ribeiro no governo João Goulart.....	74
Ministério das reformas.....	79
Cultura política trabalhista na chefia do Gabinete Civil.....	88
Darcy Ribeiro <i>versus</i> Carlos Lacerda.....	96
<b>Capítulo 3: As razões de Darcy Ribeiro</b> .....	122
Imprensa e política.....	123
Repercussões da crise política.....	131
Razões de Darcy Ribeiro.....	148
<b>Capítulo 4: Dias trabalhistas: Darcy Ribeiro e a narrativa política oficial</b> .....	168
O “Dia de Vargas”.....	169
O “Dia da Pátria”.....	194
Acentuam-se os embates.....	212
<b>Capítulo 5: Darcy Ribeiro e a mensagem das reformas</b> .....	225
Impasses em torno da atuação ministerial de Darcy Ribeiro no pré-1964.....	225
Atuação político-ideológica de Darcy Ribeiro no alvorecer de 1964.....	233
A “carta político-ideológica” de João Goulart.....	257
<b>Capítulo 6: A “hora de chumbo”</b> .....	269
Comício das reformas.....	270
Golpe, resistência e queda.....	296
<b>Considerações finais</b> .....	318
<b>Referências</b> .....	326

## Considerações iniciais

No alvorecer dos anos 1960, grave crise democrática assola o Brasil. Um golpe militar instaura, em 1º de abril de 1964, ditadura extinta somente em 1985. Tempos turvos, em que o poder executivo federal é usurpado e exercido diretamente por generais das forças armadas. Nebulosos, em especial, para ex-integrantes do governo constitucional deposto, políticos, ativistas, artistas, intelectuais e cidadãos vinculados às esquerdas, seus agrupamentos e instituições representativas. No dizer dos golpistas e afins, “subversivos” ou “comunistas”, imediatamente transformados em inimigos e, por conseguinte, alvos da repressão estatal materializada em censuras, cassações, demissões, perseguições, exílios, prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos, etc. A tormenta autoritária logo espraia-se para além das fronteiras brasileiras, cobrindo de sombras diversos países da América Latina. Sucessivamente, acomete argentinos, chilenos, uruguaios, paraguaios, entre outros. Inclusive reencontrando, exilados Cone-Sul afora, brasileiros que, embora ansiosos por voltar para casa, obriga a novos deslocamentos, não raro, rumo a outros continentes. Investigamos a experiência político-intelectual de Darcy Ribeiro no limiar dessa noite feral (1963-1964).

Quando a tirania de tanques, fuzis e coturnos ameaça a democracia brasileira, o intelectual e político Darcy Ribeiro exerce a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Conforme observa Jorge Ferreira (2011, p. 496), seria o “mais fiel auxiliar” de João Goulart – presidente legítimo derrubado por militares golpistas apoiados por setores político-sociais conservadores. O vínculo entre Darcy Ribeiro e Jango transcende os limites de uma relação oficial. O presidente encontra em seu ministro-chefe do Gabinete Civil um amigo para o resto da vida. Darcy Ribeiro retribui sua amizade e respeito. Dedicamo-nos a compreender, notadamente, a atuação do antropólogo e professor mineiro como integrante e agente ideológico-intelectual do governo e da cultura política trabalhista na conjuntura pré-golpe. Nestes marcos, objetivamos desvelar seu engajamento no âmbito desta relevante cultura política, de que modo a assimila, compartilha, mobiliza e conforma. Ou, eventualmente, dela se distancia. Este é o móvel teórico-metodológico que nos impulsiona a reconstituir, com algum detalhamento, aspectos de sua (até então) pouco estudada passagem pelo importante cargo governamental. A escassez de estudos sobre essa etapa de sua trajetória consolida nosso interesse investigativo. Vale esclarecer, não se trata de entender o papel do

personagem na formação ou consolidação daquela cultura política, o que demandaria um esforço analítico baseado em média ou longa duração. Mas, de discutir sua inserção na cultura política trabalhista em um lapso cronológico específico: a fase presidencial do governo Jango.

Portanto, temos como foco prioritário uma fração temporal curta. Todavia, demasiado intensa, crítica, complexa, relevante e sensível. Inscrevem-se nos anos de 1963-1964 uma miríade de fecundos episódios, sociabilidades, eventos, confrontos, projetos, debates, discursos. Como intelectual engajado, de personalidade proativa e titular de cargo político destacado, Darcy Ribeiro alça-se a exacerbado protagonismo. Por conseguinte, restabelecer seus passos no governo João Goulart sob o prisma da cultura política trabalhista constitui, inevitavelmente, razoável desafio empírico-narrativo. Acrescentemos que nosso problema de pesquisa impõe conexões pretéritas ou subsequentes, conferindo especial importância ao passado de nosso personagem. A consequência é um marco cronológico inicial flexível. Além disso, por natureza, uma abordagem de viés histórico-biográfico, mesmo centrada em determinada etapa de uma vida, pressupõe não apenas o antes e depois, mas contextualizações conforme posições que o sujeito pesquisado ocupa em diferentes cenários analisados ou questões examinadas (LEVILAIN, 2003). Finalmente, nosso breve recorte cronológico é sobremaneira relevante (ou adequado) para nossos propósitos de pesquisa uma vez que, segundo assinala Helena Bomeny (2001, p. 48), trata-se do “primeiro governo trabalhista na história republicana brasileira”.<sup>1</sup>

Inicialmente comunista, Darcy Ribeiro vincula-se ao trabalhismo a partir de meados dos anos 1950 e permanece trabalhista até o fim da vida, em 1997. Elo político tão duradouro, indica a lealdade do antropólogo não apenas a partidos e lideranças, mas à própria cultura política trabalhista. Ele mesmo entrelaça sua trajetória política aos três mais destacados líderes trabalhistas brasileiros. A Getúlio Vargas atribui o despertar de sua identidade trabalhista em detrimento da militância comunista, assinalando o impacto do suicídio do presidente para sua reorientação ideológica, assim como atrela toda a sua atuação política posterior à carta-testamento. Com João Goulart e Leonel Brizola, reconhecidamente os principais herdeiros do “presidente-mártir” e sua tradição política, Darcy Ribeiro atua

---

<sup>1</sup> De resto, o golpe de 1964 marca a passagem de Darcy Ribeiro a etapas de sua trajetória que se distinguem consideravelmente de suas vivências progressistas. Portanto, de difícil harmonização com os tempos do governo João Goulart. O desterro (1964-1976) e/ou sua agência após reintegrar-se à política nacional (1976-1997) justificam, a nosso ver, trabalhos específicos. Isto nos levava a rever pretensões iniciais a uma abordagem mais abrangente. Desse modo, aguardamos outras oportunidades para ampliar nossos estudos às demais fases da vida do nosso personagem.

diretamente através do desempenho de importantes funções de governo. Corporificado em meados dos anos 1940, sob a égide de Getúlio Vargas, ascendente durante a experiência democrática interrompida pelo golpe militar de 1964, embora institucionalmente desarticulado pela ditadura que cessa um período de vivaz ampliação da participação política popular, o trabalhismo – ou, conforme propomos, cultura política trabalhista – subsiste à derrubada do governo Jango e ao subsequente período ditatorial. Rediviva em militantes engajados dentro e fora do Brasil, entre eles o próprio Darcy Ribeiro, aos primeiros sinais de dissipação da ditadura, a cultura política trabalhista volta à cena político-partidária nacional para recolocar em pauta seu projeto de transformação econômico-social abortado em 1964. Renovada e ampliada, pós-ditadura, passa a ter como baluarte Leonel Brizola.<sup>2</sup>

Portanto, praticamente toda a trajetória pública de Darcy Ribeiro no Brasil antes da ditadura e toda a sua experiência político-partidária após a redemocratização do país convergem ao trabalhismo, do qual não se dissociaria, inclusive, em seus itinerários exílicos. Compreendemos a cultura política trabalhista, pois, como eixo primordial da trajetória político-intelectual do antropólogo. Enquanto o comunismo e o socialismo balizam sua formação, o trabalhismo revela-se paradigma preponderante de sua experiência pública madura. A projeção política nacional de Darcy Ribeiro é intrínseca ao trabalhismo, posto que se concretiza no governo João Goulart, presidente da república e presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pós-ditadura, que o obrigara a doze anos de exílio, o antropólogo retorna à política brasileira como quadro do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao lado de Leonel Brizola. A cultura política trabalhista mostra-se na prática político-intelectual de Darcy Ribeiro através de representações, valores, símbolos, mitos, projetos, dentre outros elementos constitutivos de seus pronunciamentos, relatos de memória e outras tantas expressões, assim como, em sociabilidades, posições e atitudes. Em todo caso, deparamo-nos com as concepções do personagem sobre educação, povo brasileiro, desenvolvimento, trabalho, justiça social, ciência, política, passado, presente ou futuro em diálogo com o trabalhismo. Desse modo, a trajetória de Darcy Ribeiro, ator-chave, muito

---

<sup>2</sup> Interessa registrar, preliminarmente, que a cultura política trabalhista sustenta-se em um programa político, *grosso modo*, reformista, de vocação democrática e nacionalista. Caracterizado, ainda, pelo estímulo ao protagonismo político-social dos trabalhadores, estatismo econômico, soberania nacional, política externa independente e anti-imperialismo, tal programa apresenta-se como solução ao atraso econômico-social do país. Tem como tônica, importa salientar, a garantia de justiça social aos trabalhadores urbanos e rurais, historicamente excluídos e/ou explorados, por meio da regulamentação, garantia e ampliação de seus direitos, incluindo, a certa altura, a reforma agrária. Isto posto contrapõe-se, em especial, ao liberalismo.

atuante e influente no contexto analisado, ajuda-nos a compreender como indivíduos operam a cultura política no jogo de poder, transformando-a e transformando-se através dela.

Como intelectual e político, Darcy Ribeiro revela-se tributário, intérprete e/ou artífice de determinadas concepções de mundo. Ao refletir e discorrer sobre o desenvolvimento brasileiro, aponta infortúnios pretéritos, imediatos e rumos para um almejado futuro, cuja construção confia, em especial, aos intelectuais e à educação. Segundo ele próprio, distancia-se das perspectivas estadunidense e europeia, analisando a realidade nacional em termos teóricos originais, a fim de compreendê-la de um ponto de vista autêntico e indicar caminhos autônomos ao seu progresso. Não se detém em pensar e escrever. Para efetivar suas ideias, vai à luta concreta, em que pretendemos melhor conhecê-lo. Com esse objetivo, analisamos sua atuação como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República pelo prisma das representações, valores, interpretações do passado, presente, propostas para o amanhã e vocabulários políticos, de um lado. E, de outro, pela ótica de suas alianças e/ou disputas de poder. Dessa forma, buscamos discernir elementos político-culturais que motivam seus modos de pensar e agir e são perpassados por seu engajamento, sobremodo, relativos ao trabalhismo. Em suma, o que significa ser um “intelectual de esquerda”, tal qual se autodefine (RIBEIRO, 1997), como se apropria da cultura política trabalhista, inspira-se nela e impulsiona-a.

Ao abordar a trajetória de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil com relevo à sua identidade trabalhista, inspiramo-nos no problema das relações entre intelectuais e culturas políticas, realçado pela história política “renovada” (RÉMOND, 2003). Pautamo-nos, especialmente, pela noção de cultura política, conforme Serge Berstein (1988; 2009) e Rodrigo Patto Sá Motta (2009; 2018), aqui entendida como um conjunto coerente e relacional de representações, práticas, rituais, valores, símbolos, mitos, diretrizes e visões de mundo (passado e presente) partilhado por determinados atores que, portanto, revelam identidade coletiva e discurso próprios em terreno político. Uma cultura política inclui, pois, ideais ou projetos de sociedade para os quais orientam-se seus aderentes. A identificação à cultura política mostra-se, simultaneamente, racional e subjetiva, pautando-se, em termos variáveis, pelo cálculo frio, razões públicas e também por motivos privados. Profundas crises acirram ânimos e fertilizam terrenos para novas culturas políticas e adaptações das já

existentes, uma vez que buscam responder a grandes desafios político-sociais. Inerentes às médias e longas durações, são elas dinâmicas e permeáveis. Adequam-se às circunstâncias históricas, abrem-se a certa reciprocidade com culturas alternativas e, até mesmo, rivais. A permeabilidade é indispensável à longevidade das culturas políticas. Se estanques, tendem a caducar e perecer. Como exemplos consolidados de culturas políticas podemos citar o liberalismo, o socialismo, o comunismo, o republicanismo, dentre outras.<sup>3</sup>

Ao lado da noção de culturas políticas, também nos domínios da “nova” história política, simultaneamente, buscamos interfaces com elementos da história dos intelectuais (SIRINELLI, 2003) e estudos biográficos (LEVILAIN, 2003). Com isso, pretendemos delinear um ponto de vista sensível à complexidade do vivido, capaz de sintetizar traços contextuais que signifiquem as experiências do personagem e esclareçam seu papel na dinâmica política. Em especial, no âmbito das práticas, ideários e discursos concernentes ao trabalhismo no período crítico culminante no golpe de 1964. Procuramos, assim, elucidar a atuação de Darcy Ribeiro em particular e, tanto quanto possível, dos intelectuais como categoria. Para tanto, propomo-nos a reconstituir, em alguma medida, redes de sociabilidades que perpassam suas vivências e vice-versa.<sup>4</sup> Atentamos, também, a imagens de si mesmo que ele busca instituir e representações sociais acerca de sua pessoa ou atuação.<sup>5</sup> Através destas,

<sup>3</sup> O conceito de cultura política, bem como, a cultura política trabalhista, são objeto de discussão mais detalhada no capítulo 1.

<sup>4</sup> Por sociabilidades, entendemos práticas de convívio motivadas por identidade de pensamento (sem excluir certo grau de heterogeneidade), possibilitando intercâmbio de convicções, produção simbólica e dialógico-discursiva compartilhadas sob influxo de culturas políticas que inspiram ações individuais e conjuntas, as quais, ao mesmo tempo, também impulsionam/dinamizam as culturas políticas. Esteiam-nas redes e vínculos formais (revistas, seminários, partidos, movimentos, associações) ou informais (encontros domiciliares, correspondências) de convivência, que materializam laços de alcance geográfico variável. Há que se considerar, portanto, o papel-chave das práticas de sociabilidades em relação às redes político-intelectuais (SIRINELLI, 2003; DEVES-VALDÉS, 2011; ESPECHE, 2011; BRAVO, 2011; MERBILHAÁ, 2012; HURTADO, 2014). Conforme Sirinelli (2003, p. 248-250), devemos compreender as referidas práticas de sociabilidade em “dupla dimensão”: como meios de “fermentação intelectual”; e como espaços de “relação afetiva”, em cuja articulação pesam “amizades”, “fidelidades” e “influência”. Para ele, “em todo caso, é possível e necessário fazer sua arqueologia, inventariando suas solidariedades de origem” e “as origens do despertar intelectual e político”. Desse modo, há pontos em comum entre a abordagem das culturas políticas e das sociabilidades no tocante ao reconhecimento de elementos de ordem pessoal ou subjetiva na definição de condutas políticas dos atores. Ou seja, em ambos os casos, atenta-se à força exercida pela esfera privada sobre a pública, ampliando a compreensão do engajamento para além da pura racionalidade e conduzindo-nos a lançar sobre Darcy Ribeiro um olhar atento ao caráter complexo de suas experiências.

<sup>5</sup> É possível perceber, inclusive, em aspectos da trajetória e ações de Darcy Ribeiro, direcionamentos deliberados à elaboração de imagens de si mesmo, destinados a perpetuar sua memória e projetos, denotando estratégias de poder e recurso a culturas políticas. Por exemplo, seu “projeto memorial”, resultante na Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), analisado por Luciana Quillet Heymann (2005 e 2012). Interessa notar, ainda, que referências ou apropriações relativas à imagem do personagem transcendem o campo do trabalhismo, com o qual revela vínculo imediato. Revelam-se recorrentes, inclusive, em outros segmentos político-partidários. E, claro, não se restringem ao corte temporal da pesquisa. São comuns até os dias atuais. Um exemplo digno de nota é a menção

objetivamos apreender elementos do contexto, da cultura política que permeia sua trajetória e é trespassada por ela, sem negligenciar a particularidade de suas experiências. Afinal, segundo Philippe Levilain (2003, p. 176), a biografia reabilitada pela “nova” história política não se destina à compreensão absoluta do sujeito. Mas, a esclarecer relações entre “passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade”, restituindo a “singularidade” à abordagem histórica e contribuindo à “pintura da condição humana em sua diversidade”. Assim, escapa à limitadora propensão a conformar trajetórias coerentes, globais, direcionais e finalistas verificada nas biografias tradicionais, denominada “ilusão biográfica” por Bourdieu (2005). Portanto, a biografia, conforme aqui a compreendemos, prima por reconstituir trajetórias individuais à luz do seu intrínseco caráter multifacetado.<sup>6</sup>

O estudo da experiência de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil, em marcos trabalhistas, inscreve-se no “político”. Na definição de Pierre Rosanvallon (2010), terreno em que se situam a vida em comum e suas inerentes representações, as quais, ao mesmo tempo, constituem, abarcam, referenciam e transformam a sociedade e a ação coletiva de seus integrantes. Desse modo, é o âmbito mais amplo no qual se assenta a política, esfera de conflito e convergência em que se operam mecanismos da representação visando à mediação do dissenso e preservação dos sistemas sociais. O político distingue-se da política

---

a Darcy Ribeiro por Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em pronunciamento público realizado em 31 de agosto de 2016. Mediante aprovação de seu *impeachment* pelo senado, afirma: “(...) Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. (...) Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. (...) É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar [de 1964], apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. (...) O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social. (...) O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. (...) Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles”. FOLHA DE S. PAULO. **Leia na íntegra o discurso de Dilma Rousseff após o impeachment**. 31.08.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1809106-leia-na-integra-o-discurso-de-dilma-rousseff-apos-o-impeachment.shtml>. Acesso: 10.09.2019.

<sup>6</sup> Priorizamos aspectos da atuação pública de Darcy Ribeiro, recorrendo a elementos de sua vida privada conforme interesse à compreensão de seu engajamento político. Ademais, não nos propomos a uma abordagem propriamente biográfica, ao passo que nos concentramos em um período específico da trajetória do personagem.

ao ultrapassar a disputa partidária pelo poder, ações dos governos e instituições. Escreve o próprio Rosanvallon (2010, p. 73):

Ao falar substantivamente *do* político, qualifico desse modo, tanto uma modalidade de existência da vida em comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício *da* política. Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a *pólis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições.

Ainda segundo Rosanvallon (2010), o foco no político ilumina afinidades, oposições, genealogias, potencialidades, equívocos, ambiguidades, (im)possibilidades, pontos cegos e contradições dos atores enquanto sujeitos ativos. Abarcando a política, não lhe fogem também o processo dinâmico das instituições e modos de pensar, embates cotidianos entre progresso e reação, povo e elite, liberdade e opressão. Face ao político, portanto, a história abre-se às ressonâncias entre passado e presente, trabalho intelectual e política, apreendendo os problemas contemporâneos a partir de sua processualidade. Assim, entendemos, traz à cena as culturas políticas, conceituação que embasa fundamentalmente nosso estudo. Em primeiro lugar, porque a trajetória pública de Darcy Ribeiro imbrica-se às culturas políticas comunista e trabalhista, sendo nossa tônica sua interação com a última.<sup>7</sup> Em segundo lugar, porque o exame da atuação do antropólogo na crise do governo João Goulart encontra clara ressonância nessa vertente de estudos. Por fim, apesar de inúmeros trabalhos interessantes iluminarem sua experiência intelectual no sentido “sociocultural” – como educador, teórico ou antropólogo –, seu “engajamento” a partir da perspectiva da cultura política trabalhista e atuação governamental não dispõe de equivalente esclarecimento.<sup>8</sup>

Essa lacuna no conhecimento produzido sobre Darcy Ribeiro é pontuada por André Luís Lopes Borges Mattos (2007, p. 6-7). O autor constata que, “apesar de amplamente

---

<sup>7</sup> Há autores que associam Darcy Ribeiro a outras denominações. Pinheiro (2012) identifica-o à “cultura política utópica”. Moreira (2010), por sua vez, considerando sua passagem pelo senado (1991-1997), associa-o à “nova cultura política trabalhista”.

<sup>8</sup> Jean-François Sirinelli (2003, p. 242) propõe duas concepções concernentes à agência dos intelectuais. A primeira, mais “ampla”, voltada ao “sociocultural”, destaca-os enquanto “criadores”, “mediadores” e “receptores” de cultura. Desse modo, acentua sua agência como jornalistas, professores, escritores etc. A segunda, mais “estreita”, referenciada pela “noção de engajamento”, ilumina-os como atores políticos de fato. Por esta ótica, sobressaem-se intelectuais participantes de manifestos, debates, associações profissionais, partidos e governos. Mesmo reconhecendo que tais dimensões entrelaçam-se – a primeira injetando ânimo e legitimidade à segunda e vice-versa –, fitamos Darcy Ribeiro, prioritariamente, pelo prisma do seu engajamento político.

citada”, a trajetória do relevante personagem mantém-se “ainda não analisada como tal”. Isto é, a instigante vida política do intelectual de esquerda permanece à sombra em muitos aspectos. Mais se conhece seu discurso que sua prática, não obstante sejam estas dimensões indissociáveis quando se trata de intelectuais militantes. Além disso, o conceito de culturas políticas, embora fecundo, é pouco ou superficialmente utilizado para se pensar suas experiências e concepções, oferecendo suporte, ainda, a (re)interpretações do trabalhismo brasileiro (MOTTA, 2009), tradição política das mais expressivas da nossa história republicana, à qual Darcy Ribeiro vincula de modo longo sua carreira político-partidária e dedica muitas reflexões. Isto posto, tencionamos contribuir, em alguma medida, para dissipar a referida nebulosidade existente sobre itinerários políticos do personagem, oferecendo elementos à necessária discussão do trabalhismo enquanto cultura política.<sup>9</sup>

Recompor as pegadas de Darcy Ribeiro no processo político brasileiro pré-1964 pela ótica da cultura política constitui, ainda, oportunidade para imprescindíveis reflexões sobre o subsequente fenômeno ditatorial. Para Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 9), com quem comungamos, em vez de “virar a página” em relação à ditadura, compete-nos “empreender uma apropriação crítica” do tema. Compreender o regime autoritário continua sendo uma premissa para que possamos discernir e combater seu “legado” antidemocrático no presente. E, logo, imprescindível à defesa e consolidação da inconclusa cidadania e frágil democracia brasileiras.<sup>10</sup> Sobremodo em um presente marcado pelo refluxo de valores políticos democráticos, assombrado por fantasmas de um passado ditatorial recente mal-resolvido.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Priorizar a abordagem da trajetória de Darcy Ribeiro através das culturas políticas dispensa uma análise epistemológica de suas obras. Para nossos propósitos investigativos, mais conveniente seria nelas identificar nuances político-ideológicas. Declarado intelectual de esquerda, o antropólogo faz questão de externar que seu posicionamento político embasa seus trabalhos acadêmicos: “Confesso que quero mesmo é fazer a sua cabeça” (RIBEIRO, 1995a, p. 6-7). “Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um profundo patriotismo”, procurando “ser participante”, “influir sobre as pessoas” e “ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo”. “Não procure, aqui, análises isentas” (RIBEIRO, 1995b, p. 17). Não se trata, pois, de separar vida e obra, abordando aquela ou esta como dimensões estanques ou ambas meramente justapostas. Mas de desvendar, sobremodo, os passos do personagem em terreno político, enquanto sujeito complexo, dimensão minimizada nos estudos disponíveis a seu respeito.

<sup>10</sup> Por cidadania, *grosso modo*, entendemos o conjunto dos direitos civis, políticos e sociais vigentes em determinado contexto histórico. Uma análise do tema, em perspectiva geral e para o caso brasileiro, encontra-se em Carvalho (2004).

<sup>11</sup> Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército, eleito presidente do Brasil em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), é um apologista da ditadura, seus protagonistas e crimes, assim como, fervoroso antiesquerdista. Não obstante seu comportamento mais formal e discreto, Antônio Hamilton Martins Mourão, general da reserva, eleito vice-presidente, quadro do mesmo partido, denota equivalência ideológica com o chefe do executivo. Ao declarar seu posicionamento na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff em 17 de abril de 2016, então deputado federal,

Investigar o exercício de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República abre-nos possibilidades empíricas ecléticas e extensas. Com frequência, o personagem envolve-se em questões políticas candentes. Demandado a pronunciar-se ou por iniciativa própria, dissemina suas ideias através de incontáveis entrevistas e pronunciamentos. Além disso, são numerosas as abordagens jornalísticas, memorialísticas ou documentários que tematizam aspectos de sua trajetória, referindo-se à sua biografia. Em suma, à nossa pesquisa apresenta-se um universo documental amplo, constituído em diversos contextos, partir de vários gêneros e pontos de vista. Tal abundância material não é algo atípico, restrito a Darcy Ribeiro e alguns poucos. Mas, um elemento característico da história dos intelectuais. Conforme Sirinelli (2003, p. 245), o excesso de documentos é um “obstáculo extra” inevitável ao se investigar integrantes de “um grupo social onde todos têm, em essência, a pena sempre alerta”, o que resulta, em regra, “amplitude” e “diversidade” de “fontes”, demandando “um historiador papívoro”. Desse modo: “A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos”, especialmente, “textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo” (SIRINELLI, 2003, p. 245).

Por questões práticas, para reconstituir experiências de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil, desvendando representações, ideias, práticas, valores e outros traços concernentes à cultura política trabalhista, valemo-nos sobremodo de três conjuntos documentais. O primeiro, é seu vasto, rico e diversificado acervo pessoal, disponível no Memorial Darcy Ribeiro (MDR), na Universidade de Brasília (UnB), sob a

---

afirma Bolsonaro: “(...) pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. (...) Pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”. Ver: FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>. Acesso em: 11/09/2019. Em 30 de julho de 2018, perguntado sobre qual o seu livro de cabeceira, já candidato à presidência, responde: “Verdade Sufocada”, de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Este, primeiro militar reconhecido pela justiça brasileira como torturador. Ver: RODA VIVA. **Jair Bolsonaro**. 30/07/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>. Acesso: 11.09.2019. Em 22 de outubro, uma semana antes do segundo turno, então convalescente de ferimento provocado por facada recebida em ato de campanha, Bolsonaro promete, se eleito, “uma limpeza nunca vista na história desse Brasil. (...) Vamos varrer do mapa esses bandidos vermelhos do Brasil. (...) Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, ameaça. Ver: EL PAIS. **Bolsonaro a milhares em euforia: “Vamos varrer do mapa os bandidos vermelhos”**. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319\\_752998.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319_752998.html). Acesso: 11.09.2019.

guarda da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR). Um “prato cheio” para pesquisadores interessados em analisar a trajetória do titular, assuntos dos anos 1960 e outros períodos alcançados por sua atuação.<sup>12</sup> Todavia, em grande parte, permanece alheio às atenções dos historiadores. Haja vista a relevância do personagem, trata-se de uma lacuna em nossa produção histórica especializada no político, a qual nossa delimitação temática pretende cobrir, ainda que parcialmente.<sup>13</sup> No MDR, vasculhamos diversos conjuntos documentais. Entre outros, “Série Governo João Goulart”, “Série Correspondência Geral”, “Série Documentos Pessoais”, “Série Política Partidária” e “Série Recortes de Jornal”. Assim, encontramos e examinamos discursos presidenciais em cuja elaboração e/ou revisão notamos a participação de Darcy Ribeiro (inclusive por meio de anotações quase indecifráveis a próprio punho), notícias selecionadas em jornais e revistas com marcações à caneta feitas por ele, pronunciamentos públicos, correspondências, entrevistas, materiais jurídicos referentes a confronto de grande repercussão com Carlos Lacerda em 1963, etc. Felizmente, em sua maior parte, os textos são datilografados.<sup>14</sup>

O segundo veio documental que exploramos a fim de compreender a trajetória de Darcy Ribeiro na cronologia delimitada é a imprensa escrita. Examiná-la é alternativa fecunda para acompanharmos sua participação no governo João Goulart e vinculação ao trabalhismo. Assim, para observar seu desempenho na chefia do Gabinete Civil, de 18 de junho de 1963 até o golpe militar de 1964, baseamo-nos amplamente no *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. Jornais estes que constituem fonte muito rica em informações sobre itinerários, sociabilidades, práticas, ideias, embates e posicionamentos do nosso personagem. Revelam-nos pistas sobre as formas de recepção sociopolítica que tiveram. Põem em cena atores do governo, apoiadores e detratores. Espelham o cenário político e seus principais

---

<sup>12</sup> A respeito da constituição do acervo de Darcy Ribeiro, ver: FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. **Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro**. Rio de Janeiro: FUNDAR, 2011. Disponível em: <http://www.fundar.org.br/fundar#acervo>. Acesso em: 03.12.2020. Sobre a FUNDAR: <http://www.fundar.org.br>. Importa esclarecer que as citações diretas das fontes utilizadas para o desenvolvimento do nosso trabalho, sejam provenientes do acervo pessoal do personagem pesquisado, imprensa etc., mantêm as peculiaridades originais de sua escrita, a saber, características ortográficas, gramaticais e eventuais equívocos de redação.

<sup>13</sup> Essa lacuna evidencia-se, ainda, ao considerarmos que a reabilitação do método biográfico, inerente ao “retorno” do político, esteia-se na constatação do valor dos acervos pessoais (LEVILAIN, 2003). Estes, não menos importantes para a história dos intelectuais que pressupõem reconstituir redes de sociabilidades em que atuam (SIRINELLI, 2003) e, obviamente, ao exame do papel de indivíduos face às culturas políticas.

<sup>14</sup> O conjunto empírico que examinamos no MDR e resultante compilação documental extrapolam consideravelmente as fontes empregadas nesta tese. Ultrapassam, inclusive, seus limites temático-cronológicos. Dessa maneira, instigam-nos a desenvolver, em futuro próximo, novos trabalhos acerca da trajetória política de Darcy Ribeiro, abarcando outros contextos e perspectivas.

assuntos, as correntes de opinião estabelecidas, a dinâmica da sociedade civil organizada, padrões socioculturais, etc. Enfim, abrem-nos janelas a partir das quais podemos, indiretamente, sob pontos de vista variáveis, entrever vivências protagonizadas por Darcy Ribeiro no contexto em que se desenrolam. Bem como, apreender suas reações no calor dos fatos. Desse modo, auxilia-nos a situá-las, reconstituí-las, interpretá-las e inferir sentidos úteis ao entendimento da temática analisada com menor incidência da operação memorialística que caracteriza seus relatos retrospectivos. Fornece-nos, pois, parâmetro para o cotejamento de fontes selecionadas ou produzidas por critério pessoal.<sup>15</sup>

Por fim, integram-se à nossa base empírica primordial as obras autobiográficas de Darcy Ribeiro, *Testemunho* (1990) e *Confissões* (1997). Tendo a mesma finalidade, compartilham boa parte de seus conteúdos. Com publicação mais recente, a segunda é mais abrangente e extensa, oferecendo-nos repertório maior de narrativas de vida do autor. Tanto que, inclusive, muitos pesquisadores prescindem da primeira. Não obstante, ambos contêm especificidades. No caso de *Confissões*, a produção transcorre em período de doença do autor. Encerrando-se já à beira de sua morte, é publicada postumamente. Nessas autobiografias, sobretudo na última, Darcy Ribeiro procura iluminar sua trajetória da infância às vésperas das publicações. É ele quem seleciona, rememora, redige e significa experiências de vida bastante variadas, apresentando-as sob narrativa fluida e envolvente. Um aspecto interessante da obra autobiográfica de Darcy Ribeiro é que incorpora textos escritos em fases diversas de sua trajetória. Essa interessante dimensão de compilação, algumas vezes, aproxima-nos de suas ideias e opiniões imediatas.<sup>16</sup> Suas *Confissões* revivem infância e adolescência na provinciana Montes Claros (ou Moc) dos anos 1920 e 1930. Recordam (des)encantos juvenis em Belo Horizonte (Beagá). É no ambiente universitário, intelectual e boêmio da capital mineira do alvorecer da década de 1940 que Darcy Ribeiro descobre o comunismo. Reprovado no curso de medicina da Universidade de Minas Gerais, encontrar-se-ia com sua “vocação” para as ciências sociais na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESPSP). A obra conta-nos ainda sobre seu percurso pelas vastidões interioranas e indígenas do país a serviço do

<sup>15</sup> Os números do *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, dentre outros periódicos consultados, em regra, integram o acervo da Biblioteca Nacional, podendo ser acessados remotamente através da “Biblioteca Nacional Digital”, seção “Hemeroteca Digital Brasileira”. Ver: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Quanto ao uso de jornais como fonte de pesquisa histórica, Cf.: LUCA (2008).

<sup>16</sup> Importa registrar que sempre há “distâncias” entre “memória” e “circunstâncias” narradas. Isso decorre do seletivo trabalho de lembrar. Afinal, a “memória” nem tudo registra. E, além do que esquece, quem recorda escolhe, interpreta, ordena, significa e, até mesmo, idealiza o que conta. Acerca do emprego de fontes testemunhais em trabalhos históricos e outras áreas, Cf.: Sarlo (2007).

Marechal Rondon e seu ingresso na vida acadêmica do Rio de Janeiro. Repensa sua trajetória política trabalhista nos governos Jango, Brizola e senado. Golpes, conseguintes ditaduras e itinerários exílicos não ficam de fora.

Esta tese abarca seis capítulos. No *Capítulo 1: Darcy Ribeiro, culturas políticas e cultura política trabalhista*, inicialmente, apresentamos o personagem e esboçamos um panorama da bibliografia disponível a seu respeito. Não obstante o engajamento seja um dos aspectos mais proeminentes de sua trajetória, tornando-o ator-chave em nossa história política recente, notamos defasagem do enfoque político no amplo arco de estudos que o elegem como tema. Consoante à nossa proposta de pesquisar o exercício de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil pela ótica da cultura política trabalhista – experiência fundamental em sua trajetória, além de fecunda ao entendimento do trabalhismo e do processo político brasileiro contemporâneo, mas ainda não examinada em detalhes –, a seguir dedicamo-nos a estruturar o quadro teórico-conceitual que balizará a investigação desenvolvida nas etapas seguintes do trabalho. Com efeito, abordamos o conceito de culturas políticas, conforme estabelecido pela “nova” história política, a partir do qual definimos a cultura política trabalhista. Por fim, discutimos a reorientação ideológica vivenciada por Darcy Ribeiro em meados dos anos 1950, quando, arrebatado pelo suicídio de Getúlio Vargas, o antropólogo adere ao trabalhismo em detrimento da militância comunista.

No *Capítulo 2: Um combativo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República: Darcy Ribeiro e cultura política trabalhista no governo João Goulart*, primeiramente, buscamos entender o estabelecimento do governo presidencial de João Goulart e seu direcionamento reformista, com ênfase na reforma ministerial que inclui a nomeação do personagem pesquisado. A seguir, passamos a analisar o exercício de Darcy Ribeiro na chefia do Gabinete Civil, atraídos por seu envolvimento em caloroso embate entre Carlos Lacerda (UDN) e o governo federal. “Carta ao Povo” divulgada pelo governador da Guanabara no começo de julho, na qual ataca com veemência Jango e sua administração, repercute amplamente. Darcy Ribeiro destaca-se entre os auxiliares diretos do presidente escalados para responder oficialmente o adversário. É o primeiro integrante da equipe ministerial a replicá-lo através de pronunciamentos no rádio, TV e entrevistas. Inclusive, Carlos Lacerda processa-o por calúnia, difamação e injúria. O episódio possibilita-nos acesso privilegiado à dimensão pública da atuação de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do

Gabinete Civil. Através dele, percebemos que, desde então, o antropólogo opera elementos da cultura política trabalhista, constituindo-se como ideólogo e agente relevante do governo Jango.

Em nosso *Capítulo 3: As razões de Darcy Ribeiro*, a princípio, examinamos repercussões do conflito entre os governos de Carlos Lacerda e João Goulart, abarcando seus desdobramentos na imprensa, esferas legislativas e condutas dos atores envolvidos. Buscamos, assim, apreender ressonâncias sociais do embate. Adiante, passamos a discutir os desdobramentos jurídicos da contenda entre o governador da Guanabara e Darcy Ribeiro. Desse modo, perscrutamos a peça de sua defesa no processo judicial impetrado por Carlos Lacerda. Através do interessante documento, analisamos elementos político-culturais externados por nosso protagonista à luz da cultura política trabalhista em dimensão diversa: a formalidade processual. No *Capítulo 4: Dias trabalhistas: Darcy Ribeiro e discursos presidenciais de João Goulart*, buscamos enfatizar a agência do professor, a frente do Gabinete Civil, como ideólogo do governante trabalhista. Desse modo, investigamos sua participação na elaboração de discursos presidenciais em duas ocasiões celebrativas da cultura política trabalhista: o “Dia de Vargas” e o “Dia da Pátria”, respectivamente, 24 de agosto e sete de setembro, em 1963. Assim, lançamos alguma luz sobre os bastidores de sua atuação em conexão com ritos do trabalhismo, os quais buscamos reconstituir, ainda, a fim de melhor compreender a dinâmica desta cultura política.

O *Capítulo 5: Darcy Ribeiro e a mensagem das reformas de João Goulart* inicia a reconstituição dos passos do antropólogo em 1964. Isto é, nos estertores da crise que culmina no golpe militar. Continuando a examinar sua ingerência na discursividade governista e, mais amplamente, na cultura política trabalhista, priorizamos sua participação na elaboração da *Mensagem ao Congresso Nacional*, remetida pelo presidente em 15 de março. É Darcy Ribeiro quem, a pedido de Jango, redige o documento destinado a formalizar o programa político do executivo junto ao legislativo. Dada a sua relevância, o então ministro-chefe do Gabinete Civil viria definir a *Mensagem* como a “carta político-ideológica” de Jango (RIBEIRO, 1997, p. 340). Finalmente, no *Capítulo 6: A ‘hora de chumbo’*, abordamos a atuação de Darcy Ribeiro frente ao *Comício das reformas*, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março, e subsequentes acontecimentos que caracterizam o recrudescimento da crise político-militar enfrentada por Jango às vésperas do golpe realizado na virada de março a

abril. *Mensagem* e *Comício* consistem ações complementares, compondo a estratégia final do presidente então deposto para persuadir o legislativo a aprovar as reformas de base que assumira como seu programa de governo. Darcy Ribeiro colabora em ambas as frentes. Além da *Mensagem*, cabem-lhe contatos políticos visando mobilizar apoios para uma série de atos públicos programados em defesa do governo e seu programa. Inaugurados pelo *Comício das reformas*, não fosse o golpe, tais atos realizar-se-iam entre abril e maio. Desse modo, Darcy Ribeiro colabora de forma central à estratégia final de poder implementada por Jango, qual seja, pressionar o Congresso a aprovar as reformas mediante contínua mobilização sindical-popular. Presente no palanque com o mandatário em seu último *Comício*, o ministro-chefe do Gabinete Civil permanecerá ao seu lado até os instantes finais da derrubada do governo. Darcy Ribeiro e Waldir Pires são os últimos auxiliares de Jango a deixar o Palácio do Planalto. O antropólogo é o último ministro a retirar-se de Brasília, ao lado do referido amigo, ora Consultor-Geral da República.

Assim, objetivamos reconstituir e analisar experiências de engajamento político protagonizadas por Darcy Ribeiro como intelectual de esquerda, sobretudo, no exercício da chefia do Gabinete Civil, durante o período presidencial do governo João Goulart. Nestes marcos, enfatizamos a interação entre sua atuação política e a tradição trabalhista brasileira. Vale reiterar, concebida como uma cultura política relevante e duradoura à qual, desde meados dos anos 1950, a trajetória do antropólogo, a princípio comunista, relaciona-se intrinsecamente. Esta abordagem pretende contribuir para o conhecimento de dois temas virtualmente ausentes da historiografia. Isto é, compreender melhor os passos de Darcy Ribeiro no político e examinar o trabalhismo como cultura política.

## **Capítulo 1: Darcy Ribeiro, culturas políticas e cultura política trabalhista**

Antes de mais nada, interessa-nos conhecer alguns aspectos da trajetória de Darcy Ribeiro, assim como, as linhas gerais dos trabalhos acadêmicos produzidos a respeito de suas muitas faces. Igualmente imprescindível é delinear as bases teórico-conceituais à análise do nosso objeto de estudos: a trajetória político-intelectual do personagem como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República à luz da cultura política trabalhista. Desse modo, após apontamentos biográficos e bibliográficos, abordamos o conceito de culturas políticas, conforme estabelecido pela “nova” história política (BERSTEIN, 1988; 2009), bem como, suas apropriações no Brasil (MOTTA, 2009; 2018; PEREIRA, 2017). Isto posto, instigados por Rodrigo Patto Sá Motta (2009), buscamos conceituar trabalhismo brasileiro como cultura política atuante e longeva no Brasil, estabelecida a partir de meados dos anos 1940. Tendo Getúlio Vargas como fundador e principal líder, João Goulart e Leonel Brizola como herdeiros primordiais, a cultura política trabalhista motiva partidos, intelectuais, militantes, políticos e trabalhadores organizados ou não com base em um projeto político de centro-esquerda que defende reformas econômico-sociais, direitos e justiça social em favor das classes populares. Como tal, conquista relevante espaço na política nacional, até ser proscrita pelo golpe militar de 1964, retornando com força nada desprezível após a “redemocratização”. Por fim, discutimos a reorientação ideológica vivenciada por Darcy Ribeiro em meados dos anos 1950, quando, arrebatado pelo suicídio de Getúlio Vargas, decide aderir ao trabalhismo em detrimento da militância comunista. Eis, *grosso modo*, o percurso que trilhamos a seguir.

## Darcy Ribeiro: trajetória político-intelectual

Darcy Ribeiro nasce em 26 de outubro de 1922, na cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais. Em 1939, transfere-se para a capital.<sup>17</sup> Inicia o curso de medicina na Universidade de Minas Gerais, porém, deixa-o antes de concluir, em 1942. Ingressa, em 1944, na ESPSP, onde, dois anos mais tarde, sob orientação do professor Hebert Baldus, obtém graduação em sociologia com especialização em etnologia.<sup>18</sup> Durante sua experiência universitária, ainda em Belo Horizonte, estabelece seus primeiros contatos com a política. Atua, desde então e durante seus estudos em São Paulo, como militante do PCB. Em 1947, a convite do Marechal Cândido Rondon, ingressa no Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Ocupando-se de estudos etnográficos, passa anos ao sul do Mato Grosso, entre candiúeus, e na floresta amazônica, com os urubu-caapor, contribuindo para o desenvolvimento da política indigenista oficial e consolidação da antropologia no Brasil.<sup>19</sup> Nesse ínterim, temporariamente afastado do engajamento partidário, o suicídio de Getúlio Vargas desperta-lhe para o trabalhismo. Logo, afasta-se do “partidão”, aproximando-se dos trabalhistas.

Em 1956, Darcy Ribeiro é admitido como diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, ligado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do ministério da Educação e Cultura, passando a atuar em colaboração com Anísio Teixeira. Em 1959, Juscelino Kubitschek os incumbem da elaboração do projeto para a UnB, da qual o antropólogo é eleito o primeiro reitor, assumindo em 1962.<sup>20</sup> O currículo educacional, a proatividade política e a proximidade entre Darcy Ribeiro e o primeiro-ministro Hermes Lima contribuem para sua nomeação para o cargo de ministro da Educação. Seu trânsito junto a Juscelino Kubitschek, a quem assessora em assuntos educacionais, por

<sup>17</sup> As informações biográficas apresentadas a seguir e outros dados sobre a trajetória de Darcy Ribeiro encontram-se em: Ribeiro (1990); Ribeiro (1997); DARCY RIBEIRO. Biografia. *In.*: **Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro**. Rio de Janeiro: FUNDAR, 2011. Disponível em: <http://www.fundar.org.br/fundar#acervo>. Acesso em: 03.12.2020; FGV. CPDOC. **RIBEIRO, Darcy**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Darcy%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 03.12.2020.

<sup>18</sup> A formação obtida por Darcy Ribeiro na ESPSP em 1946 equipara-se, atualmente, ao grau acadêmico de mestre. Não realiza curso de doutorado acadêmico no Brasil ou exterior. A partir de meados dos anos 1950, visita diversos países europeus, latino-americanos e africanos nos quais, como antropólogo reconhecido por seus estudos etnológicos, participa de inúmeros congressos internacionais, ministrando cursos e seminários. Recebe o título de *Doutor Honoris Causa* das universidades de Sorbonne, Copenhague, Uruguai, Venezuela e Brasília.

<sup>19</sup> Sobre a trajetória de Darcy Ribeiro como antropólogo, ver André Luís Lopes Borges Mattos (2007).

<sup>20</sup> Darcy Ribeiro exerce a função de reitor da UnB entre 5 de janeiro e 19 de setembro de 1962, quando se afasta para ser nomeado ministro da Educação. Retorna à reitoria no período de 24 de janeiro a 18 de junho de 1963. Então, deixa outra vez a administração da universidade para atuar no governo. Desta feita, como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

certo, também o favorece. Assume a pasta em 18 de setembro de 1962, exercendo-a até 24 de janeiro de 1963. Praticamente na totalidade desse tempo, os poderes presidenciais encontram-se limitados pela vigência do sistema parlamentarista, adotado em acordo político para garantir a posse de João Goulart, efetivada em sete de setembro de 1961. Darcy Ribeiro figuraria como um dos articuladores da campanha pelo reestabelecimento do presidencialismo, resultando no plebiscito de seis de janeiro de 1963. Coubera ao ministro da Educação coordenar a vitoriosa campanha nacional para restauração do presidencialismo (RIBEIRO, 1997). No mesmo mês, contudo, Darcy Ribeiro deixa o ministério, reassumindo a reitoria da UnB. Todavia, não demora a ressurgir na cena política nacional como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República de Jango (agora em pleno exercício de seus poderes presidenciais). O novo cargo, assumido em 18 de junho, confere-lhe extraordinário destaque, alçando-o à linha de frente das lutas políticas governistas. Exerce-o em um contexto de crise, crescente tensão político-ideológica e deixa-o apenas em abril de 1964, em decorrência do golpe que derruba o presidente juntamente com sua equipe administrativa.

Darcy Ribeiro vivencia, pois, relevante trajetória política no governo João Goulart, militando a favor do ideário trabalhista-reformista do presidente. Mesmo com a consolidação do golpe militar em 1º de abril, o antropólogo não deixa o governo até que seus esforços pela resistência comprovem-se vãos. É o último ministro a deixar o Palácio do Planalto, na madrugada de 2 de abril, mantendo-se disposto a resistir ao lado de João Goulart até sua opção definitiva por não lutar para preservar o país de uma “guerra fratricida”. A vitória dos golpistas, contra os quais faz reiteradas denúncias prévias e empenha-se publicamente com veemência enquanto ministro da Educação, reitor da UnB e, sobretudo, como ministro-chefe do Gabinete Civil, bem como, o imediato declínio das garantias democráticas, levam-no a optar pelo exílio. Estabelecendo-se no Uruguai, reencontra Jango, outros integrantes do governo deposto e trabalhistas, além de expatriados brasileiros de vinculações político-institucionais diversas, também instalados no país vizinho a fim de escapar à ditadura (GOMES, 2000, p. 51; PINHEIRO, 2006, p. 46; RIBEIRO, 1990, p. 275). Montevideu torna-se sua residência mais duradoura fora do Brasil. Lá moraria de 1964 a 1968, trabalhando na Universidad de la Republica (Udelar) como professor de antropologia. Em estreita convivência com intelectuais locais, envolve-se diretamente em projetos editoriais

sediados na cidade, com destaque para o semanário *Marcha* e *Enciclopedia Uruguaya* (COELHO, 2002, 2003, 2015). Seu desterro, com breves intervalos em 1968/1969 e 1974, perdura até 1976, incluindo estadias e atividades político-intelectuais na Venezuela, Chile e Peru.<sup>21</sup>

Darcy Ribeiro retornaria para casa ao beneficiar-se de concessões do regime ditatorial brasileiro a opositores durante a abertura política “lenta, gradual e segura”, iniciada em 1974. Ainda exilado, durante o processo de “redemocratização”, integra-se às iniciativas destinadas ao restabelecimento do extinto PTB, sob a égide de Leonel Brizola. Retoma sua carreira política pelo PDT, criado em 1980, que acaba por abrigar parcela expressiva dos petebistas históricos. Como pedetista, exerceria os cargos de vice-governador do Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola (1983-1987), e senador (1991-1997), pelo mesmo estado, dentre outras diversas e numerosas atividades político-intelectuais. Portanto, tendo em vista a longevidade do seu vínculo com o trabalhismo, não obstante sua identificação inicial ao comunismo e ao socialismo, dirigimos especial atenção à sua atuação como ideólogo do governo trabalhista, durante seu exercício como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Uma breve análise de trabalhos acadêmicos disponíveis sobre aspectos da trajetória de Darcy Ribeiro revela-nos relevantes e variadas contribuições. Diversos autores dedicam-se a compreendê-la sob múltiplos ângulos. Todavia, examiná-la pelo prisma do engajamento político e/ou culturas políticas permanece como tarefa a ser feita. Especialmente, através da documentação pessoal do personagem, disponível no MDR. Material empírico abundante e fecundo, porém, pouquíssimo explorado em pesquisas acerca do titular. Enfrentar esta lacuna e, nas dimensões da nossa delimitação temática, reduzi-la, com um estudo tipicamente histórico, seguindo os passos do antropólogo em terreno político, com foco em sua experiência como ministro-chefe do Gabinete Civil e relações com a cultura política trabalhista mediante mergulho de maior fôlego no mencionado acervo, combinado a outras possibilidades documentais que se abrem além deste, é tarefa que nos fascina e impulsiona. Por razões objetivas, não pretendemos aqui revisar a totalidade dos estudos disponíveis sobre Darcy Ribeiro, pois, seria tarefa demasiado ambiciosa até mesmo para uma investigação

---

<sup>21</sup> Importa assinalar experiências de Darcy Ribeiro enquanto exilado como assessor político dos presidentes Salvador Allende e Juan Velasco Alvarado, respectivamente, no Chile e Peru.

específica, que, por certo, também demandaria algum nível de seleção. Compete-nos abordar, a título de discussão bibliográfica, trabalhos que buscam compreendê-lo através de perspectivas que fornecem elementos a uma abordagem eminentemente política de sua trajetória.

Helena Bomeny (2000) debruça-se sobre a trajetória de Darcy Ribeiro enfatizando suas relações com o pensamento social brasileiro e a educação. Com olhar sociológico, a autora evidencia a formação política e aspectos psicológicos da constituição do personagem. Destaca a atipicidade, a paixão e o engajamento como traços-chaves de sua *persona* e atuação político-intelectual. “Imprudente”, “apaixonado”, “homem de públicas convicções partidárias”, “orador eloquente”, sua “despudorada exposição pública” e “absoluta falta de reserva” fazem dele, apesar de mineiro, um notório contraponto à “mineiridade”. Isto é, oposto à “representação” tradicionalmente associada aos políticos de seu estado natal, personificados pela “moderação”, “equilíbrio” e “discrição”, observa Bomeny (2000, p. 33 e 38). Portanto, de acordo com José Carlos Reis (2017, p. 310-311), Darcy Ribeiro define-se publicamente antes por traços próprios à “carioquidade”. Assim, é admirado no Rio de Janeiro como alguém de “espírito tempestuoso”, que desafia tempestades e abismos. Figura quase como um “rei” dos cariocas e “um mineiro típico jamais poderia sê-lo”. Entretanto, observa Reis, talvez Darcy Ribeiro tenha a todos “enfeitado” com “sua arte de autoencenação”. Afinal, em *Testemunho* (1990) e *Confissões* (1997), admite esconder seu “sofrimento” e “gosto mineiro de sofrer”, reconhecendo-se “tímido, inseguro, modesto, solitário, melancólico”.

Darcy Ribeiro destoa, ainda, do meio acadêmico-intelectual a que pertence. Advoga que o estudo de temas latino-americanos demanda um ponto de vista analítico autônomo às matrizes conceituais europeias e norte-americanas hegemônicas, criticando com a contundência que lhe é própria os especialistas que aqui, para ele, limitam-se a reiterá-las. No pós-1964, diferentemente da maioria dos intelectuais do campo das ciências sociais preocupados com “as grandes questões nacionais e internacionais” da época, exila-se e estabelece “interlocução com o círculo intelectual latino-americano”, quando o mais comum é dirigirem-se à França e aos Estados Unidos (BOMENY, 2000, p. 56-57). Os traços-chave que constituem Darcy Ribeiro dotam-no de uma motivação intelectual que afasta qualquer sombra de “diletantismo”, enfatiza Bomeny (2000, p. 56). Para ele: “Conhecer é intervir. O sentido

político da atividade intelectual nunca lhe escapou”, diz a autora. Seu conseqüente envolvimento com “causas públicas” leva-o à “participação efetiva no governo”, consolidando como aspectos que “o distinguem como homem público” a herança “getulista” e o vínculo com a “Escola Nova”.<sup>22</sup> Assim, se sua atuação em âmbito educacional pavimentou o caminho à vida pública, “é como político que sua biografia ficou associada à educação”, pondera Bomeny (2000, p. 65). Outro ponto que ganha relevo aos nossos olhos no estudo realizado pela socióloga é a evidência de fortes doses de “personalismo”, “carisma” e “voluntarismo messiânico” no comportamento pessoal, intelectual e público de Darcy Ribeiro. Estes atributos revelam-no como alguém que “se vê como ‘gênio’ e age com esse auto e sincero convencimento” (BOMENY, 2000, p. 64).

Tanta paixão e personalismo não toldam, todavia, a coerência político-ideológica de Darcy Ribeiro. Segundo Bomeny (2000, p. 52), esta é mais uma de suas “singularidades”. A trajetória pública do antropólogo, “herdeiro do Brasil getulista”, pontua a autora, revela notória “fidelidade partidária ao PDT, da criação do partido em 1980 até o final de sua vida”, em 1997. Trata-se de um dado relevante, reforça ela. Pois, tal característica “talvez só possa mesmo ser encontrada no próprio Brizola, criador e chefe ininterrupto do partido”. Além do que, “laço tão constante de lealdade a Brizola é um fenômeno raro entre os ativistas que ingressaram nas hostes do partido”. Entretanto, a linearidade política identifica por Bomeny na trajetória de Darcy Ribeiro ultrapassa os marcos de sua vivência pedetista. Se consideramos sua orientação em termos de cultura política trabalhista, conforme apontamos, remonta ao fim do segundo governo de Getúlio Vargas, líder máximo e “mártir” do trabalhismo brasileiro. Como mencionamos e discutiremos mais adiante, Darcy Ribeiro é suscitado a posicionar-se ao lado dos trabalhistas pelo catártico suicídio do presidente. Nos anos subsequentes, embora sem filiação partidária formal, aproxima-se dos trabalhistas. Logo atuaria junto a João Goulart, primeiro como ministro da Educação, depois como ministro-chefe do Gabinete Civil (1962-1964). Finda a ditadura, retornando ao Brasil após longo exílio, Darcy Ribeiro vincular-se-ia a Leonel Brizola, desta feita desempenhando cargos eletivos e devidamente filiado ao PDT. Portanto, durante a maior parte de sua vida, Darcy Ribeiro mantém-se identificado ao trabalhismo, mostrando-se leal não só a partidos ou lideranças tributários deste espectro ideológico. Mas, antes, à cultura política trabalhista.

---

<sup>22</sup> A Escola Nova é um “movimento educacional que se espalha no país nos anos 1920, e que teve sua expressão mais visível no ministério Capanema de 1934 a 1945” (BOMENY, 2000, p. 51).

Bomeny (2000, p. 59-62) ainda nos traz interessantes reflexões sobre o modo como Darcy Ribeiro percebe e vivencia sua condição de intelectual, apoiando-se em três bases conceituais. A primeira é a noção proposta por Julien Benda, para quem o intelectual é o indivíduo pertencente a “uma casta de supercapacitados e moralmente dotados que constituem a consciência da humanidade”. Nesta perspectiva, o ser intelectual reivindica isenção política e objetividade analítica. A segunda é a acepção de Edward Said, que acentua a subjetividade e dá boa margem ao sentido político, considerando que intelectuais “são aquele tipo especial de gente fronteira com a arte”, com “vocação de representa o seja quando escreve, fala, ensina ou aparece na média”. Por fim, Bomeny relaciona Darcy Ribeiro ao intelectual orgânico, político por excelência, concebido por Antonio Gramsci. Simplificadamente, neste caso, vemo-nos diante do sujeito dotado de conhecimento e capacidade privilegiados para analisar e compreender criticamente os processos sociais. E que, valendo-se dessas habilidades excepcionais, atua para organizar as classes sociais de acordo com os interesses destas. Ou seja, o intelectual explicitamente engajado e comprometido “com causas coletivas”, traduzindo-as em “políticas públicas e sociais”. O indivíduo que, detendo conhecimento, coloca-o “a serviço da transforma o social”. Isto posto, Darcy Ribeiro   situado por Bomeny como intelectual exemplar da “jun o” das tipologias de Benda e Gramsci, associando virtudes como “consciência moral”, “talento extraordinário em desvendar o enigma social” e “missão transformadora”. Portanto, o antropólogo ultrapassa os limites do plano teórico por meio de atitudes práticas que reverberam a concep o de intelectual que ele mesmo enuncia. Crítico contundente do *status quo*, apresenta-se como “intelectual público” devotado às “causas sociais populares”, envolvendo-se diretamente “na política como artífice de alternativas ‘mais justas’ e ‘mais adequadas   realidade nacional’”, haja vista suas participa es em governos e outras atividades.<sup>23</sup>

Sendo Darcy Ribeiro intelectual politicamente engajado, como   de se esperar, suas concep es acadêmico-teóricas denotam inconformismo e propósitos transformadores.

---

<sup>23</sup> Em pleno acordo com Bomeny, parece-nos perfeitamente cabível incorporar   conceitua o do intelectual Darcy Ribeiro, ainda, elementos sugeridos por Said (*apud* Mattos, 2007, p. 38). A figura (auto)biográfica de Darcy Ribeiro aproxima-se da representa o de intelectual “fora do lugar” que Said confere a si mesmo, observa Mattos (2007). Ademais, vale a pena acrescentar, Darcy Ribeiro expressa, em diferentes momentos, inequívoca valoriza o da arte. Prestigia, em especial, a literatura, dedicando-lhe parte de seu esforço de autor, tanto em prosa quanto em verso (RIBEIRO, 1981, 1988, 1996 [1989]). E mesmo suas obras ditas acadêmicas, dado seu estilo, em boa parte, situam-se numa fronteira entre o científico e o artístico.

Além disso, conforme aponta Bomeny (2000, p. 71-72), ao enunciar sua “visão do Brasil”, o antropólogo traz à tona uma “concepção indignada e missionária”. Indignada com as mazelas impingidas ao povo por uma “elite madrasta”. Missionária por supor que uma “mão condutora” possa “salvar” esta “sofrida nação”. Como diria o próprio Darcy Ribeiro, dessa elite “que sempre achou que o povo é espécie de negro, escravo, carvão pra queimar e não importa o que acontece com ele”. Isto é, de “uma classe dominante ruim, ranzinza, azeda, medíocre, cobiçosa que não deixa o país ir pra frente”.<sup>24</sup> Para Darcy Ribeiro, portanto, este é um país “que deu errado” porque conduzido por uma aristocracia incapaz de “perceber os custos extensivos a toda sociedade de uma experiência tão prolongada da escravidão”, acrescenta Bomeny (2000, p. 71-72). A “mácula do escravismo”, como um “vício” elitista contagioso, alastra-se deteriorando as relações econômico-sociais e políticas de modo geral. Desse modo, lança o povo na “orfandade maior, a do desconhecimento, da falta dos instrumentos elementares ao manuseio da civilização”. Assim, constata a autora: “A militância de Darcy teria no diagnóstico sociológico do descaso sua fonte permanente de sustentação”.<sup>25</sup>

Em viés afim, Lucas Miranda Pinheiro (2006) dedica-se ao estudo das ideias políticas de Darcy Ribeiro sobre o atraso dos países da América Latina, desafios e perspectivas à superação de seus problemas históricos. Concentra sua análise dos anos 1950 aos 1990, abarcando obras em que o antropólogo assume questões latino-americanas como objeto de reflexão. Desse modo, como em Bomeny (2000), Darcy Ribeiro ganha destaque no chamado pensamento social, alçado ao primeiro plano como teórico engajado, “intelectual militante” ou “ideólogo” que busca colocar seu conhecimento a serviço de causas sociais, em especial a educação. Pinheiro (2006, p. 74) observa que, ao “propor toda uma teoria da história”, Darcy Ribeiro desenvolve uma espécie de meta-narrativa histórica para “que as sociedades americanas pudessem ser inclusas na história humana a partir de uma perspectiva própria, não centrada na visão européia”. Tal feito garante ao “intelectual do mundo subdesenvolvido” o “reconhecimento acadêmico internacional”, no “novo” e “velho” mundos. A repercussão de *O processo civilizatório*, por volta de 1970, sugere sua inclusão entre

---

<sup>24</sup> RODA VIVA. **Darcy Ribeiro**. 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6r7QDo9yHJk>. Acesso: 02.09.2018.

<sup>25</sup> Além dos elementos aludidos por Bomeny (2000) enquanto aspectos constitutivos do intelectual enquanto ator histórico, acrescentamos outras circunstâncias imprescindíveis à sua adequada compreensão, tais como: redes de sociabilidades, geração e a própria cultura política (SIRINELLI, 2003, 2005; BERSTEIN, 1988, 2009).

intelectuais “marginais” que obtêm lugar social a partir dos centros acadêmicos mundiais em meados do século XX. Dessa maneira, o enfoque desenvolvido por Pinheiro revela aspectos intelectuais que conferem sustentação ao Darcy Ribeiro político que, no entanto, permanece em plano secundário.

O engajamento característico da obra de Darcy Ribeiro constitui ponto caro a Pinheiro (2006). Ele acentua, por exemplo, a produção antropológica desenvolvida pelo professor brasileiro em seu exílio uruguaio (1964-1968) como fruto de preocupações político-intelectuais. Neste contexto, Darcy Ribeiro dedica-se a uma empreitada teórico-interpretativa original e ambiciosa. De um ponto de vista autônomo, escapando aos esquemas explicativos hegemônicos importados, busca explicar a formação histórica dos países latino-americanos, esclarecendo as razões da ausência de desenvolvimento econômico-social permanente na região e, não menos, os motivos do golpe que derrotara o governo brasileiro no qual, há pouco, estivera como ministro-chefe do Gabinete Civil batalhando por reformas estruturais.<sup>26</sup> Conforme o próprio Darcy Ribeiro (1995b, p. 13-4): “A necessidade de uma teoria do Brasil, que nos situasse na história humana, me levou à ousadia de propor toda uma teoria da história”. Este audacioso esforço analítico visa, também, descortinar no presente caminhos para um futuro de redenção, uma utopia darcyniana. Pinheiro (2006) considera utópico o pensamento, muitas vezes reiterado por Darcy Ribeiro (1990, p. 241) ao longo da vida, de que seria destino dos brasileiros unificarem-se com demais latino-americanos face a “oposição comum ao mesmo antagonista, que é a América Anglo-Saxônica” para “fundarmos, tal como ocorre na comunidade européia, a Nação Latino-Americana sonhada por Bolívar”. Isso nos facultaria fazer frente aos “blocos chineses, eslavos, árabes e neobritânicos na humanidade futura”. Enquanto “povos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes”, pondera Darcy Ribeiro, nossa “tarefa” seria “muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante”. Materializar-se-ia em, urgentemente, “passar o Brasil a limpo, para que o povo tenha vez”. Ou seja, realizar as

---

<sup>26</sup> O conjunto de alterações nas estruturas econômico-sociais e políticas postuladas pelo governo João Goulart para superar o subdesenvolvimento e reduzir as desigualdades no Brasil, denominado “reformas de base”, inclui as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, universitária, política e agrária – esta, seu carro-chefe e tema de maior destaque no debate político. Bandeiras de Jango anteriores a sua ascensão à presidência, com o reestabelecimento do presidencialismo em janeiro de 1963, as reformas obtêm caráter de urgência, contemplando medidas nacionalistas diversas, com destaque à regulamentação de investimentos estrangeiros e remessas de lucros ao exterior. FGV. CPDOC. FERREIRA, Marieta Moraes. **As reformas de base**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base). Acesso: 09.11.2019.

medidas necessárias para que “todo brasileiro” possa “comer todo dia”, “toda criança” tenha “um primeiro grau completo”, cada homem e cada mulher encontrem “emprego estável em que possam progredir”. Com efeito, o bem-estar social do povo é para o antropólogo a base sobre a qual “se edificará aqui a civilização mais bela do mundo”. Originalidade de pensamento, reformismo e utopia são, assim, assinala Pinheiro, características recorrentes na obra darcyniana.

Em busca de uma síntese histórica totalizante original, que dê conta da relação de complementaridade e influências recíprocas entre universos específicos, Darcy Ribeiro propõe conceitos interpretativos gerais. Visam descrever a evolução sócio-cultural das sociedades humanas e constituir “uma tipologia dos povos americanos” relativa aos últimos quinhentos anos.<sup>27</sup> Com isso, justifica, procura suprir lacunas dos aparatos teóricos tradicionais “da sociologia e da antropologia acadêmicas” e do “marxismo dogmático”. Em sua opinião, ambos insatisfatórios à compreensão do “desenvolvimento desigual” das “sociedades contemporâneas” e “inoperantes” à “formulação de estratégias de luta que conduzam ao rompimento com o atraso” (RIBEIRO, 1995a, p. 14-5). Trata-se de ideias concernentes à relação das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e suas situações históricas na rede capitalista internacional. Embora dadas como novidades por Pinheiro (2006), acreditamos que o antropólogo deve-as, em alguma medida, ao materialismo histórico e interpretações do imperialismo dos séculos XIX e XX propugnadas por Karl Marx e Friedrich

---

<sup>27</sup> São conceitos propostos por Darcy Ribeiro acerca da evolução das sociedades: “sistema adaptativo”, que remete a aspectos tecnológicos aos quais caberia uma espécie de “determinação em última instância” sobre os demais – parece-nos, visão análoga à metáfora marxista da relação infra-estrutura/supra-estrutura; “sistema associativo”, que abarca os aspectos sociais; e “sistema ideológico”, que se refere aos aspectos culturais e políticos. As mudanças de uma etapa histórica à outra são explicadas pelos conceitos de “revolução tecnológica” (mudanças materiais com repercussões relevantes nas relações sociais e políticas) e “processo civilizatório” (impactos ou desdobramentos decorrentes da assimilação das inovações técnicas determinando novas formações sócio-culturais). Importa assinalar, outrossim, a noção de “aceleração evolutiva”, que remete ao desenvolvimento autônomo, típico de sociedades dominantes, metrópoles ou impérios. E “atualização histórica”, que consiste no desenvolvimento reflexo e gerador de dependência, característico de povos dominados e (neo)colônias (PINHEIRO, 2006, p. 94-5). Ainda conforme Pinheiro (2006, p. 90): “Para definir uma teoria da evolução das formações socioculturais aplicável a todas as sociedades, Darcy Ribeiro leva em conta quase todos os sistemas de referência considerados apenas individualmente por uma ou outra das teorias clássicas e os congrega de forma complementar, num só sistema de referências, de modo a conseguir localizar cada uma das sociedades – com suas respectivas culturas e formações socioculturais – em relação às suas respectivas etapas evolutivas”. Já as configurações histórico-culturais dos povos extra-europeus definidas pelo antropólogo são: “Povos-Testemunho”, “Povos-Novos”, “Povos-Transplantados” e “Povos-Emergentes”. Segundo ele: “Cada uma delas engloba populações muito diferenciadas, mas também suficientemente homogêneas quanto às suas características básicas para serem legitimamente tratadas como categorias distintas” (RIBEIRO, 1975, p. 16 *apud* PINHEIRO, 2006, p. 110).

Engels.<sup>28</sup> Ademais, é fácil notar que a interpretação darcyniana, ainda que baseada em terminologias próprias, baliza-se em marcos históricos protagonizados por sociedades europeias. O desenvolvimento capitalista do Velho Mundo, destacando-se desdobramentos mercantis e industriais, constitui-se mecanismo de inclusão dos povos do Novo Mundo na história e parâmetro para seu futuro. O viés evolucionista em Darcy Ribeiro dá a entender que todos devem encaminhar-se para o desenvolvimento industrial, por vias liberais ou socialistas, colocando os latino-americanos e afins sempre em situação de atraso ante o estágio civilizacional dos povos dominantes. Os caminhos alternativos ao desenvolvimento abrem-se aos dominados esporadicamente enquanto formas de emergência autônoma, na maioria das vezes, insurgentes. Despontam no âmbito das classes subalternas a partir do enlace da consciência étnica à ideologia política, contra secular espoliação fundada na cumplicidade entre forças locais anti-populares e interesses econômicos estrangeiros. Na desejada ruptura civilizacional entrevemos a originalidade e autonomia intelectual pretendidas por Darcy Ribeiro.<sup>29</sup>

André Luís Lopes Borges Mattos (2007) aborda a trajetória de Darcy Ribeiro como antropólogo no período de 1944 a 1982, o qual compreende a elaboração da maior parte de sua obra antropológica, além de experiências políticas importantes e seu exílio. Busca esclarecer como Darcy Ribeiro, um dos protagonistas da consolidação da antropologia no

---

<sup>28</sup> A seguinte passagem de “O Brasil como problema” (RIBEIRO, 1995a, p. 33 *apud* PINHEIRO, 2006, p. 81), induz tal questionamento. Nela, escreve Darcy Ribeiro: “Nossa hipótese é a de que os povos do mundo moderno tiveram, como geratriz do seu modo de ser atual (fator causal básico), o impacto que sofreram das forças transformadoras desencadeadas pelas duas revoluções tecnológicas, a Mercantil e a Industrial, que produziram a ‘civilização européia ocidental’ em suas feições, primeiro, capitalista-mercantil e, depois, imperialista-industrial. E de que ambas as revoluções tecnológicas, operando diferencialmente sobre os diversos contextos nacionais – conforme atuassem como um processo de evolução autônoma ou como uma ação reflexa de núcleos anteriormente desenvolvidos – privilegiaram alguns povos, instrumentando-os com poderes de domínio e exploração sobre os demais, na forma de núcleos reitores; e degradaram a outros, transformando-os em condições de existência dos primeiros”.

<sup>29</sup> Não obstante desenvolva reflexões competentes e muito esclarecedoras acerca das dimensões acadêmica e político-ideológica da produção escrita legada por Darcy Ribeiro, Pinheiro (2006, p. 181) reconhece em seu trabalho uma lacuna quanto às relações entre as ideias do antropólogo sobre a América Latina e as culturas políticas coevas: “De forma mais definida, relacionar os itinerários políticos em que Darcy Ribeiro se encontra envolvido para poder localizá-lo frente às diferentes ‘culturas políticas’ em que estão imersas todas as idéias políticas em diálogo nesse mesmo momento poderia constituir também objeto de análise deste trabalho – o que se ocorrer, se fará de modo bastante superficial, já que muito maiores dedicação e maturidade intelectual seriam necessárias para isso (...) assim, (...) obrigatoriamente a proposta se reserva a um eventual trabalho posterior de qualquer pessoa que se proponha fazê-lo”. Pinheiro (2012) volta a estudar Darcy Ribeiro, desta feita, analisando suas ideias no âmbito do que designa uma “cultura política utópica do Brasil e da América Latina”. Aprofundado a análise das obras darcynianas e suas intertextualidades, ao enfatizar o Darcy Ribeiro utópico em busca de transformar a realidade, reflete sobre a importância daquela cultura política para o trabalho intelectual no contexto em foco.

Brasil nos anos 1950, autor internacionalmente reconhecido, perde influência intelectual entre os antropólogos brasileiros a partir dos anos 1970.<sup>30</sup> A questão é posta à luz de um enfoque analítico que visa elucidar como se articulam o discurso, a prática e a obra do personagem. O autor se serve do acervo pessoal de Darcy Ribeiro, sob guarda da FUNDAR, evidenciando interessantes nuances desta documentação, a qual também utilizamos.<sup>31</sup> O caráter globalizante de sua abordagem, com atenção especial ao Darcy Ribeiro antropólogo, todavia, não constitui ocasião propícia para um mergulho profundo nas dimensões políticas do arquivo, apesar de apontar a fecundidade potencial destas. O inerente engajamento como ingrediente imprescindível à produção intelectual de Darcy Ribeiro é assinalado também por Mattos que, cumprindo o propósito de abarcar múltiplas facetas do sujeito investigado, captura aspectos subjetivos e concretos de sua fascinante trajetória. Traz à luz variadas experiências de vida do antropólogo, conferindo-lhes contornos muito mais concretos e definidos. Portanto, o trabalho de Mattos desperta-nos especial interesse. Vejamos o que nos diz sobre alguns pontos-chaves da atuação de Darcy Ribeiro.

Mattos (2007) assinala que Darcy Ribeiro desempenha papel relevante no governo João Goulart, influenciando significativamente em seus rumos políticos. Amizade, admiração e confiança mútuas corroboram estreita relação entre antropólogo e presidente; por sinal, a isso Darcy Ribeiro mesmo atribui sua nomeação como ministro-chefe do Gabinete Civil, então, o segundo cargo mais importante da administração federal. Certo é que, além do afeto, identificam-se ideologicamente. Não obstante perspectivas e objetivos finais diversos, nutrem convicção em comum no trabalhismo/PTB como alternativa à urgente superação de problemas econômico-sociais que impedem o desenvolvimento das potencialidades do país. Para Darcy Ribeiro (1997, p. 292-293), particularmente, o trabalhismo ora apresenta-se como caminho brasileiro ao socialismo. Por certo, a perspectiva do presidente não seria tão ambiciosa, embora falasse em uma “democracia social” em substituição ao “regime capitalista” e o professor aí aponte convergências com um “socialismo democrático”. De todo

---

<sup>30</sup> Dado seu ostensivo engajamento político (teórico e prático), resistência a postulados teórico-metodológicos desenvolvidos nos centros acadêmicos internacionais para pensar experiências latino-americanas, perspectiva evolucionista entendida como “defasada” por antropólogos universitários e opção por estilo cada vez mais ensaístico/literário, também criticado por seus colegas de campo, progressivamente, Darcy Ribeiro vai perdendo espaço na antropologia brasileira.

<sup>31</sup> Mattos (2007) consulta o acervo pessoal de Darcy Ribeiro quando a documentação ainda se encontra na sede da FUNDAR, no Rio de Janeiro. Posteriormente, todo o material é transferido para o Memorial Darcy Ribeiro, situado na UnB, inaugurado em dezembro de 2010, onde o examinamos e atualmente está disponível para consulta.

modo, confiam na corrente política que emana de Getúlio Vargas, nas palavras de Darcy Ribeiro, “a única capaz de realizar as potencialidades brasileiras, promovendo profundas reformas estruturais indispensáveis e inadiáveis para que o Brasil desse certo”, em oposição à direita retrógrada. A nomeação de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil é simultânea ao momento em que o governo Jango abraça as reformas de base, com destaque à reforma agrária, como prioridade nacional. Conforme Mattos (2007, p. 187), não devemos menosprezar a participação do antropólogo nesta “virada” política em Brasília. Sua notória “capacidade de persuasão”, demonstrada em atividades anteriores diversas, por razões óbvias, potencializar-se-ia em sua atuação como ministro-chefe do Gabinete Civil. Afinal, nesta função, dispõe de considerável soma de autoridade, estabelecendo-se como um dos “mais confiáveis” e/ou “principais conselheiros” do presidente. Como “um ideólogo do governo”.<sup>32</sup> A proeminência de Darcy Ribeiro é então evidenciada por sua sistemática exposição pública como representante formal da presidência. São inúmeras manifestações no rádio, televisão e imprensa escrita entre 1963 e 1964. Muitas das quais analisamos. Nestas ocasiões, denuncia peremptoriamente a iminência de um golpe reacionário e busca justificar as diretrizes políticas assumidas por Jango no tocante às reformas de base.

A bibliografia acadêmica disponível sobre Darcy Ribeiro descreve-o, predominantemente, como intelectual voluntarista, engajado, revolucionário, multifacetado, iracundo, indisciplinado, avesso ao academicismo, etc. Embora acentue características inerentes à sua *persona*, esta abordagem é, em boa medida, reiteração de sua auto-imagem. Mattos (2007, p. 43) identifica tal confluência entre as narrativas de si engendradas por Darcy Ribeiro e interpretações especializadas à “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2005), propondo compreensão mais complexa e sofisticada de seu perfil intelectual. Dependendo da etapa da trajetória do antropólogo ou do ângulo escolhido pelo pesquisador, explica-nos, traços que delineiam um Darcy Ribeiro *outsider* assumem o primeiro plano. Todavia, adverte, “se Darcy

---

<sup>32</sup> Conforme Mattos (2007, p. 196), “Skidmore refere-se a Darcy não somente como um dos mais confiáveis conselheiros aos olhos de Jango, mas, também, ao lado de Raul Riff, chefe do Serviço de Imprensa do Gabinete, como ‘dois políticos ambiciosos amadores’ com grande soma de autoridade e dispostos a pressionar o presidente a tomar medidas radicais. Isto significava convencê-lo da ineficácia das medidas conciliatórias e, por conseguinte, da necessidade de adotar uma política inequívoca, congregando as ‘forças populares, uma maioria de brasileiros, contra a elite egoísta que tinha prática em manobrar a política democrática’. Pois acreditavam que o desenvolvimento econômico e a reforma social de base dependiam do levante da ‘maioria latente’ (1982, p. 346). As várias declarações de Darcy não somente corroboram esta afirmação como mostram, ainda, seu elevado grau de envolvimento com as questões ‘nacionais’ naquele contexto ‘nacionalista’. As repercussões geradas pelas mesmas evidenciam, porém, a difícil situação a ser enfrentada pelo Presidente da República”.

foi tudo isto”, é “bastante duvidosa a afirmação de que sua experiência possa ser reduzida a isto”. Elementos acadêmicos canônicos também se fazem presentes em sua biografia e devem ser adequadamente considerados para uma análise mais verossímil. Emblematicamente, Donald Pierson – professor da ESPSP a quem Darcy Ribeiro, recorrentemente, tece reverências e de quem se coloca como discípulo – lembra-se do ex-aluno como “um rapaz muito sério e competente (...) aliás, rapaz dos mais sérios e competentes entre todos aqueles alunos”. Além disso, acrescenta Pierson, afirmando ser também a opinião de Helena Pierson, sua esposa, “não existe palavra menos descritiva de sua personalidade do que ‘iracundo!’”. Dito de modo ainda mais enfático, “se nós entendemos bem aquilo que nossos dicionários dão, repetimos, e com vigor, que nunca, no mais alto vôo de imaginação, podemos ligar sua pessoa àquela palavra”.<sup>33</sup> Assim, o mestre assinala o discípulo por seus atributos acadêmico-intelectuais e oposição à ira.

Darcy Ribeiro constitui-se intelectual a partir de notável competência técnica, lapidada por meio de uma formação acadêmica de excelência, e inabalável engajamento político, forjado na militância comunista. Segundo Mattos (2007, p. 311-313, 316), por um lado, seu “trabalho-trajetória intelectual” identificam-se “ao padrão dos intelectuais” gestado no Brasil nos anos 1960 “a partir da institucionalização das ciências sociais, particularmente, da antropologia”. Neste sentido, Darcy Ribeiro é “exemplar emblemático” do processo de conformação do que hoje entendemos como “antropólogo profissional”. Destarte, refletindo especificidades de sua trajetória científico-militante, defende uma ciência que “não cruza os braços e se isola em torres de neutralidades, de pureza e de não participação”. Mas, sim, “comprometida” em conhecer a vida concreta e conquistar “novas e melhores condições de existência” a todos. Isto é, uma ciência compromissada com a “marcha dos povos para uma vida mais feliz”, “não se deixando usar como instrumento de opressão”. Uma ciência implicada na “luta pela libertação” do “nosso povo”, que figura entre os “mais atrasados do mundo”.<sup>34</sup> Entretanto, continua Mattos (2007, p. 311-313), ingressando “definitivamente na política”, Darcy Ribeiro vê-se “expatriado” do circuito acadêmico da antropologia. Assim, assume-se de vez como “intelectual utópico revolucionário”, representação também característica daquele contexto. Para a materialização de sua utopia, advoga o “pressuposto da

<sup>33</sup> FUNDAR/MDR/UnB. Carta de Donald Pierson a Darcy Ribeiro (15.07.1988). DR cg c PIERSON. D. (*apud* MATTOS, 2007, p. 43).

<sup>34</sup> Discurso de Darcy Ribeiro como orador de turma por ocasião de sua graduação na ESPSP (*apud* MATTOS, 2007, p. 65-67).

intervenção racional humana”. Em outras palavras, a ação dos “intelectuais revolucionários”, os quais, para ele, deveriam destacar-se “como anunciadores do novo mundo”. Passa, pois, a defender como suma missão dos intelectuais de países subdesenvolvidos “encarnar a consciência crítica e transmiti-la à massa da população, propiciando assim as bases para a revolução social”. Portanto, sua história de vida faz-se, simultaneamente, “emblemática de uma tentativa de ‘explicar o Brasil’” e “de um momento de efervescência política, cultural e intelectual”. Logo, conclui Mattos (2007, p. 319-320), “se Darcy não foi, de fato, alguém, em todos os momentos, *excepcional*, é certo que tenha sido *único*”. É este personagem singular que buscamos conhecer melhor em sua dimensão política, em instigante cenário: *los sesenta* (GILMAN, 2003).

Por fim, chama-nos atenção estudo da atuação de Darcy Ribeiro durante seu mandato de senador (1991-1997) realizado por João Paulo Aprígio Moreira (2010). O autor examina, nesta fase da trajetória do personagem, suas relações com uma “nova cultura política trabalhista”. Percebe-a como resultante da atualização de elementos do trabalhismo histórico, banido pela ditadura instaurada em 1964. Com efeito, o foco é o “projeto político trabalhista, na Nova República” (MOREIRA, 2010, p. 13). Há em seu enfoque propensão comparativa que o faz remontar aos anos de formação do trabalhismo e ao governo João Goulart. Incorpora à análise documentos integrantes do acervo gerido pela FUNDAR pertinentes à atuação de Darcy Ribeiro a frente do ministério da Educação e Cultura e chefia do Gabinete Civil.<sup>35</sup> Entretanto, o faz de modo breve, uma vez que sua pesquisa concentra-se empiricamente na atividade parlamentar de Darcy Ribeiro, definida como sua “fonte substancial”. Portanto, dedicando-se a examinar a trajetória e relações do intelectual e político trabalhista com culturas políticas nos anos 1990, não se aprofunda pela referida documentação no que esta revela a respeito de sua atuação pregressa. Moreira (2010, p. 10-11) desenvolve sua investigação “partindo da constatação, mais do que comprovada, da persistência de uma cultura política no Brasil”. Refere-se ao trabalhismo, apontando-o como astrolábio do mandato parlamentar de Darcy Ribeiro, assim como, de toda a sua vida pública. Desse modo, corrobora a ideia de uma identidade trabalhismo-Darcy Ribeiro evidenciada “a partir das imagens que o senador fez de si, de seu comportamento”. E, complementa, “sendo a recíproca verdadeira”. Reconhecendo esta identidade, argumenta, não obstante o “caráter

---

<sup>35</sup> Como Mattos (2007), Moreira (2010) acessa o acervo pessoal de Darcy Ribeiro na sede da FUNDAR, no Rio de Janeiro, antes da transferência deste ao MDR, situado na UnB.

multifacetário”, “sempre lembrado” pelo próprio personagem e seus analistas como definidor de sua *persona*, “há uma permanência” que agrega “todos os campos de sua atuação pública” e adequa-se “ao conceito de cultura política”. Trata-se de “seu perfil político como um trabalhista”. Afinal, o antropólogo adere ao trabalhismo em meados dos anos 1950, tal orientação política pode ser percebida como elemento transversal em sua produção exílica e, findo o desterro, retorna à política comprometido com a mesma denominação ideológica.<sup>36</sup> Isto posto, ao reconstituir a experiência legislativa de Darcy Ribeiro, visa “encontrar o ‘momento de apropriação e de mudança’ dessa cultura política” (MOREIRA, 2010, p. 16, 18-19).<sup>37</sup>

Destoamos de Moreira (2010) em relação à pressuposição de que o trabalhismo brasileiro apresenta-se comprovadamente como cultura política. Há tempos, ele é objeto de abundantes e fecundos trabalhos. Entretanto, em sua absoluta maioria, seus estudiosos não empregam a rigor o conceito de cultura política. Ao menos, tal qual cunhado pela história política “renovada” – referência tanto do autor, quanto nossa. Considerando *a priori* o trabalhismo como cultura política, por conseguinte, Moreira não o evidencia detidamente nos termos teórico-conceituais propostos. Inclusive, alterna entre as noções de tradição política e cultura política parecendo tomá-las como sinônimos. Além disso, refere-se ao nacionalismo

<sup>36</sup> “A obra de Darcy Ribeiro é vasta (...). Em um primeiro momento, há obras etnológicas – diretamente ligadas às suas pesquisas de campo (durante a década de 1950) (...). Mas, a partir do meio da década de 1960, todas as suas obras (a despeito da variação nos temas trabalhados) atravessam a discussão política orientada pela perspectiva do trabalhismo, a partir do nacionalismo (como o definido por esta tradição política)” (MOREIRA, 2010, p. 19).

<sup>37</sup> Conforme explica Ângela de Castro Gomes (2005), o trabalhismo brasileiro abarca três fases bem definidas. A primeira compreende sua formação. Decorre entre 1930 e 1945 e corresponde ao “getulismo”. A segunda espalha-se pela experiência democrática de 1945 a 1964 e tem o “janguismo” como tônica. A última atrela-se ao “brizolismo”, emerge com a redemocratização pós-ditadura militar e consolida-se a partir dos anos 1980. De acordo com Moreira (2010), são características do trabalhismo em sua segunda etapa, conjuntura em que nos concentramos ao analisar a trajetória de Darcy Ribeiro, a defesa de direitos trabalhistas e extensão da CLT, uma orientação nacional-estatista, defesa das reformas de base, especialmente, a agrária, uma perspectiva de revolução social ou socialista compatível à propriedade privada (socialmente justa) e à democracia. Então, o campo trabalhista é hegemonizado pelo PTB, tendo à sua frente João Goulart. O “novo trabalhismo”, com o PDT e Leonel Brizola de baluarte, por sua vez, caracterizar-se-ia por uma posição consensual e mais enfática em defesa da democracia, oposição nacionalista às privatizações de corte (neo)liberal, pelo “socialismo moreno”, ideia cunhada por Darcy Ribeiro, causa indigenista e preocupações ambientais e, por último, mas não menos importante, primazia ao problema da defasagem educacional brasileira. Darcy Ribeiro associa toda a sua carreira política ao trabalhismo acreditando que: “Esse país nosso, esse povo que somos nós, ou tem honra e respeita os direitos, orgulhando-se de sua melhor tradição, ou se converte mesmo num covil de assassinos amparados por uma lei truculenta” (RIBEIRO, 1993, p. 22 *apud* MOREIRA, 2010, p. 83). Por certo, há no trabalhismo permanências que nos permitem pensá-lo como cultura política. Intervencionismo econômico estatal, nacionalismo, anti-imperialismo, defesa de direitos pertinentes ao mundo do trabalho, identificação com os trabalhadores e reformismo são alguns exemplos de continuidades que perpassam a tradição ao longo de décadas.

como cultura política. Assim, aparenta certa imprecisão teórica. Como já expusemos, concordamos com Motta (2009) quanto à carência de investigações efetivamente empíricas e reflexões conceituais com vistas a demonstrar o trabalhismo como cultura política. Em conformidade, pois, procuramos perscrutá-la e defini-la neste trabalho.<sup>38</sup> De resto, reiteramos acordo com Moreira acerca do trabalhismo como traço basilar de amplo alcance e ascendência na trajetória político-intelectual de Darcy Ribeiro, aspecto também notado por Sento-Sé (1999), Bomeny (2000), Pinheiro (2006) e Mattos (2007). Eventuais limitações do texto de Moreira (2010), obviamente, não ofuscam seus méritos. Os já assinalados e outros. Ele aponta a relevância na atuação de Darcy Ribeiro no processo de reorganização do PTB, resultante no PDT. Explicita que a ponte do PTB ao PDT funda-se no resgate dos valores e feitos dos trabalhistas históricos e sua associação a princípios pertinentes a “redemocratização”, visando “unir as pontas entre as décadas de 1960 e 1980”. Nesse ínterim, revela a centralidade de Darcy Ribeiro como “agente” da “atualização” da cultura política trabalhista (MOREIRA, 2010, p. 23).

Em contraste à proeminente produção e contribuição intelectual de Darcy Ribeiro ao trabalhismo pós-ditadura, Moreira (2010) situa sua militância relativa ao PCB e PTB como experiências eminentemente práticas, destituídas de teor reflexivo. Ou seja, em sua opinião, Darcy Ribeiro não se apresentaria como ideólogo enquanto pecebista ou em favor do PTB, apenas como pedetista. A nosso ver, este é um argumento frágil. Não tanto quanto à militância juvenil de Darcy Ribeiro no “partidão”. Mas, notadamente, quanto a sua atuação relativa ao PTB. Desempenhando funções públicas destacadas no governo João Goulart, como procuramos demonstrar nos próximos capítulos, por exemplo, o antropólogo produz e/ou coparticipa da elaboração de vários discursos presidenciais e documentos administrativos tributários e constitutivos da dinâmica político-cultural do trabalhismo. De tal maneira, por que julgar que não influiria na configuração da cultura política trabalhista ao menos no crepúsculo da experiência democrática? Consideramos que, não sendo o foco de Moreira, escapa-lhe que, já em sua atuação como auxiliar de Jango, Darcy Ribeiro emerge como ideólogo do governo trabalhista. Suas contribuições à cultura política em tela podem ser inferidas, também, em sua atividade político-intelectual enquanto exilado. Aliás, como sugere a própria reflexão de Moreira acerca do teor trabalhista da obra produzida pelo personagem

---

<sup>38</sup> Mais adiante, dedicamo-nos a uma conceituação pormenorizada da cultura política trabalhista de acordo com a aludida perspectiva historiográfica.

no exterior, bem como, de seu envolvimento no resgate do trabalhismo histórico, coroado pela Carta de Lisboa (1979).

## **Culturas políticas**

A adequada abordagem da trajetória de Darcy Ribeiro, seja qual for o enfoque adotado ou etapa investigada, pressupõe considerar seu engajamento político. A propósito, conforme já pontuamos, sobretudo, interessa-nos a militância trabalhista e atuação por ele protagonizadas no governo João Goulart. Perscrutar sua adesão à cultura política trabalhista como um dos fundamentos do seu comportamento é a diretriz teórico-metodológica que perpassa este trabalho como um todo. Ou seja, examinamos a incidência da cultura política trabalhista em sua biografia e vice-versa. Para isso, precisamos tecer breves considerações sobre a cultura política em sentido amplo. E, igualmente, em sentido mais específico, sobre a cultura política trabalhista. Começemos retomando, com mais detalhes, Serge Berstein (1988, p. 350-351). O historiador francês, cujo ponto de vista sobre o tema apontamos anteriormente em linhas gerais, define cultura política como:

(...) conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de *identidade* do indivíduo que dela se reclama. (...) em que entram em simbiose *uma base filosófica ou doutrinal* (...), uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa (...), *uma concepção da sociedade ideal* tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (grifos nossos).

Berstein (2009, p. 31) descreve cultura política, ainda, como:

(...) *grupo de representações, portadoras de normas e valores*, que constituem a *identidade* das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. (...) *uma visão global do mundo e de sua evolução*, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história (grifos nossos).

Uma cultura política agrupa, relaciona e significa, pois, vários componentes. Identificá-los auxilia-nos a compreendê-la. Entre outros, Berstein destaca uma “base filosófica ou doutrinal” (BERSTEIN, 1988, p. 350-351), “substrato” ou “fundamento filosófico” (BERSTEIN, 2009, p. 33-34). Tal aspecto apresenta-se não só como uma “doutrina”, mas também como “comportamentos e regras”. Ou, “normas” e “valores”. Seu papel é referenciar a cultura política por um “princípio único”, garantindo que, não obstante suscetível a “múltiplas interpretações”, ela se oriente a um “projeto global”. Assim, capacita a cultura política a transpor “realidades prosaicas” e revestir-se de um “caráter transcendente”. Ao nível da adesão, no caso das “elites cultas”, essa filosofia exprime-se por referências “às obras fundadoras”. No caso da “massa”, revela-se mais corriqueiramente através de “posições concretas”. Em todo caso, no entanto, inspira prosélitos em suas opiniões e atitudes relativas ao poder, a despeito de terem “consciência de que são portadores das concepções globais da sociedade reclamadas por essas doutrinas” – ou culturas políticas. Isto é, explica mais adiante Berstein (2009, p. 41-43), “de maneira quase automática”. Uma “série de referências históricas” é outro elemento inerente à cultura política sublinhado pelo autor (BERSTEIN, 2009, p. 35). Compõem-na representações do passado orientadas a interesses aspirados partidariamente. Melhor dizendo, trata-se de uma visão instrumentalizada (até mesmo ingênua, vale dizer) destinada a conferir “caráter exemplar” a rudimentos de épocas remotas requeridos pela cultura política. Entre outros, “textos seminais”, “fatos simbólicos” e “grandes personagens”, os quais são ostentados “como modelos a seus fiéis”. Ademais, acrescenta Berstein (2009, p. 36), jamais devemos perder de vista que o complexo que conforma a cultura política congrega uma dimensão prática flagrada no âmbito das redes de sociabilidade nas quais ela é partilhada.

Entretanto, diz Berstein (2009, p. 33),

(...) o essencial reside no fato de que, num dado momento da história, uma cultura política constitui *um todo homogêneo* cujos elementos são interdependentes e cuja apreensão permite perceber o sentido dos acontecimentos em sua complexidade, graças à visão de mundo das pessoas que compartilham essa cultura. Sem pretender uma descrição exaustiva de seus elementos constitutivos, pode-se dizer que existe aí certo número de abordagens estreitamente imbricadas, de modo a formar *um sistema coerente de visão de mundo* (grifos nossos).

Desse modo, a identificação e compreensão de uma cultura política não parece obrigar o analista a esmiuçar cada um de seus componentes, bastando-lhe abordar de forma esclarecedora seus pontos principais. Cabe reiterar e salientar, ainda com Berstein (1998; 2009), o caráter histórico – o cunho pragmático e dinâmico (na terminologia do autor: “evolutivo”) – da cultura política. Significa que seu advento não é fortuito, aleatório. Ela se origina em resposta a desafios concretos e primordiais de uma sociedade ou grupo. Por isso, surge durante “grandes crises”, destinando-se a apresentar “soluções globais” para “grandes problemas” coletivos.<sup>39</sup> Como desafios dessa natureza não se resolvem da noite para o dia, prossegue Berstein (1988; 2009), a cultura política se estabelece e atravessa “gerações”, inscrevendo-se em médias e longas durações. Logo, adapta-se “à evolução” do grupo e das conjunturas, transformando-se progressiva e lentamente de modo a tornar-se mais complexa e fundamentada ao decorrer do tempo.<sup>40</sup> Portanto, não é “imóvel”. Mas, sim, “um corpo vivo” que se desenvolve “ao longo da história”. Alimenta-se das soluções às adversidades correntes postuladas, inclusive, por outras culturas políticas, especialmente, as “dominantes”. Adequase conforme a dinâmica político-social. Afinal, o preço pago por não se ambientar aos contextos “forçosamente mutáveis” é o “declínio inelutável”, a “marginalização”. E se sua base filosófica contrasta com as “representações majoritárias” socialmente, cai no vazio.<sup>41</sup> A propósito, a operacionalidade da cultura política como “um dos móveis do comportamento político” condiciona-se à “adesão de grupos importantes da sociedade”. Ou seja, à sua impregnação, sempre lenta e paulatina, “nas mentes que pouco a pouco se vão habituando ao

---

<sup>39</sup> Do mesmo modo que as culturas políticas advêm como respostas a grades crises, estas podem fomentar “novas configurações e rupturas” nas culturas já existentes, observa Motta (2018, p. 132).

<sup>40</sup> Dessa maneira, uma cultura política pode atravessar crises sucessivas, mudando em função de seus desafios.

<sup>41</sup> Situação análoga à imprescindibilidade de convergência entre o exercício da dominação política e os imaginários sociais. Conforme Bronislaw Baczko (1985), estes detêm atributos indispensáveis à vigência de qualquer poder. Inclusive, sua legitimação. A legitimidade e conseguinte êxito de um domínio, mesmo com recurso à violência, implica que atenda em alguma medida às expectativas públicas relativas às instituições políticas e seus representantes. Assim, o exercício político que se quer duradouro jamais pode ser estritamente arbitrário. Se não for também legítimo, estará condenado a incontornável perecimento. Por isso, aos grupos pretensa ou efetivamente dominantes não é dado consubstanciar seu mando à revelia dos imaginários estabelecidos. Segundo José Murilo de Carvalho (1990, p. 10-11), em consonância com Baczko (1985): “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”. Afinal, é através “do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. (...) plasmar visões de mundo e modelar condutas”. Em suma, o poder, seja qual for sua natureza, precisa de legitimidade e esta só pode ser obtida por meio de seu enraizamento no terreno social, nas comunidades de imaginação vigentes. Portanto, tentativas de “manipular” os atores ao acaso das representações socialmente partilhadas, assinala Carvalho (1990, p. 89), tendem a “cai[r] no vazio, quando não no ridículo”.

seu discurso, às soluções por ela propostas, e que acabam por interiorizá-la” (BERSTEIN, 1988, p. 355-357; 2009, p. 38-40).

Ao recapitular e reconstituir o debate em torno da conceituação de cultura política, inspirado na “escola francesa”, Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21) a define, de maneira direta e esclarecedora, como:

(...) conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma *identidade* coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para *projetos políticos* direcionados ao futuro (grifos nossos).

Nestes termos, assinala Motta (2009, p. 27-29), a categoria permite-nos compreender o “comportamento político” de maneira ampliada. Iluminando além do racional “interesse” ou “adesão a ideias”, privilegiados nas análises tradicionais, ela se abre ao peso dos “sentimentos” (paixões, esperanças, medos), “tradições” (família, religião, nação, líderes), “valores (moral, honra, patriotismo)” e “representações (mitos, heróis)” na conformação do político. A adesão à cultura política configura-se, pois, tanto objetivamente como subjetivamente, resultando, ora mais, ora menos, do cálculo frio (razões públicas) e/ou de motivos privados (influências familiares, religiosas, temores). Estes, não raro, preponderantes. Motta nos dá outra sugestão metodológica fecunda ao salientar a importância de uma “dimensão comparativa” às abordagens da cultura política, posto que “suas características e peculiaridades” tornam-se mais claras em “contraste”.<sup>42</sup>

Do ponto de vista historiográfico, segundo Berstein (2009, p. 41), o estudo das culturas políticas visa explicar o “problema fundamental das motivações do político”. Em outras palavras, “o paradoxo do ato político”, “participação” ou “engajamento” como fatos simultaneamente individuais e coletivos, ao passo que permeados por uma “visão de mundo” socialmente compartilhada. Portanto, em especial na ausência de “pesquisas de opinião”, a cultura política revela-se uma categoria muito interessante à análise da vida na *pólis*. Inspiração para ações individuais como “voto” e militância, ela constitui o elo entre o ator solitário, a associação ou partido. Sendo “resultante do banho cultural em que o indivíduo está

---

<sup>42</sup> Segundo Motta (1996, p. 84) a preocupação com a política também “no nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores” diferencia a “nova” história política da história política tradicional. Assim, a categoria cultura política constitui relevante ferramenta aos historiadores dedicados à compreensão do político em perspectiva renovada.

imerso”, explica os “comportamentos políticos” melhor “que o determinismo social, a adoção de um programa ou os comportamentos psicológicos”. Assim, a

(...) chave de leitura representada pela cultura política nos permite aprofundar a compreensão de comportamentos políticos sumamente complexos, situando-os no próprio cerne das representações e realidades sociais. Eis por que sua importância historiográfica é evidente, e suas contribuições heurísticas, fecundas. Por isso muitos trabalhos históricos passaram a adotar sua abordagem (BERSTEIN, 2009, p. 44).

Motta (2018, p. 131) também argumenta em favor da importância da noção de cultura política para a compreensão de atitudes individuais e coletivas relativas ao poder. Ela “é relevante para entender comportamentos políticos e o peso de relações estruturais”, afirma, porque “tradições preexistentes impactam as escolhas políticas e impõem certos limites aos agentes”, ainda que possuam margem para suas próprias “escolhas”. Por isto, “a cultura política não é uma camisa de força”, mas “uma moldura” ou “trilho”. Contudo, adverte Motta, a categoria “não é panaceia”. Ou seja, “não explica tudo”. Muito menos “oferece saídas analíticas fáceis” a “problemas complexos”. Berstein (2009, p. 44) também alerta quanto ao risco e equívocos decorrentes do uso indiscriminado do conceito de cultura política. Para ele, apesar de suas potencialidades, “(...) não se trata de uma chave universal e única de compreensão do político que substitua as grandes explicações unívocas difundidas no passado (...). Ela é apenas um elemento de explicação entre outros”.<sup>43</sup>

Assinalada a relevância historiográfica da noção de cultura política e suas peculiaridades, compete-nos pontuar a controversa questão da singularidade ou pluralidade do fenômeno. Em linhas gerais, o debate abarca duas perspectivas. A primeira é o viés singularista desenvolvido pela sociologia norte-americana a partir dos anos 1950. Pioneira no estudo do assunto, tal corrente aponta a existência de culturas políticas nacionais homogêneas, cada uma delas atrelada a um respectivo país ou civilização. Ao sabor da Guerra Fria, não esconde uma idealização da liberal-democracia. Desse modo, além de seu generalismo, a linha interpretativa exponenciada por Gabriel Almond e Sidney Verba (1963) sujeita-se ao

---

<sup>43</sup> Ainda acerca da natureza da cultura política, reforça Berstein (2009, p. 44): “Não se pode reduzi-la às ideias políticas que dela fazem parte, mas que são apenas um dos elementos que carecem de inserção no tempo e nas realidades sociais. Tampouco ela se reduz ao programa de um partido, que pode certamente exprimir alguns de seus pontos de vista para os eleitores, mas ao qual não se limita sua audiência, que se difunde por múltiplos canais”.

etnocentrismo.<sup>44</sup> Contra estes dois aspectos erguem-se seus críticos, partidários de um ponto de vista pluralista. Embebidos na história política “renovada”, advogam a diversidade das “culturas políticas num dado momento da história e num país”. Jean-François Sirinelli e Serge Berstein são seus representantes mais destacados.<sup>45</sup> De acordo com Berstein (2009, p. 32-33), historiadores tendem a corroborar a multiplicidade das culturas políticas, ao passo que, através “de seus estudos empíricos”, eles “constatam a existência” simultânea “de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si”.<sup>46</sup>

Nos últimos tempos, embora polêmica, a abordagem singular tem conquistado alguns pesquisadores, que a utilizam de forma aprimorada e mais sofisticada, ajustando-a aos postulados teórico-metodológicos atuais. Importa destacar Motta (2009; 2018), autor de trabalhos referenciais ao estudo das culturas políticas no Brasil. Precursor em combinar aspectos das interpretações “nacional” (refutado seu etnocentrismo) e “pluralista”, ele advoga a superação da dicotomia entre elas. Assim, delinea uma terceira abordagem, em que as perspectivas singular e pluralista são igualmente válidas e, por vezes, complementares. Ou seja, considera razoável aceitar a existência de uma cultura política nacional (estadunidense, francesa, brasileira) ou regional (mineira, paulista, gaúcha) e, ao mesmo tempo, reconhecer a atuação simultânea de culturas políticas referidas a projetos ideológicos específicos

---

<sup>44</sup> A obra canônica da perspectiva singularista é: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963 (*apud* MOTTA, 2018, p. 112).

<sup>45</sup> Jean-François Sirinelli (1992, *apud* BERSTEIN, 1988, p. 350) compreende cultura política como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”.

<sup>46</sup> Sobre as diferentes concepções de cultura política, vale registrar que, afirma Berstein (2009, p. 36-37): “Se na sua abordagem comparativa os politicólogos norte-americanos chegaram à conclusão de que havia culturas políticas nacionais baseadas na existência de uma língua comum ou majoritária, em práticas sociais similares e em modos de vida e valores compartilhados pelo grupo nacional como um todo, o historiador, trabalhando com dados diferentes e em escalas mais reduzidas, não poderia conferir o mesmo significado à noção de cultura política. Por experiência própria ele sabe que, em seu campo de pesquisa, num dado momento existem culturas políticas plurais, com raízes filosóficas ou históricas distintas, com concepções opostas de poder, considerando a sociedade e sua evolução de maneira antitética, invocando valores antagônicos”. Também de acordo com Berstein (2009, p. 32-33), tais culturas políticas ou sistemas de representações “determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder”. Portanto, são estes “sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos. Existe, é claro, uma estreita relação entre esses sistemas e a cultura global de uma sociedade, seus comportamentos coletivos, suas normas e valores. A cultura política é, pois, um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera do político. Assim, ela varia em função dos lugares, das épocas, dos tipos de civilização; é claro, por exemplo, que a religião faz parte dela, se levarmos em conta as culturas políticas do Ocidente medieval ou do islã contemporâneo (...). O mesmo se poderia dizer de outros elementos que, conforme o caso, integram ou não as culturas políticas, como as estruturas de sociabilidade, as regras éticas, os modos da vida privada etc.”.

(liberalismo, socialismo, comunismo) disputando espaços naqueles amplos universos. Segundo Motta (2018, p. 113):

É possível admitir a existência de padrões culturais comuns a um povo, uma cultura política brasileira, por exemplo, que ao mesmo tempo convive com culturas ou subculturas em disputa no interior do espaço nacional, enquanto estas, apesar de suas divergências, podem carregar algumas características semelhantes.

Para Motta (2018, p. 114-118), são aspectos transversais que perpassam o político no Brasil e, portanto, permitem-nos depreender a existência de uma cultura política nacional brasileira: patrimonialismo, cordialidade, paternalismo, autoritarismo, clientelismo, pragmatismo, personalismo e conciliação ou acomodação. Conciliação/acomodação, assinala, destacam-se como características primordiais da cultura política brasileira. Para corroborar a centralidade deste binômio, Motta aponta que, há tempos, a conciliação chama a atenção de importantes estudiosos. José Honório Rodrigues (1982), enfatiza-a como estratégia dos grupos dominantes para manter a ordem e o *status quo*. Antônio Cândido (1970) entende que os grupos populares empregam a conciliação como ferramenta para se relacionar com a ordem vigente. Michel Debrun (1983), com olhar mais abrangente, discute a conciliação como “estratégia de dominação” baseada num “discurso sobre a cordialidade e o pacifismo do povo brasileiro”. Não obstante seu “caráter assimétrico”, tal estratégia implica o “envolvimento da massa popular”. Assim, conjectura Motta, o “artifício ideológico” em vista, manifesto como recorrente prédica do povo “ordeiro” e “pacífico”, parece ter se plasmado ao nível da cultura, convencendo o povo em ampla medida a representá-lo na vivência política, encarnando seu propósito de dominação. Indicam-no a aceitação ou não-rebelião, o “comportamento moderado”, a recusa a “propostas de mudanças radicais” e a preferência por “soluções negociadas” em detrimento “à opção de acirrar os conflitos” enquanto comportamentos preponderantes em meio aos setores populares face à sua histórica “exclusão política”. O mito da democracia racial/social é também exemplo da conciliação/acomodação como estratégia político dominante. Eventos históricos relevantes (independência, transição do primeiro ao segundo reinado, proclamação da República, entre outros) igualmente sugerem a conciliação/acomodação como elemento nuclear da cultura política brasileira. Não obstante, pondera Motta, verifica-se que o recurso a medidas de acomodação como estratégia de dominação-exclusão do povo e manutenção da ordem dá-se de forma combinada à violência,

cujo grau de incidência nas relações de poder varia conforme a natureza (democrática ou autoritária) dos contextos. Mesmo assim, pontua, a preeminência da acomodação na cultura política brasileira é tal que ela se faz presente até nas duas ditaduras brasileiras do século findo.<sup>47</sup>

Na “senda aberta por Motta”, questiona Laurindo Mékie Pereira (2017, p. 357 e 379): “Existe uma cultura política brasileira?”. E, ainda: “Se existente, qual o lugar da democracia no interior dessa cultura?”. A propósito da primeira questão, que tange “o caráter nacional das culturas políticas”, Pereira considera que atuam no Brasil “algumas culturas políticas razoavelmente delineadas”: a “comunista/socialista”, a “nacional-estatista” e a “liberal”.<sup>48</sup> Mas que, todavia, é “mais difícil” postular a existência de uma cultura política nacional. Mesmo considerando a ideia de uma cultura política brasileira “um pouco arriscada”, “longe de ser consensual” e que “talvez possua mais opositores que adeptos”, declara-se de antemão “entre aqueles que acreditam na sua existência”. Propõe-se, dessa maneira, a apontar “elementos que a integrariam” e, inclusive, são “destacados em diversos autores que se propuseram a pensar o Brasil sem necessariamente estar usando o referido conceito”. A convergência teórico-metodológica com Motta (2009; 2018), não só clara, mas declarada, revela-se, outrossim, quanto à composição de uma cultura política brasileira. Pereira (2017, p. 358-359) define-a pela “cordialidade” (à qual se associam “certa dificuldade em delimitar as fronteiras entre as esferas pública e privada” e o “personalismo/salvacionismo”), “estatismo” e “conciliação”. Também julga ser a conciliação, evidenciada em nossas “transições políticas sem abalos”, o “traço mais característico” da cultura política brasileira.<sup>49</sup> Pereira corrobora integralmente a tipologia defendida por Motta, à

---

<sup>47</sup> De acordo com Motta (2018, p. 119-120): “Embora o mais corrente seja usar a palavra conciliação, o termo acomodação pode ser mais adequado, pois permite expressar sentidos mais amplos. A conciliação na tradição brasileira significa o acordo político ‘pelo alto’, envolvendo os grupos dirigentes e o Estado. Acomodação permite integrar este sentido e ampliá-lo, para incluir também arranjos em outros espaços sociais e institucionais, com envolvimento de outros atores, como intelectuais, acadêmicos e produtores culturais, e mesmo setores populares. Nem sempre se trata de acordos explícitos, mas, de arranjos tácitos, permitindo acomodar conflitos e tensões (...). Aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma via de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas”. Acreditamos que a ideia de “acomodação” aplica-se ao governo João Goulart e, por extensão, à trajetória de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil. Vemos mais a respeito nos capítulos seguintes.

<sup>48</sup> Acerca das culturas políticas citadas, segundo Pereira (2017), ver, respectivamente Motta (2013), Reis (2014) e Lynch (2015). Quanto à cultura política nacional-estatista, defendida por Reis (2014), Pereira (2017) discorda que ela ultrapasse os marcos do primeiro governo Vargas, em que concordamos. Discutimos o assunto à frente.

<sup>49</sup> Assim como Motta (2018), Pereira (2017) cita José Honório Rodrigues para situar a conciliação como elemento mais marcante da cultura política brasileira.

qual acrescenta o estatismo, enfatizando-a no essencial: a centralidade da conciliação. Não vemos indícios de que Motta discordaria do estatismo como um dos componentes da cultura política nacional.

A fim de esclarecer sua segunda questão, sobre “o lugar da democracia” na cultura política brasileira, Pereira (2017, p. 377-378) analisa as crises de 1955 e 1964. Para isso, reconstituiu a agência de José Maria Alkimin. O político mineiro é quadro proeminente do Partido Social Democrático (PSD). Considerado chefe civil do contragolpe de 1955, muito próximo a Juscelino Kubitschek, é eleito vice-presidente de Castelo Branco no pleito indireto de abril de 1964. Pereira demonstra que, no contexto examinado, a democracia apresenta-se como preceito de legitimação inerente às práticas discursivas de atores dos mais diversos espectros políticos e posicionamentos. Inclusive, daqueles flagrantemente golpistas. Portanto, conclui, ela integra o receituário da cultura política brasileira. Resta saber seu “grau de importância para cada segmento social e político”, ao passo que determiná-lo requer “mais pesquisas e reflexões”.<sup>50</sup>

Motta (2009; 2018) e Pereira (2017) não apresentam uma conceituação sistemática para a cultura política brasileira. Ambos concentram-se em identificar seus traços fundamentais.<sup>51</sup> No entanto, tendo por base a discussão teórico-conceitual esboçada, acreditamos que uma possível descrição para a cultura política brasileira seria, *grosso modo*, o conjunto de representações, valores, regras, práticas, rituais, símbolos, mitos e

---

<sup>50</sup> A respeito, Pereira (2017, p. 377-378) apresenta sua hipótese: “para a maior parte dos grupos políticos que tomaram parte naqueles debates, a democracia era sim relevante, mas ocupava um lugar secundário. Se possível harmonizar o regime democrático com outros princípios, era-se democrata; se fosse necessário removê-lo para preservar outros valores, princípios, instituições ou privilégios, assim se fazia. A radicalização do processo político revelou as prioridades de cada segmento. Para amplos setores de classe média, eram os valores tradicionais; para setores da esquerda era a implantação de seu projeto político; para o grande capital era a modernização conservadora; para as frações mais conservadoras do campo, a manutenção do latifúndio; para os militares, a integridade e os princípios das Forças Armadas”. João Trajano Sento-Sé (1999, p. 178) também nota que “a democracia política foi moeda de pouco valor ao longo de boa parte da sua história republicana (e mesmo antes dela)”. Segundo o autor, tal “negligência não se restringe às posturas nacionalistas, ao contrário, foi quase consensual nos debates políticos travados em terras brasileiras”. Somente depois “de meados da década de 70, as coisas mudam: a política formal, a valorização das instituições e a produção das condições necessárias para seu bom funcionamento passam a ser prioridade na agenda pública”.

<sup>51</sup> Inclusive, segundo Motta (2014, p. 12-13), “apresentar um debate aprofundado de todos os aspectos que estruturariam a cultura política brasileira” seria “tarefá” para um “livro” específico sobre o tema. Isto ainda está por ser feito. Quanto ao debate em torno da definição de cultura política de um prisma mais geral, interessa, ainda, formulação dada por Karina Kuschinir e Leandro Piquet Carneiro (1999, p. 227), a saber: “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e os pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”. Tal proposta conceitual soa-nos ampla e flexível o bastante para abarcar processos políticos de alcance local, regional, nacional e, até mesmo, transnacional. Por conseguinte, culturas políticas presentes nestas diversas esferas.

comportamentos próprios aos brasileiros, conformando sua identidade enquanto povo em domínio político e revelando continuidades entre a política e outras esferas da vida social. Nos modos brasileiros típicos de agir politicamente sobressairiam a conciliação/acomodação, secundadas por doses variáveis de cordialidade, patrimonialismo, paternalismo, clientelismo, pragmatismo, estatismo, personalismo/salvacionismo, democracia – e, acreditamos, nacionalismo. Evidentemente, estaríamos frente a uma cultura política de amplo alcance e profundamente polissêmica. Daí sua capacidade de perpassar projetos políticos diversos e até mesmo paradoxais e propensão a inscrever-se na longuíssima duração. Isto posto, convém indagar: qual seria o projeto político almejado pela cultura política brasileira? Uma boa hipótese<sup>52</sup> é a unidade nacional e um compromisso com o futuro do país, mas com características próprias a cada cultura política singular.

O horizonte teórico-conceitual pertinente à cultura política aqui reconstituído engloba três perspectivas. A primeira, o enfoque sociológico tradicional singularista norte-americano (ALMOND; VERBA, 1963 *apud* MOTTA, 2018, p. 112). A segunda, a abordagem historiográfica pluralista francesa (BERSTEIN, 1988; 2009). E, por fim, combinando ambas, a noção de uma cultura política nacional que acomoda (sub) culturas políticas diversas e/ou antagônicas (MOTTA, 2009; 2018; PEREIRA, 2017).<sup>53</sup> Para investigar a trajetória de Darcy Ribeiro, enfatizando suas especificidades e complexidade, privilegiamos o caminho plural das culturas políticas. Isto é, a segunda vertente. Conforme nosso entendimento, por ora ou ao menos para o caso em vista, mais profícuo e prudente. Sabemos, a ideia de cultura política nacional não é ponto pacífico. Há, ao que nos parece, alguma dificuldade em harmonizá-la com certos componentes da conceituação de cultura política que adotamos, a qual denota unidade, identidade e ações correlatas de seus aderentes. Por exemplo, reiterando, um “projeto global” ou “projetos políticos direcionados ao futuro”, “uma concepção da sociedade ideal”, “uma visão global do mundo e de sua evolução”. No entanto,

---

<sup>52</sup> De acordo com apontamentos feitos por Rodrigo Patto Sá Motta, orientador da pesquisa.

<sup>53</sup> Buscamos discernir conceituações mais relevantes de cultura política segundo sua incidência e pertinência ao nosso objeto de estudos. Não pretendemos abarcar a totalidade do debate em torno do assunto. Segundo o próprio Motta (2018, p. 114): “Há, por exemplo, quem utilize cultura política em sentido próximo a ideias políticas, ou mesmo a imaginários políticos. No entanto, corre-se o risco de reduzir o seu potencial analítico já que, nessas versões, não se levam em conta as práticas e ações políticas que, simultaneamente, expressam e ajudam a construir as culturas políticas. Nesses casos tratar-se-ia, talvez, mais de história cultural do político do que de pesquisas sobre culturas políticas na história. Mas, o debate segue aberto”. Pereira (2017) observa que há, inclusive, uma banalização da categoria, dado o seu uso recorrente sem o devido rigor teórico, até mesmo por especialistas acadêmicos.

também recorreremos à perspectiva de que elementos político-culturais tradicionais brasileiros, com destaque à conciliação/acomodação, com frequência refletidos em nossas fontes, incidem em nosso escopo. Nisto, a interpretação que desenvolvemos faz-se correlata à ideia de uma cultura política brasileira.<sup>54</sup>

É o próprio Berstein (2009, p. 35) quem diz:

Não há cultura política coerente que não compreenda precisamente uma representação da sociedade ideal de acordo com sua imagem da sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo. Entre essa cidade ideal e as realidades o fosso é evidente, e é para transpô-lo que se aplica a ação política empreendida pelos possuidores de uma determinada cultura política.

Por conseguinte, uma cultura política parece pressupor boa dose de coesão, ainda que, evidentemente, nunca absoluta, comportando a todo momento razoável pluralidade de posições. São frequentes entre indivíduos e grupos partícipes discordâncias sobre os métodos a serem empregados para alcançar o “projeto global” idealizado. Porém, divergências são comportadas, acomodadas e toleradas até um nível limite. Desviantes radicais, é claro, não podem continuar pertencendo a essa mesma cultura política. Em torno de “um sistema coerente de visão de mundo”, ela constitui indispensável conformidade que a distingue, define e inspira os modos de pensar e agir politicamente em similitude engendrados por seus adeptos. Ao contrário, não fomentaria nestes uma identidade, práticas de sociabilidades específicas e adesão a coletivos políticos singulares (integrados por agentes que compartilham determinado consenso inegociável). Assim, a cultura política requer causas, fundamentos, posições concretas, orientação e engajamento bem delineados, impulsionando seus agentes nas relações de poder a uma atuação correspondente. Por isso, muitas vezes, torna-se fácil discernir uma cultura política de outra rival. Ante os trabalhistas em campanha pelas reformas de base no Brasil do início dos anos 1960, com clareza, notamos a oposição dos liberais e/ou conservadores.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Para fins de reflexão e debate acerca da noção de cultura política nacional, assentamos algumas indagações: Qual o interesse em se admitir a existência de uma cultura política nacional a despeito de um projeto coeso de caráter eminentemente político? Se não há projeto político específico ou coerência sistêmica, por que empregar cultura política? O uso de cultura política para definir afinidades demasiado amplas, portanto, assumindo uma ótica universalizante (capaz de agregar, ao mesmo tempo e ao longo do tempo, atores de direita, centro e esquerda, com seus obviamente conflitantes imaginários, representações, valores, práticas e objetivos), não expõe-nos ao risco de flexibilizar a categoria ao ponto de esvaziá-la heurísticamente?

<sup>55</sup> Cenário de primordial interesse ao nosso trabalho, o pré-1964 é palco de renhido embate político-ideológico. De um lado, trabalhistas, detentores do mandato presidencial, apoiados por setores das esquerdas, empenhando a bandeira das reformas de base. De outro, liberais, conservadores e afins, situados na oposição, ecoando a

Por fim, entendemos que as abordagens singular e plural da cultura política não constituem simples reflexos das distintas escalas de observação adotadas pelos analistas: o enfoque generalizante dos cientistas políticos e sociólogos ou o desvelo dos historiadores pelo particular. Mas, concepções diversas e alternativas do fenômeno, conceitos diferentes de cultura política. Podemos, afastando os riscos de excessiva generalização e essencialismo, entender a cultura política nacional como uma faceta do jogo de poder constituída por traços reveladores da cultura geral (BERSTEIN, 2009). Isto é, formada por fatores que operam, simultaneamente, em diferentes áreas da vivência comunitária: trabalho, produção, assistência, vida privada, etc. A exemplo, claro, dos referidos atributos de uma cultura política brasileira (MOTTA, 2018; PEREIRA, 2017).<sup>56</sup> Um ajuste nas lentes para aproximar a visão do objeto e o político mostra-se, no entanto, como terreno movediço e multifacetado. Suas vicissitudes são, inevitavelmente, alçadas ao primeiro plano, possibilitando a constatação da pluralidade das culturas políticas presentes. O entendimento de que há culturas políticas múltiplas, díspares e, não raro, antagônicas em um dado contexto, seja um país, região ou cidade, acreditamos, remete à outra conceituação do fenômeno. A cultura política deixa de ser definida por um suposto caráter geral, interessando, ao contrário, pelo que tem de particular. O crivo analítico desloca-se da continuidade à dissensão, trazendo à luz conflitos e paradoxos. A tônica plural revela várias culturas políticas: tradicionalismo, liberalismo, conservadorismo, trabalhismo, socialismo, comunismo, dentre outras. Inevitavelmente, a questão central converte-se, por exemplo, em: o que opõe trabalhistas e liberais? A prioridade do estudo da

---

narrativa anticomunista. O duelo constitui ambiente privilegiado ao exame da atuação de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, conforme veremos adiante. O recrudescimento do conflito tem como ápice golpe militar através do qual os opositores depõem Jango e assumem o governo do país, conduzindo-o à ditadura militar (1964-1985).

<sup>56</sup> Pelo viés singular deparamo-nos, entre outros, com o ponto de vista de Rémond (2003, p. 449-450): “O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. Assim, o político (ou política) apresenta-se como um dos domínios da vida em grupo capazes de revelar a identidade coletiva ou o que quer que possa expressar uma suposta natureza característica da comunidade. Logo, “um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamento coletivos”. Definição de caráter “tradicional”, observa Motta (2009; 2018). Afinal, a terminologia empregada pelo autor francês (*ethos*, gênio) mostra-se excessivamente generalizante e, por certo, essencialista. Evoca uma dimensão histórica quase imutável, propensa à totalidade, alheia à agência humana e sua inerente pluralidade. Por este enfoque, a cultura política é um dos componentes de uma totalidade cujas partes são perpassadas por pontos transversais elementares. Há, desse modo, continuidades entre a “praça pública” e a “cozinha” a serem descortinadas. Uma identidade geral revela-se nas práticas e concepções notadamente políticas. Assim, para se compreender um “povo”, não devemos subestimar suas relações com o político, postula Rémond (2003) em sua defesa da história política “renovada”.

cultura política não é mais o comum aos diversos participantes do jogo de poder. Mas, sim, aquilo que trazem de discrepante, específico. O engajamento próprio de cada grupo em disputa substitui o cálice sagrado da identidade nacional, embora esta não seja totalmente desprezada, com frequência, revelando-se importante elemento de mobilização política coletiva e fonte de alternativas à ação dos atores. Com efeito, a análise baliza-se no projeto político peculiar a cada cultura política, seus referenciais, objetivos, práticas, sociabilidades e tudo mais que a diferencia das demais: símbolos, valores, ritos, heróis, lideranças, inimigos, documentos, experiências, vitórias e derrotas. Assim, enquanto a perspectiva singular assinala o que há de cultura geral na política, a abordagem plural investiga culturas estritamente ligadas ao político ou, mais especificamente, à política como palco de rivalidades, disputas e mediação de dissensos. Interessa-lhe a cultura política de fato, historicamente contextualizada. Trata-se, pois, de concepções distintas da consubstanciação entre o cultural e o político, cujo debate sugere um instigante entrelaçamento. Daí a proposta de combinação entre as escolas singular e plural (MOTTA, 2009, 2018; PEREIRA, 2017).

## **Cultura política trabalhista**

Tecidas breves considerações sobre cultura política em sentido amplo, passamos à discussão específica acerca da cultura política trabalhista. Ao considerarmos o trabalhismo como cultura política, aderimos à sugestão de Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 29). Segundo o autor, há no Brasil “experiências políticas singulares” que justificam a abordagem “pelo prisma da cultura política”. Inclusive, a “tradição trabalhista”. Para ele, faz-se necessário examinar mais detidamente se ela “configuraria uma cultura política”, seguindo a linha de estudos recentes que, com este enfoque, colocam-se na “contramão da perspectiva que enfatiza o caráter populista do trabalhismo”. Esperamos oferecer alguma contribuição ao debate em questão.

Corroborando a conveniência deste esforço teórico-conceitual, empiricamente, o longo alcance do trabalhismo na política nacional. Não obstante as ideias trabalhistas remontem ao primeiro governo de Getúlio Vargas, mantêm-se em destaque ao longo das décadas seguintes e ainda ecoam em nosso presente. Teoricamente, instiga a investigação do

trabalhismo como cultura política a crítica à teoria do “populismo na política brasileira”. Hegemônica entre as décadas de 1950 e 1970, embora mantenha importante espaço nos debates acadêmicos e políticos atuais, esta leitura torna-se alvo de severos e crescentes questionamentos a partir dos anos 1980. *Grosso modo*, a perspectiva populista, exponenciada por Francisco Weffort (2003), entende a manipulação como principal sustentáculo das relações de poder entre 1930 e 1964.<sup>57</sup> Isto é, o controle de líderes políticos “populistas” astutos sobre “massas” trabalhadoras ignorantes e heteronômicas facultaria, então, o equilíbrio entre as distintas classes sociais e o Estado. Entretanto, na linha dos estudos de Edward Palmer Thompson (1987), Ângela de Castro Gomes (2005), seguida por outros autores, entre os quais Jorge Ferreira (2003a; 2005a), defende a preponderância de um caráter ativo e racional aos comportamentos encetados pelas classes trabalhadoras.<sup>58</sup> Desse ponto de vista, a teoria do populismo é considerada maniqueísta e equivocada. Trabalhadores e populares em geral, até então considerados mera “massa de manobra”, obtém estatuto de classe. Por conseguinte, passam a ser analisados como sujeitos dotados de consciência própria. Conforme o novo entendimento, não é por engano, mas a partir de aprendizados historicamente acumulados, que populares apropriam-se do projeto varguista-trabalhista. Fazem-no estrategicamente, por entendê-lo fonte de ganhos simbólicos e materiais efetivos. Portanto, em lugar do “populismo”, pesquisadores embebidos na inspiração thompsiniana referem-se ao “trabalhismo” como tradição política que institui uma relação de mão dupla entre trabalhadores e Estado. Fornecem-nos, assim, elementos iniciais à identificação de uma cultura política trabalhista.<sup>59</sup>

Gomes (2005) define o trabalhismo como conjunto de ideias, crenças, valores, símbolos e estilos de fazer política integrados às culturas partidária e sindical brasileiras por volta de 1940, constituindo-se, a seguir, uma das mais fortes tradições políticas nacionais.

---

<sup>57</sup> Com edição original de 1978, a obra de Weffort (2003), “O populismo na política brasileira”, reúne textos publicados pelo autor desde princípios da década anterior. Importa esclarecer que Weffort reconhece, em alguma medida, a ambivalência da “relação populista”, atribuindo-a caráter de “aliança”, o que relativiza a “manipulação”. Portanto, seu pensamento é mais complexo e refinado do que pode parecer nesta breve síntese.

<sup>58</sup> “A formação da Classe Operária Inglesa” de Thompson, publicada originalmente em 1968, editada no Brasil em três volumes a partir de 1987, influencia profundamente muitos pesquisadores locais, assim como outros textos do historiador britânico. Em “A invenção do trabalhismo”, originalmente tese de doutorado apresentada em 1987, cuja publicação surge em 1988, por um lado, Gomes desconstrói a teoria do populismo na política brasileira. Por outro, reconstitui fundamentos da tradição trabalhista (THOMPSON, 1987; GOMES, 2005).

<sup>59</sup> Todavia, não identificamos estudos que examinam de forma sistemática a “cultura política trabalhista” no Brasil. A terminologia cultura política é frequentemente empregada. Porém, em geral, de modo flexível ou pouco adstrito ao debate teórico em questão. Desse modo, propusemo-nos examinar o trabalhismo como cultura política, a fim de contribuir para o avanço dos debates sobre o tema.

Ferreira (2003; 2005), por sua vez, argumenta que, na crise do Estado Novo, o “getulismo” dá vida ao “movimento queremista”, que converge ao “trabalhismo”. Este, inicialmente, restrito a ações pró-Vargas coordenadas pelo Ministério do Trabalho e pelo PTB, atrai à legenda sólidas bases sociais, tornando-a, cada vez mais, expressão da “consciência” e “vontade política” dos trabalhadores. As observações de Gomes e Ferreira sobre o trabalhismo permitem-nos vislumbrar uma cultura política trabalhista. Ao nosso ver, esta pode ser descrita como aglomerado razoavelmente coerente de práticas, representações, sentimentos, tradições, concepções, valores e ideais tributários do fazer político-sindical consagrado nos últimos anos do primeiro governo de Getúlio Vargas. Como tal, institui concepções específicas da história, da organização social, institucional e administrativa. Em outras palavras, um projeto político para o futuro, comprometido com a defesa e garantia de direitos estabelecidos e almejados pelos trabalhadores. Assim, legitima e significa suas lutas pretéritas, presentes e vindouras, munindo-os de discurso, comportamentos e identidade característicos. Corporificada pelas respostas de atores e entidades “getulistas” aos abalos experimentados na crise do Estado Novo, em 1945, e pelo suicídio do presidente, em 1954, a cultura política trabalhista sobrevive ao tempo: inscreve-se na média duração histórica. Seu poder de mobilização mostra-se ascendente até o golpe de 1964. Neste período, sob a gestão presidencial de João Goulart, a cultura política trabalhista agrega como um de seus elementos nodais o programa das reformas de base. Reprimida pela ditadura, com a redemocratização, ela encontraria meios de reorganizar-se através de difusores diversos, tais como sindicatos, partidos, imprensa, sociabilidades, famílias etc. Desse modo, mantém-se viva até a atualidade, embora jamais tenha recuperado a mesma força alcançada em tempos áureos. Durante todo seu curso, a cultura política trabalhista atrai e incita setores econômico-sociais e suas respectivas lideranças posicionados ao centro e à esquerda do espectro político-ideológico.

Observando detidamente o trabalhismo, percebemos claros elementos de cultura política.<sup>60</sup> A “Revolução de 30” emerge como *marco fundador* em nossa história, constituindo verdadeiro divisor de águas. Antes, obscura “pré-história”: escravidão e marginalização dos trabalhadores, corolário do domínio de elites agrárias e coronéis da “República Velha”, imagem de corrupção e atraso. Após, “história virtuosa”: organização e protagonismo estatal, solidariedade e cidadania removem velhos obstáculos à vocação nacional ao progresso. O

---

<sup>60</sup> Descrição do conteúdo da cultura política trabalhista desenvolvida a partir de apontamentos iniciais feitos por Rodrigo Patto Sá Motta, orientador da pesquisa.

Brasil desponta como potência autônoma em deliberada construção. Getúlio Vargas, protagonista dos acontecimentos de 1930, feito então presidente, é redentor dos trabalhadores, “pai dos pobres”, combatendo o arcaísmo e a injustiça encarnados pelos potentados rurais e exploradores internacionais associados. É ele o incontestado criador do país novo, mensageiro do nosso sonhado futuro próspero, justo e independente. Por isso, perseguido, encurralado e morto. Conforme observa João Trajano Sento-Sé (1999, p. 175-176), pela ótica trabalhista, seu “suicídio é um ato de resistência”. Confere à sua trajetória “os contornos da exemplaridade”, promovendo-o a uma “dimensão mítica, quase sagrada”, “ao lugar de figura maior no imaginário popular”. Getúlio Vargas é *líder, herói, mártir, símbolo e mito*.<sup>61</sup> Ao presidente morto tragicamente associam-se *documentos fundadores* como a CLT e a carta-testamento, aos quais herdeiros do trabalhismo acrescentam a Carta de Lisboa. Por certo, esses textos referenciais assentam um *projeto político* ou *de futuro*. Postulam o desenvolvimento e libertação nacionais, uma sociedade mais justa e melhorias para os trabalhadores, incluindo reformas estruturais. Há, ainda, *datas-chave*. 24 de outubro de 1930: revolução; 1º de maio: dia do trabalho e/ou trabalhador e promulgação da CLT (1943); sete de setembro: independência ou “Dia da Pátria”; 24 de agosto de 1954: “Dia de Vargas”; 31 de março-1º de abril de 1964: golpe militar e deposição de João Goulart; 17 de junho de 1979: Carta de Lisboa e resgate da tradição trabalhista sob a liderança Leonel Brizola em Portugal, etc. Não faltam, portanto, *rituais*. 1954, por exemplo, desde logo, é celebrado como tragédia e afirmação. O “Dia da Pátria”, conforme vemos a frente, também é apropriado e ritualizado pelos trabalhistas. Jango e Leonel Brizola entram em cena como líderes *herdeiros e fiadores* de Getúlio Vargas. Cabe-lhes, a semelhança deste, defender os interesses da nação e dos trabalhadores de seus *inimigos* atávicos, associados às oligarquias rurais e ao imperialismo.<sup>62</sup>

<sup>61</sup> Mitificado pelo DIP, Vargas tornou-se, inclusive, objeto de orações, devoção e culto. Depoimento de militante pedetista a Sento-Sé (1999, p. 176) indica de forma representativa a “dimensão mítica, quase sagrada”, verificada em torno do presidente: “Um companheiro de partido, militante numa campanha determinada, me chamou para fazer uma panfletagem lá na favela dele, na Zona Oeste. Aí, eu entrei na casa e vi uma coisa estranha. De longe, parecia um preto velho tomando chimarrão. Eu nunca tinha visto isso. Aí, quando eu me aproximei, eu vi que era o Getúlio, só que tinha um monte de balangandãs em cima dele, típico de um orixá. Tinha uma moeda perto, umas contas. O avô do cara tinha sido sindicalista na área portuária ou ferroviária, não lembro bem. Só sei que havia uma tradição trabalhista na família. Ele se colocava como socialista. O pai dele tinha sido do velho PTB. E o Getúlio estava lá, de orixá”.

<sup>62</sup> Interessa frisar a dimensão do inimigo na cultura política. Ele constitui relevante representação da qual, por contraponto, o grupo extrai unidade e coesão. A ameaça concreta personificada pelo adversário, como negação às ideias do projeto ou à hegemonia daqueles que o desempenham, é por isso um ponto-chave à concorrência pelo poder. Exemplifica-o aqui, como veremos, o embate entre trabalhistas e Carlos Lacerda, arquirrival de Getúlio Vargas e, no imediato pré-1964, por extensão, de João Goulart.

Notamos também *difusores* da cultura política trabalhista, instituições às quais ela não se restringe, porém, delas se serve para propagar-se: sindicatos, família, periódicos (*Última Hora*), PTB e, mais tarde, PDT.<sup>63</sup> Entre seus *símbolos*, além do “presidente-mártir”, destacam-se o lenço vermelho dos maragatos, insígnias republicanas (bandeira, hino, Tiradentes), o sete de setembro, carteira de trabalho, entre outros.<sup>64</sup>

Ao perscrutar o brizolismo, descortinando suas convergências com o trabalhismo, Sento-Sé (1999) fornece-nos elementos importantes ao estudo da cultura política trabalhista. Para ele, o nacionalismo é a “marca mais pronunciada” do trabalhismo e “o mote mais contundente” do “projeto” personificado por Leonel Brizola. Sabemos, a relevância do nacionalismo no projeto trabalhista é notória desde Getúlio Vargas e João Goulart.<sup>65</sup> Assim, a imbricação entre nacionalismo e trabalhismo é tal que, observa Sento-Sé, dissociá-los causa estranheza. Entretanto, no Brasil, antes e depois de Getúlio Vargas, o nacionalismo caracteriza segmentos ideologicamente plurais. Neste arco incluem-se, além dos trabalhistas, por exemplo, mobilizações de extrema-direita, movimentos emancipacionistas, organizações da burguesia, associações populares e ações da esquerda revolucionária que recorrera à luta armada contra a ditadura, esta mesma marcada por elementos nacionalistas. Daí a necessidade de destacar o nacionalismo enquanto um dos elementos constitutivos da cultura política trabalhista, acentuando suas peculiaridades dentro da tradição e suas ramificações. Na passagem dos 1950 aos 1960, o nacionalismo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek é superado pelo nacionalismo popular de João Goulart. Às vésperas do golpe de 1964, em um cenário de grave crise política nacional, no calor da campanha pelas reformas de base e face a “convicção” na iminência de uma “revolução nacional”, o nacionalismo ganha ares de “unanimidade”, embala e unifica as “forças progressistas”. Uma vez instaurada a ditadura militar, o nacionalismo é adotado por parte significativa de seus representantes e apoiadores, de modo evidentemente paradoxal, adequando-se ao perfil autoritário-conservador dos mesmos. No processo brasileiro de distensão e abertura política, a partir de meados dos anos 1970, uma combinação de trabalhismo, nacionalismo e social-democracia é a receita utilizada

---

<sup>63</sup> Além de legendas trabalhistas de menor destaque como: Partido Trabalhista Nacional, Movimento Trabalhista Renovador e o Partido Trabalhista Renovador.

<sup>64</sup> Conforme Sento-Sé (1999), sete de setembro é, emblematicamente, a data escolhida por Leonel Brizola para desembarcar do exílio. Ao examinar o brizolismo, o autor descortina, a nosso ver, elementos comuns entre este o e trabalhismo. Outro evento-chave nos discursos trabalhistas que analisamos a seguir é a abolição da escravidão. Sua recorrência parece-nos, por vezes, credenciá-la ao repertório da cultura política trabalhista.

<sup>65</sup> Pacheco (2018, p. 31) aponta o nacionalismo como uma das matrizes do “pensamento trabalhista”.

pelos trabalhistas reunidos em torno de Leonel Brizola para recriar o PTB, logo renomeado PDT (SENTO-SÉ, 1999, p. 36-37, *passim*).

O destaque do nacionalismo nos governos de Getúlio Vargas e na tradição trabalhista também desperta a atenção de Daniel Aarão Reis (2014). Evidencia-o sua tese acerca de uma “cultura política nacional-estatista”, a qual, a exemplo do nacionalismo, ultrapassaria os limites ideológicos e temporais da tradição trabalhista.<sup>66</sup> Segundo Reis (2014, p. 18), originalmente, a cultura política nacional-estatista envolve “um Estado centralizado”, de “ideário nacionalista” e “unificador” que, com “esteio das Forças Armadas”, estabelece e mantém, sob “vigilância e tutela”, “amplas alianças sociais” com “trabalhadores urbanos e rurais”. Além disso, pauta-se por “concepções de modernização e industrialização em nome das quais todos os sacrifícios são demandados”, promovendo “uma política externa de afirmação nacional”. Com o olhar voltado à longa duração histórica, o autor analisa como ela é gestada no Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas. E, adaptando-se às mais diversas circunstâncias, inclusive o governo democrático desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a ditadura militar (1964-1985), alcança o século XXI, dando o tom dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), na mais recente etapa democrática brasileira.<sup>67</sup>

Conforme Reis (2014, p. 21), importa aqui assinalar, a crescente “inquietação e desassossego” provocados pela cultura política nacional-estatista às “elites” e “forças sociais conservadoras” culmina “na conjuntura social mais quente que a história republicana conheceu, entre 1961 e 1964”. Então, diz, “segmentos importantes das classes populares tentam seduzir a sociedade com um programa reformista revolucionário (as chamadas ‘reformas de base’), que objetiva “redistribuir a riqueza e o poder numa escala inédita”. Entretanto, “as forças conservadoras” respondem com um “golpe de Estado” cujo “alvo”, em

---

<sup>66</sup> A concepção de cultura política de Reis (2014) apoia-se na acepção francesa representada por Berstein (1988).

<sup>67</sup> O enfoque de longa duração proposto por Reis (2014) parece-nos elucidativo ao revelar a persistência de certas ideias-chave em nosso processo de desenvolvimento econômico-estatal e político, qual sejam, nacionalismo e estatismo. Presumimos aqui alguma possibilidade de convergência com uma cultura política brasileira. Como vimos, o estatismo seria um dos componentes desta, de acordo com Pereira (2017). Não obstante, conceituar tais continuidades como cultura política soa-nos controverso. Aliás, o próprio Reis (2014) convida-nos a refletir em que medida a cultura política nacional-estatista alcançaria tais dimensões temporais, assumindo-as como hipótese, não como dado conclusivo. De nossa parte, conforme já indicamos, entendemos que, embora a categoria cultura política seja incompatível ao efêmero e inerentemente dinâmica, seu emprego de maneira demasiado flexível, fornecendo guarida a atores e contextos politicamente antagônicos, esvazia-a analiticamente.

seu entendimento, é “destruir pela raiz a cultura política nacional-estatista”.<sup>68</sup> Seria, pois, para Reis, clara a identificação entre João Goulart, herdeiro de Getúlio Vargas, seu projeto de reformas de base e a cultura política nacional-estatista. Ministro-chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro desempenha papel importante ao lado do presidente na construção da pauta reformista e enfrentamento da onda de instabilidade que sacode o país.<sup>69</sup> Com efeito, se concordássemos com o autor, presumiríamos que nosso personagem atuara valendo-se de “dispositivos estratégicos”<sup>70</sup> nacional-estatistas para confrontar os detratores do governo que, fulminado pelo golpe de 1964, desmorona como um castelo de cartas, frustrando expectativas de conquistas importantes para segmentos político-sociais identificados às reformas de base. Todavia, a suposição do nacional-estatismo como cultura política base do governo João Goulart não nos soa tão elucidativa quanto a de uma cultura política trabalhista, às vésperas do fatídico 1º de abril, calcada num trabalhismo de coloração nacional-popular (SENTO-SÉ, 1999).

No entanto, concordando parcialmente com Reis (2014), a exemplo de Pereira (2018), na falta de melhor denominação para expressar o projeto político empreendido sob a liderança de Getúlio Vargas, parece-nos verossímil falar em nacional-estatismo como cultura política em destaque em seu primeiro governo. Todavia, compreendemos suas “heranças”, apropriadas e combatidas nas lutas pelo poder pós-1945, como elementos de uma cultura política trabalhista-reformista estabelecida no crepúsculo do Estado Novo, desenvolvida com vigor na experiência democrática e amplamente desarticulada pela ditadura militar instituída em 1964. Então, setores civis e militares conservadores insurgem-se contra o comunismo, atingindo frontalmente o governo reformista de João Goulart, por eles associado ao “perigo vermelho” (MOTTA, 2000). O ponto de vista que corroboramos sobre o trabalhismo com amparo de Gomes (2005) e Ferreira (2003; 2005), apoia-se ainda em Pacheco (2018, p. 28).

---

<sup>68</sup> Divergimos do suposto caráter revolucionário atribuído por Reis (2014) às reformas de base. Em nosso entendimento, tal programa identifica-se à cultura política trabalhista, encontrando ressonâncias, mais amplamente, em setores esquerdistas predominantemente não-revolucionários. Ademais, o alvo primordial dos golpistas é banir o comunismo (MOTTA, 2000). Não o estatismo e o nacionalismo. Embora figurem nos ideários das esquerdas, inclusive grupos armados que lutam contra a ditadura, militares que ascendem ao poder através do golpe de 1964, usurpando o controle político do país, reapropriam-se de elementos estatistas, desenvolvimentistas e nacionalistas em termos práticos e ideológicos, depurando-os do esquerdismo que outrora os distinguiria como bandeiras do inimigo.

<sup>69</sup> Conforme Mattos (2007, p. 187), “a participação de Darcy na virada empreendida pelo Governo João Goulart, em 1963, em direção às reformas, não deve ser desprezada. (...) É possível que sua capacidade de persuasão (...) tenha exercido também aqui o seu papel”.

<sup>70</sup> Expressão utilizada por Reis (2014, p. 18).

Para ele, as origens do trabalhismo remontam à crise da Primeira República, incluindo traços do positivismo, socialismo, anarquismo, democracia-cristã e demais tendências políticas “progressistas” presentes no Brasil de fins do XIX. Todavia, é “durante o Estado Novo” que o trabalhismo se consolida, obtém “coerência” e “estatuto político”. Por um lado, beneficiando-se da destacada atuação do ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, desde 1930, quando é criado. Por outro lado, favorecido pelas atividades do DIP, instituído em 1939. Além disso, argumenta Pacheco, inicialmente, “é muito difícil separar o trabalhismo da figura paternal de Getúlio e do getulismo”.<sup>71</sup>

Portanto, é razoável afirmar que, desde a crise do Estado Novo, nacionalismo e estatismo convergem a uma cultura política trabalhista propriamente dita, somando-se aos seus demais componentes. Desse modo, embora outros segmentos também apropriam-se deles, são especialmente representados pelos petebistas, vanguarda trabalhista. Tanto atores políticos quanto estudiosos destacam a crescente importância do trabalhismo na redemocratização experimentada pós-1945, notadamente no governo presidencial de João Goulart e seu traumático desfecho, em 1964. Apesar dessa evidência, Reis (2014) atem-se ao que denomina cultura política nacional-estatista, silenciando-se acerca de uma possível cultura política trabalhista. Todavia, a nosso ver, a especialização do nacional-estatismo em termos econômicos torna-o insuficiente enquanto cultura política. Ao menos frente ao trabalhismo. Conseqüentemente, a possibilidade de considerar o nacional-estatismo como um estilo de política econômica compartilhado por diferentes culturas políticas, embora sobremodo o trabalhismo, parece-nos mais razoável. Afinal, sendo mais abrangente, a tradição trabalhista contempla elementos mais variados de uma cultura política, ajustando-se

---

<sup>71</sup> Pacheco (2018) considera que, uma vez consolidada, a cultura política trabalhista situa-se entre o liberalismo e o socialismo. Entretanto, cabe observar que, conforme Sento-Sé (1999, p. 180), na redemocratização pós-ditadura militar, o trabalhismo converge ao socialismo. Isto fica claro, sobretudo, a partir da Carta de Lisboa, em que o projeto político é apresentado por seus herdeiros “como caminho brasileiro para o socialismo”. Isto é, um “socialismo não marxista, democrático, solidarista e comunitário”. Quanto ao DIP, importa acrescentar que, não obstante sua criação tenha ocorrido por decreto presidencial em dezembro de 1939, com vistas à difusão do ideário estado-novista à população, sua atuação revela precedentes que reportam aos primórdios do primeiro governo de Getúlio Vargas. Em 1931 é criado Departamento Oficial de Publicidade (DOP), sucedido pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, fundado em 1934. Este, por sua vez, no início de 1938, transforma-se no Departamento Nacional de Propaganda, o qual, enfim, sai de cena para dar lugar ao DIP. Constituído por uma estrutura ampla e altamente centralizada de produção e controle da informação, inclusive com o condão da censura, o DIP concentra poderes e atribuições próprios, assegurando ao governo domínio inédito sobre a vida cultural brasileira, até a extinção do órgão, em maio de 1945. Ver: FGV. CPDOC. **Departamento de Imprensa e Propaganda.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>. Acesso: 29.08.2019.

melhor a tal fenômeno. Portanto, poderia ser vista como uma cultura política na qual, entre outros traços, inscrevem-se aspectos nacional-estatistas, não o contrário.

## Darcy Ribeiro e a cultura política trabalhista

De acordo com Ângela de Castro Gomes (2005), fertilizam o terreno ao trabalhismo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o rearranjo do governo Getúlio Vargas em direção às demandas dos trabalhadores, em 1942, e a CLT, em 1943. Entretanto, dois processos em especial parecem-nos favorecer a consolidação da cultura política trabalhista: as crises que culminam na renúncia de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, e em seu suicídio, em 24 de agosto de 1954. Incomparável dramaticidade e impacto tornariam a morte do líder popular alavanca de maior ímpeto à cultura política trabalhista. Significativamente, Darcy Ribeiro adere ao trabalhismo, afastando-se definitivamente da militância comunista, em meados dos 1950, justificando esta reorientação ideológica, de suma relevância em sua trajetória política, sobretudo, com base no ocaso do presidente e sua carta-testamento.<sup>72</sup> Lembra Darcy Ribeiro (1997, p. 275):

A notícia do suicídio caiu em mim como uma bomba. Sobretudo a *Carta-testamento*, o mais alto documento jamais produzido no Brasil. O mais comovedor, o mais significativo. Desde que eu o li, ele é para mim a carta política pela qual eu me guio. É isso para os brasileiros mais lúcidos. Só não o é para a minoria que infelicita este país desde sempre, governando de forma corrupta, opressiva e mesquinha. Percebi instantaneamente, como de resto perceberam todos os brasileiros, que a campanha do ‘mar de lama’ era uma armação da imprensa, subsidiada pelas grandes empresas estrangeiras, a

<sup>72</sup> Embora Darcy Ribeiro enfatize a morte e carta-testamento de Getúlio Vargas como fatores determinantes à sua definitiva passagem do PCB ao trabalhismo, há que se considerar outros aspectos. Ele próprio admite alguma influência do “célebre relatório Krushev de 1956” e da “ruptura entre a URSS e a China” sobre sua reorientação ideológica (RIBEIRO, 1997, p. 277). Além disso, um olhar mais atento às suas memórias, revela-nos certa incompatibilidade prévia entre seu perfil e a disciplina partidária, bem como, falta de perspectivas à projeção que almeja na agremiação como possíveis motivos para sua mudança a uma nova corrente política. Em 1946, recém-graduado, recorda Darcy Ribeiro (1990, p. 258), postula “assumir a direção do jornal comunista *Hoje*”. Porém, em vez disso, o comitê central do PCB o “licencia da militância”. Explicaria o fato, em sua opinião, ser visto no partido “mais como intelectual”. E, de intelectuais, a legenda já estaria bem servida, dispondo de nomes como Caio Prado Júnior e Jorge Amado. Acresce, ainda, seu temperamento “muito agitado” e “polêmico demais” para uma “vida de funcionário da revolução”. A despeito dessas incongruências, não encontramos registros de conflitos relacionados ao seu afastamento do PCB, o que sugere um desenlace pacífico. Imediatamente após distanciar-se da militância partidária, Darcy Ribeiro lança-se em atividades etnográficas pelo interior do país; o que também nos parece um elemento a se considerar com vistas à compreensão do arrefecimento de seu engajamento comunista.

fim de derrubar o presidente que estava criando a Petrobrás e que anunciava a criação da Eletrobrás, opondo-se a grupos estrangeiros poderosíssimos, o do petróleo e o da eletricidade.

Traumático episódio e inigualável documento desvelam a realidade, explica Darcy Ribeiro (1997, p. 275). Arrebatam aos brasileiros em geral, como também a ele e a vários intelectuais inclinados ao socialismo. Hermes Lima, San Tiago Dantas, João Mangabeira e Gabriel Passos são alguns nomes da “esquerda democrática”, a exemplo do próprio antropólogo, supostamente “despertados pelo suicídio e pela *Carta-testamento*”.<sup>73</sup> Lembrando Sirinelli (2005), desse modo, a morte de Getúlio Vargas situa-se como “acontecimento fundador” de uma “geração” constituída por intelectuais engajados identificados à cultura política trabalhista. Enfatizando o abalo pessoal causado pela “bomba” do suicídio, continua Darcy Ribeiro (1997, p. 275):

O efeito sobre mim foi a compreensão da besteira que fazia com minha postura de comunista utópico, à base de um falso marxismo. Não tinha havia muitos anos nenhuma militância, mesmo porque vivia no meio dos índios, enquanto o Brasil entalava em problemas. Seguiu-se pra mim uma mudança ideológica radical. Em lugar de alimentar-me de diretivas partidárias parcas, abri os olhos para a realidade. Compreendi que me cabia tentar fazer o máximo possível, aqui e agora, para enfrentar os problemas do povo e do país. (...) Isso é o que estava fazendo Getúlio e não o Partido Comunista. Desde então afastei-me dos comunistas e acerquei-me dos trabalhistas. Primeiro, querendo compreender essa corrente histórica contínua, que desde 1930 vitalizava a arena política brasileira, dando voz aos trabalhadores. Depois, predispondo-me a colaborar.

Na mesma linha, mais incisivo, diz Darcy Ribeiro:<sup>74</sup>

Eu mesmo era, até então, um jovem intelectual comunista, alimentando-me de ilusões, quando o suicídio de Getúlio lavou-me os olhos para a realidade brasileira. Que fazia eu à espera de revoluções milagreiras, quando na política, como a arte de fazer aqui e agora, Getúlio era acossado e derrubado

<sup>73</sup> De acordo com Darcy Ribeiro (1997, p. 291-292), “alguns dos líderes mais lúcidos do Brasil”, socialistas, passam então a apostar no projeto do PTB, aliando-se posteriormente a João Goulart. “Assim foi com San Tiago Dantas, que, podendo ingressar em qualquer partido, escolheu incorporar-se ao PTB, que via como um futuro partido socialista moderno que lavaria seu passado integralista. Era também o que melhor se oferecia para que viesse a se candidatar à Presidência da República. O mesmo se deu com Hermes Lima, Wilson Fadul, João Mangabeira, Gabriel Passos e Domingos Velasco, que transcenderam do seu socialismo utópico para o trabalhismo dinâmico sob a liderança de Jango. Foi também nessa corrente que eu me integrei, confiante em que era a única capaz de realizar as potencialidades brasileiras, promovendo as profundas reformas estruturais indispensáveis e inadiáveis para que o Brasil desse certo”.

<sup>74</sup> RIBEIRO, Darcy. *Carta*: Falas, Reflexões e Memórias. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1994 (*apud* MOREIRA, 2010, p. 102-103).

pelas empresas estrangeiras, na defesa de seus interesses antinacionais? Foi aí que me aproximei dos trabalhistas, de Jango e depois de Brizola, passando a me integrar às forças nacionalistas e trabalhistas que eles lideravam.

A propósito de sua conversão do comunismo ao trabalhismo, também afirma Darcy Ribeiro:<sup>75</sup>

A virada da história brasileira se deu naquele momento. Naquele momento eu percebi: como é que eu podia estar contra o Getúlio, como é que eu não via que era um complô tremendo da imprensa, um mar de lama, e que para aquele homem a única forma de sair, de vencer, era se suicidar? (...). Então, isso virou minha cabeça. Ali eu deixei de ser comunista no sentido de membro do Partido, de militante do Partido, membro de célula.

Darcy Ribeiro considera as repercussões da crise de 1954 em múltiplas dimensões: para ele próprio, em suas esferas de sociabilidades e para os brasileiros como um todo. Sobre sua influência no cotidiano das classes populares e implicações para o processo político, afirma:

Posso avaliar bem o pasmo e a revolta do povo brasileiro ante esta série de acontecimentos trágicos, que induziram seu líder maior ao suicídio como forma extrema de reverter a seqüência política que daria fatalmente o poder à direita.<sup>76</sup>

Do ponto de vista de Darcy Ribeiro (1997), portanto, a trágica morte de Getúlio Vargas produz uma onda de conscientização política com significativo alcance. Diz-nos, vale reiterar: “o suicídio de Getúlio lavou-me os olhos para a realidade”. “Percebi instantaneamente, como de resto perceberam todos os brasileiros, que a campanha do ‘mar de lama’ era uma armação (...)”. Situa, pois, o flagelo do líder popular como uma epifania. A desgraça descortina a importância do presidente morto e seu projeto trabalhista, revelando a conspiração farsesca urdida pela direita contra o “líder maior” do povo brasileiro. Conseqüentemente, naquele momento, Getúlio Vargas teria livrado o país de cair, novamente, sob o jugo conservador. Ao mesmo tempo, retroalimenta representações sobre si mesmo, mitifica-se e alavanca o trabalhismo. Sabemos, o poder das grandes crises ultrapassa sua capacidade de originar gerações. Transforma as culturas políticas vigentes e acarreta outras. Assentam as bases para novas visões de mundo e formas de participação política. O caso em

<sup>75</sup> RIBEIRO, Darcy. **Mestiço é que é bom**. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 63 (*apud* PINHEIRO, 2006, p. 36).

<sup>76</sup> RIBEIRO, Darcy. **Carta'**: Falas, Reflexões e Memórias. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1994 (*apud* MOREIRA, 2010, p. 102-103).

questão, por seu turno, robustece e impulsiona a cultura política trabalhista. Em suas avaliações sobre as dimensões do líder popular e de seu falecimento, nosso personagem oferece-nos indícios que parecem endossar tais hipóteses. Afinal, o fato teria revolvido, para além de sua cabeça e da intelectualidade politizada, a percepção popular do político e a política. Assim, no instante em que dispara um revólver contra o próprio peito, Getúlio Vargas provoca a “virada da história brasileira”. Em um só ato, reverte o embate político e, o trabalhismo a pouco acuado, é restituído ao protagonismo político nacional. Às memórias enredadas tardiamente por Darcy Ribeiro (1997) sobre o infausto e impactante acontecimento, como veremos no decurso deste trabalho, confluem suas avaliações efetuadas com maior proximidade cronológica dos fatos, no turbilhão que o envolve como ator político governista de destaque nacional no pré-1964.

Apesar de seu propósito criativo-ficcional, em muitos casos, representações literárias do passado contribuem para a compreensão histórica. *Agosto*, conhecido romance de Rubem Fonseca (2005), é um exemplo. Ambientada em agosto de 1954, a trama reconstitui, desde o atentado da rua Toneleiros, cenas da crise que culmina no suicídio de Getúlio Vargas, o funeral do eminente político e suas repercussões. Revive atores históricos, fazendo-os interagir com personagens fictícios. Em ambos os casos, há posicionamentos verossímeis frente ao jogo de poder factual conhecido. Assim, emblematicamente, impactos sociopolíticos da morte do presidente ressaltados pelo autor e avaliações de Darcy Ribeiro correspondem-se. Caricato, porém, sugestivo, é o caso do investigador Rosalvo. Ao superior, comissário Alberto Mattos (protagonista), Rosalvo define-se “católico e lacerdista”. Para o delegado Pádua, no entanto, Rosalvo “além de lacerdista e carola, é um gatuno”. Como bom “come-quieto”, claro, esconde suas tramoias, as quais Mattos ignora, imerso em trabalho, inquietações, amores, cacoetes, pastilhas anti-ácidas e copos de leite – a que recorre, com frequência, para amenizar desconfortos de sua úlcera com iminente risco de hemorragia (FONSECA, 2005, p. 61, p. 76-77).

Na madrugada de 24, suicida-se Getúlio Vargas, com um tiro no peito. Surpreendentemente, Rosalvo conclui:

Os milicos são muito burros. Aí é que está o busílis. Se deixassem Getúlio em paz o velho gagá ia morrer escrachado, sendo penteado em público pelo Anjo Negro, afogado no mar de lama. Mas os milicos apertaram ele na parede, sem dar a ele uma chance de livrar a cara. Fizeram o jogo do

Lacerda, que é um maníaco que não sabe onde parar. O povo já tinha tirado novamente o retrato do velho da parede, agora vai começar tudo de novo, o velho virou santo, como todo político que morre no governo, neste país de merda (FONSECA, 2005, p. 322).

Então, pergunta-lhe Mattos: “Você não era lacerdista? Contra Getúlio?” Responde Rosalvo: “Virei a casaca”. No mesmo instante, põe-se a cantarolar: “Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar, o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”.<sup>77</sup> “Cala a boca”, esbraveja o comissário. “Chama o carcereiro e o guarda de plantão”. Antes de obedecer, vaticina Rosalvo: “A UDN acabou”. “Nunca será governo nesse país. Perdeu o bonde” (FONSECA, 2005, p. 322). Embora jocosa, a instantânea mudança de opinião encarnada pelo personagem de Rubem Fonseca parece-nos ilustrativa. Soa-nos como metáfora da abrangente transformação político-ideológica inspirada pela morte de Getúlio Vargas, vivida e testemunhada por Darcy Ribeiro.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder logo mostra seu caráter vanguardista, argumenta Darcy Ribeiro (1997, p. 277), consoante à cultura política trabalhista. É o político gaúcho quem, desde 1930, repele o “domínio hegemônico da velha classe dirigente brasileira”, pondo fim ao poder dos “cartolas do ‘pacto café-com-leite’, quase todos formados e bitolados pela Faculdade de Direito de São Paulo”. Afinal, calcula, “dez dos doze presidentes da Primeira República formaram-se nela”. Para o antropólogo, a face renovadora ou mesmo revolucionária da liderança nacional exercida por Getúlio Vargas torna-se ainda mais clara com o baque do suicídio. O evento ressaltaria “a importância extraordinária da Revolução de 1930 como a revolução social brasileira” e marco temporal. A partir dele, inicia-se uma “corrente histórica contínua” que vitaliza a política nacional e confere “voz aos trabalhadores”. A trajetória do Brasil é reorientada para a célere consecução do projeto de um país moderno, autônomo, socialmente justo e melhor. Desse modo, Getúlio Vargas remove grilhões que, até então, mantinham o Brasil prisioneiro do arcaísmo e dependência, possibilitando “transformações estruturais” necessárias ao seu ingresso soberano “no mundo moderno”. O presidente personifica, assim, uma verdadeira “virada” histórica nacional, seja por sua ascensão revolucionária, obras governamentais calcadas no trabalhismo, com

---

<sup>77</sup> *Jingle* destinado à campanha presidencial de Getúlio Vargas em 1950, composto por Haroldo Lobo e Mario Pinto, com interpretação de Francisco Alves. Ao estilo de marchinha carnavalesca, “Retrato do Velho” alude à recolocação do retrato do presidente em repartições públicas, caso reeleito, conforme determinação estabelecida por ele próprio em governo anterior.

destaque à CLT, ou por seu sacrifício, que impede o retrocesso político. Isto é, o retorno das oligarquias (ou direita) ao comando do país.

Importa pontuar melhor o impacto do tiro desferido no coração por Getúlio Vargas para a trajetória individual de Darcy Ribeiro. Aliado aos comunistas a partir de 1940, nosso personagem aprende com eles um valor fundamental que, ele mesmo atesta, levaria por toda a vida: ser “co-responsável pelo destino humano”. Segundo citamos, no entanto, afirma reiteradamente que o acontecimento desperta-lhe à realidade e suscita importante autocrítica. Em 1954, com o suicídio do presidente, “cai em si”. Percebe o quanto o “jovem intelectual comunista” Darcy Ribeiro estivera “cego para as lutas sociais que se travavam no chão da história” (RIBEIRO, 1990, p. 254, 263). Entende-se, vale lembrar suas próprias palavras, até aquele momento, como um “comunista utópico”, baseado em “diretivas partidárias parcas”, num “falso marxismo” ou em “ilusões”, vivendo da esperança em “revoluções milagreas”. O ato extremo do presidente o faz, enfim, ver a política como a “arte de fazer aqui e agora” o “máximo possível” para debelar “os problemas do povo e do país”. Isto seria o que Getúlio Vargas e os trabalhistas faziam desde 1930, não os comunistas, constata. A percepção de um suposto caráter quimérico no comunismo, de um lado, e de outro, a ideia de um trabalhismo realista revelada pela comovente morte de seu líder máximo justifica fundamentalmente a reorientação política de Darcy Ribeiro. Então, afasta-se dos seguidores de Luiz Carlos Prestes para aproximar-se dos herdeiros de Getúlio Vargas. Ou seja, deixa a militância junto ao PCB, abandonando a função de “membro de célula”, para engajar-se ao lado dos trabalhistas. Logo, tornar-se-ia colaborador do governo Juscelino Kubitschek, ministro da Educação e ministro-chefe do Gabinete Civil de João Goulart. Mais tarde, vice-governador de Leonel Brizola. Não obstante Darcy Ribeiro refira-se à sua reorientação política como uma “mudança ideológica radical”, haja vista a subsequente proximidade entre comunistas e trabalhistas, embora pontuada por conflitos, devemos, pois, relativizá-lo. Ele mesmo, aliás, deixa de ser comunista enquanto militante. Mas, conforme citamos, carregará valores assimilados desta cultura política. Ademais, continuará se confraternizando com seus integrantes, no Brasil e no exterior.

Fato é que, relata Darcy Ribeiro (1997, p. 279), a partir da experiência do suicídio de Getúlio Vargas, progressivamente, alinha-se àqueles que “retomam” a tradição trabalhista “para levá-la adiante, lutando a partir de duas posturas”. A primeira é: “O trabalhismo

sectariamente pró-assalariado”, oposto às tendências “sectariamente patronais”. A segunda, o “nacionalismo”, entendido como “o compromisso de lutar por um Brasil autônomo e próspero, reordenado para que sirva, prioritariamente, a seu próprio povo”. Desde então, até o fim de seus dias, mantém-se intrinsecamente vinculado à cultura política trabalhista. Conforme Moreira (2010, p. 127-128), décadas após aderir ao trabalhismo, o antropólogo morre “frequentando os salões do Senado Federal como fiel escudeiro da tradição política que oferecia (na sua visão) o melhor caminho para o Brasil”. Desse modo, conclui o autor:

(...) mesmo Darcy Ribeiro sendo autor de uma vasta obra, um imortal da Academia Brasileira de Letras e levando em conta o fato de todos os estudiosos terem a realçar seu papel como um homem de idéias (...), não se pode deixar de lado o destaque que a política teve em sua trajetória. Nesse sentido, o que ficou mais patente (...) é que a política, melhor ainda, o trabalhismo e seus valores de base, como o nacionalismo e a justiça social, tiveram uma importância singular em sua vida, uma importante chave de leitura para a compreensão de Darcy Ribeiro em suas diversas ‘peles’.

O duradouro vínculo de Darcy Ribeiro com a cultura política trabalhista, apoiado em sua atuação no governo João Goulart e, mais tarde, em sua militância no PDT, em ambos os casos com notório destaque, é um exemplo insólito de lealdade ideológico-partidária. Sobretudo, hodiernamente, quando, ao contrário, seja por grande parte dos representantes ou representados, a regra parece ser, muitas vezes, a infidelidade às legendas ou desprezo aos seus programas. A longeva relação de Darcy Ribeiro com o trabalhismo encontra raros paralelos, sendo o mais notório a trajetória política de Leonel Brizola.<sup>78</sup> As biografias políticas de ambos atestam o *status* de média duração do trabalhismo, aspecto que, juntamente com outros elementos anteriormente listados, confirmam a existência de uma cultura política trabalhista. Elogiando a tríade trabalhista Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola como os “três estadistas mais lúcidos, destemidos e fecundos que o Brasil conheceu”, embora alheio à terminologia conceitual em que nos apoiamos, Darcy Ribeiro revela-se consciente da extensa continuidade histórica da cultura política trabalhista. Segundo ele, os “militantes do

---

<sup>78</sup> Não obstante, claro, o político gaúcho revela proeminência ímpar na tradição remanescente de Getúlio Vargas. Afinal, a condução da Campanha da Legalidade, em 1961, alçara-o à condição de “um dos líderes máximos do trabalhismo brasileiro”, ao lado de Getúlio Vargas e de João Goulart (PACHECO, 2018, p. 26). Além disso, após a morte de Jango, em 1976, o “bastão” da liderança trabalhista é “solenemente” transmitido a Leonel Brizola, que comanda a tentativa de reestruturação do PTB resultante no PDT, legenda pela qual se elege governador do estado do Rio de Janeiro, tendo como vice-governador Darcy Ribeiro (SENTO-SÉ, 1999).

PDT” são “herdeiros” daqueles líderes, “trazendo nos braços gloriosas bandeiras de luta, grandes vitórias e terríveis frustrações”.<sup>79</sup>

Por fim, acerca do efeito do suicídio de Getúlio Vargas sobre a orientação política de Darcy Ribeiro, importa ainda uma questão de teor metodológico. Segundo relato próprio (RIBEIRO, 1997), como vimos, o fato político vem à tona como acontecimento-chave, despertando-lhe a trocar o comunismo pelo trabalhismo. Até aqui, examinamos esta marcante “conversão”, cuja relevância em sua trajetória pública ele mesmo enfatiza, referenciados sobremaneira em suas memórias preparadas, conscientemente, já no fim de sua vida. Portanto, relatos resultantes de seu impulso autobiográfico tardio. Operação sempre complexa, sujeita a idealizações, reformulações, esquecimentos e seletividade, tanto mais afetada externamente em proporção ao distanciamento relativo às experiências em si, também, por interesses incidentes nos processos de lembrança, representação e narrativa (SARLO, 2007). É razoável supor, pois, que a apreciação do suicídio feita por Darcy Ribeiro decênios depois após experienciar o fato, já solidamente vinculado à cultura política trabalhista, esteja enviesada pelo tempo. Não obstante, como veremos nos capítulos seguintes, constatamos importante equivalência semântica entre discursos produzidos por Darcy Ribeiro no calor do pré-1964 e fins dos anos 1990 acerca das implicações político-sociais e individuais da morte de Getúlio Vargas. Desse modo, embora frutos de momentos cronologicamente tão distantes em sua trajetória, semelhanças entre suas falas como ministro-chefe do Gabinete Civil e narrativas autobiográficas tecidas no crepúsculo de sua jornada, em alguma medida, corroboram e complementam a análise que aqui apresentamos sobre sua adesão ao trabalhismo em meados dos anos 1950; inclusive, suprimindo relativamente a carência de textos imediatos ao impactante evento forjados pelo personagem.

---

<sup>79</sup> RIBEIRO, Darcy. **Carta'**: Falas, Reflexões e Memórias. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1994 (*apud* MOREIRA, 2010, p. 104).

## **Capítulo 2:** **Darcy Ribeiro: um combativo ministro-chefe do Gabinete Civil**

Passamos, agora, a perscrutar o exercício de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Não obstante necessárias digressões destinadas a contextualizar sua experiência ministerial, sobretudo, interessa-nos examinar suas alocações públicas em busca de evidências de sua contribuição ideológico-intelectual aos discursos do governo e/ou intertextualidades com a cultura política trabalhista. Nomeado em 18 de junho de 1963, Darcy Ribeiro assume especialmente comprometido com o plano das reformas de base. Começamos por seu discurso de posse, avançando a seus pronunciamentos no rádio e TV e entrevistas à imprensa escrita. Não deixamos de lado a dimensão prática de sua atuação. Tanto quanto possível, procuramos esclarecer suas articulações com integrantes do governo e outros atores políticos. As intervenções públicas do ministro-chefe do Gabinete Civil tornam-se, desde logo, recorrentes. Impulsiona-as, de pronto, “Carta ao Povo” divulgada por Carlos Lacerda no começo de julho de 1963. Veiculada pela TV, rádio e imprensa escrita, ela enxovalha a administração de João Goulart com acusações de corrupção, comunismo, golpismo, entre outras, transparecendo interesse do udenista e aliados na deposição do presidente. Diversos ministros replicariam o ataque. Darcy Ribeiro, no entanto, é o primeiro a respondê-lo oficialmente pelos mesmos meios, em termos igualmente peremptórios. Carlos Lacerda e Darcy Ribeiro não se “bicam”, pelo menos, desde que este fora ministro da Educação. Naquela época, confrontam-se publicamente pela primeira vez, o primeiro defendendo o ensino privado, o segundo o ensino público. Já ministro-chefe do Gabinete Civil, ao defrontar-se novamente com o antigo adversário, Darcy Ribeiro discorre sobre o programa político do governo, denunciando opositores por intenções entreguistas, anti-populares e autoritárias. Assim, adverte com razoável antecedência sobre a escalada golpista de direita que resultaria no golpe de 1964. O caso possibilita-nos observar, para além dos atores em confronto, a cultura política trabalhista em contraste aos pressupostos liberal-conservadores.

## Darcy Ribeiro no governo João Goulart

Nomeado primeiro-ministro do governo parlamentarista de João Goulart, Hermes Lima designa o amigo Darcy Ribeiro ministro da Educação e Cultura. Ele permaneceria no cargo pouco tempo, de 18 de setembro de 1962 a 24 de janeiro de 1963. Porém, afirma Darcy Ribeiro (1997, p. 265-266), o suficiente para realizar “muitas coisas” de que tem “orgulho”. Por um lado, toma medidas administrativas como: disponibilização de material didático-pedagógico completo ao ensino primário, criação da Biblioteca Básica Brasileira para o ensino de nível secundário e superior, melhoramento e execução da lei nacional de Diretrizes e Bases da educação, ações em defesa do “Plano Trienal de Educação” e destinação, durante a gestão de Jango, de “12,4% do Orçamento federal” à pasta; percentual que despenca para 4% a 5% durante a ditadura, “tornando impossível fazer qualquer coisa séria”. Por outro lado, Darcy Ribeiro coloca-se no centro das questões eminentemente políticas do governo federal. “Fiz como ministro da Educação a campanha do plebiscito pelo presidencialismo, que ganhamos por 9 milhões a 1 milhão de votos”, recorda, acrescentando que participar da mobilização plebiscitária permite-lhe ver, “diretamente, como a classe política e a elite que ela representa podem estar distantes do povo”. Dias após a expressiva e relevante vitória, no entanto, deixa o cargo.

Ao rememorar sua saída do governo em janeiro de 1963, testemunha Darcy Ribeiro (1997, p. 300):

O exercício do cargo de ministro da Educação do gabinete Hermes Lima me deu oportunidade de um convívio mais próximo com Jango. Quando veio a vitória do plebiscito, ele decidiu mudar todo o ministério. Tive, então, uma conversa memorável como o presidente, junto com Waldir Pires. Andando no terraço dos fundos do Palácio da Alvorada, insistimos com ele que o plebiscito fora ganho em nome de uma política de reformas de base, mas ele contestava, irredutível: ‘Essa coroa não ponho na minha cabeça’.

Para Darcy Ribeiro, a resistência de João Goulart em assumir de pronto o programa das reformas, optando por uma composição ministerial reacionária pós-*referendum*, dada a divisão do poder com o PSD, refletiria “compromissos eleitorais do plebiscito” e/ou a aspiração do presidente por “um pouco de paz, depois de um ano de tensões”. Não obstante, em alguns meses, Jango seria obrigado “renovar o ministério”. Nesse interstício, em março,

em consonância com suas bases, ele inicia esforços para implementar as reformas de base junto ao Congresso Nacional. A prioridade é a reforma agrária. Para viabilizá-la, propõe substituir a indenização prévia em dinheiro aos proprietários de terras desapropriadas, prevista na legislação vigente, por indenização em títulos da dívida pública, o que demanda emenda à Constituição.<sup>80</sup> A proposta é apresentada aos parlamentares por Bocaiúva Cunha, líder do PTB na Câmara, em abril. Conforme Jorge Ferreira (2011, p. 341), com efeito, Jango torna-se o primeiro presidente a apresentar ao Legislativo um projeto destinado a “alterar profundamente a estrutura agrária do país”. Todavia, a bancada conservadora refuta a proposta “como uma ameaça ao direito de propriedade”. A derrota é um balde de água fria. No alvorecer de 1963, dada a vitória no plebiscito e conseguinte restabelecimento dos poderes presidenciais, o clima no governo é de entusiasmo. O inesperado infortúnio dá início a uma série de dificuldades, as quais Jango buscava logo contornar reestruturando seu ministério, em junho. Então, Darcy Ribeiro é requisitado a reintegrar o governo. Mas, ao contrário do que poderia supor, não mais como ministro da Educação.

A respeito, conta-nos Darcy Ribeiro (1997, p. 300-301):

Fui então chamado pelo presidente à sua residência particular, na Granja do Torto, para uma conversa. Lá encontrei Paulo de Tarso, que me confidenciou que fora convidado para ‘meu’ ministério, da Educação. Jango e San Tiago Dantas tinham em mente fazer de mim o chefe da Casa Civil. Tentei recusar, mostrando minha inabilidade para jogadas políticas ou para o simples convívio no mundo político, e dava a entender que melhor para mim seria ficar como reitor da Universidade de Brasília do que participar do governo numa tarefa para a qual eu não me encontrava habilitado. Cheguei a propor e a insistir no nome de Waldir Pires para o cargo. Jango não concordou porque ele era do PSD e, ao final, me disse: ‘Não me negue isso, Darcy. Preciso de uma pessoa em que possa confiar inteiramente. Preciso de um chefe da Casa Civil que tenha competência e lealdade ao presidente’. Assim posto, tive que aceitar o cargo, que se tornaria irrecusável. (...) Lá fui eu levantar o governo com a campanha das reformas de base.

Na avaliação de Darcy Ribeiro (1997, p. 301):

---

<sup>80</sup> Em favor da mudança constitucional necessária a viabilização da reforma agrária argumenta-se, primeiro, que não há precedente de país que tenha redistribuído terras mediante indenização antecipada em dinheiro. Segundo, que Brasil não tem recursos para arcar com os ressarcimentos financeiros estimados, não sendo possível, portanto, reformar a estrutura agrária nacional sem, antes, mudar a Constituição. Por fim, defende-se que a posse da terra só é legítima a quem cumpre sua finalidade social prevista constitucionalmente, não sendo razoável pagar adiantado em dinheiro àqueles que a mantêm de forma especulatória, para mero enriquecimento.

A virada foi eficaz. Toda gente que fizera campanha pela volta ao presidencialismo se reuniu outra vez, agora para apoiar as reformas estruturais. Os meses seguintes foram de grande vitalidade política. O ministério integrava alguns dos homens mais competentes do Brasil, como San Tiago Dantas, Celso Furtado, Carvalho Pinto, José Ermírio, Oliveira Brito, Wilson Fadul, Almino Affonso. Criou-se um ambiente de otimismo. Expandiu-se a ideia de que tudo se podia mudar e que ia mudar rapidamente para melhor, fazendo a reforma agrária e pondo sob controle as empresas estrangeiras.

Darcy Ribeiro ficaria, pois, pouco tempo afastado da equipe ministerial de João Goulart. Tendo deixado o ministério da Educação em 24 de janeiro de 1963, é nomeado ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República em 18 de junho do mesmo ano. É razoável inferir significativa influência de sua atuação como ministro da Educação na campanha do plebiscito que resulta no reestabelecimento do presidencialismo, conquista imprescindível para o executivo federal, à sua nomeação como ministro-chefe do Gabinete Civil. Nesta função, em que permaneceria até a madrugada de dois de abril de 1964, conforme André Luís Lopes Borges Mattos (2007, p. 181 e 187), Darcy Ribeiro torna-se “um dos mais ativos e íntimos assessores do Presidente”, “um dos principais conselheiros” ou “um ideólogo do governo”. Em tais circunstâncias, observa Lucas Miranda Pinheiro (2006, p. 44), o antropólogo se identifica, “de fato, como um político trabalhista”.

Segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 301, 305 e 309), o ministro-chefe do Gabinete Civil é quem, de fato, administra o governo, liberando o presidente à “atuação política”. Assim, equivaleria ao primeiro-ministro no parlamentarismo. À frente da pasta, relata, por um lado, competira-lhe intermediar, avaliar e deliberar demandas apresentadas ao executivo por ministros, parlamentares, governadores, etc. Por outro lado, orientar João Goulart sobre a compatibilidade destas mesmas demandas com o “sentido social” que pautara seu governo. A dimensão burocrático-administrativa da chefia do Gabinete Civil, desabafa, “dava um trabalho infernal”. Não obstante, cabe-lhe participação ativa, também, na esfera “ideológica” do governo, com destaque à programação das reformas de base. Nosso personagem justifica sua integral dedicação ao cargo com base no desejo de “fazer com que Jango realizasse uma Presidência da República fiel ao povo, fiel à nação e muito eficaz”. Pedro Müller<sup>81</sup> nos dá uma ideia de sua árdua rotina ao registrar que, em meio aos “afazeres urgentes e numerosos da

---

<sup>81</sup> JORNAL DO BRASIL. **PEDRO MÜLLER informa:** Salários afundam indústria naval, Rio de Janeiro, domingo, 28 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42256](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42256). Acesso: 16.07.2018.

Casa Civil”, por volta das 19 horas, Darcy Ribeiro “procura um local para dormir e, ao acordar, janta e continua trabalhando noite adentro”. Todavia, o excesso de trabalho não é o maior ou, ao menos, o único desafio do ministro-chefe do Gabinete Civil. Não obstante o “ambiente de otimismo” que envolve o novo ministério, deparar-se-ia com um cenário de crise política agravante. A pujante campanha pela implementação das reformas de base, então encampadas como prioridade administrativa por Jango, colaboraria à insurgência de setores militares e civis conservadores que terminariam por retirá-lo do poder.<sup>82</sup>

O governo João Goulart transcorre sob um tempestuoso cenário, os anos de 1961 a 1964. A tormenta acentua-se após o restabelecimento do presidencialismo, desde então, agravando-se progressivamente. A propósito, diria Darcy Ribeiro (1997, p. 305): “No curso de 1963, a vida política se acelerou”. A crise intensifica-se perceptivelmente a partir da segunda metade do referido ano. A radicalização de lideranças partidárias e sociais, a oposição de governadores ao poder executivo federal e as tensões nas forças armadas agravam-se em concomitância às persistentes dificuldades econômicas, exacerbando as dificuldades administrativas da presidência. Nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 257; 2006, p. 9-10), “ao longo de 1963”, verifica-se “crescente deterioração do quadro político e econômico”. Jango vê escaparem ao seu controle tanto “os problemas econômicos, cada vez mais graves”, quanto “a situação política”, situação que o coloca em “posição muito difícil”. Açoda este “conturbado contexto” a “polarização aguda entre esquerda e direita”, cujas principais implicações são: fomentar o clima de instabilidade política, isto é, “a sensação de que haveria uma ruptura grave”, “golpe” ou “guerra civil”; e inviabilizar “negociações para a aprovação das ‘reformas de base’ no Congresso, especialmente a agrária”. Isto posto, Daniel

---

<sup>82</sup> Não obstante o volume excessivo de trabalho no Gabinete Civil, Darcy Ribeiro (1997, p. 312, 315) vê-se obrigado a imiscuir-se, ainda, em funções do Gabinete Militar. Segundo ele, dada a fragilidade do dispositivo militar de João Goulart, “fraquíssimo”, a exceção do general Ladário Teles, comandante do Terceiro Exército, integrado por homens ineptos e incompetentes, cria o seu próprio esquema militar. Com ajuda de militares de sua confiança, mantém-se desse modo informado sobre o que acontece nas casernas e sindicatos. Assim, acumulando encargos dos referidos gabinetes, “eu me esforçava ao máximo para nadar entre essas águas revoltas, aquietando-as. Tarefa difícil ou impossível”, desabafa Darcy Ribeiro. Contudo, não encontramos em outras fontes consultadas indícios de atuação efetiva do professor para convencer o presidente a acautelar-se face ao declínio do apoio militar ao governo. Sequer em episódios críticos, como a “rebelião dos marinheiros”, ocorrida nos dias 25 e 26 de março de 1964, e a cerimônia de posse da diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Política Militar, no dia 30 subsequente, na qual Jango discursara. Darcy Ribeiro (1997, p. 351-352) afirma ter concordado com a participação do presidente no ato, porém, recomendando-lhe um discurso moderado, com ênfase no respeito à hierarquia militar a fim de acalmar os ânimos. Não encontramos o texto que, segundo nosso personagem, Jango teria descartado. Abordamos os referidos eventos com mais detalhes no capítulo 6.

Aarão Reis (2014, p. 21) refere-se ao período como a “conjuntura social mais quente que a história republicana conheceu”.

Esse ignescente quadro político brasileiro reflete a dinâmica ideológica da Guerra Fria (1947-1989), suas implicações regionais e locais. Genericamente, a disputa travada entre liberais/conservadores e socialistas/comunistas pela hegemonia mundial. Ou seja, a oposição direita(s) *versus* esquerda(s). Os primeiros, ecoando Washington. Os segundos, Moscou e Havana. A polarização ideológica é um dos principais ingredientes da crise brasileira que, recrudescida a partir de meados de 1963, leva ao golpe militar de 1964.<sup>83</sup> Predominantemente trabalhistas, João Goulart e sua equipe situam-se à esquerda. Mas, nem tanto assim. Empunham, essencialmente, um programa econômico-social reformista, com matizes desenvolvimentistas, nacionalistas e populares, o qual pretendem implementar dentro da lei, com aval do Legislativo. Nada revolucionário, a princípio. No entanto, o clima de acirramento, interesses políticos e econômico-sociais em jogo parecem conferir ao governo conotação radical descolada do que de fato é: reformista. Assim, embora não sejam propriamente socialistas/comunistas, o presidente e seus assessores são recorrentemente alvo de críticas, acusações, ataques e obstruções por parte de adversários conservadores externos e internos que identificam neles ou em seus objetivos a ameaça de “comunização” do país.

De acordo com Motta (2000, p. 248, 256, 271, 272 e 276), é impossível compreender a história mundial nos marcos do século XX em termos culturais, políticos ou diplomáticos sem considerar a oposição comunismo-anticomunismo. Sobretudo, no transcorrer da Guerra Fria. Isto posto, desvela a centralidade do anticomunismo na política brasileira. Enfoca, em especial, os períodos de 1935-1937 e 1961-1964, os quais culminam em golpes políticos-ditaduras justificados como reações preventivas à suposta ameaça comunista. A propósito do nosso escopo, vale destacar a intensificação da campanha anticomunista com a ascensão de João Goulart à presidência. É principalmente o medo unânime do comunismo que possibilita a necessária união entre seus heterogêneos opositores, coadunando-os em um movimento comum para destituí-lo. Embora se dividissem em relação as reformas de base – as quais contavam com apoio de muitos indivíduos e instituições do campo conservador – e, em regra, não considerassem o presidente comunista, alarmam-se por sua histórica proximidade com comunistas e a “infiltração” destes em seu governo. Entre os

---

<sup>83</sup> Cabe acrescentar que, frente ao cenário de crise e ao clima de radicalização política, agentes não ligados aos polos em disputa são impulsionados a posicionar-se nos termos da Guerra Fria.

atores do Planalto ocasionalmente apontados como seguidores dos ideais de Karl Marx destacam-se, inclusive, Darcy Ribeiro e Raul Ryff, secretário de Imprensa. Teme-se, continua Motta, que Jango recorresse à sua “aliança” com os comunistas para viabilizar as reformas, permitindo-lhes, por meio do apoio ao seu programa de governo, acessar o poder e colocar em prática seus “planos revolucionários”. Rumores sobre pretensões continuístas e autoritárias do presidente aumentam a desconfiança de que ele tramaria subverter a ordem, transfigurando-a em “uma ditadura nacionalista e esquerdista com participação dos comunistas”. Diga-se de passagem, a noção de comunista em voga, inclusive por razões estratégicas, é bastante flexível, alcançando esquerdistas em geral. Outro dado importante é que os anticomunistas superestimam significativamente a força dos rivais. Diante disto, uma “intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção” acende a chama do anticomunismo, constituindo-o no “argumento central do golpe”.<sup>84</sup>

## Ministério das reformas

Em junho de 1963, a fim de contornar impasses enfrentados por seu governo e, em especial, viabilizar as reformas de base, João Goulart realiza ampla reformulação ministerial. No dia 18, são empossados os seguintes ministros: Darcy Ribeiro (Gabinete Civil), Antônio Ferreira de Oliveira Brito (Minas e Energia), Paulo de Tarso Santos (Educação e Cultura), Abelardo de Araújo Jurema (Justiça e Negócios Interiores), Amauri de Oliveira e Silva (Trabalho e Previdência Social) e Evandro Cavalcante Lins e Silva (Relações Exteriores). O presidente convidara para compor seu novo ministério, também, Carlos Alberto Carvalho Pinto (Fazenda, no lugar de San Tiago Dantas) e Wilson Fadul (Saúde).<sup>85</sup> A

<sup>84</sup> Como vemos noutra momento deste trabalho, o antagonismo de Carlos Lacerda a João Goulart é um dos mais bem acabados exemplos da insurgência conservadora contra o presidente. Alinhado ao campo de orientação estadunidense, o udenista concatena o oposicionismo mais aguerrido em torno do argumento anticomunista, revelando-se adversário particularmente recorrente, categórico e hostil. Entretanto, não há aí, propriamente, novidade. Esta é sua conduta desde os tempos de Getúlio Vargas, mantendo-se em permanente cruzada contra o getulismo e/ou comunismo.

<sup>85</sup> Geraldo Reis e Joaquim Ramos são cogitados, respectivamente, para Viação e Obras Públicas e Indústria e Comércio. A Agricultura dependeria de definição entre Osvaldo Lima Filho, deputado pernambucano do PTB, e Jader Andrade, técnico da Superintendência Nacional de Desenvolvimento (Sudene). O presidente estudaria, ainda, substituir Celso Furtado, ministro extraordinário para o Planejamento, por Jesus Soares Pereira. JORNAL DO BRASIL. **Cinco Ministros civis tomam posse hoje**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40777](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40777). Acesso: 19.07.2018. Não consta substituto no Planejamento para Celso Furtado em FGV. CPDOC. **Ministério Presidencialista**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/ministerios/presidencialista>. Acesso: 12.04.2020.

composição da equipe completa-se no dia 21, com as nomeações de Expedito Machado da Ponte (Viação e Obras Públicas), Egídio Michaelsen (Indústria e Comércio) e Osvaldo Lima Filho (Agricultura).<sup>86</sup> Carlos Castello Branco observa que, ao recompor sua equipe, Jango “fêz questão de uma profissão de fé reformista de cada um dos Ministros”.<sup>87</sup> Este registro indica pretensa homogeneização político-ideológica do governo sob o bastião das reformas de base. A despeito de suas variações partidárias, o grupo palaciano deveria, necessariamente, corroborar os propósitos reformistas do presidente.

Com novo ministério, João Goulart reitera sua estratégia de buscar a aprovação das reformas de base através da histórica aliança entre PTB e PSD. Ou seja, por meio de um consenso parlamentar majoritário de centro-esquerda, constituído por pessedistas e petebistas. Embora, à esquerda, notadamente por parte de setores como a Frente de Mobilização Popular e PCB, seja por isso criticado como “conciliador”, há razões para boas expectativas. Por exemplo, de Abelardo Jurema e João Pinheiro Neto (PSD), este nomeado para presidir a SUPRA, espera-se abrir caminhos à aprovação da reforma agrária no Congresso. De Paulo de Tarso e Darcy Ribeiro, aproximações com o CGT, a intelectualidade e o movimento estudantil. A estratégia corresponde a recomendações de San Tiago Dantas que, então, sugerira ao presidente, como único caminho possível, compor o governo com nomes de centro e da “esquerda mais responsável”, bem como, implementar medidas de impacto para superar a crise (FERREIRA, 2011, p. 346-347).

O *Jornal do Brasil*<sup>88</sup> traz breves biografias dos ministros empossados por João Goulart na reforma ministerial de junho de 1963. Atentos às culturas políticas, vejamos alguns

<sup>86</sup> Não obtivemos confirmação de substituto para Celso Furtado no Planejamento. Nos dados do CPDOC sobre o ministério presidencialista de João Goulart, consta o exercício do ministro até o golpe militar. Em junho de 1963, João Goulart também opera mudanças em sua equipe castrense. No dia 15, transferira o Ministério da Guerra do general Amauri Krueel ao general Jair Dantas Ribeiro e substituíra o ministro da Aeronáutica Reinaldo Ribeiro de Carvalho por Anísio Botelho. O Gabinete Militar, todavia, só seria alterado em 18 de outubro, quando o presidente troca Albino Silva por Argemiro de Assis Brasil. FGV. CPDOC. **Ministério Presidencialista**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/ministerios/presidencialista>. Acesso: 12.04.2020. Ver também: JORNAL DO BRASIL. **Jair adverte que assumirá comando efetivo do Exército**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40780](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40780).

<sup>87</sup> JORNAL DO BRASIL. **Coluna do Castello**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40780](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40780). Acesso: 19.07.2018.

<sup>88</sup> JORNAL DO BRASIL. **Tomam posse hoje em Brasília cinco primeiros Ministros civis nomeados**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018. Embora a matéria anuncie cinco ministros, curiosamente, apresenta seis: Paulo de Tarso, Evandro Lins e Silva, Amauri Silva, Abelardo Jurema, Oliveira Brito e Darcy Ribeiro. A abordagem das trajetórias dos ministros empossados por João Goulart por ocasião da reforma ministerial de junho de 1963 baseia-se, outrossim, em: FGV. CPDOC. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso: 13.04.2020.

atributos ideológico-partidários, intelectuais e pessoais associados a seus perfis. Com isso, em alguma medida, pretendemos apreender a composição da rede de sociabilidades com a qual, enquanto ministro-chefe do Gabinete Civil, interage Darcy Ribeiro. Paulo de Tarso, mineiro, advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1949), é apresentado como “homem de vanguarda” do PDC. Com a renúncia Jânio Quadros”, cuja campanha presidencial apoiara “ativamente”, o deputado federal junta-se aos defensores da Emenda Constitucional nº 4, a qual viabiliza a posse de João Goulart mediante a mudança do regime político brasileiro para o parlamentarismo. Situando-se entre os pedecistas favoráveis ao direcionamento da legenda à “abertura para a esquerda”, defende as reformas estruturais propostas pelo presidente. Ainda em 1961, integra a FPN, contrária à participação do capital estrangeiro na economia nacional e remessa de lucros ao exterior. No ano seguinte, torna-se membro da FMP, movimento liderado por Leonel Brizola a favor das reformas, aderindo à campanha do plebiscito através do qual é restabelecido o regime presidencialista, em seis de janeiro de 1963. É nomeado ministro da Educação aos 37 anos.<sup>89</sup>

Curitibano de 38 anos, Amauri de Oliveira e Silva tem graduação pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e experiência jornalística em periódicos estaduais. Fora eleito deputado estadual pelo Partido Republicano (PR), em 1954, e pelo PTB, em 1958. É senador, eleito com “a maior votação do Estado” (1962) e almeja, nas próximas eleições, disputar o governo paranaense pelo PTB. Julgado “homem de centro” por amigos, não possuiria “formação ideológica, mas detesta tanto a direita quanto a esquerda, principalmente o comunismo”.<sup>90</sup> Pouco conhecido nos meios sindicais, à sua nomeação como ministro do Trabalho corroborariam a “tranquilidade” e “confiança” por ele inspiradas “à classe empresarial”, um trunfo em tempos de crise em *front* tão estratégico ao governo. Sua gestão caracteriza-se por impulsionar o associativismo dos trabalhadores rurais, inclusive, a CONTAG. Tem presença constante junto ao presidente em ocasiões e negociações cruciais ao processo político que culmina no golpe.<sup>91</sup>

<sup>89</sup> FGV. CPDOC. Paulo de Tarso. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/Paulo\\_de\\_Tarso](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/Paulo_de_Tarso). Acesso: 13.04.2020.

<sup>90</sup> JORNAL DO BRASIL. **Tomam posse hoje em Brasília cinco primeiros Ministros civis nomeados**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018.

<sup>91</sup> FGV. CPDOC. Amauri Silva. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amauri-de-oliveira-e-silva>. Acesso: 14.04.2020.

A convocação de Abelardo de Oliveira Jurema, segundo explicação descontraída de João Goulart, teria sido motivada pelo “otimismo”, imprescindível em tempos tão difíceis, característico do deputado federal paraibano. Porém, advogado, formado pela Faculdade de Direito de Recife (1937), aos 49 anos, “pessedista por convicção”,<sup>92</sup> Jurema acumula longa experiência pública. Sob a presidência de Juscelino Kubitschek, é líder do governo na Câmara. Nas eleições de 1960, seu apoio teria sido fator importante para alçar à dianteira, na Paraíba, a candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott. No governo parlamentarista de Jango, competem-lhe “medidas práticas” no Congresso “visando à fixação da data para a realização do plebiscito”. Por ocasião de sua nomeação para o ministério, é vice-líder de seu partido na Câmara.<sup>93</sup> Como ministro da Justiça, considerado “homem de diálogo”, é incumbido pelo presidente a viabilizar, junto ao Legislativo, consensos necessários às mudanças legais preconizadas para a implementação das reformas. Toma parte na solução de conflitos e levantes que marcam o processo de radicalização política ascendente,<sup>94</sup> destacando-se oficialmente em defesa do governo e seu programa até o golpe – como veremos, em estreita relação com Darcy Ribeiro, ministro-chefe do Gabinete Civil, e Francisco Waldir Pires, consultor-geral da República, com os quais compõe o chamado “tripé intelectual” de Jango.<sup>95</sup>

Antônio Ferreira de Oliveira Brito, 55 anos, baiano, diplomado pela Faculdade de direito da Bahia, é deputado federal do PSD, então, líder da maioria na Câmara. Ao assumir o cargo de ministro das Minas e Energia também já se destacara por “carreira política firme” e “grande articulador político”.<sup>96</sup> Integrara como relator a comissão mista de análise do

<sup>92</sup> “Se o PSD mandar, voto até num pedaço de pau”, teria dito Abelardo Jurema sobre “disciplina partidária”. JORNAL DO BRASIL. **Tomam posse hoje em Brasília cinco primeiros Ministros civis nomeados**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018.

<sup>93</sup> JORNAL DO BRASIL. **Tomam posse hoje em Brasília cinco primeiros Ministros civis nomeados**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018.

<sup>94</sup> FGV. CPDOC. Abelardo Jurema. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-de-araujo-jurema>. Acesso: 14.04.2020.

<sup>95</sup> Constituindo o “tripé intelectual” de João Goulart, compete a Darcy Ribeiro, Waldir Pires e Abelardo Jurema analisar previamente todos os “pronunciamentos de personalidades do Governo”. Com isso, pretende-se evitar contradições, a exemplo do que vinha ocorrendo no ministério anterior, garantindo consonância entre todos os ministros, bem como, destes em relação ao presidente. JORNAL DO BRASIL. **Coluna do Castello: Inquérito policial-militar sobre atividades do IBAD**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41672](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41672). Acesso: 17.04.2018.

<sup>96</sup> JORNAL DO BRASIL. **Tomam posse hoje em Brasília cinco primeiros Ministros civis nomeados**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779).

impedimento à posse de João Goulart requerido pelos ministros militares de Jânio Quadros face à sua abdicação. Indeferido o embargo, não obstante, tendo em vista “a profunda anormalidade das instituições republicanas sob o regime presidencial”, assinala como inevitável a adoção do “regime parlamentar”. Após atuar como ministro da Educação e Cultura do Gabinete Tancredo Neves (08.09.1961 a 12.07.1962), dedica-se à suspensão da Emenda Constitucional nº 4 na Câmara, que repele sua proposta em setembro. Como ministro das Minas e Energia, inaugura estatais de relevo como Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, Companhia Siderúrgica Paulista e Ferro e Aço de Vitória, bem como, amplia atividades e prerrogativas da Petrobras.<sup>97</sup> Evandro Lins e Silva, 51 anos, piauiense, é advogado e docente do Curso de Doutorado da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, instituição em que se graduara em 1932. Em 1955, face a esforços golpistas concatenados por Carlos Lacerda, a quem havia derrotado judicialmente em processos politicamente notórios, atua em defesa da posse de Juscelino Kubitschek-João Goulart. Em 1961, integra a comitiva brasileira surpreendida em Pequim pela renúncia de Jânio Quadros. Quando Jango toma posse, assume imediatamente a procuradoria-geral da República.<sup>98</sup> No cargo, colabora para a antecipação do plebiscito sobre o regime de governo, inicialmente previsto para 1965. Findo o parlamentarismo, assume prontamente a chefia do Gabinete Civil, de onde, na reforma ministerial de junho, é transferido ao Itamarati. Em agosto, torna-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).<sup>99</sup>

Em sua última nota biográfica acerca do novo ministério formado por João Goulart, o *Jornal do Brasil* apresenta o sucessor de Evandro Lins no Gabinete Civil: Darcy Ribeiro. Sendo nosso protagonista, a esta altura já estamos algo familiarizados com sua

---

Acesso: 19.07.2018.

<sup>97</sup> Extintos os partidos pelo AI-2 (27.10.1965) e estabelecido o bipartidarismo, ingressa no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No ano seguinte, migra à ARENA. Todavia, é cassado em 1969 com base no AI-5 (13.12.1968). FGV. CPDOC. Oliveira Brito. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-ferreira-de-oliveira-brito>. Acesso: 15.04.2020.

<sup>98</sup> JORNAL DO BRASIL. **Tomam posse hoje em Brasília cinco primeiros Ministros civis nomeados**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018.

<sup>99</sup> Apesar de signatário, em 1945, “da ata de fundação” da UDN, legenda preferencial dos opositores de Getúlio Vargas, a seguir, aproxima-se das esquerdas. FGV. CPDOC. Evandro Lins. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/evandro-cavalcanti-lins-e-silva>. Acesso: 13.04.2020.

trajetória, interessando-nos salientar, em especial, representações que nos auxiliam a compreender sua imagem pública à época. Frisa o diário, o “Professor” mineiro: “É môço, de 41 anos de idade, mas ainda tem aspecto de universitário, fisicamente”. Ainda acerca de seus traços pessoais, destaca-se o gosto pela discussão de “temas filosóficos”, capacidade de expor “com grande clareza um raciocínio” e “paixão pelo povo”. A juventude e/ou aparência juvenil, como veremos, tornar-se-ia elemento recorrente em críticas à sua atuação no governo. Assim como, embora em menor grau, sua formação acadêmica e loquacidade. Graduado pela ESPSP, com especialização em “Etnologia” (1946), informa o periódico, Darcy Ribeiro realizara “pesquisas etnográficas” com indígenas da “Amazônia”, “Brasil Central” e “pântanos de Mato Grosso”. Com isso, aprendera “tupi” *in situ*, segundo ele próprio, impulsionado pela citada paixão. Professor de “Etnografia Brasileira e Língua Tupi” e “Antropologia” na Universidade do Brasil, continua o jornal, Darcy Ribeiro atuara também na UnB, da qual torna-se reitor em 1961. É “chamado de esquerdista” por organizá-la “em moldes pedagógicos avançados”. Notamos, pois, que o jovem comunista que Darcy Ribeiro afirma ter deixado para trás em favor do trabalhismo desde o suicídio de Getúlio Vargas persiste em sua imagem pública. Como ministro da Educação, completa o diário, o professor “elaborou o Plano Nacional de Educação, que está sendo cumprido, embora sem muita expressão”.<sup>100</sup>

Análises da reforma ministerial operada por João Goulart dominam o editorial do *Jornal do Brasil* em 18 de junho, sobressaindo-se preocupações de ordem econômica e política, com destaque às primeiras.<sup>101</sup> Endossa-se a “política financeira” governamental adotada por San Tiago Dantas, ministro da Fazenda, “em um instante de lucidez e de coragem”, a fim de conter a erosiva escalada inflacionária. No entanto, apoia-se sua substituição por Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (PDC). A transmissão do cargo por Dantas, não obstante seus acertos, “uma figura, sob todos os aspectos expressiva e inovadora”, ao “ex-Governador de São Paulo”, justifica-se pela necessidade de “tranqüilizar a

<sup>100</sup> JORNAL DO BRASIL. **Tomam posse hoje em Brasília cinco primeiros Ministros civis nomeados**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018. FGV. CPDOC. Darcy Ribeiro. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-darci>. Acesso: 17.04.2020.

<sup>101</sup> Atipicamente, então, trata-se de editorial duplo: **Incoerências e Problemas pendentes**. Reforçam-no, na mesma página os textos **Ministério supera de fato o Ato Adicional** e **O devorador** (este assinado por Hermes Alves). JORNAL DO BRASIL. **Incoerências; Problemas pendentes; Ministério supera de fato o Ato Adicional; O devorador**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40782](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40782). Acesso: 19.07.2018.

opinião pública mais responsável”, alarmada pela instabilidade econômica. Dito de outro modo, admitindo Carvalho Pinto, um político conservador e experiente, Jango agradaria o empresariado. De fato, é o que pretende nomeando-o à pasta tão importante. Dessa maneira, conforme o periódico, não restariam dúvidas, a reforma ministerial seria necessária. Todavia, desperta preocupações, posto que, comumente, reformulações no governo são instrumento de redirecionamento político-administrativo. Impondo-se manter o foco anti-inflacionário para o país “desenvolver-se e realizar as reformas de base”, “ninguém de bom senso compreende” alterações na “política financeira”. “Incoerências” que exigem ao presidente “uma explicação ao País”: “Vai ou não mudar a política financeira?”.

O próprio João Goulart, extraoficialmente, teria respondido às supostas “incoerências” de sua reforma ministerial, informa um dos textos de capa do *Jornal do Brasil* de 18 de junho.<sup>102</sup> Afirmara a pessoas próximas “estar mudando a composição do Governo sem pretender mudar-lhe a política, em suas grandes linhas definidoras”; o que se aplicaria à “política financeira emanada do Plano Trienal”, deduz-se.<sup>103</sup> Ainda segundo o artigo, ao contrário do que poderia parecer, no entanto, não se trata de mudança gratuita. Há nela propósitos estratégicos, pondera-se. Passamos, assim, às preocupações de ordem política. Jango mira cercar-se de “uma equipe mais homogênea” quanto à “distribuição do peso ideológico”. Isto é, capaz de representar “quase tôdas as variantes da opinião política nacional”. Bem como, formar um time igualmente mais “equilibrado” em salvaguardar seu *status* de “chefe e orientador constitucional”, o que explicaria, em parte, porque prescinde de “expoentes” em favor de nomes que ele define como representantes da “nova geração”. Desse modo, de um lado, livra-se de propensões ao “sectarismo”, capazes de despertar “má-vontade” à sua gestão. De outro, previne-se de potencial ascendência de algum auxiliar inclinado a projetar-se “dominador” com prejuízos às áreas administrativas vizinhas ou, até mesmo, à autoridade presidencial. Além de garantir uma equipe governamental com

---

<sup>102</sup> JORNAL DO BRASIL. **Ministério supera de fato o Ato Adicional**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40782](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40782). Acesso: 19.07.2018.

<sup>103</sup> O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado sob a coordenação de Celso Furtado, ministro do Planejamento, instituído às vésperas do início do período presidencialista do governo João Goulart, visa, concomitantemente, controlar a inflação e impulsionar o crescimento econômico brasileiro. Apóia a realização das reformas de base e almeja acordo financeiro com os EUA, incluindo renegociação da dívida externa e novos créditos. Todavia, sua dimensão de austeridade desperta oposições à esquerda. Por outro lado, seu caráter híbrido o tornaria insuficiente à união empresarial e ao apoio estadunidense ao governo. Em meados de 1963, o Plano Trienal já estaria abandonado enquanto estratégia governista de enfrentamento da grave crise econômica que assola o país.

“flexibilidade bem maior” e precaver-se do acúmulo de “uma soma inibidora de poder” por parte de outrem, com a reforma ministerial, “João Goulart supera, de fato, o Ato Adicional, para assumir plenamente a Chefia do Governo”, sem precisar “mudar a sua política”, conclui-se. Desse modo, também segundo o diário, a reformulação ministerial converge, ao menos por um lado, à tática de alcançar as reformas de base por meio da conciliação política.<sup>104</sup>

Quanto à vinculação partidária, observamos que quatro ministros são do PSD: Abelardo Jurema, Ernani Amaral Peixoto, Expedito Machado e Oliveira Brito; quatro do PTB: Egídio Michaelsen, Oliveira e Silva, Osvaldo Lima Filho e Wilson Fadul; e dois do PDC: Carvalho Pinto e Paulo de Tarso, sendo o segundo, como vimos, da ala esquerda da agremiação. Quatro ministros encontram-se então sem filiação partidária formal: Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Evandro Lins e Nei Neves Galvão. Suas trajetórias pregressas, no entanto, situam-se à esquerda.<sup>105</sup> Desse modo, tal como assinalam testemunhos à época e especialistas, a nova composição ministerial de João Goulart parece condizente aos seus propósitos de conciliação-consenso com vistas à aprovação das reformas de base no Congresso. O empate numérico entre PSD e PTB é um forte indicativo desta tática. Todavia, o quadro ideológico do novo grupo palaciano é mais complexo. Ministros não filiados, os quais alçam posições em quantidade equivalente às grandes legendas, estão mais à esquerda que à direita, assim como um dos pedecistas. Outro ponto importante é a distribuição dos ministérios por relevância. Gabinete Civil, Justiça, Trabalho e Fazenda são pastas especialmente estratégicas. O ministro-chefe do Gabinete Civil, como sabemos, há muito identifica-se aos trabalhistas. O ministro do Trabalho é petebista. As pastas da Fazenda e Justiça cabem, respectivamente, a Carvalho Pinto (PDC) e Abelardo Jurema (PSD). Fato é que, colocando o novo ministério em uma balança política, esta penderia, por certo, ao

---

<sup>104</sup> Um adendo sobre o perfil etário do novo ministério civil de João Goulart, de fato composto, predominantemente, por homens relativamente “jovens”. Entre seus 14 ministros, oito não chegaram aos 50 anos: Abelardo Jurema tem 49; Expedito Machado, 44; Wilson Fadul e Celso Furtado, 43; Osvaldo Lima Filho, 42; Darcy Ribeiro tem 41; Oliveira e Silva, 39. Paulo de Tarso é o caçula do grupo, com 37 anos. Cinco são cinquentenários: Ernani Amaral Peixoto (Reforma Administrativa, 24.01.1963 a 31.12.1963), que tem 58; Egídio Michaelsen e Oliveira Brito têm 55; Carvalho Pinto, 53; e Evandro Lins, 51. Há apenas um sexagenário: Nei Neves Galvão (Comércio Exterior, 05.09.1963 a 21.12.1963), com 61 anos. Os dois ministros com maior idade, entretanto, ingressam no governo antes da reforma ministerial de junho, sendo mantidos em seus postos até fins do corrente ano. O próprio Jango, ora com 44 anos, poderia ser considerado integrante do que denomina “nova geração”. Não há mulheres nos postos do alto escalão. Nisto, o presidente mantém a tradição política de seu tempo.

<sup>105</sup> Acrescente-se que Francisco Waldir Pires, Consultor-Geral da República, e Raul Francisco Ryff, secretário de imprensa da presidência, ambos com notória relevância no governo e muito próximo de João Goulart, também são de esquerda.

trabalhismo e à esquerda. Cabe ao presidente, com seu protagonismo, ser o “fiel da balança”. Isto é, equilibrá-la conforme seus objetivos conciliatórios. É o que fará até as vésperas do golpe. Só então, esgotadas as perspectivas de consenso, direcionará seu governo, claramente, à esquerda. Portanto, o alarde anticomunista da opinião pública conservadora, levado ao paroxismo a partir de meados de 1963 e às raias da violência na consumação do golpe, para além de temores autênticos ao “perigo vermelho”, revela também consideráveis frações de exagero e oportunismo político (MOTTA, 2000).

Ainda pelo prisma da política, de acordo com o *Jornal do Brasil*, as medidas deflacionárias seriam imprescindíveis para “pensar no Brasil em termos de suas necessidades de desenvolvimento”, uma vez que ignorá-las seria “mortal para o regime democrático”. Condicionado à política financeira vigente, o êxito econômico é dado como garantia intrínseca à sobrevivência da democracia. “Problemas pendentes”, tais como, “ilusões socialistas”, “greves políticas” e imaterialização das reformas – “agrária, principalmente” – em “medidas práticas” ampliariam o risco de colapso institucional. Isso decorre tanto do efeito contraproducente dos referidos problemas à economia, quanto por corroerem “os vínculos entre o Governo e o Congresso”, conseguintemente, já reduzidos “ao mínimo que se admite para a sobrevivência das instituições democráticas”. A ameaça subversiva tem nome e sobrenome: o “assalto que a esquerda negativa”, refratária ao progresso pacífico, “pretende fazer, assim que considere terminada a tarefa de caracterizar as franquias democráticas incapazes de resolver os problemas brasileiros”. Portanto, caberá ao ministério reformado, sem demora, sanar pendências político-sociais simultaneamente nocivas à economia e à democracia e restaurar os laços entre os poderes executivo e legislativo; pelo quê, no futuro, avalia-se, será submetido ao escrutínio da “opinião pública” e dos “historiadores”.<sup>106</sup>

Por fim, concluindo nossos apontamentos sobre o ministério formado por João Goulart em junho de 1963, importa considerar sua constituição profissional e/ou intelectual. Bacharéis em direito são maioria. Nove dos 14 ministros, assim como João Goulart, são advogados: Abelardo Jurema, Carvalho Pinto, Celso Furtado (graduado em direito e doutor em economia, atuando profissionalmente e no governo em sua área de especialização), Egídio Michaelsen, Evandro Lins, Oliveira Brito, Oliveira Lima, Osvaldo Lima Filho e Paulo de

---

<sup>106</sup> JORNAL DO BRASIL. **Incoerências; Problemas pendentes; Ministério supera de fato o Ato Adicional**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40782](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40782). Acesso: 19.07.2018.

Tarso. Os cinco demais ministros têm formações variadas: Ernani Amaral Peixoto (engenheiro), Expedito Machado (agrônomo), Nei Galvão (militar, desligado do Exército em 1922), Wilson Fadul (médico) e Darcy Ribeiro (antropólogo). O ministro-chefe do Gabinete Civil é, portanto, o único formado no campo das ciências humanas. Veremos que esta especificidade mostra-se relevante à compreensão de sua agência como ideólogo do governo, que parece despontar já em sua posse.

### **Cultura política trabalhista na chefia do Gabinete Civil**

Rememorando seus tempos de ministro-chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro (2007, p. 308, 310) assinala a proeminência da função na escala federal de poder. “Era o segundo homem do governo”, diz. No entanto, sobre a natureza de sua atuação, avalia-se “mais como administrador da coisa pública do que como político profissional”. Ao tomar posse junto ao novo ministério composto por João Goulart em junho de 1963, condizentemente, acentua seu perfil científico-intelectual:

Em tôda a minha vida, tenho sido pesquisador e educador. Isto é que me conduziu a posições de responsabilidade na vida pública brasileira, como Reitor da Universidade de Brasília e como Ministro da Educação e Cultura.<sup>107</sup>

Na visão de Darcy Ribeiro, pois, seu trabalho como “pesquisador e educador” projeta-o à “vida pública”, podemos inferir, antecedendo e legitimando-a. Ou seja, o *intelectual* antepõem-se ao *político*, sendo este justificado, significado e guiado por aquele. Assim se apresentando, Darcy Ribeiro parece ver a si mesmo como distinto dos políticos convencionais. Ou diferenciar-se deliberadamente dos mesmos. Suas especificidades seriam a competência, motivações éticas e, conseqüentemente, finalidades próprias à sua condição primeva, que é a do intelectual. Desse modo, testemunha Darcy Ribeiro (2007, p. 311):

Meu defeito maior será, talvez, o desgosto do intelectual de esquerda que tem escrúpulos de jogar as cartas que se jogam na luta pelo poder – a mentira, a corrupção e o roubo. Minha qualidade maior é ter sempre resistido a isso, pagando o preço correspondente, que é ser derrubado do poder. Não

---

<sup>107</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO NA CHEFIA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (18.06.63)**. DR jg gc 1963.04.21.

por defeitos do governo que exercia, mas, ao contrário, em razão das qualidades dele. Isso se aplica verdadeiramente é ao Jango, mas eu estava ao lado dele.

A identidade pela qual Darcy Ribeiro se retrata é a do *intelectual* cujas circunstâncias fazem-no *político*, mantendo-se a ética científica como seu diferencial e norte em seu novo campo de atuação – mas não tão novo assim, afinal, cabe lembrar sua trajetória pregressa de militância e exercício de cargos políticos. Após singularizar-se como intelectual-político, corroborando apontamentos anteriormente realizados sobre esta condição (SIRINELLI, 2003; BOMENY, 2000; PINHEIRO, 2006; MATTOS, 2007), ainda em sua posse, Darcy Ribeiro aponta a atipicidade, imperatividade e abnegação implícitas nessa troca de posições – ou, como costumava dizer em metáfora, de *peles*:

Estou, portanto, consciente da excepcionalidade da tarefa que agora me cabe, de quanto ela representa um desafio que aceito com a disposição de dar o máximo de meu esforço e devotamento. Não me era dado recusar tão alta convocação nesta hora extremamente grave, em que a Presidência da República chama todos os brasileiros para a luta contra as condições de atraso e de miséria que afligem milhões de patrícios nossos. Sei o quanto me custa essa convocação. Para somar meus esforços aos esforços comuns de renovação institucional do Brasil, tenho, ainda que temporariamente, de deixar a mais honrosa e fecunda tarefa que poderia ser atribuída a um intelectual brasileiro, qual a de dar à Nação sua Universidade, a Universidade que ela necessita para desenvolver-se plenamente.<sup>108</sup>

A julgar pelo que Darcy Ribeiro afirma, sua nomeação como ministro-chefe do Gabinete Civil – um tanto atípica, porém, ora irrecusável –, inflige certo sacrifício profissional e, por extensão, poderíamos depreender, também pessoal. Contribuir para a solução dos problemas brasileiros gerindo a UnB para torná-la uma instituição científica dedicada ao desenvolvimento nacional, atuando em atividades diretamente respeitantes à sua especialidade, seria mais propício, honorífico e fértil como intelectual. No entanto, “nesta hora extremamente grave”, não há escolha. Trata-se de ajudar o país a encontrar, urgentemente, uma saída para a dramática e desafiadora situação histórico-social em que se encontra. Desse modo, por razões éticas que lhe são caras inclusive intelectualmente, assume o custo individual que então lhe cabe. Em favor do bem geral, sem abrir mão de sua identidade primordial, engaja-se outra vez junto a João Goulart e aos trabalhistas, desta feita, em posição eminentemente política. Assim, ao tomar posse como ministro-chefe do Gabinete

---

<sup>108</sup> FUNDAR/MDR/UnB. DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO NA CHEFIA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (18.06.63). DR jg gc 1963.04.21.

Civil, embora assinalando o custo de afastar-se temporariamente do exercício direto de suas atividades acadêmico-científicas, Darcy Ribeiro justifica o fato de aceitar o convite, feito a ele pessoal e encarecidamente por Jango, amarrando as dimensões “sociocultural” e de “engajamento” da atuação intelectual (SIRINELLI, 2003). Desse modo, acreditamos, reitera a indissociabilidade destas, permitindo-nos compreender sua agência de modo integrado, não obstante priorizando sua faceta política, a partir de então, em maior evidência.

Importa esclarecer, ademais, que apesar da ênfase conferida por Darcy Ribeiro à sua conduta científica, o caráter técnico que reivindica às suas participações em governos não implica, de sua parte, pretensa isenção. A aceção de que ao intelectual caberia, por excelência, erigir a “Universidade necessária”, por si só, é úbere de sentido político (DORIGÃO, 2015). Nada poderia ser mais alheio ao nosso personagem que um verniz de neutralidade. Como intelectual, fizera questão de expor, à luz do sol e reiteradamente, seu posicionamento político à esquerda. Jamais escondera sua indignação com o “Brasil tal qual é” e seu compromisso em transformá-lo no “Brasil que há de ser!”<sup>109</sup> Para ele, existe um indissociável entrelaçamento ético entre ciência e engajamento, inexistindo especialistas imparciais, mas quem assume suas motivações e quem, desonestamente, em regra servindo a interesses elitistas, dissimula-as. Não seria diferente, claro, quanto à sua agência propriamente política. Nesta senda, afirma, mantivera-se: “Sempre atento aos interesses contrapostos dos donos da vida e dos excluídos”, empenhando sua máxima dedicação a fim de “alargar as bases da sociedade brasileira”. Isto é, instaurar meios de garantir “que mais gente coma, more e estude”. Portanto, posicionando-se em favor dos pobres, marginalizados ou explorados, opondo-se às classes dominantes. Sua dedicação político-intelectual consistira em permanente esforço para “mobilizar uma vontade coletiva capaz de exigir que a institucionalidade brasileira” fosse “passada a limpo”, com vistas a melhoria das condições de vida dos mais necessitados e conseguinte construção de um futuro mais próspero e socialmente justo. No entanto, tem “as pernas quebradas pela reação, que queria e quer justamente o contrário”. Mas, embora possuindo, “obviamente, ambições políticas, vontade de mando”, resiste. Nunca se prestara, como muitos, a “atender a grupos minoritários” (RIBEIRO, 2007, p. 310-311,

---

<sup>109</sup> Darcy Ribeiro externara, recorrentemente, seu inconformismo com o “Brasil tal qual é” e dedicação ao “Brasil que há de ser”. Desse modo, alude à utopia que impulsiona e permeia sua atuação em diversos projetos político-intelectuais, inclusive, no governo João Goulart. TV BRASIL. **O Brasil de Darcy Ribeiro**. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/o-brasil-de-darcy-ribeiro>. Acesso: 31.01.2021.

364). Desse modo, Darcy Ribeiro direcionaria seu saber à promoção do desenvolvimento e justiça social, sobressaindo-se nas disputas de poder como intelectual engajado.

Desde sua nomeação como ministro-chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro avalia a situação nacional como demasiadamente crítica. Tal seria o caráter dramático e desafiante do momento devido aos “graves problemas” confrontados ao desenvolvimento e à paz do país que, em sua opinião, equiparar-se-ia a conjunturas históricas cruciais:

Estamos mais uma vez, diante de uma daquelas situações históricas, em que novas aspirações nacionais emergem, se agigantam e incandescem tôda a opinião pública, apelando para a sabedoria que, no passado, tantas vêzes permitiu romper com privilégios e abrir novas perspectivas de progresso, sem que a Nação caísse em graves convulsões sociais.

Assim foi quando a história colocou diante da geração de nossos avós a tarefa da abolição da escravatura.

Assim foi, também, quando na geração de nossos pais, as relações de trabalho na indústria exigiram regulamentação capaz de assegurar a paz social.

Assim é, agora, quando para os trabalhadores do campo – metade dos brasileiros – devem ser abertas perspectivas de elevação de seus ínfimos padrões de vida, de modo a assegurar-lhes prontamente, pelo menos as conquistas básicas do trabalho urbano.<sup>110</sup>

A referência de Darcy Ribeiro à CLT, um dos documentos fundadores do trabalhismo (o outro é a carta-testamento), indica a mediação da cultura política trabalhista. Também importa observar que a CLT é posta no patamar de relevância histórica da abolição da escravidão. Acrescente-se que o ministro-chefe do Gabinete Civil equipara à abolição as reformas de base preconizadas por João Goulart, com destaque à reforma agrária, conforme revela sua defesa da extensão das “conquistas básicas do trabalho urbano” à mão de obra rural.<sup>111</sup> Cotejando abolição, CLT e reformas de base/agrária, por certo deliberadamente, Darcy Ribeiro induz resultados lógicos que expressam suas convicções político-ideológicas. Primeiro, as realizações efetivadas e prometidas pelos presidentes trabalhistas, Getúlio Vargas (CLT) e Jango (reformas de base), seriam equivalentes em importância àquele evento histórico, indubitavelmente imprescindível ao desenvolvimento econômico-social brasileiro. Tal valorização projeta o trabalhismo e/ou seus expoentes ao papel de artífices de um idealizado porvir, com mais direitos para todos, em consonância à modernidade civilizada.

<sup>110</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO NA CHEFIA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (18.06.63)**. DR jg gc 1963.04.21.

<sup>111</sup> A reforma agrária é uma preocupação verificada já em etapas anteriores da trajetória de Darcy Ribeiro. A condição dos trabalhadores rurais fora-lhe, tempos antes, inclusive, objeto de estudos.

Segundo, define 1963 como “momento histórico”. Ou seja, situação em que as gerações presentes são desafiadas a solucionar grandes adversidades postas pela “história”, tal como feito por gerações pretéritas através da abolição e CLT. Daqui por diante vemos o antropólogo acionar, com fins governistas-trabalhistas, uma “série de referências históricas”, conforme Berstein (2009, p. 35), importante ingrediente de cultura política.

Logo, a intencionalidade da comparação proposta por Darcy Ribeiro vai além de conferir relevância ao trabalhismo e à crise enfrentada pelo governo. Os fatos evocados são utilizados também como paradigmas de um método desejável de ação política no presente: superar riscos ao desenvolvimento pacífico do país sem conflitos sociais – aliás, prevenindo-os –, por meio da conciliação-consenso; ou, ainda, se preferirmos, acomodação (MOTTA, 2018). Ao apropriar-se de eventos marcantes da história do Brasil com destaque ao sentido político-pedagógico arquetípico destes para o presente, parece-nos, Darcy Ribeiro introduz um dispositivo destinado à legitimação do governo João Goulart e seus postulados administrativos, notadamente, as reformas de base. Esse mesmo dispositivo logo transpõe os limites dos discursos do ministro-chefe do Gabinete Civil, tornando-se recorrente na narrativa oficial. Ou seja, como veremos ao longo do trabalho, configurar-se-á em peça argumentativa usual tanto nas intervenções públicas de Darcy Ribeiro como em alocações do presidente e, eventualmente, outros atores governistas. Entendemos tratar-se, pois, de forte indicativo das digitais do intelectual das ciências humanas na produção da discursividade política do governo trabalhista. Em outras palavras, de uma evidência da atuação de Darcy Ribeiro como ideólogo nos marcos do governo e, por extensão, da cultura política trabalhista.

Conforme Darcy Ribeiro, ainda ao assumir a chefia do Gabinete Civil, concerne à geração contemporânea, com urgência, modernizar pacificamente as estruturas econômico-sociais do país através das reformas de base:

Neste momento histórico – com a atenção voltada para os problemas da Reforma e com a disposição de tudo fazer para que mais uma vez se preserve a paz da família brasileira – é que assumo a Chefia da Casa Civil da Presidência da República. E o faço com o sentimento de que, a mim, como a todos os brasileiros, cumpre corresponder ao chamamento do Presidente da República ao desafio que a história coloca diante do País: reformar pacificamente as instituições envelhecidas, incapazes já de servir ao progresso nacional, introduzindo na forma de uso da propriedade uma preocupação social mais profunda; revitalizando as relações de trabalho e tornando-as mais justas; modernizando as técnicas da produção; reformando o sistema administrativo e fiscal para dar maior eficácia à ação do Estado;

ampliando as oportunidades de educação e garantindo melhor assistência médico-sanitária a todos, para que o Brasil se integre efetivamente na civilização moderna.<sup>112</sup>

Transigindo ao imperioso “desafio” que “a história” reserva à sua “geração”, Darcy Ribeiro incumbe-se da Chefia do Gabinete Civil comprometendo-se com as reformas agrária, trabalhista, educacional, urbano-sanitária, entre outras. Defende-as como medidas impreteríveis para sanar os mais graves problemas brasileiros. Ou seja, para vencer a crise instaurada e pavimentar o caminho rumo a um país moderno, mais próspero e igualitário. João Goulart encarnaria a figura do líder capaz de conduzi-las legal e instantaneamente, dando continuidade ao esforço de Getúlio Vargas para remover o “atraso” do país e a conseguinte “miséria” que aflige amplos segmentos populacionais. Propõem-se, portanto, mudanças importantes tomando como balizas a lei e a justiça social, à luz da tradição conciliatória por vezes experimentada com êxito nos momentos históricos já mencionados – outros exemplos serão incorporados em alocações posteriores. Na ótica de Darcy Ribeiro-governo, portanto, todas as classes sociais deveriam apoiar consensualmente o programa reformista.

Alçadas à máxima prioridade por João Goulart a partir de meados de 1963, as reformas de base inundam o debate nacional, marcando uma guinada política do governo à esquerda. Segundo Mattos (2007), é possível depreender nessa inflexão – conforme veremos, já perceptível a partir de junho, mas que se concretiza, de fato, no início de 1964 – alguma influência do persuasivo ministro-chefe do Gabinete Civil.<sup>113</sup> A radicalização política em questão, pela qual Darcy Ribeiro seria um dos responsáveis, todavia, contrasta formalmente a uma perspectiva revolucionária. Insiste-se na compatibilidade das reformas à ordem vigente e, até mesmo, na imprescindibilidade destas para preservá-la. Romper “as amarras que ainda nos prendem a uma estrutura social arcaica” é, além de condição para dar “novas perspectivas de desenvolvimento ao povo brasileiro”, meio pelo qual “evitaremos a conflagração social”, adverte Darcy Ribeiro em sua nomeação; raciocínio que ultrapassa os limites do discurso governista. Recorrentemente, o compromisso com a legalidade estabelecida será reiterado na

<sup>112</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO NA CHEFIA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (18.06.63)**. DR jg gc 1963.04.21.

<sup>113</sup> No entanto, o próprio Darcy Ribeiro (1990, p. 8) põe em dúvida sua ascendência sobre João Goulart, escrevendo que, “(...) seduzido por Anísio Teixeira, virou educador, reitor e, afinal, ministro”. Assim, “topou” com “Jango, que o desencaminhou para as tentativas de promover a reforma agrária e conter a ganância das multinacionais”. Sarcasticamente, conclui esta passagem, em que parece conferir preeminência à iniciativa de Jango em relação a pauta das reformas, afirmando: “Foi um desastre”. Entretanto, é evidente que o antropólogo projeta-se então como um dos mais destacados atores políticos federais.

narrativa oficial. Ademais, tal qual apontado acima, preconiza-se a conciliação-consenso como método de ação política.

A propósito, a disposição do governo em respeitar a institucionalidade vigente coaduna com a explicação de Darcy Ribeiro ao “Jornal do Brasil”<sup>114</sup> acerca de sua própria vinculação política. Declarando-se de “centro-esquerda”, conforme relata, “filosoficamente, esta representa uma tendência destinada a conservar o que de razoável a sociedade tem e eliminar os aspectos negativos dessa mesma sociedade”. O tom é consonante à melodia ecoada pelo segmento trabalhista regido por João Goulart, no diapasão das reformas com base “na lei”. Destoando, assim, do grupo orquestrado por Leonel Brizola, afinado para instituí-las, se necessário, “na marra”. Nas palavras de Darcy Ribeiro (1997, p. 307-308), “Jango era o articulador. Brizola, o guerreiro”. Chefiando o governo, obviamente, o professor atua em harmonia com presidente. A efetividade de seu comprometimento com a preservação da ordem, entretanto, deve ser avaliada mais detidamente face à experiência sobre a qual aqui nos debruçamos. Afinal, nosso personagem fora contundente crítico do modelo econômico-social e político brasileiro, posição em que, inclusive, acompanham-no outros integrantes da equipe ministerial e assessoria do presidente. A argumentação oficial legalista poderia constituir esperta tática governista à conquista de poder suficiente à implementação de mudanças revolucionárias, ainda que de modo processual? Por parte de certos integrantes, a exemplo de Darcy Ribeiro, indícios sugerem que sim. Na perspectiva de Jango, nada parece sugerir uma resposta afirmativa. De toda forma, desde o começo de 1963, o discurso governista denuncia, persistentemente, que as reais ameaças “subversivas” provém da oposição. O tempo não tardaria a dar-lhes razão.

Por fim, no sentido de compreender a ingerência de Darcy Ribeiro nos rumos práticos e ideológicos do governo João Goulart, cabe pontuar atentarmos à lógica participativa inerente às administrações políticas. Especialmente em circunstâncias democráticas, é razoável depreendermos colaborações de ministros e assessores à concepção de discursos e manifestações do presidente, medidas, propostas e posicionamentos pertinentes à sua gestão. Orbitando a figura de Jango, irradia-se uma rede ideológico-intelectual e/ou técnica cujos integrantes, ministros, assessores, secretários e outros assumem atribuições por meio das quais a ele se conectam diretamente. Compete-lhes, junto ao chefe do poder executivo,

---

<sup>114</sup> JORNAL DO BRASIL. **DARCI RIBEIRO**. Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018.

debater problemas, sugerir soluções, advertir sobre ameaças, esclarecer assuntos específicos, redigir documentos, elaborar projetos, pensar estratégias de ação, responder críticas oposicionistas e o que mais eventualmente for necessário. Em suma, conforme suas posições, perfis e especialidades, cada membro da administração federal e todos em conjunto devem auxiliar o mandatário em assuntos pertinentes ao processo político-administrativo em curso, facultando-lhe adequado, dinâmico e amplo comando do seu governo. Além de atributos doutrinários e práticos, esta teia sustenta-se por afinidades pessoais e afetivas. Assim, através dela, compartilham-se noções afins do passado e presente, entendimentos próprios do político e diretrizes de engajamento direcionadas a expectativas comuns de futuro. Bem como, valores, temores e inimigos congêneres. Há nela, então, a complexidade das relações humanas e identidade mediada pela cultura política.

Nomeando Darcy Ribeiro ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no contexto da reforma ministerial de junho de 1963, como vimos, em busca de alguém em que pudesse depositar plena confiança, certamente, João Goulart espera dele contribuições cruciais. Afinal, caber-lhe-ia “administrar o governo e coordenar a campanha pelas reformas de base”, lembra o antropólogo (RIBEIRO, 1997, p. 293). Assim sendo, importa assinalar, Jango confere-lhe responsabilidade central, designando-o para cuidar da “tônica” de sua gestão: as reformas de base. Em agosto de 1963, na passagem do aniversário de morte de Getúlio Vargas, Jango virá a público, sob o aval da poderosa memória do ex-presidente, reiterar as reformas como meta principal. Então, oficialmente, coloca-se como herdeiro de Getúlio Vargas, evocando-o como fonte de inspiração e legitimidade.<sup>115</sup> Desse modo, ao designar Darcy Ribeiro ministro-chefe do Gabinete Civil, Jango não apenas demonstra confiança em seu ex-ministro da Educação, mas o investe de expressiva autoridade. Com efeito, o professor passa a atuar na dinâmica interna da presidência. Neste passo, compete-lhe imiscuir-se na produção de pronunciamentos e textos oficiais diversos que, mantidos em seu arquivo pessoal, confirmam sua dedicação à tecedura narrativa e institucional governista. Sua agência político-ideológica também se manifesta por sua evidência como representante do poder executivo federal nas relações deste com os demais poderes, ministérios, secretarias, instituições, entidades representativas, imprensa, opinião pública, etc. Em ambas as frentes, busca alicerçar caminhos para reformar legalmente a

---

<sup>115</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. DR jg gc 1961.08.25.

institucionalidade e estruturas econômico-sociais vigentes; segundo a perspectiva governista, ultrapassadas. Atesta a amplitude do engajamento de Darcy Ribeiro no governo, ainda, sua presença no “tripé intelectual do Sr. João Goulart”, com Francisco Waldir Pires e Abelardo Jurema, respectivamente, Consultor-Geral da República e ministro da Justiça.<sup>116</sup> Entre outras atribuições, coubera à tríade de eminentes assessores, que se apresentam ao público através de frequentes falas oficiais divulgadas por rádio e televisão e entrevistas noticiadas pelos jornais impressos, conferir coesão à narrativa oficial, observa-se à época. Desse modo, a proeminência que Mattos (2007) infere ao definir o antropólogo como ideólogo do governo, dada a importância do cargo por ele desempenhado, seu perfil voluntarista, expansivo e persuasivo confirma-se, aqui, materialmente.

### **Darcy Ribeiro *versus* Carlos Lacerda**

Ao investigar a cultura política trabalhista e/ou seus atores, é inevitável nos depararmos com Carlos Lacerda (UDN), seu oposto por excelência. Como bem sabemos, ele não é desafeto de véspera, e sim o mais obstinado opositor de Getúlio Vargas, mantendo-se como antagonista primordial do legado e herdeiros do falecido presidente. A trajetória de Carlos Lacerda como histórico rival dos trabalhistas perpassa o cerne de várias crises políticas nacionais ocorridas entre 1945 e 1964. Utilizando a *Tribuna da Imprensa*<sup>117</sup> como púlpito para atacar seus oponentes, defender uma plataforma política liberal-conservadora e golpes militares, Carlos Lacerda notabiliza-se por sua liderança no espectro político direitista e, mais especificamente, dentro da UDN. Uma ala hegemônica desenvolve-se no interior da legenda, concatenando notórios incentivadores do golpe de 1964, sob a alcunha de lacerdistas (DELGADO, 2005). Politicamente, apoia-se em uma estratégia discursiva abertamente anticomunista, opõe-se a ingerências econômico-sociais públicas e, internacionalmente, aferra-se a uma linha político-econômica pró-EUA, como fica claro na voz de seu expoente.

---

<sup>116</sup> JORNAL DO BRASIL. **Coluna do Castelo:** Inquérito policial-militar sobre atividades do IBAD, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41672](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41672). Acesso: 17.04.2018.

<sup>117</sup> *Tribuna da Imprensa* é um jornal diário, sediado no Rio de Janeiro, fundado por Carlos Lacerda em 27 de dezembro de 1949. Permanece até outubro de 1961 sob controle do udenista que, então, devido a dificuldades financeiras, vende-o a Manuel Francisco do Nascimento Brito. Em 12 de março de 1962, é adquirido por Hélio Fernandes. Não obstante tenha mudado de dono, mantém linha editorial à direita e apoia o golpe de 1964.

Interessa-nos, agora, examinar mais detidamente atritos do udenista com o governo João Goulart, sendo a correspondente atuação de Darcy Ribeiro, ministro-chefe do Gabinete Civil, nosso foco principal. Ademais, conforme está posto, em contraste, as culturas políticas revelam suas especificidades com maior nitidez. Neste sentido, por certo, tais embates interessam-nos ao fornecer perspectiva privilegiada não só em relação à agência pública do nosso personagem, como também, ao trabalhismo.

Referenciamos nossa abordagem acerca da conflituosa relação entre Carlos Lacerda e o governo João Goulart pela “Carta ao Povo”.<sup>118</sup> De autoria do governador da Guanabara, o documento fora por ele próprio divulgado em pronunciamento transmitido por rádio e televisão em sete de julho de 1963, bem como, imediatamente publicado em diversos jornais impressos, acirrando os ânimos políticos nacionais. Importam, em especial, os desdobramentos da “Carta ao Povo”. Por veicular sérias acusações e ofensas ao governo federal, merece pronta resposta oficial. Em oito de julho, em discurso difundido pelos mesmos meios utilizados pelo governador, Darcy Ribeiro é o primeiro a replicá-lo em nome de Brasília, sucedendo-o outros ministros cujas falas congêneres ocorreriam em datas posteriores. Assim, o ataque de Carlos Lacerda motiva nosso protagonista e outros atores vinculados à gestão federal a defendê-la, de sorte, externando elementos da cultura política trabalhista, à qual se vincula o presidente e os integrantes de seu círculo imediato de poder.

A “Carta ao Povo” de Carlos Lacerda parece consolidar o dissídio entre o governador da Guanabara e João Goulart enquanto confronto público aberto. Dessa maneira, causa a impressão de que, naquele instante, abrem-se definitivamente as portas para a preocupante e crescente crise política observada nos meses subsequentes. Antes de nos debruçarmos sobre o relevante documento e reações governistas a ele, para uma adequada compreensão do processo político em curso, interessa-nos apontar alguns antecedentes relativos ao oposicionismo de Carlos Lacerda ao governo João Goulart. Igualmente, importa-nos assinalar opiniões externadas por Darcy Ribeiro e personagens politicamente correlatos a respeito do tradicional adversário. A “Carta ao Povo” não é um ataque político pontual do udenista aos trabalhistas e às esquerdas. Mas, um ato de especial relevo em uma série de investidas análogas que Carlos Lacerda desfere contra João Goulart. O então governador da

---

<sup>118</sup> JORNAL DO BRASIL. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7, e segunda-feira, 8 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41505](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41505). Acesso: 04.04.2018; CORREIO DA MANHÃ. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41421](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41421). Acesso: 21.06.2018.

Guanabara assume o papel de inimigo declarado do presidente desde sua posse, à qual se opusera, aprofundando seu antagonismo após restabelecido o presidencialismo. Ao menos, esse é o entendimento de trabalhistas e/ou esquerdistas e, até mesmo, alguns opositores de Jango. Essa também é a leitura política de Darcy Ribeiro, reiterada inclusive judicialmente, no âmbito do processo movido contra ele por Carlos Lacerda, que considera ser a resposta do ministro-chefe do Gabinete Civil à “Carta ao Povo” caluniosa, injuriosa e difamatória.<sup>119</sup>

Defendendo-se das denúncias de Carlos Lacerda, Darcy Ribeiro reitera perante a justiça suas acusações ao adversário. Discorre sobre o papel fundamental do udenista para a renúncia de Jânio Quadros e subsequente envolvimento, “da cabeça aos sapatos”, na tentativa de “golpear a Constituição”, “depor” João Goulart e “implantar uma ditadura”. Lembra então Darcy Ribeiro que, em 30 de agosto de 1961, reclama Carlos Lacerda:

Cabia e cabe aos representantes do povo a busca de uma solução [à crise sucessória]. Ela existe e é o ‘impeachment’ do Sr. João Goulart, caso êle não se decida a redimir-se de um passado de desserviços ao país num gesto de renúncia.<sup>120</sup>

Depois do “Referendum”, através do qual os poderes legitimamente outorgados pelo povo a João Goulart são restabelecidos, prossegue Darcy Ribeiro, recrudescendo a “pregação subversiva do queixoso”. O professor passa, então, a arrolar dados empíricos comprobatórios do ascendente golpismo de Carlos Lacerda. Conduta esta, denuncia, cerne da trajetória política do adversário. Em seu entendimento, é estratégia recorrente do rival produzir artificialmente condições sociopolíticas à destituição de adversários por meio de golpes de estado por meio da atemorização do povo e detração da legitimidade dos poderes vigentes. No dia três de março de 1963, por exemplo, cita Darcy Ribeiro, na capital mineira, em discurso transmitido pela Rádio Roquete Pinto, Carlos Lacerda assim ataca a gestão de João Goulart: “Agora, no Brasil, quem faz a agitação é o Govêrno e a subversão quem trama é quem está no Poder”. Isto posto, questiona o udenista se o país deveria “continuar tolerando que o Govêrno conspire contra a Nação”? Ainda em março, noutro discurso, desta feita proferido em Itu e publicado pelo jornal *Estado de São Paulo* no dia 19, o governador volta a disparar sua artilharia contra João Goulart. Desta feita, mira especialmente as reformas de base, importa

<sup>119</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>120</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 50.

salientar, prioridade administrativa do presidente, representando-as como medida subversiva, comunista e imoral:

Só o processo de cretinização, a revolucionária declaração de guerra à inteligência, que parece apossar-se de partidos inteiros ou de setores inteiros de partidos despedaçados, pode apresentar como reformas de base aquelas que não visam senão a reformar a Constituição para não ter de cumprí-la; a suprimir a propriedade, a pretexto de coibir os seus abusos; a acumular privilégios, para alguns, a pretexto de combater privilégios de muitos; a promover, como magistralmente diz Ignazio Silone, ‘o fascismo vermelho’, ou seja a marcha de um novo tipo de totalitarismo, que é a negação dos ideais republicanos porque faz do Estado feudo de alguns e a Nação prêsia de poucos.<sup>121</sup>

Para Darcy Ribeiro, Carlos Lacerda distorce o programa reformista federal. De um lado, visando impedir a elevação do padrão de vida popular, confunde e instiga o povo contra João Goulart. De outro, a fim de cooptar os proprietários, coloca-se como único representante comprometido com seus interesses. Desse modo, atua para levar o país, “ainda uma vez pela inverdade, a conflagração ou a guerra civil”. Todavia, observa o ministro-chefe do Gabinete Civil, é em 1º de abril de 1963 que Carlos Lacerda atinge o “limite do intolerável em seus abusos e insolências”. Primeiramente, discursando em frente ao Palácio da Guanabara, outra vez repercutido pela Rádio Roquete Pinto, o udenista volta a ultrajar as reformas e o governo federal:

Os filhos da ditadura caminham necessariamente para a sua mãe. Os filhos da ditadura não conhecem outra origem e para o mesmo fim se encaminham sempre. (...) aqueles que chegaram ao poder indevidamente, mas invocando a Constituição e que por respeito à Constituição foram empossados, hoje já não precisam da

<sup>121</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 55. Ignazio Silone é o pseudônimo literário pelo qual se identifica Secondino Tranquilli (1900-1978). Não obstante formação e atuação comunista e socialista, nos anos 1930, Tranquilli alcança notoriedade como opositor de Josef Stalin. Nas décadas de 1960 e 1970, produção intelectual de teor anticomunista de sua autoria obtém prestigiosas premiações literárias. Em 1967, no entanto, descobrem-se financiamentos secretos da CIA à sua produção. Por conseguinte, afasta-se da atuação pública, até então, exercida junto a organizações esquerdistas e antifascistas. Postumamente, vem à tona indícios de seus serviços como informante da polícia fascista entre 1919 e 1930. Apontam-nos Dario Biocca e Mauro Canali, historiadores italianos, em artigo intitulado “L’informatore. Silone, i comunisti e la polizia”(2000), assim como, biografia de autoria do primeiro (2005). A ideia de um fascismo ou nazismo de esquerda, tributária do anticomunismo, reaparecerá nas críticas dirigidas por Carlos Lacerda e outros conservadores ao governo João Goulart e sua política reformista. Curiosamente, noções afins, certamente ainda mais esdrúxulas, voltam a despontar no debate político em curso no decorrer da produção deste trabalho. PERTELE, Patricia. Da política à literatura: o percurso de Ignazio Silone. **ALEA**, vol. 11, nº 1: p. 99-110, Janeiro-Junho 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alea/v11n1/v11n1a09.pdf>. Acesso: 19.01.2020.

Constituição e querem violá-la, e querem reformá-la, porque já se pilharam no poder para enriquecer contra a Constituição.<sup>122</sup>

Além de deslegitimar os adversários e suas reformas, associando-os a supostos fins subversivos e corruptos, a fim de esvaziá-los de qualquer resíduo de licitude que possam conter, Carlos Lacerda aponta-os como “filhos da ditadura”, logo, predestinados ao despotismo. Além do perigo comunista, sempre em destaque em suas alocações, presumivelmente, o governador aciona outras representações, a saber: a imagem de João Goulart e apoiadores como herdeiros do “ditador” Getúlio Vargas, oposto à figura trabalhista do ex-presidente; e a hipótese de que, a exemplo de seu predecessor, João Goulart estaria preparando uma manobra continuísta autoritária. Com isso, o udenista pretendia persuadir seus espectadores, dos mais diversos setores econômico-sociais, a aceitarem a deposição do presidente como medida preventiva necessária à preservação da democracia. Portanto, derrubar Jango seria uma atitude justa. No mesmo discurso, por meio do qual Carlos Lacerda municia os conservadores com argumentos que se tornariam cada vez mais recorrentes, há ainda outro elemento estratégico à disputa pelo poder em curso. Assinala Darcy Ribeiro, ademais, que o udenista acusa o presidente de “preparar uma intervenção [na Guanabara] que tem sido tentada todos os dias, desde que êsse marginal da lei assumiu a Presidência da República”. Ou seja, a especulação de que o governo federal trabalharia pelo *impeachment* do governador ou algo pior, que logo se tornaria usual na pregação lacerdista-udenista, faz-se presente já alvorecer de 1963. Tratar-se-ia de um plano posto em andamento por Jango concomitantemente à efetivação de suas prerrogativas presidenciais. Tal plano, infere-se, constituiria peça-chave de seu programa de esquerdização do Brasil. Quanto ao teor acintoso das designações por meio das quais Carlos Lacerda refere-se aos rivais, a esta altura, os excertos de seus discursos já falam por si. Outros, de equivalente teor, serão mencionados ao longo deste trabalho.

Também em 1º de abril de 1963, Carlos Lacerda realiza palestra transmitida por emissoras cariocas de TV, na qual, salienta Darcy Ribeiro, repete a “torpeza” de proferir “ofensas à honra pessoal do Presidente da República”. Dessa maneira, motiva contestação do governo federal através de cadeia nacional de rádio e TV, na noite de quatro de abril. À réplica oficial ao udenista, apresentada por Hermes Lima, seu amigo e então ministro das

---

<sup>122</sup> FUNDAR/MDR/UhB. RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO. DR jg gc 1963.07.11. p. 57.

Relações Exteriores, Darcy Ribeiro coteja sua contundente resposta à “Carta ao Povo”. Hermes Lima, observa, como ele próprio, buscara tranquilizar o “povo brasileiro”, por certo “alarmado” pelo “eterno criador de crises e fomentador de desordem”. Bem como, advertir o país acerca dos propósitos golpistas encarnados pelo antigo rival. Neste sentido, assinala o chanceler que “a convivência federativa foi mortalmente ferida” por Carlos Lacerda ao defender as “razões” dos ministros militares, insurgentes contra a posse de João Goulart em 1961, como atualmente válidas, reiterando-as ainda como suas próprias “razões” para enfrentá-lo agora. Portanto, conclui Hermes Lima:

Entrou, dêsse modo, o Governador da Guanabara, na linha do golpe, na linha anticonstitucional. Está negando ao Presidente o direito de ocupar o cargo para o qual foi eleito, e para o qual recebeu, ainda há pouco, aquela consagração esmagadora do plebiscito. Dessa maneira, (...) o Governador pôs-se à frente de um movimento cujas finalidades, na dedução clara de suas palavras, será afastar do seu cargo o Presidente da República (grifos originais).<sup>123</sup>

Denunciadas as intenções subversivas de Carlos Lacerda, o foco passa ao que, poderíamos dizer, Hermes Lima e Darcy Ribeiro, endossando-o, compreendem como método golpista do governador. A propósito, o ministro-chefe do Gabinete Civil cita outras passagens da resposta do chanceler ao rival, sublinhando elementos constitutivos do seu “arsenal” difamatório. Primeiro, a “acusação” de que “o Govêrno é comunista”, “está impregnado de comunismo” e “serve a interesses de potências comunistas estrangeiras”. Segundo, a “acusação” de que João Goulart “ensaia e teima em fazer a intervenção na Guanabara”. Isto posto, Darcy Ribeiro refuta a ideia do “fantasma comunista” como “mentirosa afirmação” do governador – apontando o anticomunismo como dispositivo político oportunista manejado por lacerdistas e demais conservadores, perspectiva frequente nos meios intelectuais esquerdistas pós-golpe, porém, já apontada ocasionalmente por atores governistas pré-golpe de 1964. Em seguida, Darcy Ribeiro retoma Hermes de Lima para afirmar que a intenção de Carlos Lacerda ao alardear suposta ameaça de intervenção federal na Guanabara é, nas palavras do chanceler, coroar-se de “falso martírio” com fins eleitoreiros, tendo em vista sua candidatura à

---

<sup>123</sup> Não deixa de soar emblemático que Hermes Lima faça tal observação há um ano exato da deposição de João Goulart. Uma detalhada resenha do pronunciamento do chanceler encontra-se em: ÚLTIMA HORA. “**Lacerda quer o golpe e o falso martírio**”. HERMES LIMA RESPONDE AOS INSULTOS, Rio de Janeiro, sexta-feira, 5 de abril de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=87881>. Acesso: 17.08.2020.

presidência. Nesta empreitada, o udenista recorrerá a “toda a técnica de perturbação e de terror ideológico”, reeditando conduta que já evidenciara nas crises de 1954 e 1961, deduz Hermes Lima. Concordando com o ponto de vista do amigo, Darcy Ribeiro defende a necessidade de, a seu exemplo, “alertar” a sociedade sobre o pretendido “assalto ao poder” que se pretende “fazer pelos caminhos do achincalhe, do terror, da calúnia e da subversão”. Por certo, conclui, em detrimento da democracia que “estamos salvaguardando de subversões fatais desde o ano de 1946”.<sup>124</sup> Desse modo, certas concepções políticas em que se pauta o ministro-chefe do Gabinete Civil, bordadas a seguir, em alguma medida, são antecipadas e/ou inspiradas por Hermes de Lima.

Em sete de julho de 1963, João Goulart e seu núcleo de governo são fustigados por sérias críticas e acusações. O detrator é Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, que vem a público através de pronunciamento denominado “Carta ao Povo”. Transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, o libelo anti-governista é difundido também nos jornais impressos.<sup>125</sup> Transcrição datilografada da versão rádio-televisada, encontrada no acervo pessoal de Darcy Ribeiro, evidencia-a mais detalhada, extensa e difamatória que a versão publicada na imprensa, nitidamente resumida e atenuada, embora ainda ofensiva.<sup>126</sup> As palavras de Carlos Lacerda, ecoadas no noticiário dos dias sete e oito de julho, ressoariam mês afora. “Denuncio ao povo carioca e a todos os brasileiros a conspiração dos desonestos”, “incompetentes”, “comunistas” e “seus auxiliares contra o esforço e a integridade de um Govêrno honrado, o Govêrno da Guanabara”, diz o governador. Adiante, acrescenta: “Desonestos e renegados, gente que nunca será capaz de dizer de onde lhes veio o dinheiro, filhos da ditadura e pais da podridão fantasiaram-se de acusadores”, “moralistas”, “democratas e nacionalistas para promover a desordem e trair a Nação”. Denomina seus opositores, ainda, como “gatunos” e “incapazes”. Nestes termos, refere-se ao governo federal que, segundo ele, “se atira contra a Guanabara com ímpeto de quem move uma guerra contra uma nação inimiga”, transformando-a em “um Estado sitiado”.

---

<sup>124</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 59-60.

<sup>125</sup> JORNAL DO BRASIL. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7, e segunda-feira, 8 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41505](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41505). Acesso: 04.04.2018; CORREIO DA MANHÃ. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41421](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41421). Acesso: 21.06.2018.

<sup>126</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **CARTA AO POVO**. DR jg gc 1963.07.11.

Ainda sobre a atuação dos rivais, Carlos Lacerda alega ser vítima de “inimigos” não apenas seus, mas “do regime democrático”, os quais “pregam a subversão e promovem, ativa e passivamente, a desagregação da autoridade legítima, no Brasil”. Denuncia que recorrem a “provocações” e “agressões”, aos “ardis mais baixos” e “manobras mais torpes”. Causam desabastecimento, organizam “greves” e negam “verbas federais destinadas, no Orçamento da União, ao Estado”. Usam o Tribunal de Contas, cujos integrantes “participam do conluio, pois antes de juízes são políticos militantes”, praticantes de “tráfico de influência” que “inventam irregularidades que não existem” para desmoralizar as contas fluminenses. Querem, com isso, prosseguir, “paralisar [su]a obra administrativa”, obter “pretextos para intervir na Guanabara” e promover seu “impeachment”. Ressalta: os “agentes da subversão procuram destruir, a qualquer preço, o Govêrno do Estado” e, como isso, “destruir no povo a confiança no regime democrático, não no do roubo, não no do caudilhismo, não no do comunismo, não na politicagem”. Dedicando-se a “imobilizar e desacreditar” seu mandato pretendem também, adverte o governador, “distrair a atenção do povo da inércia e da desordem administrativa no Govêrno Federal”. “Pelo contraste” à atuação dos que o atacam, argumenta, sua gestão seria “um exemplo de que os problemas se resolvem, com tenacidade e esforço, num Govêrno honrado e eficiente (...) que só tenha compromissos com o bem público”. Um governo “verdadeiramente democrático”, cujo “compromisso de honra [é] com a democracia”, o “cidadão carioca” e seu “direito” a “um govêrno livre, democrático, honrado e eficiente”. Logo, deduz, o “crescimento visível do Govêrno da Guanabara no conceito público é para certos grupos uma provocação permanente”. Portanto, alerta reiteradamente, após cada acusação: “O único prejudicado será **você**, cidadão carioca. Depois, todos os brasileiros”.<sup>127</sup>

Entretanto, apesar de poderosos, possuidores de armas desproporcionalmente superiores às que ele dispõe, pondera Carlos Lacerda, seus antagonistas em breve verão o jogo virar. Transmitido em vídeo e áudio via satélite a todo o país, explica:

É que, meus amigos, o mês de julho é para essa gente decisivo, pois que a partir de agosto, quando se inicia a segunda metade do mandato presidencial, o Govêrno Federal terá que respeitar, ainda que não queira, ainda que não

---

<sup>127</sup> JORNAL DO BRASIL. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7, e segunda-feira, 8 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41505](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41505). Acesso: 04.04.2018; CORREIO DA MANHÃ. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41421](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41421). Acesso: 21.06.2018.

tenha vocação para o respeito à Constituição e as leis. Porque a partir de agosto, quando se inicia a segunda metade do período presidencial, qualquer afastamento voluntário, ou involuntário, provocado ou desintencional, do Presidente da República terá solução legal imediata, pois a Constituição manda que na segunda metade do mandato presidencial, vagando a presidência, o Presidente seja imediatamente eleito pelo Congresso, em 30 dias.<sup>128</sup>

Salta aos olhos o destaque a “agosto”. Palavra diversas vezes repetida por Carlos Lacerda em sua prédica no rádio e televisão, aparece grifada na versão impressa, dada pelos jornais. Tal relevo a agosto na “Carta ao Povo” seria indicativo de alguma intencionalidade subjacente alinhada à aproximação do período em que, no caso de interrupção do mandato de João Goulart, caberia ao Congresso substituí-lo por meio de eleições indiretas em 30 dias? No entendimento de Darcy Ribeiro e outros governistas, sim, a preocupação do udenista com agosto delataria, inequivocamente, suas motivações e objetivos golpistas.

Após abordar o dispositivo constitucional relativo às regras de sucessão presidencial concernentes à segunda metade do mandato, conclui Carlos Lacerda:

É por isto que nos querem destruir. É por isso que temos de resistir, com a sua ajuda e a proteção de Deus. Nem uma nem outra nos têm faltado. (...) Precisamos defender o que fazemos e o que ainda, juntos, podemos fazer.<sup>129</sup>

Rapidamente, a “Carta ao Povo” alcança ampla repercussão na política e noticiário nacionais. À frente do Gabinete Civil da Presidência da República, Darcy Ribeiro é o primeiro a replicá-lo publicamente em nome de Brasília. Em seguida, manifestar-se-iam Abelardo Jurema e Waldir Pires, os quais, juntamente com Darcy Ribeiro, conforme assinalamos, constituem “o tripé intelectual” de João Goulart. Por conseguinte, as administrações federal e carioca evoluem da oposição política ao confronto público marcado

<sup>128</sup> Esta é a transcrição da “Carta ao Povo” rádio-televisada. *In.*: FUNDAR/MDR/UnB. **CARTA AO POVO**. DR jg gc 1963.07.11. Corresponde ao trecho citado, na versão impressa: “O mês de **julho** será decisivo. Pois, a partir de **agosto** o Governo Federal terá que respeitar, ainda que não queira, a Constituição e as Leis. À partir de agosto qualquer crise institucional terá solução prevista na própria Constituição. Se o Presidente da República ameaçar as instituições, elas terão – a partir de agosto – como se defender legalmente. É por isto que, até lá, estamos ameaçados – e ameaçados estão os cidadãos que querem **paz e progresso, lei e liberdade** (grifos originais).” JORNAL DO BRASIL. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7, e segunda-feira, 8 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41505](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41505). Acesso: 04.04.2018; CORREIO DA MANHÃ. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41421](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41421). Acesso: 21.06.2018.

<sup>129</sup> JORNAL DO BRASIL. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7, e segunda-feira, 8 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41505](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41505). Acesso: 04.04.2018; CORREIO DA MANHÃ. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41421](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41421). Acesso: 21.06.2018.

por exaltação de ânimos e polarização ideológica. Darcy Ribeiro e Carlos Lacerda impõem-se como protagonistas do conflito. Encarnam segmentos político-partidários historicamente antagonicos que, mais uma vez, defrontam-se gravemente na arena política brasileira.

Para responder oficialmente às críticas desferidas por Carlos Lacerda através de sua “Carta ao Povo”, Darcy Ribeiro recorre igualmente a cadeia nacional de rádio e televisão.<sup>130</sup> Na noite de oito de julho, às 22 horas, após qualificar o ataque do governador como ameaça à democracia e aos interesses populares, denuncia:

Nos últimos dias, montou-se um esquema extremamente custoso, um esquema de divulgação pelo rádio, pela televisão, pelos jornais, destinado a repetir em nosso País uma outra ‘agostada’, destinada a novamente levar as instituições democráticas à subversão. E o responsável por essa conspirata é o mesmo conspirador contumaz, é o mesmo responsável pelas ‘agostadas’ de 1954 e 1961 – o hoje governador Carlos Lacerda.<sup>131</sup>

Darcy Ribeiro evoca dois episódios cruciais à cultura política trabalhista. Um deles é o suicídio de Getúlio Vargas (1954). O outro a tentativa de impedimento à posse de João Goulart (1961), herdeiro precípua do líder primordial do trabalhismo. Em ambos os casos, acusa o professor, Carlos Lacerda, que ora dissimula-se de “vítima”, é o culpado: “Quem é êle senão o responsável pelas maiores crises que êste País enfrentou?”. A mediação da cultura política trabalhista evidencia, pois, que o país depara-se com o grave prenúncio de, em agosto de 1963, repetirem-se “os dois agóstos fatídicos anteriores”. Afinal, novamente, “a voz agoureira” do velho inimigo tenta “encandecer a opinião pública” e submeter o país à “crise política”.<sup>132</sup> Para evidenciar os riscos em vista, Darcy Ribeiro cita textualmente

<sup>130</sup> JORNAL DO BRASIL. GOVÊRO FEDERAL AMEAÇA PUNIR LACERDA, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41609](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41609). Acesso: 10.04.2018. CORREIO DA MANHÃ. O GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018. Ambos abordam a fala do Ministro-Chefe do Gabinete Civil com chamadas de primeira página e detalhamento no corpo das edições. Este a reproduz integralmente. A resposta de Darcy Ribeiro a Carlos Lacerda merece destaque também em ÚLTIMA HORA. DRAMÁTICA ADVERTÊNCIA DO CHEFE DA CASA CIVIL: GOVÊRO FEDERAL ALERTA NAÇÃO CONTRA NÔVO GOLPE DE LACERDA, Niterói, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/94090>. Acesso: 12.11.2018; e ÚLTIMA HORA. DARCI RIBEIRO: LACERDA CONSPIRA PARA ROUBAR MANDATO QUE O POVO DEU A JANGO, Niterói, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89213>. Acesso: 12/11/2018.

<sup>131</sup> CORREIO DA MANHÃ. O GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

<sup>132</sup> CORREIO DA MANHÃ. O GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

passagem da “Carta ao Povo”, transcrita anteriormente, em que o udenista destaca implicações de eventual interrupção do mandato presidencial a partir do aziago mês. A seguir, indaga:

Por que êsse refrão de agôsto? (...) por que volta exatamente o responsável por agôsto de 54, pelo agôsto do suicídio de Getúlio Vargas, ou do assassinato de Getúlio Vargas? Por que torna a se lembrar de agôsto agora? Por que, telespectador, volta-se a se lembrar agôsto de 61, agôsto da renúncia de Jânio Quadros, agôsto que quase conduziu êste País a uma convulsão social, que poderia durar por anos, se a tranqüilidade dos defensores da legalidade, dos cidadãos responsáveis, não pusesse têrmo a êsse conspirador contumaz, a êsse provocador, cujo destino tem sido intranquilizar a Nação, inquietar a Nação? O texto que acabei de ler foi o texto publicado – mas o que êle disse pela televisão e que está gravado, é ainda mais grave, é ainda mais aliciador da desordem e da conflagração.<sup>133</sup>

Isto posto, convém assinalar que o termo “agostada” emerge em nosso escopo através da resposta dada por Darcy Ribeiro à “Carta ao Povo” de Carlos Lacerda. A partir de então, consolidar-se-ia como qualificativo político recorrente nas disputas travadas entre o governo João Goulart e seus opositores, com destaque ao governador da Guanabara. Tal qual a emprega Darcy Ribeiro e, a seguir, o próprio presidente e outros trabalhistas-governistas, “agostada” equivale a conluios golpistas de direita, com fins reacionários, antidemocráticos, antinacionais, elitistas e antipopulares. O mais eminente exemplo de agostada é o complô que culmina no suicídio de Getúlio Vargas, na madrugada de 24 de agosto de 1954. Também como exemplo de agostada, recorre-se com frequência à trama que leva à renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, sobremodo à subsequente tentativa de veto à posse de João Goulart. Portanto, a noção de agostada inspira-se na coincidência entre o transcurso de eventos políticos entendidos como adversos em agosto e o senso-comum de que este seria um mês agourento e temível. Por enfatizar que em caso de eventual afastamento de Jango da presidência a partir de agosto próximo, quando teria início a segunda metade do mandato presidencial, a constituição determina a imediata designação de um substituto por meio de eleição indireta, a “Carta ao Povo” ao povo é denunciada por Darcy Ribeiro e afins como anúncio de um “nova agostada”. A acusação apoia-se, também, na associação do autor do documento aos referidos episódios e outros de semelhante natureza. Parece-nos, a princípio,

<sup>133</sup> CORREIO DA MANHÃ. **O GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, Terça-feira, 9 de julho de 1963, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

que Darcy Ribeiro cunha, então, esse conceito de agostada, desde logo agregado ao vocabulário político trabalhista-janguista.<sup>134</sup>

Diante das câmeras, Darcy Ribeiro não poupa Carlos Lacerda. Com todas as letras, em alto e bom som, diz:

Êste governador trêfego, êste governador frustrado, o que pretende agora, com essas ameaças, é, nada mais, nada menos, do que retirar do Presidente de República o seu mandato. É, nada mais, nada menos, que depor o Presidente da República.

Não obstante procure demonstrar controle da situação por parte do governo federal, afirmando que este não permitirá subversões e dispõe de apoio popular, pois o “povo identificou já os seus inimigos”,<sup>135</sup> Darcy Ribeiro não subestima o adversário. Trata-se do governador de uma das principais unidades federativas nacionais. Além dos recursos a sob sua administração, observa, como seus aliados, “eternos golpistas” e “aventureiros”, beneficia-se de dinheiro do IBAD, “uma máquina de conspiração contra o País, de conspiração contra a democracia”.<sup>136</sup> O resultado seria um conluio demofóbico, que vislumbra

<sup>134</sup> Entretanto, uma afirmação mais conclusiva sobre a autoria do termo agostada ser ou não de Darcy Ribeiro demanda investigação mais abrangente.

<sup>135</sup> Darcy Ribeiro “apontou o Governador da Guanabara como mentor de um golpe gorilista contra o Presidente da República” e “ameaçou com punição todos os responsáveis pela nova ‘agostada’ que se prepara no País”, observa JORNAL DO BRASIL. **Governo responde a Lacerda fazendo ameaças de punição**, Rio de Janeiro, Terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41612](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41612). Acesso: 10/04/2018.

<sup>136</sup> Fundado em 1959 por Ivan Hasslocher, mediante vultosas doações financeiras reservadas de empresários brasileiros e estrangeiros, tendo por mote o anticomunismo, o IBAD financia publicidade e candidaturas conservadoras. Intensifica sua atuação partir da campanha eleitoral de 1962 através da ADEP e da agência de propaganda *Promotion*. Com objetivos explicitamente eleitorais, ADEP e *Promotion* fomentam candidatos e propaganda de oposição a João Goulart. Dentre as atividades do IBAD, está a revista mensal *Ação Democrática*, com tiragem de aproximadamente 250 mil exemplares. No âmbito dos poderes legislativos, o IBAD marca presença através da ADP. Imiscuindo-se junto à sociedade civil organizada, revela-se em diversos movimentos conservadores, anticomunistas e antigoverno. Dentre outros, Camde, Movimento Sindical Democrático, Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres e Movimento Estudantil Democrático. Em maio de 1963, instaura-se na Câmara dos Deputados uma CPI destinada a investigar ações do IBAD e afins. De acordo com *Última Hora*, seus resultados preliminares revelam que, sob o “pretexto” do “anticomunismo”, mas com o “motivo real” de “defesa de interesses antinacionais”, “o IBAD gastou 5 bilhões de cruzeiros”, aproximadamente 5 milhões de dólares, “na compra de deputados e corrupção da opinião pública”. Tratar-se-ia, pois, segundo o periódico, da “maior máquina de corrupção da América Latina”, cujo “Príncipe Encantado” é o “Sr. Carlos Lacerda”. Conseqüentemente, a “UDN apareceria enxovalhada nesse inquérito”, tendo “a maioria de seus deputados suspeitos de financiamento pela máquina ibadiana”, que teria beneficiado por volta de “250 deputados”. A julgar pelo que se tem apurado, avalia o diário, portanto: “A representação popular foi deformada e falseada pelos rios de dinheiro do IBAD. O voto que elegeram os deputados da reação foi comprado. Ou se elimina o mal pela raiz ou falar em democracia representativa no Brasil será uma farsa”. Ver: **ÚLTIMA HORA. IBAD GASTOU CRS 5 BILHÕES PARA COMPRAR DEPUTADOS E CORROMPER A OPINIÃO PÚBLICA**, Niterói, sexta-feira, 5 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/94050>. Acesso: 09.11.2018; e FGV. CPDOC. LAMARÃO, Sérgio.

“agosto” como uma “oportunidade para retirar o povo do mecanismo de formação do poder”. Enfim, conforme Darcy Ribeiro, o que pretendem é derrubar um presidente legitimamente eleito e substituí-lo por um “nôvo Presidente, ou que nome tivesse o ditador desta republiqueta em que o País seria transformado”, a ser “escolhido em eleição [indireta] na Câmara dos Deputados”. Afinal, esta é “a única chance que lhes resta”, já que “se depender do voto do povo, não conseguirão jamais alcançar a Presidência da República”. Por isso, têm “mêdo ao povo”, “mêdo à democracia”, “desamor à representação popular” e “ao voto”. Conseqüentemente, lançam mão de “recursos financeiros e mesmo de armas, para tentar infundir o terror à Nação” e, novamente, “tentar uma quartelada, ou mais uma vez tentar um golpe”.

Para o ministro-chefe do Gabinete Civil, “um dos capítulos mais trágicos” da escalada golpista no país “é o IBAD”, por ele então definido como “conlúio de antipatriotas” e “golpistas” – mais tarde, Darcy Ribeiro (1997, p. 321-322) considerará a entidade uma “agência de suborno”. Em conformidade com *Última Hora*,<sup>137</sup> assinala que, angariando doações escusas, o órgão obtivera “recursos superiores a 5 bilhões de cruzeiros”, utilizando o expressivo montante para bancar ingerências profundamente danosas na política brasileira. Por um lado, patrocinando publicidade antigovernamental, “jornais, rádios e televisões” para difundir-la. Supõe-se o alcance da cadeia de propaganda ibadiana em “200 estações de rádio”, espalhadas por todo o país, totalizando “30 horas” semanais na televisão “só na Guanabara”, ao custo de “600 milhões de cruzeiros”, destaca o professor.<sup>138</sup> Por outro lado, continua, distribuíra propinas para “influir nas eleições passadas”, compondo um Congresso não de

---

**INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (IBAD).** Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso: 16.02.2019. Ao que parece, nada mais golpista que um movimento intitulado democrático no pré-1964. Curiosamente, o mesmo raciocínio parece valer para o combate à corrupção no pós-2014.

<sup>137</sup> **ÚLTIMA HORA. IBAD GASTOU CR\$ 5 BILHÕES PARA COMPRAR DEPUTADOS E CORROMPER A OPINIÃO PÚBLICA**, Niterói, sexta-feira, 5 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/94050>. Acesso: 09.11.2018.

<sup>138</sup> Durante a campanha eleitoral de 1962, observa-se uma guinada radical na linha editorial de “A Noite”. Até então, o vespertino carioca mantivera-se politicamente filiado ao campo nacionalista, inclusive, com apoio aberto a Elói Dutra, deputado federal e candidato à reeleição pelo PTB. O parlamentar, proponente de CPI para averiguar atividades do IBAD naquele mesmo ano, é um tenaz adversário de Carlos Lacerda. No entanto, repentinamente, o periódico mergulha na onda anticomunista e passa a promover candidatos apoiados pela ADEP. Explica-o a celebração de um contrato entre “A Noite” e *Promotion*, com duração de 90 dias e custo de cinco milhões de cruzeiros. O caso é um dos mais notórios exemplos da atuação do IBAD com finalidades político-eleitorais no âmbito da imprensa. FGV. CPDOC. LAMARÃO, Sérgio. **INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (IBAD).** Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso: 16.02.2019.

“representantes do povo”, mas de “serviçais” e “paus-mandados dos donos do dinheiro” e “empresários da antidemocracia”. O objetivo desses “procedimentos”, diz, é “arrebanhar o povo” e “tomar o poder” a fim de “fazer o anti-Brasil”, “a anti-República” e “a anti-Democracia”, impedindo que o cidadão “tenha o seu direito”. Destarte, acrescenta, o IBAD encontra-se sob investigação de CPI voltada à apuração da origem e aplicação de tais recursos. Para muitos, inclusive, provenientes do exterior.<sup>139</sup>

Além de boicotar o sufrágio popular, avalia Darcy Ribeiro, a mobilização golpista liderada por Carlos Lacerda pretende barrar as reformas de base. Isto é, “precisam tentar um golpe”, também, porque “agora se anuncia novamente a possibilidade de partir o País para as reformas institucionais que possibilitem alargar as perspectivas de progresso, levantar as condições de vida da população”. Temem “que essas reformas cheguem a realizar-se”. A motivação do governador e “seus sequazes”, critica, “é o pavor do futuro do Brasil” como país “independente”, “autônomo”, “rico” e “com um povo que se torne efetivamente herdeiro de todo o patrimônio da civilização moderna”, no qual “êles não teriam lugar”. A exemplo de seu discurso de posse, ao responder Carlos Lacerda, novamente, Darcy Ribeiro evoca a abolição da escravidão. Como parâmetro de relevância às reformas de base, em especial, a reforma agrária, segundo ele aprovada pela “imensa maioria” dos brasileiros. E, também, como paradigma de ação política para solução de problemas contemporâneos. Assim, reitera o professor:

A Nação se encontra hoje na mesma posição histórica em que se encontrava quando nossos avós tiveram a capacidade de mobilizar forças, de conciliar, de discutir, de debater para alcançar a abolição da escravatura. A discussão da Reforma Agrária de hoje assemelha-se extraordinariamente à discussão da abolição da escravatura. Também naquela época se dizia que todos os fazendeiros iriam à falência, que a Nação iria acabar. Também naquela época se dizia que era preciso pagar o preço de custo, qualquer que fôsse, de cada escravo, antes que a abolição se processasse. Hoje, as mesmas coisas se dizem.<sup>140</sup>

<sup>139</sup> Em 31 de agosto de 1963, João Goulart decreta o fechamento do IBAD e ADEP por três meses, prorrogando-o por igual período a partir de novembro a fim de garantir o aprofundamento das apurações acerca de eventuais ilegalidades em suas práticas. Pouco depois, no entanto, em 20 de dezembro, o Poder Judiciário interdita-os definitivamente por “atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade”. FGV. CPDOC. LAMARÃO, Sérgio. **INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (IBAD)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso: 16.02.2019.

<sup>140</sup> CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 09 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

Desta feita, portanto, Darcy Ribeiro amplia e enriquece seu argumento. Inova ao referir-se emblematicamente à reforma agrária como “nova abolição” ou “abolição da terra”. Mas, sobretudo, associando a divisão político-ideológica em torno do tema a duas tradições históricas, em seu entendimento, existentes no país. Representados por Carlos Lacerda, os “que viveram sempre da miséria do povo” opõem-se às reformas de base porque “a tradição brasileira que lhes enche a boca é a da casa grande e senzala”. Ou seja, a tradição escravocrata. Em contraponto, afirma Darcy Ribeiro:

A tradição que nós amamos é a tradição de Tiradentes. É a tradição de Patrocínio na luta pela abolição, é a tradição do Patriarca da Independência, de José Bonifácio. É a tradição de Teófilo Otoni, com o seu lenço branco que foi tantas vezes conspurcado, o lenço branco da luta pela liberdade, da luta pela nossa autonomia. É a tradição de Osório. É a tradição de Getúlio Vargas. Essa é a nossa tradição. Essa é a nossa bandeira, que alia o Brasil do passado ao presente do Brasil, ao futuro do Brasil. Somos nós, êstes nove em cada dez brasileiros, que estamos dispostos, mais uma vez, a fazer face ao desafio histórico e a conduzir o País às reformas indispensáveis, inclusive, e principalmente, à Reforma Agrária.<sup>141</sup>

Para Darcy Ribeiro, portanto, Carlos Lacerda encarna a tradição escravocrata da “casa grande e senzala”, entrincheirando-se para conservar o Brasil tal qual é, manter privilégios retrógrados, o povo miserável e oprimido. João Goulart, ao contrário, encarna a tradição de liberdade e autonomia oriunda de Tiradentes, construindo um país que há de ser, melhorado pelas reformas de base e justiça social. Inspira-se, assim, em figuras expressivas do panteão dos heróis da pátria, entre outros, Tiradentes e Getúlio Vargas. Como vimos, personagens referenciais à cultura política trabalhista, a qual bem poderia ser justaposta àquela tradição de liberdade e autonomia apontada por Darcy Ribeiro. Portanto, outra vez, percebemos a mediação da cultura política trabalhista na construção discursiva forjada por nosso personagem. Agora, diante de câmeras e microfones, perceptivelmente indignado e preocupado com os insultos dirigidos pelo adversário contra o governo federal, personificando a crise já avistada do Palácio do Planalto.

---

<sup>141</sup> CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 09 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018. CORREIO DA MANHÃ. **Darci ataca de novo Lacerda e anuncia reunião em Recife**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41541](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541). Acesso: 26.06.2018.

A recomposição ministerial de junho não impedira que, à anteriormente mencionada reprovação da emenda Bocaiúva Cunha, ocorrida em abril, somassem-se mais reveses governistas quanto à reforma agrária. João Goulart persiste, desde então, em seu objetivo de viabilizá-la por meio de um consenso político de centro baseado na conciliação com o PSD. Costura com líderes pessedistas projeto de reforma agrária apresentado ao Congresso, ainda em junho, através de emenda constitucional de Oliveira Brito. As limitações da proposta, no entanto, desagradam os trabalhistas. Ao cabo, prevalece entre eles a posição dos mais radicais, que repelem qualquer acordo com pessedistas. A oposição do partido custa a Jango mais uma derrota no Congresso em relação à reforma agrária. Naquele momento, a UDN já reflete a definição de Carlos Lacerda acerca da intocabilidade da Constituição. Qualquer proposta de emenda constitucional esbarraria na recusa intransigente dos udenistas. Neste cenário, embora de antemão ciente da derrota, o PTB apresenta sua própria emenda de reforma agrária. A estratégia é desgastar a imagem do legislativo como instituição reacionária e defasada face às demandas populares. Esquerda petebista e FMP preconizam a ruptura da aliança Jango-PSD, apostando em aprovar as reformas essencialmente por meio da união das esquerdas com apoio popular. Esta perspectiva é inspirada pela posse de Jango e recente plebiscito, experiências políticas bem-sucedidas caracterizadas pela convergência entre governo, esquerdas, mobilização sindical-popular e Exército (FERREIRA, 2011, p. 352-353).

Na concepção de Darcy Ribeiro, não há perspectivas de melhores dias para os setores populares sob um governo de direita. Para que a crise seja solucionada e o povo redimido de seu padecimento, o único caminho é a manutenção do governo trabalhista, comprometido com a viabilização das reformas de base. Ademais, refuta acusações de Carlos Lacerda, segundo as quais o governo Jango seria comunista. Conforme o ministro-chefe do Gabinete Civil, não se pretende implantar o comunismo. Mas, simplesmente, “fazer face ao desafio histórico” de “conduzir o País às reformas indispensáveis, inclusive, e principalmente, à Reforma Agrária”. Darcy Ribeiro e, também, como veremos adiante, Waldir Pires, Consultor-Geral da República, indicam a primazia da reforma agrária entre as pretendidas reformas estruturais. Pelo prisma governista, esta se revela como prioridade político-administrativa. Pela ótica oposicionista, mostra-se como fator privilegiado de insatisfação. Assim, na opinião de Darcy Ribeiro, é contra as reformas de base – “a reforma agrária, a reforma fiscal, a reforma tributária, a reforma administrativa” –, “encaminhadas e lideradas”

por João Goulart com amplo apoio popular, “que se armam os conspiradores”, desejando “amarrar o Brasil nessa estrutura arcaica”. Não obstante, travestem seus objetivos em suposto combate ao comunismo. E, até mesmo, pontificando em defesa da “democracia”, embora historicamente imersos em “conspiratas” golpistas. Ou seja, os mesmos responsáveis por conciliábulo que resultaram no suicídio de Getúlio Vargas, na renúncia de Jânio Quadros e tentativa de impedir a posse de João Goulart, levantam-se agora contra este e seu plano reformas, ameaçando a ordem estabelecida com outra “agostada”, mas se apresentado como democratas.<sup>142</sup>

Darcy Ribeiro enfatiza o risco que Carlos Lacerda e afins representam ao regime vigente, encerrando sua “denúncia” no rádio e televisão com um “apelo” à união de todos em “defesa” da “democracia”, “soberania nacional”, “legalidade”, “ordem” e “direito de trabalhar tranqüilamente”. Dirige-se nomeadamente a alguns segmentos. Aos trabalhadores sindicalizados de todas as categorias, orienta reunirem-se em assembleia e posicionarem-se em defesa da legalidade. Isto é, do mesmo lado “em que nos encontrávamos em 54” e “61”, contra “os mesmos conspiradores”. Conclama a “juventude estudantil” para que também novamente “coloque toda a sua generosidade” e lucidez diante do mais recente complô “contra as instituições democráticas e contra o país”. Exorta, ainda, à “intelectualidade brasileira”, “brava e combativa”, “sempre atenta”, a ser, “mais que nunca”, “lúcida” para barrar a urdidura de uma “crise política” que pode perturbar “o ritmo de trabalho” e “atrasar as reformas fundamentais, a que o povo brasileiro aspira e que são indispensáveis para colocar o nosso povo na civilização do nosso tempo”. Por fim, apela ao “sentimento de responsabilidade” das “mães brasileiras”. Delas espera que levem “seu espírito de tolerância” e “amor ao Brasil” aos “filhos”. E, assim, possam “influir” para que se mantenha um ambiente fecundo ao trabalho, combate às “doenças”, construção de novas “escolas”, “estradas”, “siderúrgicas” e, logo, à criação de mais “oportunidades”. Dito isso, reitera seu “otimismo”, que diz ser, igualmente, do governo.<sup>143</sup>

---

<sup>142</sup> CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 09 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

<sup>143</sup> CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 09 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

Parece-nos claro que o ministro-chefe do Gabinete Civil opta por responder à investida de Carlos Lacerda em terreno político-ideológico. Embora aluda a questões técnico-administrativas concernentes ao exercício do opositor como governador da Guanabara, prioriza descortinar-lhe a trajetória, motivações, vínculos e objetivos de poder. Dedicar-se, sobretudo, a demonstrar que este é, historicamente, avesso a melhorias sociais para o povo e ao desenvolvimento autônomo do país. E que é, além de líder reacionário, um golpista reincidente e insaciável. Aliás, é isso que depreendemos a partir dos discursos do antropólogo concernentes à contenda trabalhistas-Carlos Lacerda e à “Carta ao Povo” de modo geral. A tática de Darcy Ribeiro é observada e endossada por *Última Hora*.<sup>144</sup> Para o periódico:

Darci agiu certo ao colocar a questão Lacerda em termos ideológicos. Deixou o prontuário do Governador, assunto meramente estadual, para a Assembléia, o Tribunal de Contas. O importante é esclarecer o povo sobre as motivações e desígnios das forças das quais o Carlos é porta-voz: a conspiração contra a Petrobrás que levou Vargas ao suicídio, contra a política externa independente que abriu caminho para a renúncia de Jânio Quadros; é preciso demonstrar ao povo que o Governador é o líder fascista - ‘gorila’ do País, que representa a anti-reforma social (que, como todo fascista, ele procura fazer substituir por suntuários planos de obras públicas), o atrelamento definitivo do Brasil a um bloco de poder, a impossibilidade de algum dia virmos a controlar o nosso próprio desenvolvimento. A fala do Chefe da Casa Civil deu ao Governo um novo crédito de confiança junto ao povo.

Atinente à disputa política imediata, o paralelo histórico delineado por Darcy Ribeiro entre o agitado ano de 1963 e 1954 (cenário de aguda e trágica crise nacional), que não passa despercebido à cobertura de *Última Hora*, mescla-se à tática de franco enfrentamento ao tarimbado adversário. Todavia, acreditamos, denota sua consciência de que o país encontra-se, de novo, em momento sobremodo delicado. Isto posto, é razoável inferir de sua parte, junto ao fito político de desqualificar o inimigo supondo-o minoritário, denunciando-o golpista, seu estado de alerta ante a potencial periculosidade deste. Afinal, ao atrelá-lo a agruras trabalhistas pretéritas, reconhece sua eficiência como sabotador e desestabilizador de governos “populares”. Em entrevista datada de 11 de julho de 1963, o ministro-chefe do Gabinete Civil, ainda mais contundente, dispara:

<sup>144</sup> ÚLTIMA HORA. **Fala de Darci Funcionou Cento por Cento**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89246>. Acesso: 15.11.2018.

Ao longo destes anos, o Sr. Carlos Lacerda tem atentado, de todos os modos, contra as instituições democráticas. É ele o inimigo nº 1 da democracia brasileira. E podemos dizer que, se ainda existe democracia no Brasil, existe apesar do Sr. Carlos Lacerda. Não se trata, aqui, de fazer acusações infundadas, de insultar o atual governador da Guanabara. Trata-se de chamar a atenção da opinião pública do país para um fato de extrema importância. Sabemos que a vasta maioria do povo já identificou o Sr. Carlos Lacerda como o instigador de badernas. Mas é preciso demonstrar, com clareza, com documentos, que ele não apenas provoca badernas mas que o faz visando a destruir as instituições democráticas, às quais não consegue adaptar-se. Prova disso é a sua atuação à frente do governo da Guanabara, onde instaurou um estado policial, intolerante, desrespeitando o direito de livre expressão popular, as liberdades sindicais e até o Tribunal de Contas.<sup>145</sup>

Não há meias palavras. Denunciando Carlos Lacerda como “inimigo nº 1 da democracia”, Darcy Ribeiro imputa-lhe uma conduta antidemocrática por excelência. Para fundamentar sua acusação, lembra que o adversário “atentou contra as instituições em 1954, levando o Presidente Vargas ao suicídio”. Mesmo defronte a esta visceral e inolvidável ferida no tecido político nacional, ainda aberta e ardente, em seguida, Carlos Lacerda conjura para baldar a posse de Juscelino Kubitschek em 1955. Malogra outra vez. Mas, mantém-se firme em seus propósitos autoritários. Em 1961, novamente, atua para “instaurar um regime totalitário”, destacando-se em meio aos responsáveis pela abjuração de Jânio Quadros e tentativas para impedir a posse legal do vice-presidente. E, “agora, em 1963, luta por todos os meios para derrubar o Presidente Goulart, de que é testemunho claro sua ‘Carta ao Povo’ lida na televisão”. Darcy Ribeiro atribui a Carlos Lacerda responsabilidade direta pelo perecimento de Getúlio Vargas, expoente máximo dos trabalhistas. Acusação, por certo, gravíssima, à qual ainda soma a responsabilização do adversário por crises nacionais subsequentes e tentativas de depor o atual presidente. Como sempre, visando impor um jugo “totalitário” ao país. A correlação do presente com 1954 e demais datas críticas, incrementa e evidencia sua percepção quanto a gravidade da situação política a desenrolar-se diante de seus olhos. Assim como, seu entendimento da ameaça que a oposição exercida por Carlos Lacerda representa ao governo federal ou, mesmo, à ordem vigente. Esta representação do passado, em que a trajetória do trabalhismo é descrita como alvo constante de conspirações e golpes, elemento constitutivo da tradição instituída por Getúlio Vargas presente no brizolismo pós-redemocratização (SENTO-SÉ, 1999), a nosso ver, por extensão, consiste em um dos ingredientes da cultura política trabalhista.

---

<sup>145</sup> FUNDAR/MDR/UnB. ENTREVISTA. DR jg gc 1963.07.11.

Aprofundando sua crítica ao governador da Guanabara, Darcy Ribeiro assevera que, nos eventos políticos apontados, aquele “agiu conscientemente contra as instituições, forjando argumentos e crises, e lançando mão de uns mesmos elementos capazes de gerar a inquietação e a desordem”. Logo, deve-se expor “à opinião pública que o Sr. Carlos Lacerda descobriu a fórmula do golpe” e “vem manipulando[-a] impunemente” para “liquidar com a democracia brasileira”. Tal expediente, explica, consiste no recurso às “mesmas palavras”, “insultos”, “intrigas” e “chavões” para “incompatibilizar o Governo Federal com o povo e as Forças Armadas”. Mira persuadir “à opinião pública [de] que tôdas as dificuldades vividas pelo povo são propositalmente criadas pelo Governo Federal” e infundir o temor ao “perigo comunista”. Isto é, convencer a sociedade de “que o govêrno, além de corrupto, inepto e cruel, pretende trair a pátria e a tradição cristã do povo”, pois “está aliado aos comunistas”. Essas acusações teriam sido feitas “a todos os Govêrnos brasileiros pelo sr. Carlos Lacerda”, fomentando o “desespêro e criando um clima propício à instauração de uma ditadura”. Sua atuação para inviabilizar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, “depois, para impedir-lhe a posse” e, por fim, “derrubá-lo do poder” é, ao mesmo tempo, funesta e exemplar. Afinal, a “implacável campanha de desmoralização” exponenciada pelo udenista “obrigou o Presidente Vargas a escolher entre a deposição humilhante e a morte”. E ele “preferiu matar-se”, lastima o antropólogo.

A trama irradiada em torno do libelo lacerdista remete-nos a um conturbado cenário de crise política, cujo recrudescimento levará ao golpe militar direitista desfechado em 1964. Em meio a este turbilhão, buscamos identificar possíveis conexões entre atuação de Darcy Ribeiro, personagens com os quais interage e uma cultura política trabalhista. Para aprofundar esta análise e melhor contextualizá-la, agora, vamos atrás de outras repercussões e

desdobramentos do ruidoso duelo Brasília-Guanabara.<sup>146</sup> Conforme Waldir Pires,<sup>147</sup> “quase todo o Ministério Civil” responde na televisão à “Carta ao Povo”. Entretanto, convém-nos circunscrever nossa abordagem sobre a contenda à atuação do dito tripé intelectual de João Goulart. Dessa maneira, consideradas algumas manifestações de Darcy Ribeiro, seguiremos ao encaço de Waldir Pires e Abelardo Jurema, respectivamente, Consultor-Geral da República e ministro da Justiça. A estratégia dos três eminentes porta-vozes do governo federal no bojo do conflito acentuará o embate no plano político-ideológico. No entanto, conforme as especificidades das atribuições institucionais de cada um deles e seus perfis pessoais, aspectos técnico-administrativos também merecerão atenção, com maior ou menor ênfase.

No dia 10 de julho, quem discursa via rádio e TV para responder oficialmente às críticas de Carlos Lacerda ao governo federal é Abelardo Jurema. O tom do ministro da Justiça parece mais moderado que o de seus companheiros governistas Darcy Ribeiro e Waldir Pires (que se pronunciaria no dia 12). Entretanto, igualmente, não poupa o governador de críticas severas.<sup>148</sup> Em clara consonância com o ministro-chefe do Gabinete Civil e, como veremos, também com o Consultor-Geral da República, Abelardo Jurema assevera que o

<sup>146</sup> Pesquisa *Jornal do Brasil-Marplan*, realizada na segunda quinzena de julho de 1963 com o eleitorado carioca, revela aspectos interessantes da repercussão do conflito Brasília-Guanabara. A “Carta ao Povo” é tematizada em quatro perguntas na enquete. Primeira: “O Sr. (a) tomou conhecimento da ‘Carta ao Povo’ de autoria do Sr. Carlos Lacerda publicada nos jornais dias atrás?” “Sim”, respondem 50% dos entrevistados. A outra metade exata informa que “não”, revelando ignorar o assunto. Segunda: “As acusações ao Governo Federal contidas na Carta são procedentes ou não procedentes?” São “procedentes” para 54% e “não procedentes” para 35%, sendo que 11% “não sabem” opinar. Terceira: “O Sr. (a) teve oportunidade de tomar conhecimento da resposta dada pelo Governo Federal às acusações da ‘Carta ao Povo’?” 60% diz ignorar as réplicas de Darcy Ribeiro e demais governistas a Carlos Lacerda, conhecidas por 40% dos(as) participantes da pesquisa. Última: “Na sua opinião, foi convincente ou não foi convincente esta resposta?” 53% das pessoas que tem conhecimento dos pronunciamentos realizados por colaboradores de João Goulart dizem que “sim”, enquanto 46% afirmam que “não” e 1% “não sabe”. O levantamento apresenta, ainda, detalhamento dos dados obtidos por classe social e nível de escolaridade, os quais sugerem que o alinhamento a Carlos Lacerda e, por conseguinte, ao campo político conservador, é um tanto quanto elitizado. Já o apoio a João Goulart e, logo, a adesão aos postulados trabalhistas, de viés predominantemente popular. *Ver*: JORNAL DO BRASIL. **Maioria do eleitorado com Lacerda**, Rio de Janeiro, domingo, 21, e segunda-feira, 22 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41993](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41993). Acesso: 26.06.2018; e JORNAL DO BRASIL. **Eleitores votariam agora em Lacerda para a presidência**, Rio de Janeiro, domingo, 21, e segunda-feira, 22 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42009](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42009). Acesso: 26.06.2018.

<sup>147</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci replica**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41671](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41671). Acesso: 17.04.2018.

<sup>148</sup> “Em pronunciamento marcado pelo equilíbrio, e sem a veemência esperada, o ministro da Justiça, Sr. Abelardo Jurema, acusou ontem o governador Carlos Lacerda, através do rádio e da televisão, de não estar a altura do seu mandato, de marcar um golpe político contra o presidente da República para agosto, e de passar por cima da Lei de Imprensa, do Código de Telecomunicações e da Lei de Segurança”. CORREIO DA MANHÃ. **Ministro da Justiça acusa Lacerda de marcar golpe para agosto**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41564](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41564). Acesso: 27.06.2018.

governador da Guanabara “foi o rei do golpe no passado”, “está a ser o rei do golpe” e sua “Carta ao Povo” é um anúncio “claro” e “sem necessidade de qualquer outra interpretação”. Diz, essencialmente, “conspiradores, alerta! Não façam nada agora, deixemos para agosto”, quando o presidente poderá ser deposto com a vantagem de ser substituído por eleição indireta.<sup>149</sup> Isto posto, argumenta que há, então, dois lados em disputa. O do governo central, favorável às reformas, busca “propiciar à Nação brasileira um clima de paz, de ordem e de trabalho”. Já o flanco adversário, capitaneado por Carlos Lacerda, sobre cuja conduta disruptiva pesam fatos graves, entre os quais enfatiza a renúncia de Jânio Quadros e suas decorrentes complicações, é responsável pela crise atual, que coloca em risco a ordem estabelecida.<sup>150</sup> Ao provocador e intempestivo governador udenista, Abelardo Jurema contrapõe um João Goulart “sereno”, “moderado” e “transigente”, que desempenha seu mandato “ouvindo a todos e acompanhando tudo”. Antes cerceado em seus poderes legítimos pela solução parlamentarista, com o plebiscito, o presidente recebera “apoio total” do país “para restaurar-se em tôda a plenitude de suas prerrogativas constitucionais”. Agora, empenha irrestrito esforço para sanar os mais graves problemas nacionais, visando “restaurar no País uma situação de normalidade, já que encontrara a Nação convulsionada”. Não há dúvidas sobre quem fomenta tempestades. Tampouco sobre quem abre caminho seguro, com apoio popular, à distância do mar revoltoso do golpismo. João Goulart pacifica e concilia. Carlos Lacerda divide e convulsiona.

Ainda em terreno político, Abelardo Jurema acrescenta que concerne à agitação de Carlos Lacerda, outrossim, “uma luta administrativa”. Isto é, em decorrência de pareceres

<sup>149</sup> Conforme Abelardo Jurema: “Está claro. Ninguém precisa ser intérprete de leis, ninguém precisa ter passado por Faculdade de Direito para saber que o Governador está anunciando que, na segunda metade do período presidencial, que começa em agosto, quem quiser fazer uma revoluçãozinha pode-se apoiar aqui, botar o Presidente para fora para haver nova eleição pelo Congresso e não pelo povo, porque o medo do Governador pelo povo é uma coisa impressionante. É um homem que ganhou uma eleição com vinte mil votos apenas, sobre vários competidores, que, se somados, ultrapassariam o dobro de sua votação. Ele tem medo do povo. (...) O que ele não quer é eleição direta”. JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça acusa Lacerda de transgredir a lei para subverter o País**. Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41672](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41672). Acesso: 17/04/2018.

<sup>150</sup> Essa percepção binária acerca do processo político, como vimos, também partilhada por Darcy Ribeiro, é ecoada por *Última Hora*. Conforme o periódico: “O Professor Darcy Ribeiro colocou a questão nacional nos devidos termos: de um lado, as forças vivas do País procurando criar condições sociais que permitam um desenvolvimento harmônico, em bases justas para todos os brasileiros; de outro, o IBAD, sigla que engloba os antinacionais de todos os matizes, aferrados à manutenção de um estado de coisas desumano, iníquo, o sistema de castas privilegiadas. O povo já aprendeu a identificar as facções contendentes, apesar de a maioria viver na miséria, no analfabetismo. Aprendeu a repudiar os industriais do subdesenvolvimento. Estes sabem que não chegarão ao poder pelo voto. Resta-lhes o golpe”. ÚLTIMA HORA. **GUERRA AO GOLPE**, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89228>. Acesso: 13/11/2018.

do Tribunal de Contas, contrários às finanças de sua gestão, em vez de “prestar esclarecimentos” formais devidamente fundamentados junto ao órgão, o governador mergulha “o País nesta confusão (...). Para quê? Para cobrir a sua defesa junto ao Tribunal de Contas, cujos membros são injuriados na fala que saiu publicada”.<sup>151</sup> Transpondo-se do campo político ao institucional, o ministro da Justiça promete enquadrar o udenista em vários dispositivos da Lei de Segurança Nacional, Código de Telecomunicações e Lei de Imprensa. Afinal, pondera, o rival fora “leviano e inconsciente nos seus ataques injuriosos”, mirando alvoroçar a opinião pública e encorajar as Forças Armadas à subversão. Assim como Darcy Ribeiro, Abelardo Jurema observa que o manifesto divulgado nos jornais impressos difere da fala radio-televisada. Em suas palavras: “A Carta ao Povo apareceu na imprensa melhorada na forma e atenuada no seu primitivo grau de virulência, além de constituir apenas um resumo do outro pronunciamento”.<sup>152</sup> Também no âmbito de suas atribuições protocolares, proíbe a retransmissão da Carta ao Povo por considerá-la atentatória à segurança nacional<sup>153</sup> e edita ato com vistas a vetar contração de empréstimos estrangeiros diretos pelos estados.<sup>154</sup> A proibição a empréstimos externos pelos estados revela postura nacionalista, remetendo à mediação da cultura política trabalhista.

Transmitido pela “Voz do Brasil” em 12 de julho, o discurso de Waldir Pires soa como “enérgica advertência aos golpistas de que é porta-voz o Sr. Carlos Lacerda”.<sup>155</sup>

<sup>151</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Ministro da Justiça acusa Lacerda de marcar golpe para agosto**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41564](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41564). Acesso: 27.06.2018.

<sup>152</sup> JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça vai enquadrar crimes de Lacerda**. Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41643](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41643). Acesso: 12.04.1963.

<sup>153</sup> JORNAL DO BRASIL. **Proibida pelo Ministro da Justiça retransmissão do pronunciamento de Lacerda**. Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41612](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41612). Acesso: 10.04.2018

<sup>154</sup> JORNAL DO BRASIL. **O Governador Carlos Lacerda teve em Londrina, uma recepção calorosa**. Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41613](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41613). Acesso: 11.05.2018.

<sup>155</sup> ÚLTIMA HORA. **VALDIR PIRES: LACERDA É O ETERNO VICIADO NO GOLPISMO**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89277>. Acesso: 19.11.2018. Francisco Waldir Pires de Sousa é baiano, bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia. Por ocasião de sua nomeação como Consultor-Geral da República em maio de 1963, aos 37 anos, já havia exercido os mandatos de deputado estadual pelo PTB (1955/1959) e deputado federal pelo PSD (1959/1963). Partidário da política externa independente, crítico do colonialismo, defensor autodeterminação dos povos, assim como, do monopólio estatal das riquezas nacionais e da reforma agrária “não coletivista”, integra a FPN. Fora a favor da posse de João Goulart e da Emenda Constitucional nº 4. Ex-docente de direito constitucional da Universidade Católica da Bahia, em 1962, colabora na criação da UnB. Estrutura, em parceria com o jurista Vítor Nunes Leal, os cursos jurídicos da universidade entre cujos criadores figura Darcy Ribeiro, tonando-se professor de direito constitucional da mesma. Na consultoria-geral, destaca-se como responsável pelo projeto da Lei de Remessa de Lucros. Fiel auxiliar de Jango, torna-se também amigo do presidente. Waldir Pires e Darcy Ribeiro são os

Permeiam-no dizeres como: “tentem botar para fora o Presidente da República (...) para ver o que este País é capaz de fazer”. Ou: “Nesta jogada estamos para valer tudo. O problema não é apenas do Govêrno do Sr. João Goulart, com sua tolerância, com sua generosidade, com sua bondade” – aproveita para acentuar qualidades recorrentemente atribuídas ao chefe do poder executivo federal afins à sua política de conciliação. “O problema é de nós todos”. E mais: “nós vamos às últimas consequências nisto, porque nós também não vamos nos deter no processo das reformas”. “Destá vez nós pagamos para ver”. Indo ao encontro das considerações de Darcy Ribeiro e Abelardo Jurema sobre o histórico golpismo do udenista, questiona Waldir Pires:<sup>156</sup> “o que tem feito, nestes dez últimos anos (...), o sr. Carlos Lacerda, senão tentar golpes de Estado, subversão da ordem, instauração de ditadura no Brasil sob o argumento de democracia?” Rememorando a responsabilidade do udenista nos casos Getúlio Vargas e Jânio Quadros, sentencia-o como “um eterno viciado no golpismo”. Para Waldir Pires, Carlos Lacerda é, ainda, “o líder terrível”, “melancólico” e “agourento de uma reação dos privilegiados”, uma “minoría” que “resiste, até pela violência, à reconstrução Social e Jurídica exigida pelo povo”, opondo-se às “reformas de base porque estas acabarão com os [seus] privilégios”. Esse atávico e arrivista inimigo agora lança contra a vigente administração federal “a mesma linguagem” que “utiliza contra todos os estadistas do Brasil” – a qual, como vimos, Darcy Ribeiro denominara “fórmula do golpe” –, já que movido pelos “objetivos de evitar o progresso e as reformas” nacionais. Reage do mesmo modo, complementa, à “política externa ativa” comandada por João Goulart, por meio da qual o Brasil apresenta-se internacionalmente “dizendo o que quer na sua mensagem de fraternidade” e “solidariedade”, “mensagem de um povo feliz e de um povo sofredor” que almeja “construir um destino altivo no mundo”. Entra em pauta, assim, a política externa independente, iniciada por Jânio Quadros e continuada por seu sucessor, outro elemento indicativo da presença de uma cultura política trabalhista, já enunciada na menção a Getúlio Vargas. No tocante à política externa,

---

últimos integrantes do governo a deixar o Palácio do Planalto, em dois de abril, após consumado o golpe pelo Congresso. FGV. CPDOC. Waldir Pires. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-waldir-pires-de-sousa>. Acesso: 23.04.2020; José (2018).

<sup>156</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Consultor geral acusa Lacerda**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41615](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41615). Acesso: 28.06.2018; e ÚLTIMA HORA. **VALDIR PIRES: LACERDA É O ETERNO VICIADO NO GOLPISMO**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89277>. Acesso: 19.11.2018. E: JORNAL DO BRASIL. **Darci replica**. Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41671](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41671). Acesso: 17.04.2018.

Waldir Pires<sup>157</sup> aborda também “a ilegalidade da contração empréstimos estrangeiros pelos estados”. O Consultor-Geral da República responde a Carlos Lacerda admoestando aliados do governador, com destaque ao Deputado Aliomar de Andrade Baleeiro,<sup>158</sup> segundo o qual, “na hora em que o Govêrno norte-americano quiser fecha êste País e bota para fora o Presidente da República”. Dita em discurso na Câmara, a afirmação exaspera Waldir Pires, que a condena veementemente, considerando-a um exemplo da linguagem inadequada dos udenistas lacerdistas.

Semelhante tenacidade retórica e terminológica aproxima os pronunciamentos proferidos por Darcy Ribeiro, Abelardo Jurema e Waldir Pires, convergindo quanto à disposição de resistência do governo. Posto que constituem o tripé intelectual de João Goulart, representando oficialmente o pensamento do chefe do executivo federal e co-participando de sua elaboração, parece-nos correto depreender que a administração central está mesmo decidida a impedir o que o ministro-chefe do Gabinete Civil denomina nova “agostada”. Emblematicamente, Waldir Pires<sup>159</sup> apoia suas assertivas acerca das possibilidades de resistência do governo trabalhista e da viabilidade do projeto transformador que este aspira para o país em dois pilares fundamentais. Primeiro, Getúlio Vargas. Ou, mais especificamente, a “mensagem permanente para a história do futuro do Brasil” que o referido ex-presidente inscreve na consciência política popular por meio de seu “sacrifício” e de sua “carta”. Neste sentido, a memória de Getúlio Vargas “é uma lição que o povo não esquece”. Segundo, “as reservas de patriotismo de que êste povo é capaz”, ao certo tributárias daquela poderosa memória. Sobre estas bases, promete todo o empenho do governo para “fazer do Brasil a grande nação dos nossos sonhos, (...) com dignidade, sem tergiversações e sem consentir badernas”, mesmo que “com sacrifício”. A mediação da cultura política trabalhista faz-se notória tanto em sua compreensão do passado quanto do presente. Assim como, em suas expectativas de futuro. Denotam-na, ainda, a perspectiva da conspiração recorrente das elites contra os mais autênticos interesses do povo, defendidos pelos trabalhistas. Bem

---

<sup>157</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci replica**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41671](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41671). Acesso: 17.04.2018.

<sup>158</sup> JORNAL DO BRASIL. **Consultor-Geral defende Govêrno advertindo que não haverá 'novo agosto'**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41729](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41729). Acesso: 26.04.2018.

<sup>159</sup> JORNAL DO BRASIL. **Consultor-Geral defende Govêrno advertindo que não haverá 'novo agosto'**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41729](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41729). Acesso: 26.04.2018.

poderíamos traduzir tais interesses, em linguagem trabalhista, como reformas de base. O idealizado porvir também explicita a cultura política trabalhista, mobilizando como elementos edificantes Getúlio Vargas, o suicídio e a carta-testamento. Assim como, não podemos esquecer que perpassam a discursividade governista elementos como reformismo, nacionalismo, política externa independente e anti-imperialismo, sendo o nacionalismo um dos principais pilares do trabalhismo (SENTO-SÉ, 1999).

### Capítulo 3: As razões de Darcy Ribeiro

O aprofundamento do embate entre os governos federal e carioca, acirrado pela alocução pública da “Carta ao Povo” na noite de domingo, sete de julho de 1963, logo ultrapassará os limites do político, encampando a esfera jurídica. Considerando ofensiva a pronta resposta de Darcy Ribeiro ao seu pronunciamento, difundida na noite seguinte em nome do governo federal, Carlos Lacerda processará imediatamente o ministro-chefe do Gabinete Civil. Por sua vez, Darcy Ribeiro demonstra firme disposição para enfrentá-lo: “Toparemos a parada com o Sr. Carlos Lacerda em qualquer terreno. Estamos nessa luta para valer. Não tememos arreganhos de ninguém”, afirma.<sup>160</sup> Primeiramente, procuramos entender melhor os impactos contextuais imediatos do libelo lacerdista. Desse modo, direcionamos nosso foco a embates concernentes no âmbito da imprensa, aproveitando o ensejo para melhor discernir tendências político-ideológicas assumidas pelos periódicos que utilizamos como fontes. Em seguida, buscamos apreender posicionamentos dos querelantes após enfrentarem-se em cadeia de rádio e TV. Interessa-nos, continuamente, o teor político-cultural destas manifestações. Alargamos nosso foco, ainda, na expectativa de assimilar algumas repercussões do confronto político Guanabara-Brasília nas esferas legislativas e na sociedade civil. Por fim, através de materiais mantidos no acervo pessoal de Darcy Ribeiro,<sup>161</sup> dedicamo-nos a reconstituir o decorrente enfrentamento jurídico entre ele e Carlos Lacerda. A defesa apresentada pelo professor ao processo impetrado pelo udenista constitui interessante documento. A peça jurídica produzida para provar a inocência do réu, acusado de calúnia,

---

<sup>160</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci replica**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41671](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41671). Acesso: 17.04.2018.

<sup>161</sup> Acerca da ação criminal de Carlos Lacerda contra Darcy Ribeiro, o acervo pessoal do antropólogo contém cópias dos seguintes documentos: denúncia da PROMOTORIA DO ESTADO DA GUANABARA, de 11 de julho de 1963, subscrita pelo promotor Nelson Pecegueiro do Amaral, representando Carlos Lacerda, pela qual Darcy Ribeiro é acusado por “calúnia”, “difamação” e “injúria”; versão preliminar da defesa denominada “RAZÕES DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO”; defesa intitulada “RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO”, assinada pelo advogado Humberto Teles, em 3 de setembro, pela qual o acusado reivindica absolvição com base nos dispositivos de “exceção da verdade” e “notoriedade do fato imputado”; encaminhamento da defesa ao EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL. FUNDAR/MDR/UnB. DR. jg gc 1963.07.11.

injúria e difamação, é rica em elementos político-culturais. Recorre a eventos, representações, valores, interpretações do passado, presente e idealizações do futuro concernentes ao político, permitindo-nos aprofundar a reflexão, iniciada no capítulo anterior, sobre a agência de Darcy Ribeiro como ideólogo do governo trabalhista.

## Imprensa e política

Nos jornais priorizados em nossa pesquisa, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, encontramos avaliações divergentes acerca do conflito entre os governos federal e fluminense envolvendo a “Carta ao Povo” de Carlos Lacerda. Assim, esses periódicos fornecem-nos pistas de que a sociedade assimila tal embate político, de repercussões nacionais, de forma plural. *Última Hora*,<sup>162</sup> como vimos, aprova a estratégia de confrontação político-ideológica ao governador da Guanabara, adotada por apoiadores de João Goulart, apoiando-os na crítica ao oposicionismo do adversário. De acordo com o diário, em uníssono com governistas:

O Sr. Carlos Lacerda, em face da pronta reação do Govêrno Federal para impedir mais uma ‘agostada’, disse, referindo-se ao pronunciamento do professor Darcy Ribeiro, que ‘**é tática dos comunistas acusar aquilo que estão fazendo**’. O Governador, como ninguém desconhece, já foi comunista militante e audacioso. Audácia que continua a lançar mão para confundir a opinião pública. Na sua ‘carta ao povo’, é o Governador quem acusa o Govêrno Federal de tramar contra as instituições quando, pelas suas palavras, fica evidenciado que êle, Lacerda, é quem planeja a deposição do Presidente João Goulart, ferindo de morte a Constituição e as instituições democráticas. Êle, Lacerda, é o golpista fanático que ‘denuncia’ golpes para golpear a democracia. Como diria o nosso companheiro Paulo Francis, Freud explica (grifos originais).

O engajamento político governista-trabalhista de *Última Hora*, suficientemente evidenciado quando um de seus colunistas designa o governador carioca como “golpista fanático”, torna-se ainda mais claro em atitudes práticas de Samuel Weiner. De acordo com Pedro Müller,<sup>163</sup> na mesma noite do pronunciamento de Carlos Lacerda, domingo, sete de

<sup>162</sup> ÚLTIMA HORA. CL & Freud, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89248>. Acesso: 15.11.2018.

<sup>163</sup> JORNAL DO BRASIL. PEDRO MÜLLER INFORMA: Crise militar não está contida, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41648](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41648). Acesso:

julho, o ministro das Relações Exteriores, Evandro Lins e Silva, recebe em casa, além de Darcy Ribeiro e João Pinheiro Neto, Superintendente da SUPRA, o próprio fundador, editor-chefe e diretor do referido diário. Na ocasião, teria sido elaborado o pronunciamento do ministro-chefe do Gabinete Civil, veiculado em cadeia de rádio e televisão na noite subsequente. O que o fato revela além do óbvio – que as articulações políticas governistas (e, por certo, também as oposicionistas) ultrapassam as instâncias administrativas, representativas ou partidárias, alcançando veículos de imprensa? Entendemos que, ao mostrar que a elaboração de uma resposta oficial do governo federal a Carlos Lacerda apoia-se em *Última Hora*, evidencia o periódico como vetor e/ou difusor da cultura política trabalhista. O engajamento governista-trabalhista do periódico é corroborado pelo próprio Darcy Ribeiro (2007, p. 305), ao recordar que: “O governo necessitava mais do que tudo de algum apoio de imprensa, por que só contava com o *Última Hora*”. *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* encaram o conflito Brasília-Guanabara em perspectiva dissonante. Comportam críticas tanto aos porta-vozes de Brasília, quanto a Carlos Lacerda. No entanto, seus textos revelam-se mais recorrentemente inclinados a favor deste, seja priorizando a promoção de sua imagem ou a crítica ao presidente e sua equipe. Isto reflete a predominância de um viés político-ideológico liberal-conservador verificado em suas linhas editoriais, o qual, todavia, daria cada vez mais lugar às tendências antigovernista e/ou anticomunista, culminando no apoio declarado ao golpe militar de 1964.<sup>164</sup>

No *Jornal do Brasil*, o colunista Pedro Müller<sup>165</sup> considera “erro tático” de Darcy Ribeiro direcionar “a discussão para o nível do xingamento e da frase – campo no qual o Governador Carlos Lacerda é mestre”. Atribui ao ministro-chefe do Gabinete Civil ainda o “erro primário, em termos de televisão, de enfiar o dedo na nossa cara, quando sua intenção era de enfiá-lo na do Governador”. Por fim, lamenta que Carlos Lacerda e Darcy Ribeiro “tenham trazido o debate a nível tão baixo”. Em outras edições de sua coluna, todavia, Pedro Müller<sup>166</sup> não se furta a uma cobertura claramente favorável a Carlos Lacerda. Os exemplos

---

12.04.2018.

<sup>164</sup> Martins (2005, p. 14) argumenta que, em meados do século passado, em vez de uma “preocupação com a isenção na cobertura”, os principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, tais como, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*, adotam uma perspectiva de “convencimento”.

<sup>165</sup> JORNAL DO BRASIL. **PEDRO MÜLLER Informa**: Crise militar não está contida, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41648](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41648). Acesso: 12.04.2018.

<sup>166</sup> JORNAL DO BRASIL. **PEDRO MÜLLER informa**: militares que serão ouvidos no inquérito, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de julho de 1963, p. 8. Disponível em:

parecem fartos, sendo a agenda do governador um de seus objetos preferenciais. “Ontem à noite, ao entrar na Churrascaria Recreio, acompanhado de auxiliares, o Governador Carlos Lacerda foi aplaudido de pé por pessoas que lá jantavam”, destaca. Não lhe passa despercebido, outrossim, que: “Na tarde de ontem, durante a posse dos novos 132 funcionários estaduais da Guanabara”, uma senhora “trajava blusa na qual estava escrito CL-65”. Interrogada sobre as razões “daquela atitude, declarou que é funcionária da Agência Nacional e que frequentaria assim o trabalho para mostrar suas convicções políticas”, esclarece o colunista. Em outra nota sobre a agenda do político udenista, Pedro Müller registra “audiência especial” entre o “Governador Carlos Lacerda” e “congressistas que participam do Movimento Familiar Cristão”, na qual o anfitrião teria ressaltado “o sistema da democracia representativa como o único capaz de assegurar o bem-estar e liberdade dos povos”. Pedro Müller também atenta ao caráter supostamente eficiente e inovador do mandato de Carlos Lacerda. Nesse sentido assinala, por exemplo, que pela “primeira vez, salvo engano, na História do Brasil, teremos um titular de cartório por concurso, por iniciativa do Governador Carlos Lacerda”.

Também no *Jornal do Brasil*, parece-nos ilustrativa a abordagem de Carlos Castello Branco<sup>167</sup> à resposta dada por Darcy Ribeiro a Carlos Lacerda na televisão. Com ironia habitual, escreve:

O Professor Darci é sabidamente um professor bem dotado e, no planejamento e execução das obras da Universidade de Brasília, revelou uma incontestável capacidade de liderança.

Está sendo êle, agora, muito louvado por sua estréia na televisão. Parece que houve até almôço de regozijo na casa de um deputado. O Sr. Darci Ribeiro, nesse passo, está sendo enganado por seus amigos. Sua estréia política na televisão foi muito ruim.

Enquanto Darcy Ribeiro denuncia o envolvimento de Carlos Lacerda em escalada golpista conservadora, “Castellino”<sup>168</sup> (para lembrar alcunha pela qual o colunista tornara-se amplamente conhecido) isenta o governador. Diz que, apesar do alarmismo governista

---

[http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41914](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41914). Acesso: 21.06.2018.

<sup>167</sup> JORNAL DO BRASIL. **Coluna do Castello**: Inquérito policial-militar sôbre atividades do IBAD, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41672](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41672). Acesso: 17.04.2018.

<sup>168</sup> JORNAL DO BRASIL. **Coluna do Castello**: não há conspiração ativa, mas atitude de resistência, Rio de Janeiro, domingo, 21 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41996](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41996). Acesso: 26.06.2018.

diante da “Carta ao Povo”, segundo “fontes autorizadas”, inexistem “atividades conspiratórias definidas” de “grupos militares de oposição”. Ademais, Carlos Lacerda “estaria praticamente sem contatos diretos com o setor militar”. Portanto, sua influência em meios castrenses, para além da mera “formação geral de opinião”, seria então “muito reduzida”. No entanto, admite o jornalista, sinalizando alguma ameaça militar concreta ao regime, a desarticulação entre o governador e a caserna “não impediria” a militares oposicionistas manterem-se vigilantes ao que concebem como “suspeitas” ou “sintomas de uma adesão do Governo e articulações esquerdistas”, a que denominam “operação da República sindicalista”. Tal seria, obviamente, a “atitude de quem não quer ser surpreendido por uma minoria atuante e agressiva”, deduz. Castellinho menciona, ainda, “rumôres relativos à impaciência de grupos armados”, situados em São Paulo, “aos acentuados receios do Sr. João Goulart ante o notório crescimento das possibilidades presidenciais do Governador Carlos Lacerda”.

Noutra tradicional coluna do *Jornal do Brasil*, Souza Brasil<sup>169</sup> avalia como irrelevante a defesa do governo federal levada a efeito por seus ministros, dirigindo-lhe várias críticas. Ao povo, opina, interessa que “todos os problemas de base são esquecidos”, pois o “ânimo reformista” governamental limita-se ao “problema agrário”. Ainda assim, apesar de exigir “cautela especial”, trata-o com “demagogia”, o que explicaria sua situação irresolúvel. Também questiona a tática do governo. Diz estranhar a preocupação deste em contraditar publicamente Carlos Lacerda, quando o mesmo não fora feito em relação a “acusações bem mais graves” formuladas por “autoridades de indiscutível fôrça moral”. Assim como, afirma que ameaças de “endurecimento” e “intervenção” são incompatíveis à “pacificação geral dos espíritos”. Sobre a atuação de Darcy Ribeiro, especificamente, pontua que “está em franco desacórdo com a que se esperava de um mestre conhecedor dos postulados básicos da chamada Escola Nova”, posto que, conforme os atuais “bons tratados pedagógicos”, “ameaças”, “endurecimento” e “castigo” caíram em desuso, ironiza. Souza Brasil ressalta, ademais, replicando nominalmente Eugênio Gudín, que o programa de João Goulart é “tipicamente comunista”.<sup>170</sup>

---

<sup>169</sup> JORNAL DO BRASIL. **Comentário**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41656](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41656). Acesso: 17.04.2018.

<sup>170</sup> Cabe observar que, a exemplo do que tem ocorrido em tempos recentes, a qualificação do adversário como comunista, inscrita em contexto de acentuada polarização político-ideológica, consiste em crítica tão contundente quanto as outras, ou até mais.

Supostas inclinações comunistas/socialistas do governo João Goulart, apontadas com frequência no contexto em vista, são também aludidas por Sobral Pinto.<sup>171</sup> Em carta a Darcy Ribeiro, prevista antecipadamente pela imprensa e, enfim, dada pelo *Jornal do Brasil*, o advogado propõe-se a responder ao pronunciamento feito pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, no qual, este refuta e denuncia Carlos Lacerda. Ouvi-lo no rádio causa-lhe “indignação” e “revolta”, justifica-se Sobral Pinto, motivando-o a alertar aos brasileiros, como em 1955. Em sua opinião, João Goulart encarna “os rumos da socialização, que saindo das estepes moscovitas já dominou a valorosa Cuba, anarquizou a progressista Argentina e tenta, presentemente, descristianizar o Brasil”. Portanto, suposta “conjura” organizada pelo presidente, “com a ajuda de homens convictos, inteligentes e hábeis”, inclusive Darcy Ribeiro, ergue-se “contra as tradições cristãs do País”. Assim como Jânio Quadros, escreve, estrategicamente, João Goulart “convenceu-se” a incorporar o país ao “socialismo ateu”, que tem vencido “por tôda parte”. O que se assiste, pois, é uma “inequívoca e patente política de marcha lenta, mas ininterrupta, para a socialização progressiva e decidida da sociedade brasileira”. Por isso, é preciso “falar com intrepidez, coragem e lealdade”, sem temer “conseqüências, prejuízos ou perseguições”.

Sobral Pinto<sup>172</sup> ainda rebate vários argumentos e críticas feitos por Darcy Ribeiro. Discorda do ministro-chefe do Gabinete Civil quanto à responsabilidade de Carlos Lacerda nas crises de 1954 e 1961 e considera ridícula sua acusação de que, dispondo de recursos de inédito vulto, agora o governador ameaçaria o mandato presidencial. Para o missivista, quem intranquiliza o país não é o autor da “Carta ao Povo”. Mas, sim, as “autoridades federais, a começar pelo Exim. Sr. João Goulart”, por exemplo, promovendo “greves políticas de todas as categorias” com o fito de “perturbar o andamento do serviço público” e “destruir a autoridade dos patrões”. Não lhe passa despercebido, a propósito, a convocação de Darcy Ribeiro aos sindicatos e estudantes para se reunirem em assembleia, debater os problemas nacionais e a urgente reforma institucional do país. Em sua opinião, puro “incitamento à agitação”, “convite à desordem” e “apêlo às pressões afrontosas e intoleráveis”. Em outras palavras, para Sobral Pinto, estratégia daqueles que objetivam

---

<sup>171</sup> JORNAL DO BRASIL. **Sobral Pinto denuncia conspiração do governo em carta a Darci**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018.

<sup>172</sup> JORNAL DO BRASIL. **Sobral Pinto denuncia conspiração do governo em carta a Darci**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018.

(...) levantar, com o auxílio dos colossais recursos de que dispõe a Presidência da República, a massa popular contra os grandes industriais, comerciantes e banqueiros, para, por este meio, reformar a Constituição do País, e colocar a Nação dentro das normas das chamadas democracias populares, que atuam dentro da Cortina de *Ferro*.<sup>173</sup>

Se, por um lado, Sobral Pinto discorda da perspectiva reformista federal por nela identificar tendências socialistas ou comunistas, por outro lado, questiona a necessidade de modificação das bases institucionais do país para garantir seu progresso, o qual tem avançado, observa, como admite o próprio Darcy Ribeiro em seu pronunciamento, sem as alterações legais defendidas pelo poder executivo federal. Esta aparente contradição comprovaria que o reformismo encarnado por João Goulart e seus assessores só pode mesmo se justificar por um propósito dissimulado no discurso oficial. Reformar a Constituição seria “apenas o primeiro passo. Obtida esta vitória, o resto virá sem dificuldade”. Por certo, alerta, o movimento seguinte seria “suprimir a propriedade privada”. Isto é, estabelecer o socialismo. “A carta do Sr. Sobral Pinto é a de um homem inteiramente desatualizado”, declara à imprensa Darcy Ribeiro,<sup>174</sup> prometendo respondê-la quando tiver tempo de “meditar sôbre os seus termos”. Mas, adianta que, “na primeira e rápida leitura”, parece-lhe “que o Sr. Sobral Pinto não é um homem do nosso tempo, incapacitado de compreender que nós defendemos os ideais dele próprio”.

Como sabemos, o anticomunismo é o principal motivo da mobilização conservadora que desencadeará o golpe de 1964 (MOTTA, 2000). A ideia de uma conspiração revolucionária destinada a implementar o socialismo e/ou comunismo no Brasil aparece com frequência, desde então, nos discursos de oposição ao governo João Goulart. Destaca-se na própria “Carta ao Povo”, noutras investidas de Carlos Lacerda e demais adversários contra o governo federal. Inclusive, para além do campo político-partidário e da sociedade civil. Em assembleia para tratar de reivindicações corporativas, ainda em julho de 1963, assiste-se a militares assumirem papel de oradores inflamados, discursando em defesa

---

<sup>173</sup> JORNAL DO BRASIL. **Sobral Pinto denuncia conspiração do governo em carta a Darci**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018.

<sup>174</sup> JORNAL DO BRASIL. **Processos civil e penal contra Darci Ribeiro já distribuídos a Juízes**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41727](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41727). Acesso: 25.04.2018.

da ordem democrática.<sup>175</sup> Considerarem-na “sériamente ameaçada pelos agitadores comunistas, que se infiltraram no Governo, nas Forças Armadas, nos sindicatos, nas organizações estudantis” é o que motiva a ampliação de pauta. Sob uma salva de palmas, o coronel Nemo Canabarro Lucas critica o “triste inimigo que nos ataca, o comunismo”, e conclama seus colegas de farda a engajarem-se em “ofensiva geral” pela “descomunização” das Forças Armadas, “da nossa vida pública”, “sindicatos” e “entidades estudantis”. Por fim, defende que oficiais comunistas sejam retirados da ativa. Lopes de Sousa, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, propõe frente única em defesa das reivindicações dos militares “e também da democracia brasileira contra os fascistas e contra os comunistas”. Igualmente ovacionado, afirma: “nos chamaram de gorila, gorila é um animal que não tem rabo”. Complementando-o, declara coronel Policarpo de Oliveira Santos: “se ser militar democrata é ser gorila, serei gorila até morrer”.<sup>176</sup>

Perguntado em entrevista se acredita em uma revolução de esquerda, dias após publicar sua “Carta ao Povo”, explica Carlos Lacerda:<sup>177</sup>

Depende. Numa revolução de rua, não, pois o povo não a quer. Já uma de Gabinete, é possível. (...) O Congresso vai votando certas leis. O Governo vai usando-as além do que elas permitem. Um dia, quando olharmos, o fazendeiro está na porta de sua casa quando chega um homem com uma pasta na mão, informa que sua fazenda foi expropriada e que êle deve passar daqui a três meses na agência do Branco do Brasil para receber o valor em apólices. O homem fica espantado, mas não há nada a fazer, (...) e quando nos dermos pela coisa acabou a propriedade agrária no Brasil.

Na mesma entrevista, o governador da Guanabara descarta a possibilidade de um golpe dos “gorilas”:

Não creio que o povo o receba bem, nem creio que o Exército o deseje. Nem creio que seja necessário. Eu acho ainda possível – não digo recuperar para a democracia – mas fazer com que o Governo atual tema a democracia. Acho

<sup>175</sup> JORNAL DO BRASIL. **Militares atacam o comunismo**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41727](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41727). Acesso: 25.04.2018.

<sup>176</sup> Na mesma linha, em janeiro do ano seguinte, superlativo, afirmaria almirante Heck: “Se ser gorila é ter meu ponto de vista, eu sou gorilão”. ÚLTIMA HORA. **ELEITO O “GORILA 63” EM PLEITO MEMORÁVEL**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 09 de janeiro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/96355>. Acesso: 13.05.2019. A matéria refere-se a escolha de Carlos Lacerda como “Gorila 63” em concurso realizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

<sup>177</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda não acredita em golpe e admite sua candidatura à sucessão de Goulart**, Rio de Janeiro, domingo, 28 de julho de 1963, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42252](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42252). Acesso: 06.07.2018.

muito difícil recuperar para a democracia homens que se formaram contra ela e que não a entendem, pois não estão preparados para viver democraticamente. Formações de caudilhos, formações de totalitários e sobretudo formações que se caracterizam por uma extrema ignorância do que seja a democracia.

Para citar mais um caso de crítica ao governo federal e apoio a Carlos Lacerda à moda anticomunista, podemos acrescentar entrevista de Godim Neto, publicada pelo *Correio da Manhã*.<sup>178</sup> O advogado e professor considera Darcy Ribeiro um “fedelho arrogante e vazio”, apropriando-se, desse modo, de recorrente representação crítica de nosso personagem como imaturo e/ou inepto ao governo. Godim Neto ainda o define como um “minifundiário da cultura”, cuja passagem pelo ministério da Educação “constitui escândalo semelhante ao que se daria com a nomeação de um segundo-tenente a ministro da Guerra”. A crítica não se restringe, todavia, às ofensas pessoais ao ministro-chefe do Gabinete Civil. Em âmbito propriamente político, consoante a perspectiva de certos militares aludidas por Castellinho, Godim Neto afirma que João Goulart visa instaurar uma “república sindicalista”. Para isso, de um lado, manipula um “operariado inculto” e fomenta movimentos paredistas, formando um “ministério de greves”. De outro lado, utiliza-se da União Nacional dos Estudantes (UNE), destinando-lhe vultosas verbas federais investidas em propaganda comunista sem qualquer prestação de contas. Aponta, por fim, o apoio do chefe do executivo federal a Leonel Brizola, favorecendo a ampla difusão das “pregações subversivas” do deputado através do custeio de viagens e tempo na mídia. Isto posto, conclui Godim Neto, a meta precípua do atual governo, ou “república sindicalista”, já instituída na prática embora ainda não codificada em leis, é reestabelecer uma época de “corrupção e de violências contra as franquias democráticas”: o Estado Novo. A respeito, o fervoroso crítico lembra que Getúlio Vargas teria sido “um ditador noviço que namorava o integralismo e propendia para os impérios centrais, em luta permanente contra as democracias,” com tamanha “ânsia” pelo poder que preferira “matar-se a deixá-lo”.

Após criticar de maneira contumaz Getúlio Vargas, sua herança e elos no atual governo, frente a disputa política deste com Carlos Lacerda, Godim Neto põe-se de modo entusiasmado junto ao governador. Para justificar sua preferência pelo campo político liberal-

---

<sup>178</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Professor Gondim Neto chama Darcy Ribeiro de minifundiário da cultura**, Rio de Janeiro, domingo, 14 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41637](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41637). Acesso: 28.06.2018.

conservador, recorre a uma suposta lembrança. Diz ter escutado, outrora, “de um diplomata polonês, que se a Polônia tivesse possuído um Lacerda não teria vergado ao jugo comunista”. Além de corroborar a relevância do papel então desempenhado pelo autor da “Carta ao Povo” entre os setores oposicionistas, o caso sustenta o entendimento de Godim Neto de que “todos os bons democratas devem cerrar fileiras ao lado do governador Carlos Lacerda, no momento em que se quer reformar a Constituição”. Convoca a “juntar-se à UDN na defesa da República”, inclusive, “os parlamentares do PSD, partido centrista”. Ao término de sua entrevista, aconselha o presidente a não mais expor “seus auxiliares medíocres como vem fazendo”, dispondo-se a “dar paternais conselhos a este Governo de meninos trêfegos e velhos pusilânimes”. Godim Neto expressa com especial clareza uma contraposição liberal-conservadora à cultura política trabalhista. Afinal, remete de forma literal a elementos-chaves desta: Getúlio Vargas, sindicalismo, reformas. Embora não declare objetivamente sua própria posição política, limitando-se a uma postura anticomunista vulgar e à defesa a Carlos Lacerda, Godim Neto nos oferece evidências nada desprezíveis de sua opinião de direita e inclinação udenista.<sup>179</sup>

## Repercussões da crise política

Na noite de oito de julho de 1963, quando Darcy Ribeiro o responde, Carlos Lacerda encontra-se em São Paulo. Não obstante, antes mesmo que o ministro-chefe do Gabinete Civil concluísse sua exposição, enquanto escuta-o pelo rádio, o governador toma providências para retorqui-lo. Por telefone, instrui Alcino Salazar, secretário de Justiça da Guanabara, e Sérgio Lacerda, seu (filho e) chefe de gabinete, determinando-lhes imediata interpelação por escrito a Darcy Ribeiro. Trata-se de exigir a comprovação de suas “acusações” em “24 horas”, sobretudo, quanto às supostas “ligações” do governador com o IBAD e expensas milionárias com propaganda pessoal. Caso o interpelado não revelasse provas do que disse, ou se retratasse, no devido prazo, Carlos Lacerda retornaria a TV para

---

<sup>179</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Professor Gondim Neto chama Darcy Ribeiro de minifundiário da cultura**, Rio de Janeiro, domingo, 14 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41637](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41637). Acesso: 28.06.2018.

uma tréplica.<sup>180</sup> No entanto, “em vez de aprofundar a exploração televisionada da situação explosiva entre o governo federal e o Estado da Guanabara”, optaria o governador por exigir que o ministro-chefe do Gabinete Civil “prov[ass]e em juízo” suas denúncias. Desta reorientação resultaria imediata distensão do “clima político”. Da noite para o dia, a “temperatura baixou”, observa-se no *Correio da Manhã*. A mudança de rumo adotada por Carlos Lacerda coincide com o falecimento de D. Vicentina Goulart, mãe do presidente, sepultada no dia nove em São Borja. O fato fúnebre parece ter motivado o governador a algo mais que o envio de um protocolar telegrama de pêsames a João Goulart. A partir de então, verificamos da parte de Carlos Lacerda uma trégua temporária. Assim sendo, em alguma medida, seu breve distanciamento dos holofotes não seria mera questão de “consciência”.<sup>181</sup>

No dia nove, ao retornar de São Paulo para o Rio de Janeiro, o governador é aguardado pela imprensa na Estação D. Pedro II. Ao desembarcar do trem, indagam-no sobre a réplica governista protagonizada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil. Embora afirme não ter pressa em responder Darcy Ribeiro, “porque há outras coisas mais sérias a fazer” e “bate-bôca é para desocupados”, não se furta a criticá-lo de modo extensivo ao presidente, cujo luto talvez ainda ignorasse:

(...) a tática própria dos comunistas é a de acusar os outros daquilo que estão fazendo. (...) Até agora o Sr. João Goulart falava em nome dos comunistas. Agora os comunistas é que falam em seu nome. O Governo federal não

<sup>180</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Lacerda Quer Provas Em 24h**, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498). Acesso: 22.06.2018. Não há no pronunciamento realizado por Darcy Ribeiro na noite de oito de julho, em cadeia nacional de rádio e TV, afirmação literal sobre o recebimento de dinheiro do IBAD por parte de Carlos Lacerda. Entretanto, a construção argumentativa do ministro-chefe do Gabinete Civil, conforme evidenciam excertos citados no capítulo anterior, leva a tal entendimento como resultado lógico. Outro bom exemplo disso é esta passagem: “Êsses aventureiros são capazes de tudo, inclusive de montar uma máquina como a do IBAD, uma máquina de conspiração contra o País, de conspiração contra a democracia”. Entretanto, Darcy Ribeiro não tarda a afirmar, objetivamente, que Carlos Lacerda seria beneficiário e/ou financiador da entidade, declarando-o em entrevistas relacionadas ao seu pronunciamento. Quanto à questão dos gastos de Carlos Lacerda com propaganda pessoal, Darcy Ribeiro acusa-o de, a fim de acobertar notórios maus-feitos, gastar “seiscentos milhões de cruzeiros para publicidade” alardeando sua honestidade. A prova seriam anúncios verificados “em tôdas as televisões, em todos os rádios e em todos os jornais” dizendo que Carlos Lacerda realizaria “um governo honesto, honestíssimo”. O mesmo se observaria em cartazes espalhados por toda a cidade, a ponto de chamarem-no de “governador-cartaz”. Para Darcy Ribeiro, o adversário pretende “comprar uma reputação de homem honesto” porque não o é. CORREIO DA MANHÃ. **O GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

<sup>181</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda envia pêsames**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41643](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41643). Acesso: 12.04.2018; CORREIO DA MANHÃ. **As questões e a consciência**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41533](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41533). Acesso: 25.06.2018.

respondeu a nenhuma de minhas acusações, limitando-se a lançar uma enxurrada de insultos.<sup>182</sup>

Carlos Lacerda também afirma que o cargo de ministro-chefe do Gabinete Civil “não é para caluniadores e provocadores”. E, afinal, em tom menos sisudo, que não esconde o fito de provocação e menosprezo, em referência indireta ao *metier* do adversário, acrescenta que irá respondê-lo “na linguagem que êle entende”, que seria “o tupí-guarani”.<sup>183</sup> Tais considerações ilustram traços marcantes da contundente conduta antigovernista do governador neste contexto: anticomunismo e sarcasmo.

No mesmo dia, no Palácio do Planalto, a imprensa entrevista Darcy Ribeiro. Confessando-se satisfeito com a repercussão alcançada por sua resposta ao ataque do velho rival, em tom coloquial e descontraído, muitas vezes referido como traço de sua personalidade, o antropólogo a define como “um pito que se dá, energicamente, em um moleque que estava merecendo palmadas nas nádegas” para não prosseguir “semeando intranquilidade”. Embora reconheça a gravidade acusatória de “suas palavras”, o professor não as ratifica. Mantendo o tom bem-humorado, ao contrário, reitera-as “ponto por ponto”, deixando claro que continuará a sustentá-las publicamente e, se necessário, juridicamente. “Se não recebe, o Governador da Guanabara fornece dinheiro ao IBAD”, diz. Aliás, “são evidentes as relações que mantém”. O governo federal dispõe de “elementos sérios sobre a conspiração do grupo Lacerda”. Assim como, da campanha oposicionista corrente de assédio a “milionários e homens de negócio” para contribuir financeiramente à “aquisição de armas” e custeio de “publicidade”. Por ser “tolerante”, João Goulart ora limita-se a “advertências”, evitando “agir drasticamente”. No entanto, destaca o ministro-chefe do Gabinete Civil: “O Sr. Carlos Lacerda tem liberdade para falar, mas não poderá promover

---

<sup>182</sup> CORREIO DA MANHÃ. ‘Em lugar de responder comunistas insultam’, declara Carlos Lacerda, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41541](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541). Acesso: 26.06.2018.

<sup>183</sup> Esta não fora a única referência desdenhosa externada por Carlos Lacerda acerca do campo de atuação de Darcy Ribeiro. Em fins de julho, por exemplo, instado a comentar a referência do antropólogo a ele como “Governador frustrado”, responde: “Realmente, tenho o maior desgosto porque não consegui ainda ler o livro d’ele sobre a arte plumária dos índios parecis e não aprendi nada de tupi-guarani. Esta é uma de minhas frustrações”: JORNAL DO BRASIL. **Lacerda não acredita em golpe e admite sua candidatura à sucessão de Goulart**, Rio de Janeiro, domingo, 28 de julho de 1963, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42252](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42252). Acesso: 06.07.2018. Não obstante o tom satírico do comentário, o desdém do udenista à profissão do adversário soa extensivo aos atores e respectivos elementos culturais a que este dedicara seus estudos etnográficos.

sedições para minar as instituições democráticas”, “o governo não permitirá golpe” e as maledicências do governador “serão respondidas até o último detalhe”.<sup>184</sup>

Após categóricas manifestações à imprensa no dia nove, conforme aludimos, Carlos Lacerda adota uma postura de temporária discrição. Entre os dias 10 e 21 de julho, praticamente não se registram críticas públicas sustentadas pessoalmente pelo governador a João Goulart, seus ministros, ou aliados. Ao que parece, nesse período, o udenista evita, até mesmo, contestar temas políticos gerais que remetem aos seus adversários.<sup>185</sup> Seu retorno efetivo ao *front* político se dará nos dias 22 e 23 do mesmo mês, durante estadia no Rio Grande do Sul, a propósito de um “Congresso de Engenharia Sanitária”. Tal recolhimento, contudo, não significa inação. Seu processo judicial contra Darcy Ribeiro, por exemplo, é formalizado já no dia 11. Além disso, o “armistício” limita-se a enfrentamentos diretos entre o governador e o presidente – que, por seu turno, em momento algum, ao longo de julho, intervém sem intermediários no campo de batalha. Os soldados de ambos os lados mantêm-se em permanente combate. Conforme vimos, a campanha do governo federal para refutar a “Carta ao Povo” perdura pelos dias seguintes, sucedendo-se à fala pioneira de Darcy Ribeiro, alocações de Abelardo Jurema e Waldir Pires, respectivamente transmitidas nos dias 10 e 12. Os ministros de Jango, os citados e outros, não se limitam às manifestações oficiais. Sem reservas, em entrevistas ou eventos, reiteraram e complementam, mês afora, severas repreensões a Carlos Lacerda. O mesmo vale para atores correlatos posicionados ao lado do governador. Desse modo, se a “temperatura política” arrefece entre os titulares dos poderes executivos carioca e federal, a conjuntura continua “explosiva” ao nível de seus assessores diretos, bem como, aliados nos poderes legislativos e demais apoiadores.

---

<sup>184</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda processa Darci**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41729](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41729). Acesso: 12.04.2018. CORREIO DA MANHÃ. **Darci ataca de novo Lacerda e anuncia reunião em Recife**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41541](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541). Acesso: 26.06.2018. Já ciente de que seria processado por Carlos Lacerda, no dia 10 de julho, diria Darcy Ribeiro: “tôdas as acusações serão provadas”. JORNAL DO BRASIL. **Darci replica**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41671](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41671). Acesso: 17.04.2018.

<sup>185</sup> Excepcionalmente, no dia 17, durante inauguração de agência do Banco da Guanabara, Carlos Lacerda comenta que, para “intervir na Guanabara e derrubá-lo pelo **impeachment**”, precisarão “saltar por cima da lei e do povo carioca”. Após elencar obras de seu governo e pedir apoio aos presentes, “pois vamos ganhar essa parada”, conclui: “O tempo dos desonestos neste Estado acabou, e, se Deus quiser, vai acabar no Brasil” (grifos originais). JORNAL DO BRASIL. **Lacerda não sabe como vão derrubá-lo sem pular por cima da lei e do povo**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41911](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41911). Acesso: 21.06.2018.

Darcy Ribeiro é presença permanente na cobertura dada pela imprensa ao desenrolar do conflito Guanabara-Brasília. Ele reafirma aspectos de sua fala na TV, reporta a satisfação de João Goulart com a “campanha de esclarecimento popular contra o Sr. Carlos Lacerda” e a solidariedade advinda de “todos os pontos do País” ao governo federal. Trata com gracejo a indenização de cem salários-mínimos exigida judicialmente por Carlos Lacerda, a título de compensação por danos à sua imagem: “Então o preço da honra do Governador da Guanabara é o de um Volkswagen?” Mostra-se espirituoso, também, ao referir-se à pilhéria deste sobre respondê-lo em tupi-guarani: “não é uma língua, mas um tronco que tem, pelo menos, 50 dialetos”, corrige em tom professoral, dizendo-se apto em “dois ou três”.<sup>186</sup> A menção de Carlos Lacerda a responder Darcy Ribeiro em tupi-guarani origina o boato, corrente em especial nos círculos lacerdistas, de que o governador teria designando Sandra Cavalcanti para redigir carta e confrontar Darcy Ribeiro no vernáculo.<sup>187</sup> A Secretária de Serviços Sociais da Guanabara o desmente, mas compra a briga com o desafeto do governador. Qualifica-o – ou melhor, desqualifica-o – como “simples instrutor de etnografia”, alçado a reitor da UnB por favorecimento pessoal, pondo em xeque, inclusive, sua competência quanto ao tupi-guarani: “tenho um curso de pós-graduação do tupi-guarani. Imaginem como seria difícil para quem não tem nenhum curso, ler uma carta nesse idioma”, observa Sandra Cavalcanti. Para ela, outrossim, o ministro-chefe do Gabinete Civil ataca o governador em busca de “projeção nacional”. E instiga-o: “Embora não tenha delegação, estou em condições de desafiar o Sr. Darcy Ribeiro para debater, onde e quando quiser, comigo, na televisão ou fora da televisão, dentro ou fora do Brasil”.<sup>188</sup>

<sup>186</sup> JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça fica no Rio para reprimir manifestações de Lacerda**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018. O iracundo Darcy Ribeiro da TV parece, pois, de fato, contrastar ao Darcy Ribeiro do cotidiano, bem-humorado e otimista.

<sup>187</sup> O chiste de Carlos Lacerda alimenta, inclusive, formulações humorísticas na imprensa: “O tupi-guarani está na ordem do dia. O Governador Carlos Lacerda pretende responder em tupi-guarani ao Prof. Darcy Ribeiro, cujo nacionalismo se diz que vai ao ponto de entender e falar a língua dos mais antigos latifundiários do Brasil. A prof<sup>a</sup>. Sandra Cavalcânti também é de falar tupi-guarani e está disposta a enfrentar nesse terreno o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Sugestão de um velho conciliador pessedista: ‘O Ministro da Justiça bem que poderia instituir o tupi-guarani como língua oficial do desafôro, pelo rádio e televisão. Não haveria necessidade de arrolhar as emissoras com providências antipáticas e daríamos alguma diversão aos nossos índios. Se a hora é do canibalismo cívico, sejamos autênticos’”. JORNAL DO BRASIL. **TUPI-GUARANI**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41704](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41704). Acesso: 24.04.2018.

<sup>188</sup> Sandra Cavalcanti explica que o mal-entendido não se deve, estritamente, à sua desenvoltura em tupi-guarani. Reportaria, ainda, ao seu envolvimento em debate entre os dois protagonistas em 1960. Então, Darcy Ribeiro convidara Carlos Lacerda para discutir o projeto de Diretrizes e Bases da Educação, em tramitação no Congresso. Entretanto, “ocupadíssimo” em sua campanha eleitoral ao governo da Guanabara, o udenista

Além do tripé intelectual de João Goulart, outros integrantes do círculo presidencial empenham-se na “campanha” para responder Carlos Lacerda. Ao conceder, em 10 de julho, sua primeira entrevista coletiva após assumir o Ministério do Trabalho, Amauri Silva<sup>189</sup> extrapola a pauta: revisão do salário-mínimo. Condena a “Carta ao Povo”, observando que o documento “de exclusiva promoção pessoal do Governador”, ao “utilizar-se de verba do Estado” para “financiar sua publicação, como matéria paga”, implica em transgressão à “ética do Código de Contabilidade Pública”. No restante, “espelha uma fotografia nítida da personalidade subversiva” do autor. Desse modo, congratula Darcy Ribeiro que, “em nome do Governo Federal”, adverte e conclama o “povo em geral” a “repudiar as calúnias já tão conhecidas” do udenista. Já Carvalho Pinto,<sup>190</sup> titular da Fazenda, externa que “não pode deixar de preocupar-se e combater acusações infundadas às autoridades federais”, avaliando “resultarem do clima de tensão política consideráveis prejuízos à área econômica e financeira do País”. Paulo de Tarso,<sup>191</sup> ministro da Educação, por sua vez, contrapõe publicamente Carlos Lacerda afirmando que “os intrigantes e fabricantes de crises artificiais serão combatidos” e o governo não assistirá, “de braços cruzados, a liquidação do regime democrático”. A efetivação do Plano Trienal seria, em seu entendimento, a melhor resposta àqueles que sempre se erguem “contra o destino dêste país”.

Há também governadores estaduais que se opõem a Carlos Lacerda. Tumultuar a política brasileira seria a estratégia do governador da Guanabara “para dificultar o encaminhamento das reformas pregadas pelo Presidente”, opina Badger Silveira (PTB).<sup>192</sup> Relembrando o caráter prejudicial dos “outros agostos”, ao encontro da perspectiva histórica

---

designa-a para representá-lo. Fora três vezes à TV para debater com Darcy Ribeiro, mas este não comparecera, relata a Secretária de Serviços Sociais da Guanabara. Anísio Teixeira, então “chefe” do antropólogo, estivera em um dos programas, ausentando-se nos demais. Por errônea associação dos fatos, somada à questão do tupi-guarani, citam-na agora como delegada do governador para acarear Darcy Ribeiro, explica Sandra Cavalcanti. JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça fica no Rio para reprimir manifestações de Lacerda**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018.

<sup>189</sup> JORNAL DO BRASIL. **Ministro diz que níveis do salário mínimo vão ser revistos**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41677](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41677). Acesso: 18.04.2018.

<sup>190</sup> JORNAL DO BRASIL. **Carvalho Pinto apreensivo**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41643](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41643). Acesso: 12.04.2018.

<sup>191</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Fabricantes de crises serão combatidos, diz ministro da Educação**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41541](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541). Acesso: 26.06.2018.

<sup>192</sup> JORNAL DO BRASIL. **BADGER CENSURA LACERDA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 16 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41852](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41852). Acesso: 21.06.2018.

utilizada por Darcy Ribeiro, o governador do Rio de Janeiro dirige seu “apêlo a todos os homens de responsabilidade dêste País para que trabalhem no sentido de evitar as ameaças ao regime”. “É tempo de o Brasil ter tranqüilidade para prosseguir em sua luta pelo desenvolvimento”, pondera. O ex-udenista Seixas Dória,<sup>193</sup> ora chefe do poder executivo de Sergipe pelo Partido Republicano (PR), avalia que, apesar da vantagem de “governar um Estado” beneficiado por “70 bilhões de cruzeiros da Aliança para o Progresso”, o momento seria propício para “derrotar o Sr. Carlos Lacerda”. Afinal, ele “tem as mãos sujas na lama da corrupção”.

Reações cognatas são registradas no Congresso. Muitas delas ainda mais contundentes. Almino Afonso (PTB),<sup>194</sup> ex-ministro do Trabalho de João Goulart, tendo exercido a função de 24 de janeiro a 18 de junho de 1963, é um dos deputados que respondem a “Carta ao Povo” e confrontam duramente aliados do seu autor em Brasília. Para ele, ao mirar “1º de Agosto”, tem-se por fim, “através de uma maioria eventual”, dar “um novo golpe” e “impor ao Brasil”, mais uma vez, “um comando reacionário”. Denotando a disposição dos governistas em escalar à radicalização proporcionalmente aos opositoristas, protesta: “Tentem quebrar a legalidade porque nós também não respeitaremos mais a legalidade”. De sua parte, Sinval Palmeira<sup>195</sup> entende que o país experimenta “dias de conspiração contra a República” e que “o principal conspirador contra o regime democrático” é Carlos Lacerda. Objetivando “destruir e afastar o sr. João Goulart”, inclusive, “o Governador ameaça a integridade nacional”, lamenta. A compreensão da crescente onda opositorista como risco à “unidade da nação brasileira” é pautada, semelhantemente, por Afonso Celso.<sup>196</sup> Para ele, este seria um perigo real quando, sob falso constitucionalismo, a “oposição” objetiva, de um lado, “pela fôrça ou pacificamente”, a “deposição” ou “renúncia” do presidente; e, de outro lado, pretende “poder falar, contratar, negociar” com o exterior à revelia do poder executivo federal. Vale registrar, ainda, intervenção do deputado Marco

---

<sup>193</sup> JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça fica no Rio para reprimir manifestações de Lacerda**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018.

<sup>194</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda processa Darci**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41729](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41729). Acesso: 12.04.2018.

<sup>195</sup> CORREIO DA MANHÃ. **CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41529](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41529). Acesso: 25.06.2018.

<sup>196</sup> CORREIO DA MANHÃ. **RESPONDE O GOVERNO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41530](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41530). Acesso: 25.06.2018.

Antônio.<sup>197</sup> Defendendo a urgência de se “desmascarar” a “agostada” ora “em rápido desenvolvimento” por “velhos golpistas”, notadamente “Carlos Lacerda e Ademar de Barros”, o parlamentar externa uma postura crítica, ainda, à orientação política conciliatória de João Goulart. Avalia que a oposição beneficia-se da insatisfação popular decorrente da “conduta dúbia e vacilante do Governo Federal”. Por isso, conclama “trabalhadores”, “camponeses”, “estudantes”, “oficiais democratas” e “sargentos”, assim como “todo o povo”, a “enfrentar” o golpe e, simultaneamente, exigir “modificações profundas na conduta governamental”.

Os apoiadores de Carlos Lacerda soam-nos tão combativos quanto seus antagonistas, ou mais. Destacam-se Aliomar de Andrade Baleeiro, deputado federal, e Danilo da Cunha Nunes, deputado estadual e líder da maioria na Assembleia da Guanabara, ambos da UDN. Em resposta ao pronunciamento de Darcy Ribeiro, ocorrido na véspera, defende Aliomar Baleeiro,<sup>198</sup> em plenário, que o governador da Guanabara apenas “insiste reiteradamente nas palavras da Constituição e das leis”. Para ele, o que Carlos Lacerda diz em relação ao destino do presidente é, simplesmente, que “o Congresso poderá, em caso de vacância [do cargo a partir de agosto], eleger o seu sucessor”. Em tais circunstâncias, conforme a “Carta Política que nos rége”, enfatiza, é “atribuição” constitucional do legislativo “eleger imediatamente um outro presidente”. Por outro lado, complementa, o governador “sòmente usava do direito de comunicar à Nação as repetidas provocações no Estado da Guanabara”. O deputado ainda critica as restrições do poder executivo federal que, segundo ele, não consegue seus próprios empréstimos exteriores, mas quer impedir as administrações estaduais e municipais que procedam “negociações diretas” com outros países. É então que, conforme citamos ao tratar do pronunciamento de Waldir Pires, afirma Aliomar Baleeiro acerca das relações Brasil-EUA: “Na hora que o govêrno americano quiser fecha êste país, porque não pode a nação brasileira funcionar sem umas tantas importações”.<sup>199</sup> Antes de

<sup>197</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Governo é chamado de vacilante por facilitar ação de “velhos golpistas”**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41530](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41530). Acesso: 25.06.2018. Vale acrescentar que Marco Antônio é militante do PCB.

<sup>198</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda processa Darci**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41729](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41729). Acesso: 12.04.2018. CORREIO DA MANHÃ. **FALA DA OPOSIÇÃO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41530](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41530). Acesso: 25.06.2018.

<sup>199</sup> Não se confirma, pois, na cobertura imediata aqui referenciada do *Jornal do Brasil e Correio da Manhã* ao discurso de Aliomar Baleeiro em plenário, integralmente, passagem destacada pelo Consultor-Geral da República, Waldir Pires, qual seja: “na hora em que o Govêrno norte-americano quiser fecha êste País e bota para fora o Presidente da República”. JORNAL DO BRASIL. **Consultor-Geral defende Govêrno advertindo que não haverá 'novo agosto'**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em:

deixar a tribuna, o udenista contrapõe advertências governistas sobre o iminente risco de outra “agostada”. Argumenta que o perigo real é de “golpes contra o Congresso” que repitam 1937 e subsequente ditadura. Todavia, conclui, “ainda [que] sendo necessário empregar o grau de força que fôr eficaz, não permitiremos outra novembrada neste país”.

A noção de “novembrada” emerge como interessante inversão à “agostada”. Enquanto Darcy Ribeiro e governistas referem-se à “agostada” para evidenciar o histórico golpismo de direita e corroborar suas atuais intenções subversivas, a “novembrada” destina-se, no discurso da direita, a denunciar pendores golpistas da esquerda, especialmente de João Goulart. O referente da “novembrada” é, claramente, o golpe do Estado Novo, engendrado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Não é difícil inferir ressonâncias entre a noção de “novembrada” e alocações de Carlos Lacerda. Por exemplo, como vimos no capítulo anterior, quando afirma que “filhos da ditadura caminham necessariamente para a sua mãe. (...) não conhecem outra origem e para o mesmo fim se encaminham sempre”. Assim, o golpe de 1937 passa a ser recobrado, a despeito de suas motivações anticomunistas, como prova de que Jango, à semelhança de seu mentor político, Getúlio Vargas, prepararia uma manobra continuísta. Não obstante, simultaneamente, seja o atual presidente acusado de objetivos esquerdizantes.

Na Assembleia da Guanabara, quem se destaca rebatendo as críticas de Darcy Ribeiro a Carlos Lacerda, endossando postulados da “Carta ao Povo” e notabilizando-se por um discurso fortemente anticomunista, é Danilo Nunes.<sup>200</sup> O deputado estadual vai além de contraditar o antropólogo – ou, em suas palavras, “instrutor de filosofia”, “ardente admirador” de Fidel Castro – afirmando que as armas estrangeiras traficadas ao Brasil destinar-se-iam não a um golpe de direita, mas à “insurreição vermelha”, à “cubanização” do país. Reforça a ideia de que, incomodado com o “sucesso retumbante” da administração da Guanabara, que acentuaria a ineficácia do governo federal, João Goulart a tudo estaria disposto para “destruir o Sr. Carlos Lacerda”. Logo, movidos por razões ideológico-passionais, presidente e aliados promoveriam “uma manobra de cêrco”, incluindo “intervenção federal na Guanabara” e o *impeachment* de Carlos Lacerda. Com isso, pretenderiam elevar o vice-governador Elói

---

[http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41729](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41729). Acesso: 26.04.2018.

<sup>200</sup> JORNAL DO BRASIL. **Danilo Nunes denuncia 'uma união de forças para destruir Lacerda**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41727](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41727). Acesso: 25.06.2018. JORNAL DO BRASIL. **Danilo faz denúncia: intervenção**, Rio de Janeiro, domingo, 14 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41761](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41761). Acesso: 20.06.2018.

Dutra, aliado de Jango, a titular do poder executivo estadual.<sup>201</sup> Para Danilo Nunes, portanto, impõem-se “abortar êsse dispositivo intervencionista”, o que significaria “a batalha mais séria que já [se] travou até hoje”. Diante deste temerário horizonte, o parlamentar, líder da bancada governista, é investido de especial responsabilidade.<sup>202</sup> A pedido de Carlos Lacerda, cabe-lhe erigir uma “trincheira” no Palácio Pedro Ernesto, sede da Assembleia Legislativa carioca, a fim de barrar as investidas oposicionistas concatenadas à Brasília. Desse modo, passa a costurar uma rede multipartidária de apoio.

A barricada política lacerdista conta com outros aguerridos quadros udenistas estaduais e federais. Sua atuação consiste em alimentar e manter vivas, diuturnamente, as teses da “Carta ao Povo”, sobremodo, as ameaças intervencionista e comunista. Para o deputado federal Aduino Lúcio Cardoso<sup>203</sup> – reconhecidamente um ativo articulador do golpe de 1964 –, “não existe na área do govêrno federal, hoje, outra preocupação, a não ser a de intervir na Guanabara e aprisionar, numa rêde de fôrça militar, o governador Carlos Lacerda”. O parlamentar, que também acusa o Planalto de amordaçar a imprensa adversária, lê em plenário cópia de suposto documento comprobatório da manobra intervencionista, o qual teria sido flagrado na mesa de Abelardo Jurema. O decreto vazado, que trataria da instituição de corporações policiais especiais para atuar na Guanabara, entretanto, não revelado pelo denunciante, é desmentido pelo ministro da Justiça em nota oficial à imprensa. Este não seria o único documento sigiloso a que, então, udenistas-lacerdistas fariam referências. Mauro Magalhães,<sup>204</sup> líder da UDN na Assembleia Legislativa e presidente da “Sociedade de Amigos de Carlos Lacerda”, comenta hipotéticas “sete laudas mimiografadas” provenientes do Estado-Maior da Aeronáutica. Contendo dados sobre “infiltração comunista nas Fôrças Armadas”, o material indicaria a necessidade de “lúcida vigilância para que possam as

<sup>201</sup> Em fins de julho, Carlos Lacerda externaria sua desconfiança de que Jair Dantas teria sido nomeado ministro da Guerra “para ser interventor na Guanabara”. Na ocasião, refere-se às “fôrças ocultas” citadas por Jânio Quadros, dizendo que “todos os dias as sinto em meu lombo”. Porém, defende-se: “minha autoridade não veio do Exército e sim do voto do povo”. CORREIO DA MANHÃ. **Oposição planeja hoje ataque às contas do governador da Guanabara**, Rio de Janeiro, terça-feira, 30 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42218](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42218). Acesso: 01.07.2018.

<sup>202</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Oposição planeja hoje ataque às contas do governador da Guanabara**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41588](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41588). Acesso: 28.06.2018.

<sup>203</sup> CORREIO DA MANHÃ. **INTERVENÇÃO NA GB ADAUTO DIZ PROVAR**, Rio de Janeiro, sábado, 27 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42092](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42092). Acesso: 01.07.2018.

<sup>204</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Oposição planeja hoje ataque às contas do governador da Guanabara**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41588](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41588). Acesso: 28.06.2018.

organizações militares manter-se eficientes e aptas a agir quando assim determinarem as autoridades legitimamente constituídas”.

Pauta tão candente, constitui terreno fértil à exacerbação de conflitos. Na Assembleia Legislativa da Guanabara, Ib Teixeira e Raul Brunini (UDN) envolvem-se em calorosa discussão. Este, presidente da seção, encerra-a antes do previsto após seu interlocutor dizer-se “convencido de que o Sr. Carlos Lacerda é um descarado agente dos interesses estrangeiros no País”.<sup>205</sup> Na inauguração da “Exposição dos Estados Unidos”, o dissídio Guanabara-Brasília expressa-se tacitamente no assento vazio que separa Carlos Lacerda e Abelardo Jurema. Eles não apenas evitam sentar-se lado a lado, como sequer cumprimentam-se durante o evento, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. O fato é visto como símbolo notório da hostilidade entre os governos estadual e federal. O clima político conflituoso mostra-se, inclusive, por meio de desentendimentos no interior dos partidos. Já vimos que há, então, correntes destoantes dentro do PTB. Vale acrescentar que a UDN também enfrenta fissuras domésticas. À moção partidária em solidariedade ao governador da Guanabara proposta por Flôres Soares, opõem-se os correligionários Adolfo de Oliveira e José Carlos Guerra. O último diz-se farto de “votar solidariedade” a Carlos Lacerda, posto que ele “vive de tumultos” e, conseqüentemente, “a UDN vive comprando” suas brigas. Sua discordância à moção, no entanto, não significa alinhamento com os ataques de Brasília à Guanabara, esclarece. Através do documento, enfim aprovado apesar dos votos contrários da “Bossa Nova” da UDN, entre outros pontos, a legenda solidariza-se com Carlos Lacerda “na luta a que está sendo arrastado pelo Govêrno Federal, com o propósito de interromper-lhe a grande e honesta obra administrativa que está realizando no Estado da Guanabara”.<sup>206</sup>

Instigadas ou não por admoestações governistas, tais como as de Darcy Ribeiro, fato é que organizações sindicais fervilham em posicionamentos respeitantes à belicosidade política Guanabara-Brasília. Nenhum, ao que percebemos, a favor de Carlos Lacerda. Imediatamente após os pronunciamentos do udenista e do ministro-chefe do Gabinete Civil, o CGT dispõe-se à greve geral caso ocorra “o golpe gorilista programado para o dia 2 de agosto” por “Carlos Lacerda e Ademar de Barros”. Trabalhadores da construção civil, em

---

<sup>205</sup> JORNAL DO BRASIL. **Brunini encerra sessão da Assembléia após atrito com Ib, sendo Lacerda o pivô**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 19 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41944](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41944). Acesso: 22.06.2018.

<sup>206</sup> JORNAL DO BRASIL. **MOÇÃO PRÓ-LACERDA**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41909](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41909). Acesso: 21.06.2018.

memorial, solicitam a João Goulart que cobre “dívidas” de órgãos de imprensa ora “em campanha caluniosa”, sincronizada com os referidos governadores da UDN e do PSP, para “levar o país ao terrorismo de uma ditadura fascista”. O “Sindicato dos Empregados no Comércio da Guanabara” e, inclusive, a “União dos Servidores do Estado da Guanabara”, também alinham-se ao presidente, repudiando as “tentativas de golpe” contra as instituições republicanas constituídas. Por sinal, Alcrino Tavares Dias, conselheiro da referida “União dos Servidores”, declara sua adesão à “Campanha da Legalidade” do “Sr. Darci Ribeiro”.<sup>207</sup>

Nos dias 22 e 23 de julho, Carlos Lacerda visita o Rio Grande do Sul. Conforme apontamos, então, retoma o enfrentamento aberto contra o governo federal. Sua passagem pelo estado desencadeia fortes reações populares, inclusive, posicionamentos de entidades sindicais. De antevéspera, dia 20, centenas de pessoas manifestam-se contra a presença do governador em Porto Alegre. Há registros de espancamentos, dezenas de pessoas feridas, 16 delas atendidas em pronto socorro, e prisões. A “violência policial” teria como alvo preferencial o “operariado”, entende a União Sindical dos Trabalhadores (UST), que promete tomar as medidas cabíveis. Atos antilacerdistas de protesto agitam a madrugada de domingo na capital gaúcha. Vidraças são estilhaçadas na Rádio Guaíba e Correio do Povo. As depredações continuam nos dias seguintes, atingindo bondes, instalações da Agência Meridional e Diários Associados, incluindo explosão de bomba no escritório do Laboratório Pfizer, cuja aeronave transportara o governador da Guanabara em sua viagem ao Rio Grande do Sul. Todavia, os quebra-quebras contra alvos associados pelos rebeldes ao governador

---

<sup>207</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci replica**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41671](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41671). Acesso: 17.04.2018. CORREIO DA MANHÃ. **Operários contra “má imprensa”**, Rio de Janeiro, terça-feira, 16 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41725](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41725). Acesso: 29.06.2018. JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça fica no Rio para reprimir manifestações de Lacerda**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018. JORNAL DO BRASIL. **Alcrino com a Legalidade**, Rio de Janeiro, terça-feira, 16 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41862](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41862). Acesso: 20.06.2018. Neste contexto, comparativamente ao quadro político-social pró-governo federal, o engajamento em favor de Carlos Lacerda aparenta menor capilaridade junto as classes populares organizadas. Identificamos manifestações de simpatia ao governador da Guanabara ilustrativas de sua penetração popular. Todavia, estas carecem do aspecto gregário inerente aos posicionamentos formais de entidades classistas. Um bom exemplo é o caso de D. Maria “Xepeira”. Cozinheira há 40 anos, ela é presenteada pela Associação do Comércio e Indústria da Guanabara com um novo fogão. É Carlos Lacerda quem, em pessoa, a informa sobre a “doação”. Teria a contemplada, diante do governador, expressado apoio à sua administração e candidatura à presidência. A matéria traz aspectos biográficos interessantes de D. Maria, os quais ilustram complexa identidade política de um indivíduo das classes subalternas. JORNAL DO BRASIL. **D. Maria “Xepeira”, que cozinha para pescadores há 40 anos, ganhou fogão**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41887](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41887). Acesso: 21.06.2018.

visitante são prontamente repreendidos, não resultando mais que “pequenos danos”. Uma vez mais, evidencia-se o antagonismo sindical a Carlos Lacerda. Na noite de domingo, 21, sindicatos promovem concorrido comício no Largo da Prefeitura. Diversos oradores contestam a visita do governador carioca. O ato culminaria em passeata pela cidade, mas a polícia ocupa as ruas centrais, pondo em ação sua cavalaria para frustrar a marcha popular. Novos embates entre a enérgica Polícia de Choque e manifestantes, resultando em prisões e espancamentos. O fotógrafo de *Última Hora*, Assis Hoffman, é “espancado até ficar sem sentidos”. A repressão policial aos protestos atingiria, até mesmo, transeuntes alheios aos conflitos. A situação só se acalmaria perto da meia-noite.<sup>208</sup>

À chegada em Porto Alegre, segunda-feira, 22, no aeroporto, Carlos Lacerda, além de apoiadores, adversários também se reúnem para recebê-lo. Lideranças sindicais recebem-no “com faixas pretas e fumo na lapela”, em sinal de luto. Há desentendimentos e exaltação. O general reformado do Exército Plínio de Figueiredo acaba disparando sua arma de fogo. O tiro atinge, na perna, o ferroviário Wolf da Silva Gomes. Enquanto Carlos Lacerda é homenageado pelo governador anfitrião, Ildo Meneghetti (PSD), em jantar oficial no Palácio do Governo, do lado de fora, “populares” depredam o local. Não há informações sobre incômodos ao governador da Guanabara quando fora recepcionado pelo Arcebispo Dom Vicente Scherer. Mas, as “manifestações de desagravo prosseguiram à porta” da Associação Rio-Grandense de Imprensa durante sua entrevista coletiva. Também na segunda-feira, portuários de Rio Grande e Pelotas deflagram “greve geral” durante a passagem do governador da Guanabara por solo gaúcho. Aderem ao movimento, outrossim, servidores da Petrobras e ferroviários de todo estado. Os últimos, paralisando suas atividades desde sábado, em resposta às primeiras ocorrências de “violência policial”. A frente paredista contra a visita de Carlos Lacerda dispõe de endosso do Conselho Sindical, que conclama “tôdas as

---

<sup>208</sup> Acerca da agenda de Carlos Lacerda no Rio Grande do Sul e seus desdobramentos, ver: JORNAL DO BRASIL. **Greve no sul contra Lacerda**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42097](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42097). Acesso: 28.06.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda voltará hoje após série de incidentes em Pôrto Alegre**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42099](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42099). Acesso: 25.06.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda responsabiliza os comunistas pelos incidentes**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42130](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42130). Acesso: 29.06.2018. CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA CULPA COMUNISTAS POR DISTÚRBIOS NO RG SUL**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42018](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42018). Acesso: 01.07.2018. CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA ATACA SEGUIDORES DE VARGAS EM SÃO GABRIEL**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41964](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41964). Acesso: 30.06.2018.

categorias” à greve. Também no dia 22, Eliseu Paglioli, reitor da URGS, suspende a solenidade de encerramento do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária na Universidade, ocasião em que o governador carioca discursaria. A deliberação teria caráter preventivo, posto que estudantes da instituição comunicam-lhe a decisão de impedir o comparecimento de Carlos Lacerda à instituição.<sup>209</sup>

Acerca dos acontecimentos envolvendo a viagem de Carlos Lacerda ao Rio Grande do Sul, avalia Darcy Ribeiro:<sup>210</sup> “O governador da Guanabara anda fora de seu Estado dizendo besteira. Enquanto o mesmo indivíduo continua provocando agitações, como os graves e dolorosos fatos de Pôrto Alegre, o govêrno federal trabalha normalmente”. Com efeito, Brasília estudaria os discursos do opositor, decidindo se o responderia ou o processaria criminalmente. Vejamos um pouco do que propala Carlos Lacerda em terras gaúchas. Na citada coletiva realizada na Associação Rio-Grandense de Imprensa, ele teria sido “extremamente cauteloso” em “referências e ataques” a João Goulart e Leonel Brizola – embora, diga-se de passagem, tal adjetivação a “ataques” soe, naturalmente, algo paradoxal. Retomando o tema da eventual sucessão presidencial por eleições indiretas a partir da segunda metade do mandato, observa: “em agôsto a crise poderá ser resolvida”. Ademais, procura desconstruir a imagem de “homem de ódios” com que buscariam apresentá-lo à população local. Observa que, no Rio Grande do Sul, tem sido “muito intrigado” – vale lembrar que está no estado natal dos notórios líderes trabalhistas Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Ao contrário do que ali espalhariam a seu respeito, Carlos Lacerda diz ser “um político que só quer a grandeza do País”.<sup>211</sup>

<sup>209</sup> JORNAL DO BRASIL. **Greve no sul contra Lacerda**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42097](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42097). Acesso: 28.06.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda responsabiliza os comunistas pelos incidentes**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42130](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42130). Acesso: 29.06.2018. CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA CULPA COMUNISTAS POR DISTÚRBIOS NO RG SUL**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42018](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42018). Acesso: 01.07.2018.

<sup>210</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Govêrno pode acusar Lacerda**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42018](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42018). Acesso: 01.07.2018. Ver, também: JORNAL DO BRASIL. **Govêrno vai estudar fala de Lacerda**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42155](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42155). Acesso: 03.07.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda voltará hoje após série de incidentes em Pôrto Alegre**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42099](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42099). Acesso: 25.06.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda responsabiliza os comunistas pelos incidentes**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42130](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42130). Acesso: 29.06.2018.

<sup>211</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda voltará hoje após série de incidentes em Pôrto Alegre**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42099](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42099). Acesso: 25.06.2018.

Além da capital, onde ocorrem os incidentes mais sérios, a agenda de Carlos Lacerda inclui visitas a São Gabriel e Sapucaia. Todavia, bloqueio à rodovia de acesso a última localidade por operários da Petrobras impede seu comparecimento. Em São Gabriel, sua passagem transcorre sem incidentes. Em discurso na praça principal da cidade, que a emissora local de rádio opta por não transmitir, lançando por terra sua suposta “cautela” inicial, o udenista “fêz severas críticas ao Deputado Leonel Brizola”. Referindo-se a Getúlio Vargas, põe em prática sua habitual disposição para advogar pontos de vista políticos controversos. Argumenta que fora sempre “leal adversário do eminente presidente Vargas” e que, se este tivesse escutado suas recomendações, “estaria vivo ainda hoje”. Além disso, segundo ele, no ápice da crise de 1954, os seguidores do presidente fogem para as “fronteiras” e, após sua morte, apresentam-se “de carta-testamento em punho, para continuar a enganar o povo brasileiro”. Assim, opera a inversão de significativas leituras do passado próprias à cultura política trabalhista. Primeiro, conforme Carlos Lacerda, não fora ele responsável pela morte do presidente – ou assassinato, conforme acusa Darcy Ribeiro –, e sim, os próprios getulistas. “Os que levaram o Presidente Vargas à morte foram os amigos que o traíram”. Segundo, a crer em sua versão, não fora ele e outros opositores que fugiram, mas, novamente, os seguidores do finado governante.<sup>212</sup>

Importa registrar outros pontos abordados pelo líder conservador em falas proferidas em sua excursão ao Rio Grande do Sul. Na praça principal de São Gabriel, Carlos Lacerda afirma que seu governo é “legalista” de fato, criticando a postura de “falsa legalidade que visa a dar posse a desonestos que no dia seguinte querem rasgar a Constituição e violar a [lei] que juraram defender”. Com este contraponto, evoca suposta manobra continuísta pretendida por João Goulart, conforme especulações correntes nos círculos opositores. Lançando ainda mais dúvidas sobre a saída do presidente no devido prazo, em entrevista à rádio Guaíba, o visitante defende a necessidade de providências destinadas a garantir as eleições de 1965: “Não estou preocupado com a minha candidatura à Presidência, mas sim em saber se haverá simplesmente sucessão”, diz. Outro ponto central ao debate político nacional abordado por Carlos Lacerda, entre uma e outra acusação aos adversários, são as reformas

---

<sup>212</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda voltará hoje após série de incidentes em Pôrto Alegre**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42099](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42099). Acesso: 25.06.2018. CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA ATACA SEGUIDORES DE VARGAS EM SÃO GABRIEL**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41964](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41964). Acesso: 30.06.2018.

constitucional e agrária. O udenista diz-se favorável à reforma agrária, refutando a necessidade de mudanças legais postulada por João Goulart e aliados como pré-condição para efetivá-la. De acordo com o governador, “todo mundo” concorda com a reforma agrária, entretanto, “apenas o Governo Federal exige, antes, a reforma da Constituição”, a qual considera desnecessária. “Façamos, primeiro, a reforma agrária. Depois, quem quiser que faça a da Constituição”, argumenta.<sup>213</sup>

Devido aos incidentes mencionados, autoridades e instituições políticas do Rio Grande do Sul são impelidas a pronunciarem-se. Por meio de nota oficial, o governador Ildo Meneghetti externa que recebera Carlos Lacerda “sem cogitar de seus pontos-de-vista”, de acordo com garantias constitucionais asseguradas a autoridades públicas e com o “espírito amplo, nobre e generoso” do “povo gaúcho”. Bem como que, do mesmo modo, receberá demais mandatários enquanto permanecer à frente do executivo estadual. Uma reunião extraordinária da Assembleia é convocada com urgência para tratar dos acontecimentos. Requisitam-na 14 parlamentares, predominantemente petebistas, considerando “legítimo e democrático o protesto do povo contra a presença e atuação do Governador Carlos Lacerda em Pôrto Alegre”. Os acontecimentos também repercutem na Assembleia da Guanabara e no Congresso, motivando posicionamentos contundentes de entidades sindicais. Sob esse clima turvo, no dia 23 de julho, Carlos Lacerda despede-se das terras gaúchas. Mas, ao desembarcar de volta no Rio de Janeiro, encontra céu de brigadeiro. No Aeroporto Santos Dumont, aguardam-no aproximadamente 1500 pessoas. Discursos de apoiadores, faixas e muitos aplausos revelam, por trás das boas-vindas, clara teatralização com o fito de promover sua candidatura presidencial. Com a palavra, admitindo-se candidato, o governador minimiza os problemas concernentes à sua viagem e responsabiliza um irmão de Leonel Brizola e a Petrobras. Critica ainda a imprensa, segundo ele, comprada com dinheiro desviado de “bancos particulares de Pôrto Alegre”. Aos apoiadores presentes, argumenta também que os “300 desordeiros contratados pela Petrobrás” objetivariam “desmoralizar o honrado Governador Ildo Meneghetti e impedir que um cidadão da Guanabara testemunhasse o descalabro em que os governos João Goulart e Leonel Brizola transformaram aquêlo Estado”.<sup>214</sup>

<sup>213</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda voltará hoje após série de incidentes em Pôrto Alegre**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42099](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42099). Acesso: 25.06.2018.

<sup>214</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda responsabiliza os comunistas pelos incidentes**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42130](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42130). Acesso: 29.06.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda reafirma no Rio acusações a Brizola, aos comunistas e**

Importa-nos atentar, um pouco mais detidamente, às referências de Carlos Lacerda a Petrobras e às concepções por ele formuladas a respeito de seus adversários. Como ficará claro, estes são pontos relacionados. Na opinião do udenista, a “mais poderosa” estatal da América Latina encontra-se sob “contrôle dos comunistas”, atuando principalmente como “empresã compradora de consciências”. Desse modo, “patrocina muito mais mentiras do que fabrica petróleo, e constrói tôrres pretrolíferas”. Não por acaso, acusa, o “pequeno grupo de agitadores” refratário a sua presença em Porto Alegre constituíra-se de “duzentos ou trezentos comunistas profissionais, contratados pela Petrobrás”. Vale assinalar que, além do financiamento da estatal – em sua opinião responsável por custear também órgãos de imprensa como *Última Hora* e *Rádio Mayrink Veiga* –, a “desordem” fora orquestrada por “elementos do Partido Comunista” vinculados ao “Sr. Leonel Brizola”, destacando-se um irmão deste e o deputado Wilson Vargas. Uma evidência seriam depredações a alvos do “nazi-comunismo do Sr. Brizola”. Resumidamente, pois, para Carlos Lacerda, a retaliação à sua pessoa em território sul-riograndense é fruto da ação de agitadores patrocinados pela Petrobras e dirigidos por comunistas/trabalhistas.<sup>215</sup>

Para Carlos Lacerda a associação Petrobras-comunistas comprovaria que o Brasil é um país “ameaçado”. Os “desordeiros” não representariam “a maioria do povo gaúcho”, a qual alinhar-se-ia a ele e ao seu campo político, preconizando a necessidade de “cessar a agitação e começar a renovação real do País, através de um Govêrno de trabalho, que aja em vez de agitar”. Tal teria sido a receptividade que obtivera no estado, acrescenta, que logo retornaria em “excursão a várias cidades”. Assim, não se trata de uma guerra perdida, nem no Rio Grande do Sul, nem no Brasil, desde que a sociedade optasse, o quanto antes, entre a “coação” e a “liberdade” – entenda-se, respectivamente, comunismo e liberalismo. Afinal, ainda que minoritários, os comunistas não deveriam ser subestimados. Tratar-se-iam de uma “organização audaciosa, fortemente protegida” e decidida a “tomar conta do País”. Logo, se

---

**Petrobrás**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42158](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42158). Acesso: 03.07.2018.

<sup>215</sup> Pedro Müller, cujo viés lacerdista já indicamos, endossa o discurso formulado pelo udenista acerca dos empecilhos com os quais se depara na capital gaúcha, chegando a responsabilizar, literalmente, além da Petrobrás e dos comunistas locais, Brasília. Escreve: “Tôda a campanha contra o Governador Carlos Lacerda, no Rio Grande do Sul, foi dirigida a distância. Como instrumentos imediatos foram usados os grupos sindicais de extrema esquerda e os funcionários da Petrobrás. Ainda uma vez, o Govêrno Federal promovendo suas desordens”. JORNAL DO BRASIL. **PEDRO MÜLLER informa: Crisanto faz inquérito**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42134](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42134). Acesso: 03.07.2018.

não forem dominados, em breve se tornariam dominantes. O problema de “agosto” não seria, portanto, mera questão de “calendário”, mas de “consciência”. Carlos Lacerda encerra recorrendo a uma analogia sombria. Na situação política vigente, não adiantaria “brincarmos de sucessão”. Se “continuarem a financiar o comunismo no Brasil”, “não haverá sucessão” e certos políticos “vão ser presidentes de campos de concentração”.<sup>216</sup> As objeções do governador à estatal, símbolo do nacionalismo getulista, ataques aos trabalhistas, partidários do referido nacionalismo, sob uma perspectiva fortemente anticomunista, remetem ao espectro liberal-conservador, ao qual identificamos sua atuação política.

## Razões de Darcy Ribeiro

Voltemos ao cerne do confronto público entre Carlos Lacerda e o governo federal. Importa-nos entender melhor seus desdobramentos jurídicos envolvendo Darcy Ribeiro. Conforme apontamos, o ministro-chefe do Gabinete Civil emerge como principal antagonista do governador. De sorte, ele é o único governista processado pelo udenista. Através da Promotoria do Estado da Guanabara, em 11 de julho de 1963, Carlos Lacerda acusa Darcy Ribeiro por calúnia, difamação e injúria. Isto é, ofensas à sua reputação, dignidade e decoro por parte do antropólogo que, ao responder à “Carta ao Povo”, qualifica o governador como “eterno golpista”, atribuindo-lhe lugar de destaque em atividades conspiratórias relativas às denominadas “agostadas” de 1954 e 1961, assim como, à suposta “nova agostada” em curso para depor João Goulart e impedir a realização das reformas de base. Conforme vimos, Darcy Ribeiro recorre aos mesmos meios de comunicação utilizados por Carlos Lacerda para difundir seu manifesto contra o governo federal (rádio, TV e jornais), empregando equivalente veemência ao retorquir o adversário. Para a Procuradoria da Guanabara, Darcy Ribeiro teria

<sup>216</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda responsabiliza os comunistas pelos incidentes**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42130](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42130). Acesso: 29.06.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda reafirma no Rio acusações a Brizola, aos comunistas e Petrobrás**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42158](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42158). Acesso: 03.07.2018. CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA NÃO CRÊ EM ELEIÇÕES EM 1965**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41990](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41990). Acesso: 30.06.2018. CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA CULPA COMUNISTAS POR DISTÚRBIOS NO RG SUL**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42018](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42018). Acesso: 01.07.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda não acredita em golpe e admite sua candidatura à sucessão de Goulart**, Rio de Janeiro, domingo, 28 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42252](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42252). Acesso: 06.07.2018.

ofendido o governador, ainda, ao acusá-lo do emprego indevido de expressivas somas de verbas públicas em propaganda pessoal, ou seja, para “comprar reputação e honestidade”.<sup>217</sup> A defesa de Darcy Ribeiro, datada em 03 de setembro de 1963, encabeçada pelo advogado Humberto Teles, por seu turno, fundamenta-se nos princípios da “exceção da verdade” e “notoriedade do fato imputado”, solicitando o deslocamento da ação para o Egrégio Tribunal de Justiça, ou seja, para o foro de Brasília, em razão da prerrogativa de função do réu, então, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.<sup>218</sup>

*Grosso modo*, almejando os benefícios da “exceção da verdade” e “notoriedade do fato”, a defesa de Darcy Ribeiro advoga ser evidente que Carlos Lacerda praticara os atos a ele atribuídos pelo ministro-chefe do Gabinete Civil. Caso o juiz assim entendesse, Darcy Ribeiro ver-se-ia isento dos mencionados crimes e suas decorrentes penas. Conforme a “exceção da verdade”, sendo Carlos Lacerda titular de função pública, Darcy Ribeiro – e qualquer cidadão – poderia denunciá-lo por eventuais crimes funcionais. Afinal, enquanto gestor de recursos públicos, o governador estaria obrigado a prestar contas ao Poder Legislativo, ao Tribunal de Contas e a toda sociedade. Ademais, a defesa de Darcy Ribeiro elenca fatos inerentes à atuação pública de Carlos Lacerda que comprovassem práticas a ele atribuídas pelo antropólogo em resposta à “Carta ao Povo”. Pretendendo demonstrar factualmente a má-fé de Carlos Lacerda, a defesa de Darcy Ribeiro exerce o direito de “exceção da verdade” e “notoriedade dos fatos” atribuídos pelo ministro-chefe do Gabinete Civil ao adversário. A conseguinte desconstrução das alegações da Procuradoria da

<sup>217</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **PROMOTÓRIA DO ESTADO DA GUANABARA**. DR jg gc 1963.07.11. Face ao exposto, o Procurador do Estado da Guanabara denuncia Darcy Ribeiro nas penas do art. 9º, letras “f”, “g”, “h”, e parágrafo único, da Lei nº 2083 de 1953 (Lei da Liberdade de Imprensa), combinado com os arts. 53 e 79 da Lei nº 4.117 de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações). Ver: Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Regula a Liberdade de Imprensa. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128784/lei-da-liberdade-de-imprensa-lei-2083-53#art-9>. Acesso: 21.07.2020; Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91626/codigo-brasileiro-de-telecomunicacoes-lei-4117-62#art-53>. Acesso: 21.07.2020.

<sup>218</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. A defesa de Darcy Ribeiro apoia-se no art. 12, letra “a” e 36 da Lei nº 2.083 (Liberdade de Imprensa) e no art. 523 do Código de Processo Penal. Ver: Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Regula a Liberdade de Imprensa. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128784/lei-da-liberdade-de-imprensa-lei-2083-53#art-9>. Acesso: 21.07.2020; DECRETO-LEI Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso: 21.07.2020. Conforme a legislação citada, a “exceção da verdade” exime o denunciado de provar suas acusações ao denunciante, desde que este seja funcionário público e as imputações concernentes ao exercício de suas funções. Já a “notoriedade” situa os fatos considerados ultrajantes como indiscutíveis. Em outras palavras, pressupõe que, dado seu amplo e público conhecimento, faz-se dispensável prová-los para a constatação de sua veracidade, ainda que o juiz deva estar convencido da validade de um “fato notório”, assim como de qualquer outro. Ambas as ferramentas destinam-se a livrar o réu da tipicidade criminal associada à sua conduta.

Guanabara evidenciaria as opiniões de Darcy Ribeiro como fatos não susceptíveis a punição conforme o Código de Processo Penal. Todavia, mesmo que o antropólogo fosse criminalmente inocentado, Carlos Lacerda ainda poderia vencê-lo no âmbito cível. Neste caso, Darcy Ribeiro poderia ser condenado a desculpar-se publicamente e/ou a indenizar o governador por transtornos eventualmente acarretados à sua pessoa.

Descritas as linhas gerais do processo movido pelo governador contra o ministro-chefe do Gabinete Civil, conforme já indicamos, interessa-nos perscrutar a peça de defesa do antropólogo. O extenso documento, em primeira versão intitulado “Razões do Professor Darcy Ribeiro”,<sup>219</sup> não é demasiado reiterar, além de abundante teor factual, assenta eventos, representações, valores, interpretações do passado, presente e idealizações do futuro tributários ao universo político-cultural do trabalhismo. Entendemos que a elaboração do texto em questão, o qual, em versão final encaminhada ao Juiz da 14ª Vara Criminal é denominado “Razões da Defesa do Querelado Professor Darcy Ribeiro”, contara com a ativa participação do réu.<sup>220</sup> Atribuímos à sua autoria toda a dimensão argumentativo-factual constitutiva do documento, em que se combinam fatores ideológicos e históricos. Enquanto aos advogados, entre os quais se destaca Humberto Teles, cabem os elementos técnicos-jurídicos pertinentes ao caso. Essa proeminência autoral de Darcy Ribeiro, insinuada pela aludida retificação do título, pronuncia-se na evolução entre respectivas versões e dinâmicas de arquivamento dos materiais respeitantes em seu acervo pessoal. De uma versão da defesa à outra, notamos não só a ampliação da base factual-documental, mas também da fundamentação legal. No entanto, as digitais de ministro-chefe do Gabinete Civil evidenciam-se, especialmente, em perceptíveis ressonâncias que refletem na peça jurídica, que passamos a examinar a seguir, falas e perspectivas por ele veiculadas com meses de antecedência, já referenciadas aqui, inclusive antes de ocupar o cargo. Isto, para não entrarmos no mérito de uma identidade argumentativo-textual que espelha o biografado.

As *Razões*<sup>221</sup> encampam os temas político-ideológicos mais arrebatadores do momento: reformas, comunismo, golpes, fascismo, esquerda, direita, imperialismo,

---

<sup>219</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>220</sup> Dado o caráter complementar das citadas versões da defesa relativa ao processo instaurado por Carlos Lacerda contra Darcy Ribeiro, as quais se encontram disponíveis no acervo pessoal do antropólogo, baseamos nossa análise do caso, predominantemente, em seu texto definitivo: FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>221</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

nacionalismo, democracia, soberania popular, dentre outros. Desse modo, a defesa jurídica de Darcy Ribeiro, tendo-o como proeminente co-autor, para além da formalidade processual, configura-se ao então ministro-chefe do Gabinete Civil *locus* de reflexão, formulação e enunciação de leituras de mundo. Encerra concepções sobre vivências próprias, pregressas ou imediatas, e também expectativas de futuro. Tudo isso, claro, em relação ao político, posto que a ação criminal em questão deriva de embate intrínseco às posições de poder e perspectivas ideológicas dos antagonistas, motivando-se a partir de dissensos na política partidária e administrativa. A estratégia geral da defesa, fundada nos postulados legais da *exceptio veritatis* e notoriedade dos fatos, consiste em manter e robustecer “a posição de denunciante” do réu. Conseqüentemente, já no preâmbulo, explicita-se que suas *Razões*<sup>222</sup>

(...) sejam e signifiquem, a reprodução integral, a reiteração responsável e plena de tôdas as denúncias, afirmações e acusações que o denunciado, na condição de Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, fêz ao Sr. Carlos Frederico Werneck de Lacerda, Governador do Estado da Guanabara, através de uma cadeia de emissoras de televisão e de órgãos de imprensa, nos dias 8 e 9 de julho, do corrente ano.

As imputações dirigidas a Carlos Lacerda por Darcy Ribeiro ao responder a “Carta ao Povo”, ratificadas judicialmente, são postas como dever funcional do ministro-chefe do Gabinete Civil. Enquanto detentor do cargo, argumenta-se, ele não poderia deixar de dirigir-se ao país tanto para “tranquilizá-lo”, quanto para “desmascarar” os objetivos “golpistas” do governador. Isto, inclusive, fora feito noutras ocasiões. Por exemplo, na resposta de Hermes Lima a pronunciamentos de Carlos Lacerda em abril de 1963, citada no capítulo 2. Afinal, em vez de portar-se como “homem de Estado”, o udenista adotaria “a perfídia e a agitação como processos de atuação política”. O golpismo de Carlos Lacerda é dado, pois, como algo notório. À sua biografia seriam inerentes “propósitos escusos” e “subversivos”, corroborados por “fatos” e “ocorrências” amplamente conhecidos e comprovados. Inclusive, por sua “Carta ao Povo”. Compreende-se que, além de sintetizar as “profundas cicatrizes que sua passagem na vida pública brasileira tem deixado”, o “documento oficial” constitui clara confissão e “anúncio” dos intentos antidemocráticos do autor. Seria uma contundente evidência de que Carlos Lacerda tramaria depor João Goulart através de um “golpe de Estado”, substituindo a “decisão popular” pela legitimação do

<sup>222</sup> FUNDAR/MDR/Urb. RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO. DR jg gc 1963.07.11. p. 1.

legislativo. Portanto, a “Carta ao Povo” agrega-se às *Razões* que facultam “ao denunciado reiterar sua acusação”. O libelo de Carlos Lacerda é reafirmado como ameaça à institucionalidade democrática e manual para um iminente golpe. Como material auto-denunciativo da conduta que Darcy Ribeiro atribuía ao governador, destaca-se, vale-se do “deboche”, “irreverência” e “desrespeito” para o “aliciamento” de setores sociais diversos à “descrença na eficácia e nas excelências do regime” e/ou “desconfiança na validade das conquistas e dos processos democráticos”. Assim, pretende fomentar a “inquietação social” e “inconformidade coletiva” como pretextos para “soluções de exceção” à crise política em curso, tal qual em ocasiões pretéritas.<sup>223</sup>

As *Razões* buscam esmiuçar a trajetória de Carlos Lacerda em escala histórica, remontando aos tempos do segundo governo de Getúlio Vargas e passando pelas subsequentes crises de 1955 e 1961, assim como, nos marcos de sua gestão como governador. Com isso, pretende-se demonstrar o coevo oposicionismo do udenista a João Goulart e a “Carta ao Povo” como culminâncias de uma vida inegavelmente dedicada ao golpismo. Mantém-se de pé na esfera judicial, pois, a lógica discursiva inicialmente engendrada por Darcy Ribeiro e outros governistas em terreno político, não obstante lapidada, ampliada e, agora, documentada. A continuidade entre a agência política do ministro-chefe do Gabinete Civil e sua atuação jurídica orienta sua experiência enquanto réu à confirmação empírica de elementos antes forjados ideologicamente (ou subjetivamente), no calor dos fatos. Lembremos, a respeito, citada entrevista concedida por Darcy Ribeiro em 11 de julho de 1963.<sup>224</sup> Nela, segundo apontamos, ainda mais contundente do que ao responder oficialmente à “Carta ao Povo”, o professor designa Carlos Lacerda como “inimigo nº 1 da democracia brasileira”, autor de uma “fórmula do golpe” destinada a suprimi-la. Portanto, argumenta, seria mister “demonstrar, com clareza, com documentos”, que o rival “provoca badernas” para “destruir as instituições democráticas, às quais não consegue adaptar-se”. Eis aí um dos principais pilares de suas *Razões*: documentar a trajetória do udenista como “conspirador contumaz”, “golpista”, “autêntico fascista que odeia o povo”, tal qual “está nos jornais que diariamente se editam”, na “Carta ao Povo” e mesmo em sua *Tribuna da Imprensa*, atestando

---

<sup>223</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 4-6.

<sup>224</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **ENTREVISTA.** DR jg gc 1963.07.11.

a “notoriedade dos verdadeiros fatos constitutivos da denúncia do acusado”.<sup>225</sup> Assim, Darcy Ribeiro utiliza-se da esfera jurídica como terreno para cumprir um propósito político: destituir Carlos Lacerda do disfarce de democrata e, correlatamente, refutar seu palavreiro anticomunista.<sup>226</sup> Para o antropólogo, tais dispositivos serviriam ao governador, justamente, para atacar e aniquilar a democracia. Portanto, a exigência deste para que o ministro-chefe do Gabinete Civil “prov[ass]e em juízo” suas denúncias,<sup>227</sup> de certo modo, converge a objetivos políticos enunciados por Darcy Ribeiro antes de tornar-se réu. Vindo-lhe, pois, de certo modo, a calhar.

Interessa-nos perscrutar as *Razões* de Darcy Ribeiro, em especial, a procura de suas acepções eminentemente políticas. Representações através das quais apreende Carlos Lacerda servem-nos uma vez que, além de sua ótica sobre o espectro ideológico ao qual se antagoniza, por contraposição, permitem-nos vislumbrar suas próprias ideias acerca do poder. Isto posto, vemos que Darcy Ribeiro mantém em sua defesa avaliações previamente postuladas em terreno político por ele mesmo, outros governistas e correligionários. Apropriase – se não amplia –, ainda, do repertório de adjetivações político-ideológicas com o qual atores representativos das esquerdas divisam Carlos Lacerda, assinalando suas inclinações demofóbicas, direitistas, subversivas, ditatoriais e, até mesmo, fascistas. Chama-nos atenção, sobremaneira, a pecha de “fascista”. Já observada nas esferas sindical e jornalística antilacerdistas, é a primeira vez que notamos Darcy Ribeiro utilizando-a como designativo ao “conspirador tagarela” – para citarmos mais um dos apodos pelos quais refere-se ao adversário em suas *Razões*. Curiosamente, é em espaço cerimonial e protocolar por definição – um processo judicial, no qual nosso personagem figura como réu – que ele passa a (des)qualificar sistematicamente seu oponente como fascista. Em aproximação inicial de Carlos Lacerda ao fascismo, observa-se:

Chega a ser espantosa a simplicidade com que o querelante [Carlos Lacerda] exclui a presença do povo na vida política nacional, preconizando abertamente, a derrogação da decisão popular, o estrangulamento da sua participação na composição do poder, através da escolha livre e soberana dos governantes, o cruel e fascista esmagamento da sua liberdade, a desfiguração

---

<sup>225</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 50.

<sup>226</sup> Adiante, oportunamente, voltaremos a este ponto.

<sup>227</sup> CORREIO DA MANHÃ. **Lacerda Quer Provas Em 24h**, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498). Acesso: 22.06.2018.

e a usurpação dos mandatos eleitorais, a destruição ditatorial da vontade popular que as urnas recolheram.<sup>228</sup>

Embora soe um tanto cômico ao apelidar Carlos Lacerda como “*Duce* de Vassouras”, Darcy Ribeiro não parece tratá-lo como fascista por mera sátira. Associações do governador ao fascismo são recorrentes nas *Razões*, indicando que a adjetivação apoia-se em convicções políticas efetivas do professor. Conforme argumenta, a “Carta ao Povo” está “longe de ser um fato isolado”. No plano político interno, vincula-se à “interminável série de agitações” que constitui a biografia do querelante, considerada aqui a “ação fascista”, “ditatorial” e “notória” deste nas crises de 1954, 1955, 1961 e atual, ocasiões em que figura sempre a favor “do golpe e da subversão”. No plano político externo, a conduta política de Carlos Lacerda identificar-se-ia de maneira igualmente “notória” a “pregações subversivas e fascistas outras” e/ou “grupos direitistas” atuantes na Europa, América Latina e do Norte. Por este prisma, seu manifesto é uma “mensagem sombria e agoureira do gorilismo paisano”, peça da “conspiração do fascismo” internacional, denuncia Darcy Ribeiro. Portanto, compara a Carlos Lacerda a “Satanaz pregando a quaresma”. Dissimulando-se na “profissão democrática”, critica, o governador atua à moda das “milícias” nacional-socialistas e mussolinistas.<sup>229</sup> Desta feita, considera sua agência como administrador da Guanabara. Por intermédio de sua “policia política” (civil e militar), acusa Darcy Ribeiro, Carlos Lacerda emprega a “violência policial” para perseguir, agredir, reprimir e prender arbitrariamente opositores (operários, estudantes, intelectuais), invadindo entidades sindicais, estudantis, “estações de rádio” e “jornais”; ou, até mesmo, para assassinar mendigos por afogamento.<sup>230</sup> De qualquer modo, avalia Darcy Ribeiro, Carlos Lacerda atuaria para sufocar a “consciência

<sup>228</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 6.

<sup>229</sup> Não é difícil perceber atores do campo das esquerdas, no pré-1964, desqualificando adversários como “fascistas”, embora fosse mais comum, então, designar-lhes “gorilas”. Em geral, nesse contexto, as terminologias fascista e gorila revelam-se semanticamente intercambiáveis. Motta (2014, p. 300) observa a prática esquerdista de usar o conceito de “fascismo” pós-1964. Para o autor, assim se referindo aos “acontecimentos relacionados ao golpe”, os atores operam estrategicamente. Acionam uma categoria compreensível à “esquerda tradicional” e, simultaneamente, atribuem aos rivais o “medonho epíteto fascista”. Acreditamos que esta interpretação aplique-se ao contexto no qual investigamos a atuação de Darcy Ribeiro. Curiosamente, o debate político brasileiro pós-2016 revive esse vocabulário. No entanto, agora, a designação “fascistas” é mais recorrente que “gorilas”.

<sup>230</sup> Darcy Ribeiro imputa a Carlos Lacerda, ainda, acobertar “atividades terroristas comprovadas” e realizar “cêrco militar à Assembléia Legislativa do Estado”. FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 7, 26. A expressão “*Duce* de Vassouras” encontra-se na página 61 das *Razões*.

política” popular, como “autêntico fascista que odeia o povo”. Eis o “único patrimônio” que o udenista lograra amealhar. De sorte que, ao contrário do que alardeia, adverte o professor, a verdadeira ameaça ao país não seria o comunismo. Mas, sim, o fascismo, já dominante na administração fluminense, ora a mercê de um “agente do fascismo”.<sup>231</sup>

De sorte, por meio de suas *Razões*, Darcy Ribeiro procura demonstrar que, desde a crise de 1954 à recente “Carta ao Povo”, verificam-se conexões exteriores na “ação fascista” de Carlos Lacerda. Em âmbito discursivo, esse lastro externo se revelaria pelo fato do governador e movimentos direitistas mundiais apoiarem-se, igualmente, na “falsa beatitude de uma arraigada convicção democrática”, fazendo da “indústria do anti-comunismo a negativa bandeira de quem nada de positivo e construtivo [tem] a oferecer”.<sup>232</sup> No plano da ação política concreta, tal vínculo se evidenciaria pelo destaque do udenista como “fiador”, “aliado” e defensor do IBAD, ADEP, ADP, IPES e afins, cuja base internacional, inclusive financeira, já se conhece. Entidades e político associar-se-ia em detrimento da “segurança nacional” e das “instituições democráticas”, acusa a defesa. No entanto, ousa o governador dizer-se “defensor da democracia”, assim como fazem as referidas denominações, e ainda ambicionar apoio dos “trabalhadores”. Segundo a defesa-acusação do ministro-chefe do Gabinete Civil, vale citar com mais detalhes, o “fascismo” internacional, que tem Carlos Lacerda como um “agente” interno, “organiza[-se extra-partidariamente] em forma de sociedade civil ‘em defesa da democracia’” através do “IBAD”, “filiais e subsidiárias”. Arregimentaria adeptos “em tôdas as correntes direitistas” para, conforme se tem apurado, “propósitos de traição nacional” e “gorilização do País”, “defendidos públicamente pelo [governador] queixoso e seus mais exaltados correligionários”. Assim, pautando-se em táticas de “enganar” e “mentir”, com participação eminente de Carlos Lacerda, a “imensa trama

---

<sup>231</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 3, 8, 15, 18-20. Tais pontos são, em sua maioria, integrados à versão definitiva da defesa: **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>232</sup> Darcy Ribeiro já então concebe o anticomunismo, pois, como expediente oportunista de legitimação das pautas direitistas e fator estratégico de agregação social a favor destas, contra as esquerdas e suas demandas. Portanto, percebemos que tal interpretação acerca do “ridículo anti-comunismo de indústria e profissão”, para citarmos suas próprias palavras, conformara-se junto a intelectualidade esquerdista antes de 1964, não obstante, obviamente, tenha ganhado impulso face à traumática experiência do golpe militar e seus desdobramentos. FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 26, 35.

fascista, golpista, ditatorial que teciam” terminaria por “levar o País ao obscurantismo a que levaram o FURRER e o DUCE”.<sup>233</sup>

Desse modo, a defesa de Darcy Ribeiro encampa tópicos ideológicos especialmente elucidativos quanto à perspectiva pela qual nosso biografado encara o espectro político rival, seus atores e pautas. Parece-nos demasiado significativo que denuncie judicialmente relações locais do fascismo internacional, concebendo como agente desta macabra política o governador da Guanabara e, como seu vetor de cooptação, dotado de múltiplas frentes, o IBAD. Também significativa é sua denúncia do discurso anticomunista e pró-democracia, encarnado pelo udenista e entidade direitista, como expedientes oportunistas a serviço do golpe, autoritarismo e consolidação fascista. A perspectiva de ingerências externas na política nacional, claro, evidenciam no discurso de Darcy Ribeiro o nacionalismo e seu par, o anti-imperialismo. Sabidamente, aspectos imprescindíveis à cultura política trabalhista. Posto que um dos elementos do processo de conformação identitária de um sujeito individual ou coletivo consiste em diferir-se de outrem, ou seja, estabelecer quem é seu oposto, seu “outro” (TODOROV, 1993), notamos que, por meio de referências ao seu antagonista, em resumo, Darcy Ribeiro vai, por contraponto, delineando-se a si próprio. Em outras palavras, compondo e expondo seu perfil político-ideológico. Com efeito, ao contrário do adversário, seria ele democrata, autêntico defensor da soberania e participação política popular, antifascista, de esquerda e, por certo, trabalhista. A identidade pela qual o ministro-chefe do Gabinete Civil se apresenta inscreve-o no universo de sociabilidades e ideias políticas com o qual se identifica. Vejamos, pois, de modo mais direto, mais algumas representações através das quais Darcy Ribeiro apreende o embate em curso, o povo, o regime democrático e suas instituições, fatos e personagens históricos, a política coeva e o porvir. Conforme já está posto, importa-nos relacioná-lo, assim como seus pontos de vista, à cultura política trabalhista, bem como, compreendê-lo como ideólogo do governo João Goulart.

Criticando as relações exteriores de seu oponente político-jurídico, Darcy Ribeiro coloca-se como nacionalista/anti-imperialista veemente. Este posicionamento, aliado ao seu pertencimento ao governo João Goulart, inequívoca defesa deste e suas propostas (inclusive, ao longo de uma vida inteira), entre outros elementos, corrobora a inserção do antropólogo,

---

<sup>233</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 20. FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 61, 63.

claramente, nos marcos da cultura política trabalhista. Em suas *Razões*, abundam aspectos denotativos de uma visão nacionalista/anti-imperialista. A “Carta ao Povo” é “mais um lance” do “dispositivo golpista” forjado e, repetidamente, engendrado por Carlos Lacerda à moda direitista internacional, com destaque ao fascismo.<sup>234</sup> Darcy Ribeiro associa, com clareza, fascismo, direita, imperialismo, IBAD e afins, anticomunismo, reacionarismo, golpismo, Carlos Lacerda e “Carta ao Povo”. Tratam-se de elos de uma mesma corrente conspiratória destinada a depor João Goulart. Ao “fantasma comunista”, contrapõe a ascensão “fascista” encarnada concretamente por Carlos Lacerda e sua gestão, cujos laços estrangeiros e “propósitos de golirização do País” seriam solares como o clima carioca. Para corroborar a agência imperialista/fascista do governador, além de práticas administrativas autoritárias, o ministro-chefe do Gabinete Civil atrela-o tanto a organismos de escopo internacional, quanto à questão dos empréstimos estrangeiros estaduais pretendidos à revelia do poder executivo federal, inclusive, mencionando benefícios financeiros advindos do exterior já creditados à Guanabara. Como vimos, o tema fora enfatizado pelo Consultor-Geral da República e ministro da Justiça, tendo o último implementado medidas legais a fim de regulamentá-lo. Portanto, Darcy Ribeiro faz de sua defesa denúncia de entidades políticas intituladas democráticas como organismos imperialistas/direitistas/fascistas conexos à conspiração exponenciada pelo “trêfego” e “sedicioso” Carlos Lacerda. Desse modo, na perspectiva do antropólogo, o governador da Guanabara emerge como ardiloso agente imperialista, fascista, direitista e golpista, pronto a estabelecer uma ditadura no Brasil.<sup>235</sup>

Darcy Ribeiro atribui a Carlos Lacerda, enquanto “agente subversivo”, “anti-democrático” e “direitista”, uma “ação desagregadora, antinacional e impatriótica”. Para sustentar sua crítica, o ministro-chefe do Gabinete Civil cita, por exemplo, que um dos motes dos ataques do udenista a Jânio Quadros seriam, então, supostas “capitulações” do governo federal “diante das nações comunistas”.<sup>236</sup> Entretanto, deduz Darcy Ribeiro, o discurso

<sup>234</sup> Vale notar a intertextualidade existente entre a ideia de um “dispositivo golpista” e a já mencionada “fórmula do golpe”. Embora esta expressão não apareça literalmente nas *Razões*, sua concepção faz-se presente.

<sup>235</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>236</sup> Compete-nos acrescentar que Darcy Ribeiro aprova diversos aspectos da breve gestão Jânio Quadros, especialmente, sua política externa independente, a qual já mencionamos como elemento comum ao *ethos* político-cultural trabalhista. Nas palavras do próprio ministro-chefe do Gabinete Civil: “Nos sete meses do Governo que tinha como Presidente o Sr. Jânio Quadros, viu-se incontestável dinamização do aparato administrativo do Estado brasileiro, não só para a fixação das conquistas do processo de desenvolvimento já alcançadas, como também para a realização de empreendimentos novos que ao mesmo processo dessem continuidade e intensificação de ritmo. Dentre as decisões do Governo Federal em aprêço, destacaram-se a da

anticomunista, fartamente empregado para justificar golpes políticos, aqui se presta também a encobrir o real propósito de

(...) ditar ao Presidente os rumos da política exterior do Brasil [e] enfraquecer a posição de independência que o País assumia, pois foi sempre a posição do Governador queixoso, a de ver a Nação de cócoras, dependente, submetida a interesses externos a cujo serviço sempre se pôs, como jornalista e como político.<sup>237</sup>

Também exemplificaria, por assim dizer, o “entreguismo” de Carlos Lacerda, observa Darcy Ribeiro, a oposição do adversário a Petrobras. Postura esta que, por sinal, observamos como elemento marcante nos discursos do governador durante sua excursão pelo Rio Grande do Sul em meados de julho de 1963. Sobre a contraposição de Carlos Lacerda a estatal petrolífera, analisa o ministro-chefe do Gabinete Civil:

Em 1954 consolidada estava a Petrobrás (...). O monopólio estatal da exploração do petróleo sempre teve como adversário atuante e provocador, o queixoso, que ainda nos últimos dias, vem fazendo seguidos pronunciamentos tendentes à concretização de uma de suas mais acalentadas esperanças: reabrir a questão do petróleo, extinguir o monopólio estatal instituído no Governo do Presidente Vargas, demolir a Petrobrás, orgulho de todos os brasileiros, que nela v[e]m o fruto do seu esforço contra a ação dominadora dos cartéis internacionais.<sup>238</sup>

Desse modo, situando Carlos Lacerda de modo cada vez mais claro como uma espécie de comissário fascista local de interesses imperialistas, questiona-se nas *Razões*:

Que outro político brasileiro, MM. JUIZ, que outro cidadão brasileiro pode exibir tão extensa fôlha de desserviços à democracia, à ordem, ao progresso econômico, à independência dêste País? Que biografia política, na República ou no Império, oferece essa rica série de coincidências em que um agente de crises e de golpes provoca sempre as mesmas crises e prega sempre os mesmos golpes e a mesma subversão, exatamente quando há decisões governamentais em execução, tendentes ao[s] engra[n]decimetos do País e do povo brasileiro?<sup>239</sup>

---

substancial alteração da política exterior, implantando-se desde então, uma corajosa atitude de preservação da total independência do País, de abolição das discriminações e das subserviências, da rigorosa observância dos princípios da autodeterminação, da não intervenção e da manutenção de relações com tôdas as nações (...).  
FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 43.

<sup>237</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 40-41.

<sup>238</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 43.

A resposta é dada de imediato pela própria defesa: “Nenhum outro, além do queixoso”. Afinal, argumentam as *Razões*, aprofundando as denúncias de Darcy Ribeiro a Carlos Lacerda:

Tudo o que, no País, contribua para fortalecê-lo econômica, social e politicamente, tem contado com a candente oposição do Governador queixoso, sempre que esse fortalecimento se faça por brasileiros, para brasileiros, em função dos brasileiros, pois só têm merecido seu aplauso os atos de entrega, de capitulação e de submissão da economia brasileira a interesses externos, e aos comandos exteriores, no campo das nossas relações internacionais. Sempre que o Governo Federal opta pela liberdade e pela emancipação, o queixoso fermenta crises, provoca e promove a subversão, articula ou estimula golpes de Estado.<sup>240</sup>

Eis, portanto, em síntese, a compreensão que se propõe à atuação de Carlos Lacerda:

Na crueldade de sua política (...), tanto quanto na deliberada e sôfrega atitude de transacionar com a independência política e econômica do País, está contida uma variada escala de atos perniciosos e de compromissos que ainda serão apurados, mas que incluem personagens e propósitos ao nível dos Varona, dos Hasslocher, dos Bialek, dos Cardona, dos Borer, dos Borges, dos Corderos, dos Malfussi e de outros que se situam na área europeia ou em outras áreas. Todos ligados a uma conspiração direitista internacional que prega a democracia, mas que tem como suporte um complexo militar-industrial.<sup>241</sup>

Seria Carlos Lacerda, na opinião de Darcy Ribeiro, pois, para lembrarmos alguns dos muitos nada elogiosos atributos imputados ao governador nas *Razões*, frustrado, reacionário, direitista, ardiloso, trêfego, conspirador, tagarela, sedicioso, fascista, entreguista, despótico, especialista em golpes, experimentado golpista, etc. Se, metaforicamente, associarmos o udenista a uma moeda com duas faces, uma seria esta. A outra, como oposto da primeira, seria a democracia, à qual se identifica, segundo Darcy Ribeiro, o projeto trabalhista, representado por Getúlio Vargas e João Goulart, há tempos abraçado pelo professor como sua principal bandeira, tanto mais agora, sendo o antropólogo integrante político-chave da gestão do atual presidente. Em termos mais específicos, Carlos Lacerda é

<sup>239</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 44.

<sup>240</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 44.

<sup>241</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 44-45.

posto como o avesso, o contrário, o “outro” de Darcy Ribeiro, a negativa mais contundente do quê ou de quem nosso biografado quer fazer, expressar e eternizar através de suas ações ou de narrativas de si mesmo. Diante dessas ponderações acerca do que separa e/ou une o “eu” e o “outro” nesse complexo enredo, tentemos extrair da defesa do ministro-chefe do Gabinete Civil concepções políticas que o espelhem de maneira mais direta.

Carlos Lacerda, segundo as *Razões*, “não crê na democracia que diz enaltecer, assim cumprindo o seu destino, a sua missão de destruí-la, em cada momento em que ela se afirma”.<sup>242</sup> Por esta ótica, poderíamos denominar sua conduta, resumidamente, como demofóbica. Darcy Ribeiro, seu contraponto, apresenta-se como entusiástico defensor da democracia ampliada em seu caráter popular. Propugna que, quanto mais participativo, tanto melhor se tornaria o regime. Além de ecoar postulados em voga no seio do trabalhismo, tal concepção democrática apoia-se em visão notadamente positiva e elogiosa do povo brasileiro. Com flagrante nível de idealização, o antropólogo assinala e incentiva o perfil democrático dos nossos cidadãos. Situa o povo como uma das trincheiras responsáveis por frustrar sucessivas tentativas de golpe exponenciadas por Carlos Lacerda, fornecendo-nos, por suas *Razões*, a ideia de uma verdadeira guerra na qual se sucedem diversas batalhas da “democracia contra o fascismo”.<sup>243</sup> A subsistência da liberdade, posta em xeque repetidamente – 1954, 1955 e 1961 –, não teria sido possível sem a vocação e resistência democrática populares, um dos principais esteios do regime, junto ao Congresso. Desse modo, pelos mesmos motivos e com algum otimismo, aposta-se outra vez em debelar o golpismo, na vitória da democracia como desfecho para a crise de 1963. Neste ponto, as *Razões* reverberam concepção, assinalada por Ferreira (2011), segundo a qual as esquerdas confiam na efetivação das reformas de base, independentemente de medidas conciliatórias, por influência do histórico recente de vitórias trabalhistas-esquerdistas com apoio popular e militar.

Quanto às noções políticas externadas diretamente por Darcy Ribeiro por meio de suas *Razões*, entre outros temas denotativos da cultura política trabalhista, sobressaem-se democracia e participação política popular. A propósito, chama-nos atenção a assertiva de que, para a concretização das admoestações golpistas de Carlos Lacerda em sua “Carta ao Povo” faltaria, “apenas, o destinatário”. Isto é, supõe-se uma defasagem entre o político em

<sup>242</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 32.

<sup>243</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 35.

questão e a sociedade que ele pretende mobilizar em favor do projeto que representa. O “povo” preza a liberdade – também amparada pelo Congresso e as Forças Armadas, instituições igualmente comprometidas com a legalidade democrática –, enquanto o governador revela-se um “autêntico fascista”, almejando “implantar uma ditadura”. Portanto, na perspectiva de Darcy Ribeiro, Carlos Lacerda e o povo “são incompatíveis”, de modo que, em vez de corresponder às incitações do udenista, as refutaria.<sup>244</sup> Apoiando-se em leituras do passado referenciadas pela cultura política trabalhista, esta concepção positiva acerca do engajamento político popular, assim, explicaria porque a empreitada golpista de Carlos Lacerda, embora sistemática, fracassara até então. Para corroborar este quadro interpretativo, busca-se reconstituir o papel do povo frente a crise sucessória de 1961, bem como, por ocasião do restabelecimento do presidencialismo, no alvorecer de 1963.

Conforme já tratamos, em diversas oportunidades, Darcy Ribeiro aponta Carlos Lacerda como um dos principais responsáveis pela renúncia de Jânio Quadros, assim como, pela conseguinte trama urdida para impedir a posse de João Goulart. Resumidamente, reitera a defesa do ministro-chefe do Gabinete Civil, frente a abdicação do presidente, o udenista defende duas soluções: o *impeachment* ou a renúncia do vice-presidente. Nenhuma delas, pois, contemplando o direito constitucional sucessório de Jango. A desistência do titular pressupõe, legalmente, como sucessor imediato, o vice-presidente. Desse modo, a heterodoxa proposta de Carlos Lacerda e setores conservadores consistiria em “dupla lesão à democracia”. Por um lado, ferindo-a pela “degradação do Poder Legislativo”, convocado a avaliar alternativa extralegal. Por outro lado, violando a “vontade popular”, que habilitara Jango pelo sufrágio. Fora então, que:

A repugnância da consciência democrática do povo brasileiro pela manobra subversiva, (...) provocou um dos mais belos e edificantes exemplos de lucidez política, de independência e de inarredável amor à liberdade já dados pelo povo brasileiro.

(...)

Os dias difíceis e de apreensões que a Nação viveu, (...) trouxeram a compensação de uma vigorosa manifestação da consciência política do povo brasileiro, que repeliu com vigor extraordinário o golpe pretendido.<sup>245</sup>

<sup>244</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>245</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11. p. 46 e 48.

Vale assinalar alguns qualificativos atribuídos ao “povo brasileiro” nesta breve passagem: “lucidez política”, “independência” e “amor à liberdade”. Desse modo, na avaliação esboçada em *Razões*, em sintonia com opiniões apresentadas por Darcy Ribeiro em outros contextos, algumas das quais já abordamos, caracteriza-se o povo sobretudo positivamente. Entre outros aspectos, realça-se sua suposta “consciência política” contra o “golpe”, assim entendida como democrática. Esse perfil democrático popular refletir-se-ia no governo João Goulart, convergindo povo e presidente, de um mesmo lado, contra os já conhecidos golpistas, outrora em “manobra subversiva” para impedir a ascensão do principal herdeiro de Getúlio Vargas ao posto mais importante na hierarquia nacional de poder. Portanto, em 1961, em sintonia com a “Rede da Legalidade”, dirigida por Leonel Brizola, a atuação política popular possibilita, concomitantemente, em alguma medida, “impedir a vitória da reação e do golpe de Estado” e “assegurar a continuidade das instituições democráticas brasileiras”. Entende-se que, então, de forma “edificante” e “vigorosa”, o povo – ator coletivo que, tal qual descrito, parece transcender a história, conformando-se em figura utópica – alinhara-se à “liberdade”, à democracia. A solução sucessória, todavia, sustenta-se primordialmente na emenda parlamentarista, uma das mais bem-acabadas expressões da acomodação política, tão recorrente e relevante enquanto expediente em sucessivas crises que marcam nossa história. Assim, não deixa de ser curioso Darcy Ribeiro pressupor afluência imprescindível da participação popular na implementação do parlamentarismo. Por suas *Razões*, as “fôrças populares garantiram” a posse de Jango, também amparado por “imensa parcela das Fôrças Armadas que jamais aceitou o regime de exceção que se quis implantar”. Diante desta frente democrática resultante do encontro entre cidadãos civis e militares, “capitularam os dirigentes do golpe”, todavia, barganhado a mudança da forma de governo responsável por “reduzir a autoridade do Presidente”.<sup>246</sup>

O parlamentarismo é, pois, compreendido por Darcy Ribeiro, conforme suas *Razões*, de modo ambivalente. De um lado, a nova forma de governo garante a posse de João Goulart, nisto correspondendo à lei e à vontade das urnas. Portanto, representando uma vitória democrática e popular. Por outro lado, no entanto, mutilando os poderes presidenciais legítimos de João Goulart, expõe o sucesso dos golpistas. A investidura presidencial fruto da solução parlamentarista, em termos democráticos, configura triunfo fragmentário, injusto e

---

<sup>246</sup> FUNDAR/MDR/U<sub>n</sub>B. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 50-51.

inacabado, evidenciando sérias limitações.<sup>247</sup> Desse modo, a campanha pelo restabelecimento do presidencialismo faz-se relevante e urgente à merecida consolidação das prerrogativas políticas alçadas por Jango. Elevado ao posto de chefe do Poder Executivo federal em perfeito acordo com as regras do jogo, posto que de mãos atadas por um acordo heterodoxo, impõe-se a batalha política pela integralização de seu mandato através do restabelecimento do presidencialismo. Peleja esta crucial e vitoriosa, também teria como esteio a participação popular, outra vez ecoando seu “espírito democrático e legalista”. Desta feita, por meio do *referendum*, ocorrido em janeiro de 1963.

Se a solução parlamentarista fora uma vitória parcial, o plebiscito, ao contrário, é interpretado como vitória plena de João Goulart. Uma verdadeira eleição presidencial para Jango. A apuração dos votos expressivamente majoritários de eleitores que assinalam “não” ao parlamentarismo atestaria, pois, acachapante derrota dos opositores do presidente, especialmente, a Carlos Lacerda. A leitura de Darcy Ribeiro acerca do pleito registrada em sua defesa indica, ainda, a percepção de que o *referendum* atestaria inequívoca guinada no jogo político, não apenas a favor do presidente, mas do regime democrático, comprovando o imbricamento entre vontade popular e liberdade. Em mais uma ilustrativa passagem das *Razões*, avalia-se:

É certo que, antes, [Carlos Lacerda] dizia não interessar ao povo brasileiro o regime ou o sistema de govêrno adotado, constituindo mera contrafação convocar o eleitorado para que decidisse sôbre o seu direito de eleger o seu Presidente ou conferir tal incumbência ao Congresso. Respondeu-lhe o povo com cêrca de 11 milhões de votos, demonstrando, assim, a distância que separa um golpista, da consciência política e das verdadeiras aspirações populares. É certo que, também, assumira a atitude impatriótica, anti-democrática e ilegal de aconselhar o não comparecimento às urnas do ‘referendum’, abstendo-se êle mesmo de votar, como se assim escapasse à derrota que, sem dúvida, era sua, pois a decisão do povo restabelecia o poder de um Presidente que êle, o queixoso, tentou depôr, pela via do ‘impeachment’.<sup>248</sup>

<sup>247</sup> Interessa observar que, enquanto em seus discursos João Goulart, como veremos, realça a dimensão positiva da solução sucessória, com destaque à sua natureza pacífica, Darcy Ribeiro parece priorizar a incompletude da ascensão do petebista ao poder via emenda parlamentarista. Tais nuances, por certo, refletem ensejos contextuais e individuais incidentes de modos particulares sobre o presidente e seu ministro-chefe do Gabinete Civil. O primeiro, pessoal e politicamente mais inclinado a uma (re)construção processual e conciliatória de seus poderes e do projeto de poder que representa. O segundo, muito mais afeito a estratégias políticas combativas e, no caso, interessado em desqualificar seu acusador, Carlos Lacerda, ao mesmo tempo, enquanto adversário político e jurídico.

<sup>248</sup> FUNDAR/MDR/UñB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 53.

Em óbvia sintonia com trabalhistas e afins, Darcy Ribeiro apropria-se do resultado do plebiscito para endossar a participação política popular, defender o regime democrático, legitimar pautas governistas e deslegitimar adversários. O entendimento da vitória no plebiscito como derrota de Carlos Lacerda, exponencial adversário – guru da “conspiração fascista” da “direita” oposta à “democracia” –, é para governistas-reformistas permanente fonte de otimismo político e arma recorrente no confronto a seus opositores. Por vezes, contrabalançando a expectativa corrente de um iminente golpe reacionário, faz recrudescer a confiança na força política do governo federal e concretização do programa reformista. Ademais, como vimos, entende-se que a institucionalidade vigente encontra-se “blindada” pelo compromisso do Congresso – “também vítima” potencial do golpismo lacerdista –, das Forças Armadas e, sobretudo, do povo com a preservação do regime. Na resistência democrática, destacar-se-ia, como já parece claro, o protagonismo popular, cuja condição de trincheira anti-golpista nas crises de 1954 e 1961 seria corroborada pelo resultado do *referendum*. Tal crença em uma vocação democrática do povo leva Darcy Ribeiro a predizer mais um vitorioso desfecho, tendo em vista a crise em curso. Para ele, a população que frustrara o golpe outrora repetiria seu comportamento. Ou seja, supõe que o governo Jango poderia contar com o apoio popular que, outra vez, manifestar-se-ia com êxito em favor das instituições vigentes. Assim, conjecturam suas *Razões*:

(...) se esquece o Sr. Lacerda, ao pregar o golpe com o endosso do Parlamento, hipótese já de si injuriosa e impossível, da presença do povo brasileiro, que impediu uma vez que tal golpe fôsse realizado e o impedirá nas ruas, com a sua bravura, a sua energia, a sua consciência e com os meios e instrumentos de que dispuser, mas desta vez com a exemplar punição dos fascistas, dos inimigos da democracia que o tentarem. Experimente o Governador queixoso levar avante o golpe que trama e prega, que elabora e articula, que leciona em sua cartilha, experimentem êle e seus asseclas levá-lo a efeito, e verão que encontrarão o povo, encontrarão o espírito democrático e legalista das Forças Armadas, encontrarão os homens de bem desta Nação, para escorraçá-los e, de novo, salvar a liberdade que o queixoso e sua grei teimosamente procuram destruir e a constituição que procuram despedaçar.<sup>249</sup>

---

<sup>249</sup> FUNDAR/MDR/UhB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 65.

Darcy Ribeiro externa com clareza a crença no apoio democrático popular e militar como fortaleza em que o governo João Goulart poderia amparar-se na defesa de seu programa reformista e do regime democrático. Não parece haver sombra de dúvida. Tal como observamos acima, espera do bravo, enérgico e consciente “povo brasileiro”, até mesmo, que viesse a recorrer à ação direta para abortar eventual investida golpista que supõe em curso sob arquitetura de Carlos Lacerda. O ministro-chefe do Gabinete Civil parece ainda imaginar que, em sua resistência democrática, o povo não se limitaria a entrincheirar-se, amotinar-se, confrontar a polícia, estilhaçar vidraças ou depredar alvos adversários a fim de repelir mentores de um novo golpe e frustrá-lo. Desta feita, ademais, puniria exemplarmente e escorraçaria os “fascistas” e “inimigos da democracia”. Ao que tudo indica, pois, Darcy Ribeiro conta com a materialização da participação política popular em medidas concretas, quiçá, armadas. Ou seja, que o povo chegue às vias de fato, confrontando abertamente seus adversários. A esta cruzada democrático-popular, também conjectura o antropólogo, seriam solidários militares e “homens de bem”. Portanto, por meio de suas *Razões*, Darcy Ribeiro externa ideias otimistas e, em certa medida, radicais sobre participação política popular e democracia. Desse modo, mostra-se confiante quanto à efetivação das mudanças econômico-sociais propugnadas por João Goulart através de seu programa reformista. Consequentemente, aposta na ascensão democrática, autônoma e consciente do povo, cujo apoio o governo julga desfrutar e propõe-se a representar, numa relação de mútua confiança.

Diante do exposto, aqui resumido e apurado seletivamente sob o crivo de nossos propósitos investigativos, conclui a defesa que Darcy Ribeiro “só tem razões para reiterar a denúncia que fez” acerca da conduta golpista de Carlos Lacerda. Aliás, pondera-se na peça jurídica que suas imputações ao governador não são inéditas ou particulares. Tratando-se de fato notório, o golpismo do udenista fora alvo de críticas desferidas por diversos atores individuais e coletivos em destaque na cena política nacional pretérita e atual. A propósito, notamos que, em alguma medida, o ministro-chefe do Gabinete Civil apropria-se de discursos das esquerdas e, notadamente, do trabalhismo. Há tempos aponta-se Carlos Lacerda, malsinando-o como golpista. Na véspera da renúncia de Jânio Quadros, segundo manifesto da FPN apresentado na tribuna pelo deputado federal Ferro Costa, as atribuições do momento resultariam de “crise provocada pelo Governador Lacerda” com o fito de “perturbação artificial” do “respeito à Constituição e à legalidade”. Com isso, o udenista pretendia

malfadar a ordem democrática e a nova “política exterior brasileira”. Em abril de 1963, conforme abordamos, quem desponta como porta-voz de Brasília para responder Carlos Lacerda, que então já bombardeava João Goulart com seu “arsenal”, é Hermes Lima. Não é difícil constatar que, naquela ocasião, o ministro das Relações Exteriores acusa o governador de tudo que agora motiva-o a processar Darcy Ribeiro. Também vão ao encontro das teses do ministro-chefe do Gabinete Civil, acrescenta sua defesa, “análises criteriosas e enérgicas” de outros atuais integrantes do governo Jango sobre a “Carta ao Povo”. Por exemplo, além de Abelardo Jurema, Waldir Pires e outros que citamos, cujos “depoimentos” postulam a subversão do persistente adversário e a disposição do governo federal em resistir ao golpe que a “Carta ao Povo” anuncia e “descreve a fórmula”, Oliveira Brito, ministro de Minas e Energia. Portanto, questiona a defesa, onde estaria antes a honra que Carlos Lacerda tanto reclama para si que somente agora considera essas “verdades” caluniosas e difamatórias? Por que, apenas contra Darcy Ribeiro, recorre à justiça?<sup>250</sup>

Portanto, fica claro que as *Razões* de Darcy Ribeiro mobilizam elementos político-culturais trabalhistas anteriormente enunciados pelo personagem em terreno político. Embora se trate de uma defesa jurídica, o foco denunciativo observado em sua discursividade prévia, em seara política propriamente dita, é mantido e priorizado. Desse modo, as *Razões* enfatizam definições do campo político adversário, mantendo outra característica importante das abordagens anteriormente enunciadas por Darcy Ribeiro: uma compreensão histórica e/ou processual da política. Vale reiterar nossa hipótese de que sua formação acadêmica o tornaria especialmente propenso a conjecturas desta natureza em meio aos assessores de João Goulart. Nas *Razões*, no entanto, a compreensão histórico-processual exposta por Darcy Ribeiro desde sua posse reaparece depurada de elementos conciliatórios. Longínquos eventos arquetípicos à acomodação política, a exemplo da abolição da escravatura, cedem espaço ao passado imediato. Com isso, sobressaem datas-chaves cruciais à cultura política trabalhista: 1954, 1961 e 1963. Mesmo a posse de João Goulart, correntemente lembrada por seu caráter de acordo, é abordada em sua dimensão de resistência legalista popular e militar, consagrada

---

<sup>250</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.** DR jg gc 1963.07.11. p. 24, 41-42, 53, 54, 58-61. A indagação não é objeto de resposta objetiva nas *Razões*. Ou seja, restringe-se a uma aplicação retórica ou, quiçá, provocativa. Desse modo, acredita-se, visa-se sugerir a compreensão da conduta jurídica de Carlos Lacerda como continuidade de sua atuação política, tal qual conceituada pela defesa-denúncia, inclusive, com base nos discursos evocados a fim de fundamentá-la. Coaduna, pois, à tentativa de isenção do réu quanto às penalidades contra ele requeridas, sempre reforçando sua reiterada condição de denunciante.

pelo restabelecimento do presidencialismo. Enquanto o Darcy Ribeiro ministro, por força do ofício, em regra corrobora a perspectiva conciliatória de Jango, o Darcy Ribeiro réu permite-se postular, com maior clareza, o enfrentamento político aberto. Chega ao ponto, pois, de denunciar o principal adversário do governo como fascista, partícipe de uma arquitetura direitista internacional de poder interessada em sabotar interesses nacional-populares brasileiros através de uma nova “agostada”. Neste passo, a narrativa engendrada pelas *Razões* esteia-se fortemente, ainda, no nacionalismo, soberania nacional, participação política popular e democracia, sabidamente, elementos indicativos da mediação da cultura política trabalhista. Desta feita, evidenciada por um viés mais combativo. Logo, Darcy Ribeiro revela compartilhar, em alguma medida, a percepção de autossuficiência das esquerdas. Isto é, mostra-se confiante na aprovação de pautas do governo trabalhista sem conciliação com setores direitistas, mas mediante apoio popular e militar, a exemplo de sucessos políticos recentes. Não obstante, como veremos a seguir, em dimensão oficial, o ministro-chefe do Gabinete Civil continue a se mostrar, em geral, alinhado à perspectiva conciliatória priorizada pelo presidente.

## **Capítulo 4:** **Dias trabalhistas: Darcy Ribeiro e a narrativa política oficial**

Adiante, dedicamo-nos a identificar ingerências ideológico-intelectuais de Darcy Ribeiro no arcabouço programático-discursivo do governo João Goulart. Concentramos nossa análise, especialmente, em discursos presidenciais pertinentes a duas importantes datas celebrativas: o “Dia de Vargas” e o “Dia da Pátria”. Originais presentes no MDR concernentes a alocações de Jango relativas a estas datas-chaves trabalhistas, 24 de agosto e sete de setembro, em 1963, revelam-nos “digitais” do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Tais documentos vão e vem das máquinas datilográficas de secretárias oficiais à mesa de trabalho de Darcy Ribeiro no Palácio do Planalto. Conservando inserções feias por ele a próprio punho, preservam mais que sua caligrafia, muitas vezes indecifrável, ou seus rabiscos, cortando passagens que, por certo, julgara inconvenientes. Examinando esse material, forjado face à dinâmica ritual da cultura política trabalhista, pretendemos ampliar a compreensão sobre a agência de Darcy Ribeiro como ideólogo. Tentamos divisar ideias e excertos da lavra do fiel assessor integrados às alocações oficiais de Jango. Continua a balizar-nos a perspectiva da cultura política. Assim, seguimos sempre atentos à mediação do trabalhismo na conduta e imaginação reveladas por nosso personagem em terreno político, considerando que, então, aquele relevante ideário floresce e busca frutificar nas cumeeiras da política nacional.

## O “Dia de Vargas”

Compreender o político demanda atenção ao tempo cotidiano. Ou seja, perscrutar o comportamento dos atores em circunstâncias de normalidade. Mas, momentos de excitação – celebração ou conflito – motivam-lhes a explicitar melhor suas concepções e pontos de vista, fundamentais à identificação e entendimento das culturas políticas. Em metáfora, podemos comparar o mandato de João Goulart, desde seu advento, e sobretudo após o restabelecimento do presidencialismo, a uma ilha permanentemente fustigada pelas ondas de um mar bravio, as quais, cada vez mais violentamente, quebram-se em seus flancos, ameaçando imergi-lo em águas agitadas e turvas. Não que o político gaúcho tenha se destacado por disposição ao conflito. Pelo contrário, apesar da retórica oficial eventualmente combativa, sobretudo por parte de assessores e aliados, não falta quem o julgue demasiado conciliador até nas horas mais cruciais; inclusive, correligionários. Às voltas com críticas provenientes de todos os lados – à esquerda, queixam-se da moderação de seu temperamento e medidas; à direita, alarmam-se por seu suposto pendor revolucionário –, face ao agravamento da crise política, Jango encontra em datas solenes ensejo para reafirmar suas referências e propósitos políticos, além de rebater adversários. Agarra-se às cerimônias como oportunidades para justificar-se, buscar reconhecimento, apoio, legitimidade. Nesse sentido, a seguir, abordamos o “Dia de Vargas”. Depois, de maneira análoga, discutiremos o “Dia da Pátria”.

24 de agosto, o dia do suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 1954, constitui-se em uma das mais importantes datas-chaves da cultura política trabalhista. Desde então, ano após ano, adeptos e simpatizantes utilizam-na para homenageá-lo publicamente. Em tais ocasiões, reafirmam-se ideais por ele subscritos em sua carta-testamento e conformados em projeto político, expressam-se reivindicações sociais e políticas. A Praça Marechal Floriano, na Cinelândia, Rio de Janeiro, em cujo centro instalara-se um busto em tributo a Getúlio Vargas por ocasião de seu falecimento, é palco privilegiado para celebrações à sua memória e legado políticos. Em 24 de agosto de 1962, inaugura-se no local um pedestal acrescido de uma placa da carta-testamento, sobre o qual o busto do ex-presidente passa a repousar. Segundo Motta (2000, p. 35-36), naquele ano, um cartaz intitulado “Não traia o ideal de Vargas”, com dizeres anticomunistas do líder político, é hasteado na Cinelândia. Trata-se de ação de grupos de direita

com objetivo de contrapor e/ou criticar a perspectiva das esquerdas sobre o ex-presidente e seu ideário. Desse modo, percebemos que o espaço público em questão torna-se palco estratégico também para disputas em torno da memória de Getúlio Vargas.<sup>251</sup>

Em 1963, por razões logísticas, o rito em celebração à memória de Getúlio Vargas ocorre na véspera, sexta-feira, 23. Em sua coluna em *Última Hora*, registra Octávio Malta:<sup>252</sup>

HOJE o povo irá a tarde, visitar Getúlio simbolizado na singela herma colocada, no dia de sua morte, na Praça Floriano. É a hora do diálogo entre o líder, sacrificado pela Reação, e as massas populares, como acontece todos os anos.

Batista de Paula,<sup>253</sup> por sua vez, no mesmo jornal, refere-se ao culto anual a Getúlio Vargas, a repetir-se em 1963, destacando que, desta vez, contar-se-ia com a presença especial do presidente em exercício. Notícia ele, sem se preocupar em disfarçar seu assentimento e/ou entusiasmo em relação ao ato político trabalhista, ao homenageado e ao protagonista da cerimônia:

FELIZ é o país, como o Brasil, em que o Presidente da República deixa o Palácio da República e vai à praça pública falar a seu povo, dar-lhe explicações de seus planos e pedir-lhe apoio para realizar as reformas exigidas pela conjuntura nacional.

É isto, precisamente, que o Sr. João Goulart fará hoje, na Praça Marechal Floriano, defronte ao busto do saudoso Presidente Vargas, juntamente com o povo da Guanabara, repetindo as homenagens que vêm sendo prestadas à memória do grande estadista desde agosto de 1954, quando Lacerda e seus correligionários o levaram ao suicídio.

Antes de esclarecer outros aspectos do tributo político a Getúlio Vargas no aniversário de sua morte, em 1963, é oportuno assinalarmos que o fato dos articulistas de *Última Hora* atribuírem seu perecimento, respectivamente, à “Reação” e/ou “Lacerda e seus correligionários” não é um dado casual. Como sugerem percepções externadas por Darcy Ribeiro e outros governistas, abordadas em diversos momentos deste trabalho, a representação do suicídio do presidente enquanto assassinato é uma característica da cultura política

<sup>251</sup> Em 1996, com a revitalização da Praça Marechal Floriano, o referido monumento é transferido para uma de suas laterais.

<sup>252</sup> ÚLTIMA HORA. **JORNAIS & PROBLEMAS:** Encontro Com Getúlio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89929>. Acesso: 10.03.2020.

<sup>253</sup> ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR:** Exército Garante Comício do Presidente, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89933>. Acesso: 10.03.2020. Sobre a coluna “Plantão Militar” e seu autor, João Batista de Paula, ver: Carvalho (2013).

trabalhista. Trata-se do entendimento do gesto final de Getúlio Vargas como consequência inescapável da lancinante perseguição contra ele engendrada por seus opositores. Do ponto de vista getulista-trabalhista, a responsabilidade pelo fencimento do líder recai, especialmente, sobre seu maior adversário, outrora deputado e agora governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Conseqüentemente, o político udenista configura-se em excelso inimigo para os trabalhistas, o que ele próprio reforça e perpetua opondo-se a eles radical e sistematicamente. Denotando com clareza vínculos com a cultura política trabalhista e afastando quaisquer dúvidas sobre o papel de *Última Hora* enquanto vetor desta, como fecho ao seu artigo, Batista de Paula convoca explicitamente seus leitores a participarem do ato público: “Vamos todos ao comício, respondendo com a nossa presença às provocações do Governador”.<sup>254</sup>

Outro comentário preliminar se faz necessário. Chamam-nos atenção as semelhanças entre os comícios realizados no Rio de Janeiro, com a presença de João Goulart, na Cinelândia, em 23 de agosto de 1963, e na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, que abordamos no capítulo 6. O primeiro, pouco lembrado e/ou conhecido, parece um ensaio do segundo, acerca do qual há informações abundantes na bibliografia especializada. Além de pautas e atores em comum, ambos revelam alcance que ultrapassa os círculos trabalhistas, mobilizando outros grupos de esquerda. Entre estes, destacam-se os comunistas. A heterogeneidade da adesão esquerdista a esses eventos explica a contundência de certos oradores, posto que, dificilmente, um trabalhista criticaria em público o presidente da mesma maneira. A participação de denominações esquerdistas diversas, contudo, não ofusca a tônica trabalhista dos atos. Muito menos a preeminência desta como referencial dos discursos de Jango e Darcy Ribeiro. Por outro lado, permite-nos perceber que a cultura política trabalhista, especialmente no que toca às mobilizações sindicais e populares, interage de modo importante com a cultura política comunista.

O “comício em memória de Vargas e em defesa das reformas” na Cinelândia, em 23 de agosto, ao qual João Goulart comparece acompanhado de todos os seus ministros civis e militares,<sup>255</sup> fora organizado pelos deputados da Guanabara José Gomes Talarico e Hércules

<sup>254</sup> ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR: Exército Garante Comício do Presidente**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89933>. Acesso: 10.03.2020.

<sup>255</sup> JORNAL DO BRASIL. **Goulart Promete Reformas Dentro De Um Ano Em Comício Garantido Por 15 Mil Soldados**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43233](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43233). Acesso: 22.03.2020. ÚLTIMA HORA. **Trabalhadores nas ruas festejam o Dia de Vargas**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em:

Correia, ambos do PTB, sendo o segundo, simultaneamente, líder do PCB.<sup>256</sup> Apoiam-lhes lideranças sindicais e dirigentes do CGT, com quem, inclusive, reúnem-se na Assembleia Legislativa para definir detalhes da “festa”. A partir do dia 20, CGT, CPOS e PUA passam a conclamar os trabalhadores à manifestação através de “comícios-relâmpagos” realizados em seus locais de ofício. Nessas ocasiões, teriam sido distribuídos “um milhão de exemplares da carta-testamento do Presidente Getúlio Vargas, contendo uma apreciação do Presidente João Goulart sôbre as reformas de Base”. A meta é levar “à Cinelândia mais de 30 mil pessoas”. A princípio, os organizadores não creem que o governo da Guanabara criaria óbices à “homenagem ao falecido Presidente”.<sup>257</sup>

No entanto, a administração estadual logo opina sobre a inadequação do local escolhido para a celebração pública do aniversário de morte de Getúlio Vargas, classifica o ato como “provocação” e proíbe “passeatas”. Por fim, indefere pedidos dos organizadores para desvio do tráfego da Avenida Rio Branco e prestação de segurança pela PM. O governo da Guanabara não permitirá “tumultos” e “agitações nas ruas da Cidade”, afirma coronel Gustavo Borges, secretário de segurança de Carlos Lacerda, que posterga ao limite seu “despacho” contrário às solicitações dos organizadores, ainda sem resposta no dia 20. Desse modo, aprofunda-se o “ambiente de expectativa” e tensão em torno do comício, o qual correligionários de Carlos Lacerda atuantes na esfera federal também tentam frustrar. Oscar Correia, deputado vice-líder da UDN na Câmara, cria alarde especulando sobre intenções subjacentes à anunciada presença de João Goulart na Cinelândia. O fato de Jango ser o primeiro presidente a participar presencialmente da celebração explicar-se-ia, segundo o parlamentar, “porque a Guanabara é o centro onde o Sr. Presidente da República pode

---

<http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89948>. Acesso: 12.03.2020. ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR:** Conjuntura Nacional Revive Caxias e Vargas, Rio de Janeiro, segunda-feira, 26 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/8996>. Acesso: 14.03.2020. A NOITE. “**GETÚLIO VARGAS: DESCANSA. O POVO BRASILEIRO HÁ DE COMPLETAR A TUA OBRA**”, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1963\\_17299.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1963_17299.pdf). Acesso: 05.05.2020.

<sup>256</sup> Para mais informações sobre as trajetórias políticas de Hércules Correia e José Gomes Talarico, ver: FGV. CPDOC. Hércules Correia. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hercules-correia>. Acesso: 05.05.2020; FGV. CPDOC. José Gomes Talarico. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gomes-talarico>. Acesso: 05.05.2020.

<sup>257</sup> JORNAL DO BRASIL. **Governo do Estado Acha que Comício Dia 23 é Provocação**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 14 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42913](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42913). Acesso: 21.03.2020.

proceder, com mais repercussão, à agitação” com o objetivo “de subverter as instituições democráticas”.<sup>258</sup> De sua parte, Jacarandá Cardoso, outro deputado federal udenista, por conseguinte, esforça-se para enquadrar Jango na Lei de Segurança Nacional. Todavia, não obtém êxito.<sup>259</sup>

Apoiadores do comício e do governo federal, porém, denunciam que quem faz “provocações” é Carlos Lacerda e seus aliados. Segundo Batista de Paula,<sup>260</sup> por um lado, “para empanar o brilho da manifestação popular”, o governador mobiliza seu aparato oficial, especialmente a Secretaria de Segurança, cujo veto a passeatas visaria desencadear “atritos”, “violências” e “perturbação da ordem”. Por outro, também para esvaziar o ato público, recorreria a “expedientes escusos”. Na tribuna da Assembleia, no próprio dia 23, José Gomes Talarico faz um balanço da “sequência de recursos” empregados pelo governo estadual “a fim de torpedear” o “grande comício” em homenagem à “memória de Getúlio Vargas e pelas reformas de base”, programado para logo mais, à noite. Cita a contenção e desvio em linhas de transporte subúrbio-centro; impedimento do acesso de “viaturas” – isto é, veículos de entidades sindicais utilizados para transporte de trabalhadores – à Cinelândia por “agentes de trânsito”; “pressões” sobre comerciantes para abreviarem o funcionamento, dispensar seus empregados e instruí-los a não comparecerem ao comício “porque não haverá segurança”; cancelamento das aulas em “colégios particulares” e antecipação do horário de encerramento das atividades nas demais escolas, “sendo os pais de alunos alertados da ameaça de desordem” pela Secretaria de Educação.<sup>261</sup>

---

<sup>258</sup> JORNAL DO BRASIL. **Govêrno do Estado Acha que Comício Dia 23 é Provocação**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 14 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42913](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42913). Acesso: 21.03.2020.

<sup>259</sup> ÚLTIMA HORA. **JORNAIS & PROBLEMAS**: Encontro Com Getúlio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89929>. Acesso: 10.03.2020.

<sup>260</sup> ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR**: Exército Garante Comício do Presidente, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89933>. Acesso: 10.03.2020.

<sup>261</sup> ÚLTIMA HORA. **JORNAIS & PROBLEMAS**: Encontro Com Getúlio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89929>. Acesso: 10.03.2020. ÚLTIMA HORA. **Ódio à Verdade, Provocação & Bilis**, Rio de Janeiro, sexta, 23 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89930>. Acesso: 10.03.2020. ÚLTIMA HORA. **Lacerda Fechou Escolas e Comércio Para Torpedear Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89946>. Acesso: 12.03.2020. ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR**: Exército Garante Comício do Presidente, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89933>. Acesso: 10.03.2020.

Dada a recusa do policiamento da PM às atividades do “Dia de Vargas” e consequente recolhimento de seus soldados aos quartéis já no período matutino do dia 23 de agosto,<sup>262</sup> o governo federal destacara efetivo de “15 mil homens Exército” a fim de guarnecer a cidade do Rio de Janeiro e garantir a segurança da celebração. Ou, no dizer do presidente e apoiadores, garantir ao povo o direito democrático de reunião cerceado por Carlos Lacerda. Ao raiar do dia, militares do I Exército, por meio de vários destacamentos, ocupam locais “estratégicos” da capital fluminense. A “maior concentração” ocorre no Campo de Santana, localizado na Avenida Brasil, diante do Palácio da Guerra. Tanques enfileiram-se no “Atêrro da Glória” e “Tabuleiro da Baiana”. Às ordens do general Anfrísio da Rocha Lima, soldados patrulham, ainda, diversos pontos importantes, incluindo “serviços públicos, como os de telefones, gás e luz”. Por toda parte, constituem ostensiva “demonstração de fôrça”, automóveis de assalto, infantaria blindada, obuses, canhões antiaéreos, homens portando fuzis e metralhadoras. 2500 soldados, 200 oficiais do Serviço Secreto do Exército à paisana e vários tanques encarregam-se de garantir a segurança na Cinelândia, garantindo um “policiamento perfeito”, de modo que o evento transcorresse “sem incidente algum”.<sup>263</sup> Tal demonstração de força militar parece pretender, também, representar uma demonstração de força do governo federal.

Às 16 horas, as portas do comércio estariam cerradas. No entanto, ao contrário do que pretende o governo estadual, há passeatas. Muitas. Trabalhadores de várias categorias e sindicatos, destacando-se ferroviários, marítimos e portuários, convergem “pacificamente”, em grupos, à Cinelândia. Inicialmente compostas por cerca de mil integrantes, as turmas congregam-se e ganham a adesão de mais pessoas pelo caminho. Ao passo que se aproxima do destino, “mais se avolumava a massa”. “Abaixo Lacerda!”, “Viva o Brasil!”, repetem em coro, com “bastante exaltação”, “empregados da Central do Brasil”. Parte deles empunha cartazes nos quais se lê: “Reformas já ou então revolução”, “Já estamos cansados de esperar”,

<sup>262</sup> “Era total a ausência da Polícia Militar no serviço de segurança” no local do comício, registra: ULTIMA HORA. **ORADORES:** – PAÍS EXIGE REFORMAS, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020.

<sup>263</sup> ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR:** Exército Garante Comício do Presidente, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89933>. Acesso: 10.03.2020. JORNAL DO BRASIL. **Goulart Promete Reformas Dentro De Um Ano Em Comício Garantido Por 15 Mil Soldados**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43233](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43233). Acesso: 22.03.2020. JORNAL DO BRASIL. **Exército Ocupa a Cidade Para Garantir Um Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43248](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43248). Acesso: 27.03.2020.

“Agora ou nunca!”. Exibem, ainda, “bonecos” representando adversários, entre eles, “gorilas” com os dizeres: “Eu é que estou com medo de morrer”.<sup>264</sup> As “vibrantes comitivas” também bradam o nome de “Vargas”, trazem “bandeiras dos sindicatos” que “coloriram a cidade” e faixas expressando seu desejo por “uma reforma autêntica e imediata, que torne realidade a justiça social”. Há, ainda, faixas com críticas políticas: “Jesus Cristo deu peixe aos pobres. Lacerda deu pobres aos peixes”, lê-se em uma destas, erguida acima das cabeças de integrantes de um grupo puxado por um homem que ostenta a bandeira do Brasil – signo recorrente entre os “trabalhadores, estudantes, funcionários, donas-de-casa” e demais segmentos que fazem do comício um “entusiástico ato cívico”.<sup>265</sup> As pessoas presentes ao evento assistiriam a várias apresentações e discursos. A João Goulart caberia a fala de encerramento.<sup>266</sup>

O presidente chega ao comício em torno das 19:30. O largo encontra-se “lotado” em “tôda sua extensão”. Há gente por todos os lados do palco, inclusive aos fundos, nas vias de acesso e até em cima das árvores. A reunião para homenagear Getúlio Vargas e defender as reformas básicas resulta em mais um “comício-monstro”.<sup>267</sup> Estima-se o comparecimento entre 9 e 100 mil pessoas. Cálculos tão elásticos levam a crer que um número próximo ao meio termo represente de modo verossímil a “multidão” então reunida. O estrepitoso júbilo

<sup>264</sup> JORNAL DO BRASIL. **Trabalhadores Saíram em Passeata Com Cartazes Pedindo as Reformas**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43236](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43236). Acesso: 24.03.2020.

<sup>265</sup> Abundam reivindicações pela imediata realização das reformas – “Jango, faça logo as reformas” – e críticas a Carlos Lacerda – “O comício é legal; matar mendigos é ilegal”, “O comício é legal, as contas de Lacerda são ilegais”, “O comício é legal, as violências da política de Lacerda são ilegais”, etc. ÚLTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas**: – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020. ÚLTIMA HORA. **ORADORES**: – PAÍS EXIGE REFORMAS, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020. ÚLTIMA HORA. **Trabalhadores nas Ruas Festejam Dia de Vargas**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89948>. Acesso: 12.03.2020. ÚLTIMA HORA. **Tanques Garantem a Marcha do Povo Para a Cinelândia**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89948>. Acesso: 12.03.2020.

<sup>266</sup> JORNAL DO BRASIL. **Goulart Promete Reformas Dentro De Um Ano Em Comício Garantido Por 15 Mil Soldados**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43233](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43233). Acesso: 22.03.2020.

<sup>267</sup> A NOITE. **“GETÚLIO VARGAS: DESCANSA. O POVO BRASILEIRO HÁ DE COMPLETAR A TUA OBRA”**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1963\\_17299.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1963_17299.pdf). Acesso: 05.05.2020. A definição “comício-monstro” ou, correlatamente, “concentração-monstro”, ora empregada por este periódico, é recorrente como auto-descrição em eventos públicos de orientação sindical, varguista e/ou trabalhista desde os tempos de Getúlio Vargas.

com que ela recepciona João Goulart interrompe por alguns minutos José Serra, presidente da UNE, ora ao microfone. Jango é então “vivamente ovacionado” e “carregado até o palanque oficial pelos populares”. No percurso, “uma avalanche de pessoas” o cerca para lhe “dar a mão ou abraçá-lo”.<sup>268</sup> Ainda que se possa depreender algum nível de teatralização, inerente ao “Dia de Vargas” e atos públicos afins, por certo, o mandatário obtém caloroso acolhimento. Ao chefe do executivo federal, além de José Serra, antecedem diversos oradores. Convém recuperarmos alguns aspectos de suas falas. Isto nos permitirá compreender eventuais intertextualidades, convergências e discrepâncias entre o conjunto narrativo conformado no comício e o pronunciamento presidencial. A memória de Getúlio Vargas, as reformas de base, críticas a adversários e, inclusive, à política de conciliação de Jango constituem o repertório temático de seus predecessores no púlpito. Cada qual, dirige-se à volumosa audiência com as ênfases condizentes a seus perfis ideológicos e representatividades, despertando respostas mais ou menos calorosas. Desse modo, cotejando o discurso presidencial às demais falas, notamos predominante harmonia de conteúdo. As dissonâncias, por sinal extensivas ao público, competem à perspectiva conciliatória preconizada pelo governo federal como método à implementação das reformas de base.

Discursam na celebração do “Dia de Vargas” lideranças sociais e políticos. Entre estes, especialmente, trabalhistas. Começamos pelo primeiro grupo, do qual faz parte José Serra. Após todos se acomodarem no palanque, cercado pelas mais altas autoridades civis e militares federais, inclusive João Goulart, o estudante universitário retoma sua exposição. Ataca “veementemente” o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, o presidente norte-americano, John Kennedy, a Aliança para o Progresso e o IBAD. José Serra é “calorosamente ovacionado” pelo público, em especial, ao solicitar a Jango “definições” e “a expulsão” de

---

<sup>268</sup> O governo da Guanabara calcula a presença de nove mil pessoas na Cinelândia. Enquanto agências internacionais noticiariam 20 mil, “outras fontes” contabilizam 40 mil presentes. JORNAL DO BRASIL. **Goulart Promete Reformas Dentro De Um Ano Em Comício Garantido Por 15 Mil Soldados**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43233](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43233). Acesso: 22.03.2020. Todavia, há notícias de “cêrca de 100 mil pessoas entusiasmadas e decididas, pedindo que os termos da ‘Carta Testamento’ sejam tornados realidade”. ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR: Conjuntura Nacional Revive Caxias e Vargas**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 26 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89965>. Acesso: 14.03.2020. ÚLTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas**: – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020. Segundo o periódico, o comício na Cinelândia revela-se “espetáculo sem precedentes na vida pública dêste Estado. Dentro em pouco, por volta das 19h, a Praça Floriano estava inteiramente tomada por um formidável multidão de trabalhadores, estudantes, funcionários, donas-de-casa, comprimindo uns aos outros, por cima de árvores e postes ouvindo e aplaudindo entusiasmadamente os oradores.”

Crockratt de Sá da sua assessoria sindical. No palco, ao lado do presidente, Crockratt de Sá esboça “um leve sorriso”, enquanto testemunha as delegações de trabalhadores do PUA e CGT agitarem cartazes que, igualmente, pedem sua cabeça. O líder estudantil ainda aborda a elegibilidade dos sargentos e conclama o povo à “luta sem tréguas” por “reformas de fato”. Outra fala a se destacar é a de Rafael Martineli, presidente nacional da Federação dos Ferroviários, representante do CGT e também militante do PCB. Ele e José Serra teriam sido os oradores mais aplaudidos, superando até o presidente.<sup>269</sup>

Rafael Martineli denuncia abusos da PM carioca contra sindicatos, operários e populares. Entre outras reivindicações, exige 13º salário a aposentados e pensionistas, “encampação” de empresas estrangeiras dos ramos elétrico, farmacêutico e frigorífico. A exemplo de José Serra, condena a política de “conciliação com os traidores da Pátria”. Na opinião de Rafael Martineli, a estratégia de João Goulart não só seria inócua ao “progresso” nacional, como relegaria as reformas de base a “conchavos das cúpulas reacionárias”. Não obstante, coaduna com o governo federal ao avaliar que, sem mudança constitucional, a reforma agrária “não é reforma, mas um próspero negócio para quem nos explora”. Ainda se dirigindo ao presidente, argumenta que, assim como o legado de Getúlio Vargas, “deve iluminar nossa estrada” o “exemplo” das recentes “lutas patrióticas do nosso povo”. Sem estas, ressalta Rafael Martineli, o atual mandatário, alvo das “mais poderosas investidas dos inimigos externos e internos de nossa Pátria”, sequer teria alcançado a presidência. A propósito, indaga:

(...) não saímos às ruas em todo o Brasil para por em prática os ideais patrióticos da carta-testamento de Vargas? Não impedimos que os inimigos da Pátria concretizassem suas tentativas de ditadura? Não asseguramos a posse de Vossa Excelência? Não asseguramos os poderes constitucionais de Vossa Excelência?<sup>270</sup>

Desse modo, fiando-se pelo apoio popular franqueado a João Goulart em recentes e cruciais conquistas políticas, Rafael Martineli incentiva-o a uma definição. Cobra-lhe um posicionamento político claro quanto à implementação das reformas de base: “precisamos ter

<sup>269</sup> O registro de que João Goulart “não foi dos oradores mais aplaudidos no comício”, recebendo “menos palmas e vivas” que José Serra e Rafael Martineli é feito por: JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020.

<sup>270</sup> ULTIMA HORA. **ORADORES: – PAÍS EXIGE REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020.

certeza de que Vossa Excelência, com o apoio dos trabalhadores, realizará as reformas de estrutura, imediatamente, sem mais delongas”, diz o sindicalista. Isto posto, condiciona o apoio dos trabalhadores a Jango. Ele o terá, novamente, mas se “continuar, como hoje, em praça pública, junto aos operários e ao povo, até a vitória final” das “reformas básicas”. Ao despedir-se, Rafael Martineli faz ecoar uma emblemática reflexão: “que em 1964, essas homenagens, para serem dignas do sacrifício e da carta política de Vargas, sejam realizadas comemorando-se a vitória das reformas de base”.<sup>271</sup> Portanto, o líder sindical incita-nos a ampliar seu raciocínio, ponderando correlatamente que, sem reformas, o governo Jango não faria justiça à memória de Getúlio Vargas e sua carta. Isto é, não teria razão de ser. Talvez, por isso, Jango abraçara o programa reformista com tamanha obstinação.

Passando à turma dos políticos, Badger Silveira (PTB) destaca-se por sua pomposa chegada ao evento. O governador do estado do Rio de Janeiro advém por entre o público sobre as costas de trabalhadores que, ao seu redor, erguem 1200 archotes inflamados com petróleo da Petrobras em homenagem a Getúlio Vargas. A chama de uma tocha chega a chamuscar-lhe o cabelo. Do púlpito, já recomposto, Badger Silveira exalta “a memória do grande estadista brasileiro”. Em clima menos teatral e tom mais pragmático, assinala, o comício destina-se também a “formarmos unidos em tórno do Presidente João Goulart” em defesa “das reformas de base, especialmente a reforma agrária”, apelando ao Congresso por sua aprovação “porque estarão votando em favor do Brasil”. Elói Dutra (PTB), vice-governador da Guanabara,<sup>272</sup> após elogiar Getúlio Vargas e recordar agosto de 1954 como

<sup>271</sup> ULTIMA HORA. **ORADORES: – PAÍS EXIGE REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020. JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020. A NOITE. **“GETÚLIO VARGAS: DESCANSA. O POVO BRASILEIRO HÁ DE COMPLETAR A TUA OBRA”**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1963\\_17299.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1963_17299.pdf). Acesso: 05.05.2020. Importa sublinhar que a intervenção de Rafael Martinelli evidencia o “Dia de Vargas” como palco privilegiado a apresentação de pautas reivindicatórias e posicionamentos políticos de trabalhadores e demais segmentos da sociedade civil organizada. Além de representantes sindicais e estudantis, observa-se a presença de mulheres e núcleos partidários. Dado o mote do evento, desnecessário dizer que concentra, predominantemente, atores vinculados ao trabalhismo e as esquerdas. Ou, conforme então define João Goulart em seu discurso, “fôrças progressistas”.

<sup>272</sup> Semelhantemente ao que acontecera na esfera federal em 1960, com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart, na Guanabara, Carlos Lacerda e Elói Dutra também são eleitos por correntes políticas adversárias. Como sabemos, as escolhas para os cargos de titular e vice dos poderes executivos no período, diferentemente das regras atuais, ocorrem separadamente. Ademais, governadores e vice-governadores eram definidos em pleitos com calendários distintos. Logo, o mandato de Carlos Lacerda decorreria entre 1960 e 1965, enquanto o de Elói Dutra transcorreria entre 1963 e 1967. Acresce, ainda, que Elói Dutra exerce simultaneamente os mandatos de vice-governador e deputado federal da Guanabara, para os quais elegera-se no mesmo pleito. FGV.

tragédia nacional, afirma: “temos contra nós uma poderosa máquina, uma camarilha da Pátria, indiferente ao povo”. Não obstante, vaticina, “nossas vitórias irão continuar, pois temos em nós a chama do nacionalismo”. Falando diretamente para João Goulart, diz o vice-governador: “Para a frente, Presidente. A luta por essas reformas é sagrada. Podeis dizer, depois: Presidente Vargas, vossa missão foi cumprida”.<sup>273</sup> Mais uma vez, põe-se em relevo o intrínseco compromisso de Jango para com o ex-presidente, condicionando-se o êxito do mandato exercido pelo primeiro à continuidade da obra iniciada pelo segundo.

Sérgio Magalhães (PTB), deputado federal, ao assumir a palavra, convergindo com o vice-governador da Guanabara e o representante do CGT, exorta João Goulart a defrontar “os imperialismos”, “o latifúndio” e as “concessionárias” através da simples encampação destas “e não [d]a compra de ferro velho”. Ademais, defende o cumprimento da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior, tema que viria a se destacar nos meses seguintes. Por fim, elogia o companheiro de legenda e bancada, Leonel Brizola, “como legítimo representante do pensamento atual do povo brasileiro”. Em resposta, obtém expressivos aplausos para Brizola que, no momento, cumpre agenda no Rio Grande do Sul.<sup>274</sup> Sobe ao púlpito, também, o filho primogênito do homenageado, o deputado estadual Lutero Vargas (PTB). Para ele, “aquilo a que assistimos no momento é o conservadorismo, o reacionarismo, querendo impedir o desenvolvimento nacional”. Porém, “os valores eternos de Getúlio Vargas

---

CPDOC. **Elói Dutra**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eloi-angelo-coutinho-dutra>. Acesso: 23.05.2020.

<sup>273</sup> ULTIMA HORA. **ORADORES: – PAÍS EXIGE REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020. JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020. A NOITE. **“GETÚLIO VARGAS: DESCANSA. O POVO BRASILEIRO HÁ DE COMPLETAR A TUA OBRA”**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1963\\_17299.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1963_17299.pdf). Acesso: 05.05.2020.

<sup>274</sup> A presença de Leonel Brizola no comício do dia 23, por certo muito esperada, é objeto de controvérsias prévias. O CGT teria admitido a possibilidade de veto à presença do deputado por parte de João Goulart. A FMP, que não atua diretamente na organização do ato, desmente o veto, mas assume a possibilidade de ausência de seu coordenador em razão de “constrangimentos”: primeiro, Jango teria manifestado preferência pela participação de Lutero Vargas; segundo, ao lado do presidente, Leonel Brizola não poderia “fazer o discurso que queria e devia fazer”. A secretaria de Imprensa da Presidência, no entanto, desmente o suposto veto de Jango à presença do cunhado. Por fim, o próprio Leonel Brizola declara sua disposição em comparecer à concentração, “caso se encontre na Guanabara”. Entretanto, viaja ao seu estado natal no período do evento. JORNAL DO BRASIL. **Brizola Viajou Para o Sul e Não Virá ao Comício Dia 23**, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43117](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43117). Acesso: 22.03.2020. Miguel Arrais também não comparece à concentração do “Dia de Vargas”. O motivo é a coincidência entre seu depoimento na CPI do IBAD e o ato. Não obstante, também “foi vivamente aplaudido pela massa operária” quando mencionado por José Serra. JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020.

continuarão conclamando o povo para a grande alvorada de libertação do Brasil”, prevê. Antes de despedir-se, defende que “as reformas de base devem ser postas com urgência em prática”. Por seu turno, endurecendo o tom contra os opositores de Getúlio Vargas, de João Goulart e das reformas, diz o senador Artur Virgílio (PTB): “esta noite é de advertência contra os fascistas, contra os homens de formação totalitária, homens que não sabem o que é Democracia, que deturpam o seu sentido visando seus próprios interesses”.<sup>275</sup>

Em 23 de agosto de 1963, um avião especial da FAB deixa Brasília com destino à cidade do Rio de Janeiro. Nele viajam, a fim de participarem do comício na Guanabara, os deputados federais Sérgio Magalhães, Antônio Garcia Filho, Bocaiúva Cunha e Marco Antônio Coelho (representante da FPN no evento e militante do PCB). Com eles está Darcy Ribeiro. Quando o grupo desembarca em seu destino, a manifestação já está em andamento. Encaminham-se, pois, direto para a Cinelândia. Não há registros de que o ministro-chefe do Gabinete Civil tenha feito uso da palavra durante a celebração ou em qualquer ato semelhante. Ademais, em meio aos papéis relativos ao exercício de Darcy Ribeiro no cargo, disponíveis em seu acervo pessoal, inexistem anotações que sugiram um pronunciamento próprio nas homenagens prestadas a Getúlio Vargas, naquele ano, com especial destaque. O acervo do MDR contém excertos datilografados referentes ao nono aniversário de morte de Getúlio Vargas. Porém, o enunciante é João Goulart. Ou seja, tudo indica tratar-se de tópicos produzidos e/ou revisados pelo ministro-chefe do Gabinete Civil para a apresentação pública do presidente no “Dia de Vargas”. Se, por um lado, as evidências corroboram o silenciamento de Darcy Ribeiro no evento e outros espaços de manifestação oficial, por outro, indicam que sua atuação foi além de simplesmente postar-se no palanque ao lado de Jango junto com novo ministério, ali integralmente reunido, para encenar uma unidade político-programática governista. Denota, desde logo, a agência do antropólogo, empossado há pouco mais de um mês, na elaboração ideológico-discursiva do governo trabalhista.

Os tópicos originais datilografados disponíveis no MDR, os quais identificamos ao discurso proferido por João Goulart na Cinelândia, em 23 de agosto de 1963, e atribuímos

---

<sup>275</sup> ULTIMA HORA. **ORADORES:** – PAÍS EXIGE REFORMAS, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020. JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020. A NOITE. **“GETÚLIO VARGAS: DESCANSA. O POVO BRASILEIRO HÁ DE COMPLETAR A TUA OBRA”**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1963\\_17299.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1963_17299.pdf). Acesso: 05.05.2020.

à (co)autoria de Darcy Ribeiro, são fragmentários. Aparentam um esboço ou rascunho. Não cobrem a totalidade do pronunciamento presidencial repercutido pela imprensa nem coincidem literalmente com ele.<sup>276</sup> Entretanto, o discurso de Jango no “Dia de Vargas” não fora simplesmente lido. Discorrendo durante aproximadamente 40 minutos, o presidente combina roteiro e improviso, eventualmente, retomando assertivas de antecessores na tribuna.<sup>277</sup> No entanto, parece-nos importante que os tópicos assentados por Darcy Ribeiro convergem aos aspectos mais cruciais da fala proferida por Jango: a memória de Getúlio Vargas e as reformas de base, eixo central do próprio comício. Desse modo, originais e discurso equivalem-se quanto as ideias centrais e são fiéis a um mesmo terreno político-cultural. A palestra de Jango bem pode ser a variação formal de um *script* em cuja elaboração o auxiliara, com alguma proeminência, o ministro-chefe do Gabinete Civil. Portanto, quanto à atuação do nosso personagem como ideólogo do governo trabalhista, embora as convergências indicadas possam até ser tomadas como óbvias, soa-nos significativo que suas anotações verssem acerca dos assuntos mais essenciais na ocasião, sendo um deles, primordial à gestão a que serve: as reformas de base. Isto corrobora, além de sua condição de ideólogo em si, a confiança depositada por Jango em Darcy Ribeiro.

Dessa maneira, antes de examinar o discurso de João Goulart no “Dia de Vargas”, vejamos algumas passagens do documento arquivado por Darcy Ribeiro. Segundo o texto, que tomamos por versão preliminar da explanação proferida no evento pelo presidente, diria ele:

<sup>276</sup> A única coincidência literal entre os originais de Darcy Ribeiro e o discurso de João Goulart no “Dia de Vargas” é intertextualidade com o mesmo trecho da carta-testamento em que Getúlio Vargas prenuncia: “esse povo de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém”. Ver: FGV. CPDOC. **Carta-testamento** (cópia datilografada). GV c 1954.08.24/2. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>. Acesso: 15.05.2020. Uma breve análise do documento encontra-se em: FGV. CPDOC. LAMARÃO, Sérgio. **CARTA TESTAMENTO**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-testamento>. Acesso: 15.05.2020.

<sup>277</sup> Observa-se que João Goulart discursa “norteador por um roteiro que superou o texto elaborado pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República”. Bem como que, de início, segue “um roteiro previamente preparado”, consultando-o “ao início de cada assunto abordado”. Entretanto, na “segunda metade de sua fala, (...) discorreu livremente, de improviso, agradando mais à assistência, que notou a diferença e a ela correspondeu com aplausos mais frequentes”. JORNAL DO BRASIL. **Goulart: Reforma Só Com Emenda da Carta**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020. JORNAL DO BRASIL. **40 mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 11.05.2020. Notemos que, segundo testemunhos, João Goulart: “Aparentemente tímido, transformava-se diante da multidão, ocasião em que se superava, especialmente quando, nos comícios, abandonava o texto escrito. Aí se agigantava. Desaparecia a timidez, aparecia o tribuno entusiasmado com a presença das massas” (JOSÉ, 2018, p. 49).

Não faltam ao meu govêrno empreendimentos e iniciativas de grande porte e da maior repercussão para grandes segmentos geográficos e populacionais do Brasil. Mas, sem dúvida alguma, desde o infausto desaparecimento do grande Presidente Vargas, neste mês de agosto, há nove anos, o ímpeto criador e reformador das instituições, desde as bases até às cúpulas, não foi certamente a tônica da ação governamental. As pressões que no momento se fazem sentir sôbre meu governo, ao reatar com o maior vigor a política contida na imorredoura carta-testamento do presidente-mártir, são ainda as mesmas que o conduziram à sua auto-imolação para que o povo brasileiro ‘jamais fôsse escravo de ninguém’.<sup>278</sup>

De pronto, o texto proposto a João Goulart aciona como estratégia político-discursiva governista representações caras à cultura política trabalhista. Getúlio Vargas como expoente referencial precípua do trabalhismo e redentor sacrificial do “povo brasileiro”, ou “presidente-mártir”, é a primeira. A segunda é que a administração de Jango restabelece a política reformista inspirada por Getúlio Vargas em seu manifesto cabal. A compreensão de que as gestões de Getúlio Vargas e Jango devotam-se ao mesmo projeto político, são elos de uma mesma corrente, resulta em outra ideia recorrente. A de que são alvo dos mesmos adversários. Darcy Ribeiro (1997) reitera tais representações ao avaliar o significado e impactos políticos da trágica morte de Getúlio Vargas. Apoiando-se claramente em terreno político-cultural trabalhista, afirma:

O suicídio foi o último gesto político que restou a Getúlio para enfrentar a oposição civil e militar e vencê-las. As outras alternativas seriam desencadear a luta armada, a guerra civil, a partir das tropas do Sul do Brasil, que comunicaram a ele, através de Leonel Brizola, que estavam ao seu lado para o que desse e viesse. Optando pelo suicídio, depois de uma trágica reunião ministerial em que todos, exceto Tancredo Neves, optavam por sua renúncia, Getúlio reverteu inesperadamente o quadro político. A oposição udenista, apavorada, fugiu por toda parte com medo da fúria popular que rugia em todo país. A conseqüência foi que, em vez de Lacerda se fazer presidente, o presidente foi Juscelino Kubitschek e Jango ascendeu à Vice-presidência (RIBEIRO, 1997, p. 276).

<sup>278</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. DR jg gc 1961.08.25. Ao contrário do que ocorre em exposições individualizadas ou, ainda, em narrativas auto-biográficas produzidas por Darcy Ribeiro (1997) com maior distanciamento temporal, discursos oficiais dos tempos do governo João Goulart evitam o termo “suicídio”. Nesse sentido, recorre-se a eufemismos como “infausto desaparecimento”, “auto-sacrifício”, “auto-imolação”, dentre outros. Isto se aplica de maneira mais ampla ao segmento político ao qual o presidente vincula-se diretamente. Há aí intenções estruturadas a partir de referências político-culturais trabalhistas. Primeiro, purificar a trajetória de Getúlio Vargas quanto ao potencial sentido negativo do ato. Segundo, ressignificá-lo positivamente como ação deliberada, consciente, generosa e, logo, heroica em favor do povo e do país. Não obstante eventuais diferenças terminológicas, entre simpatizantes, por regra, a biografia do ex-presidente é representada de modo a conferir-lhe envergadura de mártir. Dessa maneira verifica-se, em sentido semelhante, estratégico silêncio trabalhista a respeito do passado ditatorial de Getúlio Vargas.

Um ponto de vista mais amplo sobre as memórias de Darcy Ribeiro (1997) o revela associando Getúlio Vargas e João Goulart sob outros aspectos. Por exemplo, equipara Getúlio Vargas e Jango, os dois mais notórios líderes da tradição, pelo prisma do sacrifício. Se ao derramar o próprio sangue, abstendo-se das armas intermediadas por Leonel Brizola, então deputado estadual do Rio Grande do Sul, o primeiro evitara o fratricídio, dez anos mais tarde, em 1964, o segundo demonstra mérito igual. Ao preferir exilar-se a acionar apoio bélico em defesa da presidência da república outra vez mediado por Leonel Brizola, agora deputado federal, Jango teria livrado o país de uma possível guerra civil e, logo, de muitas mortes. Com esse entendimento, Darcy Ribeiro reverbera o apelo conciliatório, artifício transversal empregado na narrativa e tática políticas dos governantes trabalhistas, já acionado, como vimos, em seu discurso de posse como ministro-chefe do Gabinete Civil. Percebemos a incidência da conciliação da *persona* de Jango à defesa das reformas de base. Norteando desde a solução ao impasse sucessório de 1961 ao seu acomodatício desenlace. E, por fim, explicando os dolorosos acontecimentos de 1964. Em todo caso, o expediente da conciliação destina-se a legitimar perspectivas do governo trabalhista. Portanto, ainda que anteceda ao exercício do antropólogo como ministro-chefe do Gabinete Civil, e possa, como vimos, ultrapassar os limites da cultura política trabalhista (MOTTA, 2018; PEREIRA, 2017), o recurso de Darcy Ribeiro à conciliação como chave de leitura das experiências em vista permite-nos percebê-lo apropriando-se desta e outras representações correntes no universo político-cultural do trabalhismo.

Voltando à versão preliminar do discurso presidencial para o “Dia de Vargas” arquivada por Darcy Ribeiro, outro ponto chave é a “imorredoura carta-testamento”, um dos documentos referenciais para a cultura política trabalhista. Nas circunstâncias analisadas, seja nos bastidores ou no púlpito, ela é monumentalizada como um paradigma perpétuo à trajetória e fins políticos trabalhistas. Desse modo, como será possível observar continuamente, assistimos aos atores políticos atestando seu lugar entre os documentos (re)fundadores de um projeto político ou de futuro posto como essencial ao Brasil, à liberdade e prosperidade de seus cidadãos. A derradeira epístola de Getúlio Vargas reaviva, a cada instante, seu modelo político-administrativo, sendo ora acionada como fonte de inspiração e legitimidade ao programa de reformas estruturais almejado por João Goulart. Contra a altruísta doutrina varguista-janguista – ou, simplesmente, trabalhista –, posicionar-se-iam apenas elementos

minoritários, retrógrados e mesquinhos, opositores do legado do “grande Presidente Vargas” e, logo, dos autênticos interesses do povo e do país. Opositores estes que, embora obstinados, não obtém completo êxito. Afinal, com Jango (detentor do bastão do “presidente-mártir”) à frente, o atual governo retomaria objetivamente as lições da eterna carta política trabalhista. Cabe observar que Darcy Ribeiro (1997) endossa Jango como legítimo representante e/ou herdeiro de Getúlio Vargas, bem como, seu reconhecimento como legatário do líder morto, popularmente e pela oposição. Seria Jango, na opinião do antropólogo, ainda, profundo conhecedor das estruturas político-econômicas e dos problemas concretos do Brasil, estando disposto a saná-los. Portanto, erroneamente subestimado pelos intelectuais como um ingênuo.<sup>279</sup> Logo, faria sentido Jango denunciar que as “pressões” que acometem seu governo seriam “as mesmas” responsáveis pela “auto-imolação” de Getúlio Vargas, efetivada em sacrifício para a salvação, libertação e o bem-estar do “povo brasileiro”, como todas as suas ações.

Segundo os excertos de Darcy Ribeiro, no “Dia de Vargas”, como quem reivindica para si a condição de discípulo do homenageado, João Goulart ainda diria:

(...) jamais deixaremos também de erguer bem alto o fanal que nos foi legado por Vargas para – através da lógica dos fatos e pela firmeza de propósitos e serenidade do governo – desmascarar aqueles que, na calada da noite, ou entre o vozerio das agitações estéreis, procuram desviar a atenção do povo dos seus problemas mais vitais, quais sejam os referentes às reformas de base.

Este tópico soa-nos como pacto incondicional entre o atual presidente e o líder político celebrado. Operando o “fanal” nacionalista, popular e reformista herdado de Getúlio Vargas, João Goulart compromete-se a, diuturnamente, direcionar sua luz para expor adversários que, então, como no passado, tramam contra o governo e ludibriam o povo. Desse

---

<sup>279</sup> A propósito, escreve Darcy Ribeiro (1997, p. 284): “Quem melhor encarnou a tradição de Getúlio Vargas foi João Goulart, atacado pelos políticos profissionais como maior perigo que eles enfrentavam. Reconhecido pelos trabalhadores e pelo eleitorado como quem melhor os representava e defendia. Mas discriminado pelos intelectuais, que o viam como um inocente, despreparado para o exercício do poder. (...) Conheci Jango no apartamento em que ele estava hospedado em Copacabana, logo depois de seu casamento [1956]. Conversamos longamente, e eu me surpreendi com seu profundo conhecimento da máquina do governo, das estruturas partidárias, dos setores econômicos. Mais ainda me impressionou nele sua identificação profunda com os trabalhadores e seu nacionalismo, que não era apenas uma postura de homem de fronteira, mas uma visão da contraposição antagônica entre os interesses nacionais e os estrangeiros”. Ainda segundo o antropólogo: “Todo o ódio que as classes dominantes sempre tiveram a Getúlio Vargas por sua política trabalhista se derramou contra João Goulart como seu sucessor. Só Brizola foi mais atacado do que Jango por toda a mídia e através dos procedimentos mais sujos”.

modo, norteando-se pela memória de Getúlio Vargas, desvendaria a consciência geral à compreensão das reformas enquanto medida de justiça social, integração urbano-rural e desenvolvimento econômico nacional. Por conseguinte, seus opositores são alçados ao posto de inimigos do povo e da pátria. Compreendendo as reformas como antídoto urgente para sanar os “problemas mais vitais” do Brasil, Jango as propugnaria como eixo prioritário de sua gestão. Assim, ainda nos rascunhos encontrados no MDR, lemos:

Ao adotar essas reformas como a tônica do meu governo, passamos a sofrer o assédio de toda espécie de pressões, e temos ainda de enfrentar portentosa máquina de corrupção, fraude e distorção dos fatos. Nada disso, entretanto, desviará o meu governo dos seus propósitos de levar avante as reformas estruturais de que tanto necessita o nosso país. Nada disso nos fará abandonar também a execução dos grandes programas de empreendimentos públicos essenciais ao nosso desenvolvimento econômico, como até agora não logrou fazê-lo. Vamos, pois, à linguagem dos fatos (...).<sup>280</sup>

Assim, avalizando-se pela memória de Getúlio Vargas, diante de todos os holofotes, já então, João Goulart assumiria o desafiante compromisso de lutar prioritariamente pelas reformas estruturais. O custo político deste pacto é alto: agravar ou desencadear contra sua administração a oposição de agressivos inimigos, tidos como responsáveis pela trágica sina de Getúlio Vargas. Entretanto, ainda que a muitos parecesse estar “brincando com fogo” ao defrontar publicamente os mais contundentes adversários, em data política tão representativa, Jango mostra-se disposto a sustentar o primado do programa reformista.<sup>281</sup> Pois, para ele, isso significaria fazer justiça ao exemplo de seu patrono e ao povo. O sentido último de seu mandato residiria na efetivação das reformas de base. A passagem dos originais guardados por Darcy Ribeiro transcrita acima, por ele assinalada à caneta, evidencia-se como núcleo estruturante do pronunciamento realizado por Jango na Praça Floriano. Este ponto nodal é, sem sombra de dúvidas, a afirmação das reformas de base como “tônica” de seu governo.

---

<sup>280</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. DR jg gc 1961.08.25. A “linguagem dos fatos”, reportada na citação acima, aponta para uma prestação do governo João Goulart. Isto é, uma exposição dos frutos do trabalho realizado pelo presidente apesar das incessantes “pressões” que vinha sofrendo. Esta prestação de contas, no entanto, não é apresentada pelo presidente na Cinelândia, mas em seu pronunciamento radio-difundido no próximo dia sete de setembro, “Dia da Pátria”, abordado na segunda parte deste capítulo.

<sup>281</sup> “Brincando com fogo” é o título da charge através da qual Nelson Coletti aborda a participação de João Goulart no comício realizado na Cinelândia na sexta-feira, 23 de agosto de 1963, em memória à Getúlio Vargas e defesa das reformas de base. FOLHA DE S. PAULO. **Brincando com fogo**, São Paulo, sexta-feira, 23 de agosto de 1963. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?anchor=4976693&pd=db3cecd34e7a0d41730473314858ae0e>. Acesso: 13.05.2020.

Alvo de ininterruptas e crescentes “pressões” oposicionistas, em um cenário político cada vez mais polarizado, conflituoso e delicado, João Goulart serve-se, pois, estrategicamente do aniversário de morte do presidente Getúlio Vargas. O sentido dos tópicos propostos por seu ministro-chefe do Gabinete Civil, ecoado em seu discurso, parece-nos claro. Valendo-se da ocasião celebrativa, Jango reafirma-se herdeiro do presidente homenageado que, segundo a narrativa trabalhista, dera a vida para livrar o povo brasileiro da insaciável perversidade de históricos algozes. Assim, reforça seu elo com o eminente líder político popular, comprometendo-se com seu legado. Por certo, tal condição poderia revesti-lo de alguma legitimidade, favorecendo-o no enfrentamento da preocupante instabilidade política vivenciada no país e na batalha política pelas reformas estruturais. Getúlio Vargas e seu “fanal” – ou, em termos de cultura política, seu projeto de futuro – estariam refletidos nas diretrizes econômico-sociais propostas pelo governo Jango, sobretudo, em seu plano de reformas, as quais ele apresentaria à nação como sua “tônica” político-administrativa. Bem como, no combate a conspiradores que, por diversos meios, há tempos, empenham-se em malfadar políticas governamentais de interesse nacional-estatista e popular. Outrora responsáveis pela atitude extrema do “presidente-mártir”, esses mesmos confabuladores, inimigos do povo e da pátria, ressurgem como oposição ao atual governo federal, a urdir a desinformação da sociedade e um golpe de estado. Ou, conforme denunciado por Darcy Ribeiro, no que é seguido por outros governistas e, como veremos, pelo próprio presidente, uma nova “agostada”. Todavia, não obstante as reformas sejam o alvo preferencial dos que o atacam, Jango garante mantê-las inarredavelmente como guia primordial.

Tecidas essas breves considerações sobre o discurso presidencial acerca do nono “Dia de Vargas” encontrado no acervo de Darcy Ribeiro, interessa-nos restabelecer o desenrolar do evento. Contrastando à dureza verbal observada em vários discursos ecoados a partir do palanque erguido na Praça Floriano, assiste-se a uma cena de surpreendente ternura: um menino de quatro anos de idade, Rubens Massena Filho, mascote da *Revista de Engenharia Militar*, atravessa o palanque em direção a João Goulart, entregando-lhe “um porta-estandarte em tafetá” com a legenda “Tiradentes era assim” e a imagem do herói que figura na simbologia da cultura política trabalhista. Já passa das 21:00. Enfim, o discurso de Jango é anunciado pelo cerimonial. Uma “formidável explosão de entusiasmo” domina a “frenética” e massiva audiência. Ao ribombar de foguetes, agitam-se faixas, cartazes,

bandeiras e archotes.<sup>282</sup> É hora de abordar alguns aspectos do pronunciamento então proferido pelo presidente. Os alto-falantes espalhados pelo largo, finalmente, ecoam sua voz: “ninguém arrancará das mãos do povo brasileiro a bandeira de Vargas!”. São 21:15. Prossegue Jango:

Nada mais justo do que esta homenagem que se presta nesta praça àquele Presidente que continua ainda vivo, e cada vez mais vivo, no coração e na consciência do povo, principalmente do trabalhador brasileiro. Nada mais justo do que nos encontrarmos nesta praça, escolhida pelo próprio povo, para homenagear o grande Presidente, neste pleito de respeito; mas também nada mais justo do que afirmarmos aqui a nossa disposição de luta pelos ideais de Vargas.<sup>283</sup>

Ao prestigiar Getúlio Vargas, João Goulart evoca a legitimidade do líder morto duplamente. Primeiro, para validar seu diálogo público com o “povo” e o direito deste manifestar-se de forma democrática. Isto interessa a Jango ao passo que, desde então, passa a apoiar-se crescentemente na mobilização popular como estratégia para persuadir o Congresso Nacional a aprovar as reformas de base.<sup>284</sup> A propósito, ressalta, para Getúlio Vargas e seus seguidores:

Estamos aqui também para reafirmar os postulados democráticos defendidos pelo imortal Presidente Vargas. Democracia é povo, porque o povo é a expressão mais autêntica do regime democrático. Êste espetáculo é autêntico, é verdadeira democracia, pois os trabalhadores podem expressar livremente seus sentimentos e suas idéias. Não somos como aqueles que acham que democracia é ‘agostada’ que não se realiza.<sup>285</sup>

<sup>282</sup> “Quando Jangou chegou ao local do ‘meeting’, de todos os pontos da multidão estouraram foguetes. O espetáculo pirotécnico, ao mesmo tempo que deslumbrava, chegou a dar impressão de luz do sol na Praça da Cinelândia”, registra: ULTIMA HORA. **ORADORES: – PAÍS EXIGE REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020.

<sup>283</sup> ULTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas: – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020. A NOITE. **“GETÚLIO VARGAS: DESCANSA. O POVO BRASILEIRO HÁ DE COMPLETAR A TUA OBRA”**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1963\\_17299.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1963_17299.pdf). Acesso: 05.05.2020.

<sup>284</sup> Meses depois, ao recurso a manifestações públicas, somar-se-ia a opção de João Goulart por uma frente reformista constituída essencialmente por atores pertencentes ao espectro político das esquerdas. Desta combinação resulta a estratégia final do presidente. Nos derradeiros meses de seu governo, afasta-se da política de conciliação com as bancadas conservadoras, buscando criar condições à efetivação das reformas estruturais com base no apoio popular, das esquerdas e de setores militares fiéis ao governo.

<sup>285</sup> ULTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas: – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020.

Ratificando princípios populares e democráticos com lastro na memória e biografia de Getúlio Vargas, expediente fartamente aplicado em seu pronunciamento, João Goulart antagoniza-se aos seus detratores. Contrários ao “imortal Presidente Vargas” e a quem, postumamente, inspira-se em seu exemplo, denuncia Jango, eles não apenas duvidam do povo, mas o temem. Primam por sabotar a força popular e a própria democracia, tanto discursivamente, desqualificando-as, quanto na prática, por meio da “agostada”. Assim, o “sentido cívico” da “homenagem e gratidão” de “milhões de brasileiros” ao saudoso Getúlio Vargas só pode “ser deturpado por aqueles que não acreditam no povo, que imaginam um tipo de democracia sem povo e sem trabalhadores”. Diferentemente dos demofóbicos adversários de Getúlio Vargas e do atual governo, assevera Jango perante a numerosa plateia:

É no povo que me inspiro, pois a luta de Vargas sempre foi inspirada no povo brasileiro. Só aqueles que têm ódio no coração poderiam tentar deturpar esta homenagem que fazemos ao Presidente Vargas. Sinto-me honrado em estar com os trabalhadores e com o povo nesta con[cen]tração, pois aqui damos o exemplo mais vivo de que estamos numa democracia.<sup>286</sup>

Ao enaltecer o papel do povo para a efetividade do regime democrático, João Goulart manda uma mensagem clara aos congressistas refratários ao seu programa reformista: o povo reivindica as reformas de base, logo, aqueles que as recusam afastam-se da vontade das ruas e, por conseguinte, da democracia. Nisto, importa salientar como ponto de conexão entre as narrativas de Darcy Ribeiro, por ocasião de seus embates com Carlo Lacerda, e Jango a associação dos adversários à “agostada” e a um sentimento demofóbico, antipovo e/ou antidemocrático. Voltando à evocação da memória de Getúlio Vargas como expediente político estratégico de Jango, em segundo lugar, mas não menos importante, destina-se a corroborar o empenho – ou “luta” – que ele ora engendra para a consecução dos “ideais” legados pelo “grande Presidente”. Conforme o atual mandatário, ideais estes, encarnados nas reformas de base. Desse modo, no palanque da Praça Floriano, cercado por autoridades oficiais e representantes da sociedade civil organizada, Jango diz à numerosa audiência que acompanha o comício:

---

<sup>286</sup> ÚLTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas**: – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020.

(...) aqui está o povo brasileiro para reafirmar ao grande Presidente Getúlio Vargas, a nossa disposição inabalável de continuar a sua luta, para dizer ao grande Presidente que vamos prosseguir a luta que êle iniciou em 30 e que continuou em 50; e que os trabalhadores, inspirados nessas lutas, hão de completá-las, numa demonstração democrática que move hoje os sentimentos do povo brasileiro. Estamos aqui para dizer: ‘Presentes, Presidente Vargas’.<sup>287</sup>

João Goulart recorre ao passado, à tradição de seu grupo político e, em especial, ao capital simbólico de Getúlio Vargas, com vistas a angariar estofos para reverter obstáculos imediatos ao seu programa de governo. Sabemos, sua prioridade – ou, de acordo com os originais de Darcy Ribeiro concernentes ao discurso em vista, “tônica”, a exemplo dos governos do “presidente-mártir” – é a pauta reformista. Os trabalhistas no governo concebem-na, pois, como auspicioso constructo de futuro inspirado pelo homenageado. Jango atribui o advento das reformas de base a Getúlio Vargas literalmente:

Foi Vargas que em 30 iniciou as grandes reformas do País, que iniciou a revolução industrial, que após Volta Redonda iniciou a grande caminhada para a libertação do Brasil. Foi ali que a indústria desenvolveu-se ao lado de uma justiça social para os trabalhadores. Foi êle quem deu dignidade ao trabalhador brasileiro.<sup>288</sup>

Devotando-se a completar a “revolução” ou as reformas instauradas por Getúlio Vargas – o que para Darcy Ribeiro (1997) seria o caminho da revolução brasileira –, com apoio do povo e enquanto meio de afirmação democrática, João Goulart situa-se como continuador do projeto político inaugurado pelo “grande estadista”. As reformas de base, em especial a agrária, emergem como elo fundamental com a corrente iniciada por Getúlio Vargas, concebida como via promissora para solução de problemas econômico-sociais presentes e construção de um futuro melhor. Reatar o curso deste auspicioso passado, abruptamente ceifado, seria um meio para solucionar adversidades atuais, de algum modo, atribuídas a tal ruptura. Assim, a retomada da corrente getulista através das reformas é posta,

---

<sup>287</sup> ÚLTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas:** – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020.

<sup>288</sup> ÚLTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas:** – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020.

também, como elo com o futuro almejado pelo ex-presidente e ainda aspirado nos meios trabalhistas e populares. Nesse sentido, argumenta Jango:

Quando lutamos hoje por uma reforma agrária verdadeira, objetiva, é porque entendemos que ela se torna mais necessária para a complementação da revolução iniciada por Vargas, para que os trabalhadores do campo se incorporem à vida do País. De nada adianta uma grande indústria têxtil, por exemplo, se os trabalhadores do campo se cobrem de trapos. Nada melhor que o povo se reúna e venha dizer ao Presidente que quer reformas de base, especialmente a reforma agrária, que constitui um anseio legítimo de todo o povo brasileiro. Sem a reforma constitucional, nada significa a reforma agrária para o País. Ao lado da reforma agrária impõem-se a própria tranquilidade da Nação.<sup>289</sup>

Após observar que “esta extraordinária manifestação, constitui mais um brado de alerta àqueles que se obstinam em negar as reformas reclamadas pelo povo brasileiro”, infere João Goulart: “Se estivesse aqui o Presidente Vargas, aqui estaria êle ao nosso lado lutando pelas reformas de base”. Com a benção de seu ilustre predecessor e aval popular, ele busca demonstrar que as reformas são importantes em seu conjunto. Entretanto, postula a reforma agrária como especialmente relevante e urgente. Reformular a estrutura fundiária constitui o ponto de retomada para se “prosseguir na larga estrada que a carta de Vargas indicou”. Dito de outro modo, intervir na organização da propriedade no campo seria condição para o cumprimento de metas cruciais ao projeto trabalhista. Reestruturar a terra, como medida de “justiça social”, implicaria integrar milhões de trabalhadores urbanos e rurais, então excluídos, ao “mercado brasileiro”. Conseqüentemente, dotar-se-ia o país “de um mercado consumidor capaz de garantir a expansão do nosso parque industrial e o prosseguimento da revolução industrial de que Vargas foi o precursor”. A reforma agrária configura, desse modo, “medida não apenas de justiça social, como de grande alcance econômico”, contemplando, simultaneamente, classes trabalhadoras e produtoras. Isto posto, Jango demanda às autoridades legislativas, mediante necessárias reformulações constitucionais, imediata “instalação das reformas” defendidas pela unidade das “fôrças progressistas” do Brasil

---

<sup>289</sup> ÚLTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas**: – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020. Conforme registra *Jornal do Brasil*: “O Sr. João Goulart se declarou comprometido em prosseguir a revolução industrial brasileira, iniciada em 30 por Getúlio Vargas, recomeçada pelo ex-Presidente em 1950 e interrompida em 24 de agosto de 1954, por sua morte. JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020.

visando que “todos possam viver com dignidade”. Mais categórico, resume o presidente: “como diz claramente a Constituição, exigimos a finalidade social da terra”.<sup>290</sup>

A exemplo do que vemos em alocações de Darcy Ribeiro e outros governistas, a reforma agrária é aqui priorizada pelo próprio João Goulart. A centralidade da reforma agrária entre as demais reformas propugnadas pelo governo explica-se pela concepção da medida como fator primordial e estratégico ao desenvolvimento econômico-social brasileiro. *Grosso modo*, entende-se que a reforma agrária multiplicaria a quantidade de proprietários, ampliando as terras produtivas. Dessa maneira, aumentaria o contingente de consumidores, o que, por seu turno, impulsionaria a produção industrial, resultando em novos empregos. Por conseguinte, ao realizar uma “reforma agrária verdadeira”, mediante necessárias adaptações constitucionais, o governo pretende desencadear um ciclo virtuoso, fomentando o desenvolvimento brasileiro com justiça social. Portanto, entende-se que a reforma agrária beneficiaria a todos: trabalhadores rurais, comerciantes, donos de indústrias e populações urbanas.

Quando João Goulart, “finalmente”, em nome do governo federal, agradece ao “povo da Guanabara”, indicando sua iminente despedida, milhares de vozes em uníssono estimulam-no a proferir mais algumas palavras – “Queremos mais!”, “Queremos mais!”. Então, “com mais ênfase”, emenda: as reformas de base são imprescindíveis para que “o Brasil possa rasgar a cortina do subdesenvolvimento”. Até “personalidades estrangeiras”, observa, validam a urgente superação de “estruturas arcaicas”, enquanto há tempo, através de “reformas dentro da lei”, face ao “risco de que se façam fora da lei”. Desse modo, a integração dos trabalhadores à “riqueza nacional” e à “nossa sociedade” deveria guiar os que “desejam paz”, “os homens responsáveis dêste País”, a unirem-se ao “povo” em “praça pública” pela “concretização das reformas”, enfatiza. Afinal, entende ele: “nenhum país jamais construiu sua riqueza sobre o sofrimento do povo” – embora, lamentavelmente, pareça mais verossímil o inverso. Quanto à reforma agrária, reportando ao discurso proferido por Rafael Martineli, o presidente endossa-o ao também condicionar sua efetivação e efetividade à reformulação constitucional. É mister retificar o parágrafo 16 do Artigo 141, pondera Jango,

---

<sup>290</sup> ÚLTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas**: – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020. JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020.

porque: “O pagamento do justo valor, prévio e em dinheiro, como prevê a Carta Magna, atualmente, não se presta à realidade sócioeconômica do País”. Ademais, associa o sucesso da reestruturação da terra à concomitante reforma bancária que conceba o crédito como “propriedade nacional e não instrumento de manipulação de grupos privilegiados”.<sup>291</sup>

Ao relativizar o protagonismo do poder executivo federal, preconizando a importância primordial do legislativo, das “fôrças vivas da Nação” e “trabalhadores” à “concretização das reformas”, João Goulart assiste à plateia, novamente, manifestar-se em uníssono. “Definição!”, “Definição!”, ecoa a voz do público Cinelândia afora, exortando o presidente a posicionar-se, tomar medidas práticas, em vez de insistir em conciliar com setores politicamente reacionários. Diga-se de passagem, ao fazê-lo, a plateia expressa-se em conformidade às lideranças sociais que antecedem o presidente no púlpito, condicionando ao abandono da tática conciliatória o apoio popular ao governo. Tergiversando “habilmente” perante a excitação da audiência, Jango pede permissão para, em nome do “povo”, dos “marítimos”, “ferroviários” e “metalúrgicos”, acrescentar: “Getúlio Vargas, descanse. O povo brasileiro há de completar a tua obra”; “(...) seu sacrifício não foi em vão: êste povo de quem fôste escravo, não mais será escravo de ninguém”. Altivo e otimista, confluindo outra vez ao representante do CGT, emenda Jango: “essa reunião, uma das mais memoráveis desta cidade, só poderá ser superada com uma outra, em 1964, quando o povo vier comemorar nesta praça a vitória das reformas de base, a vitória de todos os patriotas brasileiros”. “Deus há de permitir” que, em um ano, “aqui estejamos” novamente celebrando a “vitória das reformas”. Assim, Jango conclui sua participação no comício, por certo, estrategicamente planejada como parte dos esforços governistas então iniciados para, mediante recurso à mobilização popular e aproximação das esquerdas, convencer o Congresso a implementar as reformas estruturais.<sup>292</sup>

---

<sup>291</sup> ULTIMA HORA. **ORADORES: – PAÍS EXIGE REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020. JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020. A NOITE. **“GETÚLIO VARGAS: DESCANSA. O POVO BRASILEIRO HÁ DE COMPLETAR A TUA OBRA”**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1963\\_17299.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1963_17299.pdf). Acesso: 05.05.2020.

<sup>292</sup> Segundo alguns testemunhos, o discurso de João Goulart provocara um misto de entusiasmo e decepção. O presidente “levantado por populares” ao chegar, retira-se “sob um grande silêncio da massa, que poucas vezes aplaudiu”, registra: JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020. Noutra perspectiva, “o povo retirou-se ordeiramente da Praça Marechal Floriano”. **ULTIMA HORA. ORADORES: – PAÍS EXIGE REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020

Primeiramente, examinamos rascunhos arquivados por Darcy Ribeiro relativos ao discurso pronunciado por João Goulart nas celebrações do aniversário de morte de Getúlio Vargas em 1963. Em seguida, pronunciamento efetivamente proferido por João Goulart na concentração pela memória de Getúlio Vargas e em defesa das reformas de base realizada na Guanabara em 23 de agosto. “Comício-monstro”, marcado pela presença e alocação de Jango como herdeiro e continuador do projeto político do líder celebrado. Discurso e celebração ritualizados sob o mote do aniversário de morte do líder político referencial à trajetória política de Jango e correligionários, inclusive, Darcy Ribeiro. O ato político estratégico provoca importantes repercussões nas relações entre os poderes estadual e federal, alterações significativas na dinâmica cotidiana da cidade do Rio de Janeiro e mobiliza amplo contingente (organizado e/ou espontâneo) de populares. Por conseguinte, merece ampla cobertura da imprensa. Uma vez cotejados, o documento de Darcy Ribeiro e a fala conexas de Jango desencontram-se na forma. Porém, consubstanciam-se em teor. Alguns pontos denotativos desta convergência são: Getúlio Vargas enquanto redentor sacrificial do povo e precursor das reformas de base; comprometimento de Jango com o projeto político de Getúlio Vargas, referido no rascunho como “fanal” e no pronunciamento presidencial como “bandeira”; concepção das reformas estruturais como continuidade e/ou efetivação do projeto político do ex-presidente; carta-testamento como diretriz perpétua ao trabalhismo; citação de passagem da carta-testamento referente à libertação do povo; reformas como medida que interessa, simultaneamente, a segmentos populares e ao capital; e, especialmente, a apresentação das reformas como “tônica” administrativa do governo Jango. Peças de um contexto que, acreditamos, projeta Darcy Ribeiro em sua reconhecida função de ideólogo do governo trabalhista e personagem de destaque no conflituoso processo político em curso. O protagonismo do antropólogo, vislumbrado em relação a urdidura político-discursiva estratégica do “Dia de Vargas”, com as reservas que a limitação empírica pertinente impõem, no entanto, torna-se mais concretamente perceptível em relação ao “Dia da Pátria”. Como veremos a seguir, a documentação disponível a respeito da data cívica é mais abundante e explícita.

## O “Dia da Pátria”

O “Dia da Pátria” destina-se à celebração anual da independência político-administrativa brasileira. Apoia-se na concepção de que, em sete de setembro de 1822, encerra-se a experiência colonial e inicia-se a autonomia político-administrativa brasileira. Consagrada como marco fundacional da nacionalidade, a data agrega amplo apelo ideológico, instigando nacionalistas de vários perfis. Dela cada qual se apropria significando-a ao seu modo. Os trabalhistas também constroem aceção própria da relevante data cívica. Caracterizam-na, em sua perspectiva, três aspectos que importam aqui destacar. Primeiro, a coincidência entre a posse de João Goulart como presidente e o 139º aniversário da independência do país. Após séria crise sucessória aberta pela inesperada renúncia de Jânio Quadros, Jango é diplomado em sete de setembro de 1961, graças a um acordo político. Adota-se, então, o parlamentarismo, restringindo-se significativamente os poderes do novo presidente. Todavia, isso viabiliza sua posse. Em seis de janeiro de 1963, na metade do mandato corrente, os eleitores brasileiros optam, em plebiscito, pelo retorno ao presidencialismo. Conferem a Jango, enfim, a plenitude original do cargo para o qual a Constituição o habilitava. Essa experiência crítica parece reforçar o “Dia da Pátria” para os trabalhistas como signo de luta popular e democrática, valores dos quais se afirmam imbuídos. Não por acaso, a data escolhida por Leonel Brizola para desembarcar no Brasil ao retornar do exílio, em 1979, seria sete de setembro (SENTO-SÉ, 1999). Em segundo lugar, os trabalhistas apontam consonâncias entre os ideais independentistas de liberdade e autonomia e seu projeto político. Por fim, é relevante ainda o fato de atribuírem ao evento teor político-pedagógico, incorporando o “Dia da Pátria” à cultura política trabalhista como paradigma à sua atuação nas disputas de poder vigentes.

João Goulart exemplifica bem, em todos os seus pronunciamentos presidenciais a propósito da celebração da independência do Brasil, a aceção conferida ao evento no âmbito da cultura política trabalhista. Seus discursos “Perante o Congresso Nacional, ao assumir a Presidência da República”, em 1961, e “Pela rede de radiodifusão de ‘A Voz do Brasil’, no Dia da Pátria”, em 1962, encontram-se na Biblioteca da Presidência da República.<sup>293</sup> Alocução homóloga realizada por Jango em 1963, também via rádio e TV, é objeto de

<sup>293</sup> BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart>. Acesso: 18.03.2020.

abundante resenha em *Última Hora*<sup>294</sup> e revela-se no acervo de Darcy Ribeiro por meio de fragmentos originais. O material arquivado pelo ministro-chefe do Gabinete Civil corresponde, sobretudo, ao conteúdo designado pelo diário como “parte política” do pronunciamento presidencial no “Dia da Pátria”.<sup>295</sup> Antes de analisarmos o conjunto discursivo em vista, com destaque ao material pertinente à agência político-ideológica de Darcy Ribeiro, convém um comentário acerca da interação imprensa-governo federal no cenário em discussão.

*Jornal do Brasil* dedica abrangente cobertura ao “Dia da Pátria” em 1963. Caracteriza-a, por um lado, a crítica a João Goulart como governante desorientado e inábil.<sup>296</sup> Por outro lado, o destaque à ritualística do evento cívico. Ou seja, ênfase à opulência da parada militar em detrimento do discurso presidencial.<sup>297</sup> De volta à cidade pela primeira vez na data comemorativa desde a mudança da capital, Jango assiste à exposição do poderio bélico brasileiro ladeado por ministros civis e chefes militares. Silente e contemplativo, com seu calmo e inamovível sorriso, rompe sua quietude apenas ao lançar ao público acenos esporádicos. À noite, contudo, durante aproximadamente uma hora e meia, discorreria sobre suas realizações e planos de governo com “otimismo e confiança nos destinos do País”, defrontando adversários antipatrióticos e antidemocráticos.<sup>298</sup> Sua fala em rede nacional de rádio e televisão, cujo resumo fora antecipado à imprensa, todavia, não é contemplado pelo

---

<sup>294</sup> O balanço feito por João Goulart sobre seu governo no tocante a realizações e investimentos efetivados, assim como, das ações previstas até 1965, em sete de setembro de 1963 em discurso, como parte das celebrações da independência, é reproduzido com detalhes em: ÚLTIMA HORA. **Jango: - Crises Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>295</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>296</sup> JORNAL DO BRASIL. **Goulart falará para todo o País no 7 de Setembro para fazer balanço de govêrno**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 de setembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43694](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43694). Acesso: 01.04.2020. Vale notar na matéria charge de Lan. Em tamanho e posição de destaque, o desenho mostra João Goulart todo enrolado na faixa presidencial. Sua expressão é a de quem não encontra meios para livrar-se do embaraço. Desse modo, transmite-se ao leitor a ideia de um governante confuso e inepto frente as dificuldades que acometem sua gestão e o país. Ademais, abundam no noticiário assuntos como crise econômica brasileira, advertências estadunidenses à condução político-econômica do governo federal, greves, tragédias etc.

<sup>297</sup> 40 mil homens do Exército, Marinha e Força Aérea desfilam novos armamentos pela Avenida Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, com “revoada dos mais modernos jatos da FAB”, assinala: JORNAL DO BRASIL. **ARMAS NOVAS E 40 MIL HOMENS NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO**, Rio de Janeiro, sábado, domingo e segunda, 7, 8 e 9 de setembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43768](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43768). Acesso: 19.03.2020.

<sup>298</sup> ÚLTIMA HORA. **Jango: - Crises Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020.

Jornal do Brasil, embora o diário tenha dado a “Ordem-do-Dia” do ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, lida nos quartéis a propósito da comemoração cívica.<sup>299</sup> Ainda assim, depurando o texto militar quanto à defesa da realização imediata das reformas advogadas pelo presidente.<sup>300</sup> Desse modo, a nosso ver, o *Jornal do Brasil* fornece, desde então, claros sinais de indisposição para com Jango e/ou sua plataforma político-administrativa, enquanto *Última Hora*, ao contrário, endossa e publiciza a perspectiva do governo trabalhista.

A seguir, ao cotejarmos os discursos enunciados por João Goulart no “Dia da Pátria”, observamos que em 1961 e 1962 a conciliação dá o tom dominante. Mas, em meados de 1963, perde proeminência para matizes político-ideológicos esquerdistas. Ainda que continue buscando, preferencialmente, alternativas conciliatórias à crise política, em seu último pronunciamento na data comemorativa, Jango acentua sua orientação política à esquerda. Antes de abordarmos aspectos das mencionadas alocações, com destaque à última, importa-nos ainda reiterar a hipótese lançada por Mattos (2007) acerca da influência de Darcy Ribeiro na guinada político-ideológica do governo federal à esquerda, aqui identificada por meio de uma postura pública crescentemente mais combativa por parte do presidente e assessores. A presença de tópicos políticos do derradeiro discurso presidencial de Jango no “Dia da Pátria” no acervo pessoal do MDR, a exemplo do ocorrido em relação ao “Dia de Vargas”, agora, porém, de modo mais explícito, corrobora a (co)participação do ministro-chefe do Gabinete Civil na concepção e/ou escrita da parte eminentemente política daquele pronunciamento. Logo, consolida a ingerência de nosso personagem na produção ideológico-discursiva governista-trabalhista. É o que parecem atestar certas ressonâncias entre o discurso de posse de Darcy Ribeiro, demais alocações suas e intervenções de Jango sob retaguarda do novo ministério, conforme também veremos em ocasiões posteriores. A inflexão do governo

<sup>299</sup> JORNAL DO BRASIL. **Jair diz que estrutura arcaica asfixia o País**, Rio de Janeiro, sábado, domingo e segunda, 7, 8 e 9 de setembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43768](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43768). Acesso: 19.03.2020.

<sup>300</sup> “NOSSA geração, vivendo esta fase conturbada da história-pátria, angustia-se na solução de problemas sociais e econômicos cujos condicionamentos são a firmeza da estrutura nacional e as reformas de base, que o País reclama e cuja solução não pode mais ser procrastinada”, afirma o ministro da Guerra. Ele também encara a Independência como arquétipo uma ação política conciliatória no presente: “voltemos os olhos para o passado e relembremos os exemplos daqueles vultos imortais de nossa história que, mercê de suas qualidades de estadistas clarividentes e realizadores, souberam, nos períodos críticos em que o País amadurecia para novas conquistas, antecipar-se aos acontecimentos e conduzi-los sem derramamento de sangue entre irmãos, por caminhos que permitiram o coroamento de suas mais legítimas aspirações”. **ÚLTIMA HORA. Jair, no Dia da Independência: - Reformas Não Podem Ser Adiadas**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90169>. Acesso: 18.03.2020.

federal à esquerda, portanto, insinua-se com a mudança percebida em seu tom discursivo a partir agosto, quando Jango se pronuncia no “Dia de Vargas”, consolidando-se, enquanto narrativa, no “Dia da Pátria”. Desse modo, bem antes da implementação de ações concretas compreendidas como opção por uma “política de confronto” nos meses finais de sua gestão (FERREIRA, 2011). A “radicalização” governista pronuncia-se, pois, antecipadamente, a partir do início do segundo semestre de 1963, reportando à reforma ministerial de junho. Em alguma medida, corresponde à atuação de Darcy Ribeiro, como ministro-chefe do Gabinete Civil, junto ao grupo palaciano que circunda imediatamente o presidente.

Vejamos, enfim, aspectos dos discursos de João Goulart concernentes ao “Dia da Pátria”. Uma vez que objetivamos compreender o papel de Darcy Ribeiro como ideólogo governista-trabalhista, interessa-nos diretamente 1963, quanto o professor exerce a chefia do Gabinete Civil e, claramente, (co)participa da concepção do discurso presidencial difundido em sete de setembro. Entretanto, uma dimensão comparativa facultava-nos melhor compreensão acerca do posicionamento então manifesto por João Goulart, revelando-se, notoriamente, mais ousado e combativo. Em outras palavras, cotejando as falas congêneres do presidente em 1961, 1962 e 1963, podemos divisar mais adequadamente sua mencionada inflexão à esquerda. Desse modo, antes de voltarmos nossas atenções para 1963, ainda que superficialmente, interessa-nos reportar às falas de Jango no “Dia da pátria” em 1961 e 1962.<sup>301</sup>

João Goulart começa seu discurso de posse, em sete de setembro de 1961, assinalando que sua “investidura” sustenta-se na lei e no voto. Embora condicionada extraordinariamente à emenda parlamentarista, amparam-na duas eleições democráticas consecutivas à vice-presidência, lembra.<sup>302</sup> Assim como, robustece-a exemplar “unidade

---

<sup>301</sup> BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>302</sup> GOULART, João. **Perante o Congresso Nacional, ao assumir a Presidência da República**. Brasília, 7 de setembro de 1961. In.: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/01.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020. Em 1955, Juscelino Kubitschek é eleito presidente com 3.077.411 votos. João Goulart vice-presidente, com 3.600.000 de sufrágios. FGV. CPDOC. **A Campanha Presidencial de 1955**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/trajetoria-de-vida/10-campanha-presidencial-de-1955>. Acesso: 26.03.2020. Em 1960, embora o presidente eleito tenha sido Jânio e Jango fosse seu opositor, reelege-se vice-presidente. FGV. CPDOC. COSTA, Celia Maria Leite. **A campanha presidencial de 1960**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A\\_campanha\\_presidencial\\_de\\_1960](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A_campanha_presidencial_de_1960). Acesso: 26.03.2020.

nacional”, constituída para defender a sucessão constitucional.<sup>303</sup> Posto que “consagra” a “legalidade democrática” e a “soberania popular”, prossegue, sua posse dá-se “em benefício dos altos interesses da Nação”, os quais devem guiar os representantes políticos, não cizânias de ordem particular. Portanto, ascende ao poder executivo de forma legítima, competindo aos “mandatários do povo” corresponder àquela admirável demonstração coletiva de apreço à democracia e à institucionalidade. Isto é, submeter à população, por meio de um “referendum”, as “decisões políticas que em seu nome estamos assumindo solenemente neste instante”, conclui. Em seu primeiro instante como presidente, Jango já parece disposto à campanha pela antecipação da consulta plebiscitária sobre a continuidade do parlamentarismo ou retorno ao presidencialismo, inicialmente prevista para 1965.<sup>304</sup> É importante frisar, ainda, o argumento pacifista-conciliatório, transversal no âmbito da discursividade do governo trabalhista. Contemplando-o, recorda o presidente: “(...) sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir; prefiro pacificar a acirrar ódios”. Assim: “Tudo fiz para não marcar com o sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe à nova Capital”. Consoante, afiança, garantirá a “paz interna, paz com dignidade”, “nossas instituições” e “direitos democráticos”. Pois, uníssono “à vontade do povo” e com vistas à “soberania nacional”, “a única luta interna em que nos devemos empenhar, (...) é a luta pela nossa emancipação econômica, que é a luta contra o pauperismo, a luta contra o subdesenvolvimento”.

---

<sup>303</sup> Curiosamente, João Goulart não se refere nomeadamente, então, à Campanha da Legalidade, nem ao seu líder, Leonel Brizola. Há sim agradecimentos a uma miríade de entes administrativos e da sociedade civil, entre os quais contempla, impessoalmente, “Governadores dos Estados que resistiram na defesa da legalidade”. Na sequência, interessa observar, aponta os “trabalhadores do Brasil, que deram uma impressionante demonstração de sua unidade, de modo pacífico e ordeiro, numa comovedora solidariedade na manutenção da ordem democrática”. GOULART, João. **Perante o Congresso Nacional, ao assumir a Presidência da República**. Brasília, 7 de setembro de 1961. In.: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/01.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>304</sup> Diz João Goulart, literalmente: “Permitam, entretanto, Senhores Congressistas, neste momento, uma reflexão que suponho seguramente tão sua quanto minha. Souberam Vossas Excelências resguardar, com firmeza, com honra e com soberania, o exercício e a defesa do mando que a Nação lhes confiou. Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo poder dêle mesmo emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular, que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê o seu *referendum* supremo às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante”. Devemos considerar que o interesse no tema ultrapassa o campo governista e seus simpatizantes. Presidenciáveis de correntes adversárias e seus apoiadores também almejam o retorno do presidencialismo. Assim, visando suas próprias aspirações de poder, transigiriam pontualmente com o governo. GOULART, João. **Perante o Congresso Nacional, ao assumir a Presidência da República**. Brasília, 7 de setembro de 1961. In.: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/01.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020.

João Goulart encerra sua primeira mensagem presidencial aos “Senhores Congressistas” com uma auspiciosa reflexão ancorada na representatividade do “Dia da Pátria”:

O destino, numa advertência significativa, conduziu-me à Presidência da República na data da independência política do Brasil. Vejo, na coincidência, um simbolismo que me há de inspirar e orientar na mais alta magistratura da Nação. Peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à nossa Pátria com tôdas as fôrças, com energia e sem temores, para que possa defender, como os nossos maiores souberam fazê-lo, a independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro.<sup>305</sup>

Conciliação e paz mantêm-se como temáticas modulares do discurso dedicado pelo presidente aos “Brasileiros” em 1962, no dia sete de setembro, “o maior da Pátria”.<sup>306</sup> Apela “ao patriotismo de todos os brasileiros”, essencialmente, para “restabelecer o clima de compreensão e otimismo” imprescindível ao desenvolvimento do país.<sup>307</sup> “A ninguém aproveita uma atmosfera de tensão e de intranqüilidade”, queixa-se João Goulart, pois: “O desenvolvimento nacional não pode ser paralisado e só em clima de confiança poderemos ampliá-lo” em vantagem dos brasileiros de “tôdas as regiões”. Como quem quer persuadir através do próprio exemplo, lembra que, “há exatamente um ano”, assumira a presidência “no ápice de uma das mais graves crises de nossa vida política”. Pensando “sempre na conquista de novas e seguras perspectivas para os justos anseios do nosso povo”, não calculara “transigências e sacrifícios” para “afastar o perigo da guerra civil, que parecia inevitável”. Desse modo, impedira-se “o desmoronamento das instituições democráticas”. Portanto, o argumento é que, como demonstra a referida experiência, com “o entendimento e a cooperação sincera de todos”, outra vez, lograr-se-á solucionar as adversidades presentes “com soluções brasileiras”, “sem sectarismos de qualquer posição extremada”. Ou seja, sem enfrentamentos, rupturas ou violência, garantindo “que a Nação tenha a paz e a tranqüilidade

<sup>305</sup> GOULART, João. **Perante o Congresso Nacional, ao assumir a Presidência da República**. Brasília, 7 de setembro de 1961. In.: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/01.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>306</sup> GOULART, João. **Pela rde de radiodifusão de ‘A Voz do Brasil’, no Dia da Pátria**. Brasília, 7 de setembro de 1962. In.: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1962/36.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>307</sup> Apesar de ainda manietado pelo parlamentarismo e das articulações políticas em curso com vistas ao restabelecimento do presidencialismo, desta feita, João Goulart não pauta o *referendum* acerca do regime político do país.

que reclama”. Jango pontua ainda a “inspiração dos princípios da justiça social” e dos “interesses da nossa pátria” como norte. Após enaltecer as “Forças Armadas” como símbolo do “povo brasileiro”, “guardiãs da independência e da integridade nacional”, assim como, fiadoras “da nossa fé nos destinos do Brasil”, concluiria o presidente outra vez apropriando-se da representação do “Dia da Pátria”:

A independência política que, há 140 anos, foi conquistada pela bravura de nossos antepassados, que se fizeram heróis de nossa História, Deus há de permitir que seja completada com a nossa total emancipação econômica, que temos o dever de legar a nossos filhos, em nome do Brasil eterno.<sup>308</sup>

Os discursos proferidos por João Goulart no “Dia da Pátria” em 1961 e 1962 têm em comum, dentre outros, referenciais como nacionalismo, patriotismo, democracia, justiça social, conciliação, integridade nacional, desenvolvimento autônomo e/ou independência econômica. Em 1963, Jango reitera tais postulados. Entretanto, complementa-os com novos elementos e ênfases. Neste contexto, portanto, o “Dia da Pátria” parece descortinar-se plenamente como data-chave da cultura política trabalhista. Delineia-se, com clareza, uma ideia singela da Independência como modelo bem-sucedido de conciliação política destinada à transformação positiva da realidade brasileira, desejável e válido para o presente. O evento histórico adquire, pois, *status* de paradigma e fonte de legitimidade às propostas governistas.<sup>309</sup> Paralelamente, observamos o recrudescimento das conotações ideológicas no pronunciamento presidencial, sobremodo nos originais de Darcy Ribeiro.<sup>310</sup> Resulta que Jango expõe-se ao público muito mais militante e bem menos solene. Posiciona-se com inaudita definição, salientando referenciais político-ideológicos esquerdistas em detrimento de outros expedientes. Confirmando seu posicionamento público no “Dia de Vargas”, reafirma as reformas de base, não mencionadas nos dois anos anteriores, como urgência administrativa,

---

<sup>308</sup> GOULART, João. **Pela rêde de radiodifusão de ‘A Voz do Brasil’, no Dia da Pátria**. Brasília, 7 de setembro de 1962. In.: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1962/36.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>309</sup> Não obstante um panorama das abordagens da independência externadas por diferentes segmentos no contexto em exame pareçam convergentes quanto aos méritos, valores e exemplaridade do evento histórico, a versão do governo trabalhista traz entre suas peculiaridades o destaque à justiça social e às reformas de base. Para se ter uma ideia da representação predominante da independência nos meios conservadores ver: JORNAL DO BRASIL. **Mensagem A Sua Majestade Imperial, D. Pedro I**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 de setembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43735](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43735). Acesso: 01.04.2020.

<sup>310</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11.

apoiada na vontade popular. Particularmente, interessa-nos avaliar a ingerência de Darcy Ribeiro nessa guinada governista em direção a um posicionamento público mais ideologizado e aguerrido. Vejamos o que, então, diria o chefe do poder executivo na dita “parte política” e tópicos afins de seu pronunciamento, conforme versão encontrada no MDR.<sup>311</sup>

Segundo reflexões preambulares constantes nos originais datilografados do discurso radiotelevisado por João Goulart no “Dia da Pátria”, em 1963, a situação adversa do país reforçaria “o sentido das comemorações da nossa Independência”, pois, “o espírito que a inspirou”, isto é, seu ideário e *modus operandi*, ainda se manteriam como “lições imprescindíveis à hora presente”.<sup>312</sup> Assim, em perspectiva político-pedagógica, propõe-se extrair do evento histórico um modelo de conduta capaz de solucionar problemas atuais. Logo, princípios que teriam conduzido o país à conquista de sua autonomia político-administrativa em 1822 projetam-se e inspiram a superação da preocupante crise presente, apontando um caminho à retomada da marcha de consolidação nacional. Prossegue Jango:

O espírito do 7 de setembro manifestou-se na decisão de conduzir este país à liberdade e ao progresso, quaisquer que fôssem os obstáculos a ser vencidos. A Independência foi, ao mesmo tempo, a culminância de um processo multissecular e o início de outro processo, mais elevado, de afirmação nacional. De então para cá, assim no Império como na República, o Brasil afirmou-se cada vez mais como nação senhora dos seus próprios destinos. Cabe à geração contemporânea completar, definitivamente, o processo, liquidando os últimos vestígios de subordinação política e consolidando a soberania da pátria, pelo estabelecimento da Independência econômica e da Justiça Social.<sup>313</sup>

<sup>311</sup> Para análise do discurso radiotelevisado no “Dia da Pátria” de 1963 por João Goulart, pautamo-nos em: ÚLTIMA HORA. **Jango: - Crises Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020; e: FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11. Estas fontes fornecem-nos versões ligeiramente distintas (quanto à redação) e complementares (quanto à abrangência do conteúdo) do pronunciamento. *Última Hora*, embora por meio de resenha, contempla os diversos tópicos da fala presidencial, com excertos desta em sua forma definitiva, já depurada e lapidada. Darcy Ribeiro no entanto, sintomaticamente, mantivera em seu arquivo a “parte política” do discurso, com texto ainda em estado bruto. Ou seja, juntos, os documentos permitem-nos reconstituição mais completa do pronunciamento, nos dando uma ideia de seu processo de elaboração. Porém, mesmo assim, não alcançamos sua totalidade.

<sup>312</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>313</sup> A esta passagem, extraída dos originais de Darcy Ribeiro, encontramos as seguintes correspondências em *Última Hora*: A Independência “foi a culminância de um processo multi-secular de libertação e de afirmação histórica de um povo e o marco inicial de outro processo de transformações políticas, sociais e econômicas, em cujo transcurso se procedeu a liquidação dos resíduos da dominação colonial e a implantação de estruturas compatíveis com os destinos de uma nação jovem e livre. (...) cabe às gerações contemporâneas a gigantesca tarefa de dar seguimento a esse processo de mudança social e econômica e completar a edificação de novas estruturas necessárias ao fortalecimento de nossa soberania para efetiva proclamação de nossa independência

Pela ótica político-pedagógica aqui engendrada, a independência simboliza valores como compromisso com a liberdade, progresso, “afirmação nacional”, soberania pátria e independência político-econômica, suscitando-os à prática política presente. Como ficará claro adiante, o evento também preconizaria conciliação e união entre divergentes com vistas a priorização de interesses pátrios. A perspectiva trabalhista, por sua vez, agrega a este repertório em posição de destaque o princípio da justiça social, aspecto essencial em seu projeto de futuro. É importante salientar também que a independência do Brasil é encarada pelo prisma da processualidade e incompletude. Movidos por aqueles inexoráveis valores, os próceres de 1822 rompem a tutela colonial, dando um passo imprescindível, porém embrionário, no caminho da “afirmação nacional”. Dessa forma, competiria à geração atual recolocar o país nos trilhos de sua independência, superando o nocivo entulho de subordinação político-econômica que ainda o impede de realizar-se plenamente como nação soberana e justa. Portanto, legitima-se o projeto trabalhista, conforme defendido por João Goulart, voltado ao desenvolvimento econômico nacional com autonomia e “Justiça Social”.

Na linha evolutiva da história concebida pela cultura política trabalhista, vislumbrada no documento em análise e outros abordados nesta tese, no século XX, os valores emancipatórios brasileiros teriam sido impulsionados sucessivamente, sobretudo, por Getúlio Vargas e João Goulart.<sup>314</sup> Como projeto político, esses exponenciais líderes trabalhistas enfatizariam o ideal de uma economia nacional forte, autônoma, próspera e socialmente justa consoante à independência. Inspirado pelo primeiro e assessor direto de relevo do segundo, Darcy Ribeiro reforça o lugar da justiça social no ideário trabalhista, opinando com frequência que, no Brasil, a desigualdade estaria demasiado além do que se espera de um país postulante à modernidade civilizada.<sup>315</sup> Aproximando-se virtualmente independência e trabalhismo no campo dos valores, compromissos, modos de agir e metas,

---

econômica”. De uma versão à outra, substitui-se expressões de conotação notadamente ideológica como “afirmação nacional”, “subordinação política” e “Justiça Social” por equivalentes que abrandam o tom do presidente: “transformações políticas, sociais e econômicas”, “liquidação dos resíduos da dominação colonial”, “libertação”, “afirmação histórica de um povo” etc. Ao que nos parece, as mudanças na forma não minimizam o aspecto político, apenas sua aparente radicalidade. ÚLTIMA HORA. **Jango: - Crises Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>314</sup> Mais recentemente, integraria a marcha trabalhista rumo ao desenvolvimento brasileiro com justiça social, Leonel Brizola.

<sup>315</sup> Vale reiterar que, pós-ditadura, Darcy Ribeiro continuaria vinculado ao projeto trabalhista, atuando junto a Leonel Brizola.

por certo, projeta-se uma linha evolutiva coesa, lógica e legitimadora entre 1822, o programa reformista ora defendido por Jango e suas expectativas de futuro. Ela perpassa o império e fases anteriores da república, destacando, claro, os governos Getúlio Vargas (cujo trágico desfecho é posto como o preço pago por sua dedicação àqueles históricos fins patrióticos)<sup>316</sup> e seu herdeiro político.

João Goulart “ressuscita” não apenas Getúlio Vargas, ou melhor, seus desígnios nacional-reformistas. Mas reabre a seara iniciada com a independência do Brasil, reafirmada pelo trabalhismo, não obstante renhidos opositores, prometendo ao país um dadivoso amanhã. No entanto, para o advento do Brasil como “nação jovem e livre”, soberana, economicamente independente e socialmente justa, impõe-se a união de todos os brasileiros, à maneira de seus gloriosos antepassados. Visando esta ecumênica unidade, a elaborada representação janguista-trabalhista do sete de setembro coaduna traços econômico-sociais (progresso, abundância, justiça social) e políticos (liberdade, moderação, interesse público, conciliação, consenso); neste caso, incluindo elementos político-culturais tradicionais brasileiros. Elucidando um pouco mais a dimensão política de sua evocação à independência, ou seja, os fundamentos práticos que através da dimensão político-pedagógica desta se idealiza às condutas dos dirigentes públicos contemporâneos, acrescenta Jango:

O ‘espírito do 7 de setembro’ está ainda na largueza de concepção de que se impregnou o movimento. Os dirigentes políticos que libertaram o país das cadeias do servilismo colonial compreenderam que, para a unidade de tôdas as fôrças patrióticas, era mister seguir soluções que não se caracterizassem pelo radicalismo extremo. Por isso, embora a tradição libertária fôsse republicana – como republicanas haviam sido as bandeiras da Inconfidência Mineira e da Revolução de 1817 – adotou-se o regime monárquico que, naquela oportunidade, era o mais capacitado a unificar os brasileiros.<sup>317</sup>

Portanto, conclui:

(...) o espírito do 7 de Setembro define-se pela firmeza quanto aos objetivos e pela flexibilidade, quanto à maneira de alcança-los. Esta a lição maior que nos cumpre aproveitar. Também hoje, nesta passagem para um novo plano histórico, a unidade se torna indispensável. Também hoje, há que conciliar correntes e pontos de vistas. Também, hoje, sem transformarmos a

<sup>316</sup> Semelhante raciocínio explicaria continuamente os infortúnios dos líderes trabalhistas, defrontados sempre pelos mesmos adversários.

<sup>317</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963.** DR jg gc 1963.07.11.

conciliação em um fim em si, necessitamos provar firmeza de espírito e ânimo de luta, para alcançar os objetivos básicos que a nação se decidiu a conquistar.<sup>318</sup>

Seduzidos pela recorrente concepção da *historia magistra vitae*, os janguistas-trabalhistas encaram 1822 como uma espécie de oráculo. Através dele escutam a voz dos antepassados alertarem as “forças patrióticas” coevas a, em momentos cruciais, quando se dá a passagem de um contexto histórico a outro, conforme buscam representar, correlatamente, 1822 e 1963, flexibilizarem suas particularidades em favor do interesse coletivo nacional. Ou seja, a buscarem um ponto de convergência ou consenso que possibilite uma ação congruente, indispensável à harmonização política e concretização dos “objetivos básicos que a nação se decidiu a conquistar”. A perspectiva de um consenso atual historicamente referenciado é acionada por Darcy Ribeiro através da abolição da escravatura e promulgação da CLT em seu discurso de posse com o objetivo de abrir caminho pacífico às reformas de base. Tal lógica ressurgue perpassando a narrativa de Jango no “Dia de Vargas” e alcança, como já parece claro, o “Dia da Pátria”. Pressões das bases por “definição” e o recente endurecimento discursivo do presidente não anulam sua estratégia de construir consensos de centro, como vimos, representada inclusive em seu novo ministério. Na prática, essa orientação predomina ainda por alguns meses.

A aposta janguista-trabalhista em um consenso político formado pela convergência de atores díspares em favor do projeto político reformista defendido por João Goulart, acreditamos, permite associações à referida primordial propensão da “cultura política brasileira”, ou “cultura brasileira”, à conciliação e/ou acomodação (MOTTA, 2009; 2014; 2018; PEREIRA, 2017).<sup>319</sup> Não obstante a ideia de uma cultura política brasileira inspire-nos

<sup>318</sup> Correlatamente a estas passagens, extraídas da “parte política” do discurso presidencial encontrada no acervo de Darcy Ribeiro, *Última Hora* transcreve da fala de João Goulart os seguintes tópicos: “O espírito de 7 de setembro se define pela absoluta firmeza quanto aos objetivos e pela flexibilidade quanto à maneira de alcançá-los. Esta, a lição maior que nos cumpre aproveitar. Ontem, como hoje, quando passamos a um novo plano histórico, a unidade de todas as forças que lutam pelo desenvolvimento, pela erradicação da miséria e do analfabetismo, pela emancipação e pelo progresso do País, torna-se indispensável. Cumpre conciliar correntes e pontos de vista, reunir esforços e encontrar as bases mínimas de entendimento e de cooperação, de modo a dar-se a arregimentação de todos quantos estejam dispostos a lutar na mesma trincheira. (...) A conciliação não é um fim em si. É um instrumento válido de ação política, na medida em que se preservam a firmeza de propósitos e o ânimo da luta, para que alcancem objetivos que a Nação se decidiu a conquistar, em defesa da Independência que hoje se comemora, tanto quanto do seu direito de progredir a emancipar-se economicamente”. **ÚLTIMA HORA. Jango: - Crises Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>319</sup> Motta (2014) alterna entre “cultura política brasileira” e “cultura brasileira”. Considera-as intercambiáveis quanto aos elementos em destaque: flexibilidade, conciliação, personalismo, recusa a conflitos, acomodação, etc. Entende

reservas, vale retomá-la. Segundo Motta (2014), define-a tendência preponderante a driblar regras formais, conflitos abertos, rupturas. Assim, os atores que a operam, em diversos momentos, abstém-se a embates, dissimulando-os. Mediante dissensões e crises, sempre que possível, preferem alternativas flexíveis, moderadas, graduais e conciliatórias. Os exemplos são abundantes historicamente.<sup>320</sup> Todavia, Motta não confunde esse comportamento transversal com determinismo. Há nele, além de limites e exceções, estratégia e racionalidade. Escamoteando-se normas e embates, preserva-se o desigual e injusto *status quo*. A acomodação tem, pois, caráter elitista, confirmado pela constatação de que ela privilegia sujeitos conflitantes pertencentes a extratos superiores da pirâmide social. Por outro lado, exemplos pretéritos abundantes de recurso bem-sucedido à flexibilidade/negociação atestam sua viabilidade, incentivando atores do presente a escolher, conscientemente, alternativas congêneres, na expectativa de repetir êxitos dos antepassados. Isto é, recorrem a um protocolo integrado ao “repertório da cultura política” nacional. Embora não seja o foco de Motta, refletir sobre o pré-1964 por esta ótica parece-nos fecundo, dada a evidência dos citados traços político-culturais em nosso material de pesquisa. Dessa maneira, as táticas e práticas ora protagonizadas por João Goulart, Darcy Ribeiro e correligionários reverberariam elementos da cultura brasileira tradicional, os quais emergem em nosso escopo identificados à cultura política trabalhista.

Conforme argumenta João Goulart no “Dia da Pátria”, a “conciliação”, embora refute-a como “um fim em si” (isto é, encare-a criticamente), constitui ingrediente indispensável quando o terreno político encontra-se sob fortes abalos e conseqüente risco de fraturar-se. Assim, preconiza-a em resposta à crise então vigente, objetivando solucioná-la consensualmente. Jango é a favor da negociação, flexibilidade e acordo, segundo ele próprio se define e outros também. Assim já se autodeclarara reiteradamente e demonstrara na prática.

---

que, embora as interpretações que assinalam a predominância desses traços, desenvolvidas por autores do dito “pensamento social brasileiro” e alguns “brasilianistas”, tomem por objeto “a cultura brasileira em geral”, são “aplicáveis especificamente à cultura política”. Comprovam-no a recorrência daqueles traços em nossa “história política” (MOTTA, 2014, p. 291-292). Esta ambivalência reforça nossa opção por cultura brasileira ou aspectos político-culturais tradicionais, indicada noutra momento.

<sup>320</sup> Entre outros, a própria independência do país, ora em foco, que, conduzida pelo herdeiro do trono português, conserva estruturas coloniais basilares como a monarquia e a escravidão; o advento da República, que não é empecilho à acomodação dos próceres do antigo regime em posições de destaque na nova ordem política; e, inclusive, as ditaduras de 1937-1945 e 1964-1985, as quais, apesar do uso bárbaro da violência contra milhares de opositores, em alguma medida, transigem singularmente para acomodar múltiplas correntes ideológicas, escamoteando conflitos.

Denega-se ao confronto direto ou “radicalismo extremo”.<sup>321</sup> Perspectiva agora assinalada em consonância à independência que, também, comprovaria a “flexibilidade” como a melhor saída em contextos potencialmente disruptivos. Apropriada à cultura política trabalhista como uma de suas datas-chaves, portanto, por este prisma, a independência plasma uma “lição maior”, de valor estratégico, a ser considerada pelos artífices da consolidação nacional do Brasil, especialmente, em conjunturas políticas delicadas: a “flexibilidade”. Ser politicamente flexível, tecer a união ou acordo entre divergentes em torno de diretrizes elementares, conciliar, não destoaria à lealdade aos próprios princípios. Ao contrário, revelaria atores políticos dotados de “largueza de concepção”, maturidade, astúcia e perspicácia para reconhecer limites imediatos às suas metas. Desse modo, embora fiéis aos seus objetivos, capazes de construir “unidades” possíveis, contornando taticamente obstáculos momentâneos, riscos de ruptura e, logo, a estagnação ou retrocessos da “luta” à qual se dedicam. Desacelerar ou, até mesmo, recuar temporariamente, significa compreender e manter a marcha, adequando-a às circunstâncias da estrada, evitando maiores prejuízos ao comboio do desenvolvimento nacional. Adiante, mesmo devagar ou por caminhos alternativos, chegar-se-á a planícies sem obstáculos, onde será possível restabelecer o ritmo ideal rumo ao horizonte almejado. Política é dinâmica e travessia.

A dimensão político-pedagógica ou exemplaridade da independência, fundamenta a flexibilidade e conciliação como soluções ideais às atribulações políticas nacionais. Assim é posta como modelo às condutas dos mais destacados líderes trabalhistas. Em 1954, Getúlio Vargas teria optado pelo suicídio para evitar que os brasileiros mergulhassem no mar de sangue de uma resistência armada fratricida. A mesma lógica embasaria João Goulart ao aceitar o parlamentarismo, no tenso enredo em que se dá sua posse como presidente. Frente à trama conservadora e elitista urdida para impedir a sucessão legal em benefício do líder político getulista (isto é, popular e trabalhista), entre a guerra civil e o parlamentarismo, ele se submeteria à inusitada mudança de regime, curvando-se ao cerceamento de seus direitos legais. Mais tarde, coerentemente, Jango priorizaria seu compromisso com a conciliação escolhendo o exílio em vez de recorrer às armas para desbaratar o golpe militar que o

---

<sup>321</sup> O limite do enfrentamento é o debate público. Antes de se chegar às vias de fato, recua-se, retira-se as tropas do *front*. Mesmo a ala trabalhista mais beligerante, representada por Leonel Brizola, parece ajustar-se a esse comportamento. Diante do golpe de 1964, fica claro que não se preparara para o enfrentamento. E, após pontuais iniciativas de radicalização, ajusta-se a um viés notadamente conciliatório, pautando-se pela defesa das vias democráticas.

destituíra da presidência – o que, na opinião de Darcy Ribeiro (1997), teria sido fácil.<sup>322</sup> Em tese, Getúlio Vargas e Jango optam deliberadamente por sacrificar-se em termos pessoais para garantir a paz, a unidade nacional, as instituições e o bem-estar do povo. Escolhem, incondicionalmente, superar os desafios postos ao país em suas gestões e retomar as rédeas do seu destino pelo diálogo. Jamais buscariam fazê-lo pelo confronto direto com divergentes, independente do custo pessoal. Diante da inflexibilidade dos adversários, a duras penas, os presidentes trabalhistas reverberariam o “espírito” flexível de 1822, preservando as melhores perspectivas possíveis ao futuro do país. Rejeição consciente, estratégica, altruísta e madura ao confronto, segundo a imagem que se quer passar.

Com seus poderes restabelecidos, em sete de setembro de 1963, novamente, João Goulart<sup>323</sup> rememora sua atribulada ascensão à presidência. Desta feita, pintando o quadro com cores político-ideológicas mais vívidas, refere-se ao contexto de sua posse como “um dos momentos mais dramáticos de nossa existência como povo”, revestindo-a de “importância decisiva no curso de nossa história”. Mas, por que sua nomeação no lugar do titular demissionário, viabilizada por meio da Campanha da Legalidade – através da qual Leonel Brizola projeta-se nacionalmente como bravo defensor das regras constitucionais – e da emenda parlamentarista, teria tanta relevância? O que, ademais, estaria em xeque naquele momento? Com a inesperada renúncia de Jânio Quadros, o impedimento ao vice-presidente, seu legítimo substituto, representaria uma ruptura institucional, um golpe de estado. Logo, afetaria negativamente a estabilidade do país, prerrogativas legais e o futuro de seu povo. Esclareceria Jango:

A investidura do Presidente da República significou, naquele momento, antes de tudo, uma vitória contra as forças de retrocesso que intentaram um golpe-de-estado contra a livre decisão do povo brasileiro. Significou a vitória do regime democrático, no que é de essencial: – respeito à soberania popular e consolidação do regime representativo.<sup>324</sup>

<sup>322</sup> Bastaria mandar um avião militar dar uma “lambida” de metralhadora na tropa do general Olímpio Mourão Filho, cujo deslocamento de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964, precipitara o golpe. Com isso, recuaria desesperadamente, defende então Darcy Ribeiro (1997, p. 357), esbarrando na recusa de João Goulart.

<sup>323</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>324</sup> *Última Hora* não transcreve esta passagem do discurso de João Goulart. Acerca da referência feita por ele à sua posse, apenas informa resumidamente que, ao iniciar a abordagem sobre a “Necessidade Das Reformas”: “(...) lembrou o Presidente que em 1961 recusou o caminho da guerra civil, mesmo com a mutilação de seu mandato e que mais tarde foi possível a presença do povo nas urnas do plebiscito”. O periódico relata a seguir avaliação de Jango sobre os resultados do pleito, o qual abordaremos adiante. **ÚLTIMA HORA. Jango: - Crises**

Desse modo, advertiria João Goulart, segundo versão do discurso presidencial mantida por Darcy Ribeiro,<sup>325</sup> que por ocasião de sua posse estivera em perigo não apenas a aprovação de seu nome como sucessor constitucional do presidente renunciante. Afinal de contas, não obstante legal, sua nomeação fora repelida por opositores retrógrados e golpistas, outrossim caracterizados como “pequena minoria”, “partidários da estagnação”, “obscurantistas” e “antinacionais”. O presidente também os destacaria como adversários históricos do trabalhismo, remontando sua atuação aos tempos de Getúlio Vargas. Dada a orientação getulista-trabalhista do atual presidente, portanto, seria fácil compreender seu retorno à baila como diligentes detratores de sua gestão. Jango ainda acusaria seus opositores de “caluniar” clamores públicos em favor de “mudanças sócio-econômicas” de natureza estrutural necessárias à “continuidade do nosso desenvolvimento”. O motivo seria um antigo entendimento, por parte dos adversários de seu governo, das “demonstrações populares” de protagonismo político como “pressões ilegítimas”. Assim os denunciando, Jango também os expõem como elitistas e antipopulares, por isso, antagonistas de seu programa reformista e medidas econômico-sociais em proveito dos segmentos populares, tanto quanto do próprio regime democrático-representativo. Há tempos dedicando-se à “conspiração anti-democrática”, visariam ao “golpe-de-estado contra a livre decisão do povo brasileiro”, dispara – golpe este, podemos inferir, sucessivamente ensaiado em 1954, 1955, 1961 e, enfim, executado em 1964. Na perspectiva delineada por Jango, contra sua gestão, batalham grupos avessos à autonomia nacional, progresso, interesses populares e democracia. Ascensão destes ao certo implicaria retrocessos econômico-sociais e políticos. Entre outros, a derrocada das reformas de base, da autonomia do país, dos canais de participação e decisão nos quais se sustentam a soberania e o poder decisório do povo. Em suma, do regime democrático-representativo. Resultaria um cenário inóspito e desolador. Assim, a partir de meados de 1963, o presidente exhibe postura político-ideológica reformista sobremodo pujante em comparação às alocações anteriores impulsionadas pelo mesmo mote celebrativo.<sup>326</sup>

---

**Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>325</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>326</sup> *Ultima Hora* transcreve referência do presidente aos adversários do governo como “pequenos grupos já identificados como partidários da estagnação”, os quais “continuam a insistir (...) nos mesmos propósitos antinacionais”. Quanto à opinião destes acerca de incursões populares na política, *Ultima Hora* registra que, nas palavras de Jango, continuam “a se opôr às manifestações populares que clamam por substanciais mudanças na

Face a inimigos tão temíveis, do ponto de vista de João Goulart, por certo partilhado por integrantes mais próximos de seu governo, como Darcy Ribeiro, embora custando-lhe o tolhimento de atributos legais como presidente, sua posse poderia ser considerada uma importante vitória democrática. Ainda que parcial, fora ela o melhor saldo que se poderia obter naquele contexto adverso: impedir, por meio da flexibilidade e conciliação, a ascensão política de grupos nefastos ao interesse nacional-popular sem colocar em perigo a paz e a unidade do país. A saída menos prejudicial à crise política instaurada por mesquinhos adversários, tendo-se em vista minimizar prejuízos ao bem comum e preservar expectativas favoráveis de futuro. Em detrimento temporário das prerrogativas do presidente adventício, mantém-se os pilares imprescindíveis à construção do projeto nacional e popular empunhado pelos trabalhistas. A abnegação do líder, dado seu caráter deliberado, estratégico e altruísta, atestaria sua maturidade e reverberaria valores da independência, acrescidos do compromisso trabalhista com a justiça social. Por meio da solução negociada ao impasse sucessório, Jango poderia alegar, ainda, convergir à “unanimidade da consciência nacional”, que “poucas vezes manifestou-se tão clara e decisivamente” como em 1954, na indignação pela morte de Vargas, e 1961, “pela firmeza democrática de nosso povo”, sobrepujando o “golpe de Estado” então conjecturado. A exemplo de Getúlio Vargas, Jango “sacrifica-se” individualmente a bem da coletividade. Neste passo, segue o governo alternando o tom entre apelos à conciliação e ideias que soam um tanto quanto candentes para o contexto.<sup>327</sup>

João Goulart<sup>328</sup> exporia, outrossim, noções sobre emergência política popular e democracia. Remonta, pois, à sua fala no “Dia de Vargas”, reiterando a estratégia política desde então sinalizada, qual seja, promover as reformas de base com a mobilização do povo nas ruas, que caracterizaria crescentemente seu governo, constituindo sua tática final. Defendendo “uma opinião pública participante” como fonte imprescindível de inspiração e “legitimidade” das “decisões governamentais”, afirmaria que sua administração, ao contrário dos opositores, “não se amedronta” quando o povo “comparece pacificamente às praças”.

---

estrutura da sociedade brasileira. Consideram pressões ilegítimas as democráticas expressões de um clamor popular que se ergue e se avoluma, reivindicando urgentes transformações sócio-econômicas que assegurem, pacificamente, a conquista do nosso desenvolvimento”. ÚLTIMA HORA. **Jango: - Crises Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>327</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11. [conferir]

<sup>328</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11.

Antes, entenderia que “suas manifestações, concretizando o diálogo entre governantes e governados, constituem auxílio [e] estímulo indispensáveis ao exercício do Poder”. Diferenciando-se, com este posicionamento, daqueles que historicamente depreciam e oprimem incursões populares na política, posiciona-se como alguém que, a exemplo de Getúlio Vargas, as valoriza e incentiva. “Mal iria um país em que a opinião pública só tivesse meios de expressar-se quando da renovação de mandatos”, diria. Mantendo o tom de advertência, subsequentemente, alertaria que o esvaziamento do caráter representativo das instituições, que as divorcia da sociedade, representa “o perigo maior que ameaça a uma Nação em crise de crescimento”. Afinal, a “consequência inevitável” desta “contradição” seria uma “desordenada ruptura do equilíbrio em que repousam a consciência democrática e a segurança [do] progresso econômico”.<sup>329</sup> Tomando por trincheiras antiautoritárias o “regime democrático”, a “soberania popular” e “consolidação do regime representativo”, prenunciaria: “Nosso povo tomou em suas mãos o seu próprio destino, e assim como desbaratou tôdas as tentativas de retrocesso nestes últimos dez anos, desbaratará também quaisquer novas tentativas de impor ao País a vontade de grupos ou classes exclusivistas”. Ademais: “Nesse sentido, como em tudo mais, a nação pode confiar em suas fôrças armadas, [guardiãs] da ordem constitucional em consonância com anseios do povo”.<sup>330</sup> De qualquer modo, concluiria

---

<sup>329</sup> Na versão radiotelevisada da fala presidencial em vista, notamos as seguintes correspondências parciais: “Quem não tem motivos para temer o povo não se amedronta quando êste comparece às praças para reivindicar atendimento dos seus direitos e pacífica transformação da sociedade brasileira. Êsse comparecimento há de ser visto, em verdade, como expressão do diálogo entre governantes e governados. Não podemos aceitar que em uma nação democrática a opinião pública só tenha meios de se expressar nos dias marcados dos prélios eleitorais, pois a democracia exige, ao contrário, a realização viva e cotidiana daquele diálogo”. Após apontar os riscos da desunião entre administração e sociedade, informa o periódico, Jango acrescenta que: “Para evitar a ocorrência dêsse divórcio é que urgem agora as reformas de base tão indispensáveis e tão urgentes ao desenvolvimento do nosso País”. ÚLTIMA HORA. **Jango: - Crises Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020.

<sup>330</sup> A referência às casernas, no entanto, está destacada a lápis, com colchetes e interrogação. O ministro-chefe da Casa Civil a teria assinalado apenas pela falta de uma palavra, que depreendemos ser “guardiãs”? Isto é, para corrigir um lapso de redação? Nos originais do pronunciamento em análise, lê-se: “Nosso povo tomou em suas mãos o seu próprio destino, e assim como desbaratou tôdas as tentativas de retrocesso nestes últimos dez anos, desbaratará também quaisquer novas tentativas de impor ao País a vontade de grupos ou classes exclusivistas. Nesse sentido, como em tudo mais, a nação pode confiar em suas fôrças armadas, da ordem constitucional em consonância com anseios do povo”. FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11. Inferimos que a palavra ausente seja “guardiãs” uma vez que, como vimos, esta adjetiva as “Forças Armadas” no discurso presidencial do “Dia da Pátria” de 1962: “Nesta saudação cívica que dirijo ao povo brasileiro, quero simbolizá-lo na expressão das nossas Forças Armadas, guardiãs da independência e da integridade nacional (...)”. GOULART, João. **Pela rêde de radiodifusão de ‘A Voz do Brasil’, no Dia da Pátria**. Brasília, 7 de setembro de 1962. In.: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1962/36.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020.

Jango, com otimismo, ao menos formal: “Neste 7 de Setembro – dia da Pátria – o País pode vangloriar-se de sua fidelidade a herança que lhe foi legada. Nada poderá deter a marcha democrática para a libertação econômica, o progresso e a justiça social”.<sup>331</sup>

Diante do exposto, reflete João Goulart:

É com verdadeiro orgulho cívico que o Presidente da República pode apresentar-se diante do País como um cidadão fiel ao espírito histórico da Independência; como um dirigente político firme na perseguição dos objetivos, e deliberadamente flexível na maneira de alcançá-los. Em 1961, recusamos o caminho da guerra civil iminente e chegamos até a aceitar a mutilação de um mandato que nos fôra conferido em pleito livre e honesto. O essencial era garantir a devolução, ao povo, de seu inalienável direito de decidir as questões básicas que lhe dizem respeito.<sup>332</sup>

Na ótica da cultura política trabalhista, segundo expressam os atores em vista, tanto em 1954 quanto em 1961, respectivamente, Getúlio Vargas e João Goulart, além de pouparem o país de um retrocesso político, resguardam sua paz, institucionalidade, condições de desenvolvimento e expectativas de futuro próspero e socialmente justo. O primeiro evita o retorno dos políticos tradicionais, antinacionais e elitistas ao poder e a guerra civil ao preço de sua própria vida. O segundo o faz em troca da integralidade dos poderes presidenciais.<sup>333</sup> Assim, a estratégica via conciliatória legada pelos próceres da independência brasileira, em 1822, garante sucesso em mais uma batalha, sem dúvidas, fundamental: a posse do vice-presidente como titular, ainda que abscindido de prerrogativas legais do cargo, preservando, ademais, o sufrágio popular. Se não é um triunfo completo, tampouco é definitivo. Os trabalhistas veem-se e se representam como personagens de uma guerra árdua e duradoura que perpassa gerações, séculos de história, para a salvação da nacionalidade e dos trabalhadores, cujos desdobramentos resvalam em um futuro desafiante, porém, compensador. Nessa guerra, somam-se avanços, estagnações e muitos reveses. É a luta da “afirmação nacional” em construção que, na visão do governo trabalhista, além da derrota de inimigos regressistas, insistentes e poderosos, requer concretizar nossa “independência econômica” com “justiça social” para se fazer exitosa e conclusa. Vencer as iniquidades que aniquilam o povo e impedem o país de vicejar em sua grandiosidade, como nação consolidada –

<sup>331</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>332</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963**. DR jg gc 1963.07.11.

<sup>333</sup> Em 1964, João Goulart repetiria tal conduta ao preço de seu mandato e do exílio, do qual só retornaria morto.

economicamente autônoma e mais igualitária –, imporá muitas outras custosas batalhas. Somente mantendo-se firmes na busca por tais objetivos e adaptáveis em seus métodos para obtê-los, a exemplo dos libertadores de outrora, aos quais se busca equiparar os líderes trabalhistas hodiernos, é que os brasileiros superarão seus inúmeros obstáculos e, enfim, serão bem-sucedidos nesta guerra.

Garantida a posse de João Goulart e, com isto, o voto popular, faz-se necessário, também por vias pacíficas, um próximo passo: restabelecer a normalidade do mandato presidencial. Exercendo os poderes do cargo em sua plenitude, daria prosseguimento à odisseia trabalhista por um Brasil autônomo, próspero, moderno e justo. Como idealiza em 1961, ao assumir a presidência, ante o Congresso, apto a garantir “a felicidade do povo brasileiro”. Ou, como dissera em 1962, no “Dia da Pátria”: o “Brasil eterno”. Consumada a investidura, a batalha imediata passa a ser, pois, o “referendum”, aludido por Jango já em seu discurso de posse com aparente intencionalidade de antecipá-lo. Com efeito, o plebiscito é realizado no alvorecer de 1963 e não em 1965, conforme a princípio fora programado. Em setembro de 1963, a propósito, instigaria seus opositores, lembrando que, segundo estes, a consulta à população seria “mera perturbação às aspirações populares autênticas”. No entanto, os números apurados evidenciam aqueles que de fato intranquilizam o país:

(...) não o povo, que exigia a restauração do seu direito de decidir democraticamente e escolher livremente o Presidente da República, mas, sim, a pequena minoria que as urnas demonstraram estar divorciada dos anseios nacionais.<sup>334</sup>

Agora, no horizonte, miram-se às reformas de base.

### **Acentuam-se os embates**

O segundo semestre de 1963 é marcado por um clima de permanente confronto político, tendo como fachada o ininterrupto conflito Guanabara-Brasília. Carlos Lacerda e seu grupo denunciam recorrentemente suposto plano de intervenção federal para depô-lo, além de

---

<sup>334</sup> FUNDAR/MDR/UnB. DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963. DR jg gc 1963.07.11.

hipotéticas intenções continuístas de João Goulart.<sup>335</sup> Presidente e aliados, por seu turno, alertam que a oposição do rival é parte de conspiração golpista por ele articulada para derrubar o governo federal, implementar um regime autoritário, anti-nacional e alheio aos interesses populares.<sup>336</sup> A polarização, há tempos existente e reacendida com o reestabelecimento do presidencialismo, impulsiona-se com a divulgação da “Carta ao Povo” em julho. O documento instiga os ânimos, o aprofundamento da participação de atores civis e, cabe sublinhar, militares na política nacional.<sup>337</sup> As celebrações de agosto (“Dia de Vargas”) e setembro (“Dia da Pátria”) colocam ainda mais lenha nesta fogueira. Em outubro, proposta de “Estado de Sítio” enviada pelo presidente ao Congresso Nacional a pretexto de abrandar a situação política, ao contrário, incandesce-a ainda mais. Tanto à esquerda quanto à direita, bradam vozes contrárias à medida, forçando Jango a recuar.<sup>338</sup> Intervenção e golpe consolidam-se como principais temas do momento. Lacerdistas e janguistas mantêm-se no *front* mutuamente vigilantes, encenando disposição ao enfrentamento caso o lado oposto ousasse colocar em prática seus ditos planos. Surgem, até mesmo, boatos sobre tentativa de

<sup>335</sup> JORNAL DO BRASIL. **Para Lacerda intervenção só dá morte**, Rio de Janeiro, domingo, 6 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44809](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44809). Acesso: 11.10.2018. CORREIO DA MANHÃ. **CL DIZ: SÓ ENTREGO O PODER LEGALMENTE**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44503](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44503). Acesso: 22.08.2018. CORREIO DA MANHÃ. **DEPUTADO ACUSA JG DE QUERER NÔVO 37**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 6 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45576](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45576). Acesso: 28.08.2018. JORNAL DO BRASIL. **Armando Falcão adverte que João Goulart prepara golpe**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 21 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46341](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46341). Acesso: 28.10.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda dá prazo de 1 mês para Goulart dar o golpe**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 22 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46648](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46648). Acesso: 28.10.2018.

<sup>336</sup> JORNAL DO BRASIL. **Governo denuncia conspiração de Ademar e Lacerda**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44653](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44653). Acesso: 08.10.2018. JORNAL DO BRASIL. **Esquerdam acham que se trama golpe de Estado com técnica de surpresa**, Rio de Janeiro, domingo, 27 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/45631](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/45631). Acesso: 22.10.2018. JORNAL DO BRASIL. **Darci acusa de nôvo Ademar e Lacerda de conspirarem para deposição de Goulart**, Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/45748](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/45748). Acesso: 22.10.2018. JORNAL DO BRASIL. **Lacerda responde aos Ministros: a crise está no Govêrno**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44682](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44682). Acesso: 10.10.2018.

<sup>337</sup> JORNAL DO BRASIL. **CHEFES MILITARES VÊM LACERDA COMO AGITADOR**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44650](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44650). Acesso: 08.10.2018.

<sup>338</sup> JORNAL DO BRASIL. **Govêrno resolve pedir estado de sítio**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 4 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44744](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44744). Acesso: 10.10.2018. CORREIO DA MANHÃ. **CÂMARA DIZ QUE SÍTIO É PERIGOSO E INJUSTIFICÁVEL**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44492](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44492). Acesso: 23.08.2018. JORNAL DO BRASIL. **Câmara aceita com alívio retirada sítio**, Rio de Janeiro, terça-feira, 8 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44809](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44809). Acesso: 12.10.2018.

atentado a Carlos Lacerda, reacendendo soturnas memórias.<sup>339</sup> A crise política desperta preocupações estadunidenses, noticia também a imprensa.<sup>340</sup> Em novembro, a instabilidade política repercute no Gabinete Civil, cogitando-se a substituição de Darcy Ribeiro.<sup>341</sup> No mês de aniversário da Intentona, as especulações acerca de pretensões governistas a uma reedição de 1937 e o temor à “ameaça comunista” ganham força. Neste quadro, o governador carioca protagoniza mais um “violento discurso” contra a administração federal.<sup>342</sup> A proximidade dos festejos de final de ano não aplaca os ânimos. A nebulosidade política perpassa dezembro afora, anunciando um ano novo repleto de velhas e inauditas complicações.

Todavia, antes de avançarmos a 1964, vale reconstituir mais alguns passos de Darcy Ribeiro pelo convulsionado terreno político acima descrito. Isto é, suas principais ingerências políticas enquanto ministro-chefe do Gabinete Civil nos meses finais de 1963. Na primeira semana de outubro, repercutem duas alocações do antropólogo. Então, as atenções nacionais e, logo, também as dele, estão voltadas à polêmica entrevista recém-concedida por Carlos Lacerda a Julian Hartt, correspondente do *Los Angeles Times*. O periódico difunde as críticas e opiniões do governador a respeito da administração federal vigente, já corriqueiras no noticiário nacional, internacionalmente. Para além do seu já conhecido repertório, o udenista aconselha os EUA a suspenderem de pronto qualquer ajuda financeira ao Brasil. Primeiro, para não beneficiar os “vermelhos” infiltrados no governo federal. Segundo, porque a queda do presidente seria iminente, presumível para antes fim do ano, ao passo que, concomitantemente à caótica situação econômico-social e política, os militares já se dividiriam entre tutelá-lo pelo restante do mandato “ou pô-lo imediatamente para fora”. Face a este quadro de instabilidade e indefinição, os EUA deveriam “cruzar os braços e esperar”.

<sup>339</sup> CORREIO DA MANHÃ. **UDN QUER APURAR ATENTADO CONTRA LACERDA**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 10 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44663](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44663). Acesso: 28.08.2018. CORREIO DA MANHÃ. **Ryff chama atentado de novela**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 10 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44663](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44663). Acesso: 28.08.2018.

<sup>340</sup> CORREIO DA MANHÃ. **EUA: “BRASIL À BEIRA DA REVOLUÇÃO**, Rio de Janeiro, sábado, 26 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45230](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45230). Acesso: 26.08.2018.

<sup>341</sup> CORREIO DA MANHÃ. **DARCI VAI TER SUBSTITUTO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 6 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45586](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45586). Acesso: 29.08.2018. JORNAL DO BRASIL. **Ryff diz que Darci não sai**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 14 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46341](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46341). Acesso: 27.10.2018. Em capítulo seguinte, aborda-se situações em que se cogita a demissão de Darcy Ribeiro, em agosto e novembro de 1963.

<sup>342</sup> CORREIO DA MANHÃ. **CL ATACA JANGO EM VIOLENTO DISCURSO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 27 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/46328](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/46328). Acesso: 05.09.2018.

Por ora seu socorro “não serviria para nada”. Mas, seria imprescindível para o país “ir, não para trás, mas, sim, adiante” quando, enfim, sua “normalidade” se restabelecesse.<sup>343</sup>

As declarações de Carlos Lacerda, agora com alcance internacional, desencadeiam ampla indignação. Sob aval de João Goulart, seus três ministros militares divulgam imediata nota conjunta repreendendo o governador como “mau brasileiro”. Através do texto, ainda “conclamam as fôrças vivas da Nação a cerrar fileiras em tórno das autoridades constituídas, da lei e da ordem”.<sup>344</sup> O documento é corroborado publicamente por intelectuais, destacando-se Tristão Ataíde, líder católico, o escritor Jorge Amado e a pintora Djanira. Engrossam a “onda de protestos” entidades representativas da sociedade civil organizada, a exemplo do CGT e inúmeros sindicatos de trabalhadores, da União Brasileira dos Estudantes Secundários e afins, além de lideranças político-partidárias de centro e esquerda e expoentes governistas. Em uníssono, condenam as “impatrióticas declarações” do udenista e, não raro, seus intuitos golpistas. Dissonâncias competem a antagonistas mais aguerridos do governo federal, a exemplo de deputados federais como Arnaldo Cerdeira (PSP) e Plínio Salgado (PR), ambos mandatários por São Paulo, estado cujo governador pessepista atua, reconhecidamente, em sintonia Carlos Lacerda na oposição ao governo federal.<sup>345</sup>

Para Darcy Ribeiro, conforme declara a jornalistas em Brasília em imediata manifestação sobre o assunto, a entrevista de Carlos Lacerda à imprensa estrangeira

---

<sup>343</sup> Interessa salientar que segundo Carlos Lacerda “João Goulart não é um comunista”. Todavia, os “vermelhos” estão infiltrados no governo, atuando através do presidente “a fim de fazer parar este país”. Desse modo, “a lei, a ordem e a liberdade, tudo em que nós acreditamos, está ameaçado”. Visam ceifar “nossas ligações com o mundo livre, (...) degenerar tôda a economia pública e todo o espírito público. E tôda essa maldição é feita de cima para baixo”. Afinal, carecem de correspondências “nas massas” que se orientariam “por duas coisas: uma é o mêdo de perder a sua liberdade e a outra é a esperança de ver algum progresso”. **CORREIO DA MANHÃ. CL DESACONSELHA AJUDA AO BRASIL**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44325](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44325). Acesso: 19.08.2018.

<sup>344</sup> Segundo documento castrense, “a par de suas costumeiras injúrias ao Govêrno brasileiro”, Carlos Lacerda “procura apresentar nosso País como qualquer republiqueta subcolonial, mendigando esmolas, o nosso povo, um povo desfibrado, incapaz de orientar-se sem tutelas estrangeiras, entregue a um bando de saqueadores comunistas”. Desse modo, “da maneira mais lamentável, inesperada e impatriótica, ferindo os brios do povo e atingindo a própria dignidade das Fôrças Armadas”. **JORNAL DO BRASIL. CHEFES MILITARES VÊM LACERDA COMO AGITADOR**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44650](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44650). Acesso: 08.10.2018. **CORREIO DA MANHÃ. CHEFES MILITARES ADVERTEM LACERDA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44318](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44318). Acesso: 19.08.2018. **ÚLTIMA HORA. MINISTROS MILITARES: LACERDA É UM TRAIADOR**, Niterói, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95074>. Acesso: 10.12.2018.

<sup>345</sup> **ÚLTIMA HORA. REPÚDIO GERAL EM TODO PAÍS ÀS DECLARAÇÕES ANTINACIONAIS DE LACERDA À IMPRENSA ESTRANGEIRA**, Niterói, quarta-feira, 2 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95089>. Acesso: 10.12.2018.

(...) é um ato de traição, o mais grave que o Governador poderia cometer no uso da autoridade do cargo, para desmoralizar o Ministro da Fazenda, para derrogar atribuições do Presidente da República, como a de orientar a política externa, e para criar uma situação de suspeita altamente danosa para a economia nacional, em todos os campos do comércio exterior. Neste justo momento, mais uma vez, o conspirador contumaz vem fazer mais uma provocação, que é a maior de sua carreira de agente de interesses internacionais e antibrasileiros.<sup>346</sup>

Naqueles dias, à imprensa paulista, Darcy Ribeiro reitera e detalha seu ponto de vista sobre a crise em vista.<sup>347</sup> Avalia a referida “nota dos ministros militares” como “o documento que faltou em [19]54” e “[19]61”. Primeiro, porque se destina a evitar que “a opinião pública inadvertida”, mais uma vez, “seja anestesiada pela avala[n]che de propaganda”, perdendo “a perspectiva dos interesse nacionais”. Segundo, por ser “a advertência de que a ordem será mantida, que qualquer golpe será esmagado e que os caminhos do progresso não serão obliterados”. Não deixa dúvidas quanto ao papel de Carlos Lacerda como histórico e exponencial adversário do trabalhismo, dos interesses nacional-populares, da democracia e da administração federal vigente. Assinala-o, uma vez mais, situando o opositor frente crises anteriores e a atual, ressaltando sobremaneira as relações deste com a morte de Getúlio Vargas. Assim, discorre:

Lembre-se cada um de qual era a sua atitude [e] a sua consciencia política cinco minutos antes e cinco minutos depois do suicidio de Getulio Vargas. De como naquela época o maior bate-caixa publicitário convenceu o país de que estava num mar de lama quando estava realmente diante de um golpe anti-nacional para desmontar da presidência da republica o homem que fizera a petrobrás [e] ia organizar a eletrobrás e que representava a garantia de defesa dos interesses populares. Recorde-se também de que o arauto das forças anti-nacionais era o mesmo boquirroto hoje governador da Guanabara. A diferença é que de então para cá este país amadureceu e já não é possível mesmo contando com recursos duplicados para envenenar a opinião pública, alcançar o mesmo estado de paralisia.<sup>348</sup>

<sup>346</sup> ÚLTIMA HORA. **REPÚDIO GERAL EM TODO PAÍS ÀS DECLARAÇÕES ANTINACIONAIS DE LACERDA À IMPRENSA ESTRANGEIRA**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95089>. Acesso: 10.12.2018. A entrevista de Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times* coincide com visita do ministro da Fazenda, Carlos Alberto Carvalho Pinto, aos EUA. Sua agenda incluía negociação de dívidas e prospecção de novos aportes.

<sup>347</sup> Transcrição datilografada da entrevista completa encontra-se no acervo pessoal de Darcy Ribeiro. FUNDAR/MDR/UnB. **ENTREVISTA**. DR jg gc 1963.04.21. O documento, originalmente sem data, fora erroneamente agrupado a materiais relativos a abril de 1963. Porém, tratar-se de entrevista concedida pelo antropólogo no início de outubro, resenhada por ÚLTIMA HORA. **Darcy: Jango é Garantia Para o Desenvolvimento Pacífico**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95133>. Acesso: 14.12.2018.

<sup>348</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **ENTREVISTA**. DR jg gc 1963.04.21.

A narrativa aqui engendrada por Darcy Ribeiro, a exemplo de suas alocuções já discutidas, revela-se mediada pela cultura política trabalhista. Denotam-na a denúncia contra o anti-nacionalismo encarnado por Carlos Lacerda, a representação do suicídio de Getúlio Vargas como epifania e outros marcadores político-culturais do trabalhismo, tais como: Getúlio Vargas líder máximo e “presidente-mártir”, fiador de interesses nacional-populares e, por isso, vítima de perseguição e golpe; sabotagem do imperialismo e seus sectários locais aos governos trabalhistas-nacionalistas; o povo historicamente vítima de injustiça social, transitando da heteronomia à condição de cidadãos politicamente conscientes identificados ao trabalhismo; Carlos Lacerda “arauto” primordial da deletéria conspiração anti-nacional e anti-popular que sacrificara Getúlio Vargas e, por extensão, atual opositor de João Goulart, herdeiro do projeto getulista e, por conseguinte, alvo preferencial dos ataques dos inimigos de sempre.

A compreensão esboçada por Darcy Ribeiro acerca do contexto político vigente no segundo semestre de 1963, fundada em tal correlação passado-presente, revela-o cômico da gravidade da situação e perigos subjacentes ao ascendente alarido oposicionista. Não obstante, mostra-se (ou, pelo menos, pretende fazer-se crer) otimista. Duvida da eficácia dos investimentos financeiros destinados por meio do IBAD e afins a boicotar a democracia e, por conseguinte, a hegemonia trabalhista-popular. Fiando-se em suposto amadurecimento político do povo, estima que, embora o Brasil encontre-se “efetivamente” dividido, “oito em cada dez cidadãos” alinhar-se-iam a João Goulart.<sup>349</sup> A exemplo do presidente, esta “maioria

<sup>349</sup> Talvez Darcy Ribeiro baseie-se em pesquisas de opinião pública realizadas à época, as quais de fato sugerem que, então, as reformas de base, notadamente a agrária, contam com a simpatia de parcela predominante da população brasileira. Conforme sondagem IPOM realizada em Pernambuco, Paraíba, Bahia, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, em 1962, a reforma agrária é percebida como um dos principais problemas nacionais. 26% consideram-na “o 1º ou o 2º problema interno mais importante do Brasil”, atrás apenas do “controle de preços”, com 45%, e da “educação”, com 39%. Em 1963, levantamento feito em São Paulo, Guanabara, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Belém, Fortaleza, Curitiba, Caxias do Sul, Ribeirão Preto e Vitória da Conquista pelo IBOPE indica que o quadro geral de opiniões permanece bastante favorável à reforma agrária e sua imediata realização. Na Guanabara, epicentro político-cultural do país e cenário privilegiado do confronto Carlos Lacerda-governo federal, 66% dos entrevistados declaram-se favoráveis à reforma agrária, 12% contra e 21% não sabem opinar. Os percentuais em São Paulo são 61% favoráveis, 12% contrários e 27% de abstenções. E, respectivamente, 53%, 12% e 35% em Belo Horizonte. Em números totais, 82% dos brasileiros seriam a favor. Portanto, embora controverso ao nível das disputas político-partidárias e administrativas, o tema é visto favoravelmente pela imensa maioria da sociedade. No total de onze localidades constituintes do universo amostral da pesquisa, em nove o percentual de urgência da reforma agrária supera 70%, variando entre o mínimo de 53%, em Belém, e o máximo de 81%, em Salvador. Em sete das onze localidades pesquisadas o percentual de não urgente é inferior a 20%. O dissenso em relação à medida refere-se, basicamente, à forma de remuneração a ser adotada para fins de indenização aos proprietários de terras desapropriadas pelo Estado. Questionados se o pagamento deve ser efetivado “em dinheiro”, de acordo com a Constituição, ou “em títulos”, conforme o governo pretende regulamentar com emenda constitucional, verifica-se notória divisão entre os participantes. Na Guanabara 34% são favoráveis ao pagamento “em títulos”, 33% em dinheiro e 33% não sabem opinar. Em São Paulo 43% preferem as indenizações

esmagadora” coadunaria ao ideal de um país próspero, “cuja riqueza sirva ao nosso povo e não à rapina internacional e aos seus agentes internos”, afirma reiterando a polarização imperialismo-nacionalismo. Portanto, unindo-se a Jango, a maior parte dos brasileiros apoiaria as “reformas de base” através das quais, segundo o antropólogo, o governo pretende “assegurar as condições do progresso do país”, seu “desenvolvimento pacífico”, a “tranquilidade do povo” e as “liberdades democráticas”. Assim como o presidente, seus simpatizantes são apresentados como “inconformados que consideram a ignorância e a fome como injustiças a reparar”. Quanto à disposição dos integrantes dessa parcela majoritária da sociedade brasileira a caminhar lado a lado de Jango pelas reformas, presume Darcy Ribeiro, “nenhuma força é capaz hoje de fazê-los voltar à antiga resignação”.<sup>350</sup>

---

“em títulos”, 39% “em dinheiro” e 18% não sabem. Na capital mineira, os percentuais são 31%, 35% e 34%. Os dados acima descritos encontram-se em: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. IV, nº 1, Abril, 1996, **Encarte Tendências**. p. 1-28. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH3R6gwNQ\\_MDA\\_da9ad\\_/Encartev4n1.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH3R6gwNQ_MDA_da9ad_/Encartev4n1.pdf). Acesso: 02.04.2019. p. 4, 6-8; CORREIO DA MANHÃ. **Pesquisa Nacional dá 82% a favor da reforma agrária**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41607](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41607). Acesso: 18.02.2019. Para uma análise acerca das pesquisas de opinião realizadas no período, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião, **Revista Tempo**, Volume 20, 2º semestre de 2014, p. 1-21. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt\\_1413-7704-tem-1980-542X-2014203627.pdf](https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-1980-542X-2014203627.pdf). Acesso: 19.02.2021.

<sup>350</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **ENTREVISTA**. DR jg gc 1963.04.21. Não podemos nos furtar a uma breve consideração sobre a percepção de Darcy Ribeiro acerca do que denomina “maioria esmagadora”, esteio do presidente e arrimo de seu programa reformista. A expressão remete aos segmentos populares, classes trabalhadoras ou, simplesmente, “povo”, como é mais habitual no discurso político trabalhista. A propósito, vale citar João Trajano Sento-Sé (1999, p. 148), que assinala como “marco” do trabalhismo a “opção pelo povo, radicalizada na última fase do nacionalismo pré-golpe”, associada à “convicção de que o povo estava próximo do poder”. Este espírito perpassa as “forças progressistas”, argumenta o autor, entre as quais se posicionam trabalhistas e afins. As assertivas de Darcy Ribeiro sobre a “maioria esmagadora” mostram-se atravessadas por ele. Para o antropólogo, parece-nos, consciente das iniquidades que a assolam, ela deixara a resignação irreversivelmente a fim de superar sua histórica condição de marginalidade. Entre seu ponto de vista e o do segmento político ao qual se encontra vinculado, contudo, ainda que de modo tênue, deixam-se entrever aparentes distinções. Primeira: à época, predominantemente, os intelectuais nacionalistas viam o povo como “massa disforme”, “desassistida”, “impotente” e “carente de consciência”, cabendo-lhes ensiná-lo “aquilo que ele é”, “torná-lo uma nação” (SENTO-SÉ, 1999, p. 150 e 154). Segunda: Darcy Ribeiro ressalta um compromisso formal com a democracia, ao passo que aqueles, em geral, a negligenciariam. Conforme Sento-Sé (1999, p. 151), o descuido em relação às “questões institucionais referentes ao sistema representativo”, ou seja, à democracia, “remete a uma tradição política, cultural e intelectual mais ampla e perene em nossa história”, a qual se verifica no campo nacionalista e outras tendências políticas. Parece-nos que o antropólogo reconhece a autonomia política popular como algo posto, bem como, defende a democracia como um valor em si. Todavia, aventamos possível contradição tocante à sua suposta crença na consciência dos brasileiros, assinalada na entrevista em exame. Em um momento, a “maioria esmagadora” emerge definitivamente ativa e consciente, apta a romper as correntes que a subjagam e pauperizam. Noutro instante, seus membros necessitam ser elevados à condição de cidadãos de uma *pólis* moderna e industrializada, a depender do impulso do Estado (reformas) e seus agentes (trabalhistas). Ingerência pública e industrialização, vale observar, constituem ingredientes da cultura política trabalhista. Portanto, poderia não haver, necessariamente, contrassenso, mas complementaridade. Consciente e capaz de trilhar seu próprio destino, o povo demanda, legitimamente, apoio estatal para materializar seus direitos. Também em meio às camadas populares da sociedade brasileira da época, é seguro afirmar, haja vista inúmeras investigações, a noção de que ao poder público caberia solucionar problemas econômico-sociais dos mais humildes detém ampla e incontestada adesão. Essa representação do papel governamental é, outrossim,

Ciente dos preocupantes problemas e riscos da conjuntura, que agrega séria crise econômica e vicissitudes políticas cada vez mais nefastas ao governo, Darcy Ribeiro defende a realização das reformas de base como saída. Para ele, o que se impõe como tarefa precípua ao país é, reitera, “como se fez com a libertação da escravatura”, transformar pacificamente as estruturas econômico-jurídicas de modo a permitir “que êsses 70 milhões de brasileiros” tornem-se “cidadãos do mundo moderno incorporados às conquistas da civilização industrial”.<sup>351</sup> Reeditando estratégia argumentativa que, como vimos, meses antes, permeara seu discurso de posse,<sup>352</sup> situa a abolição como parâmetro histórico às reformas. Com isso, como já mencionamos, ressalta a importância destas e seus pregadores, assim como, seu alegado caráter pacífico e institucional. Abolição e independência unem-se como arquétipos à solução da crise e problemas com os quais o Brasil se depara em 1963, paralelo através do qual se quer assinalar o desejo governista de promover mudanças importantes de modo flexível, conciliatório e pacífico, conforme tradição político-cultural do país. E, também, compete frisar, democrático. Eis o objetivo de João Goulart, resolver problemas econômico-sociais prementes através de reformas a serem engendradas por vias legais, esclarece o professor.

Contraditoriamente, entretanto, prossegue Darcy Ribeiro,<sup>353</sup> é exatamente este o “objeto das ameaças”, “ataques” e “conspirações” provenientes “dos lacerdas, dos ademar”. Por conseguinte, a administração central, conduzida pelos trabalhistas, esbarra em um paradoxo. Crê que, para tirar o país da crise precisa implementar reformas de base. Todavia, estas recrudescem ainda mais seus adversários. Como no adágio popular, “se ficar o bicho pega, se correr o bicho come”. Na oposição, de acordo com o professor, há uma “reacionária” minoria “contra qualquer reforma”. Coroam-na Carlos Lacerda e Ademar de Barros (PSP), respectivamente, governadores da Guanabara e São Paulo, “contentes com o Brasil tal qual é agora”, “com a ordem econômica vigente” e “a renda que a miséria lhes faculta”. Portanto, “dispostos a impedir que ela seja erradicada”, opõem-se às reformas para defender seus interesses excludentes. Valendo-se da “intriga”, lançam o país no “caminho da sedição, da

---

inerente ao campo getulista-trabalhista desde os tempos do governo Getúlio Vargas (FERREIRA, 1997; GOMES, 2005).

<sup>351</sup> FUNDAR/MDR/UnB. ENTREVISTA. DR jg gc 1963.04.21.

<sup>352</sup> FUNDAR/MDR/UnB. DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO NA CHEFIA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (18.06.63). DR jg gc 1963.04.21.

<sup>353</sup> FUNDAR/MDR/UnB. ENTREVISTA. DR jg gc 1963.04.21.

aventura, do desespero”. Inclusive, associando-se ao IBAD, órgão suspeito de “corromper” o “Congresso Nacional” e “subverter a vontade popular nas eleições estaduais e municipais” de 1962. A conformidade entre a qualificação da oposição aqui esboçada por Darcy Ribeiro e discursos de outros governistas, a nosso ver, notadamente quanto à reflexão de viés histórico, é importante que se diga novamente, sugere sua influência político-intelectual na construção da narrativa dos líderes trabalhistas. Ou seja, sua agência como ideólogo.

A entrevista de Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times*<sup>354</sup> causa verdadeira celeuma, agravando a crise política nacional já instaurada. Sobrepesam especialmente suas veementes críticas ao governo federal, então, o alcance internacional – que as torna particularmente ofensivas para múltiplas perspectivas nacionalistas – e o fato de não pouparem a elite castrense. Desta feita, pois, “o que estava em causa era o brio do Exército”, recorda Darcy Ribeiro (1997, p. 345). Portanto, a “coisa engrossou”, com os militares exigindo a João Goulart “a decretação do estado de sítio para que pudessem intervir no estado da Guanabara e prender Lacerda”. Logo, avalia o professor, Carlos Lacerda é responsável por acentuar com suas “provocações” a “conjuntura golpista”, motivando mais uma “crise militar”. Além de posicionarem-se oficialmente, os ministros militares demandam o estado de sítio a João Goulart, de acordo com Jorge Ferreira (2011, p. 365-367), visando resguardar a “autoridade do presidente”. Suspensas temporariamente as garantias legais, no entanto, prenderiam não só Carlos Lacerda e Ademar de Barros. Cogita-se, estenderiam a ação a lideranças esquerdistas por eles vistas como prejudiciais à estabilidade política do país. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, por exemplo, logo põe “as barbas de molho”. Inclinado a requerer a medida ao Congresso, não obstante contrário a sua incidência sobre “companheiros”, Jango reúne seu ministério para discutir a situação. Ao cabo, Abelardo Jurema é encarregado da fundamentação do estado de sítio e Darcy Ribeiro incumbido de redigir a mensagem solicitando-o ao legislativo. Embora a princípio assentissem aos militares quanto à necessidade do ato ser protagonizado pelo executivo, transigem à vontade de Jango.

João Goulart atende à demanda pelo estado de sítio. Entretanto, em vez de impô-lo unilateralmente por trinta dias, conforme permitem suas prerrogativas constitucionais, desejam os militares e aconselham-no alguns assessores civis, solicita ao Congresso que o faça.<sup>355</sup> Por certo, mais uma manifestação de seu temperamento conciliador. Darcy Ribeiro, Cândido de

---

<sup>354</sup> CORREIO DA MANHÃ. **CL DESACONSELHA AJUDA AO BRASIL**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44325](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44325). Acesso: 19.08.2018.

Oliveira Neto e Waldir Pires, respectivamente Procurador e Consultor-Geral, revisam o ato na sexta-feira, quatro de outubro. Em seguida, o ministro-chefe do Gabinete Civil despacha-o ao Congresso, anexo à mensagem que redigira requerendo sua implementação (RIBEIRO, 1997, p. 345). Antes do fim da tarde, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, submete aos parlamentares a solicitação presidencial para que o legislativo decrete o estado de sítio. A referida mensagem salienta o endosso de Abelardo Jurema e dos ministros de farda, bem como, os presentes riscos ao regime:

As exposições do Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores e dos três Ministros das pastas militares descrevem a situação em que se encontra o País, ameaçado de grave comoção intestina que põe em perigo as instituições democráticas e a ordem política. O estado de sítio é um remédio legal, pela própria Constituição, para a defesa do regime por ela mesma instituído.

Assim, ao submeter a medida à elevada consideração de Vossas Excelências, permito-me ressaltar a urgência de que se reveste. Aguardando a decisão que o patriotismo dos senhores congressistas houver por bem indicar, renovo meus protestos de respeito e consideração.<sup>356</sup>

Inicialmente, o estado de sítio é apoiado por expressiva parcela da esquerda, incluído Leonel Brizola. Porém, esse apoio revela-se efêmero, desintegrando-se rapidamente. Para isso contribuem as reticências de Miguel Arraes, comunistas e outros acerca das intenções de João Goulart. Temem que as medidas de exceção facultem reprimendas também às esquerdas e ao movimento sindical. A preocupação reflete incompreensão e desconfiança esquerdistas em relação ao presidente. Mas, como vimos, é razoável, posto que os militares enxergam ameaças à direita e à esquerda. Simultaneamente, articulações com vistas à prisão de Carlos Lacerda esbarram em apoio difuso ao governador nos próprios meandros castrenses. Ambos os fatores dificultam a efetividade do estado de sítio, motivando Jango a retirar seu

<sup>355</sup> A Constituição de 1946 confere ao presidente a prerrogativa de decretar “privativamente” estado de sítio. Isto é, sem consulta prévia ao Congresso Nacional. No entanto, caberia ao legislativo, em seguida, realizar votação, em seção secreta, para deliberar sobre a manutenção ou revogação da medida. O Congresso Nacional dispõe, ainda, de autonomia para decretar estado de sítio por até 30 dias, em caso de fatores internos – na letra da lei, “comoção intestina grave” ou sua evidente iminência; assim como, em caso de guerra externa, por toda a sua duração. A respeito, Cf.: artigos 87, inciso XIII, 206, 210, 211 entre outros. BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso: 19.02.2021. Portanto, valendo-se de seus direitos presidenciais, João Goulart poderia, por iniciativa própria, implementar legalmente o estado de sítio. Contudo, opta por pedir ao legislativo que o decreta.

<sup>356</sup> ÚLTIMA HORA. **Câmara Discute a Mensagem Sobre o Estado de Sítio**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95133>. Acesso: 14.12.2018. ÚLTIMA HORA. **JUREMA: GRAVÍSSIMOS ACONTECIMENTOS INQUIETAM A NAÇÃO E AMEAÇAM A PAZ**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95133>. Acesso: 14.12.2018.

pedido três dias após requerê-lo, mais rapidamente do que o articulara (RIBEIRO, 1997). A ampla contrariedade político-social à medida também pesara na decisão do presidente.<sup>357</sup> A primeira semana de outubro é agitada e termina com prenúncio de um fim de ano aziago para o governo federal. O recuo, ou derrota, é um banquete à oposição, que explora o episódio como suposta manobra de Jango com vistas a engendrar um golpe para manter-se no poder autoritariamente, indefinidamente.<sup>358</sup> Com isso, “lacerdas” e “ademaes”, como diria Darcy Ribeiro, obtém ainda mais visibilidade e verossimilhança às suas teses anti-governistas. Jango sai “completamente enfraquecido” (FERREIRA, 2011, p. 371).

Darcy Ribeiro, por seu turno, permanece na linha de frente, contra-atacando os velhos, porém fortalecidos e encorajados antagonistas. Como pode e em toda oportunidade, defende o presidente e seu programa. Ao representá-lo nas festividades do “Dia do Funcionário”, em 28 de outubro, por exemplo, reafirma a tese de que “uma conspiração para tirar o mandato do Sr. João Goulart, liderada pelos Srs. Ademar de Barros e Carlos Lacerda”, estaria em andamento. Esta “camarilha reacionária”, denuncia, “quer manter o País atado às condições de miséria e atraso” e “não se conforma com a posição que o Govêrno desfruta entre as classes trabalhadoras, a quem tem prestado solidariedade e apoio”. Jango estaria, pois, “ameaçado pelas fôrças retrógradas do País”. Os citados governadores conduziriam o golpe para satisfazer empresários estrangeiros que não admitem a “emancipação nacional” promovida pelo atual presidente. Além de antinacional, o golpe é antipopular, uma vez que querem depor Jango e afastá-lo “das massas populares, cujas reivindicações mais legítimas são por êle apoiadas”. Todavia, não terão sucesso, argumenta o professor, ao passo que o presidente contaria com “o sentimento público demonstrado mais uma vez pelas lideranças sindicais, por todos os grupos convencidos de que a verdadeira guerra se trava contra a miséria, o atraso e a ignorância”.<sup>359</sup>

<sup>357</sup> CORREIO DA MANHÃ. **CÂMARA DIZ QUE SÍTIO É PERIGOSO E INJUSTIFICÁVEL**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44492](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44492). Acesso: 23.08.2018. JORNAL DO BRASIL. **Câmara aceita com alívio retirada sítio**, Rio de Janeiro, terça-feira, 8 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44809](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44809). Acesso: 12.10.2018. JORNAL DO BRASIL. **CGT informa que é contra o sítio “por princípio” e ataca Lacerda e Ademar**, Rio de Janeiro, domingo, 6 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44818](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44818). Acesso: 12.10.2018.

<sup>358</sup> JORNAL DO BRASIL. **Governo paulista dá nota acusando Jurema de querer intervenção em S. Paulo**, Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/45748](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/45748). Acesso: 22.10.2018.

<sup>359</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci acusa de nôvo Ademar e Lacerda de conspirarem para deposição de Goulart**, Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/45748](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/45748). Acesso: 22.10.2018.

De resto, novembro seria coalhado por novos ataques de Carlos Lacerda ao governo federal. O binômio comunismo-corrupção mantém-se como sua tônica, sendo o ideário esquerdista explorado com especial fervor, a propósito das celebrações dirigidas aos “mártires” militares associados à Intentona Comunista de 1935, cujo aniversário é celebrado em 27 do referido mês. Na ocasião, Carlos Lacerda postula a necessidade de “dizer com tôdas as letras” que “êste país já não tem um govêrno, tem um bando de assaltantes, que o está devorando e traindo todos os dias”. Assim como, de afirmar, “enquanto podemos dizê-lo, que êste país está sendo entregue (...) ao invasor comunista”. Remetendo ao momento celebrativo nacional, acusa, atrevem-se à “impostura” e “afronta” de homenagear “oficiais mortos pelas costas” ao combater, em defesa da “pátria”, o comunismo ao qual acumpliciam-se. Segundo Carlos Lacerda, a hipocrisia governista agravar-se-ia “num instante em que mal nos refazemos do traumatismo sofrido pela nação inteira diante da morte do presidente do mundo, do chefe das nações livres”, John Kennedy, assassinado no último dia 22, “que livremente escolhemos e sentidamente choramos nessa hora”, conclui. Desta feita, em vez de mostrar-se indignado com os ataques do governador, ao menos publicamente, João Goulart ironiza-o. Sorridente, diz a jornalistas que o suposto atentado contra a vida do udenista, o qual muitos relacionavam à sua pessoa, não demandaria a mobilização de um destacamento militar. Bastariam três soldados, um para tocar uma “sirena” na porta da casa do opositor, os demais para vigiar a “Embaixada de Cuba” e a “caixa de água da Aeronáutica”.<sup>360</sup> Assim, o chefe do poder executivo federal, em regra introspectivo, zomba de seu invariavelmente exasperado rival, enquanto governistas apontam seu sistemático e desmedido oposicionismo como estratégia para provocar “uma solução de fôrça, porque sabe que perderá as eleições presidenciais”.<sup>361</sup>

---

<sup>360</sup> CORREIO DA MANHÃ. **CL ATACA JANGO EM VIOLENTO DISCURSO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 27 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/46328](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/46328). Acesso: 05.09.2018. CORREIO DA MANHÃ. **JG IRONIZA ACUSAÇÕES DE LACERDA**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/46341](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/46341). Acesso: 06.09.2018. Vale esclarecer, João Goulart refere-se sarcasticamente aos esconderijos utilizados por Carlos Lacerda, respectivamente, por ocasião dos desfechos das crises de agosto de 1954 e novembro de 1955, sendo que, neste caso, partira para o exílio, retornando ao Brasil somente um ano depois. Sobre a participação do udenista nos referidos eventos, ver: FGV. CPDOC. **Carlos Lacerda**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>. Acesso: 31.08.2020.

<sup>361</sup> CORREIO DA MANHÃ. **JUREMA E SÉRGIO ACUSAM LACERDA**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 29 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/46378](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/46378). Acesso: 10.09.2018.

Já às vésperas do Natal, além de abordar temas ocasionais, Darcy Ribeiro volta à cena para, uma vez mais, retorquir Carlos Lacerda. Argumenta que o governador “consagrou-se como o campeão das forças reacionárias e como elemento de apoio a tudo que é retrógrado e estacionário”. Não poderia, pois, aquietar-se nunca, ao passo que, a par de sua “identificação com as forças populares”, João Goulart prossegue fiel à “grande missão” de “criar condições para as reformas de base, principalmente a agrária, mostrando que somos capazes de superar o dilema reformas ou revolução”. Bem como, segue o presidente trabalhando pela “regulamentação da Lei de Remessas de Lucros”, “revisão das concessões de Minas a grupos estrangeiros” e encetando “estudos para a decretação do monopólio da importação de óleo”. De resto, pondera o professor, ao contrário do que prega diuturnamente seu maior adversário, “o único golpe” do governo federal “será o da democracia, isto é, um golpe que permita ao Sr. Carlos Lacerda fazer seus discursos, mas dê condições também para o povo se reunir e fazer greve, quando necessário.”<sup>362</sup>

Assim, 1963 encerra-se sob um cenário político atribulado e preocupante, marcado pela radicalização da polaridade entre direitas e governo/esquerdas. João Goulart segue reafirmando sua perspectiva reformista-conciliatória e democrática, pela qual a muito vem batalhando. Entretanto, desde agosto, dera sinais claros quanto a uma definição por lutar pelas reformas de base junto às esquerdas e forças populares, pressionando os setores conservadores a admiti-las através de uma irresistível mobilização do povo nas ruas.

---

<sup>362</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci afirma que não viu nem ouviu Goulart convidar Brizola a ocupar a Fazenda**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 19 de dezembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/47847](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/47847). Acesso: 05.11.2018.

## **O Capítulo 5: Darcy Ribeiro e a mensagem das reformas de João Goulart**

Neste capítulo, inicialmente, desenvolvemos breves considerações complementares a respeito da trajetória de Darcy Ribeiro na chefia do Gabinete Civil da Presidência da República durante o atribulado ano de 1963. Com isso, buscamos esclarecer momentos de aparentes incertezas sobre sua permanência no cargo, os quais ainda não abordamos. Em seguida, avançamos a 1964, quando a preocupante crise político-militar remanescente do ano pregresso atinge seu paroxismo, culminando no golpe militar concretizado 1º de abril. O exame da contribuição de Darcy Ribeiro para os discursos do governo e, mais amplamente, para a cultura política trabalhista, tem aqui perspectiva privilegiada: a participação do antropólogo na elaboração da *Mensagem ao Congresso Nacional*, remetida pelo presidente em 15 de março. É Darcy Ribeiro quem, a pedido de João Goulart, redige a *Mensagem das reformas*, documento destinado a formalizar sua proposta reformista junto ao poder legislativo. Dada a relevância do texto, o então ministro-chefe do Gabinete Civil viria defini-la como a “carta político-ideológica” de Jango (RIBEIRO, 1997, p. 340).

### **Impasses em torno da atuação ministerial de Darcy Ribeiro no pré-1964**

Revisitando o cenário político brasileiro delineado entre 1963 e 1964, temos a nítida compreensão de uma fração político-temporal acelerada, agitada, densa e complexa. A crise espalha-se do plano econômico-social ao político, abarcando o setor militar. Reformas de base, boatos, desconfianças, mobilizações multitudinárias, anticomunismo, conspiração e exaltados debates encandecem o político, compondo um quadro cada vez mais conflituoso e incerto. O desempenho econômico nacional deficitário ganha destaque mediante o prematuro naufrágio do Plano Trienal e pressões estadunidenses. Ao avaliar retrospectivamente aquela conjuntura pelo prisma da economia, Darcy Ribeiro (1997, p. 347-348) testemunha que: “A

crise econômica, seriíssima por si só, daria para derrubar um governo. Inflação de 84% ao ano”. Vale acrescentar que não há, então, indexadores destinados a garantir correções salariais minimamente compensatórias. Isto explicaria, em boa medida, a onda grevista observada desde meados de 1963, com pico em agosto/setembro deste ano, até o golpe de 1964. Afora motivações políticas, segundo Motta (2000, p. 254), ela reflete a “espiral inflacionária”. Sintomaticamente, Darcy Ribeiro (1997, p. 347-348) lembra, ainda: “Greves espoucando em toda parte, incontrolláveis”, simultaneamente a levantes camponeses inspirados pelas Ligas Camponesas, mas também “motivados pela fome”. Nesse ínterim, pouco adiantaria João Goulart conceder aumentos salariais, dada sua “ideologia trabalhista”. O reconhecimento dos trabalhadores, “sua única base de apoio político”, mantém-se até o término do governo, a despeito de questões remuneratórias. Além disso, os principais motivos da crise em andamento são outros.

Nesse turbilhão de acontecimentos e pressões, para o governo federal e esquerdas, por um lado, emergem expectativas de transformação positiva do país, é verdade. Mas, por outro lado, configuram-se demasiados e bloqueadores embates com opositores cada vez mais aguerridos e radicalizados. Mudanças ministeriais ou sua cogitação parecem-nos um bom termômetro das adversidades então experimentadas pelo setor governista. Particularmente na chefia do Gabinete Civil, cargo-chave. E o exercício de Darcy Ribeiro na referida pasta não parece ter permanecido incólume às incertezas do período. Seu desligamento é pautado pela imprensa em duas ocasiões: agosto e novembro. Sintomaticamente, momentos de escalada da temperatura política nacional e, por certo, conseguintes impasses em torno da gestão do antropólogo. Conforme registra Darcy Ribeiro (1997, p. 301, 310) em suas *Confissões*, chefiar o Gabinete Civil, junto com “um trabalho infernal”, trouxera-lhe relevantes desafios. Experiência intensa, não há dúvidas. “Começaram muito cedo as intrigas de jornal sobre comunistas que cercavam o presidente da República. Os principais seriam Raul Ryff, secretário de Imprensa, e o chefe da Casa Civil, eu”, lembra o professor.<sup>363</sup> Sendo assim, toma posse na reforma ministerial de junho e, de pronto, passa a ser recorrentemente contestado. Inerente adversidade do cargo, vicissitudes em seu exercício e má recepção pública teriam desanimado o professor? Carta de demissão por ele dirigida a João Goulart, assinada a próprio

---

<sup>363</sup> De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 249, 256) “ocasionalmente, apareciam denúncias sobre a existência de comunistas ‘infiltrados’ no governo”. Entre os acusados, destacar-se-iam Raul Ryff e Darcy Ribeiro.

punho, datada em uma sexta-feira, 16 de agosto de 1963, isto é, há poucos dias de completarem-se dois meses de sua nomeação, parece-nos demonstrar que, em alguma medida, sim.<sup>364</sup>

Além da narrativa anticomunista utilizada para por em xeque a presença e permanência de Darcy Ribeiro no ministério, busca-se deslegitimá-lo, sobremaneira, apontando sua inexperiência ou jovialidade, menosprezando seu perfil acadêmico-intelectual e desqualificando sua veemência discursiva. A propósito, importa notar que Motta (2006, p. 62-63, 135-136) apresenta e analisa charges nas quais Darcy Ribeiro, durante seu período como ministro-chefe do Gabinete Civil, é representado pela desenhista Hilde Weber “como moleque, usando macacão e cabelo em topete, uma referência à sua juventude e idéias ousadas”. Ou, ainda, “como garotinho, quase um moleque de recados”. Nessas imagens infantilizadas, o antropólogo ora figura manipulado por João Goulart, ora como fantoche do comunismo. Seriam estes traços indicativos de sua inaptidão para chefiar o governo. Críticas que o senador Vitorino Freire (PSD) dirige-lhe em agosto de 1963 são um bom exemplo das estratégias empregadas por seus adversários. O parlamentar atribui recentes derrotas e dificuldades impostas pelo senado às demandas da presidência, exclusivamente, a Darcy Ribeiro, que “não tem qualquer sensibilidade política”. Em outros termos, ele não prestigiaria os senadores com um “tratamento compatível”, provocando o “clima de divergência”. Fato é que Darcy Ribeiro (1997, p. 300-301) julga-se inábil “para jogadas políticas” ou “simples convívio no mundo político” quando convidado por Jango a assumir a chefia do Gabinete Civil. Porém, Vitorino Freire vai muito além disso. Acionando, com sarcasmo, boa parte dos desqualificativos acima referidos, opina que o antropólogo é “um bom rapaz, que poderia ser reitor da universidade de Bacabal ou de kalapalos, mas nunca chefe de uma Casa Civil”.<sup>365</sup>

<sup>364</sup> Descoberta na FUNDAR, no Rio de Janeiro, e citada por André Luís Lopes Borges Mattos (2007, p. 183), infelizmente, a carta de demissão de 16 agosto não fora identificada durante nossa pesquisa no acervo pessoal de Darcy Ribeiro, realizada após sua organização e transferência ao MDR. Tampouco é mencionada no *Inventário* (2011) pertinente às condições atuais do legado documental do antropólogo. Por isso, localizá-la demandar-nos-ia imenso desafio manual, ora impraticável. Tendo como objeto primordial a trajetória acadêmico-intelectual do antropólogo, embora limite-se a apontar a carta como “registro para futuras pesquisas”, Mattos fornece-nos pistas instigantes ao considerá-la “documento bastante intrigante”, posto que revelador dos laços que uniam ministro-chefe do Gabinete Civil e presidente e das “possíveis dificuldades enfrentadas por Darcy nesta nova e tão importante etapa de sua vida”. Entretanto, esclarece, “nada pude saber”, nem mesmo confirmar “que tenha chegado ao Presidente”. Sendo nosso interesse primordial examinar a trajetória política do personagem, buscamos avançar algo mais na senda apontada por Mattos, incorporando pistas deixadas pelo próprio Darcy Ribeiro (1997) e alusões da imprensa acerca do caso.

<sup>365</sup> Bacabal é um pequeno município do Maranhão, estado onde Vitorino Freire fez carreira política e ainda é lembrado como nome de município. Os Kalapalo são indígenas do Alto Xingu, região situada no Mato Grosso e pertencente ao Parque Indígena do Xingu. Eivado de preconceito étnico-geográfico, o deboche do parlamentar

Isto posto, o senador dirige a Jango “conselho de amigo”: “Articule os senadores pessoalmente, presidente, e afaste o sr. Darci Ribeiro do seu caminho, se não quiser sofrer novas derrotas”.<sup>366</sup>

Neste contexto, com bom-humor, relembra Darcy Ribeiro (1997, p. 310): “Engrossaram tanto as notas plantadas sobre a iminência de minha demissão que tive que tomar conhecimento delas”. Dando a entender que sua vaga no governo não estaria efetivamente em risco e que se sentiria pessoalmente seguro quanto a continuar na função, refere-se à mencionada carta de demissão de 16 de agosto como estratégia para aplacar “intrigas de jornal”, as quais atribui à conspiração golpista contra João Goulart – então já denunciada ampla e publicamente, como vimos, por diversos eminentes governistas, inclusive, pelo ministro-chefe do Gabinete Civil. Conforme relata o próprio Darcy Ribeiro (1997, p. 310-311):

Pus fim às especulações escrevendo uma carta ao presidente da República, agradecendo as oportunidades que ele me dera de participar de seu governo de reformas. Adiantando que chegara a hora de me afastar, mesmo porque o governo marchava bem e eu desejava muito voltar à Universidade de Brasília. Estava à disposição dele para ajudá-lo a escolher um chefe da Casa Civil que pudesse realizar seu trabalho melhor do que eu estava fazendo. Cuidei bem que a imprensa soubesse da carta e, portanto, que o presidente estava à vontade para me afastar quando bem quisesse. Essa providência teve um efeito excelente, calaram-se instantaneamente as vozes da intriga. Só raramente eu sabia que, nos quartéis ou nos grupos de empresários, a conspiração norte-americana contra o governo continuava manejando esse instrumento.

Em sua solicitação de desligamento a João Goulart, escreve Darcy Ribeiro (*apud*, MATTOS, 2007, p. 183):

Quando do convite para a Casa Civil, ponderei a V. Excia. que, sentindo-me, embora, capaz de colaborar em suas enormes tarefas de Presidente das Reformas, dificilmente poderia superar com devotamento e esforço minhas carências em habilidades que o exercício do cargo demanda. Na convicção de que V. Excia. terá verificado, já, o quanto era fundado o meu receio, sinto, neste momento, que o melhor caminho para continuar colaborando no seu govêrno, seja o de retornar às minhas funções de Reitor. Ali me esperam importantes tarefas que são também nobres encargos de

---

desmerece a profissão (etnologia) e capacidade de Darcy Ribeiro enquanto reitor da UnB, instituição esta então, diga-se de passagem, não raro, desacreditada pelos conservadores, desafetos do antropólogo e anti-governistas.

<sup>366</sup> CORREIO DA MANHÃ. **DARCI ACUSADO DE PROVOCAR DERROTAS**, Rio de Janeiro, domingo, 11 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42594](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42594). Acesso: 06.07.2018.

governo de V. Excia., cuja visão fêz nascer a Universidade de Brasília e cujo amparo vem possibilitando sua implantação.

Ademais, ao externar sua gratidão pelas honrosas participações no governo João Goulart, exercendo importantes atribuições públicas, observa Mattos (2007), Darcy Ribeiro assinala que, se como ministro da Educação sua colaboração se justificaria, em alguma medida, tecnicamente, posto que acumulara alguma experiência no setor educacional, sua nomeação como ministro-chefe do Gabinete Civil teria por base, apenas, a confiança pessoal do presidente; desse modo, corroborando que a união entre ambos sustentara-se, para além das afinidades ideológicas, em laços de amizade.

Embora ao rememorar o fato Darcy Ribeiro tenda a reduzi-lo a uma estratégia política por ele próprio engendrada, soberanamente, para despistar opositores, há indícios de que, então, não estivera sempre tão seguro de si e que sua posição sofreria de fato alguma instabilidade. As adversidades com as quais se depara como ministro-chefe do Gabinete Civil parecem, efetivamente, causar-lhe dissabor, hesitação, insegurança e incertezas. Vale assimilarmos as dúvidas que ele mesmo suscita, em ocasiões diversas, acerca de sua aptidão ao posto político enquanto denotativas não apenas de modéstia ou formalidade, mas de autêntico receio. Além disso, consta a época que, há “algum tempo”, por um lado, Darcy Ribeiro vinha externando seu interesse em retornar à UnB. Por outro lado, queixas de parlamentares influentes acerca da atuação do chefe de governo chegariam constantemente a Jango, recrudescendo “ultimamente”. Tais seriam razões, segundo alegações da imprensa, para eventuais notícias sobre a possível “renúncia” do ministro-chefe do Gabinete Civil. Nesse ínterim, ele já se referiria à pasta, dada a relevância e natureza “burocrática” desta – vetor de todas as demandas dirigidas ao governo e seus encaminhamentos –, como “íngrata” e “mal compreendida” atribuição, incompatível com seu “temperamento” de “homem cheio de planos e de idéias”. Quanto a restringir sua atividade intelectual, especificamente, chefiar o governo tolher-lhe-ia por consumir demasiado tempo e implicar enormes esforços, o que, como vimos, Darcy Ribeiro pressupõe como sacrifício já ao tomar posse. Ademais, noticia-se, o professor andaria “decepcionado com os próprios rumos dos acontecimentos”.<sup>367</sup>

Darcy Ribeiro bate à porta do Palácio da Alvorada na manhã de sábado, 17 de agosto. Então, entrega a João Goulart seu pedido de demissão, redigido no dia anterior. De

<sup>367</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci Ribeiro demitiu-se, mas fica no cargo até Goulart achar substituto**, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43118](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43118). Acesso: 04.08.2018.

fato, desde já, alardeia-se demissionário. Dirige-se imediatamente à UnB, onde tem “longo encontro” com professores a respeito de seu desligamento do cargo político e retorno à reitoria. O debate encerra-se às três da tarde. A notícia de que o ministro-chefe da Casa Civil disponibilizara o cargo a Jango, sob a justificativa de reassumir suas atribuições de reitor, alastra-se pelos meandros políticos da capital federal e ecoa país afora através dos jornais. Finda a reunião docente na universidade, o antropólogo toma conhecimento de que é aguardado no Palácio da Alvorada, ainda no sábado, às 19 horas, para mais uma audiência com o presidente. Desta feita, no entanto, fica decidido que permanecerá no governo enquanto se define seu substituto. Outra vez, sugere a Jango nomear, para o Gabinete Civil, Waldir Pires, Consultor-Geral da República, justificando a indicação por sua experiência e conhecido “espírito conciliador”. O indeferimento presidencial ao desligamento de Darcy Ribeiro e, por conseguinte, à sua recomendação, fica claro em subsequente nota oficial distribuída por Raul Ryff, secretário de Imprensa. O documento desmente notícias sobre a demissão do ministro-chefe do Gabinete Civil e suposto convite a Nei Galvão para substituí-lo. Não há referência a Waldir Pires.<sup>368</sup> A partir de então, o tema realmente desvanece. Todavia, volta à ordem do dia meses depois.

Na primeira semana de novembro, lê-se na imprensa que João Goulart recebera Danton Jobim no Palácio das Laranjeiras. Na oportunidade, noticia-se, o presidente teria convidado o jornalista para chefiar o Gabinete Civil, obtendo resposta positiva. Para evitar constrangimentos a Darcy Ribeiro, ainda não comunicado de sua “exoneração”, Jango teria recomendado discrição a Danton Jobim. Porém, servidores palacianos desavisados encarregam-se de transmitir o teor da conversa reservada a terceiros. Dado o vazamento, Darcy Ribeiro tomaria conhecimento de seu desligamento, “com surpresa”, ao ser questionado por repórteres sobre a designação do citado sucessor. “Se verdadeira a notícia”, pondera ao reaver-se da inesperada abordagem, “só posso congratular-me com o presidente da República pela escolha de um bom substituto, e com a imprensa, por ter sido escolhido um jornalista”. Ademais, diz, considera-se demissionário há tempos, pois anseia “voltar à universidade”, portanto, recebendo a notícia com “tranquilidade”. Ao que parece, refere-se ao episódio de agosto. Inteirando-se dos novos rumores sobre a saída de Darcy Ribeiro, parte de

---

<sup>368</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci Ribeiro demitiu-se, mas fica no cargo até Goulart achar substituto**, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43118](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43118). Acesso: 04.08.2018. JORNAL DO BRASIL. **Ney e Ryff negam saída de Darci**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43207](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43207). Acesso: 05.08.2018.

seus auxiliares chegam a preparar atos de demissão a fim de acompanharem-no. Subsequentemente, embora aponte precipitação na divulgação da notícia, o antropólogo confirma pessoalmente a nomeação de Danton Jobim, esclarecendo que tal definição ocorrera somente após conversa entre o presidente e ele, atual titular da função.<sup>369</sup>

Enquanto o burburinho em torno da demissão de Darcy Ribeiro segue espalhando-se na imprensa e na política nacional, João Goulart reúne-se com o ministro-chefe do Gabinete Civil e integrantes da pasta, tratando de medidas destinadas a dinamizá-la. Raul Ryff, mais uma vez, desmente a exoneração do professor, afirmando que “o Sr. João Goulart não manifestou qualquer intenção de tirá-lo da chefia do Gabinete Civil”. Logo, o próprio presidente diz a jornalistas que “houve, realmente, confusão em torno das notícias sobre a saída do sr. Darci Ribeiro da chefia da do Gabinete Civil”, acrescentando: “Mas não fui eu quem fiz”. Ainda segundo o chefe do executivo, o assessor “insistiu em deixar o cargo”, mas sua saída “não tem data marcada”. Darcy Ribeiro “é um companheiro leal e eficiente, quero que ele continue a meu lado, aqui em Brasília”, conclui Jango, explicitando sua satisfação e confiança em relação ao atual ministro-chefe do Gabinete Civil, bem como, sua vontade de preservá-lo.<sup>370</sup> Teria Darcy Ribeiro, em novembro, reiterado o pedido apresentado a Jango em agosto para afastar-se do governo? Suas *Confissões* referem-se a apenas um pedido de demissão, tendo-se notícias de um só documento relativo ao assunto: a citada carta de 16 de agosto. Entretanto, o debate político acompanhado através da imprensa aponta que a saída de Darcy Ribeiro da chefia da Casa Civil teria sido considerada outra vez em novembro. Isto reforça seu provável desconforto no cargo político em razão de fatores elencados e, outrossim, do agravamento da situação do governo no segundo semestre de 1963. Mais do que isso, as informações relatadas permitem-nos inferir que Jango pode ter de fato pensado demiti-lo. Não obstante, novamente, o presidente continuaria a dispor da colaboração do professor ao seu

<sup>369</sup> CORREIO DA MANHÃ. **DARCI VAI TER SUBSTITUTO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 6 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45586](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45586). Acesso: 29.08.2018. CORREIO DA MANHÃ. **DARCI CONFIRMA DANTON**, Rio de Janeiro, terça-feira, 12 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45788](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45788). Acesso: 30.08.2018. A permanência de Darcy Ribeiro na chefia do Gabinete Civil e a manutenção da amizade com João Goulart pós-golpe desacredita a roupagem de “traição” que a imprensa busca conferir ao episódio.

<sup>370</sup> JORNAL DO BRASIL. **Goulart desiste de nomear Jobim e pede a Darci para dinamizar Gabinete Civil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 8 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46078](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46078). Acesso: 25.10.2018. JORNAL DO BRASIL. **Ryff diz que Darci não sai**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 14 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46341](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46341). Acesso: 27.10.2018. CORREIO DA MANHÃ. **AINDA SEM DATA SAÍDA DE DARCI**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 15 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45881](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45881). Acesso: 01.09.2018.

governo. Cientes ou não de que o porvir reserva-lhes desafios ainda maiores, com reveses inexoráveis, enfrentariam juntos as tormentas dos primeiros meses de 1964, as quais fariam o governo submergir. *Tempos de turbilhão* (RIBEIRO, 2014), nos quais a atuação político-ideológica de Darcy Ribeiro ganha relevo, projetando-se nos momentos mais marcantes.

Portanto, a gestão de Darcy Ribeiro na chefia do Gabinete Civil transcorre sob sérias tensões, refletindo o caráter litigioso do governo João Goulart. Vez ou outra, sua permanência na função torna-se objeto de dúvidas. Contudo, em todo o período, mantém-se como um ator político-intelectual do governo trabalhista de notória relevância, intensa atividade e clara influência. 1964 acentuaria os tons do quadro esboçado no ano anterior. A partir de outubro de 1963, a animosidade ideológica alçaria níveis inéditos de acirramento. A instabilidade política atingiria o fastígio. Nos estertores da crise, Darcy Ribeiro revelar-se-ia ainda mais proeminente. Seu destaque evidencia-se na tecitura de duas ações políticas governistas complementares, ambas de inequívoca centralidade à estratégia de poder adotada por João Goulart no começo de 1964 e seus desdobramentos: o grande e derradeiro ato público protagonizado pelo presidente na noite de sexta-feira, 13 de março, diante da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, denominado *Comício da Central* ou *Comício das Reformas*,<sup>371</sup> examinado no capítulo seguinte; e a *Mensagem ao Congresso Nacional*, remetida por Jango à abertura das atividades legislativas daquele ano, a qual abordamos ainda neste capítulo. Referida pelo ministro-chefe do Gabinete Civil como *Mensagem das Reformas*, coube-lhe, pessoalmente, redigi-la e entregá-la ao poder legislativo na sessão de 15 de março.

*Comício e Mensagem das reformas* integram-se tendo por meta publicizar, oficializar, obter apoio social, fortalecer e, por conseguinte, viabilizar, dentro do calendário legislativo de 1964, o programa político reformista, desde meados de 1963, assumido por João Goulart como tônica de sua administração. Embora protocolada dias após o *Comício*, a elaboração da *Mensagem* antecede-o. Conecta-se, por um lado, à discursividade governista encetada previamente, o que se confirma através de marcadores antecipados em alocuções de Darcy Ribeiro, Jango e outros governistas, abordadas em capítulos anteriores e a seguir. Por outro lado, em boa medida, pauta o ato público final do presidente, encenado na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, começamos nosso exame acerca dos passos de Darcy Ribeiro nos

---

<sup>371</sup> FGV. CPDOC. LAMARÃO, Sérgio. **Comício das reformas**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AconjunturaRadicalizacao/Comicio\\_das\\_reformas](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AconjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas). Acesso: 16.09.2020.

episódios que selariam o futuro do governo Jango pela *Mensagem*. Em seguida, voltamos nossas atenções ao eletrizante *Comício* e desdobramentos.

### **Atuação político-ideológica de Darcy Ribeiro no alvorecer de 1964**

1964 começa com João Goulart sob cerrada vigilância. Alocuções, atos e movimentações do presidente, assim como de colaboradores imediatos, apoiadores e afins são acompanhados detidamente e prontamente contestados. Desse modo, a expressão “democracia social”, empregada por Jango em reunião ministerial a sete de janeiro não passa despercebida. Motiva seus atentos observadores a investigarem intenções a ela subjacentes. Boa oportunidade para perscrutarmos algo mais sobre as ideias que embalam Jango e, em especial, Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil. Ao desembarcar em Brasília, retornando do Rio de Janeiro, o professor é imediatamente instigado a esclarecer o termo. A propósito, salienta ser necessário compreender a ordem democrático-capitalista em sua historicidade, reconhecendo-a, como demais regimes, propensa a “envelhecer”. Daí a necessidade de “reformas que ampliem as possibilidades de progresso humano”. Nesse sentido, ressalta Darcy Ribeiro, propugnar uma “democracia social” significaria ajustar-se ao “pensamento político moderno”, tendência que, segundo ele, ora embasaria a diplomacia estadunidense e, até mesmo, o entendimento católico, conforme enunciam “encíclicas papais” e sustenta João XXIII.<sup>372</sup> Voltando-se à construção de uma “democracia social”, explica Darcy Ribeiro, correlatamente, Jango entende:

(...) que o lucro, embora tendo um extraordinário poder organizador, não pode ser instrumento único de organização, de estruturação de sociedades que aspiram ampliar as oportunidades de educação, de saúde, e de bem-estar de todos os seus componentes.<sup>373</sup>

<sup>372</sup> Conforme assinala Motta (2000, p. 273-274), “a reforma social e o combate às desigualdades constituíam o eixo da política norte-americana de combate ao comunismo na América Latina, ao lado do investimento na preparação das forças repressivas. Deve ser ressaltado que, para fazer jus aos financiamentos da ‘Aliança Para o Progresso’, os países latino-americanos deveriam realizar, previamente, a reforma agrária”. Ademais, internamente, alguns setores conservadores e/ou anticomunistas apoiam a reforma agrária, inclusive, IBAD e IPES. Em alguma medida, o governo João Goulart, inclusive Darcy Ribeiro, esboçam raciocínio e argumentação condizentes à linha político-social estadunidense ao propor realizar as reformas pacificamente para que não sejam impostas revolucionariamente.

<sup>373</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci Ribeiro afirma que Democracia surgiu definida mas envelhece com o tempo**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 10 de janeiro de 1963. Disponível em:

Portanto, de acordo com Darcy Ribeiro, João Goulart acredita que a democracia puramente capitalista – ou, como seria razoável inferir, liberal – apresenta limites à necessária ampliação do desenvolvimento e da justiça social. Desse modo, frente a demandas presentes, impõe-se aprimorá-la. Como já nos parece suficientemente esclarecido, solucionar esses entraves, na perspectiva do presidente, exigiria reformas estruturais. Haveria, assim, um elo entre o teor social do pensamento político mais avançado, laico ou religioso, e o programa reformista governamental. Isto posto, a “democracia social” almejada por Jango através de suas reformas de base reverberaria diretriz política moderna de amplo alcance. A propósito, relembra Darcy Ribeiro (1997, p. 306):

Efetivamente, vivia-se um tempo de exceções, cujas figuras simbólicas eram três Joões: João XXIII, de Roma, conduzia a Igreja a uma política lúcida, rompendo a aliança milenar com os ricos. João Kennedy, pelo menos aparentemente, comprometia-se com a democracia e com um novo trato para com a América Latina, que permitisse um desenvolvimento socialmente responsável. E o próprio Jango, que também era João. A Guerra Fria matou os três Joões e seus ideais de liberdade e solidariedade.

Esse debate político-ideológico e temas subsequentes motivam-nos a considerar, mais detidamente, perspectivas de Darcy Ribeiro sobre João Goulart, seu perfil, fundamentos políticos, governo e ideais. No decorrer de suas *Confissões*, o professor vai, aos poucos, recompondo a *persona* do líder trabalhista e amigo. De início, recorrendo a uma hipótese antropológica ou sociológica, situa Getúlio Vargas e Jango como atores atípicos no quadro político brasileiro. Enquanto homens de fronteira, forjados no universo pastoril inerente ao sul do país, contraposto às relações entre “fazendeirões” e “enxadeiros” verificadas no nordeste rural, eles teriam por peculiaridade um “nativismo caloroso” e a vocação para o convívio íntimo, embora desigual, com subalternos. Projetadas na política, estas características convertem-se no “nacionalismo” e “trabalhismo” que os difere dos demais homens de sua posição. A origem guasca facultaria a Getúlio Vargas e Jango, pois, sensibilidade às aspirações dos trabalhadores e sua liderança, aprofundada pelo discípulo, avalia Darcy Ribeiro. Portanto, Jango converte-se no político brasileiro mais identificado com as causas populares. Ou, comprometido com uma “democracia social”, podemos inferir, embora a expressão não apareça em *Confissões*. Assim o perceberiam trabalhadores, transformando-o no “maior

eleitor” do país, e conservadores, por conseguinte, erguendo contra ele inédita oposição. Nesses marcos, Jango se constitui como “líder trabalhista e nacionalista que sucederia a Vargas na orientação do trabalhismo” (RIBEIRO, 1997, p. 182, 281, 283).

De Getúlio Vargas, João Goulart herda a liderança do trabalhismo e, ao mesmo tempo, observa Darcy Ribeiro (1997, p. 284-285, 289-290), o “ódio” das “classes dominantes” outrora destinado ao pioneiro da tradição. Apenas Leonel Brizola viria a ser “mais atacado do que Jango por toda a mídia e através dos procedimentos mais sujos”, compara. Darcy Ribeiro também pondera que “a direita tinha razão em temer Jango”. Afinal, comandado por ele, o PTB cresce exponencialmente, tornando-se “concorrente perigosíssimo para as eleições presidenciais de 1965”. Isto é, alça potencial para, no referido pleito, obter maioria legislativa e manter-se como detentor da cadeira presidencial. De 22 deputados em 1946, a legenda salta para 66 em 1958, totalizando 116 em 1962. Constitui-se, pois, “o maior partido do Congresso e o mais capaz de crescer”, dispondo ainda de lista de espera. 20 requerimentos de filiação de parlamentares de outras legendas, pelo menos, aguardariam ratificação do presidente, lembra o professor. Ao ascenso do PTB corresponderia, em contrapartida, o descenso do PSD e UDN, majoritariamente, esteios de conservadores. Ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, naquela ocasião, responsável por um aumento de 100% no salário-mínimo, presidente à revelia das “velhas elites” que, em vão, quiseram baldar sua posse, Jango assombra-as não só como encarnação do getulismo. Há que se considerar, também, conforme bem observa Darcy Ribeiro, implicações da Guerra Fria. O conflito ideológico posto internacionalmente, como antessala a um novo enfrentamento bélico em escala mundial, intensifica o assombro entre segmentos posicionados à direita do espectro político frente aos rumos reformistas assumidos pelo governo federal. Neste quadro, o presidente, auxiliares e suas propostas políticas são recorrentemente identificados ao terrificante comunismo por seus adversários.

A oposição a João Goulart, à moda da Guerra Fria, remonta à renúncia de Jânio Quadros. Esclarece-nos Motta (2000, p. 234) que:

O episódio levou os anticomunistas ao desespero, pois o Vice-Presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda. Sua eleição para o cargo, em 1955, e a reeleição, em 1960, haviam sido apoiadas pelos comunistas. O temor de que a ascensão de Goulart ao poder pudesse significar o fortalecimento dos comunistas, associado à frustração dos

conservadores pelo retorno do getulismo, levou a que se tentasse impedir a posse.

João Goulart fora “líder da ala esquerda do PTB”, assinala Motta (2000, p. 234-235), figurando entre os “principais responsáveis pela transformação do partido *getulista*, concebido originalmente como dique contra o comunismo, em aliado do PCB”. A contingência de sua ascensão a titular do poder executivo federal, por conseguinte, “levava os conservadores a imaginar o recrudescimento da ‘infiltração’ comunista”. Logo, contrapõem-se imediatamente à sua posse. A solução encontrada para “evitar conflito maior” e viabilizar sua diplomação, conforme já abordamos, é a emenda constitucional nº 4. Todavia, ainda segundo Motta, a “manobra parlamentarista” arrefece momentaneamente a crise e evita o “confronto aberto”. Porém, não desmobiliza “conservadores e anticomunistas, que na primeira oportunidade voltaram a assestar baterias contra Jango”. Desse modo, a promoção do líder trabalhista ao Planalto impacta de forma relevante o quadro político brasileiro. Por um lado, contribui para fortificar a esquerda. Por outro, impulsiona a “campanha contra o comunismo”, a qual adquire “ritmo intenso e ininterrupto a partir da ascensão de Goulart” (MOTTA, 2000, p. 248). As implicações disso coadunam para o acirramento e radicalização com que temos nos deparado ao buscar reconstituir a trajetória de Darcy Ribeiro como ministro-chefe do Gabinete Civil.

As “baterias” conservadoras apontadas para João Goulart durante seu mandato presidencial, como já nos parece suficientemente claro, tem como munição principal denúncias de infiltração comunista e corrupção em seu governo. Não é incomum acusarmos-no, outrossim, de inépcia política. O testemunho de Darcy Ribeiro (1997, p. 283-284), ao contrário, revela-nos Jango como um homem excepcionalmente apto ao exercício do poder. Além de compartilhar atributos e ideais de seu preceptor, por si mesmo, acumula experiência político-administrativa e aprofunda seu engajamento trabalhista. De sorte, governa o país com sensibilidade social e desprendimento pessoal inauditos. Nas palavras do antropólogo:

Jango era, (...) ao contrário do que se diz, um homem preparado para o exercício do poder, que não tinha para ele os encantos da pompa, mas o desafio de reformar a institucionalidade para transformar a realidade social a favor dos mais pobres.

(...)

O exercício do poder era um fardo pesado para Jango, que não sabia tirar dele os gozos que tanto gratificaram a JK, por exemplo. Para ele, o poder era um fardo, uma destinação. Queria cumprir o que lhe parecia fundamental

para o Brasil e estava expresso na *Carta-testamento* de Getúlio. Primeirissimamente, pôr sob controle as transnacionais. Queria sobretudo – ele que era um grande proprietário rural – quebrar o monopólio da terra, desnecessário, de caráter especulativo, que condenava o povo à fome (RIBEIRO, 1997, p. 283 e 289).<sup>374</sup>

Assim, na opinião de Darcy Ribeiro (1997, p. 283-4), a persistência de João Goulart em sua defesa de reformas econômico-sociais profundas, sobremaneira a agrária, tão necessárias, embora tenazmente combatidas pela direita golpista com os sabidos danos individuais e coletivos resultantes, somente se explica por intrínseca convicção. Mais especificamente sobre o engajamento político-ideológico de Jango, o professor argumenta que, em sua trajetória como “líder trabalhista, foi formulando um ideal próprio que respondia às reivindicações fundamentais dos trabalhadores”. Com efeito, indo além dos postulados da carta-testamento, seu governo objetiva:

(...) garantir e regular o direito de greve e empreender a sindicalização dos trabalhadores rurais. (...) promover uma reforma agrária que desse um quinhão de terra a milhões de famílias desalojadas do campo pelos latifundiários. (...) reformar o sistema fiscal, para não pesar tanto sobre os assalariados, e redistribuir as rendas públicas em favor dos estados. (...) congelar os aluguéis, reformar a educação, o sistema bancário, a administração pública, a previdência social e o sistema partidário.

Quanto ao documento vital à cultura política trabalhista mencionado por Darcy Ribeiro, interessa registrar que, conforme testemunha Waldir Pires, João Goulart e os seus próximos: “Eram fiéis à *Carta-Testamento*”. Nas palavras de Emiliano José (2018, p. 60-61), biógrafo do Consultor-Geral da República, Jango “queria ser digno” dela, balizando-se com “fidelidade naquela espécie de programa embebido em sangue escrito por Getúlio”, como o próprio Waldir Pires. Vale reiterar que, de maneira correlata, para Darcy Ribeiro (1997, p.

---

<sup>374</sup> Em conformidade com as observações de Darcy Ribeiro a respeito das relações de João Goulart com o poder, Maria Thereza Goulart testemunha que o exercício da presidência fora para o esposo experiência de “pura tensão”. De acordo com ela: “Problemas e mais problemas. Tudo era difícil, complicado”. Muito o magoam, então, “os ataques” dirigidos a ele, principalmente, por “amigos de esquerda”, incluindo Leonel Brizola. Assim, “ficava triste, deprimido, mas não se abria, não se queixava de nada. Eu mesma perguntava, mas ele continuava no seu estilo caladão. (...) Não era difícil para mim perceber que ele estava triste, mas ele era incapaz de se abrir, de desabafar”. Após o malfadado episódio do estado de sítio, lembra Abelardo Jurema, confidenciara-lhe Jango: “Não sei, Seu Jurema, como o Juscelino ainda quer voltar para isto aqui”. Dessa maneira, o ministro da Justiça testemunha o desencanto do presidente pelo poder. Em novembro seguinte, o mandatário desabafa a João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA: “sou mesmo um fazendeiro. (...) um estancieiro, nada mais” (FERREIRA, 2011, p. 355-356, 371, 375).

275), a carta-testamento é “o mais alto documento jamais produzido no Brasil”, sendo “a carta política” referencial de sua atuação pública.

Pessoalmente, João Goulart é lembrado por Darcy Ribeiro (1997) e Waldir Pires (JOSÉ, 2018), integrantes-chave de seu governo que se tornam também seus amigos, como sujeito “simples”, “afável”, “bom”, “discreto”, “sensível”, “aparentemente tímido”, “muito inteligente”, que “escrevia bem”, “sem qualquer afetação” e dotado de “invulgar sensibilidade social”. Maria Thereza Goulart, por sua vez, refere-se ao “estilo caladão” do marido (FERREIRA, 2011, p. 356). Para assinalar a capacidade intelectual do presidente, recorre Darcy Ribeiro (1997, p. 289) à sua contundente didática:

Nenhum medíocre chega a ser duas vezes vice-presidente e a assumir e exercer a Presidência tendo como ministros algumas das figuras mais prestigiosas do Brasil. Por exemplo, Celso Furtado, San Tiago Dantas, Hermes Lima, Gabriel Passos, João Mangabeira, Eliezer Batista, Wilson Fadul, Almino Affonso, Eduardo Lins e Silva; políticos da altitude de Tancredo Neves, Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Hélio de Almeida e Carvalho Pinto; empresários como José Ermínio de Moraes e outros.

Politicamente, ainda segundo Darcy Ribeiro (1997) e Waldir Pires (JOSÉ, 2018), João Goulart seria “trabalhista”, “conciliador”, “corajoso”, “pacifista”, “negociador”, “coerente”, “democrata”, “reformista” etc.<sup>375</sup> Jamais populista, demagogo, manipulador, autoritário, caudilho, inepto, fraco, indeciso, subversivo, revolucionário, corrupto, socialista ou comunista como pretendem fazer crer seus opositores, recorrendo a tais epítetos ao sabor de suas conveniências momentâneas. Aliás, mesmo detratores não creem efetivamente na simpatia ou adesão do presidente ao comunismo. Como exemplo, vale recordar Carlos Lacerda em sua impactante entrevista ao *Los Angeles Times*, abordada no capítulo anterior. Então, com todas as letras, o governador argumenta que, apesar da infiltração de comunistas no governo Jango, ele próprio não seria comunista, e sim um “totalitário” ou “caudilho” ao estilo sul-americano. Portanto, “homem de direita”.<sup>376</sup> No decorrer da crise político-institucional em tela, conservadores oscilam de elogios à capacidade de negociar do presidente às críticas acerca de sua inépcia e/ou supostos pendores autoritário-continuístas.

<sup>375</sup> Fica claro que as definições acerca de João Goulart aqui abordadas apoiam-se em elementos político-culturais tradicionais brasileiros anteriormente discutidos, a saber, flexibilidade, negociação, conciliação, acomodação. Com isso, percebemos que tais elementos sendo mobilizados com vistas a legitimar de sua *persona* política.

<sup>376</sup> CORREIO DA MANHÃ. **CL DESACONSELHA AJUDA AO BRASIL**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44325](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44325). Acesso: 19.08.2018.

Estes, conforme especulam, por um lado, herança de Getúlio Vargas. Por outro, possível mecanismo para reparação dos prejuízos do interregno parlamentarista. Em todo caso, vêem aí brechas à infiltração comunista no governo. Desconfiam que Jango pudesse valer-se dos comunistas igualmente com o fito de impor suas reformas e que estes se aproveitariam da ingenuidade do presidente para ganhar terreno em sua administração. Seja qual for o ponto de vista, o país estaria crescentemente ameaçado de esquerdização. Seja como for, a associação Jango-perigo comunista nas narrativas antigovernistas vai se corporificando e ganhando centralidade mediante o avanço do processo de polarização político-ideológica que caracteriza o pré-golpe. Ao cabo, terminaria por justificar o golpe que origina a ditadura militar (MOTTA, 2000; 2014).

Darcy Ribeiro (1997, p. 288-289) busca corroborar o caráter “pacifista”, “conciliador”, reformista e democrático de João Goulart, entre outras maneiras, remontando à sua posse. Para o antropólogo, ao aceitar o parlamentarismo, declinando de direitos legais a fim de contornar as graves tensões do momento, Jango provara seu inarredável propósito em “alcançar as reformas de base pela persuasão”, legal e democraticamente, sem confrontos diretos, atalhos ou rupturas. Coloca-se, assim, ao largo de qualquer perspectiva revolucionária, tanto pelos métodos, quanto pela natureza de sua proposta reformista, a qual se direcionaria “tão-somente a um capitalismo progressista como o norte-americano”. Ou, como prefere Waldir Pires (JOSÉ, 2018, p. 48), a uma “modernização” capitalista “à europeia”. Não obstante, mesmo assim, o programa de reformas postulado por Jango mostrase inaceitável para “nossas elites”, as quais têm como “ancestrais” escravocratas “viciados em gastar gente aos milhões como carvão humano de seus engenhos e minas”, critica Darcy Ribeiro, numa alusão recorrente em sua permanente denúncia do caráter retrógrado e demofóbico das classes dominantes brasileiras. Isto posto, acresce o professor refutando os rivais do presidente, que ele pretendia apenas “criar um partido político no estilo do Partido Trabalhista Britânico, com seu poderio assentado nos sindicatos, dando voz aos assalariados nas decisões políticas nacionais”. Sua “paixão política” consistira em “criar um PTB invencível, capaz de impor, pela democracia e pelo voto, as grandes reformas que o Brasil exige”. Assim, nunca transparecera “pendores” à reeleição, muito menos ao “continuísmo” com vistas a prolongar seu exercício, menos ainda ao comunismo (RIBEIRO, 1997, p. 291, 307).

Os testemunhos de Darcy Ribeiro (1997) e Waldir Pires (JOSÉ, 2018, p. 50-51) acerca da posição democrático-reformista de João Goulart complementam-se, parecendo-nos iluminar a expressão “democracia social”, mencionada em reunião ministerial pelo presidente nos primeiros dias de 1964, conforme citado inicialmente. Ao descrever o mandatário como “articulador das reformas”, o Consultor-Geral enfatiza sua “rigorosa coerência democrática”, indicando tratar-se de um “reformista no melhor sentido do conceito”. Não há em sua biografia nada a identificá-lo ao “campo da direita”, “aos apelos conservadores” ou “posições reacionárias”, atesta Waldir Pires. Tampouco fora um “revolucionário” na acepção da esquerda. Sua origem de classe, em si, constituiria incisiva evidência em contrário. Além do que, propensões esquerdistas à realização das reformas “na marra”, não obstante a primazia que as atribui em seu projeto para o país, esbarram sempre em sua rejeição. “Era de caminhar passo a passo”. Servem de exemplo suas contradições com Leonel Brizola que, frequentemente, defende o recurso à força para vencer antagonistas, sendo sempre contido por Jango. Não lhe faltam, entretanto, “sensibilidade social aguçada”, “consciência da desigualdade” e compromisso com a justiça social. Busca-a diuturnamente à luz de seu “espírito democrático” e “negociador”. Seu método político consiste em viabilizar o “acordo”, sempre para ampliar as “conquistas do povo”, em nenhum momento consentindo retrocessos. Demérito seu teria sido, talvez, carência de “visão estratégica” de “longo prazo”. Já intenções em “aventurar-se por algum atalho” não passariam de “falsas” acusações. Esta leitura da biografia política de Jango é também a de Darcy Ribeiro (1997).

Relatos de Darcy Ribeiro (1997) e Waldir Pires (JOSÉ, 2018) acerca dos significados do governo João Goulart convergem, pois, à perspectiva de uma “democracia social”. Denotam-na a combinação do respeito do presidente e suas propostas aos marcos políticos legais vigentes à sua preocupação com a melhoria das condições de vida da população. Supostas inclinações autoritárias ou revolucionárias a ele atribuídas seriam, puramente, produtos de especulações e interpretações produzidas à direita ou à esquerda do espectro político nacional e internacional, por ardil ou equívoco. Seu objetivo circunscrever-se-ia a ampliar a cidadania, o alcance dos direitos sociais existentes e atender demandas populares ainda à espera de regulamentação que julgara fundamentais ao desenvolvimento do país com justiça social e soberania. Todavia, analisando esses mesmos relatos mais atentamente, notamos que o primado democrático-legal adotado como metodologia para a

viabilização de uma “democracia social” não priva a administração Jango de um potencial revolucionário. Ainda que de modo processual e a longo prazo, tratar-se ia de modificar profundamente a sociedade brasileira. Importa esclarecer que isso não é professado explicitamente por Jango. Mas, sim, o que indicam conjecturas dos personagens governistas em foco a respeito do ideário e práticas constitutivos do projeto político encabeçado pelo presidente. Em tal perspectiva, as medidas defendidas pelo Planalto impulsionariam um processo gradual de acumulação de poder, aprofundamento democrático e conquista de hegemonia capaz de reformular significativamente as estruturas econômico-sociais e político-culturais brasileiras.

Darcy Ribeiro (1997, p. 292-293) é mais explícito ao ponderar sobre o potencial revolucionário do governo João Goulart. Presume que a “revolução social” brasileira decorreria como continuidade da revolução de 1930, retomada por Jango através das reformas de base. Para o antropólogo, o programa reformista, em especial a reforma agrária, impulsionaria o trabalhismo em direção ao socialismo. A respeito, discorre:

(...) passei a ver o socialismo como a progressão do trabalhismo através da incorporação do campesinato ao sistema econômico e político brasileiro pela reforma agrária e através do controle das multinacionais. Esse é o caminho brasileiro da revolução social. Não uma revolução cerebrinamente socialista, mas concretamente socialista, porque pós-capitalista, pela impotência do capitalismo para promover uma prosperidade generalizável. Tratava-se de levar à frente a Revolução de 1930 (...).

A conceituação de Darcy Ribeiro (1997, p. 292-293) à retomada do caminho revolucionário engendrado por Getúlio Vargas, assumido como desafio precípua por João Goulart, esteia-se no repertório da cultura política trabalhista. Tratar-se-ia de estabelecer um “governo nacionalista”, orientado ao “capitalismo de Estado” e contraposto ao “estrangulamento imperialista”. Daí o compromisso em consolidar “grandes empresas públicas” existentes e criar novas, cobrindo setores estratégicos como energia, siderurgia, comunicações e finanças, bem como, regulamentar capitais estrangeiros. Esse processo de desenvolvimento economicamente independente, quer-se também “socialmente responsável”. Desse modo, pressupõe as reformas de base, por meio das quais se espera, além de alavancar a economia, atender demandas de trabalhadores urbanos e rurais, garantindo-lhes melhores condições de vida. À dimensão popular do governo compete, ainda, o apoio sindical, com que vislumbra-se capacidade política para mobilizar “grandes atos de massa”. Já deposto, imerso

em suas reflexões exílicas, Darcy Ribeiro define esse conjunto de diretrizes como “socialismo evolutivo”, diverso do “revolucionário”.

Não se trata, em princípio, de pavimentar deliberadamente o caminho à revolução socialista almejada por setores esquerdistas. Todavia, estes podem identificar aí meios para avanços revolucionários processuais, possíveis nas circunstâncias históricas vigentes. Afinal, a revolução socialista exigiria, como pré-requisito, certo grau de desenvolvimento capitalista. Portanto, a perspectiva de avanço gradual, em marcos legais e democráticos, sem violência, rupturas e atalhos motiva certos grupos de esquerda a acercarem-se do governo João Goulart.<sup>377</sup> Retomando o vocabulário utilizado por Jango em janeiro de 1964, setores importantes das esquerdas aderem ao seu projeto de “democracia social”. *Grosso modo*, um regime nacionalista, com melhores índices de desenvolvimento e distribuição das riquezas, voltado para reformas estruturais e combate a privilégios, anti-imperialista, favorável à expansão de direitos sociais, participação política e garantias individuais. Em suma, um modelo econômico-social mais democrático e socialmente justo. Passo importante, apesar de limitado, na direção de outra sociedade, embora fosse Jango um conciliador, não um revolucionário.

Para Darcy Ribeiro (1997, p. 293), diferentemente de Waldir Pires (JOSÉ, 2018), embora divergisse da perspectiva revolucionária esquerdista, João Goulart convergiria à ideia de um “socialismo evolutivo”, a qual teria pautado seu programa político. A propósito, testemunha o antropólogo: “Essa era também a visão de Jango, expressa quando ele se permitia falar de socialismo e revolução e proposta objetivamente em sua última mensagem presidencial [de 1964] como o ‘caminho brasileiro’ para a revolução social”. Ainda segundo Darcy Ribeiro, já ingressara no governo guiado pelo “socialismo evolutivo.” “Foi com essa visão de mundo e do Brasil que eu assumi a chefia da Casa Civil para administrar o governo e coordenar a campanha pelas reformas de base”, lembra. Assim, antes mesmo de cunhar a denominação “socialismo evolutivo”, a perspectiva concernente a ela o inspira, iluminando seus passos como ministro-chefe do Gabinete Civil. Darcy Ribeiro revela-se, desse modo, um agente do trabalhismo que, no coração do poder executivo federal, maneja a tradição política exponenciada pelo presidente como caminho ao socialismo. A abrangência conferida por

---

<sup>377</sup> Em fins de 1963, por exemplo, comunistas do PCB coadunam com João Goulart por entenderem que sua administração corresponde ao modelo revolucionário desejável de governo democrático, anti-imperialista, apoiado por setores militares e civis nacionalistas (FERREIRA, 2011, p. 388). Embora não fosse revolução ideal, trata-se de oportunidade para se avançar na construção desta.

Darcy Ribeiro ao “socialismo evolutivo”, a proeminência do cargo governamental por ele exercido, sua proximidade funcional e pessoal com o presidente, características pessoais como persuasão e carisma, a suposta incorporação do “socialismo evolutivo” à *Mensagem das reformas*, cuja redação coubera ao antropólogo, por certo, robustecem a hipótese da influência de Darcy Ribeiro na inflexão de João Goulart à esquerda, conferindo verossimilhança ainda maior à imagem do nosso personagem como ideólogo do governo.

Evidentemente, é razoável relativizar o papel de Darcy Ribeiro nos rumos políticos governistas, posto que figura como um dos atores políticos de esquerda que, então, assessoram João Goulart. Há ainda o peso de fatores conjunturais, que não pode ser ignorado. Cada vez mais isolado, a Jango não restam alternativas promissoras à opção de apoiar-se essencialmente em forças esquerdistas com vistas a efetivar seu projeto reformista. Entretanto, apesar da conjuntura, sempre há uma margem de escolha na qual os atores históricos operam com alguma liberdade. Isto nos permite, a luz das evidências, perceber que Darcy Ribeiro coparticipa, em posição de destaque, da construção do processo político em tela, com resultados iniciais apreciáveis, segundo ele próprio relata:

Conseguimos desencadear o mais amplo e profundo movimento reformista da história brasileira, atraindo para ele quase todas as esquerdas não radicais e toda a intelectualidade brasileira. Sem um golpe militar articulado em Washington, realizado pelos militares reacionários e pelos três governadores hostis,<sup>378</sup> teríamos alcançado as reformas que viabilizariam o Brasil. Elas aí estão como tarefa do futuro.

Portanto, segundo podemos reter das *Confissões* de Darcy Ribeiro, João Goulart e/ou seu governo teriam sim pendores socialistas, não obstante reservas do presidente em externá-los e sua sólida perspectiva democrática, alheia ao tradicional método revolucionário. Junto à eventual incipiência de uma formulação teórica imediata a respeito, sugerida pelo antropólogo, devemos considerar que, sob os ares da Guerra Fria, assumir uma postura esquerdista aberta, mesmo democrática, seria contraproducente em termos políticos, estratégicos e administrativos. Mesmo assim, a atuação de auxiliares de relevo, haja vista os exemplos do ministro-chefe do Gabinete Civil e do Consultor-Geral da República, assim como a derradeira mensagem presidencial de Jango ao Congresso, situariam sua gestão no “caminho brasileiro” à “revolução social”. Isto é, à esquerda. Posição que se evidencia,

<sup>378</sup> Carlos Lacerda (Guanabara), Ademar de Barros (São Paulo) e Magalhães Pinto (Minas Gerais), podendo-se incluir, ainda, como governador adversário, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul.

sobremodo, à medida que o governo aproxima-se de seu ocaso. Dito de outro modo, Jango identifica-se, cada vez mais, a uma “democracia social” ou, conforme Darcy Ribeiro conceituaria tempos depois, “socialismo evolutivo” – ainda mais recentemente, chamado pelo professor de “socialismo moreno”. Sob a égide de Jango, o controle de capitais externos e a reforma agrária constituem seus elementos político-programáticos basais.

A associação do programa de governo de João Goulart a uma perspectiva democrática de socialismo, embora atípica e até então inédita, explicaria porque políticos e intelectuais como San Tiago Dantas, Hermes Lima, Wilson Fadul, João Mangabeira, Gabriel Passos e Domingos Velasco apostam no projeto de país encabeçado pelo presidente, vinculando-se ao PTB. Desse modo, “transcenderam do seu socialismo utópico para o trabalhismo dinâmico sob a liderança de Jango”, avalia Darcy Ribeiro (1997, p. 291-292), tal qual ele mesmo. Afinal, diz:

Foi também nessa corrente que eu me integrei, confiante em que era a única capaz de realizar as potencialidades brasileiras, promovendo as profundas reformas estruturais indispensáveis e inadiáveis para que o Brasil desse certo.

Conseqüentemente, para Darcy Ribeiro (1997, p. 329), um dos “êxitos” de João Goulart consistiria na integração do trabalhismo a uma perspectiva socialista democrática. Essa combinação político-ideológica representada pelo presidente converge para a definição do PTB como partido de esquerda destinado a promover, democraticamente, ampla e profunda transformação do Brasil. Segundo diretriz político-doutrinária elaborada por Hermes Lima e San Tiago Dantas quando Jango ainda exerce a vice-presidência com Jânio Quadros à frente do executivo federal, citada pelo antropólogo:

O Partido Trabalhista é um instrumento de reforma, de mudança, de superação da estrutura social brasileira. Não quer o PTB corrigir apenas a estrutura social existente. Quer mudá-la para coisa melhor, favorável à incorporação do povo brasileiro a níveis de educação, produtividade e consumo tão superiores que são, por isso mesmo, diferentes em qualidade e finalidade dos atuais. Por isso, o PTB deve afirmar-se como um partido de esquerda, um partido de massa, como um partido que se dispõe a liderar a transformação da estrutura social brasileira por métodos democráticos, até onde for indispensável ao bem-estar do povo.

Originalmente reivindicadas formalmente pelo PTB no período Juscelino Kubitschek, subsequentemente, as reformas integram-se à proposta eleitoral apresentada por João Goulart para sua reeleição como vice-presidente e são incorporadas ao programa do partido.<sup>379</sup> O futuro aí almejado, parece-nos, bem poderia ser descrito como a “democracia social” mais tarde aludida por Jango, já presidente. Produto da “superação da estrutura social brasileira” e “incorporação do povo” através de “métodos democráticos”, com vistas a elevar seu padrão de “bem-estar”, a perspectiva petebista soa-nos intercambiável não apenas com a ideia de uma “democracia social”, mas também com as noções de “socialismo evolutivo” ou “socialismo democrático” propostas *a posteriori* por Darcy Ribeiro para designar o conjunto de diretrizes do governo Jango – sendo razoável supor que a noção de “socialismo democrático”, em alguma medida, converge à experiência levada a efeito no Chile por Salvador Allende, com quem o antropólogo atuaria em seus tempos de exílio. Talvez, olhando retrospectivamente as experiências brasileira e chilena com as quais se envolvia diretamente, Darcy Ribeiro até mesmo estabelecesse alguma correlação ou comparação entre elas.

No entanto, detenhamo-nos no período presidencial de João Goulart. O direcionamento do trabalhismo à “democracia social”, no dizer de Jango – “socialismo evolutivo” ou “socialismo democrático”, como quer Darcy Ribeiro –, a nosso ver, emerge com vigor na discursividade e práticas governistas desde meados de 1963. Evidencia-o, por exemplo, o “Dia de Vargas”. Embora concretize-se com o *Comício das reformas*, de 13 de março de 1964, oficializando-se na última *Mensagem* de Jango ao Congresso, datada de 15 de março, conforme testemunha o ministro-chefe do Gabinete Civil, a quem coubera redigi-la. Concomitante à orientação à esquerda cada vez mais explícita do Planalto, embora em marcos democráticos, conservadores, antigovernistas, antiGoulart ou, ainda, anticomunistas, demonstram crescentemente seu potencial obstrutivo e desestabilizador. Com a virada do ano, logo alçam níveis formidáveis de radicalidade em seu oposicionismo. Jango não recua em sua estratégia: mantém-se na defesa das reformas, cada vez mais, apostando na força das esquerdas e manifestações populares em praça pública, organizadas com a colaboração do movimento sindical, como mecanismo para legitimá-las e persuadir o Congresso a admiti-las. Todavia, após o audacioso *Comício das reformas*, setores militares e civis direitistas encaminham-se de modo definitivo para entornar o caldo político popular democrático cozido

---

<sup>379</sup> FGV. CPDOC. MENANDRO, Heloísa. **Reformas de base**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso: 23.09.2020.

por Jango em fogo brando. Enfim, atravessam definitivamente o Rubicão do regime vigente, enveredando-se pela penumbra da ilegalidade. Levam junto todo o país. Mais que isso, abrem caminho para que várias sociedades do cone-sul experimentem tétricas ditaduras militares, à semelhança da que se institui no Brasil na virada de março para abril.

Com a chegada de 1964, acelera-se a conspiração. Impulsionam-na empresários irritados com a influência do CGT no governo, militares assustados com a presença de comunistas em funções políticas federais importantes, pessedistas atemorizados pelas greves e ocupações de terras e udenistas com medo de perder as próximas eleições presidenciais. O campo oposicionista mostra-se, portanto, heterogêneo. Todavia, as discrepâncias entre seus integrantes arrefecem ante comum aversão ao programa reformista federal, dada a ameaça a seus históricos privilégios (FERREIRA, 2011). Ou, conforme outro ponto de vista, une os setores conservadores igual temor ao avanço comunista, que eles associam à política assumida pelo Planalto (MOTTA, 2000; 2014). A convergência conservadora implica deterioração das bases de sustentação das estruturas político-democráticas vigentes desde 1945. Nesse sentido, por exemplo, assiste-se à dissolução da tradicional aliança PTB-PSD. Incomodados com a emergência e/ou radicalização esquerdista, cada vez mais pessedistas debandam para o lado da UDN, compondo uma bancada informal composta por pessedistas e udenistas no Congresso. Concomitantemente, amplificam-se o sentimento e militância anticomunistas, materializados em ações conspiratórias concretas visando à derrubada de João Goulart sob a justificativa de conter o avanço comunista identificado ao seu governo.

Neste passo, avigoram-se os aspectos mais marcantes da crise político-institucional estabelecida desde meados do ano pregresso. Alocuções públicas de Carlos Lacerda e afins alardeiam iminente revolução comunista capitaneada por João Goulart, riscos de manobra continuísta e/ou intervenção federal na Guanabara e São Paulo. O fantasma revolucionário é encarnado por integrantes do governo, políticos de esquerda, entidades das classes trabalhadoras da cidade e do campo, militares rebeldes, membros do movimento estudantil e, até mesmo, movimentos religiosos. O tom é ascendentemente alarmista. Réplicas de ministros e lideranças de esquerda desmentem e acusam adversários de antirreformismo e conspiração. Declarações do presidente endossam-nas. O conflito permanente na esfera política espraia-se socialmente. Imprensa, instituições de ensino, sindicatos, dentre outros, alvoroçam-se e dividem-se. Alianças conspiratórias materializam-se em práticas golpistas

cada vez mais arrojadas. Vejamos mais algumas nuances deste ambiente de progressiva polarização e radicalização à direita e à esquerda – ensejado pela Guerra Fria –, preâmbulo do golpe. Conjuntura que se agrava enquanto Jango mantém-se apegado a esperanças de apaziguamento e conciliação como caminho para a efetivação de suas reformas.

Carlos Lacerda, recém-eleito “Gorila 63” com 92% dos votos em pleito estudantil nacional organizado pela UNE,<sup>380</sup> audacioso como sempre, não tarda a desembainhar suas armas. Precipita-se, de pronto, ao perigoso *front* político às primeiras luzes de 1964. Operários dos setores de gás, eletricidade, comunicações e transportes paralisam suas atividades na cidade do Rio de Janeiro. A greve ganha adesões. Antes de qualquer coisa, o governador denuncia a mobilização como ato concernente à guerra subversiva promovida por Brasília que, começando por uma intervenção federal na Guanabara incitada pela desordem grevista, subjugará o país ao comunismo. Na manhã de 16, telegrafa a Ademar de Barros participando-lhe suas preocupações:

Cumprimentando V. Ex.<sup>a</sup>, venho comunicar-lhe que a situação na Guanabara, criada pelos comunistas, como primeira fase da guerra revolucionária, se agrava de momento a momento. Acabam de entrar em greve os funcionários do Arsenal e Ministério da Marinha, também a estação central do Departamento dos Correios e Telégrafos. Tudo indica estar em andamento o plano de intervenção de fato na Guanabara, para estender-se depois ao Estado de São Paulo, numa reprodução adaptada do golpe na Tcheco-Eslováquia. Fazendo esta comunicação antes que se interrompam as comunicações telegráfica, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> transmitir ao povo de São Paulo que o Governo da Guanabara resistirá a qualquer tentativa de deposição pela força, com todos os meios ao seu alcance, que são poucos, mas, espero, sejam suficientes para dar tempo a uma resistência generalizada no País.<sup>381</sup>

O governador de São Paulo põe-se em “vigilância”, prontificando suas forças de segurança pública. Mas, oficialmente, avalia que a situação no estado está sob controle e, portanto, recomenda calma aos cidadãos. De todo modo, ao menos na forma, destoa de Carlos Lacerda, cujas palavras transmitem a impressão de que as ruas da capital carioca estariam tomadas por piquetes revolucionários,<sup>382</sup> seu posto na iminência de se ver incomunicável,

<sup>380</sup> ÚLTIMA HORA. **ELEITO O “GORILA 63” EM PLEITO MEMORÁVEL**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 09 de janeiro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/96355>. Acesso: 13.05.2019. Conforme o periódico, a UNE deveria entregar como “troféu” ao vencedor do concurso “uma banana de ouro”. No entanto, “as festividades programadas são outras”.

<sup>381</sup> JORNAL DO BRASIL. **Lacerda teme um golpe**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48821](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48821). Acesso: 18.03.2019.

<sup>382</sup> A observação sobre a impressão causada por Carlos Lacerda é de Abelardo Jurema, como veremos adiante. CORREIO DA MANHÃ. **MINISTRO ACUSA CL DE ASSUSTAR NAÇÃO**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 17

cercado e tomados pelos comunistas com consequências imprevisíveis. Nada mais distante dos fatos. Porém, muito condizente com o clima de ameaça à democracia descrito por narrativas direitistas correntes. Deste ponto de vista, o “perigo vermelho” espreitaria de todos os cantos, pronto para efetuar seu nefasto assalto às instituições, suprimindo todas as liberdades e, até mesmo, vidas.

Manifesto divulgado nos primeiros dias de janeiro por docentes conservadores com quatrocentos signatários, entre os quais figura o aqui já citado Sobral Pinto, ilustra bem o clima ideológico sob o qual, pela ótica anticomunista, desponta o novo ano. O documento denuncia contundentemente João Goulart e esquerdistas por “criminosas tentativas” – não especificadas – de submeter o Brasil a “uma ditadura liberticida e cruel, comandada pelo imperialismo comunista e pelo colonialismo soviético”. Com base em vagas e abundantes ilações, cujo esteio é, claramente, o ambiente de Guerra Fria, “convocam todos os verdadeiros democratas e nacionalistas” para manterem-se em “vigília cívica” na “defesa intransigente da Ordem, da liberdade, do Patrimônio e da Honra dos cidadãos e independência da Pátria”. Em tom ainda mais heroico – e patético – “juram solenemente” dispostos a “enfrentar, em qualquer campo”, inclusive “com o sacrifício da própria vida, as manobras dos inimigos da Pátria”, mesmo que comandadas pelo ocupante “do mais alto posto dêste País”. Afinal, temem que os “comunistas” convertam o país “numa senzala”. Ou, pior ainda, “num vasto Paredão em que, à maneira de seu sanguinário modelo, o psicopata que infelicita a Cuba infortunada”, venham a “dessangrar os democratas”.<sup>383</sup>

Na mesma linha, na TV, Bilac Pinto, presidente da UDN, afirma que “há ameaça de golpe às instituições desde que João Goulart assumiu o Poder”, sob o parlamentarismo. Culpa-o por, desde sempre, “insuflar a rebeldia dos sindicatos”, atitude que denotaria “seu espírito golpista”. Sobre supostas práticas subversivas de Jango, denuncia: “o País acha-se na terceira fase da guerra revolucionária – ou seja, a da subversão da ordem”. O governo já promove “o armamento dos sindicatos rurais e da orla marítima”. Desse modo, conclui o udenista, “o povo não deve alarmar-se”. Mas, sim, “armar-se e defender-se do perigo comunista”.<sup>384</sup> Para Darcy Ribeiro, porém, enredando-se por essa linha argumentativa, Bilac

de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/47935](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/47935). Acesso: 18.09.2019.

<sup>383</sup> JORNAL DO BRASIL. **Professores denunciam Goulart e comunistas**, Rio de Janeiro, sábado, 4 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48341](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48341). Acesso: 13.03.2019.

<sup>384</sup> JORNAL DO BRASIL. **Bilac Pinto reforça denúncia**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48853](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48853). Acesso: 19.03.2019. Denúncias mútuas entre governistas e opositores sobre obtenção de armas com finalidades subversivas remontam, ao menos, a julho de

Pinto incorre em “ato de delírio verbal”, revelando-se “poeta dos contemplados”. Isto é, identifica-se à minoria composta por aqueles que, temendo perder atávicas regalias, assustam-se com a “deliberação de progredir” assumida por Jango com o apoio de “todos os brasileiros lúcidos” e “inconformados”, numericamente majoritários. Estes, a exemplo do presidente, argumenta Darcy Ribeiro, desejam um país socialmente mais justo. O ministro-chefe do Gabinete Civil define os “contemplados”, ainda, como aqueles que “amam o Brasil e desejam que êle permaneça como sociedade enferma” para manter “privilégios” que os beneficiam, “mas que colocam oito ou sete, de cada dez brasileiros, na condição de marginais”. Assim, negando aos mais carentes condições básicas à “dignidade humana”. Os “inconformados”, compondo “a imensa maioria dos brasileiros”, situando-se como base de apoio ao governo federal, ao contrário, “acham que é preciso mudar”. Ou seja, “renovar as instituições” e “transformar as estruturas” para que “um número cada vez maior de patrícios nossos gozem de efetivas oportunidades de trabalho bem remunerado, de assistência médica e educação para os filhos”. Desse modo, conclui Darcy Ribeiro:

Frequentemente, vemos na televisão, lemos nos jornais, ouvimos pelo rádio expressões eloquentes do pavor dos contemplados contra o povo inteiro que se levanta, exigindo a anulação dos privilégios, através das reformas de base. Êste Bilac é o poeta dos contemplados.<sup>385</sup>

Portanto, são claras as ressonâncias entre os intelectuais conservadores signatários daquele abaixo-assinado, o presidente da UDN e o governador da Guanabara, do mesmo

---

1963. Mais verossímil ou visível, contudo, parece ser a organização de uma resistência armada conservadora. Segundo noticia-se em janeiro de 1964: “Grupos políticos contrários ao Presidente João Goulart estão preparando *aceleradamente* organizações civis de resistência ao golpe, destinadas a neutralizar a investidura do Presidente contra as instituições democráticas (...). Os grupos de resistência ao golpe (...) funcionariam em duas frentes: uma liga democrática de cúpula (...) e grupos que se constituiriam numa espécie de *milicias anti-revolucionárias*”. JORNAL DO BRASIL. **Oposição se arma contra golpe**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48999](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48999). Acesso: 20.03.2019 (grifos nossos).

<sup>385</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci repele acusações de Bilac a quem chama “poeta dos contemplados”**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48853](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48853). Acesso: 19.03.2019. A oposição “contemplados” *versus* “inconformados” recobra ponderações do antropólogo, entre outros registros, em entrevistas concedidas em julho e novembro de 1963, abordadas em capítulos anteriores, acerca da divisão da sociedade brasileira entre uma “minorias” de protegidos e uma “esmagadora maioria” de desamparados. Em janeiro de 1964, o antagonismo ressurgiria, pois, em sua forma mais lapidada. Acrescentemos que outros governistas refutam publicamente Bilac Pinto. Abelardo Jurema, qualifica a análise do udenista como “literatura de folhetim, sem nenhum fato concreto e revelando até pobreza de imaginação”. Doutel de Andrade, por sua vez, afirma que “é dever irrecusável do Sr. Bilac Pinto provar com fatos concretos, e não com palavras vazias, sua denúncia de que o Governo Federal está fornecendo armas aos sindicatos”. JORNAL DO BRASIL. **Oposição se arma contra golpe**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48999](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48999). Acesso: 20.03.2019.

partido. Tanto quanto o direcionamento comum destes ao caudal golpista e conseguinte “desastre” que se avizinha. Tudo indica que uma teoria de direita sobre a “guerra revolucionária” esquerdista coordena a discursividade de intelectuais antigovernistas. Carlos Lacerda, por seu turno, logo reitera “aos brasileiros” sua versão a respeito da ação dos grevistas fluminenses transmitida por telex a Ademar de Barros na manhã de quinta-feira, 16 de janeiro. Sexta-feira à noite, profere mais um de seus manifestos à nação.<sup>386</sup> O movimento paredista, alerta, “prelúdio à generalização da desordem em todo o País”, seria parte do “assalto ao Poder” por “dentro do Poder”. Ou, ainda, um “golpe branco [realizado] através do movimento sindicalista” pela presidência da República. A “guerra revolucionária” chefiada pelo governo federal visaria, em princípio, “anular e dizimar o govêrno dêste Estado”, a Guanabara, administrado com exemplar eficiência e legalidade. Passo seguinte, investiria contra São Paulo. Consolidando-se “a queda do regime democrático representativo”, implantar-se-ia “um govêrno ‘sindicalista’ ou ‘popular’, de modelo totalitário”, destinado a “converter o Brasil num satélite do império comunista”. Todavia, posto que profundamente comprometido com “paz”, a “liberdade” e a “ordem”, Carlos Lacerda assegura que defenderá a democracia “até o fim”. Em suma – assim como os intelectuais signatários do abaixo-assinado citado acima –, oferece sua própria vida à preservação da “ordem democrática”. Eis que em sua prédica o udenista, novamente, apresenta-se como inflexível democrata:

Só desejo, no que me respeita particularmente, dizer uma só palavra: a de que cumprirei o meu dever até o fim. Se fôr a vontade de Deus que eu sirva à minha pátria com a vida, faça-se a Sua vontade. Não me entregarei, não recuarei.

(...) se o resgate da dignidade da Nação brasileira tiver como preço o sacrifício desta minha vida, não hesitarei em oferecê-la.<sup>387</sup>

Carlos Lacerda pode estar sendo sincero em sua avaliação da conjuntura, mesmo ao oferecer sua vida à defesa da democracia contra o comunismo. Entretanto, recorrendo a artifícios oratórios ou não, conforme mencionamos, quando dirige seu manifesto à nação, não se encontra sob a mira de canhões e baionetas adversários. Tampouco sitiado pelos

<sup>386</sup> A íntegra do manifesto encontra-se em: CORREIO DA MANHÃ. **MANIFESTAÇÃO AO PAÍS DO GOVERNADOR DA GB**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/47972](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/47972). Acesso: 19.09.2018. Interessante resenha do texto fora apresentada em: JORNAL DO BRASIL. **Lacerda acusa Govêrno de tentar golpe**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48849](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48849). Acesso: 19.03.2019.

<sup>387</sup> CORREIO DA MANHÃ. **MANIFESTAÇÃO AO PAÍS DO GOVERNADOR DA GB**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/47972](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/47972). Acesso: 19.09.2018 (grifos nossos).

participantes da greve, cuja dissolução já estaria, no mínimo, encaminhada. Intervindo de imediato junto aos líderes da paralisação, representantes do governo federal viabilizam o restabelecimento das atividades afetadas, anuncia Abelardo Jurema ainda na noite de 16:

(...) enquanto o presidente João Goulart e seus ministros se desdobravam em esforços para pôr fim à parede dos trabalhadores do gás, luz, telefone e carris, o governador Carlos Lacerda a quem por dever e até por lei competia resolver o assunto, assustava a Nação, passando telegrama ao governador de São Paulo em que anuncia o início de um golpe revolucionário e convida o seu colega paulista a resistir, como se as barricadas estivessem nas ruas do Rio.

(...)

Felizmente, com o diálogo inspirado pelo sr. João Goulart, patrões e empregados acabaram chegando a um acôrdo, sem que para tanto o governador da Guanabara tivesse contribuído com qualquer parceria.<sup>388</sup>

Não obstante, na noite seguinte, sexta-feira, 17, Carlos Lacerda ainda ministraria sua referida fala à nação. Nesta mesma data, vale acrescentar, João Goulart também se pronunciara. Todavia, discretamente, em meio à sua rotina de despachos. Enquanto assina decreto de regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, refuta as denúncias de golpe: “os acusadores são os mesmos que já tramavam o golpe contra a posse do Presidente Vargas”, mais recentemente, associando-se para impedir que tomasse posse como sucessor legítimo de Jânio Quadros. Ademais, assinala a importância do decreto ora firmado como medida de combate ao “atraso” e “estagnação do País” em termos econômico-sociais.<sup>389</sup> Por fim, reitera seu compromisso com a realização das reformas de base, ponderando que “o dilema não é reforma ou golpe, como pretendem fazer crer, afoitadamente, os eternos insatisfeitos, ambiciosos de atingir o Poder, para dirigi-lo contra o povo”. Mas, na verdade, “como dizia o Presidente Kennedy, reforma ou revolução”.<sup>390</sup> Assim, sintoniza-se com a perspectiva político-social do líder norte-americano recém-assassinado, corroborando avaliações de Darcy Ribeiro acerca da noção de “democracia social” adotada por sua administração – conforme o

<sup>388</sup> CORREIO DA MANHÃ. **MINISTRO ACUSA CL DE ASSUSTAR NAÇÃO**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/47935](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/47935). Acesso: 18.09.2019.

<sup>389</sup> Segundo Darcy Ribeiro, ao decreto de regulamentação da Lei de Remessa de Lucros só se equipararia em “importância político-econômica” o decreto de abertura dos portos, de 1808. **ÚLTIMA HORA. DARCI MOSTRA GOVÊRNO E DIZ – NADA DETERÁ REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97252>. Acesso: 21.05.2019.

<sup>390</sup> JORNAL DO BRASIL. **Goulart assina Lei de Remessas e repele golpe**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48849](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48849). Acesso: 19.03.2019.

professor, referenciada no que haveria de politicamente mais adiantado internacionalmente e, ao mesmo tempo, auspiciosa para o socialismo democrático.

O fogo cruzado entre conservadores e governistas, com evidente proeminência dos primeiros, além de ininterrupto, intensifica-se dia após dia. Reconstituí-lo em maiores detalhes é tarefa árdua, que extrapola nossos objetivos. Interessa-nos recobrar movimentações do confronto, claro. Mas, até certo ponto, assimilando aspectos imprescindíveis à contextualização e entendimento da atuação de Darcy Ribeiro. Esta, afinal, concatena nossos propósitos investigativos.<sup>391</sup> Focalizando novamente o ministro-chefe do Gabinete Civil, deparamo-nos com mais uma de suas alocações em defesa do governo federal e seu programa reformista. Discursando durante mais de uma hora em cadeia nacional de rádio e TV, na noite de 13 de fevereiro, deixa a impressão de um contundente ultimato: o Brasil alcançara um ponto em seu desenvolvimento que impõe escolher, definitivamente, entre “reformas ou revolução”.<sup>392</sup> Aliás, entendimento este há tempos esteio imprescindível à narrativa empreendida pelo governo João Goulart. Ao lado da estratégia de negociação e conciliação, marcara mensagens e falas presidenciais, o discurso de posse do ministro-chefe do Gabinete Civil e manifestações de outros governistas. Como vimos, é reiterado por Jango ao assinar o decreto de regulamentação da Lei de Remessa de Lucros há um mês. O “dilema” político frequentemente acionado na discursividade governista condiciona a solução dos principais problemas econômico-sociais do país às reformas de base, visando convencer adversários a aceitá-las e, sobretudo, persuadir o Congresso a aprová-las. Postulando, igualmente, que delas dependeria, inclusive, a preservação da democracia.<sup>393</sup> O argumento também busca legitimar o programa governista mediante sua dita correspondência ao pensamento político internacional mais adiantado. Assim, Jango ecoaria outros “Joões” com protagonismo mundial (RIBEIRO, 1997) e, em alguma medida, a lógica da Aliança para o Progresso. O problema reverbera,

<sup>391</sup> Para uma minuciosa reconstituição das atividades políticas antigovernistas no pré-golpe, assentadas no anticomunismo, ver Motta (2000) e Ferreira (2011).

<sup>392</sup> CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO REITERA OPÇÃO: REFORMAS OU REVOLUÇÃO**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/48759](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/48759). Acesso: 27.09.2019. JORNAL DO BRASIL. **Sem reforma Darcy só vê revolução**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/49719](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/49719). Acesso: 31.03.2019. ÚLTIMA HORA. **DARCI MOSTRA GOVÊRO E DIZ – NADA DETERÁ REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97252>. Acesso: 21.05.2019.

<sup>393</sup> Aparentemente, há complementaridade entre o dilema “reformas ou revolução” e a estratégia de mobilização sindical-popular. O povo nas ruas serviria para convencer opositores da veracidade daquele argumento. Ou seja, tornaria o espectro da revolução popular ainda mais verossímil, persuadindo-os a aceitar as reformas.

outrossim, valores encampados pela cultura política trabalhista: reformismo, justiça social, desenvolvimento, democracia, nacionalismo.

Para *Última Hora*, o discurso de Darcy Ribeiro, por rádio e televisão nacionalmente em 13 de fevereiro, “é o mais completo levantamento feito até hoje do sentido progressista do Governo João Goulart”.<sup>394</sup> Em uma das passagens mais assinaladas de sua fala, o ministro-chefe do Gabinete Civil apropria-se do alarmismo oposicionista em torno de suposta trama golpista dirigida pelo governo federal. Admite a “conspiração” obstinadamente denunciada pelos adversários. Porém, inverte a lógica destes. Assim, afirma:

(...) o Governo conspira a favor das instituições, a favor da democracia e a favor do povo brasileiro, quando fecha uma instituição [IBAD] destinada a comprar mandatos e fazer dos representantes do povo autênticos paus mandados dos donos do dinheiro. (...) Conspira quando regulamenta a remessa de lucros, decreto só comparado em importância político-econômica ao de abertura dos portos (...). Conspira ao convocar as Forças Armadas para colaborar com a SUPRA na demarcação de terras não utilizadas para fins de desapropriação. Ao dar apoio total à SUDENE para revitalizar o Nordeste famélico, trata-se, é claro, de mais uma conspiração. Quando investe contra a minoria dos beneficiários, para dar melhores condições de vida aos milhares de brasileiros que vivem na total miséria, também investe contra o clube dos privilegiados. E como tal conspira (...).<sup>395</sup>

Desse modo, por meio do recurso à ironia, Darcy Ribeiro aborda alguns dos principais “êxitos”<sup>396</sup> de João Goulart, a partir dos quais, então, o presidente empunharia irreversivelmente a “bandeira” das reformas de base. Aliás, a nosso ver, Jango o faz desde meados de 1963, conforme assinalamos ao abordar a discursividade governista em momentos

<sup>394</sup> Ainda segundo o diário: “Poderíamos resumir a fala de Darcy Ribeiro, definindo-a como um claro divisor de águas entre os que, representados pelo Governo João Goulart, aspiram um Brasil emancipado econômica e politicamente, com a redistribuição social da riqueza, e os que nos desejam permanentemente manietados ao feudalismo no campo e à espoliação externa”. *ÚLTIMA HORA. Darcy Ribeiro Responde Aos Golpistas: JANGO CONSPIRA, SIM, MAS COM O POVO E A FAVOR DA DEMOCRACIA*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97249>. Acesso: 18.05.2019.

<sup>395</sup> *ÚLTIMA HORA. DARCI MOSTRA GOVÊRNO E DIZ – NADA DETERÁ REFORMAS*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97252>. Acesso: 21.05.2019. Também consistiriam em atos conspiratórios do governo federal, de acordo com Darcy Ribeiro, entre outras medidas: a concessão do “monopólio da importação do óleo cru e derivados” à Petrobrás; a revisão de “concessões para explorações de minas e jazidas irregulares”; o acordo com o Paraguai para “o aproveitamento hidrelétrico de Sete Quedas, planejando a criação da maior Usina Hidrelétrica do mundo”; o “diálogo” com os governos francês e estadunidense para criar “possibilidades” e soluções às “dificuldades” econômicas brasileiras; o incentivo “à Aliança Latino Americana Para o Livre Comércio” para “defender os produtos de exportação do Continente”; a proposta à ONU para que “as Nações Unidas assumam papel de liderança na luta contra o subdesenvolvimento mundial”; e o programa federal de “alfabetização em massa”, ampliando o percentual de letramento e, por conseguinte, a participação eleitoral no país.

<sup>396</sup> Para usar a terminologia que empregada em suas memórias (RIBEIRO, 1997, p. 326-327, 329).

celebrativos daquele período. Desse modo, no começo de 1964, explica Darcy Ribeiro, o presidente reitera sua opção democrática ante a histórica “alternativa” entre “renovação” ou “convulsão social”. Ou seja, “reforma ou revolução”. Desafio cabal que impulsionara Jango a “assumir, pessoalmente, a liderança do movimento popular a favor das reformas”. Uma vez mais, conforme o ministro-chefe do Gabinete Civil, o presidente vê-se impelido por sua “consciência nacional” e “convicção patriótica”. Esta seria a última aposta de seu governo, vale sublinhar. Nas palavras de Darcy Ribeiro, dali em diante: “O poder econômico pode inventar quantos IBADs quiser, que nada demoverá o Presidente João Goulart do seu propósito de realizar reformas democráticas”.<sup>397</sup>

A política do “equilibrismo” – estratégia política preferencial de João Goulart, que consiste em basear a governabilidade na conciliação entre esquerda e direita – começara a fazer água em fins de 1963. De um lado, mostra-se insuficiente para impulsionar as reformas estruturais e garantir o apoio esquerdista ao presidente. De outro, não impede a ascensão dos ataques direitistas, nem aplaca a crise econômica. Como alternativa final à efetivação de seu programa reformista, ponto nodal de sua administração e, portanto, condição imprescindível ao seu sucesso, Jango movimenta-se em direção à esquerda. Passa a apoiar-se, crescentemente, nos sindicatos e, com ajuda destes, em atos públicos populares – estratégia há meses delineada e ensaiada por ocasião do último “Dia de Vargas”, a qual, em março, com o *Comício das Reformas* e a *Mensagem Presidencial* de 1964, concretiza-se como derradeira cartada do presidente. Assim, como atenta Motta (p. 252, 275), “as especulações e suposições dos anticomunistas”, incluindo a “insistente onda de boatos sobre planos continuístas” de Jango, tendem “a ganhar verossimilhança nos primeiros meses de 1964”. Do ponto de vista da direita, as palavras e ações do presidente e correligionários configuram “sinais” cada vez mais claros da iminência de uma investida contra o Congresso e de um golpe de orientação comunista com participação do mandatário. Isto posto, vai se concretizando a aliança formada por conservadores e anticomunistas que possibilitará o golpe.

<sup>397</sup> CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO REITERA OPÇÃO: REFORMAS OU REVOLUÇÃO**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/48759](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/48759). Acesso: 27.09.2019. JORNAL DO BRASIL. **Sem reforma Darci só vê revolução**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/49719](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/49719). Acesso: 31.03.2019. ÚLTIMA HORA. **DARCI MOSTRA GOVÊRO E DIZ – NADA DETERÁ REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97252>. Acesso: 21.05.2019). ÚLTIMA HORA. **Darci Ribeiro Responde Aos Golpistas: JANGO CONSPIRA, SIM, MAS COM O POVO E A FAVOR DA DEMOCRACIA**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97249>. Acesso: 18.05.2019.

Noutro ponto do pronunciamento de 13 de fevereiro que merece destaque, Darcy Ribeiro reitera entendimento acerca da polarização nacional. Conforme sustenta há tempos, enfatiza que a sociedade brasileira divide-se em duas parcelas profundamente desiguais. De um lado, explica, há uma minoria de “contemplados” ou privilegiados. Satisfeitos com sua condição, apresentam-se historicamente como refratários a medidas em favor do povo, ao ponto de, visando barrá-las, constituírem-se em “golpistas renitentes”. Acionando outro dispositivo retórico recorrente na narrativa do governo trabalhista, indaga Darcy Ribeiro:

(...) quem vem tentando, desde a redemocratização do País, anular por todos os meios a vontade popular, estancar a fonte legítima do poder que é o povo, se não os grupos que giram em torno de certos bacharéis que lideram aquele Partido político?<sup>398</sup>

Ninguém, diz Darcy Ribeiro, senão os “contemplados” que ora opõem-se a João Goulart e são os mesmos que, em 1954, tentam derrubar Getúlio Vargas. Em 1955, reúnem-se para evitar a posse de Juscelino Kubitschek, presidente legitimamente eleito. E quando, em 1961, Jânio Quadros renuncia, prontificam-se para obstruir a ascensão de Jango, seu sucessor legal. Mais recentemente, acrescenta, notabilizam-se por lançar mão de todos os meios “para impedir o retorno do País à legalidade constitucional através do plebiscito de janeiro de 1963”. História que já vimos Darcy Ribeiro e governistas contando e recontando em diversas ocasiões. Em contraponto, uma maioria de “indignados”: “75 milhões de brasileiros que nada têm, ao contrário dos 5 milhões de contemplados”. A posição de Jango é a dos “indignados”, em defesa dos interesses populares. Ele tem lado e é o lado do povo, de quem mais precisa, ressalta o ministro-chefe do Gabinete Civil. Com efeito, vê o “clube dos contemplados” erguer-se contra seu governo “com imensa massa de recursos para custear sua campanha”. Tal oposição, aponta Darcy Ribeiro, sem tergiversar, contaria com:

(...) recursos dos privilegiados que estão perdendo seus privilégios, dos latifundiários que não querem a reforma agrária, dos **testas-de-ferro** de empresas estrangeiras que vêm diminuir seus lucros. Esses grupos poderosos atuando conjuntamente e usando de todos os meios ao seu alcance para influenciar a opinião pública são forças retrógradas que querem manter o Brasil tal como está agora, com a miséria rondando a maior parte da população, com o lavrador passando fome, com a criança sem escola, que

<sup>398</sup> ÚLTIMA HORA. **DARCI MOSTRA GOVÊRNO E DIZ – NADA DETERÁ REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97252>. Acesso: 21.05.2019. “Aquele Partido político”, claro, é a UDN.

querem, enfim, um Brasil estagnado, um Brasil atrasado, cheio de analfabetos e subdesenvolvido.

São os integrantes do **clube dos contemplados**, dos privilegiados, que se cumularam de favores e querem manter o atraso e a miséria que são suas fontes de lucros e por isso desejam levantar paredes protetoras do **seu clube**, para que nêle o povo não entre.<sup>399</sup>

Dito isso, em referência às já citadas acusações de Bilac Pinto, a quem, conforme vimos, chamara de “poeta dos contemplados”, Darcy Ribeiro exige provas, acrescentando:

A denúncia de deputado opositorista [Bilac Pinto] seria, portanto, risível, se não houvesse atrás dela preparativos para ousadias maiores, que cumpre atalhar, alertando a opinião pública, alertando cada patriota lúcido para o ódio feroz que se instalou nesse grupo, ódio contra a ordem, contra a democracia, contra o povo, ódio, enfim, que é capaz de levá-los ao desespero. Basta citar, por exemplo, (...) aquêles depósitos de armas destinados a chacinar a família do Presidente da República. A Nação estarreceu-se diante desses fatos, aos quais estavam ligados, mais uma vez, aquêles bacharéis de Partido opositorista.<sup>400</sup>

Quando mais uma vez um governo se propõe a “cumprir o dever de assegurar” ao “povo” direitos mínimos como garantia de condições dignas de vida, novamente, atacam e conspiram para impedi-lo os “bacharéis do golpe”, critica Darcy Ribeiro.<sup>401</sup> Intranquilizam-se insones “os que estão perdendo os privilégios, os membros do clube dos contemplados”. A tal ponto que, até mesmo, “investem contra os métodos e motivações usados na alfabetização, em busca de pretextos”. “Por que, ao invés disso, não decidem eles mesmos alfabetizar alguns iletrados, o que seria mais patriótico?”<sup>402</sup> A situação é especialmente grave, adverte Darcy

<sup>399</sup> ÚLTIMA HORA. **DARCI MOSTRA GOVÊRNO E DIZ – NADA DETERÁ REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97252>. Acesso: 21.05.2019 (grifos originais).

<sup>400</sup> ÚLTIMA HORA. **DARCI MOSTRA GOVÊRNO E DIZ – NADA DETERÁ REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97252>. Acesso: 21.05.2019. Trata-se da tentativa de atentado contra João Goulart e sua família arquitetado por “grupo militar-lacerdista”, inclusive, oficiais da Marinha e Exército. A ação criminosa fora abortada por agentes militares responsáveis pela segurança do governo mediante descoberta de expressivo arsenal escondido nas imediações de um sítio do presidente em Jacarepaguá (FERREIRA, 2011, p. 356).

<sup>401</sup> Eis outra referência indicativa de que “aquele partido” é a UDN, então considerada o partido dos bacharéis.

<sup>402</sup> Paulo Freire e seu método educativo, que combina letramento e conscientização político-social, é alvo de ataques frequentes dos antagonistas de João Goulart e apoiadores do golpe de 1964. O renomado educador contribuíra de maneira relevante ao projeto de alfabetização implementado pelo presidente trabalhista. O método freiriano logo se destaca por seus rápidos resultados. Aqueles que o combatem receiam a politização popular em si e, também, que a resultante ampliação do eleitorado, posto que, então, somente podem votar maiores de idade alfabetizados, viesse a beneficiar politicamente o PTB em detrimento dos partidos conservadores. Com a ditadura militar, Paulo Freire é impelido ao exílio. Certos segmentos direitistas atuais reeditam concepções e ataques outrora dirigidos ao eminente pedagogo. Assim, revelam filiações à tradição conservadora

Ribeiro. A fim de anular “todos os atos que favorecem o povo”, com seu “ódio” demofóbico, o “clube dos contemplados” personifica o extremo “perigo” de “arrastar o País para regimes do tipo nazista ou fascista”. É a primeira vez que observamos o professor tipificar literalmente em público os adversários do governo nesses termos, a exemplo do que fizera recorrentemente em suas *Razões*.<sup>403</sup> Reverbera-as, dessa maneira, no debate político. Logo, conclui Darcy Ribeiro, enquanto o governo pauta-se pela tese democrática, portanto, defende que o povo tenha liberdade para reivindicar seus “direitos”, em contraposição, o “clube dos contemplados” baseia-se na “tese do chicote”. Deseja “impedir que os salários aumentem”, “liquidar com as organizações sindicais” e, por conseguinte, fazer com que “os ricos fiquem cada vez mais ricos e ao povo só caiba mais miséria”. Diga-se de passagem, ainda que implicitamente, recorre desse modo à sua concepção, externada em outros momentos, de que os trabalhistas no governo encarnam a tradição dos libertadores da pátria, remontando a Tiradentes. Enquanto os conservadores mantêm vivo o espírito dos escravocratas. Por certo, o discurso do ministro-chefe do Gabinete Civil é recebido com indignação e alarde por setores político-sociais conservadores.

### A “carta político-ideológica” de João Goulart

Nos primeiros meses de 1964, entre seus habituais afazeres, sabidamente numerosos, intensos e relevantes, uma tarefa em especial ocupa o ministro-chefe do Gabinete Civil: elaborar a *Mensagem Presidencial* a ser apresentada ao Congresso na abertura das atividades legislativas, em 15 de março.<sup>404</sup> A respeito, recorda Darcy Ribeiro (1997, p. 340):

Episódio marcante de minha participação no governo foi a elaboração da mensagem presidencial de 1964. Eu a escrevi cuidadosamente, sabendo que seria a grande carta político-ideológica do presidente João Goulart.

Dada a importância da *Mensagem* e necessidade de vencer uma oposição *a priori* obstinada a refutá-la, Darcy Ribeiro (1997, p. 338) cerca-se de cuidados. Elabora-a com todo

---

antidemocrática que dera sustentação ao golpe de 1964 e à resultante nefasta ditadura militar (1964-1985).

<sup>403</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR.jg.gc.1963.07.11.

<sup>404</sup> GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964.

zelo e, por precaução, ainda encomenda sua revisão a um especialista. O antropólogo lembra seu entusiasmo e satisfação com o exímio trabalho realizado pelo professor Abgar de Castro Araújo Renault:

Alegre, vi que ele transfigurara nossa mensagem, não deixando nela nada que parecesse ofensivo ao Poder Legislativo (...). Tiveram que engolir a mensagem toda, embora ela tivesse as propostas mais radicais jamais submetidas ao Congresso.

A *Mensagem* fora apresentada ao Congresso no domingo seguinte ao *Comício das Reformas*, realizado na noite de sexta-feira, 13 de março, na cidade do Rio de Janeiro. É, pois, sob o clima de euforia decorrente do expressivo ato público que Darcy Ribeiro (1997, p. 340) entrega-a pessoalmente aos parlamentares na abertura da seção legislativa de 1964. Assim, testemunha com seus próprios olhos a recepção à “carta político-ideológica” de João Goulart, sobremaneira, atento às reações dos adversários. Afoitos, observa, em vão examinam o texto à cata de motivos para criticá-lo. Porém, naquele instante, sob forma textual cortês, a *Mensagem* impossibilita-lhes usá-la como base para suas costumeiras acusações contra o governo, mesmo veiculando conteúdo excepcionalmente radical. O “eloquente” e “extraordinário documento” de Jango – posto que “reflete suas idéias fundamentais”, sublinha Darcy Ribeiro circunscendo-se ao papel de redator –, pelo qual se propõe “completa renovação institucional do Brasil” com “coragem e lucidez admiráveis”, graças ao “estilo Abgar”, desarma os antigovernistas, ainda que temporariamente.<sup>405</sup> A *Mensagem* formaliza o projeto político defendido por Jango, relacionando metas a serem realizadas no restante de seu mandato, o que nos interessa especialmente. Entre as “tarefas do futuro” elencadas no texto, confere especial relevo à reforma agrária: “absolutamente indispensável” ao progresso do Brasil. Isto é, o “caminho brasileiro” ao desenvolvimento, conforme entende o presidente. Além de propor a reestruturação fundiária no país como medida prioritária, a *Mensagem* oficializa “princípios básicos” à sua efetivação, concernentes retificações e acréscimos à

---

<sup>405</sup> A repercussão na oposição e na imprensa é grande, com acusações de que a solicitação para reforma da Constituição esconde planos subversivos, como fica claro adiante.

Constituição há tempos defendidos pelo governo.<sup>406</sup> O documento também versa sobre as demais reformas e presta contas das realizações de Jango na presidência.

Perscrutamos a *Mensagem das reformas* a fim de identificar eventuais contribuições de Darcy Ribeiro para além de sua mera redação que, por si, constitui importante indício corroborativo da confiança que o antropólogo inspira a Jango e de sua relevância no governo. Nesta direção, chama-nos atenção o seguinte excerto do texto, citado por Darcy Ribeiro (1997, p. 342) em suas *Confissões*:

Estou certo de que os nobres parlamentares do Brasil deste ano de 1964 guardam fidelidade às honrosas tradições dos nossos antepassados que, em conjunturas semelhantes da vida nacional, como a Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Promulgação da Legislação Trabalhista, tiveram a sabedoria e a grandeza de renovar as instituições básicas da nação, que se haviam tornado obsoletas, assim salvaguardando o desenvolvimento pacífico do povo brasileiro.<sup>407</sup>

Observamos, assim, agora na *Mensagem*, a evocação de referentes como a independência, a abolição e a CLT, dentre outros, importantes à cultura política trabalhista e também assentados na tradição político-cultural brasileira de conciliação/acomodação. Recorrentes na discursividade do governo João Goulart, não raro, como vimos, esses referentes são acionados por Darcy Ribeiro desde sua posse. A nosso ver, conforme procuramos demonstrar, através deles, é possível perceber a ingerência intelectual do professor na formulação da narrativa governista-trabalhista culminante na *Mensagem*. Logo, teria ele ultrapassado os limites da simples redação da “carta político-ideológica” de Jango, nela infundindo elementos de sua própria concepção do poder. Independência e CLT são marcadores genéricos, posto que se inscrevem na cultura política trabalhista e até extrapolam-

---

<sup>406</sup> Os princípios são: “A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade”. Desapropriar “mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar: a) todas as propriedades não exploradas; b) as parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total”. Por fim, a obrigatoriedade da “produção de gêneros alimentícios para o mercado interno” em relação a “qualquer outro emprego da terra”, abrangendo “todas as propriedades agrícolas ou pastoris, diretamente pelo proprietário ou mediante arrendamento”. Quanto às retificações e acréscimos constitucionais, constam a suspensão da palavra “prévia” e da expressão “em dinheiro” do parágrafo 16 do art. 141 e nova redação para o art. 147, qual seja, “o uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social”. Propõe-se, também, a seguinte prerrogativa: “A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo critérios que a lei estabelecer” (RIBEIRO, 1997, p. 341-342). Ver: GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964. p. LI-LIV.

<sup>407</sup> GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964. p. LX.

na. Desse modo, acionando-os, ou melhor, deles se apropriando, Darcy Ribeiro permite-nos entrever em sua conduta a mediação político-cultural do trabalhismo. Reportando à abolição, contudo, parece-nos de fato oferecer contribuição própria à perspectiva política do governo trabalhista. Em sua nomeação, em 18 de junho de 1963, Darcy Ribeiro não se refere a independência, mas já evoca a abolição como parâmetro de importância às reformas de base. Logo mais, no mês seguinte, correlatamente, referir-se-á a 1822. Então, ao refutar a “Carta ao Povo” de Carlos Lacerda, vincula as reformas à tradição brasileira de luta por liberdade e autonomia, segundo ele, inaugurada por Tiradentes, continuada pelos abolicionistas, patriarcas da Independência, Getúlio Vargas e, por fim, assumida por Jango, através de suas reformas estruturais. Diga-se de passagem, os personagens evocados nominalmente também pertencem ao repertório político-cultural trabalhista.

A propósito, o raciocínio histórico-comparativo em questão também embasa entrevista concedida por Darcy Ribeiro no começo de março de 1964.<sup>408</sup> Após proferir aula inaugural na Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em óbvia intertextualidade com a *Mensagem* que ora está encarregado de redigir para João Goulart, o professor afirma a jornalistas:

O Brasil enfrenta agora problemas tão graves quanto aqueles que nossos avós tiveram que arrostar quando da luta pela independência, pela abolição da escravatura e pela proclamação da República. É absolutamente indispensável que os homens mais lúcidos e responsáveis tomem uma posição clara, a fim de que tradição mais importante do nosso País, de tolerância, de conciliação e de firmeza, mais uma vez se afirme.

Chamando atenção para a gravidade da crise instaurada no país, reitera Darcy Ribeiro, “o dilema em que se encontra a nossa geração é o de escolher entre o caminho pacífico das reformas de base ou a convulsão social”. Recorre didaticamente a paralelos entre passado e presente também para alertar os brasileiros sobre a “extraordinária semelhança histórica” que liga à posição outrora adotada “pelos escravocratas, pedindo o pagamento prévio e a dinheiro dos escravos libertos”, os latifundiários de agora, aos quais intitula “escravocratas atuais”. Também estes, “defensores do latifúndio improdutivo”, critica, querem condicionar desapropriações para reforma agrária à indenização prévia em dinheiro vivo e

<sup>408</sup> ÚLTIMA HORA. **DARCY: - REFORMA AGRÁRIA LEMBRA LUTA ABOLICIONISTA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 03 de março de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97732>. Acesso: 28.05.2019. JORNAL DO BRASIL. **Darci fala de escravatura**, Rio de Janeiro, terça-feira, 03 de março de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50398](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50398). Acesso: 08.04.2019.

preço de mercado, ao passo que João Goulart propugna determinar na Constituição que “a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade”. Dito de outra maneira, “que ninguém pode ficar sentado na terra, proibindo que outros a cultivem”. “Antiabolicionistas” e “anti-reformistas” equiparam-se, outrossim, porque “apontam do mesmo modo a abolição e a reforma agrária: como o caos e a desgraça nacional”, denuncia o ministro-chefe do Gabinete Civil. Isto posto, esclarece que:

Nos últimos tempos, principalmente nos últimos meses, o Presidente João Goulart assumiu oficialmente a responsabilidade de tomar em suas mãos as bandeiras das reformas por convencer-se pela observação de tudo que ocorria no Brasil, ser êste o único modo de preservar um desenvolvimento pacífico para a crise estrutural que vive neste momento o País.<sup>409</sup>

A representação da independência, tal como formula Darcy Ribeiro a partir de julho de 1963, também indica, a nosso ver, contribuição original dele ao discurso do governo culminante na *Mensagem*. O ministro-chefe do Gabinete Civil evoca a independência para tecer um elo entre passado, presente e futuro do Brasil, futuro este condicionado ao “desafio histórico”, encarnado por João Goulart, que consistiria em, pacificamente, “conduzir o País às reformas indispensáveis”, conforme a tradição político-cultural brasileira de conciliação/acomodação, sobremodo, a “Reforma Agrária”.<sup>410</sup> Raciocínio histórico-comparativo mobilizado pelo presidente apenas a partir de seu pronunciamento do “Dia da Pátria” de 1963, cuja preparação, como mostramos, conta com ativa participação do professor. Ou seja, a ótica histórico-comparativa verificada na *Mensagem* revela-se nas palavras de Jango após Darcy Ribeiro assumir a chefia do Gabinete Civil e, ele próprio, expô-la publicamente. Portanto, parece-nos razoável supor tratar-se de uma noção engendrada na imaginação política de nosso protagonista, que a incute no discurso do governo. O “Dia da Pátria” é, conforme defendemos, data-chave para a cultura política trabalhista. O conceito do

---

<sup>409</sup> Na ocasião, Darcy Ribeiro toca em outros pontos contemplados na *Mensagem*. Defende a legalização do PCB, embora “por certo que não me filiarei a êle”, diz. Desmente suposto decreto que incumbiria as Forças Armadas a alfabetizar 15 milhões de brasileiros. Pondera que João Goulart não cogitaria um plebiscito sobre as reformas, entretanto, reconhece que “certos setores populares” defendem a proposta. ÚLTIMA HORA. **DARCY: - REFORMA AGRÁRIA LEMBRA LUTA ABOLICIONISTA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 03 de março de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97732>. Acesso: 28.05.2019. JORNAL DO BRASIL. **Darci fala de escravatura**, Rio de Janeiro, terça-feira, 03 de março de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50398](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50398). Acesso: 08.04.2019.

<sup>410</sup> CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 09 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

“espírito do 7 de setembro” como exemplo de conciliação e flexibilidade sem prejuízo da firmeza de propósitos a ser seguido na política presente, todavia, só é reportado por Jango a partir de sete de setembro de 1963, embora o mandatário tenha se manifestado acerca da data cívica em 1961 e 1962. Assim, reconhecemos a influência de Darcy Ribeiro, igualmente, nas representações da independência e abolição, entre outros eventos pretéritos marcantes, quando evocados como arquétipos para os representantes políticos brasileiros solucionarem por meios pacíficos e democráticos a crise de 1963-1964. Possivelmente, não se trata de dispositivos político-ideológicos estratégicos totalmente concebidos por Darcy Ribeiro, posto que atuara em interação direta com outros atores governistas, inclusive o presidente. Todavia, por certo, nesse caso, inferimos sua proeminente contribuição como ideólogo do governo, formulando-os, divulgando-os e infundindo-os na discursividade oficial. Não obstante, vale reiterar, considerando o presidente e seu círculo de auxiliares imediatos, o perfil acadêmico-intelectual de Darcy Ribeiro projeta-o como autor mais provável dessas formulações. Isto é, integrante do governo mais apto e/ou propenso a elaborá-las.<sup>411</sup>

No acervo de Darcy Ribeiro, encontram-se originais de passagens cruciais que compõem a Introdução da *Mensagem*.<sup>412</sup> Elas coincidem literalmente com inúmeros trechos do texto final, abarcando quase todo o tópico em que João Goulart apresenta ao Congresso seu projeto político. Isto é, as reformas de base, defendidas como “desafio” fundamental e inadiável à solução pacífica e democrática dos problemas do Brasil. Postergá-las seria expor o país aos perigos de uma conflagração social, tida como iminente, com potencial para esfacelar a ordem estabelecida e a integridade nacional. Eis os motivos que impulsionam o presidente a requerer aos parlamentares imediatas providências legislativas, incluindo alterações constitucionais necessárias à urgente implementação das reformas. Desse modo, observamos que o argumento central da *Mensagem* para persuadir o Congresso a acolher o programa reformista é o mesmo reiterado publicamente desde meados de 1963. Trata-se do raciocínio

<sup>411</sup> Aliás, quanto à referida identidade entre escravocratas e latifundiários, afirma Darcy Ribeiro, com lastro acadêmico-profissional: “Quem fôr às fontes históricas verifica que os argumentos dos escravocratas, que lutavam pela escravidão, eram iguais aos dos que defendem o latifúndio improdutivo. Inclusive aquele detalhe de só admitir a abolição como pagamento prévio pelo justo preço”. **ÚLTIMA HORA. DARCY: - REFORMA AGRÁRIA LEMBRA LUTA ABOLICIONISTA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 03 de março de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97732>. Acesso: 28.05.2019. **JORNAL DO BRASIL. Darcy fala de escravatura**, Rio de Janeiro, terça-feira, 03 de março de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50398](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50398). Acesso: 08.04.2019.

<sup>412</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **MENSAGEM DAS REFORMAS**. DR jg gc 1961.08.25. Além da Introdução, a *Mensagem* compõem-se, basicamente, de conteúdo técnico-administrativo concernente às realizações concretizadas e pretendidas pelo governo.

histórico-comparativo – preconizado por Darcy Ribeiro em seu discurso de posse na chefia do Gabinete Civil e, segundo indica o *corpus* documental aqui analisado, só depois encapado e/ou priorizado por João Goulart – que situa as reformas como desafio histórico-geracional do presente, cotejando-as à abolição, independência, CLT, etc. enquanto paradigmas de conciliação/acomodação.

Segundo a *Mensagem*:

O desafio histórico repete-se outra vez. Agora, nossa geração é que está convocada para cumprir a alta missão de ampliar as estruturas sócio-econômicas e renovar as instituições jurídicas, a fim de preservar a paz da família brasileira e abrir à Nação novas perspectivas de progresso e de integração de milhões de patrícios nossos numa vida mais compatível com a dignidade humana.<sup>413</sup>

Há, portanto, clara continuidade entre a *Mensagem* e o discurso de posse do ministro-chefe da Casa Civil, cuja tônica fora a convocação de todos os brasileiros a “responder ao desafio que a história coloca diante de nossa geração”: realizar pacificamente as reformas de base, garantindo desenvolvimento econômico com responsabilidade social. Como disseram e repetiram João Goulart, Darcy Ribeiro e outros governistas, fazia-se necessário, com urgência, atualizar instituições, estruturas econômico-sociais e figuras legislativas nacionais ultrapassadas. Assim, possibilitar ao Brasil desenvolver-se democraticamente, reduzindo privilégios e ampliando a cidadania antes que uma convulsão social, decorrente da situação de miséria em que se encontram milhões de brasileiros, tome as rédeas do país e conduza-o à desordem. Desse modo, parece-nos verossímil a ingerência de Darcy Ribeiro na imaginação política e estratégia discursiva governistas conformadas nos embates decorridos entre meados de 1963 e março de 1964 e coroadas pela *Mensagem*. Entendemos que, sobremodo durante sua passagem pelo Gabinete Civil, o antropólogo engendra no círculo imediato da presidência concepções próprias formuladas antes de assumir o cargo e/ou no frenesi de seu exercício, bem como, redige textos que as veiculam em manifestações públicas protagonizadas por ele ou pelo presidente. Claro, debate suas ideias com outros atores, escuta-os, assimila pensamentos alheios, nuançando seus próprios pontos de vista. Com Jango, debate rumos ideológicos e práticos diante dos fatos vivenciados, faz

---

<sup>413</sup> GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964. p. LX.

sugestões ao presidente, ora persuadindo-o, ora não. Atua, assim, muito claramente, conforme percebera Mattos (2007), como um dos mais destacados ideólogos do governo.

Fica claro que, ao redigir a *Mensagem*, até mesmo por razões práticas, Darcy Ribeiro apoia-se na produção textual que desenvolvera desde sua posse na chefia do Gabinete Civil, seja para alocações próprias ou para compor discursos presidenciais. Fato é que, desse modo, suas perspectivas políticas, muitas já incorporadas à narrativa oficial, agora se projetam em pontos de destaque da “carta político-ideológica” de João Goulart. Além dos exemplos já apontados, interessa acrescentar que a já discutida noção idealizada acerca da emergência das classes populares na política e a necessidade de ampliação da cidadania para acolhê-las exposta por Darcy Ribeiro em entrevista<sup>414</sup> ecoa na *Mensagem*. Tal acepção pode ser percebida no trecho em que o documento aborda a reforma agrária, justificando a urgência e importância desta medida primordial:

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a Reforma Agrária.

(...)

Esses milhões de patrícios nossos, que até um passado recente, por força das próprias condições de atraso a que estavam submetidos, guardavam resignação diante da ignorância e da penúria em que viviam, despertam agora, debatem seus próprios problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional. Exigem, em compensação pelo que sempre deram e continuam dando à Nação — como principal contingente que são da força nacional de trabalho — que se lhes assegure mais justa participação na riqueza nacional, melhores condições de vida e perspectivas mais concretas de se beneficiarem com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores urbanos.<sup>415</sup>

Outro aparente indício da incorporação de ideias políticas de Darcy Ribeiro à *Mensagem* é o tema do perigo representado por eventual distanciamento na relação governo-povo, assinalado por João Goulart no último “Dia de Vargas”. Originais presentes no acervo

<sup>414</sup> FUNDAR/MDR/UnB. ENTREVISTA. DR jg gc 1963.04.21; ÚLTIMA HORA. **Darcy: Jango é Garantia Para o Desenvolvimento Pacífico**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95133>. Acesso: 14.12.2018.

<sup>415</sup> FUNDAR/MDR/UnB. MENSAGEM DAS REFORMAS. DR jg gc 1961.08.25; GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964. p. LI-LIII. Expressões como “patrícios nossos”, pela qual se refere aos setores mais fragilizados da população, e “brasileiros lúcidos”, que remete aos apoiadores do programa governista de reformas, presentes nas alocações de Darcy Ribeiro quase como um vício de linguagem, aparecem também na *Mensagem*. Seriam, possivelmente, uma espécie de digitais da atuação do antropólogo na formulação político-ideológica do discurso do governo trabalhista.

do MDR, demonstram a colaboração intelectual de Darcy Ribeiro ao discurso de Jango no comício pela memória do “presidente-mártir” e pelas reformas de base. A propósito do mencionado relacionamento, afirma a *Mensagem*, noutro ponto crucial – a sugestão de um (conforme denominação verificada na versão do texto arquivada por Darcy Ribeiro) “plebiscito das reformas”:

Momentos há do desenvolvimento histórico de um povo em que sua própria sobrevivência e a autonomia no comando do seu destino se podem pôr em risco, caso se deixe abrir uma brecha entre as aspirações populares e as instituições responsáveis pela ordenação da vida nacional. Para fazer face a esse risco, permito-me sugerir a Vossas Excelências, Senhores Congressistas, se julgado necessário para a aprovação das Reformas de Base indispensáveis ao nosso desenvolvimento, a utilização de um instrumento da vida democrática, jurídico e eficaz, que torne possível salvaguardá-la mediante consulta à fonte mesma de todo poder legítimo que é a vontade popular.

Assim, peço a Vossas Excelências que também estudem a conveniência de realizar-se essa consulta popular para a apuração da vontade nacional, mediante o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos para o pronunciamento majoritário a respeito das Reformas de Base.<sup>416</sup>

Naturalmente, em termos político-ideológicos, além de contribuições específicas de Darcy Ribeiro, a *Mensagem* de 15 de março de 1964 revela diretrizes da cultura política trabalhista, elementos político-culturais brasileiros tradicionais e matérias atinentes a outros setores e atores governamentais. Integram-na, também, propostas forjadas ao calor do momento de sua formulação. Isto é, no bojo da crise político-institucional enfrentada pelo governo, àquela altura, elevada a níveis de gravidade sem precedentes e demasiado preocupantes. Sobremaneira, sistematiza o ideário há tempos defendido por João Goulart. Desse modo, conforme Ferreira (2011, p. 432-433), a *Mensagem* configura em definitivo o “programa político” do governo com ênfase na Lei de Remessa de Lucros, regulamentada em janeiro, e na reforma agrária.<sup>417</sup> Esta defendida por Jango como máxima prioridade e urgência para a solução dos problemas do país, já à beira de uma sangrenta convulsão, como vinha frequentemente alertando.

<sup>416</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **MENSAGEM DAS REFORMAS**. DR jg gc 1961.08.25; GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964. p. LVIII-LIX.

<sup>417</sup> Conforme Darcy Ribeiro, “esses dois programas”, controle do capital estrangeiro e reforma agrária, “desenharam o perfil do governo João Goulart. Um e outro provocaram o acirramento das relações golpistas contra o presidente” (RIBEIRO, 1997, p. 319).

Não obstante, a *Mensagem* ainda preconiza outras medidas com imediato impacto no acirramento das posições políticas em contraste. Destacam-se as propostas de plebiscito sobre as reformas, retificações eleitorais e delegação de poderes legislativos ao presidente, proibida pela Constituição de 1946.<sup>418</sup> Aos liberais, essas demandas inspiram incertezas e receios. Para direitistas mais conservadores, comprovariam que Jango e Leonel Brizola de fato planejam um golpe. Questiona-se, pois, amplamente, o objetivo da pretendida “concentração de poderes excepcionais” pelo executivo em detrimento do legislativo. Ademais, a resistência a uma consulta plebiscitária sobre as reformas explica-se pela certeza de que resultaria em aprovação destas por esmagadora maioria. Desse modo, enfim, Jango teria legitimidade para impô-las ao Congresso que, desde os primeiros meses de 1963, vinha repelindo suas tentativas de viabilizá-las. As alterações tocantes à elegibilidade contrariam conservadores por razões diversas. Possibilitariam a Jango e/ou Leonel Brizola candidatarem-se à presidência, estenderiam o direito de voto aos analfabetos beneficiando diretamente o PTB, assim como, permitiriam a legalização do PCB, oficialmente excluído das eleições brasileiras desde 1947.<sup>419</sup>

A conspiração golpista protagonizada por militares e civis direitistas em curso impulsiona-se, sobretudo, após o *Comício das reformas*. A *Mensagem*, por sua vez, corrobora especulações acerca de tendências continuístas de João Goulart com apoio das esquerdas, incluindo comunistas. O acréscimo de poderes reivindicado pelo presidente serviria, entendem os adversários, para viabilizar sua manutenção no poder, subvertendo a ordem democrática. Desse modo, recrudescem a oposição parlamentar e articulações paralelas destinadas a derrubá-lo do cargo. Como última alternativa, Jango adere à “estratégia do confronto” postulada pelas esquerdas. Em outras palavras, abandona seu intuito de obter a aprovação das reformas por meio da negociação direta com o Congresso. A partir de então, buscaria persuadi-lo, essencialmente, por meio da mobilização popular orientada para pressioná-lo a anuir ao programa político expresso na *Mensagem*, para o qual convergem as esquerdas. Assim, a ênfase da campanha pelas reformas passa definitivamente à ação

<sup>418</sup> De acordo com Darcy Ribeiro (1997, p. 325), a “delegação legislativa” consistiria em facultar a Jango prerrogativas especiais para que implementasse imediatamente as reformas sem o intermédio do legislativo, recorrendo a um plebiscito como mecanismo alternativo para referendá-las. Ou seja, excepcionalmente, no caso das reformas, o legislativo abdicaria de parte de suas prerrogativas.

<sup>419</sup> As regras eleitorais estabelecidas excluía João Goulart da disputa presidencial por não permitirem reeleição para o cargo de presidente. Leonel Brizola, por seu turno, via-se impedido por restrições vigentes a candidaturas de parentes do chefe do executivo. Daí o *slogan* corrente em defesa de uma eventual candidatura presidencial do deputado: “Cunhado não é parente, Brizola presidente”.

extraparlamentar direta, materializada em comícios, manifestações, passeatas e greves. Como precaução à presumível reação golpista, além do apoio popular, Jango julga contar com um dispositivo militar eficiente, assim como, com a lealdade castrense, da qual se valera com êxito em ocasiões cruciais como sua posse e o restabelecimento do presidencialismo (FERREIRA, 2011). Para Waldir Pires (JOSÉ, 2018, p. 64-65), o presidente ignoraria o quadro nitidamente conspiratório que o cerca naquele instante, talvez, desde o segundo semestre de 1963. Acreditando poder seguir adiante, persiste na aprovação das reformas dentro da institucionalidade, com o apoio do povo. Apesar de tudo, mantém seu compromisso de “construir um Brasil soberano e mais justo, à base das reformas e de atitudes nacionalistas”. Todavia, suas chances de vitória e mesmo de permanência no governo são demasiado remotas.

No palanque armado na Central do Brasil, em 13 de março, sexta-feira, João Goulart informaria ao enorme público presente sobre a *Mensagem* a ser remetida ao Congresso ainda naquele fim de semana:

Dentro de 48 horas vou entregar à consideração do congresso Nacional a mensagem presidencial deste ano. Nela, estão claramente expressas as intenções e os objetivos deste governo. Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso deste país e assegurar aos brasileiros melhores condições de vida e de trabalho, pelo caminho da paz e do desenvolvimento, isto é, pelo caminho reformista, pacífico e democrático.

Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, também, em nome do povo brasileiro, em nome destas 150 ou 200 mil pessoas que aqui estão, caloroso apelo ao Congresso Nacional para que venha ao encontro das reivindicações populares; para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias (RIBEIRO, 1997, p. 339).<sup>420</sup>

Portanto, *Comício e Mensagem* materializam a estratégia política final de João Goulart. Daí por diante, o presidente passaria, decididamente, a pressionar o Congresso pela aprovação das reformas estruturais através da permanente mobilização sindical-popular com apoio das esquerdas. Reaproximando-se, pois, de suas bases históricas e aprofundando a participação política popular, o presidente espera persuadir indiretamente o legislativo a acolher seu programa reformista. O risco político é evidente. Um golpe de direita desenvolve-

---

<sup>420</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 87.

se a olhos vistos. Entretanto, Jango está convicto da imprescindibilidade das reformas e acredita ser possível conter a conspiração direitista com apoio do povo nas ruas. Confia, igualmente, na capacidade de seu dispositivo militar garantir sua segurança pessoal e proteger o governo, repelindo de pronto eventuais precipitações golpistas. De toda forma, não tinha mais alternativa. Durante toda a sua gestão, até aquele momento, Jango persistira em negociações diretas com o Congresso visando à aprovação das reformas de base, tônica de sua administração. Esforçara-se à exaustão para compor uma maioria parlamentar favorável a elas com base na histórica conciliação entre PTB e PSD. Fracassara. Não por demérito seu. Reconhecidamente tarimbado e eficaz artífice da negociação política, todavia, além do incondicional antagonismo da UDN, aferrada dogmaticamente à intocabilidade constitucional, Jango esbarra, há meses, em intransponível indisposição de setores petebistas e pessedistas ao acordo. Resta-lhe, pois, o enfrentamento político, vale frisar, ainda em marcos democráticos.<sup>421</sup> Não há margem para recuo. O presidente está decidido. Conforme Ferreira (2011, p. 387), ele tem consciência de que dispõe de pouco tempo e que “a pregação das reformas, defendida durante tantos anos, não poderia ser abandonada”.

---

<sup>421</sup> O que se chama de “política do confronto”, a nosso ver, limita-se a opção de João Goulart por promover as reformas sem a tradicional ênfase no diálogo direto com parlamentares direitistas. Porém, sem ultrapassar marcos institucionais e/ou recurso à força.

## Capítulo 6: A “hora de chumbo”

Neste capítulo, o último, procuramos reconstituir a atuação de Darcy Ribeiro no âmbito da estratégia política e atos finais de João Goulart no governo. Ganha relevo, uma vez mais, a mobilização popular impulsionada pelo Planalto, em cooperação com as esquerdas e movimento sindical, em favor das reformas de base. O objetivo de Jango, mais do que nunca, seria pressionar e persuadir o legislativo a aprovar o programa reformista, oficializado através da *Mensagem presidencial* de 1964. Desse modo, destaca-se o *Comício das reformas*, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março. *Mensagem* e *Comício* constituem ações complementares, materializando a jogada política decisiva do presidente. Darcy Ribeiro colabora em ambas as frentes. Além de ocupar-se de redigir a *Mensagem*, estabelece contatos políticos visando mobilizar apoios para atos públicos em defesa do governo federal e das reformas. Não fosse o golpe militar, o emblemático *Comício das reformas*, no qual Darcy Ribeiro figura no palanque, ao lado de Jango e Maria Thereza Goulart, não seria a derradeira grande manifestação popular com a participação do mandatário. Mas, sim, o primeiro de muitos eventos semelhantes, programados para os meses de abril e maio em diversas cidades brasileiras. Uma grande celebração do dia do trabalhador é então preparada como culminância desta jornada popular pelas reformas de base, todavia, frustrada. Desse modo, Darcy Ribeiro contribui fundamentalmente para a estratégia final de poder implementada por Jango para pressionar o Congresso a aprovar as reformas. Também procuramos identificar os passos do antropólogo nos acontecimentos subsequentes ao *Comício*, os quais agravam a crise político-militar enfrentada por Jango, estabelecendo as condições para o golpe militar direitista engendrado na virada de março a abril. O ministro-chefe do Gabinete Civil permanecerá ao lado do presidente até se consumir sua deposição. Darcy Ribeiro e Waldir Pires são os últimos integrantes do governo a deixar o Planalto, após esgotarem-se todas as possibilidades de resistência. Também o acompanhamos o antropólogo nestes dramáticos momentos, que se encerraram com o amargo gosto da derrota e as incertezas do exílio.

## Comício das reformas

Entre outubro de 1963 e março de 1964, observa-se significativo agravamento da crise político-institucional enfrentada por João Goulart. A oposição cresce e radicaliza-se dia após dia. Por conseguinte, o terreno parlamentar revela-se inóspito à proposta de reformas de base contida na *Mensagem presidencial*. Apesar do assíduo esforço do presidente no sentido de adubá-lo e irrigá-lo, durante quase um ano, não colhe quaisquer frutos. Os promissores e tradicionais caminhos da conciliação/acomodação parecem obstruídos para ele. Tenta persistentemente concatenar em favor de suas reformas PTB e PSD, cuja histórica aliança esteia a democracia brasileira pós-1945. Não consegue. A costumeira composição partidária, aliás, decompõe-se. Leva consigo posições políticas de centro fundamentais à negociação e ao consenso a partir dos quais Jango idealizara viabilizar seu programa de governo. Em 10 de março, em resposta ao anúncio do *Comício das reformas*, o PSD rompe com o presidente. Atacado pela direita, assiste até mesmo seu partido, o PTB, escapar-lhe ao controle. Petebistas ideologicamente situados mais à esquerda, embora favoráveis ao projeto político exponenciado por Jango, divergem do seu método de ação. Acreditam, a exemplo de outros grupos esquerdistas, que o chefe do executivo federal deveria viabilizar as reformas sem negociação. Evidencia-se, assim, o esgotamento da estratégia de diálogo com setores conservadores do Congresso preconizada pelo presidente, há algum tempo, ampla e contundentemente contestada pelas esquerdas. Desde meados de 1963, como vimos, estas rechaçam a “política de conciliação”, demandando “definição!”. Parte delas, inclusive, então, rompem com o governo sob a justificativa de indefinição deste. Jango jamais se encontrara tão solitário politicamente. Neste quadro árido de alternativas, ele reata seus laços com suas bases históricas. Opta, enfim, por defender as reformas através da “política do confronto”. Ou seja, buscando continuar sua luta ao lado de quem de fato as apoia: as esquerdas, sindicatos e trabalhadores das cidades e do campo (FERREIRA, 2011).

De acordo com Darcy Ribeiro (1997, p. 325), como ministro-chefe do Gabinete Civil, fora um dos integrantes do Planalto encarregados de viabilizar a implementação da nova estratégia política engendrada por João Goulart como recurso final em sua luta pela aprovação das reformas de base. Sobre essa experiência, lembra o professor:

A partir da primeira semana de março, pus de lado a burocracia para me dedicar à política, porque vi que o Brasil estalava, prestes a romper-se. Passei a dar maior atenção a meus homens que vigiavam as Forças Armadas e os sindicatos e a relatar ao presidente, quisesse ele ou não, o que me diziam. Ocupei-me também, desde então, a mobilizar eu próprio as forças que podia em aliados nos estados, na CGT, na UNE e nos grandes sindicatos, para as ações de massa previstas para 1º de maio.

Desse modo, segundo relata, além de manter João Goulart informado quanto à agitação política, Darcy Ribeiro colabora com o presidente em seu intuito de “arregimentar todas as forças progressistas do país para forçar o Congresso a aprovar nosso projeto de reforma agrária”. A depender da força político-social mobilizada, explica, pretendem “exigir uma delegação legislativa” para que Jango “promovesse as reformas a ser referendadas depois em plebiscito”. Como vimos, delegação e plebiscito figuram na *Mensagem Presidencial*, vale reiterar, entre as demandas de maior repercussão, ao lado da questão das elegibilidades. Infere-se, pois, uma avaliação positiva dos potenciais frutos da frente costurada com a participação do ministro-chefe do Gabinete Civil, bem como, através de esforços governistas congêneres. Além do *Comício* e da *Mensagem das reformas*, integraria a corrida para implementá-las e confrontar opositores intensa programação de atos públicos, definida em fins de março. Os eventos ocorreriam em diversas cidades ao longo de abril,<sup>422</sup> culminando em 1º de maio, dia do trabalho e/ou trabalhador e data da promulgação da CLT, com uma grande celebração político-popular em São Paulo. O 1º de maio, data-chave para a cultura política trabalhista, na capital paulista, incluiria a deflagração de uma greve geral destinada a robustecer a pressão popular voltada a mover o Congresso em favor das reformas.<sup>423</sup>

Isto, segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 325), porque:

(...) só uma greve geral, acompanhada de grandes manifestações de massa, teria força para romper a barreira secular que consagrava o latifúndio. Tínhamos que romper o supremo abuso da lei brasileira, escrito no artigo 141 da Constituição, que garantia aos açambarcadores de terras o direito de não usá-las e não deixar ninguém usar. Não plantar e não deixar plantar, ainda que o povo morra de fome.

<sup>422</sup> Dia 3, em Santos; 10, em Santo André; 11, em Salvador; em Ribeirão Preto, 17; celebração do aniversário de Getúlio Vargas, dia 19, em Belo Horizonte; e Brasília, 21 (FERREIRA, 2011, p. 439).

<sup>423</sup> Conforme Menandro, que se refere a comícios apoiados pelos sindicatos e presididos por João Goulart programados também para Porto Alegre e Recife, a expectativa seria reunir no ato de 1º de maio “um milhão de trabalhadores”. FGV. CPDOC. MENANDRO, Heloísa. **Comício das reformas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comicio-das-reformas>. Acesso: 20.10.2020.

Portanto, o plano governista-esquerdista seria, além dos comícios em março e abril, lembra Darcy Ribeiro (1997, p. 527), desencadear a partir de 1º de maio “um movimento grevista operário e camponês” capaz de unificar o povo e impelir o legislativo a aprovar o programa político apresentado por João Goulart no *Comício* de 13 de março e formalizado na *Mensagem* do dia 15 seguinte. O apoio dos trabalhadores mobilizados nas ruas reergueria o governo, conferindo ao presidente, enfim, à revelia da oposição, condições para obter a implementação das medidas prioritárias de sua gestão: reforma agrária e controle do capital estrangeiro “já estatuído em lei”. Considerando-se, inclusive, como recursos políticos adicionais, a delegação legislativa ao executivo e a consulta plebiscitária.

Quanto à sua participação nas articulações governistas relativas à marcha sindical-popular pelas reformas de base, tendo em vista os eventos a serem realizados entre março e abril, assim como, seus possíveis desdobramentos pós-dia do trabalhador, Darcy Ribeiro (1997, p. 343) relembra emblemática conversa com Luís Carlos Prestes. Então, encontra-se com o líder comunista e ex-senador para “preveni-lo” acerca da jornada de “pressão” com perspectiva de culminância “numa greve tão ampla quanto possível”. Além de expor o plano de João Goulart a Luís Carlos Prestes, Darcy Ribeiro procura-o em busca do “apoio indispensável do Partido Comunista” para preparar as pretendidas manifestações camponesas e operárias. “Nós não faltaremos a ele, professor. Só exigimos que dê uma formalização legal ao que venha a fazer”, diz o senador, deixando claro que Jango poderia contar com os comunistas. Todavia, equivocadamente, imagina tratar-se da preparação de um golpe governista. Por mais que o ministro-chefe do Gabinete Civil explique “que o golpe que se armava era contra nós, para nos derrubar”, Luís Carlos Prestes reafirma total “acordo” dos comunistas “com um golpe se Jango o desse”. Assim, conclui Darcy Ribeiro: “Prestes achava que tudo era cor-de-rosa”.

Darcy Ribeiro (1997) avalia que o ex-senador reflete compreensão transversalmente propagada na sociedade brasileira pela mídia acerca das intenções de João Goulart. A cobertura jornalística teria se centrado há tempos em denunciar supostas tendências continuístas e/ou subversivas do presidente. Por conseguinte, essa perspectiva torna-se hegemônica, impregnando-se nos mais diversos setores do espectro político-ideológico. Segundo o professor, apenas o povo, cuja compreensão do real apoia-se na luta concreta pela sobrevivência, e não na leitura dos jornais, escaparia a essa visão. À esquerda,

como à direita, critica Darcy Ribeiro, conforme a imprensa antigovernista então informa massivamente, acredita-se que Jango estaria se movendo a passos largos para dar o golpe. Ao contrário, lamenta, o mandato do presidente é que então está em xeque.

No começo de 1964, a exemplo de seu diálogo com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Luís Carlos Prestes dá diversos sinais de apoio irrestrito a João Goulart, inclusive para uma eventual ruptura institucional. Acerca de uma possível reeleição do chefe do executivo, que o ex-senador situa como líder do processo revolucionário brasileiro, ou eleição de Brizola, declara, os referidos expoentes trabalhistas desempenhariam, no Brasil, papel correlato ao de Fidel Castro em Cuba. “Não podemos ficar encerrados no ‘círculo de giz’ da legalidade”, afirmara então o proeminente comunista brasileiro. Nesses termos, evidencia seu aval a um hipotético golpe a ser dado por Jango. Todavia, não há indícios de que o presidente pretendesse ou se preparasse para trilhar esse caminho (FERREIRA, 2011, p. 434, 436, 440). Fato é que as esquerdas, assim como Luís Carlos Prestes, conforme exemplifica o depoimento de Darcy Ribeiro, não compreendem com a devida precisão a conjuntura política em vista. Subestimam a ostensiva conspiração direitista e maximizam poderes e rumos do governo e suas bases políticas de apoio.

O memorável dia do trabalhador em São Paulo, coroando grande marcha sindical-popular pelas reformas, com eventos multitudinários em várias cidades, com a perspectiva de iniciar uma greve de larga abrangência e mais manifestações para pressionar o Congresso a aprovar especialmente a reforma agrária ainda em maio, todavia, encerra-se no plano das intenções. “O golpe foi dado um mês antes, frustrando nossos planos”, queixa-se Darcy Ribeiro (1997, p. 319). No começo de 1964, tanto governo quanto oposição miram maio como momento de definição, desfecho. Porém, claro, com objetivos e métodos diametralmente opostos. O governo aposta no simbolismo de 1º de maio para potencializar a participação política popular direta. Conforme Jango reitera em diversos pronunciamentos, inclusive no *Comício das reformas*, tratar-se-ia de alcançar as reformas através de mecanismo democrático: o direito do povo, fonte da legitimidade de todo o poder, manifestar pacificamente sua opinião, pensamentos e demandas ao governo – “princípio fundamental dos direitos do homem, contido na própria Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros”.<sup>424</sup> No caso, defendendo, nas ruas e praças, a reforma agrária

---

<sup>424</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

e afins. A oposição, por sua vez, ao contrário, adota a estratégia antidemocrática de impor seus interesses por meio da força, articulando e desferindo um golpe sustentado em armas, internas e externas. Segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 334), embora a “preparação” golpista visasse maio, inclusive preventivamente, supondo a apropriação da data em favor de planos governistas, o golpe antecipa-se em decorrência da precipitação dos conspiradores em Minas Gerais, abordada adiante.

Sendo assim, o *Comício das reformas*, ocorrido na sexta-feira, 13 de março, à noite, na praça Cristiano Ottoni, em frente à estação ferroviária Dom Pedro II, ou Central do Brasil, e ao Ministério da Guerra, na cidade do Rio de Janeiro, contrariando expectativas de João Goulart e seus aliados, efetiva-se como ato público final da eletrizante corrida do presidente para implementar seu programa político com apoio das esquerdas, entidades sindicais e populares. Já nos estertores da crise político-institucional enfrentada por seu governo, em poucos dias, Jango viveria drama inaudito em sua trajetória. Deposto por um golpe militar, perseguido e ameaçado, sem condições de permanecer com segurança no país em que, legitimamente, há dois anos e meio, chegara à presidência, decide partir para o exílio. Como ele, Darcy Ribeiro, Waldir Pires, Leonel Brizola e inúmeros protagonistas políticos nacionais ver-se-iam, da noite para o dia, destituídos de seus direitos básicos e garantias fundamentais. Isto é, privados da condição de cidadãos, lançados de encontro ao imponderável de uma guerra desproporcional, imoral, ilegal e mortal. Convertidos em inimigos políticos de uma ditadura militar, pois, surge-lhes o caminho do exílio. Para muitos, sem volta.

Darcy Ribeiro (1997, p. 342-343, 348-349) associa ao *Comício das reformas* propósitos diversos. Com o ato público, lembra, João Goulart visa expressar “seus planos de reforma estrutural para a renovação do Brasil” contidos na *Mensagem*, antecipando “ao povo o que exigia do Congresso, em bons termos, no estilo Abgar”. Uma vez que “a mídia subornada não dava notícia ou deturpava” suas ações, o presidente falaria de seus planos diretamente às suas bases de apoio massivamente reunidas em território administrativo inimigo. Além de romper o filtro negativo sobreposto à sua gestão pela imprensa hegemônica, na oportunidade, Jango evidenciaria “a popularidade das reformas que promovia”, assim como, “seu prestígio popular”. Por este ponto de vista, o *Comício* constitui “um gesto

eloqüente”, necessário para impulsionar a marcha reformista e conferir ao presidente “consagração popular frente a avalanche de ataques que sofria”. Tratar-se-ia, portanto, de demonstração da força política do governo. A reunião serviria, ainda, para demarcar uma guinada político-estratégica de Jango com vistas à efetivação do plano reformista. Diante de milhares de espectadores atentos, o presidente confraternizar-se ia com as esquerdas e o povo. Todos, enfim, unidos em uma “Frente Única Popular” pelas reformas estruturais, exigindo o alinhamento do Congresso à vontade das ruas. O afetuoso abraço de Jango em Leonel Brizola ao recebê-lo em um palanque repleto de oradores esquerdistas parece-nos um indicativo explícito do fim da política de negociação e início de uma política de pressão. Neste clima, o *Comício das reformas* começa a “chamar o povo para os atos de massa que programava para o Dia do Trabalho”, pontua Darcy Ribeiro (1997, p. 343).

Isto posto, conforme Motta (2000, p. 262-263), o evento coloca-se como um “divisor de águas”. Destina-se, deliberadamente, a “marcar o começo de uma nova fase do governo”. Caracteriza-a, de um lado, “ofensiva pública” de João Goulart pela implementação das reformas de base, agora, abertamente aliado às esquerdas. De outro, movimento de “pressão” do presidente e apoiadores em resposta à ascendente oposição ao governo federal. Arregimentando a adesão pública de “grupos populares simpáticos à causa nacional-reformista”, Jango busca evidenciar sua força a setores contrários às “mudanças constitucionais” por ele pretendidas. Dessa maneira, visa finalmente convencer o Congresso a concretizar as reformas ainda em 1964. Nas palavras de José Gomes Talarico,<sup>425</sup> um dos organizadores do *Comício*, o evento “começará a mostrar o lado prático da união povo-govêrno na luta pela obtenção, custe o que custar, das Leis que possibilitem as reformas de base”.

Conforme abordamos no capítulo 4, em 23 de agosto de 1963, realizara-se grande comício na praça Marechal Floriano, Rio de Janeiro, com a presença de João Goulart. Dedicado à memória de Getúlio Vargas e defesa das reformas de base, o evento é denominado, em diversos registros, “Dia de Vargas”. Então, ao discursar, após uma série de oradores de esquerda, Jango assinala a urgência e imprescindibilidade das reformas, admoestando o Congresso a aprová-las em sintonia com o sentimento popular. Por fim, compromete-se a retornar àquela mesma celebração, em 1964, para mais uma vez se

---

<sup>425</sup> ÚLTIMA HORA. **Êxito do Comício Garantido: Agitação é só Boato**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 09 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97876>. Acesso: 19.09.2020.

confraternizar com o povo, desta feita, comemorando a efetivação das reformas. O evento da Cinelândia mantém-se alheio ao interesse da maioria dos analistas. No entanto, como vimos, trata-se de acontecimento político relevante. E, importa acrescentar, guarda muitas semelhanças com o *Comício das reformas*. Tal continuidade parece-nos elucidativa à compreensão dos passos políticos de Jango. Uma perspectiva comparativa abarcando os discursos de João Goulart no *Dia de Vargas*, *Dia da Pátria*, *Comício* e *Mensagem das reformas* revela permanências que nuançam a ideia de uma ruptura expressiva na estratégia política governista em março de 1964 quando, assinala-se, o presidente desiste de conciliar e opta por confrontar. Parece-nos que a primeira estratégia tem razoável sobrevida no bojo da crise final, arrefecendo a segunda que, portanto, seria mais discursiva do que prática. Jango não se mostra de fato disposto a romper com as regras estabelecidas (democracia), muito menos decidido ao confronto além dos limites da política institucional. Ele e, nem mesmo as esquerdas verbalmente radicais, preparam-se para o enfrentamento direto. Não obstante a complexidade do contexto, Jango aposta na mobilização popular-esquerdista como mecanismo pacífico e democrático. Ao contrário dos adversários, não se articula com setores armados e, mesmo diante da sublevação golpista, recusa-se a empregar, legitimamente, as forças militares que se mantém fiéis para reprimi-la. A resistência ao golpe é pontual e rapidamente derrotada.

À frente dos preparativos para o *Comício das reformas*, iniciados em janeiro, destacam-se os deputados estaduais da Guanabara José Gomes Talarico e Hércules Correia dos Reis, ambos petebistas, além de João Massena Melo (PST).<sup>426</sup> Aos dois primeiros, conforme apontamos, coubera também organizar o “Dia de Vargas”, realizado em agosto de 1963. Nos dois casos, atuam em estreita relação com o Planalto, de um lado, e com o movimento sindical, de outro. Convocações aos trabalhadores e ao povo para defenderem as reformas de base comparecendo ao *Comício das reformas* subscritas pelos organizadores em conjunto com representantes de diversas entidades, dentre elas, CGT, PUA, CPOS, CNTI, CONTAG, CTI, UNE e FPN indicam, sem sombra de dúvida, ampla corrente associativa compromissada com a arregimentação popular para o evento e seus desdobramentos. A preparação do ato transcorre, como se pode supor, sob clima de crescente radicalização política. Com a aproximação do dia 13, aumenta também a onda de rumores sobre atentados e

---

<sup>426</sup> Importa acrescentar que Hércules Correia dos Reis e João Massena Melo são, outrossim, pecebistas, sendo Reis um dirigente do PCB.

agitações. Na véspera, o burburinho atinge o paroxismo, incluindo ameaças contra a vida do orador principal, João Goulart (FERREIRA, 2011).<sup>427</sup>

A fim de esvaziar o *Comício das reformas*, cujo sucesso mostra-se de antemão garantido, denunciam os organizadores, antigovernistas travam verdadeira “guerra psicológica” de abrangência nacional. Apresentam a manifestação como “prenúncio da agitação popular contra o Congresso”, disseminando boatos sobre riscos de desordem e violência. Protagonizariam esse “movimento de terror”, além de Carlos Lacerda, parlamentares da UDN e alguns militares.<sup>428</sup> Acusando o presidente de prestigiar um “comício comunista” e utilizar as Forças Armadas para promover ilegalmente seu “poder pessoal”, de modo análogo à conduta administrativa assumida em relação ao *Dia de Vargas*, o governador da Guanabara atua para enfraquecer o *Comício das reformas*. Entre outras medidas, decreta ponto facultativo no dia 13, proíbe empresas de transporte coletivo de cederem condução a trabalhadores com destino ao evento, institui “barreiras” rodoviárias impedindo acesso de caravanas do interior à capital (FERREIRA, 2011, p. 215, 219). Isto é, outra vez, Carlos Lacerda atua deliberadamente para prejudicar mobilização organizada pelo governo federal na cidade do Rio de Janeiro. Os deputados Pedro Aleixo e Adauto Lúcio Cardoso, por seu turno, noticiam amplamente suposto dossiê a respeito da “simulação de um atentado ao Presidente da República”. A encenação, alertam, destinar-se-ia a “fazer recair a culpa na oposição”.<sup>429</sup>

A tensão é, evidentemente, enorme. Hércules Corrêa, João Massena e José Gomes Talarico finalizam os preparativos para a grande manifestação na tarde do dia 12. Por volta das 20 horas, anunciam que está tudo pronto, “restando apenas, em termos de organização,

<sup>427</sup> FGV. CPDOC. MENANDRO, Heloísa. **Comício das reformas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comicio-das-reformas>. Acesso: 20.10.2020.

<sup>428</sup> ÚLTIMA HORA. **Êxito do Comício Garantido: Agitação é só Boato**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 09 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97876>. Acesso: 19.09.2020. ÚLTIMA HORA. **Oposição na Faixa do Terror Contra o Comício**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020.

<sup>429</sup> ÚLTIMA HORA. **Oposição na Faixa do Terror Contra o Comício**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020. Observa-se que as esquerdas logo passam a abordar a decretação do ponto facultativo, suspensão das aulas e fechamento do comércio e repartições públicas no centro da cidade em lógica inversa às intenções que motivam a medida adotada por Carlos Lacerda. Isto é, prontamente, passam a assinalar o “feriado” favoreceria a concentração popular, liberando trabalhadores e estudantes de seus compromissos. Um bom exemplo é a charge “Jaguar e o feriado”, a qual se encontra na referência acima. Nela, Carlos Lacerda é retratado em diálogo com alguém que, a princípio, parece endossar a estratégia do governador para baldar o evento: “De fato. Agora os trabalhadores não poderão comparecer ao comício depois do expediente, às dezoito horas”. O governador reage com expressão maquiavélica de contentamento. Todavia, inesperadamente, conclui seu interlocutor: “Eles poderão ir muito mais cedo”. Logo, as feições do udenista transmudam-se em visível decepção e angústia.

aguardar o início do comício”. Espera-se aproximadamente 150 mil pessoas na praça da Central do Brasil. O início do evento está previsto para as 17:30, com “importante pronunciamento” de João Goulart às 19 horas. Em resposta aos rumores sobre a insegurança dos participantes, garantem os organizadores, um eficiente dispositivo militar atuará para proteger a todos, oradores e espectadores. Eventuais agitadores “serão rigorosamente reprimidos”. Não obstante, no meio da madrugada, o palanque onde logo discursariam lideranças políticas e sindicais, inclusive Jango, é alvo de tentativa de incêndio. A ação atribuída a militantes de extrema direita é prontamente reprimida, mas corrobora informações de que segmentos radicais recorreriam à violência para sabotar a manifestação. Desse modo, contribui para alimentar o estado de alerta. A Camde encarrega integrantes de, através de telefonemas, convencer o povo a desistir de comparecer à concentração. Bem como incentiva a vizinhança do palácio das Laranjeiras e imediações da Central do Brasil a acender velas nas janelas em sinal de luto ao presidente durante seu trajeto de ida e volta ao evento.<sup>430</sup> Evidenciam o acirramento dos ânimos direitistas contra o amplo movimento esquerdista-sindical coordenado por Jango em favor das reformas e o comício da Central do Brasil, ainda, manifestações contrárias das Mulheres pela Liberdade, em Recife, da Rede das Entidades Democráticas e dos Círculos Operários da Guanabara, do Comando Nacional das Classes Produtoras e outras entidades associativas (FERREIRA, 2011, p. 415).

O esquema preventivo – ou “DISPOSITIVO-MONSTRO de segurança montado pelas Fôrças Armadas” – entra em ação às 14 horas do dia 13, desde então, interditando as cercanias da praça Cristiano Ottoni para que “os trabalhadores possam, livremente, manifestar-se em favor das reformas de base”. A área é guarnecida por militares e aparato do Exército, Marinha e Aeronáutica. Às 15 horas, o local é ocupado por cerca de 2.500 soldados da Polícia do Exército.<sup>431</sup> A esta altura, o público presente somaria o dobro de pessoas, predominantemente, trabalhadores e estudantes. Não obstante seus cuidados sistemáticos com

---

<sup>430</sup> Todavia, o protesto das velas restringe-se a “apenas trinta apartamentos” da Praia do Flamengo onde reside Carlos Lacerda. JORNAL DO BRASIL. **Goulart Decreta a Desapropriação de Terras, Encampa Refinarias e Pede Nova Constituição**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50791](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50791). Acesso: 24.03.2020.

<sup>431</sup> ÚLTIMA HORA. **GOVERNO E POVO HOJE NAS RUAS PELAS REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020. FGV. CPDOC. MENANDRO, Heloísa. **Comício das reformas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comicio-das-reformas>. Acesso: 20.10.2020. ÚLTIMA HORA. **EXÉRCITO GARANTIRÁ O COMÍCIO DAS REFORMAS HOJE ÀS 17,30 NA CENTRAL**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98021>. Acesso: 24.10.2020.

a preparação do evento, notadamente quanto à segurança, os organizadores ainda seriam surpreendidos por um sério imprevisto. De acordo com Ferreira (2011, p. 417-418), aproximadamente às quatro da tarde, João Goulart informa a Clodsmidt Riani, deputado estadual por Minas Gerais e ex-presidente do CGT, que, segundo fontes militares seguras, um tiro seria disparado contra ele do prédio da Central do Brasil. Portanto, não compareceria ao evento. Alarmado com o imprevisto, pelo rádio de um dos tanques posicionados no local do comício, Hércules Corrêa comunica-se com Jango, que confirma sua desistência por falta de segurança. Disposto a reverter a situação, o deputado, um dos organizadores da manifestação, diz ao presidente que designaria um companheiro de militância para permanecer ao seu lado “cobrindo o ângulo do prédio da Central”, bem como, seriam tomadas outras providências complementares para protegê-lo. Jango cede aos apelos insistentes de Hércules Corrêa que, assim, incumbe Oswaldo Pacheco daquela “tarefa de honra”.

Pretende-se, desde o início dos preparativos, que o comício de 13 de março ultrapasse os limites da retórica reformista. Dar-se-iam, pois, no transcorrer do ato público, passos concretos rumo a efetivação das reformas estruturais. Desse modo, a programação do evento inclui a assinatura de decretos presidenciais relativos à reforma agrária, encampação de refinarias particulares, implementação imediata da remessa de lucros e congelamento de aluguéis. Estas medidas seriam assinadas por João Goulart entre a véspera e o dia seguinte à manifestação, na qual as apresentaria ao realizar seu pronunciamento. Dada a primazia conferida à reestruturação fundiária no projeto político do governo Jango, o decreto de maior destaque é o da SUPRA.<sup>432</sup> *Grosso modo*, ele autoriza, para fins de reforma agrária, a desapropriação de propriedades improdutivas, com área superior a cem hectares, situadas numa faixa de dez quilômetros às margens de rodovias ou ferrovias federais. Assim como, aquelas com mais de 30 hectares, localizadas em áreas de bacias de irrigação dos açudes públicos federais. A medida implica, inclusive, a cessão ao domínio público de fazendas do próprio Jango, por ele prontamente solicitada a João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA. Isto, por certo, reforçaria sua determinação e condição moral em defesa da reforma agrária, que há tempos sustenta. Assim, a legislação da SUPRA é proposta como marco inicial à efetivação da reforma agrária no país (FERREIRA, 2011).

---

<sup>432</sup> ÚLTIMA HORA. **Jango Dedicará o Comício à SUPRA**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020.

Darcy Ribeiro (1997, p. 348-349) teria desaconselhado as medidas presidenciais vinculadas ao *Comício*, atribuindo-as a iniciativa pessoal de João Goulart. A respeito, recorda o professor:

Não fui consultado, mas meramente informado dos atos que [Jango] assinaria ali e que eu desaconselhava, dizendo: ‘Decreto não anula Constituição’.

(...) Tudo muito desejável, mas inviável por esse caminho. Não era a reforma agrária que dois dias depois proporíamos ao Congresso através da mensagem presidencial. Era apenas um gesto eloqüente de que necessitávamos para pôr em marcha o motor das reformas estruturais.

Editorial do *Jornal do Brasil*, disponível na manhã de 13 de março, indica-nos como as medidas reformistas defendidas por João Goulart e, notadamente, sua estratégia política final para viabilizá-las, são percebidas pela oposição no exato momento do *Comício das reformas*.<sup>433</sup> Permite-nos, ainda, entrever tendências antigovernistas que, a partir de então, radicalizam-se e espraiam-se socialmente. Em sua primeira linha, o texto define o ato público como provável “comêço de nôvo período de agitações comandadas pelo Presidente da República”. A partir dali, especula-se, Jango adotaria conduta explicitamente autoritária, trocando a “agitação plebiscitária”, direcionada ao “continuísmo” ou à “ditadura consentida”, pelo “bonapartismo” de “bombacha e chimarrão”. No entanto, o presidente não mais surpreenderia o Brasil. O país “já desconfia” do que ele é capaz com sua “ambição” – referência ao “Dia de Vargas”, em agosto passado. Sabe-se que a “influência do comunismo e do brizolismo” vem crescendo com sua “complacência”. Prossegue o periódico, sua “pregação” visando forçar o legislativo a aprovar “reformas constitucionais” de interesse do executivo seria ilegal. Primeiro, porque retificar a Constituição “é assunto de exclusividade total do Congresso”. Segundo, porque o presidente comanda as Forças Armadas, detém poder militar.

Para o *Jornal do Brasil*, isto macularia a estratégia política assumida por João Goulart à luz da “democracia representativa que vige entre nós”. Legalmente, cabe às Forças Armadas amparar os “podêres constituídos”. Logo, o presumível uso do poder militar como instrumento de “pressão política de um poder sôbre outro” tornaria a conduta do chefe do executivo inadmissível. Semelhante comportamento seria aceitável apenas em regimes

<sup>433</sup> JORNAL DO BRASIL. **Em Tempo**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50766](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50766). Acesso: 04.10.2020.

“bonapartistas” e/ou “ditaduras chamadas de democracias populares”, em que o aparato bélico estatal serve à manipulação totalitária da “pseudovontade popular”. Em vez de “tentar o comando das ruas”, assinala o editorial, Jango deveria investir na “linha de compromisso”, no “diálogo” entre os poderes, buscando o “comando político e democrático do Congresso”. Desse modo, o comício consistiria na “última oportunidade” para o presidente reverter a crise democraticamente, de acordo com a Constituição. Portanto, o periódico declara-se, *a priori*, contrário a “qualquer forma plebiscitária ou de pressão ilegítima sobre o Congresso” a que o mandatário venha a recorrer para “obter reformas constitucionais”, recomendando aos brasileiros que façam o mesmo.<sup>434</sup>

Posição inversa é a de *Última Hora* que, claramente, mais uma vez assume explicitamente o lado do governo federal na campanha pelas reformas de base, conferindo-lhe ampla publicidade e contestando sistematicamente as queixas da oposição. Quanto ao comício da Central, o diário de Samuel Wainer repercute em detalhes organização e *script*. Nos dias imediatos ao evento, divulga conclamações de diversas entidades sindicais endereçadas a seus filiados e ao povo em geral para que compareçam à manifestação. O periódico chega a publicar, em perfeita harmonia com o discurso governista em defesa das reformas estruturais, esta convocação para o ato:

VOCÊ DEVE ESTAR PRESENTE AO COMÍCIO DAS REFORMAS

Dia 13, às 17:30 horas

Estação Pedro II, Central do Brasil

Você também está convocado a participar desta jornada cívica em favor da concretização imediata das REFORMAS que o Brasil reclama! E, como ponto de partida, vamos realizar a REFORMA AGRÁRIA para dar ao Brasil mais proprietários de terras produtivas para ampliar o mercado consumidor, para criar mais empregos na indústria e acelerar o progresso econômico do país!

POR VOCÊ E PELO BRASIL

Compareça dia 13, às 17:30

GRANDE COMÍCIO DAS REFORMAS

COM JANGO

FALANDO AO POVO! (FERREIRA, 2011, p. 414).

Na antevéspera do *Comício das reformas*, João Goulart discursa no arsenal da Marinha para seis mil expectadores,<sup>435</sup> fornecendo-nos uma ideia do que estaria por vir na

<sup>434</sup> JORNAL DO BRASIL. **Em Tempo**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50766](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50766). Acesso: 04.10.2020.

<sup>435</sup> ÚLTIMA HORA. **João Goulart: - Comício Não Ameça o Povo; A Fome, Sim**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 12 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97990>. Acesso: 19.09.2020.

noite de sexta-feira 13. Os brasileiros, diz, “não devem preocupar-se” com a “reação” daqueles que “insistem em mistificar e até mesmo em aterrorizar o povo” em razão de uma “manifestação popular”. O “encontro do povo com o seu Presidente” para que apresente, “legitimamente”, suas demandas úteis ao desenvolvimento do país, “a voz do povo nas ruas”, é “democracia”. Jamais um risco a ela, como pregam adversários. Ameaçam-na, sim, seus opositores, que pretendem “estrangular a palavra do povo, quando o povo quer falar e dizer o que pensa e o que sente de sua Pátria e de suas dificuldades”. Também ameaçam a democracia impedindo a reformulação de “velhas estruturas” econômico-sociais incompatíveis com o “desenvolvimento nacional” através das reformas de base, acrescenta Jango. Desse modo, impedem a erradicação de outra ameaça à democracia, que “é a fome, é a miséria, é a doença dos que não têm recursos para enfrentá-la”. Ao contrário do que deseja a “reação”, preocupada apenas com “interesses de grupos privilegiados”, conclui: “A democracia que nós queremos e que haveremos de conquistar é a democracia para o povo, democracia que seja um instrumento a favor do povo, em suas lutas e em suas reivindicações”.

Ao rememorar o comício da Central do Brasil, registra Darcy Ribeiro (1997, p. 348-349):

A 13 de março tivemos o grande Comício das Reformas, na praça principal do Rio, defronte da estação rodoviária e do Ministério da Guerra. O povo, mobilizado através de tudo que um governo pode jogar numa promoção, superava os 300 mil. Alegre e embandeirado, ouviu os grandes líderes populares – Jango, Brizola, o deputado mais votado do Rio de Janeiro, Arraes, governador de Pernambuco, Seixas Dória, governador de Sergipe, o presidente da UNE – além de muitos outros. Todos, afinal, unidos na Frente Única Popular de apoio às reformas exigidas por Jango.<sup>436</sup>

O total empenho do governo federal assinalado por Darcy Ribeiro, vale reiterar, somado ao engajamento de políticos aliados e amplo apoio da liderança sindical, notadamente comunista (MOTTA, 2000), resulta em uma das mais expressivas mobilizações político-populares de nossa história política republicana. Ou, nas palavras do então ministro-chefe do Gabinete Civil, “o mais amplo e profundo movimento reformista da história brasileira”, do qual participam “quase todas as esquerdas não radicais e toda a intelectualidade brasileira”

---

<sup>436</sup> Não há consenso acerca da quantidade de pessoas presentes no *Comício das reformas*. Os cálculos mais generosos apontam em torno de 300 mil. Durante seu pronunciamento, João Goulart fala em 150 ou 200 mil, números mais recorrentes na bibliografia. Algumas fontes oposicionistas estimam aproximadamente 100 mil.

(RIBEIRO, 1997, p. 293). Deriva, pois, ainda conforme o antropólogo, de acordo com a citação acima, uma “Frente Única Popular” em defesa das reformas de base. Representam-na, no palanque presidencial, além da comitiva do governo composta por Darcy Ribeiro, pelo general Argemiro Assis Brasil, ministro-chefe do Gabinete Militar, pelos três ministros militares – general Jair Dantas Ribeiro (Guerra), almirante Sílvio Mota (Marinha) e o brigadeiro Anísio Botelho (Aeronáutica) –, Abelardo Jurema, ministro da Justiça e outros ministros, os referidos governadores de Pernambuco e Sergipe e Badger da Silveira, governador do estado do Rio de Janeiro, vários deputados federais – com destaque a Leonel Brizola – e estaduais, líderes sindicais e estudantis. Este grupo disputa o espaço à volta do púlpito destinado aos oradores. Aqueles que fazem uso dos microfones, veem-se levemente projetados acima e à frente dos demais e em condições de estabelecer contato direto com as pessoas que formam as primeiras fileiras de espectadores. Por certo, a todos impressiona a imensa e entusiástica multidão de trabalhadores urbanos e rurais, servidores públicos, sargentos, soldados, estudantes, dentre outros segmentos populares, envolvendo completamente o palanque.

Sobre a massiva plateia, além de archotes empunhados por trabalhadores da Petrobras, agitam-se milhares de bandeiras, cartazes e faixas. Em letras garrafais, expressam reivindicações, palavras de ordem, mensagens de apoio às reformas e ao presidente, bem como, críticas a seus adversários: “REFORMA AGRÁRIA JÁ!”, “A REFORMA É A SOLUÇÃO PARA O DESEMPREGO”, “PARA SALVAR, SÓ REFORMAR”, “FORA COM OS TUBARÕES”, “CADEIA PARA OS TUBARÕES”, “ENCAMPAÇÃO DAS REFINARIAS”, “VOTO PARA OS SOLDADOS, CABOS E SARGENTOS”, “O POVO DE QUEM FUI ESCRAVO NÃO SERÁ MAIS ESCRAVO DE NINGUÉM”, “BRIZOLA 65”, “JANGO, PREPARE A CANETA PARA ASSINAR O ATESTADO DE ÓBITO DO LACERDA”, “SOLIDARIEDADE A CUBA”, “LEGALIDADE PARA O PCB”, etc. Alguns cartazes estampam figuras, símbolos e personagens políticos. Um exemplo digno de nota é o gorila. Há registros do emblemático animal estilizado com elementos alusivos ao governador da Guanabara. Inclusive, observa-se o gorila com uma corda no pescoço, de óculos e feições faciais que o associam ao udenista juntamente à legenda: “ESTE É O DESTINO DOS GORILAS”. A figura de Carlos Lacerda também aparece seguida da frase: “SEXTA-FEIRA 13 NÃO É DE AGOSTO” (FERREIRA, 2011, p. 420, 422, 423). A “foice e martelo” não

ficam de fora (MOTTA, 2000, p. 263), muitas vezes ilustrando *slogans* a favor da legalização do Partido Comunista ostentados por trabalhadores sindicalizados de diversos segmentos. Os rostos de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola também são recorrentes, em especial, o do “presidente-mártir”.<sup>437</sup>

Diversos oradores sobem ao palanque do, segundo *Última Hora*, “comício-monstro” da Central do Brasil.<sup>438</sup> Diante da “multidão iluminada” por tochas dos operários da Petrobras, discursam contundentemente em defesa das reformas de base, medidas nacionalistas e liberdades democráticas. Igualmente categóricos, criticam os antirreformistas e entraves constitucionais às reformulações estruturais defendidas pelo governo com apoio das esquerdas. Aplausos, palavras de ordem, palmas e estampidos de foguetes entrecortam as alocações, preenchendo as pausas dos oradores e os intervalos entre eles. Os mais aplaudidos são Leonel Brizola, Miguel Arraes, Seixas Dória e, sobretudo, João Goulart, orador principal

---

<sup>437</sup> Encontra-se facilmente na *internet*, ao alcance de uma rápida busca, expressiva quantidade de fotos do *Comício das reformas* e algumas filmagens. Através delas, é possível identificar a presença de vários setores do operariado (rodoviários, ferroviários, metalúrgicos, portuários, trabalhadores da construção civil, camponeses, dentre outros) e suas diversas localidades de origem. Também é possível observar mais exemplos de cartazes e faixas empunhados por eles: “VIVA O CGT”, “O POVO EXIGE REFORMAS!”, “JANGO!... DEFENDEREMOS SUAS REFORMAS A BALA. METALÚRGICOS”, “OS TRABALHADORES QUEREM ARMAS PARA DEFENDER O GOVERNO”, “VIVA A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR. VIVA A SUPRA”, “JANGO! PEDIMOS CADEIA PARA OS EXPLORADORES DO POVO”, “ESTÁ NA HORA DO MONOPÓLIO INTEGRAL. TUDO DE PETRÓLEO PARA A PETROBRÁS”, “OS MARÍTIMOS APLAUDEM AS REFORMAS DE BASE”, “LEOPOLDINA EXIGE ANISTIA PARA OS SARGENTOS”, etc. Os jornais que cobrem o evento também trazem rico material fotográfico: **ÚLTIMA HORA. Presidente Goulart: – A Constituição Deve Ser Revisada. FOI O MAIOR COMÍCIO DA HISTÓRIA DO BRASIL. O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98053>. Acesso: 24.03.2020; **JORNAL DO BRASIL. Goulart Decreta a Desapropriação de Terras, Encampa Refinarias e Pede Nova Constituição**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50791](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50791). Acesso: 24.03.2020; **JORNAL DO BRASIL. CORDÃO DE METRALHADORAS, Fôrça bélica impõe sorte ao dia treze e HORA DAS EXIGÊNCIAS**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50806](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50806). Acesso: 24.03.2020.

<sup>438</sup> A relação completa dos oradores do *Comício das reformas* é a seguinte: José Lélis da Costa, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e da CPOS, primeiro a discursar, às dezoito horas; Olímpio Melo, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários; José Serra, presidente da UNE; Elói Dutra, vice-governador da Guanabara; Sérgio Magalhães, presidente da FPN; Miguel Arraes, governador de Pernambuco; Seixas Dória, governador de Sergipe; Badger de Oliveira, governador do Rio de Janeiro; deputado Leonel Brizola; deputado Hélio Ramos; deputado Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara; senador Artur Virgílio, líder do PTB no Senado; Lindolfo Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e representante do CGT; João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA; e João Goulart, cujo pronunciamento encerra o ato público. **ÚLTIMA HORA. GOVERNO E POVO HOJE NAS RUAS PELAS REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020; **JORNAL DO BRASIL. Cronômetro do Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50795](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795). Acesso: 24.03.2020.

do evento.<sup>439</sup> Seixas Dória afirma que a primeira reforma efetivada será a agrária, comprometendo-se a assinar decreto análogo ao da SUPRA a fim de desapropriar terras contíguas às rodovias e outras obras públicas estaduais de Sergipe. Após demandar a Jango correções à histórica disparidade que caracteriza o “desenvolvimento econômico do País”, resultando uma “pátria poderosa dos ricos do Centro-Sul” e um “Norte-Nordeste esquecido”, assinala sua confiança no general Osvaldo Aranha, presidente da Petrobras, quanto à imediata nacionalização da distribuição do petróleo no país e conclui: as reformas “virão com o apoio do Congresso, sem o apoio do Congresso e até mesmo contra o Congresso”. Miguel Arraes, por sua vez, apoia os decretos da SUPRA e encampação de refinarias particulares, em sua opinião, “atos concretos” do presidente em favor das reformas de base. A seguir, lembra a importância democrática da participação e reivindicações populares, imprescindíveis nos momentos mais relevantes da Pátria, como o suicídio de Getúlio Vargas e a renúncia de Jânio Quadros. Nessas ocasiões, avalia, o povo fora às ruas defender suas “liberdades” contra intenções golpistas de uma “minoria fascista”. Desse modo, a multidão apinhada naquele comício constituiria importante prova do avanço democrático brasileiro. Comprovaria, ainda, a necessidade de composição de um governo baseado na “unidade das forças de vanguarda do país” sintonizadas com os “sentimentos do povo” e contrárias aos “privilégios”. Portanto, capaz de conduzir o Brasil à “independência, arrastando os trustes que tentam nos esmagar”. Concluindo, sentencia: “Ninguém se iluda. Esse país nunca mais será governado sem o povo. Só o povo pode garantir a emancipação econômica. (...) Exigimos um governo cada vez mais unido ao povo”.

Com o comício já em andamento, no palácio das Laranjeiras, em companhia de Abelardo Jurema, Raul Ryff, Darcy Ribeiro e outros auxiliares, João Goulart assina o decreto da SUPRA, dando início às desapropriações fundiárias com vistas à reforma agrária. Por telefone, o ato é imediatamente comunicado ao cerimonial do evento. Sérgio Magalhães, representante da FPN, prepara-se para iniciar o terceiro discurso, por volta das 18:20, quando o público recebe a notícia, irrompendo “em aplausos demorados”. Aproximadamente as

---

<sup>439</sup> A reconstituição dos discursos a seguir baseia-se em: ÚLTIMA HORA. **JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98056>. Acesso: 21.03.2020; JORNAL DO BRASIL. **Goulart assina em horas o decreto dos aluguéis**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020; ÚLTIMA HORA. **Povo, Tanques, Jango e Democracia**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/98076>. Acesso: 22.09.2020.

quinze para as oito, ouvem-se sirenes do carro presidencial que, enfim, chega ao comício. Saudações populares e movimentações militares voltadas à segurança pessoal de Jango e seu acesso ao palanque, juntamente com os ministros da Justiça e Gabinete Civil que o acompanham, interrompem o discurso de Doutel de Andrade. Ao retomar a palavra, o líder petebista na Câmara conclama a todos que “cerrem fileiras” junto ao presidente, “líder” da “luta reformista”, para que esta relevante batalha seja “vitoriosa”.<sup>440</sup>

Pouco depois, Leonel Brizola e João Goulart encontram-se no palanque. Sorridentes, trocam abraços e conversam “um no ouvido do outro”. Demonstração de “extrema afetividade” que a muitos surpreende e/ou inquieta, dado o histórico de divergências entre eles e receios de que se aliassem com fins subversivos. Representando a FMP, o deputado falaria por quase 20 minutos (FERREIRA, 2011, p. 422), projetando-se como um dos oradores mais “radicais” do *Comício das reformas* (MOTTA, 2000, p. 263). Nota-se ainda que, não obstante, apenas o presidente o superaria em aplausos. Na tribuna, Leonel Brizola denuncia que as “liberdades” do povo “estão sendo ameaçadas e garroteadas”. No âmbito dos poderes estaduais, pela gestão antidemocrática e antipopular de governadores como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Mas, especialmente, da “Guanabara, governada por um energúmeno”, que só não impedira aquela reunião pública devido “a ajuda das Fôrças Armadas”. Na esfera política federal, igualmente estrangularia a soberania popular o controle do Congresso por “uma minoria de reacionários” que “não dará mais nada ao povo brasileiro”.<sup>441</sup> Tal situação agrava-se, critica ainda o deputado, em decorrência da “perplexidade” da presidência diante dos problemas nacionais.<sup>442</sup>

Para Leonel Brizola há, pois, um “impasse pernicioso” na política brasileira, o qual se faz necessário “romper”. A sociedade exige reformas, entretanto, as instituições

<sup>440</sup> JORNAL DO BRASIL. **Cronômetro do Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50795](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795). Acesso: 24.03.2020; ÚLTIMA HORA. **JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98056>. Acesso: 21.03.2020; ÚLTIMA HORA. **“COMÍCIO DAS REFORMAS” LEVA À CENTRAL MILHARES DE PESSOAS. Jango Encampa Refinarias e Desapropria Latifúndios**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98054>. Acesso: 20.03.2020.

<sup>441</sup> É possível traçar um paralelo entre o impasse contestado por Leonel Brizola e a dissociação instituições representativas-sociedade já criticada por João Goulart em momentos anteriores. Suas ponderações também nos parecem compatíveis às avaliações de Darcy Ribeiro frente a divisão do país em uma minoria antirreformista e uma maioria favorável ao programa de reformas defendido pelo governo federal.

<sup>442</sup> JORNAL DO BRASIL. **Brizola: Constituinte**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

representativas vigentes não se mostram dispostas e/ou aptas a realizá-las. Desse modo, propõe, a solução seria a imediata convocação de uma assembleia constituinte, composta de operários, camponeses e militares nacionalistas, “autênticos homens públicos” aos quais caberia “eliminar as velhas raposas do Poder Legislativo”. Se acham que “minha proposta é ilegal”, desafia, realizem “um plebiscito”, transferindo a “decisão” ao “povo brasileiro, que é a fonte de todo o poder”. Vê-lo-iam posicionar-se “em massa pela derrubada do atual Congresso e pela convocação da Assembléia Constituinte”, prevê.<sup>443</sup> A propósito, solicita aos presentes em acordo com sua proposta que levantem os braços. A multidão une-se afirmativamente a ele que, erguendo as mãos junto com o público, revela portar um revólver na cintura (FERREIRA, 2011, p. 423).

Prosseguindo, Leonel Brizola afirma seu compromisso com um país “reestruturado”, “reformado” e “livre da espoliação internacional, como rezava a Carta de Getúlio Vargas”. Em conformidade, aconselha João Goulart a “dar um fim no período de conciliação”, “formar um Governo popular e nacionalista”, de fato identificado à “vontade do povo” e capaz de atender suas “aspirações”. Ao que parece, busca isentar Jango de críticas sobre intenções continuístas, prevendo o recrudescimento da reação face às propostas então colocadas, inclusive, de plebiscito-constituinte. Assim, diz-se certo de que o presidente até abriria mão de seu mandato “se fôssem realizadas eleições realmente democráticas, amanhã mesmo, com o voto dos analfabetos, sem a influência do poder econômico e da imprensa alienada”. Encaminhando-se ao encerramento, o deputado congratula-se com Jango por dialogar com os trabalhadores em praça pública, pelos decretos da SUPRA e refinarias de petróleo.<sup>444</sup> Ao despedir-se, assinala: “O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com violência. O nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. Quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer” (FERREIRA, 2011, p. 423).

Enquanto Leonel Brizola discursa, João Goulart permanece junto à escada de acesso à tribuna, acompanhado de sua esposa, Maria Thereza. Ao redor do casal, encontram-se Darcy Ribeiro, Abelardo Jurema, os ministros militares e líderes do CGT. Quando Elói Dutra assume a palavra, o presidente é abordado por um repórter que indaga sua opinião sobre o pronunciamento do cunhado. “Calmo, fumando um Marlboro”, Jango diz que, devido ao

<sup>443</sup> JORNAL DO BRASIL. **Brizola: Constituinte**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

<sup>444</sup> JORNAL DO BRASIL. **Brizola: Constituinte**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

“barulho”, não o ouvira bem, mas considera que seu discurso: “Foi bom, como todo discurso de mobilização do povo para a luta pelas reformas”. O repórter também o questiona sobre comentários segundo os quais, por ser fazendeiro, ele não se interessaria de fato pela reforma agrária. Justamente por ser fazendeiro e conhecer o problema, desejo-a, responde Jango. “Fala-se nisto de maneira falsa”. O entrevistador ainda pergunta a respeito dos propósitos continuístas a ele atribuídos. “Sério”, diz o presidente: “Eu passo, você também passa. A única coisa que continua é o povo e o Brasil. Os políticos passam e os homens também”. Além de interpelações de jornalistas, antes de subir ao palanque, Jango receberia 20 pedidos de emprego.<sup>445</sup>

Darcy Ribeiro, por sua vez, simultaneamente, acompanha os discursos, aplaude os oradores, conversa com amigos e jornalistas. Estes, além de comentários do ministro-chefe do Gabinete Civil a favor da “Instrução 263”, registram que, segundo ele, em 48 horas Jango enviará mensagem ao Congresso solicitando “tôdas as reformas” aos parlamentares, “pois já não é mais possível negá-las”. Como vimos, o presidente fará este anúncio em seu pronunciamento. Naquele momento, em São Paulo, na escadaria da Catedral da praça da Sé, onde o *Comício das reformas* é retransmitido em volume máximo por um alto-falante, um grupo de senhoras reza o terço. Rogam a Deus que proteja o Brasil “contra a ameaça comunista”, com a participação da esposa do governador da Bahia.<sup>446</sup>

Após Leonel Brizola, falam Elói Dutra e Badger Silveira. Também evocam a memória de Getúlio Vargas, ressaltando as reformas de base como elemento de continuidade do projeto político legado pelo presidente morto em 1954. Por seu turno, assinalam João Goulart como representante do líder referencial do trabalhismo. Enquanto o atual presidente, próximo à escada da tribuna, conversa e aguarda sua vez de assumir a palavra, Elói Dutra declara que “as fôrças populares já estão vitoriosas”. No entanto, para derrotar de vez os “fariseus da reação” e os “entreguistas”, deveriam cerrar fileiras junto a Jango, “que acaba de

---

<sup>445</sup> JORNAL DO BRASIL. **Cronômetro do Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50795](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795). Acesso: 24.03.2020; JORNAL DO BRASIL. **Goulart Decreta a Desapropriação de Terras, Encampa Refinarias e Pede Nova Constituição**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50791](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50791). Acesso: 24.03.2020.

<sup>446</sup> JORNAL DO BRASIL. **Cronômetro do Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50795](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795). Acesso: 24.03.2020; JORNAL DO BRASIL. **Goulart Decreta a Desapropriação de Terras, Encampa Refinarias e Pede Nova Constituição**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50791](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50791). Acesso: 24.03.2020.

concretizar as reformas” e “amanhã poderá olhar para os olhos do seu filho, dizendo: ‘Não traí a minha Pátria. Não traí a carta de Vargas’”.<sup>447</sup> Assumindo a palavra, Badger Silveira destaca que a “bandeira das reformas”, outrora empunhada por Getúlio Vargas, agora se encontra nas mãos de Jango, das quais ninguém as arrebatará. Afinal, as reformas destinar-se-iam a eliminar as “injustiças sociais” e impedir a “fome” de continuar a “bater à porta de milhões”, sendo sua imediata implementação reconhecido desejo dos brasileiros.<sup>448</sup> A Lindolfo Silva, representado a CONTAG e o CGT, cabe realizar o penúltimo discurso. Propondo-se a minuciosa abordagem das reformas, o líder camponês profere a segunda fala mais demorada da noite. Apenas o presidente ocuparia os microfones por mais tempo. “Jango! Jango!...”, grita a multidão, ansiosa pela presença do orador principal na tribuna, interrompendo Lindolfo Silva algumas vezes.<sup>449</sup>

Às 20:45, holofotes do Exército iluminam o palanque e, como medida de segurança, todas as janelas do prédio da Central do Brasil. Sob intensas palmas, enfim, João Goulart inicia seu esperado pronunciamento: “Brasileiros! Valoroso povo do Estado da Guanabara!” À sua direita, está Maria Thereza Goulart. Do lado oposto, Oswaldo Pacheco, de “rosto cerrado”, desempenhando a difícil missão de escudo humano.<sup>450</sup> Darcy Ribeiro posiciona-se logo atrás do presidente. De acordo com sua assessoria de imprensa, Jango discursa de improviso para melhor dialogar com seus predecessores no púlpito.<sup>451</sup> Após agradecer às organizações sindicais e ao povo, dispara contra seus adversários. Ecoando pronunciamento proferido na véspera, no Arsenal da Marinha, responsabiliza-os por uma “campanha de terror ideológico” destinada a sabotar aquele “memorável encontro entre o

<sup>447</sup> JORNAL DO BRASIL. **Elói promete banimento**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

<sup>448</sup> JORNAL DO BRASIL. **Discurso de Badger**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

<sup>449</sup> JORNAL DO BRASIL. **Cronômetro do Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50795](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795). Acesso: 24.03.2020.

<sup>450</sup> O *Jornal do Brasil* refere-se a Oswaldo Pacheco como “um verdadeiro anjo da guarda” do presidente na tribuna. Todavia, por permanecer ao lado de João Goulart durante toda a sua fala “dando pequenos lembretes”. “Lembra ao povo para fiscalizar o decreto do tabelamento dos aluguéis”, diz o sindicalista ao presidente em determinado momento, quando sua voz chega “a sair no rádio”. Jango, imediatamente, retorna ao tema dos aluguéis. JORNAL DO BRASIL. **Cronômetro do Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50795](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795). Acesso: 24.03.2020. A matéria não se refere ao papel de Oswaldo Pacheco, apontado por Ferreira (2011), em relação à segurança do presidente.

<sup>451</sup> ÚLTIMA HORA. **Jango Dedicará o Comício à SUPRA**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020.

povo e o seu Presidente”. Para a “reação”, protesta, tal “festa cívica” atentaria contra a democracia:

Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. (...) A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos que eles servem ou representam. (...) é a democracia dos privilégios, é a democracia da intolerância, é a democracia do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que luta contra os governos populares, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício.<sup>452</sup>

Ainda a incentivar o engajamento político popular democrático em defesa das reformas estruturais, acrescenta João Goulart que, ao contrário do que pregam seus rivais, “a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo”. Ameaçam-na sim, replica, aqueles que se prestam a “estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares” e “calar as suas reivindicações”. Portanto, segundo Jango: “Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro”.<sup>453</sup> Carlos Lacerda e correligionários bem poderiam vestir tal carapuça. Entretanto, importa mesmo assinalar que, apesar de evidentes continuidades com os discursos presidenciais abordados anteriormente – “Dia de Vargas”, “Dia da Pátria”, Arsenal da Marinha –,<sup>454</sup> em 13 de março, parece-nos, Jango externa suas concepções democrático-reformistas e confronta opositores com inaudita clareza e contundência. Com todas as letras, denuncia a incompatibilidade dos seus adversários com o regime democrático, apresentando

<sup>452</sup> Nossa abordagem do discurso de João Goulart no “Comício das reformas”, em 13 de março de 1964, baseia-se nas transcrições encontradas em: **ÚLTIMA HORA. JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98056>. Acesso: 21.03.2020; **JORNAL DO BRASIL. Goulart assina em horas o decreto dos alugueis**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020; MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82. Recorremos ao cotejamento entre elas para dirimir eventuais discrepâncias que, todavia, revelam-se pontuais.

<sup>453</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

<sup>454</sup> Em todas essas ocasiões e também no *Comício das reformas*, João Goulart situa as reformas como sua máxima prioridade administrativa, relaciona-as a Getúlio Vargas, ressalta a importância do programa reformista como medida de justiça social, à dinamização e sustentabilidade da ordem vigente, sublinhando, como inerentes à democracia, intervenções públicas reivindicatórias do povo em diálogo com seus representantes.

como evidência a já muitas vezes apontada demofobia destes. Democráticas são as perspectivas e práticas de seu governo, de modo algum, as da oposição, esclarece Jango:

Estariamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, desta Nação e desses reclamos que, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria.<sup>455</sup>

Nestas passagens, o vínculo condicional recorrentemente estabelecido na narrativa governista entre reformas de base e democracia evidencia-se através de nova apropriação ou ênfase. Antes justificadas, sobremodo, como medidas de prevenção a uma iminente convulsão social e conseguinte colapso democrático, agora, as reformas são explicitamente citadas como evidência da natureza democrática do governo vigente.<sup>456</sup> Realizar as reformas é atender a vontade majoritária e soberana do povo brasileiro: democracia. Recusá-las, contrariar o desejo coletivo preponderante: autoritarismo. Além de perigoso, posto que sujeitaria o país à ruína social iminente. Mantém-se em perspectiva a decrepitude de certos aspectos das estruturas econômico-sociais e institucionais brasileiras, demandando-se apoio do Congresso para atualizá-las, com prioridade à reforma agrária. A novidade consiste em condicionar a democracia ao programa reformista, defendendo-o abertamente como prova do compromisso democrático do governo. Com isso, renova-se também o contraponto a supostas intenções golpistas imputadas ao governo.

Ainda mais diretamente, entretanto, interessa-nos destacar no excerto supracitado a representação da reforma agrária como “complemento da abolição” ou “carta de alforria do camponês abandonado”. Neste sentido, de acordo com João Goulart, expressiva parcela da sociedade brasileira, constituída por trabalhadores rurais despossuídos, permanece em condição análoga à escravidão, pois, não obstante o fim legal do escravismo em 1888,

---

<sup>455</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.*: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

<sup>456</sup> Há tempos, como já nos parece suficientemente evidenciado através do percurso analítico trilhado até aqui, governistas advertem, com frequência, que o país encontra-se frente ao dilema “reformas ou revolução”. Isto é, defendem, conforme reitera João Goulart adiante em seu discurso no *Comício das reformas*, que “só conquistaremos a paz através da justiça social” pelo “caminho das reformas”, destinadas a “solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos”. MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.*: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

mantivera-se subjugada à “miséria” e a mais vil exploração. Redimi-los deste “cativeiro”, defende Jango, pressupõe uma reforma agrária capaz de elevar suas condições de vida e garantir-lhes efetiva liberdade por meio da posse legal da terra. O decreto da SUPRA, embora não seja ainda o programa de reforma agrária propugnado pelo governo, avalia o presidente, “é o primeiro passo” para a “reformulação do nosso panorama rural empobrecido” e conseguinte emancipação do campesinato. Isto é, “uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro”.<sup>457</sup>

Esses novos raciocínios – a defesa das reformas estruturais enquanto evidência do compromisso democrático do governo e a representação da reforma agrária como abolição-alforria da terra e/ou trabalhadores rurais pobres – agregam-se ao esforço final empreendido por João Goulart para legitimar o programa administrativo que assumira, prioritariamente, desde de meados de 1963. Instiga-nos, em especial, o segundo. Isto é, a concepção da reforma agrária como abolição atual, apoiada na ideia de que o “cativeiro” do camponês somente se extinguiria, de fato, mediante redistribuição da terra. Ela nos remete a “projeto de dinamização da estrutura agrária brasileira” de autoria de Darcy Ribeiro.<sup>458</sup> O texto, dedicado à “alforriar a terra”, segundo o antropólogo, fora originalmente elaborado em 1959. Em 1961, ele o revisa “a pedido” de Armando Monteiro, ministro da Agricultura durante o Gabinete Tancredo Neves. Não obstante “um pouco envergonhado, por não resistir à tentação de intervir também nos debates da reforma agrária”, Darcy Ribeiro remete-o ao deputado Carlos de Brito Velho (Partido Libertador) em 1º de maio de 1963. Em julho, ao responder a “Carta ao Povo” de Carlos Lacerda (capítulo 1), o professor também se refere à medida como “nova abolição” e “abolição da terra”. Na ocasião, ainda denuncia aqueles que a ela se opõem como representantes da tradição da “casa grande e senzala”. Isto é, da tradição escravocrata.<sup>459</sup>

O referido projeto de lei esboçado por Darcy Ribeiro em 1959 antecipa a noção de complementaridade abolição-reforma agrária acionada por ele em julho de 1963 e por João Goulart em 13 de março, bem como, elementos fundamentais da proposta de reforma agrária

<sup>457</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.*: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 83.

<sup>458</sup> FUNDAR/MDR/UnB. **LEI DE ABOLIÇÃO DA TERRA**. DR jg gc 1961.08.25.

<sup>459</sup> CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 09 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018. CORREIO DA MANHÃ. **Darci ataca de novo Lacerda e anuncia reunião em Recife**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41541](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541). Acesso: 26.06.2018.

consolidada na *Mensagem das reformas* que, certamente, embasa a fala do presidente no *Comício*. Redigida pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, embora não trate especificamente da reforma agrária como alforria ao trabalhador rural, a *Mensagem* refere-se à ideia correlata de “abolição da ociosidade de nossas terras”.<sup>460</sup> Entre os aspectos compartilhados entre projeto e *Mensagem*, observamos, por exemplo, o caráter preventivo da reforma agrária frente ao risco de convulsão social e/ou subversão da ordem decorrentes da miséria das populações rurais, sua importância para dinamizar a economia nacional, a função social da terra e a substituição da indenização prévia em dinheiro prevista em lei por desapropriações com pagamento em títulos da dívida pública.

Isto posto, parece-nos razoável deduzir o engajamento de Darcy Ribeiro em favor da reforma agrária e/ou sua ingerência na formulação de aspectos relativos ao tema no ideário do governo trabalhista para além de seu exercício em cargos políticos. Cabe reiterar a hipótese de que, dada a sua formação de cientista social, entre os demais membros da assessoria imediata de João Goulart, o professor revela-se potencialmente o mais inclinado a tecer raciocínios de viés histórico-sociológico. Corrobora sua atuação político-ideológica no cenário em exame, outrossim, a redação da *Mensagem das reformas*, na qual interpretações que correlacionam presente-passado, com referências à abolição e outros eventos pretéritos, são mobilizadas com destaque. Diga-se de passagem, podemos identificar nisto continuidades com discursos abordados anteriormente, sejam do próprio antropólogo ou do presidente, em cuja concepção identificamos a agência do primeiro. A proximidade verificada entre ambos os personagens constitui mais um ponto em favor de observações tocantes à atuação de Darcy Ribeiro como ideólogo do governo trabalhista.

No *Comício das reformas*, em outra correlação interessante à análise da agência ideológico-intelectual de Darcy Ribeiro na narrativa do governo trabalhista, João Goulart associa a reforma agrária ao pensamento cristão.<sup>461</sup> “João XXIII é que nos ensina”, diz Jango, que o acesso aos “bens da terra” é um “direito” em que se apoia a “dignidade da pessoa humana”. Disso resulta, pois, uma “obrigação fundamental de conceder uma propriedade para

<sup>460</sup> GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964.

<sup>461</sup> Este tópico converge a considerações feitas por Darcy Ribeiro meses antes quanto à natureza da “democracia social” idealizada pelo presidente, conforme tratamos no capítulo anterior. A respeito, afirmara o professor que, através de seu programa reformista, João Goulart administraria o país em consonância com os outros “Joões” exponenciais da época: John Kennedy e João XXIII. Nisto notamos mais indício da contribuição do antropólogo enquanto ideólogo do governo.

todos”. Logo, as reformas de base, especialmente a agrária, corresponderia à “autêntica doutrina” papal. Dessa maneira, quem as vincula ao comunismo não apenas engana o povo, mas faz do cristianismo “escudo para privilégios” reprovados pelo “Santo Padre”. Assim, o presidente condena seus adversários que, na esteira da “indústria do anticomunismo”, erroneamente, levantam “os rosários” contra o povo e suas “aspirações mais legítimas”. Ou seja, contrapõe o símbolo religioso à “fé” popular em uma “justiça social mais humana” e dias melhores. Ao erguer os “rosários da fé” contra a “disseminação da propriedade da terra, ainda mantida nas mãos de uns poucos afortunados”, na verdade, sugere Jango, diferente de seu governo, seus opositores estariam contradizendo tanto a democracia quanto o pontífice e o cristianismo.<sup>462</sup>

Enquanto João Goulart realiza seu pronunciamento, posicionado um passo atrás do presidente, Darcy Ribeiro conversa eventualmente com a primeira-dama, Maria Thereza. Comentam um com o outro suas impressões sobre o evento. Nas pausas de Jango, o ministro-chefe do Gabinete Civil aproveita para lhe fazer observações e, até mesmo, indicar “frases feitas”. “Fale mais devagar, presidente”, diz o professor em um desses momentos, sendo captado pelos microfones (FERREIRA, 2011, p. 427). “A hora é da reforma”, prossegue Jango. Especialmente, da reforma agrária. Relacionando-a como elemento fundamental ao progresso das sociedades ora posicionadas na dianteira econômica internacional, Jango defende a medida como incentivo progressista ao desenvolvimento econômico-social brasileiro. Melhorando as condições de vida e o poder aquisitivo do homem do campo, explica, a reforma agrária resultaria em aumento da demanda por bens de consumo. Dessa forma, estimularia o crescimento da nossa produção industrial. Produzindo em maior escala, a indústria nacional ampliaria seus ganhos, multiplicaria a oferta de empregos e aumentaria a remuneração de seus empregados. Assim, também o trabalhador urbano experimentaria melhoria de vida. Os efeitos positivos da reforma agrária no setor industrial refletir-se-iam, por extensão, no comércio. Portanto, observa Jango, a reestruturação fundiária proposta pelo governo federal interessa a todos: trabalhadores rurais e urbanos, industriais e comerciantes. Trata-se de medida econômico-social inegavelmente salutar ao mercado interno brasileiro e à

---

<sup>462</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 81.

sociedade: “só prejudica uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida”.<sup>463</sup>

João Goulart também argumenta que a atual concentração fundiária, cujos índices são de apenas dois milhões e meio de proprietários em um universo de quinze milhões de trabalhadores do campo, constitui fator tanto de improdutividade quanto de insegurança. Para ele, a disseminação da posse fundiária, diferente do que pregam adversários da medida, pacificaria as relações econômico-sociais rurais, por conseguinte, assegurando o direito de propriedade da terra e dinamizando a economia agrária, com impactos favoráveis nos demais setores produtivos, conforme benéficos desdobramentos acima relacionados. Nesse sentido, conclui, ao realizar a reforma agrária, o Brasil estaria seguindo o exemplo de “todos os países desenvolvidos do mundo”, muitos dos quais citados no pronunciamento presidencial também para exemplificar a inviabilidade do pagamento prévio em dinheiro legalmente exigido para desapropriações.<sup>464</sup>

Note-se que a contextualização da reforma agrária como etapa do caminho trilhado por nações desenvolvidas em direção ao progresso, assim como a evocação do cristianismo, remonta à concepção de “democracia social” manifesta por João Goulart, a qual abordamos por intermédio de explicações feitas à imprensa por seu então ministro-chefe do Gabinete Civil. Ao rememorar a estratégia governista final em defesa das reformas de base, em conformidade com aspectos do pronunciamento de Jango acima assinalados, Darcy Ribeiro (1997, p. 319) considera ser o entendimento do presidente que, destinando-se “parcela do que detemos” para “assentar 10 milhões de famílias como pequenos proprietários”, a propriedade da terra se tornaria “mais difundida e defendida”, além de viabilizar o capitalismo nacional. Ainda de acordo com o antropólogo, essa compreensão do potencial econômico-social amplamente transformador da reforma agrária impulsionara o governo a encará-la como a “reforma mais importante na arcaica estrutura social brasileira”. Todavia, crítica, latifundiários e associados encaram-na “com horror”, acreditando “que a tendência irresistível de Jango para o sindicalismo o faria entregar as terras aos comunistas”. Orientados por esse pensamento, mobilizaram-se para frustrá-la, coadunando-se às forças golpistas.

---

<sup>463</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 85-86.

<sup>464</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 85-86.

“O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade”, postula João Goulart no *Comício das reformas*. Na oposição, entrincheiram-se forças reacionárias poderosas. Contudo, “governo e povo”, unidos e inspirados por Getúlio Vargas, que “continua imortal em nossa alma e nosso espírito”, prosseguirão “de cabeça erguida, a caminhada da emancipação social do país”. Prestando “homenagem de respeito” ao ex-presidente, ressalta Jango: “O imortal e grande patriota tombou, mas o povo continua a caminhada, guiado pelos seus ideais”. Desse modo, Jango garante que “nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro”. Não obstante as dificuldades impostas pela “reação”, reitera, seu compromisso com as reformas de base, a “democracia”, a “emancipação econômica”, “justiça social” e “progresso” é “inabalável”. Com apoio popular, das esquerdas, dos “mais significativos líderes populares” que “vieram dialogar com o povo brasileiro” e esteio das formas armadas, lança-se à batalha definitiva pelas reformas de base.<sup>465</sup> Às 21:50, Jango finaliza seu discurso, durante o qual bebe dois copos d’água e enxuga o rosto suado 35 vezes. A intensidade do evento e o calor da noite carioca fazem com que chegue exausto ao final do pronunciamento, que ultrapassara uma hora de duração. Deixa o palanque sob demorados aplausos. Forte escolta policial abre caminho em meio à multidão. Com dificuldade, já cambaleante, o presidente enfim chega ao automóvel que o conduziria de volta ao Palácio das Laranjeiras.<sup>466</sup>

## **Golpe, resistência e queda**

O *Comício das reformas*, realizado na Guanabara em 13 de março, sexta-feira, causa profundo impacto na cena política brasileira. Enfim, publicamente, João Goulart sela aliança com as esquerdas, incluindo seus expoentes mais notórios, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes, além de órgãos associativos mais expressivos, entre outros, CGT e UNE. A partir de então, unidos, passariam a admoestar o Congresso em favor das reformas, tal qual formalizadas na *Mensagem presidencial* entregue aos parlamentares no

<sup>465</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82, 87, 89.

<sup>466</sup> JORNAL DO BRASIL. *Cronômetro do Comício*, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50795](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795). Acesso: 24.03.2020.

domingo subsequente, em alguns casos, excedendo-a. A pressão reformista revelar-se-ia permanente em ações do governo, órgãos e lideranças esquerdistas. Pretende-se transpô-la à contínua mobilização política popular nas ruas. Cartada final de Jango na luta pelas reformas, essa guinada à esquerda, ensaiada no *Dia de Vargas*, significa importante arrefecimento da negociação direta e/ou conciliação com setores parlamentares conservadores com vistas à concretizá-las, se não o completo abandono desta via. A “multidão compacta” – alegre e embandeirada, conforme recorda Darcy Ribeiro (1997) –, ovaciona com “aplausos delirantes” os líderes esquerdistas que se enfileiram no palanque, assumindo sucessivamente os microfones.<sup>467</sup> Ostenta bandeiras com a “foice e martelo”, cartazes e faixas com dizeres que atestam sua identidade político-ideológica com os oradores e disposição para a defesa do programa reformista, inclusive pelo confronto direto. Desse modo, reforça certezas em torno da legitimidade social e viabilidade das transformações estruturais propugnadas pelo presidente.

Portanto, para as esquerdas, o *Comício* é motivo de grande “entusiasmo”, aponta Motta (2000, p. 263-264). Segundo Ferreira (2011, p. 436), incute-lhes excessiva confiança e/ou “euforia”, levando-as a, erroneamente, autoavaliarem-se fortes o bastante para “a hora do confronto”. O “fabuloso comício”, “o maior da história do Brasil”, é apreendido como “o *fecho eclair* de um nôvo e luminoso horizonte”.<sup>468</sup> Organizado com colaboração ativa de líderes sindicais comunistas, o evento recebe oradores esquerdistas veementes. O calor do momento, por certo, instiga-lhes à eloquência e radicalidade especiais. O mais enérgico é Leonel Brizola, que desqualifica o Congresso, segundo ele, demasiado reacionário, propondo substituí-lo por uma Assembleia Constituinte nacionalista e popular. João Goulart profere alocução bem mais moderada. Entretanto, não se exime de criticar seus adversários com inédita severidade, aponta insuficiências da Constituição diante das necessidades do país, incentiva o povo a pressionar o Congresso a aprovar as necessárias reformas e os parlamentares a acatarem a voz das praças. Ademais, vaticina o presidente, sem reformas não há democracia nem se escaparia à convulsão social, com consequências imprevisíveis, talvez até sangrentas.<sup>469</sup>

---

<sup>467</sup> ÚLTIMA HORA. **Povo, Tanques, Jango e Democracia**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/98076>. Acesso: 22.09.2020.

<sup>468</sup> ÚLTIMA HORA. **Comício, Sírio e Outras**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98109>. Acesso: 22.09.2020.

*Pós-Comício e Mensagem das reformas*, intensifica-se a corrida das esquerdas pela aprovação do programa defendido por João Goulart. Conforme argumenta Leonel Brizola em seu discurso, acentua-se a ideia de que a sociedade exige reformas de base, contudo, a depender do atual Congresso, jamais as terá. Portanto, é hora de agir e lutar para resolver o impasse entre povo e instituições. A Frente Popular, liderada pelo deputado gaúcho, inclusive, defende a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para realizar as reformas. Um detalhe importante é que desta não participariam os atuais congressistas. Se achassem ruim, que perguntassem a opinião do povo por meio de plebiscito, desafiara Leonel Brizola, conforme vimos. Essa proposta é consideravelmente mais radical que a “delegação legislativa” ao presidente para que implementasse as reformas mediante subseqüente referendo popular, sugerida em sua *Mensagem ao Congresso*.<sup>470</sup> Alternativa esta que, por si só, já desperta fortes reações conservadoras. Todavia, com a inarredável decisão de Jango pelas reformas, já demasiado confiantes em seu poder de persuasão, pressão e enfrentamento, as esquerdas sentem-se escudadas. Não apenas superestimam sua própria capacidade política e subestimam o perigo representado pelo avanço da conspiração direitista. Alguns setores da esquerda chegam a supor que Jango ruma para um golpe que garantiria suas pautas comuns.

No entanto, inexitem evidências de conspiração golpista por parte de João Goulart. Sequer as esquerdas preparam-se efetivamente para o enfrentamento direto seus adversários. Apenas negligenciam, até certo ponto, as instituições liberal-democráticas em seu radicalismo verbal e compreensão evidentemente deturpada da correlação de forças em disputa e da conjuntura (FERREIRA, 2011). Em diversas manifestações como ministro-chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro parece sintonizar-se com a perspectiva excessivamente autoconfiante das esquerdas. Nestas ocasiões, muitas das quais abordamos, afirma e reafirma peremptória determinação de Jango em defesa das reformas de base. Bem como, garante a disposição e capacidade do presidente para resistir aos golpistas e puni-los exemplarmente. Outros assessores palacianos pronunciam-se nessa mesma linha. Em suas *Confissões*, Darcy Ribeiro (1997, p. 295) recorda ter acreditado até o fim na possibilidade de implementação das reformas e na capacidade do governo debelar o golpe. No entanto, nuança essa perspectiva ao

<sup>469</sup> MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

<sup>470</sup> GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964. p. LVIII-LIX.

apontar fragilidades do executivo federal frente à escalada golpista. A propósito, junto às renitências dos militares em relação a Jango, aponta que a ambiguidade das esquerdas em relação ao presidente também se soma às circunstâncias que tornam sua campanha final pelas reformas uma “via arriscada”.

Interessa-nos salientar as considerações de Darcy Ribeiro (1997, p. 295) a respeito da relação esquerdas-governo. Ele também entende que as organizações esquerdistas e populares pautam-se em visão distorcida acerca da conjuntura política pré-golpe. “A História nos afunilava”, mas “o povo e as esquerdas, confiantes no proclamado poderio do governo, estavam anestesiados”, observa. Ignoram, assim, perigosas vicissitudes da estratégia política governista, fragilidades próprias e riscos que turvam o horizonte político de ambos. Transparecendo algum ressentimento, lembra o antropólogo, a situação é agravada pelo caráter fragmentário do espectro esquerdista. Enquanto as direitas unificam-se para depor João Goulart, em vez de unirem-se para defendê-lo, as esquerdas dispersam suas energias, lutando “mais entre si do que contra os adversários” e fazendo “reivindicações abusivas”. Desse modo, ao voltar-se para as esquerdas em busca de apoio, Jango depara-se com um “clima de dissensão”, que Darcy Ribeiro atribui a aliados ambíguos, a exemplo dos comunistas, e opositores abertos menos expressivos, como esquerdistas radicais, trotskistas, católicos, etc.

Os comunistas, engajados em uma luta revolucionária processual rumo ao socialismo, referenciados essencialmente pelo modelo soviético, entendem o programa reformista, que a “direita” repudia como “revolução sindical comunista”, como pequeno passo em sua odisseia revolucionária, dedicando a Jango um apoio reticente. Os esquerdistas radicais, especialmente inspirados pela revolução cubana, por sua vez, almejam a implantação direta do socialismo. Com efeito, atuando sobretudo nos meios estudantis, denunciam a reforma agrária e ações parlamentares nacionalistas como fatores que conferem sobrevida à ordem vigente, postergando a revolução. Assim, como se as preocupações com a direita golpista já não bastassem, lamenta Darcy Ribeiro (1997, p. 295), João Goulart precisa estar atento a “possibilidades” de uma eventual situação revolucionária em que o poder pudesse “cair nas mãos de Brizola ou de uma conjunção das esquerdas”, embora não houvesse “risco concreto”. Essa postura das esquerdas, sobremaneira da intelectualidade, é rememorada pelo

professor como “uma das dores que mais me doeram naqueles tempos”, ao passo que contribui para fragilizar politicamente o governo.

A crítica de Darcy Ribeiro às esquerdas remonta à lógica que, segundo ele, o movera do comunismo ao trabalhismo sob o impacto da morte de Getúlio Vargas. Dentre outros efeitos práticos, conforme abordamos no capítulo 1, o dramático acontecimento desperta parte da intelectualidade de esquerda para um engajamento político mais pragmático, em detrimento de posturas político-ideológicas estritamente doutrinárias. O antropólogo seguira esta tendência, mantendo-a como ministro-chefe do Gabinete Civil. Ao menos é o que ele sugere. Cotejando sua atuação no governo João Goulart às referidas condutas observadas entre as esquerdas, diz Darcy Ribeiro (1997, p. 295-296): “Eu atuava debaixo do conceito de que o feito, mais que o perfeito, é que fica na História. Mas as esquerdas não abriam mão do perfeito, e o feito alcançável era o pavor das direitas”. Isto é, enquanto estas consideram “inaceitável” o reformismo de Getúlio Vargas e Jango Goulart, considerando-o “esquerdismo”, as esquerdas criticam-no por não pressupor a receita “soviética, da propriedade estatal e da ditadura partidária”, ou a fórmula da guerrilha “cubana”. Somando-se a oposição das direitas, a indiferença das esquerdas e o viés democrático-conciliador de Jango, ao contrário das expectativas criadas pelas narrativas correntes, tem-se como resultado um governo cada vez mais fragilizado e vulnerável. Na opinião do professor, a “animosidade” das esquerdas “contra o nacionalismo” e “contra o trabalhismo” ainda tem como agravante o efeito negativo, com consequências duradouras, de impedi-las de formular um projeto próprio passível de apoio popular.

Vale salientar que é em tom de autocrítica que Darcy Ribeiro apresenta estas reflexões. Visa a incentivar união estratégica no campo esquerdista, jamais deslegitimá-lo ou culpá-lo pelo golpe. Responsáveis por este são, exclusivamente, aqueles que o deliberaram e protagonizam. Assim sendo, justifica-se o professor:

Não pense o leitor, pelo que digo aqui, que eu não goste das esquerdas. Muito ao contrário. Sou de esquerda e acho que ela é a salvação do mundo. Fora da esquerda só há indiferença, que é imbecil demais, e direita, que é sagaz demais. Eu as critico criticando a nós, sangrando em minha carne, porque isso é indispensável para que a esquerda cumpra sua missão, extraordinariamente difícil. Tão difícil que, ao longo da História, só temos conhecido derrotas. Estamos desafiados a um esforço de auto-superação para, afinal, vencer a reação (RIBEIRO, 1997, p. 298).

Simultaneamente a corrida de João Goulart e esquerdas para implementar as reformas de base pós-*Comício e Mensagem das reformas*, acelera-se a conspiração direitista. Pelo crivo dos conservadores, em regra anticomunistas, não haveriam diferenças relevantes entre os discursos proferidos por João Goulart e Leonel Brizola, defensor da realização das reformas “na lei ou na marra”, em 13 de março. Mas, sim, complementaridade. Parece-lhes que, juntos, preparam-se para suplantar a institucionalidade e esquerdizar o país. *Jornal do Brasil* dedica à análise do *Comício e Mensagem* subsequentes editoriais em que assume postura de clara oposição à estratégia política do governo. Dentre outras denúncias, os textos acusam Jango e Leonel Brizola, “inelegíveis” à presidência por razões legais, de se associarem para quebrar a ordem vigente, impedindo a “sucessão normal” em favor de suas ambições políticas pessoais e esquerdistas.<sup>471</sup> Dessa forma, se por um lado *Comício e Mensagem* entusiasma as esquerdas, por outro lado, conforme Motta, (2000, p. 263-264), alarmam, atemorizam e unificam as direitas, impulsionando a trama golpista. Para “conservadores radicais” e “anticomunistas” Jango encaminha-se, claramente, para um golpe com auxílio comunista. Disso resulta uma “união sagrada” contra suposta ameaça revolucionária coordenada pelo presidente sob o pretexto das reformas. Dela participam segmentos militares, políticos conservadores, empresários, religiosos e grupos provenientes das “classes médias”. Ferreira (2011, p. 429) também assinala que o *Comício* estimula “conspiradores de direita”, encorajando-os à unificação para a tomada do poder. Inclusive, com o apoio de liberais desconfiados das intenções de Jango que, portanto, engajam-se no “processo de desestabilização do governo”.

Conforme Motta (2000; 2014), o espectro político conservador, contrário a João Goulart, não é homogêneo. Abriga desde conservadores radicais, pró-golpe e ditadura, a liberais, avessos à orientação nacional-estatista, mas formalmente comprometidos com a democracia. Compromisso, por certo, relativo. Inclusive, como vimos, integram o arco das direitas agentes favoráveis às reformas de base e, até mesmo, à reforma agrária. Todavia, nenhum deles é, então, capaz de hegemonizá-las, convergindo-as em torno de um projeto político próprio. O elemento que as unifica em torno do golpe é o anticomunismo, revigorado

<sup>471</sup> JORNAL DO BRASIL. **Os inelegíveis**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50796](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50796). Acesso: 05.10.2020; JORNAL DO BRASIL. **Resposta ao desafio**, Rio de Janeiro, domingo, 15 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50826](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50826). Acesso: 09.10.2020; JORNAL DO BRASIL. **Mensagem – Ultimato**, Rio de Janeiro, terça-feira, 17 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51054](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51054). Acesso: 09.10.2020.

pela influência estadunidense nos moldes da Guerra Fria. Difundido sistematicamente através de campanha local amparada por suporte ideológico e material americano, o medo do comunismo vai se robustecendo até constituir posição unânime entre conservadores brasileiros, fomentando a coalizão golpista. Dessa forma, o golpe engendrado na virada de março para abril não obedece a um projeto político coeso. Seria um expediente pontual, a exemplo de experiências vivenciadas anteriormente, desta feita, objetivando eliminar o perigo comunista. Banido o inimigo interno, o poder seria devolvido aos civis. Por conseguinte, face à efetivação do mando militar, alguns golpistas se “arrependeriam”, passando à oposição ao regime ditatorial.<sup>472</sup>

Os mencionados editoriais do *Jornal do Brasil* fornecem-nos uma ideia das repercussões do *Comício e Mensagem das reformas* junto aos conservadores. Desse modo, convém aqui retomá-los. A primeira frase do texto que abre a série, cujo tema é o evento,<sup>473</sup> é: “A democracia saiu, no mínimo, humilhada ontem na Central”. Condena-se o ato como “comício de dois políticos inelegíveis” visando “atirar o povo contra a Constituição” e “compor um movimento de frente única contra a sucessão normal”. Diante disso, conclui-se, João Goulart “fêz ontem a sua opção: vai tentar a permanência no poder”. Deixara de lado a “encenação de antagonismo” ao “deputado fidelista”, unindo-se a ele no incentivo à “luta de classes”. Nessa aliança, ambos assumem “posições inconstitucionais”. O presidente por meio de sua “pregação reformista”, desmoraliza os “podêres constituídos”. O parlamentar, defende “uma verdadeira convenção revolucionária”, da qual resultaria “um regime de terror, ao melhor estilo jacobino-esquerdista”. Assim, como demais oradores do *Comício*, teriam incorrido em “imprudências” que justificariam “ações cabíveis” em defesa do “processo democrático de substituição no poder e a democracia representativa”. Ademais, questiona-se a “cobertura e proteção” das Forças Armadas ao evento, tendo em vista sua “missão” constitucional de defesa da ordem. É razoável inferir, pois, certa intenção de instigar os militares contra o governo-esquerdas, também verificada nos outros editoriais da série.

---

<sup>472</sup> Ainda segundo Motta (2000), importa assinalar que, não obstante o argumento anticomunista, principal recurso de legitimação do golpe, revele certo grau de manipulação, muitos golpistas são movidos por autêntico temor ao comunismo, longa e eficazmente cultivado através de representações aterrorizantes dos comunistas e supervalorização do suposto risco que representariam à ordem vigente. Desse modo, inclusive, surpreende-os a fácil derrota do adversário. A crença na infiltração comunista nas mais diversas instituições, incluindo as Forças Armadas, pressupõe confrontos relevantes não ocorridos. E, ao contrário do esperado, a repressão desencadeada pelo novo regime não comprovaria a tão propalada marcha revolucionária esquerdista.

<sup>473</sup> JORNAL DO BRASIL. **Os inelegíveis**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50796](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50796). Acesso: 05.10.2020.

Ao debruçar-se sobre a *Mensagem*, *Jornal do Brasil* aponta suposta incompatibilidade entre as perspectivas de João Goulart e da sociedade acerca das reformas de base, métodos e objetivos de sua implementação. Jango, cujo governo presidencialista é dado como “nefasto” motivo da crise vigente, recorreria a elas com vistas a “implantar no País outra ordem social e econômica”, referida como “socialismo totalitário da miséria” ou “comunismo”. Ao contrário, a “grande maioria” depositaria nas reformas suas esperanças de “elevação constante do padrão de vida, dentro da ordem econômica e social” estabelecidas. Não há dúvidas, pois, que o Congresso deveria recusar as proposições dos “dois inelegíveis que querem destruir a Constituição”. Tanto quanto repudiar os “ultimatos insolentes” de “foras da lei” em “praça pública” ou meios oficiais, faz-se mister contrapô-los através de uma “obra legislativa-reformista” condizente às expectativas populares e regras democráticas, quando cessadas as pressões ilegais do executivo sobre o legislativo. Respondendo ao desafio das “reformas com desêpero” através da realização das “reformas com esperança”, o Congresso garantiria o retorno do país ao caminho do desenvolvimento.<sup>474</sup> Para o diário, por fim, a *Mensagem* é inadmissível “ultimato à democracia representativa”. A “Mensagem-ultimato”, adverte-se, pretende instituir “nôvo sistema de ação direta”, no qual o Congresso é anulado pela “delegação de poderes” ou “plebiscito”, com impactos imprevisíveis ao *status* do país. A fim de implantar “na marra” essa “democracia sindicalista e plebiscitária”, Jango “contrapõe o seu dispositivo comuno-sindical” clandestino “à autoridade dos corpos representativos do regime”, almejando “recolher daí os proveitos continuístas”. Portanto, reitera-se, caberia ao Congresso repelir a *Mensagem*, “assumindo o comando político dinâmico das reformas para conduzi-las democraticamente”, conforme as necessidades do povo e em benefício do desenvolvimento do país.<sup>475</sup>

Políticos direitistas opõem-se ao *Comício e Mensagem das reformas* em termos semelhantes, embora eventualmente mais enérgicos e verborrágicos. “A tempestade que anunciei parece estar desabando agora”, declara Ademar de Barros. Para ele, o evento integra “um plano nacional de agitação” comandado pelo “comunismo” para “subverter a ordem” e instaurar “o caos econômico”, com participação de João Goulart. Isto posto, assinala que o estado de São Paulo encontra-se militarmente preparado para repelir “tentativas de invasão de

<sup>474</sup> JORNAL DO BRASIL. **Resposta ao desafio**, Rio de Janeiro, domingo, 15 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50826](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50826). Acesso: 09.10.2020.

<sup>475</sup> JORNAL DO BRASIL. **Mensagem – Ultimato**, Rio de Janeiro, terça-feira, 17 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51054](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51054). Acesso: 09.10.2020.

terras” e outras ameaças, uma vez que os paulistas, como “todos que acreditam em Deus”, jamais aceitariam “um regime escravocrata” e “sem Deus”. Pedro Aleixo, líder da oposição na Câmara federal, denuncia que o *Comício* resulta da mobilização de “tôdas as fôrças subversivas do País”, destinando-se à “pregação escandalosa da revolução”. Considera que o “orador oficial da reunião” não fora Jango, mas Leonel Brizola, que usa a tribuna para defender o “fechamento do Congresso Nacional e a demolição de tôdas as outras instituições democráticas”, infringindo a lei de segurança nacional. Ao presidente coubera, através de “sua presença”, “endossar” os “objetivos subversivos” do *Comício* “explícita e implicitamente”, demonstrando sua solidariedade à “revolução” que subordinará o país aos “comunistas”, explica o udenista. Os deputados Adauto Cardoso, José Bonifácio, Oscar Correia, Arnaldo Nogueira entre outros posicionam-se de maneira correlata, alguns deles instigando os militares contra o governo.<sup>476</sup>

Carlos Lacerda, claro, não fica fora do coro oposicionista-anticomunista. Afinal, é seu principal expoente nacional. O projeto de João Goulart para “continuar no poder” tem apoio da Rússia, afirma. A ingerência do país comunista decorreria de sua estratégica associação a “caudilhos e subcaudilhos latino-americanos” para ganhar terreno na região no quadro da Guerra Fria. No caso brasileiro, os russos contam com o intermédio de Luís Carlos Prestes e do PCB. Daí se entenderia os propósitos do presidente, que “usa os comunistas e é usado por eles”, ao “intimidar o Congresso” e tentar “substituir as eleições pelo plebiscito”. Para Carlos Lacerda, “João Goulart é um fascista a serviço do comunismo”, caracterizado por “total falta de escrúpulos”, que não hesitaria em derramar “o sangue do povo” para alcançar seus interesses políticos continuístas. Face ao exposto, o governador também admoesta os militares a tomarem posição em defesa da ordem. Em mensagem dirigida a Ademar de Barros e Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda seria ainda mais direto, recomendando às Forças Armadas que “respeitem a lei e não os caudilhos”, defendendo a “democracia”, “liberdade e honra”. A frente direita busca o *impeachment* de Jango, com a contribuição jurídica de Pedro Aleixo e Bilac Pinto.<sup>477</sup>

<sup>476</sup> JORNAL DO BRASIL. **Ademar vê plano de agitação com o comício e compra nôvo travesseiro para dormir bem**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50792](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50792). Acesso: 05.10.2020; JORNAL DO BRASIL. **Pedro Aleixo acusa Goulart de endossar a subversão**, Rio de Janeiro, domingo, 15 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50823](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50823). Acesso: 07.10.2020.

<sup>477</sup> JORNAL DO BRASIL. **Goulart está fora da lei, diz Lacerda**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 19 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51120](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51120). Acesso: 11.10.2020; ÚLTIMA HORA.

Entre as réplicas governistas aos ataques adversários ao *Comício e Mensagem das reformas*, desponta discurso proferido por Darcy Ribeiro em 21 de março. A trabalhadores desempregados de Brasília, o professor assinala que, estabelecidas as primeiras medidas reformistas do presidente em favor do povo, a “reação destrutiva ao trabalho do Sr. Goulart atinge agora a sua intensidade máxima”. Contudo, felizmente, compara, o “apoio do povo” ao presidente “é muito mais formidável”. Quanto à *Mensagem* ao Congresso, observa Darcy Ribeiro, “está engasgando a muito parlamentar” o direito de voto dos analfabetos, pois, é importante “conquista” e “arma” popular. Também defende a reforma da Constituição “porque feita pela elite aproveitadora”. Referindo-se ao plebiscito das reformas, o ministro-chefe do Gabinete Civil diz acreditar que o resultado será ainda mais unânime em favor de Jango que no plebiscito sobre a forma de governo, quando “o povo deitou por terra” a emenda que “tinha humilhado o Presidente da República” e o “impedido de trabalhar”. Para corroborar sua confiança de que Jango superaria mais esta crise graças ao apoio popular e estimulá-lo, o antropólogo ainda recorda a renúncia de Jânio Quadros. Afirma que, então, não fossem as “pressões” de trabalhadores na área civil e de correntes do setor militar, “a reação tomaria o poder”. Portanto, o povo é responsável pela posse de Jango, “preferido” por Getúlio Vargas “para transmitir ao povo sua carta-testamento” e, agora, condizentemente, à frente das reformas propugnadas pelo ex-presidente. Por fim, tendo em vista a realização de evento em Brasília equivalente ao ocorrido no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro informa que Jango estará presente para anunciar pessoalmente “todas as providências que tiver tomado em favor do povo”.<sup>478</sup>

Para Darcy Ribeiro (1997, p. 345), as recorrentes “provocações” de Carlos Lacerda contribuem fundamentalmente ao agravamento da “conjuntura golpista”. O professor também se refere ao papel da imprensa no pré-golpe. Segundo ele, enquanto os jornais noticiam “falsos preparativos de guerra do governo Jango para fechar o Congresso e impor uma ditadura pró-comunista”, efetivamente, é a direita que se arma para engendrar o golpe (RIBEIRO, 1997, p. 333-334). Os ataques de direitistas e da imprensa ao governo sob o mote da “república sindicalista” recrudescem ainda mais após manifesto político de Castelo

---

**Oposição Agora Quer o “Impeachment” de Jango**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98072>. Acesso: 24.09.2020.

<sup>478</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci repete Vargas ao dizer que o povo não será escravo de ninguém**, Rio de Janeiro, domingo, 22 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51223](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51223). Acesso: 15.10.2020.

Branco, chefe do Estado-Maior, observa o antropólogo. Em sintonia com a doutrina estadunidense na Guerra Fria, o general denuncia que o principal inimigo do país é o comunismo, defendendo sua erradicação “a qualquer custo”. O posicionamento de Castelo Branco, segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 349-350), também agrava a já débil situação militar do governo federal. Porém, a gota d’água para a deflagração do golpe seria a “rebelião dos marinheiros” e o modo como o presidente posicionara-se frente ao movimento (RIBEIRO, 1997, p. 350-351).

O episódio envolve a celebração do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, em 25 de março. A entidade, simpática às reformas sociais e às esquerdas é considerada ilegal. Sílvio Mota, ministro da Marinha, proíbe a comemoração. Todavia, os organizadores decidem mantê-la, realizando-a na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. O evento reúne cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais liderados por José Anselmo dos Santos, conhecido como cabo Anselmo, contando com a participação de diversos oradores esquerdistas, entre eles, Leonel Brizola. João Goulart fora convidado, mas não comparecera. Além de discursos políticos considerados radicais pelos conservadores, marcam a noite protestos contra detenções de marinheiros por razões políticas e reivindicações de melhores condições de vida e trabalho à categoria. Em resposta, Sílvio Mota incumbe um destacamento composto por 500 fuzileiros navais de invadir o Sindicato. A ordem é prender os organizadores e retirar dali os marujos, vivos ou mortos (MOTTA, 2000; FERREIRA, 2011).

Diante da recusa dos rebeldes em deixar o Sindicato, todavia, parte dos fuzileiros encarregados de reprimi-los adere ao movimento. O almirante Cândido Aragão, comandante da tropa designada pelo ministro, também se posiciona a favor dos revoltosos, renunciando ao posto. Informado da crise, João Goulart ordena a Sílvio Mota que suste a operação. Insatisfeito, ele se demite, sendo imediatamente substituído por um militar próximo às esquerdas e aos marinheiros, almirante Paulo Mário Rodrigues. Após negociações conduzidas por políticos e sindicalistas de esquerda, com participação do ministro do Trabalho, Amauri Silva, o Sindicato é desocupado no dia 26. Os rebeldes são levados a um quartel do Exército e, em seguida, liberados, comemorando pelas ruas da cidade. Para oficiais de altas patentes, tratara-se de grave quebra do princípio da hierarquia e disciplina, elementar à corporação

militar, com sérios riscos à integridade das Forças Armadas (MOTTA, 2000; FERREIRA, 2011).

Desse modo, a crise político-militar enfrentada por João Goulart, notadamente aprofundada após 13 de março, agrava-se ainda mais com a “rebelião dos marinheiros” e seus desdobramentos. O movimento é interpretado pelos setores conservadores, sobretudo pela alta oficialidade militar, como prova cabal da marcha revolucionária comunista com participação do presidente, outra vez solidário aos subversivos. O entendimento de que Jango desrespeitara a hierarquia e disciplina castrenses ao anistiar os rebeldes é motivo demasiado forte para que militares, mesmo legalistas, simpáticos ao governo e/ou reformistas aceitem a tese intervencionista-anticomunista. Na visão dos setores conspiratórios das Forças Armadas, o inimigo interno estaria, estrategicamente, sabotando a estrutura de comando por dentro. Assim, visaria torná-la inoperante para defender o país no momento em que envidassem o ataque revolucionário. A irrupção dos marujos constitui, portanto, o elemento que concretiza as condições para deposição de Jango, ativando o dispositivo golpista. As relações entre militares e governo federal encontram-se em situação limite.

Não obstante, embora desaconselhado por auxiliares próximos, inclusive Abelardo Jurema, João Goulart aceita convite para participar como convidado de honra em outro evento político de militares subalternos: a cerimônia de posse da diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Política Militar. O ato ocorre em 30 de março, à noite, na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Ao verem Jango prestigiar mais um ato político promovido por militares inferiores com tendências de esquerda, acompanhado de membros civis do alto escalão do governo, os golpistas reforçam suas convicções. A crise chega, enfim, ao apogeu (MOTTA, 2000; FERREIRA, 2011). Darcy Ribeiro (1997, p. 351-352) concorda com a participação de Jango na cerimônia, que reúne aproximadamente mil sargentos. No entanto, conforme relata, propõe ao presidente um discurso moderado, com ênfase no respeito à hierarquia militar, visando acalmar os ânimos. Não encontramos o texto que, segundo o professor, Jango teria dispensado. Acreditando ainda ser possível reverter o golpe em andamento, dado o apoio popular, das esquerdas e de setores militares importantes ao governo, recorda Darcy Ribeiro, o mandatário opta por uma prédica “mais radical”. Outra vez falando de improviso, porém, perceptivelmente tenso, recomenda aos sargentos disciplina e respeito à hierarquia militar. Entretanto, reitera com ênfase a necessidade e urgência das

reformas de base – prioridade de seu governo – para solucionar os problemas do país, não poupando críticas aos adversários. Trata-se da última aparição de Jango em público. Seu derradeiro discurso como presidente.

Horas antes, José de Magalhães Pinto (UDN), governador de Minas Gerais, divulgara manifesto conclamando uma “revolução preventiva” contra “suposto golpe comunista” preparado por João Goulart.<sup>479</sup> Até aí, nada de inédito. Entretanto, desta feita, não se trataria de uma ação oposicionista restrita ao discurso. O esquema golpista está pronto para atuar. Na madrugada seguinte, 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediados na cidade mineira de Juiz de Fora, põe suas tropas em campo. Dando início ao golpe militar que resultaria na deposição do presidente, marcham rumo à Guanabara. Segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 334, 352-353), o levante de Mourão, a quem chama de “vaca fardada”, obedece a instruções do governador. Com a ação militar, Magalhães Pinto pretendia “abocanhar a Presidência” antes de Carlos Lacerda, precipitando assim os acontecimentos, argumenta o antropólogo. Informações obtidas pelo Planalto dariam conta de um esquema golpista programado para maio, conforme mencionamos. Desse modo, inicialmente, Castelo Branco teria considerado a “fagulha saltada” de Minas Gerais “uma temeridade”, uma vez que fechara com os conspiradores a data de dois de abril, que também surpreenderia o governo. Apesar disso, diante da negativa de recuo por parte de Magalhães Pinto, o general recomenda aos demais oficiais apoio às tropas mineiras.

À frente dos preparativos golpistas, além de oficiais militares e do governador de Minas Gerais, figuram os governadores da Guanabara e São Paulo, com apoio secreto dos EUA. Designado “chanceler” de Minas Gerais por Magalhães Pinto, Afonso Arinos de Melo Franco (UDN) obtivera do governo norte-americano garantias de que reconheceriam como nação, em 24 horas, qualquer estado que se rebelasse contra Jango. Caso necessário, o suporte estadunidense estender-se-ia ao campo militar (RIBEIRO, 1997; FERREIRA, 2011; JOSÉ, 2018). Na avaliação de Darcy Ribeiro (1997, p. 353), ao optar pelo confronto armado, com sua habitual “ousadia”, a direita busca defender interesses próprios e norte-americanos, donde

---

<sup>479</sup> CORREIO DA MANHÃ. **MAGALHÃES PINTO: JANGO TRAI A LEGALIDADE**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 1 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/50193](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/50193). Acesso: 30.10.2020.

resulta o envolvimento destes.<sup>480</sup> Ainda de acordo com o professor, ao recorrer a forças militares estrangeiras “dispostas a invadir o país”, internacionalizando disputas políticas internas, “a direita brasileira perdera todo o brio”, sujeitando o país a “uma luta de proporções continentais” que poderia ter custado muito sangue e a fragmentação do território nacional.

Recordando sua experiência durante a crise político-militar resultante na deposição do governo João Goulart, afirma Darcy Ribeiro (1997, p. 353):

Eu vi todo o golpe armar-se ao lado de Jango, supondo que podíamos enfrentá-lo. Quando se desencadeou, por parte de um general irresponsável, que contra os desígnios do seu chefe, Castelo Branco, pôs a tropa em campo, a partir de Juiz de Fora, para assaltar o Rio, chegou a nossa hora final de agir.

Assim que toma conhecimento da investida militar mineira, em Brasília, Darcy Ribeiro articula-se para viabilizar pronta e enérgica reação do governo federal. Sua estratégia abarca duas frentes. Retaliar as tropas a caminho da Guanabara e prender líderes políticos golpistas na capital fluminense. Com isso, acredita, abortaria o movimento em seu início. Com o brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona aérea, Darcy Ribeiro (1997, p. 353) obtém aviões que decolariam do Rio de Janeiro ao encontro da guarnição militar que se desloca de Minas Gerais para a antiga capital federal. Segundo o ministro-chefe do Gabinete Civil: “A tropa que saíra do quartel de Juiz de Fora era formada por recrutas com menos de três meses de caserna. Voltaria correndo para casa se fosse lambida por algumas metralhadoras da aviação fiel ao governo”. O almirante Cândido Aragão, por seu turno, garante a Darcy Ribeiro um destacamento de fuzileiros navais para prender Carlos Lacerda, no palácio do governo carioca, e Castelo Branco, na praia Vermelha, onde estaria reunido com oficiais antigovernistas.

No Rio de Janeiro, João Goulart busca persuadir os comandantes militares e grupos civis a se manterem fiéis ao governo. Darcy Ribeiro (1997, p. 353) o adverte que “a coisa andara muito demais para que fosse possível enfrentar o golpe apenas com palavras”, insistindo que autorize Francisco Teixeira e Cândido Aragão a efetivarem as ações por ele

<sup>480</sup> Através do embaixador Lincoln Gordon e do adido militar Vernon Walters, Washington acompanha e incentiva de perto a conspiração direitista no Brasil. Darcy Ribeiro (1997, p. 334) lembra que Lincoln Gordon já vinha há tempos advertindo diretamente governos estaduais e grandes empresas sobre o “perigo comunista” e mobilizando-os à “contra-revolução preventiva” sob assessoria de “Golbery, Hugo Bethelen, Juracy Magalhães, Nelson de Melo e Cordeiro de Farias”. O plano de intervenção militar estadunidense a favor dos golpistas, mais tarde publicizado, tornar-se-ia conhecido como *Operação Brother Sam*. Só não se concretizara porque João Goulart e aliados não opõem resistência efetiva ao golpe.

preparadas contra os golpistas. Ambos só poderiam agir mediante ordem direta do presidente. Todavia, lembra o professor, o perfil pacifista de Jango e seu temor de desencadear uma guerra civil, ao custo de muitas mortes, indis põe o presidente a acionar a força para solucionar a crise. Ademais, pesa o risco de intervenção estrangeira, de cuja preparação já se tinha informações confiáveis. Assim, embora ainda dispondo de dispositivo militar capaz de reverter a situação a favor do governo, bem como, de “massas populares de apoio”, Jango prefere persistir na negociação. Nesse ínterim, rapidamente, verifica-se que, no Rio de Janeiro, o presidente sequer tem garantias à sua segurança pessoal. Portanto, em 1º de abril, transfere-se para Brasília. Acompanham-no alguns assessores civis e militares que o auxiliam de perto no enfrentamento da crise militar.

Às 16 horas em ponto, meia hora após chegar ao Palácio do Planalto, em Brasília, João Goulart dirige-se ao Gabinete Civil. Lá está Darcy Ribeiro, há 24 horas. Dali seguem para o Gabinete Militar. Jango é recebido de pé pelos oficiais do Exército, que prestam sua última homenagem ao “Presidente das reformas de base”.<sup>481</sup> Os militares fiéis ao governo “choravam emocionados”, relata Darcy Ribeiro (1997, p. 354). Após discutirem a situação militar, Jango segue de helicóptero para sua residência na Granja do Torto.<sup>482</sup> Pouco depois, “em mangas de camisa, tresnoitado”, o presidente recebe os deputados Doutel de Andrade, Tancredo Neves e Almino Afonso, o senador Artur Virgílio, Darcy Ribeiro e Waldir Pires (então cotado para Ministro das Relações Exteriores). Também participa da reunião o general Nicolau Fico, comandante militar de Brasília, que se compromete a manter a capital federal por 48 horas, dentre outros. Considera-se, pois, a possibilidade do presidente permanecer na capital federal, buscando dali negociar o fim da mobilização militar contra o governo, até virem depô-lo à força. Auxiliado por Tancredo Neves e Almino Afonso, Jango chega a redigir “Memorial à Nação” em que denuncia as “arremetidas da prepotência e da pressão do poder econômico” contra seu governo em decorrência de suas recentes medidas de caráter nacional-popular, assegurando que “reagirá aos golpes dos reacionários”, com apoio das Forças

---

<sup>481</sup> JORNAL DO BRASIL. “Nossa luta está perdida”, disse assessor de Goulart querendo deixar Brasília, Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51610](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51610). Acesso: 17.10.2020.

<sup>482</sup> Nesse momento, funcionários palacianos são tomados por uma “melancolia de fazer dó”. Em clima típico de fim de governo, iniciam a “limpeza” das gavetas. Alguns leem cartas “às famílias distantes”. Com “embrulhos e pacotes”, despedem-se e saem, “sem pressa”. JORNAL DO BRASIL. “Nossa luta está perdida”, disse assessor de Goulart querendo deixar Brasília, Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51610](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51610). Acesso: 17.10.2020.

Armadas e do povo.<sup>483</sup> O texto é divulgado por Darcy Ribeiro através de rádios locais que ocupara preventivamente como parte de seu plano para viabilizar a resistência governista.

Todavia, sucessivas defecções dos comandos militares em favor ao movimento golpista impõem mudanças nos planos de resistência. Decide-se que melhor seria João Goulart transferir-se a Porto Alegre, região guarnecida pelo III Exército, a cargo do general Ladário Teles, militar fiel ao presidente. Ainda em 1º de abril, à noite, Jango é levado ao aeroporto de Brasília. Viajaria para o Rio Grande do Sul no mesmo avião em que viera do RJ: um Coronado da Varig. Após esperar por duas horas dentro da aeronave, percebe-se não se tratar de mero atraso. Mas, sim, de sabotagem. Wilson Fadul, ministro da Saúde e também oficial da Aeronáutica, providencia outro avião, no qual a comitiva presidencial segue para seu destino. O DC-3 da força aérea singra os céus rumo à região austral do país. Após demorada viagem, aterriza com segurança na capital gaúcha (RIBEIRO, 1997; FERREIRA, 2011; JOSÉ, 2018).

Enquanto João Goulart busca solucionar a crise político-militar a partir de Porto Alegre, Darcy Ribeiro e Waldir Pires ficam encarregados de sustentar o governo e resistir ao golpe em Brasília. Espera-se que uma ação baseada no III Exército impeça a derrubada do presidente. De volta ao Palácio do Planalto, o ministro-chefe do Gabinete Civil é procurado por membros do Gabinete Militar. Informam-no que deixariam a capital do país. Indignado, Darcy Ribeiro chama-os de “covardes” e “vendilhões do Presidente”. Após a acalorada discussão, fecha-se em seu gabinete, armado, afirmando que não deixaria o governo “sem que haja luta”.<sup>484</sup> Os ânimos exaltam-se ainda mais quando o professor, juntamente com Waldir Pires, toma conhecimento de telegramas entre Nicolau Fico e Costa e Silva – este, automeado ministro da Guerra. Na correspondência, o destinatário merece o tratamento de “meu chefe” do comandante que, horas antes, prometera guarnecer a capital federal em favor do governo. Darcy repreende-o aos gritos: “Ele não é seu chefe. É um macaco. Você não merece vestir a saia da Iracema”, secretária do Gabinete Civil ali presente.<sup>485</sup> Em meio às tensões, Darcy Ribeiro busca tomar medidas contra o avanço do golpe. Em suas próprias

---

<sup>483</sup> JORNAL DO BRASIL. **Goulart lança manifesto para afirmar que vai resistir**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51611](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51611). Acesso: 19.10.2020.

<sup>484</sup> JORNAL DO BRASIL. **Darci vai resistir no pôsto**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51611](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51611). Acesso: 19.10.2020.

<sup>485</sup> Trata-se de Iracema Kemp, advogada. Segundo testemunho de Waldir Pires (JOSÉ, 2018, p. 39), Darcy Ribeiro também teria dito a Nicolau Fico: “General, agora, olhando bem para o senhor, vejo que tinha de ser isso mesmo. Estou vendo a sua cara de gorila que obedece cegamente a um gorilão maior”.

palavras: “Fiquei no meu posto de chefe da Casa Civil, passando pitos e dando ordens incumpríveis”. Concretamente, consegue reunir cerca de mil “candangos” no Teatro Nacional com o objetivo de realizar a ocupação pacífica da Câmara e do Senado. A ação seria posta em prática na manhã seguinte. Com isso, pretende-se inviabilizar eventual votação de *impeachment* contra Jango (RIBEIRO, 1997, p. 355).

Todavia, Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso e opositor declarado de João Goulart, reúne deputados e senadores em plenário já na noite de 1º de abril. Mediante informações de que Jango deixara Brasília, apressa-se para consumir o golpe no legislativo, pondo em questão seu paradeiro com objetivo claro de destituí-lo. Por volta da meia-noite, às pressas, Doutel de Andrade corre do Congresso ao Palácio do Planalto para informar a Darcy Ribeiro e Waldir Pires que, no legislativo, afirma-se que Jango abandonara o país. Face à iminência do *impeachment*, preparam um comunicado oficial aos parlamentares informando-os que Jango está reunido com integrantes de seu ministério e oficiais do III Exército em Porto Alegre. Logo, em território nacional e em pleno exercício de suas “atribuições constitucionais”. Com o documento datilografado pelo consultor-geral e assinado pelo ministro-chefe do Gabinete Civil nas mãos, Doutel de Andrade corre de volta ao plenário. O texto é lido na tribuna e entregue ao destinatário, o presidente do Congresso. Não obstante, Auro de Moura Andrade está decidido a cancelar o golpe militar. Ignorando o Palácio do Planalto, normas regimentais e a Constituição, declara “vaga a presidência da República” e convoca Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara e sucessor legal de Jango, a tomar posse como chefe do executivo. Desse modo, às duas horas da madrugada de dois de abril, consuma-se a deposição de Jango. Logo, o judiciário e os EUA reconhecem o novo governo, legitimando-o (RIBEIRO, 1997; FERREIRA, 2011; JOSÉ, 2018).

A notícia chega imediatamente ao Palácio do Planalto. Sobre seu estado emocional naquele instante, narra Darcy Ribeiro (1997, p. 355-356):

Eu estava siderado. Tinha os pés e as mãos atados, a boca tapada. Justo naquela hora em que minha disposição era enfrentar canhões com minhas carnes. Era atirar, arrasar. Uma imagem que não me saía da cabeça era a figura de Auro, que eu queria esmagar.

Darcy Ribeiro, então, pensa no presidente do Congresso como alguém detestável. Filho do “maior grileiro de terras do Brasil”, seguindo o exemplo do pai, Auro de Moura Andrade apoderara-se de “centenas de quilômetros de terras” nos estados de São Paulo e

Mato Grosso. “Terras que retinha como suas, como carnes de seu corpo. Tirar o naco delas seria como arrancar-lhe a mão”. Claro, não poderia ser outra coisa senão representante da reação contra João Goulart. Não havia razão para esperar que se destacasse, a não ser como eminente golpista. Enquanto ruminava essas ideias, com indignação e mágoa, lembra ainda Darcy Ribeiro (1997, p. 356):

Os oficiais me olhavam assombrados, sem coragem de insistir que eu saísse. As pessoas que eu chamara, Zé de Catão, meu amigo de infância, e frei Mateus, vice-reitor da UnB, me olhavam com espanto. Iracema sorria, tentando me alegrar. Aquela era minha hora de chumbo. Hora que eu preferia estar morto a sofrê-la: a hora do derrotado. Não disse palavra. Lá fiquei mudo, me roendo. Nem pensar ordenadamente pensava. Só sentia uma dor surda que retesava meus músculos, estirava meus nervos e me deixava pronto para disparar. Para onde? Para nada!

Efetivada a deposição de João Goulart pelo Congresso e, portanto, nada mais havendo a fazer em Brasília, Darcy Ribeiro e Waldir Pires apressam-se para embarcar rumo a Porto Alegre. Resta-lhes integrarem-se à resistência governista na capital gaúcha. Assim, deixam o Palácio o Planalto. Conforme combinado, tomam providências necessárias à segurança e traslado de familiares, despedem-se destes e, em seguida, dirigem-se à Base Aérea, ainda na madrugada de dois de abril. Waldir Pires chega ao aeroporto antes do amigo. “Doutor Waldir, o que o senhor está fazendo aqui?”, pergunta-lhe surpreso o major de plantão. O consultor-geral esclarece que ele e ministro-chefe do Gabinete Civil embarcariam para Porto Alegre com o objetivo de juntar-se a João Goulart. Seriam conduzidos pelo coronel Avelar, informa. “Se virem o senhor aqui, vão prendê-lo”, adverte o major, acrescentando que o coronel está em casa e recomenda que saísse logo dali. Não satisfeito, através do telefone mais próximo, Waldir Pires comunica-se diretamente com o coronel. Em sua residência, ele informa que não poderia decolar, posto que o novo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, a quem já estaria subordinado, proibira decolagens sem sua expressa autorização. Mais um militar considerado fiel ao governo que debandara para o lado dos golpistas. Chegando à Base Aérea, Darcy Ribeiro é inteirado da situação por Waldir Pires, inclusive, da existência de ordem de prisão contra eles. Precisariam buscar outros meios para

deixar Brasília. Rapidamente, deixam o aeroporto, seguindo os conselhos do major (JOSÉ, 2018, p. 40; RIBEIRO, 1997, p. 356).<sup>486</sup>

Após tentarem, em vão, viajar para Porto Alegre, visando escapar à onda de prisões políticas já em andamento, Waldir Pires e Darcy Ribeiro refugiam-se. O primeiro na casa de Beatriz Caporal, secretária da Casa Candango e amiga de sua esposa, Yolanda Pires. O segundo dirige-se, primeiramente, ao seu apartamento de reitor da UnB, há tempos desocupado, “empoeiradíssimo”. Com “um cansaço de 72 horas”, dorme profundamente até que, dez horas depois, Zé de Catão e frei Mateus o acordam para avisar que a tropa mineira vasculha as imediações a sua procura. Então, Darcy Ribeiro transfere-se para a casa da amiga Selma, onde passa dois dias, “sempre tenso”. Na noite-madrugada de dois para três de abril, lideranças do governo derrubado reúnem-se no apartamento de Bocaiúva Cunha. Mediante avaliações de conjuntura, decidem que detentores de mandatos parlamentares permaneceriam em Brasília, resistindo no legislativo. Darcy Ribeiro e Waldir Pires deveriam integrar-se à resistência na capital gaúcha, conforme desejam. Rubens Paiva – “queridíssimo” e “bravo” amigo “trucidado pela ditadura”, recorda o antropólogo –, assume a responsabilidade pelo traslado. Providencia um Cessna, de João Goulart, e as autorizações necessárias à operação do monomotor na capital federal. Embarcariam em quatro de abril, às seis da manhã, na abertura do tráfego aéreo (JOSÉ, 2018, p. 13-14, 40-41; RIBEIRO, 1997, p. 357).

De madrugada, como combinado, Rubens Paiva busca Darcy Ribeiro e Waldir Pires em seus respectivos esconderijos, conduzindo-os ao aeroporto. Às quatro horas, escondem-se junto à cabeceira da pista, permanecendo deitados para não serem vistos. Na hora marcada, a “avioneta” se aproxima, estacionando em posição de decolagem. Darcy Ribeiro e Waldir Pires abraçam o amigo com afeto e gratidão, embarcando rapidamente. A torre dá “luz verde”, sinal combinado como autorização à partida do Cessna. Entretanto, o piloto, Carlos Brum, que por razões de segurança desconhece a natureza da operação e os passageiros, reluta. Já em movimento, esperava autorização verbal padrão pelo rádio, impossível uma vez comprometeria os colaboradores da Base Aérea. Afinal, Darcy Ribeiro determina energicamente que decole: “Nada de voltar!”. O “teco-teco” ganha os céus (JOSÉ, 2018, p. 13-14, 40-41; RIBEIRO, 1997, p. 357).

---

<sup>486</sup> Vale lembrar que boa parte da baixa oficialidade militar é simpática ao governo, o que, por certo, favorece Darcy Ribeiro e Waldir Pires naquele momento.

O destino inicial é uma fazenda em Mato Grosso, perto da fronteira com a Bolívia, também pertencente a João Goulart. De lá, devidamente reabastecido, o Cessna seguiria até São Borja e, finalmente, de lá para Porto Alegre. As escalas devem-se a limitações da pequena aeronave e cuidados inspirados pela clandestinidade da viagem. A chegada à fazenda se dá ainda na manhã de quatro de abril. Conversando com os “peões”, Darcy Ribeiro e Waldir Pires logo percebem que não estão seguros. O clima nos arredores é de terror. A pretexto de apoio ao golpe militar e defesa de suas terras, proprietários rurais vizinhos estão de prontidão, com capangas armados ao encalço de supostos inimigos. O Cessna despertara-lhes atenção e já buscam informações sobre a identidade dos passageiros. Assim, quanto antes deixassem o local, melhor. Entretanto, o combustível necessário à continuidade da viagem viria em outra aeronave. O atraso desta se prolonga, aumentando a insegurança. Diante disso, já envolvido na operação, Carlos Brum sugere aos passageiros um plano alternativo: continuar vôo com gasolina de caminhão. Trata-se de combustível mais fraco, explica o piloto, porém, já experimentado por ele com êxito noutra ocasião limite. Não há margem para hesitações: carregam a aeronave com latas cheias do combustível à disposição. À noite inteiram-se da situação política nacional pelo rádio. Pouco antes, à tarde, Jango exilara-se no Uruguai. Portanto, não há mais condições e/ou motivos para ir até Porto Alegre, avaliam. A vitória dos golpistas está praticamente consumada, revela o noticiário, segundo o qual, ademais, as forças militares que permanecem fiéis ao governo são escassas e declinantes (JOSÉ, 2018; RIBEIRO, 1997).

Sentindo o amargo sabor da derrota, recorda Darcy Ribeiro (1997, p. 357), na manhã seguinte, cinco de abril, voam em direção “às florestas do lado paraguaio do rio Paraná”. Após algum tempo de vôo, aterrizam em “um campo de pouso usado por contrabandistas”, onde transferem “a gasolina das latas para o avião”. Em seguida, decolam sentido Uruguai, passando por instantes de demasiada tensão. Devido ao combustível mais fraco, o Cessna ganha altura apenas no último instante possível, já no limite da pista com a floresta. “Naquele dia, por um triz, não ficamos enterrados permanentemente no Paraguai”, diria Darcy Ribeiro, anos depois, ao relembrar a aventura compartilhada com o amigo Wadir Pires.<sup>487</sup> “Várias horas” depois, “já dentro do território uruguaio”, na altura de Tauperi, deparam-se com “uma forte tempestade elétrica” que obriga Carlos Brum a um pouso forçado

---

<sup>487</sup> RIBEIRO, Darcy. **Waldir**. Salvador: [s.n], 1981. p. 9 (*apud* JOSÉ (2018, p. 18)).

em meio a um rebanho de ovelhas. A arriscada aterrissagem ocorre por volta das 15:00 horas. Imediatamente, os três ocupantes da aeronave seguem a pé por uma estrada de terra. Deparando-se com curiosos que, por sua vez, dirigem-se ao pequeno avião, informam-se sobre a localização do desembarque. Estão a aproximadamente 90 quilômetros de Salto, destino pretendido. Caminhando, alcançam a estação balneária de Arapey, onde conseguem hospedagem.

Conforme registra Darcy Ribeiro (1997, p. 358):

Por acaso, desembarcamos junto a um hotel de turismo, que tinha uma bela piscina de água quente. Eu e Waldir caímos na água, era um descanso de reis. Mas aí nos chamaram. Um sargento uruguaio chegara para nos prender. Ao saber por Waldir que não éramos contrabandistas, que éramos perseguidos pedindo asilo político, sua atitude transmutou. Encheu-se de orgulho dos uruguaios como protetores de todos os perseguidos da América. No dia seguinte conseguiu um carro que nos levou para Montevideu.

No Brasil, logo noticia-se a façanha dos fiéis assessores e amigos de João Goulart. Surpreendentemente, Darcy Ribeiro e Waldir Pires chegam ao Uruguai “atravessando com um aviãozinho uma tempestade elétrica, no final de uma fuga de dois mil e quinhentos quilômetros, consumindo gasolina de automóvel”. Após vivenciarem “uma violenta experiência de poder” e se aventurarem perigosamente por céus internacionais, “sorridentes” e “efusivos, como quem vinga uma montanha”, “os dois moços, muito moços”, comentam: “Fomos os últimos a sair de Brasília”.<sup>488</sup>

Salvo breves interrupções, o exílio de Darcy Ribeiro perdura de 1964 a 1976. Inclui residência no Uruguai, Venezuela, Chile e Peru, além de viagens profissionais e políticas a vários outros países.<sup>489</sup> Nestes marcos, Darcy Ribeiro experimenta os “efeitos limitantes” e “expansivos” do deslocamento forçado (SZNAJDER; RONIGER, 2013, p. 63). Desse modo, a despeito do inerente sofrimento que carrega em sua condição de exilado,

<sup>488</sup> FERREIRA, Edwaldo Dantas. Última página de uma aventura. **Folha de São Paulo**. São Paulo, abr. 1964 (*apud* JOSÉ (2018, p. 21).

<sup>489</sup> A emergência de ditaduras militares na América Latina, dos anos 1960 aos 1980, afirma Pablo Yankelevich (2011, p. 11, 14), acentua na região o exílio como fenômeno eminentemente político, conferindo-lhe inédita dimensão massiva. Assim, o deslocamento compulsório apresenta-se como um dos resultados da “política de extermínio inscrita na doutrina de segurança nacional” dos regimes autoritários do período. Mario Sznajder e Luis Roniger (2013, p. 19-20, 27, 44-45) definem exilados como sujeitos objeto de “exclusão institucional”, “perda de direitos civis e políticos” impingidos a emigrar frente a governos que os oprimem por suas práticas oposicionistas na “esfera pública”. Sob “condições restritivas” em que se “teme a perseguição ou ainda a perda da vida”, a segurança relativa de “um ambiente estranho” surge-lhes como possibilidade de preservar alguma autonomia, construir estratégias de adaptação temporária, resistência e atuação com vistas ao retorno.

mantém-se intelectual e politicamente ativo. Alçando oportunidades que, segundo ele próprio, transformam-no positivamente e não teria se tivesse permanecido no Brasil, figura entre aqueles sujeitos que podemos definir como exilados “ativistas” ou “proativos”.<sup>490</sup> Em decorrência da ampla e aterrorizante perseguição praticada pela ditadura brasileira, suas atividades intelectuais então sobrelevam-se em relação às políticas. Não obstante, o engajamento mantém-se como aspecto medular de sua biografia. Continente afora, empenha-se intensamente na docência, reformas universitárias, projetos editoriais e produção bibliográfica, sempre pautado por seus referenciais ideológicos. Ainda que com a discrição necessária a exilados, também não se furta a atividades políticas propriamente ditas. Articula-se com outros exilados, especialmente brasileiros, opondo-se à ditadura e engajando-se em causas políticas afins à sua histórica militância. Torna-se assessor de Salvador Allende e Juan Velasco Alvarado, respectivamente, no Chile e Peru. Assim, Darcy Ribeiro experimenta itinerários exílicos tão relevantes quanto sua agência político-ideológica no governo João Goulart. No entanto, reconstituir os passos do antropólogo no exterior, fica para um futuro trabalho.

---

<sup>490</sup> Como afirma Haydée Ribeiro Coelho (2002, p. 212, 222), Darcy Ribeiro não se abate completamente pela opressão do exílio e suas frustrações. Ao contrário, encara as desditas da “situação de banimento”. Transformando-a em trabalho e produtividade, trilha caminhos fecundos intelectual e politicamente. Cada vez mais imbuído das grandes causas de seu tempo, faz de sua trajetória pública palco de “lições de resistência”, “ajudando a escrever, de forma crítica e atuante, parte da História cultural e política da América Latina”. Assim, seu exemplo soma-se a outros capazes de evidenciar que o “exílio não se reduz à figura do desterrado/coitado que purga em terras estrangeiras um destino errante, sempre em busca da identidade perdida”. Para Darcy Ribeiro e diversos intelectuais, o desterro imposto pelo autoritarismo político desencadeia oportunidades profissionais e “alargamento das fronteiras culturais, sem o abandono de uma postura política e crítica, necessária ao entendimento de nossa existência no mundo”.

## Considerações finais

Não obstante a escassez de estudos acadêmicos dedicados a reconstituir a trajetória de Darcy Ribeiro pelo enfoque político-biográfico, os poucos trabalhos disponíveis que por este viés a ele se referem não deixam dúvidas sobre sua identidade trabalhista (SENTO-SÉ, 1999; BOMENY, 2000; PINHEIRO, 2006; MATTOS, 2007; MOREIRA, 2010). Evidencia-a seu longo enlace com os herdeiros de Getúlio Vargas, estabelecido em meados dos anos 1950, nos tempos do PTB, e mantido até sua morte, em 1997, no exercício do seu mandato de senador pelo PDT. Assim, não obstante sua trajetória seja em regra dada como primordialmente multifacetada, do que ele próprio orgulha-se, reivindicando para si várias peles, eis que uma importante e inquestionável permanência caracteriza-a: o engajamento trabalhista. Percebida até mesmo em sua atividade político-intelectual exílica, esta abrangente continuidade atesta profundo envolvimento do antropólogo com o trabalhismo. Ou, conforme entendemos, com a cultura política trabalhista, aporte teórico-metodológico em que nos balizamos.

Embora consolidado e vigoroso, o debate sobre nossa tradição trabalhista apresenta limites no tocante ao emprego da categoria cultura política (MOTTA, 2009; PEREIRA, 2017). Estudiosos do trabalhismo brasileiro, não raro, utilizam-na de modo mais ou menos genérico, prescindindo do debate teórico-conceitual. Por isso, combinando prioritariamente elementos da concepção historiográfica pluralista francesa de cultura política e contribuições de estudos sobre o trabalhismo, dedicamo-nos a construir uma noção algo mais sistematizada de cultura política trabalhista. Traçando um paralelo entre aspectos constitutivos do trabalhismo e traços definidores de uma cultura política, observamos elevado índice de correspondência. Portanto, parece-nos possível e esclarecedor descrever a tradição trabalhista brasileira nos moldes de uma cultura política relevante e duradoura, à qual a trajetória de Darcy Ribeiro se relaciona intrinsecamente (capítulo 1). Ao passo que a adesão do antropólogo à cultura política trabalhista distingue-o enquanto intelectual engajado durante a maior parte de sua vida, faz-se imprescindível examinar suas experiências sob este prisma. Assim, remontamos ao momento em que ele se afasta da militância comunista, aproximando-se dos trabalhistas, instigado pelo suicídio de Getúlio Vargas. O acontecimento reveste-se de caráter epifânico, virando sua cabeça, posicionamentos ideológicos de vários intelectuais, a

percepção popular do político e a história do país, reflete Darcy Ribeiro. E, segundo podemos observar, também impacta a escala das gerações e a dinâmica das culturas políticas.

Após a reorientação política de Darcy Ribeiro, abordamos aspectos de sua atuação oficial como ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo trabalhista de João Goulart. O exercício do cargo configura ponto chave em sua vida pública. Projeta-o nacionalmente como um dos principais e mais combativos assessores do presidente. O mais fiel deles (FERREIRA, 2011, p. 496). Assim, Darcy Ribeiro integra-se em posição de destaque à indústria governista de ideias destinadas, como dissera inúmeras vezes, a “passar o Brasil a limpo” através de profundas reformas estruturais, que removeriam entraves à modernização do país, promovendo seu desenvolvimento com justiça social. Como ideólogo do governo trabalhista, Darcy Ribeiro situa-se no epicentro dos embates que agitam a cena política nacional no imediato pré-1964. Então, acreditara, uma grande mudança, em benefício do povo e equiparável à abolição da escravatura realizar-se-ia sob a égide do governo trabalhista que integra com considerável soma de autoridade e prestígio.

O papel de Darcy Ribeiro como ideólogo do governo trabalhista, na chefia do Gabinete Civil, revela-se proeminente ao cotejarmos seus discursos à renovação político-narrativa oficial engendrada por João Goulart a partir de meados de 1963. Então, as ressonâncias discursivas entre Darcy Ribeiro e Jango parecem transpor o óbvio. Isto é, o professor não apenas ajusta seu tom às diretrizes político-ideológicas determinadas pelo presidente desde a reforma ministerial de junho, em que fora nomeado ministro-chefe do Gabinete Civil. Aparentemente, Darcy Ribeiro passa a atuar, com particular ascendência, na produção dos principais discursos do presidente, contribuindo à fundamentação, aprimoramento estratégico e difusão da prédica do governo trabalhista. Assim, é razoável supor que, através de sua participação na campanha para impulsionar as reformas de base, estabelecidas como tônica da administração federal, o antropólogo influi na guinada do governo à esquerda. Vale a pena reiterar, ainda, que o nosso biografado então integra, junto com Waldir Pires e Abelardo Jurema, o tripé intelectual do presidente. O grupo teria função de harmonizar pronunciamentos dos ministros entre si e com chefe do executivo, inclusive, mediante leitura prévia.

Nesta posição, Darcy Ribeiro contribuíra, inclusive, à estratégia final de João Goulart, qual seja, pressionar o legislativo a aprovar as reformas estruturais, em especial a

agrária, com apoio das esquerdas, através de contínua mobilização sindical-popular e esteio de seu dispositivo militar. Todavia, até que se chegasse de fato a esta derradeira tática, comumente denominada “política do confronto”, concretizada no início de 1964, em detrimento à política de conciliação/acomodação, notamos uma progressão de posições assumidas em discursos presidenciais fundamentais difundidos no ano anterior, em cuja elaboração há “digitais” do ministro-chefe do Gabinete Civil. Assinalamos, nesse sentido, os pronunciamentos de Jango em duas ocasiões celebrativas de especial importância para a cultura política trabalhista: o “Dia de Vargas” e o “Dia da Pátria” (capítulo 4). Versões originais desses discursos encontradas no acervo pessoal de Darcy Ribeiro (MDR) evidenciam sua proeminente (co)participação na concepção dos mesmos. Ao compará-las às suas versões finais difundidas pela imprensa, a alocações prévias do antropólogo (capítulos 2 e 3), como seu discurso de posse na chefia do Gabinete Civil, resposta à “Carta ao Povo” de Carlos Lacerda, defesa em processo judicial instaurado contra ele pelo governador, dentre outras, assim como a discursos correlatos de Jango do período parlamentarista, obtivemos vários indícios da referida condição de ideólogo do governo trabalhista ocupada pelo professor. Tal percepção é reforçada quando direcionamos nossas atenções aos passos de Darcy Ribeiro no governo em 1964 (capítulos 5 e 6), com relevo à *Mensagem* e *Comício das reformas*. Cabe-lhe, além da redação do importante documento, destinado a formalizar o programa reformista defendido por Jango perante o Congresso, estabelecer contatos políticos imprescindíveis em favor da jornada nacional pelas reformas então planejada pelo Planalto com a colaboração das esquerdas e movimento sindical-popular.

O escopo documental em vista contém evidências convincentes da ingerência de Darcy Ribeiro na construção narrativa trabalhista característica do período presidencial de João Goulart, pós-reforma ministerial de junho de 1963. Revela-o pioneiro em apropriar-se de eventos históricos brasileiros marcantes, conferindo-lhes valor arquetípico, conforme interesses políticos governistas, sob mediação da cultura política trabalhista. Independência, abolição da escravidão, proclamação da República e promulgação da CLT emergem como paradigmas de um método desejável e válido de ação política. A saber, superar ameaças ao desenvolvimento do país pacificamente, recorrendo-se à flexibilidade, diálogo, conciliação e consenso. Claro, a pretendida acomodação não prescinde de valores trabalhistas, devendo resultar na aprovação das reformas de base com vistas à modernização e desenvolvimento

socialmente responsáveis em bases nacionalistas. Devido à formação em ciências humanas que o singulariza em meio aos demais assessores presidenciais, Darcy Ribeiro parece-nos particularmente propenso a esse tipo de raciocínio de viés histórico. Posto que esse dispositivo estratégico e outros aparentemente engendrados pelo ministro-chefe do Gabinete Civil logo transpõe suas falas, passando às alocações de João Goulart e demais, entrevemos aí a atuação do professor como fundamental ideólogo do governo trabalhista. Dessa maneira, acreditamos, ele se faz imprescindível à formulação da legitimidade de João Goulart e suas reformas estruturais através da introdução de importantes elementos ideológico-discursivos. Além dos supracitados, destacamos as noções de “agostada”, destinada a denunciar o golpismo dos adversários, e reforma agrária como “nova abolição” e/ou “abolição da terra”.

Assim, a guinada político-discursiva governista à esquerda, posterior à reforma ministerial de junho de 1963, corroborada pelo cotejamento de discursos de João Goulart no “Dia da Pátria” desde 1961, parece mesmo refletir a atuação ideológica-intelectual de Darcy Ribeiro. Em sete de setembro de 1963, em discurso que, segundo fortes indicativos, o antropólogo contribuíra significativamente, Jango assinala a independência como paradigma e fonte de legitimidade às propostas governistas, situando o evento como modelo bem-sucedido de conciliação e transformação positiva do país a ser revivido para solucionar a presente crise nacional. Por outro lado, sobressaem-se referenciais político-ideológicos trabalhistas-esquerdistas como reformas de base, nacionalismo, modernização, desenvolvimento, autonomia político-econômica, anti-imperialismo, democracia, participação política popular e justiça social. Trata-se de perspectiva ausente nas alocações celebrativas anteriores do presidente. Não obstante, na prática, a “política do confronto” desde então insinuada somente sobrepunha a política conciliatória como estratégia preferencial do presidente no alvorecer de 1964. Todavia, mesmo nos estertores da crise político-militar que depõe o governo, não se verifica efetiva preparação governista-esquerdista para o enfrentamento direto, o que, parece-nos, evidencia a estratégica final de Jango antes como “política de pressão” que “confronto”.

Então, vale a pena assinalar, Darcy Ribeiro revela sua proeminência ao participar, com notoriedade, dos principais atos governistas: o *Comício e Mensagem das reformas*. O evento, palco em que João Goulart sela e publiciza sua aliança com as esquerdas e movimento sindical-popular em defesa do programa reformista. O documento, formaliza-o enquanto plataforma de governo do presidente junto ao Congresso. Com redação de Darcy Ribeiro,

aciona elementos político-ideológicos por ele preconizados com destaque desde sua posse como ministro-chefe do Gabinete Civil e, por certo, referencia o peremptório discurso presidencial de 13 de março. Amizade e confiança recíprocas observadas entre Jango e Darcy Ribeiro, simbolizadas pela presença deste junto ao mandatário no palanque do *Comício*, também sustentam nosso entendimento da atuação do professor como ideólogo especialmente influente do governo trabalhista.

Neste importante papel, Darcy Ribeiro opera a discursividade oficial acionando sua expertise acadêmico-científica, elementos político-culturais brasileiros tradicionais e, sobremaneira, referenciais da cultura política trabalhista e afins. Na maior parte do seu exercício, não obstante progressiva ideologização discursiva governista, concretamente, mantém-se a aposta de João Goulart na acomodação de atores díspares em torno de seu programa reformista. A estratégia conciliatória pressupõe reformas estruturais sem ruptura, de modo pacífico e legal. Aliás, em conformidade à definição dada à filosofia política da esquerda por Darcy Ribeiro naquele tempo frenético: conservar o que há de positivo na ordem vigente, melhorando-a naquilo que deixa a desejar. A conciliação/acomodação impregnam, até mesmo, o potencial revolucionário que o antropólogo atribui ao governo Jango a partir do que, posteriormente, denominaria “socialismo evolutivo”. Não obstante, conservadores e anticomunistas têm ouvidos moucos aos apelos conciliatórios do presidente. Ao que parece, suas medidas reformistas de orientação nacional-popular, tanto quanto os métodos políticos engendrados para alcançá-las, materializam aos olhos dos adversários o perigo comunista que há tempos em espectro os assombra. Supondo e/ou alegando oportunamente que o *status quo* estaria ameaçado pela política de Jango, rompem os limites da tradicional propensão brasileira à acomodação e, por conseguinte, da institucionalidade, posto que depõem, pela força, um governo legítimo.

Portanto, apesar das expectativas positivas das esquerdas-governo em relação à efetivação das reformas, superação da crise e desenvolvimento do Brasil com justiça social, à virada de março a abril de 1964, surpreende-lhes um acachapante revés político. Um golpe militar destitui João Goulart e sua equipe, impondo ao país uma sombria ditadura direitista. O período vivenciado como ministro-chefe do Gabinete Civil marca Darcy Ribeiro de forma indelével. Reconfigurando sua vida pessoal, intelectual e política, parece fortalecer seu vínculo à cultura política trabalhista. Ele amarga a terrível derrota das esquerdas, sofrendo

impactos diretos da repressão desencadeada pelo novo regime. Como o próprio presidente, muitos integrantes do governo deposto e correligionários, conforme abordamos, é impelido ao exílio como meio de proteger a própria vida, preservar alguma margem de liberdade e tentar retomar a resistência política individual e coletivamente. Dado o perfil político-ideológico de Darcy Ribeiro, sua conduta e projeção no governo, os golpistas o incluem entre aqueles que consideram seus principais inimigos. Desse modo, safa-se da onda de prisões arbitrárias verificada no curso do golpe. Entretanto, não escapa ao AI-1, editado na semana seguinte, anulando as garantias democráticas da constituição em vigor. Seu nome é o quinto, entre cem brasileiros com direitos políticos cassados pelo primeiro de muitos decretos autoritários da ditadura recém-estabelecida. Em primeiro lugar, figura Luís Carlos Prestes. Em segundo, Jango.<sup>491</sup>

As ações repressivas da ditadura militar, contrariando pretensões de seus mandatários e serviçais, seriam incapazes de extinguir as culturas políticas de esquerda – comunismo, socialismo, trabalhismo, dentre outras – e/ou ideais democráticos. A perseguição estatal instiga tradicionais agentes daquelas culturas à resistência, além de atrair para o lado destes novos militantes, identificados à defesa da democracia.<sup>492</sup> Ao término da ditadura militar, de acordo com Gomes (2005), inicia-se a terceira fase do trabalhismo – ou, conforme, propomos, cultura política trabalhista –, liderada por Leonel Brizola. Sob a égide do “brizolismo”, o trabalhismo reestruturado mantém postulados característicos de sua trajetória no pré-1964. Isto é, de sua primeira (“getulismo”) e segunda (“janguismo”) fases. Por

---

<sup>491</sup> O quarto é Miguel Arraes, sucedendo Jânio Quadros. Leonel Brizola é o décimo. Raul Ryff e Waldir Pires aparecem, respectivamente, em sexto e sétimo. Abelardo Jurema, integrante do Planalto com quem Darcy Ribeiro também interage permanentemente, é o 67º cassado. Vale a pena destacar, ainda, a cassação de Rubens Paiva, cujo apoio fora fundamental ao sucesso da operação que possibilitara a saída de Darcy Ribeiro e Waldir Pires de Brasília. Rubens Paiva seria preso, interrogado, torturado, morto e desaparecido pela ditadura militar. A lista completa das cassações determinadas pelo AI-1, em 9 de abril, que inclui vários outros personagens citados ao longo do trabalho, encontra-se em: MEMORIAL da DEMOCRACIA. **ATO 1 DA DITADURA RASGA A CONSTITUIÇÃO**: Comando Supremo cassa mandatos e impõe ‘eleição’ de presidente pelo Congresso. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ato-1-da-ditadura-rasga-a-constituicao>. Acesso: 13.01.2021. Darcy Ribeiro, como vários intelectuais de esquerda, também é demitido de suas funções públicas e docentes e processado por desrespeito à Lei de Segurança Nacional. Em 1968, imediatamente após retornar ao país pela primeira vez desde que partira para o exílio, é surpreendido pelo AI-5, que motiva sua prisão, mesmo tendo sido absolvido no referido processo. Libertado após quase um ano de reclusão, em 1969, vê-se novamente obrigado a exilar-se.

<sup>492</sup> Conforme Motta (2014, p. 354-355): “Os golpistas de 1964, ao contrário de suas expectativas, não foram capazes de impedir o crescimento da influência da esquerda. Podem ter retardado o processo momentaneamente, contudo os próprios efeitos das práticas autoritárias alimentaram o esquerdismo de muitos jovens. No final da intervenção repressiva, os inimigos estavam tão fortes quanto antes, talvez mais. O declínio das culturas de esquerda viria anos depois, por outras razões, e não pela força da repressão, que é incapaz de coibir ideias”.

exemplo, anti-imperialismo, nacionalismo, estatismo, participação política popular, democracia, modernização/desenvolvimento, ampliação da justiça social por meio de direitos do trabalho e reforma agrária. Contudo, observam-se elementos novos, entre outros, desenvolvimento sustentável/responsabilidade ambiental, maior ênfase em políticas educacionais e concepção da democracia como compromisso incondicional. Darcy Ribeiro desempenharia papel proeminente no “processo de atualização” trabalhista (MOREIRA, 2010, p. 23). Engaja-se na reorganização do PTB, coordenada por Leonel Brizola, resultante no PDT, legenda que, por fim, abriga os petebistas históricos. O antropólogo é o 29º signatário da Carta de Lisboa, de 17 de junho de 1979, documento fundacional do programa político-ideológico trabalhista em sua terceira etapa, o qual ajuda a redigir.<sup>493</sup>

Não obstante importantes atualizações, continuidades entre os “tempos” do trabalhismo corroboram sua conceituação como cultura política e podem ser observadas na própria trajetória pública de Darcy Ribeiro. Como senador, o antropólogo continua a defender várias pautas que balizam sua atuação como ministro-chefe do Gabinete Civil de João Goulart. Exemplo expressivo é a retomada da proposta de reforma agrária e adequações constitucionais consolidada na *Mensagem das reformas* em termos praticamente idênticos. Inclusive, voltando a propugnar a incorporação do princípio “A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade” – ou seja, a “noção de uso lícito” da terra – à Constituição (MOREIRA, 2010, p. 114-115). Outro elo político-ideológico entre Darcy Ribeiro ministro-chefe do Gabinete Civil e Darcy Ribeiro senador, revelador de permanências entre os trabalhistas de Jango e Leonel Brizola, pronuncia-se através da contundente oposição do antropólogo às políticas neoliberais privatistas hegemônicas na década de 1990. Ele as combate claramente municiado por referenciais que o vimos empunhar em defesa das reformas de base no pré-1964, tais como, estatismo/intervencionismo estatal, nacionalismo/anti-imperialismo, direitos trabalhistas e modernização/desenvolvimento com

---

<sup>493</sup> Segundo Pacheco (2018, p. 152, *passim*), compõem a comissão responsável por redigir a Carta de Lisboa Darcy Ribeiro, Benedito Cerqueira, Lysaneas Maciel, Hélio Fontoura e Pedro Uchoa Cavalcanti, sendo o último relator. A versão definitiva do documento de “refundação do trabalhismo” resultaria da revisão de Doutel de Andrade, com colaborações de Darcy Ribeiro e Uchoa Cavalcanti. O “novo trabalhismo”, forjado por readaptações impulsionadas por impactos do golpe/ditadura às esquerdas, experiências exílicas dos trabalhistas históricos, debates e demandas concernentes à redemocratização brasileira, teria como tônica o “socialismo democrático” europeu. Assim, apresenta-se como uma alternativa política sofisticada, não apenas para o Brasil, mas para o ocidente. Caracteriza a cultura política trabalhista renovada, ainda, o distanciamento do comunismo/marxismo. Orientada antes para a “conciliação” que para a “luta de classes”, passa a ter como insígnia, emblematicamente, uma “rosa”.

justiça social. Por certo, são esses longevos elementos denotativos da cultura política trabalhista, assim como, Getúlio Vargas, seu suicídio, sua carta-testamento, a crise sucessória de 1961, a vitória plebiscitária de 1963, o golpe de 1964, João Goulart etc., também recorrentes nas alocações de Darcy Ribeiro datadas do período de seu mandato no senado com vistas à legitimação das pautas ora encampadas pelos trabalhistas.

Portanto, Darcy Ribeiro encerra sua caminhada política demonstrando coerência não apenas a princípios e ideias que marcam sua projeção pública como ideólogo trabalhista na gestão de João Goulart. Mas, também, consciente fidelidade à cultura política trabalhista, em cuja dinamização, consolidação e difusão assume papel fundamental desde 1963. Afinal, prestes a deixar a vida que tanto aprecia e tão bem procura viver através de suas diversas peles, o antropólogo continua a afirmar, recorrentemente, sua identidade como trabalhista-pedetista e seu pertencimento à corrente política exponenciada por Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, a qual, tantas marcas relevantes imprime na história política contemporânea brasileira.

## Referências

### Fontes

**Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR). Memorial Darcy Ribeiro (MDR). Universidade de Brasília (UnB):**

DARCY RIBEIRO. Biografia. *In.: Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro.* Rio de Janeiro: FUNDAR, 2011. Disponível em: <http://www.fundar.org.br/fundar#acervo>. Acesso em: 03.12.2020

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO (FUNDAR). <http://www.fundar.org.br>. Acesso em: 03.12.2020.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. **Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro.** Rio de Janeiro: FUNDAR, 2011. Disponível em: <http://www.fundar.org.br/fundar#acervo>. Acesso em: 03.12.2020.

FUNDAR/MDR/UnB. **CARTA AO POVO.** DR jg gc 1963.07.11.

FUNDAR/MDR/UnB. **Carta de Darcy Ribeiro a Betty Meggers.** DR cg c MEGGERS, B.; EVANS, C. 1969.06.17.

FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE JOÃO GOULART EM 7 DE SETEMBRO DE 1963.** DR jg gc 1963.07.11.

FUNDAR/MDR/UnB. **DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO NA CHEFIA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (18.06.63).** DR jg gc 1963.04.21.

FUNDAR/MDR/UnB. **ENTREVISTA.** DR jg gc 1963.04.21.

FUNDAR/MDR/UnB. **ENTREVISTA.** DR jg gc 1963.07.11.

FUNDAR/MDR/UnB. **LEI DE ABOLIÇÃO DA TERRA.** DR jg gc 1961.08.25.

FUNDAR/MDR/UnB. **MENSAGEM DAS REFORMAS.** DR jg gc 1961.08.25.

FUNDAR/MDR/UnB. **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.** DR jg gc 1961.08.25.

FUNDAR/MDR/UnB. **PROMOTORIA DO ESTADO DA GUANABARA.** DR jg gc 1963.07.11.

FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DA DEFESA DO QUERELADO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

FUNDAR/MDR/UnB. **RAZÕES DO PROFESSOR DARCY RIBEIRO**. DR jg gc 1963.07.11.

**Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC):**

FGV. CPDOC. **A Campanha Presidencial de 1955**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/trajetoria-de-vida/10-campanha-presidencial-de-1955>. Acesso: 26.03.2020.

FGV. CPDOC. Abelardo Jurema. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-de-araujo-jurema>. Acesso: 14.04.2020.

FGV. CPDOC. Amauri Silva. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amauri-de-oliveira-e-silva>. Acesso: 14.04.2020.

FGV. CPDOC. **Carlos Lacerda**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>. Acesso: 31.08.2020.

FGV. CPDOC. **Carta-testamento** (cópia datilografada). GV c 1954.08.24/2. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>. Acesso: 15.05.2020.

FGV. CPDOC. COSTA, Celia Maria Leite. **A campanha presidencial de 1960**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A\\_campanha\\_presidencia\\_l\\_de\\_1960](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A_campanha_presidencia_l_de_1960). Acesso: 26.03.2020.

FGV. CPDOC. Darcy Ribeiro. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-darci>. Acesso: 17.04.2020.

FGV. CPDOC. **Departamento de Imprensa e Propaganda**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>. Acesso: 29.08.2019.

FGV. CPDOC. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso: 13.04.2020.

FGV. CPDOC. Evandro Lins. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/evandro-cavalcanti-lins-e-silva>. Acesso: 13.04.2020.

FGV. CPDOC. FERREIRA, Marieta Moraes. **As reformas de base**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base). Acesso: 09.11.2019.

FGV. CPDOC. FERREIRA, Marieta Moraes. **As reformas de base**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base). Acesso: 09.11.2019.

FGV. CPDOC. Hércules Correia. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hercules-correia>. Acesso: 05.05.2020.

FGV. CPDOC. José Gomes Talarico. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gomes-talarico>. Acesso: 05.05.2020.

FGV. CPDOC. LAMARÃO, Sérgio. **CARTA TESTAMENTO**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-testamento>. Acesso: 15.05.2020.

FGV. CPDOC. LAMARÃO, Sérgio. **Comício das reformas**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AconjunturaRadicalizacao/Comicio\\_das\\_reformas](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AconjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas). Acesso: 16.09.2020.

FGV. CPDOC. LAMARÃO, Sérgio. **INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (IBAD)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso: 16.02.2019.

FGV. CPDOC. MENANDRO, Heloísa. **Comício das reformas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comicio-das-reformas>. Acesso: 20.10.2020.

FGV. CPDOC. MENANDRO, Heloísa. **Reformas de base**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso: 23.09.2020.

FGV. CPDOC. **Ministério Presidencialista**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/ministerios/presidencialista>. Acesso: 12.04.2020.

FGV. CPDOC. Oliveira Brito. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-ferreira-de-oliveira-brito>. Acesso: 15.04.2020.

FGV. CPDOC. Paulo de Tarso. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/Paulo\\_de\\_Tarso](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/Paulo_de_Tarso). Acesso: 13.04.2020.

FGV. CPDOC. **RIBEIRO, Darcy**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Darcy%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 03.12.2020.

FGV. CPDOC. Waldir Pires. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-waldir-pires-de-sousa>. Acesso: 23.04.2020; José (2018).

**Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital Brasileira**  
(<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>):

### *Correio da Manhã:*

CORREIO DA MANHÃ. **EUA: “BRASIL À BEIRA DA REVOLUÇÃO**, Rio de Janeiro, sábado, 26 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45230](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45230). Acesso: 26.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **‘Em lugar de responder comunistas insultam’, declara Carlos Lacerda**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41541](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541). Acesso: 26.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **AINDA SEM DATA SAÍDA DE DARCI**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 15 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45881](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45881). Acesso: 01.09.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **As questões e a consciência**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41533](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41533). Acesso: 25.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **CÂMARA DIZ QUE SÍTIO É PERIGOSO E INJUSTIFICÁVEL**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44492](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44492). Acesso: 23.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41421](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41421). Acesso: 21.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **CHEFES MILITARES ADVERTEM LACERDA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44318](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44318). Acesso: 19.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **CL ATACA JANGO EM VIOLENTO DISCURSO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 27 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/46328](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/46328). Acesso: 05.09.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **CL DESACONSELHA AJUDA AO BRASIL**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44325](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44325). Acesso: 19.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **CL DIZ: SÓ ENTREGO O PODER LEGALMENTE**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44503](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44503). Acesso: 22.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41529](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41529). Acesso: 25.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Consultor geral acusa Lacerda**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41615](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41615). Acesso: 28.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **DARCI ACUSADO DE PROVOCAR DERROTAS**, Rio de Janeiro, domingo, 11 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42594](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42594). Acesso: 06.07.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Darci ataca de nôvo Lacerda e anuncia reunião em Recife**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41541](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541). Acesso: 26.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **DARCI CONFIRMA DANTON**, Rio de Janeiro, terça-feira, 12 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45788](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45788). Acesso: 30.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **DARCI VAI TER SUBSTITUTO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 6 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45586](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45586). Acesso: 29.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **DEPUTADO ACUSA JG DE QUERER NÔVO 37**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 6 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/45576](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/45576). Acesso: 28.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Fabricantes de crises serão combatidos, diz ministro da Educação**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41541](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541). Acesso: 26.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **FALA DA OPOSIÇÃO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41530](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41530). Acesso: 25.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Governo é chamado de vacilante por facilitar ação de “velhos golpistas”**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41530](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41530). Acesso: 25.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Govêrno pode acusar Lacerda**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42018](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42018). Acesso: 01.07.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **GOVERNO REITERA OPÇÃO: REFORMAS OU REVOLUÇÃO**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/48759](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/48759). Acesso: 27.09.2019.

CORREIO DA MANHÃ. **INTERVENÇÃO NA GB ADAUTO DIZ PROVAR**, Rio de Janeiro, sábado, 27 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42092](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42092). Acesso: 01.07.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **JG IRONIZA ACUSAÇÕES DE LACERDA**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/46341](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/46341). Acesso: 06.09.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA ATACA SEGUIDORES DE VARGAS EM SÃO GABRIEL**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41964](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41964). Acesso: 30.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA CULPA COMUNISTAS POR DISTÚRBIOS NO RG SUL**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42018](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42018). Acesso: 01.07.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **LACERDA NÃO CRÊ EM ELEIÇÕES EM 1965**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41990](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41990). Acesso: 30.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Lacerda Quer Provas Em 24h**, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498). Acesso: 22.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **MAGALHÃES PINTO: JANGO TRAI A LEGALIDADE**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 1 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/50193](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/50193). Acesso: 30.10.2020.

CORREIO DA MANHÃ. **MANIFESTAÇÃO AO PAÍS DO GOVERNADOR DA GB**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/47972](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/47972). Acesso: 19.09.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **MINISTRO ACUSA CL DE ASSUSTAR NAÇÃO**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/47935](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/47935). Acesso: 18.09.2019.

CORREIO DA MANHÃ. **Ministro da Justiça acusa Lacerda de marcar golpe para agôsto**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41564](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41564). Acesso: 27.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **O GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41498](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498) e [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41512](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512). Acesso: 22.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Operários contra “má imprensa”**, Rio de Janeiro, terça-feira, 16 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41725](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41725). Acesso: 29.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Oposição planeja hoje ataque às contas do governador da Guanabara**, Rio de Janeiro, terça-feira, 30 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/42218](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/42218). Acesso: 01.07.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Pesquisa Nacional dá 82% a favor da reforma agrária**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41607](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41607). Acesso: 18.02.2019.

CORREIO DA MANHÃ. **Professor Gondim Neto chama Darci Ribeiro de minifundiário da cultura**, Rio de Janeiro, domingo, 14 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41637](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41637). Acesso: 28.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **RESPONDE O GOVERNO**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/41530](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41530). Acesso: 25.06.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **Ryff chama atentado de novela**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 10 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44663](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44663). Acesso: 28.08.2018.

CORREIO DA MANHÃ. **UDN QUER APURAR ATENTADO CONTRA LACERDA**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 10 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_07/44663](http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/44663). Acesso: 28.08.2018.

### ***Jornal do Brasil:***

JORNAL DO BRASIL. **Carvalho Pinto apreensivo**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41643](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41643). Acesso: 12.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Govêrno do Estado Acha que Comício Dia 23 é Provocação**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 14 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42913](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42913). Acesso: 21.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Ministro diz que níveis do salário mínimo vão ser revistos**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41677](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41677). Acesso: 18.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **PEDRO MÜLLER informa**: militares que serão ouvidos no inquérito, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de julho de 1963, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41914](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41914). Acesso: 21.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Trabalhadores Saíram em Passeata Com Cartazes Pedindo as Reformas**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43236](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43236). Acesso: 24.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **“Nossa luta está perdida”, disse assessor de Goulart querendo deixar Brasília**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51610](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51610). Acesso: 17.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **40 mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 11.05.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Ademar vê plano de agitação com o comício e compra novo travesseiro para dormir bem**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50792](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50792). Acesso: 05.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Alcrino com a Legalidade**, Rio de Janeiro, terça-feira, 16 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41862](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41862). Acesso: 20.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Armando Falcão adverte que João Goulart prepara golpe**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 21 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46341](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46341). Acesso: 28.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **ARMAS NOVAS E 40 MIL HOMENS NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO**, Rio de Janeiro, sábado, domingo e segunda, 7, 8 e 9 de setembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43768](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43768). Acesso: 19.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **BADGER CENSURA LACERDA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 16 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41852](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41852). Acesso: 21.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Bilac Pinto reforça denúncia**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48853](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48853). Acesso: 19.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Brizola Viajou Para o Sul e Não Virá ao Comício Dia 23**, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43117](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43117). Acesso: 22.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Brizola: Constituinte**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Brunini encerra sessão da Assembléia após atrito com Ib, sendo Lacerda o pivô**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 19 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41944](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41944). Acesso: 22.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Câmara aceita com alívio retirada sítio**, Rio de Janeiro, terça-feira, 8 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44809](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44809). Acesso: 12.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **CARTA AO POVO**, Rio de Janeiro, domingo, 7, e segunda-feira, 8 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41505](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41505). Acesso: 04.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **CGT informa que é contra o sítio “por princípio” e ataca Lacerda e Ademar**, Rio de Janeiro, domingo, 6 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44818](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44818). Acesso: 12.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **CHEFES MILITARES VÊM LACERDA COMO AGITADOR**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44650](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44650). Acesso: 08.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Cinco Ministros civis tomam posse hoje**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40777](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40777). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Coluna do Castello**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40780](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40780). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Coluna do Castello**: Inquérito policial-militar sobre atividades do IBAD, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41672](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41672). Acesso: 17.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Coluna do Castello**: não há conspiração ativa, mas atitude de resistência, Rio de Janeiro, domingo, 21 de julho de 1963, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41996](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41996). Acesso: 26.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Comentário**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41656](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41656). Acesso: 17.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Consultor-Geral defende Governo advertindo que não haverá 'novo agosto'**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41729](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41729). Acesso: 26.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **CORDÃO DE METRALHADORAS, Fôrça bélica impõe sorte ao dia treze e HORA DAS EXIGÊNCIAS**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50806](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50806). Acesso: 24.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Cronômetro do Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50795](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795). Acesso: 24.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **D. Maria “Xepeira”, que cozinha para pescadores há 40 anos, ganhou fogão**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41887](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41887). Acesso: 21.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Danilo faz denúncia denuncia: intervenção**, Rio de Janeiro, domingo, 14 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41761](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41761). Acesso: 20.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Danilo Nunes denuncia 'uma união de fôrças para destruir Lacerda'**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41727](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41727). Acesso: 25.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Darci acusa de nôvo Ademar e Lacerda de conspirarem para deposição de Goulart**, Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/45748](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/45748). Acesso: 22.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Darci fala de escravatura**, Rio de Janeiro, terça-feira, 03 de março de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50398](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50398). Acesso: 08.04.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Darci repele acusações de Bilac a quem chama “poeta dos contemplados”**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48853](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48853). Acesso: 19.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Darci repete Vargas ao dizer que o povo não será escravo de ninguém**, Rio de Janeiro, domingo, 22 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51223](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51223). Acesso: 15.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Darci replica**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41671](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41671). Acesso: 17.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Darci Ribeiro afirma que Democracia surgiu definida mas envelhece com o tempo**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 10 de janeiro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48551](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48551). Acesso: 14.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Darci Ribeiro demitiu-se, mas fica no cargo até Goulart achar substituto**, Rio de Janeiro, terça-feira, 20 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43118](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43118). Acesso: 04.08.2018.

JORNAL DO BRASIL. **DARCI RIBEIRO**. Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Darci vai resistir no pôsto**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51611](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51611). Acesso: 19.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Discurso de Badger**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Eleitores votariam agora em Lacerda para a presidência**, Rio de Janeiro, domingo, 21, e segunda-feira, 22 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42009](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42009). Acesso: 26.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Elói promete banimento**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Em Tempo**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50766](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50766). Acesso: 04.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Esquerdam acham que se trama golpe de Estado com técnica de surpresa**, Rio de Janeiro, domingo, 27 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/45631](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/45631). Acesso: 22.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Exército Ocupa a Cidade Para Garantir Um Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43248](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43248). Acesso: 27.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart assina em horas o decreto dos aluguéis**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50794](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794). Acesso: 24.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart assina Lei de Remessas e repele golpe**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48849](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48849). Acesso: 19.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart Decreta a Desapropriação de Terras, Encampa Refinarias e Pede Nova Constituição**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50791](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50791). Acesso: 24.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart desiste de nomear Jobim e pede a Darci para dinamizar Gabinete Civil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 8 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46078](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46078). Acesso: 25.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart está fora da lei, diz Lacerda**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 19 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51120](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51120). Acesso: 11.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart falará para todo o País no 7 de Setembro para fazer balanço de governo**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 de setembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43694](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43694). Acesso: 01.04.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart lança manifesto para afirmar que vai resistir**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51611](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51611). Acesso: 19.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart Promete Reformas Dentro De Um Ano Em Comício Garantido Por 15 Mil Soldados**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43233](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43233). Acesso: 22.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Goulart: Reforma Só Com Emenda da Carta**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Governo denuncia conspiração de Ademar e Lacerda**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44653](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44653). Acesso: 08.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **GOVÊRNO FEDERAL AMEAÇA PUNIR LACERDA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41609](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41609). Acesso: 10.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Governo paulista dá nota acusando Jurema de querer intervenção em S. Paulo**, Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/45748](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/45748). Acesso: 22.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Govêrno resolve pedir estado de sítio**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 4 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44744](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44744). Acesso: 10.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Govêrno responde a Lacerda fazendo ameaças de punição**, Rio de Janeiro, Terça-feira, 9 de julho de 1963, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41612](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41612). Acesso: 10/04/2018.

JORNAL DO BRASIL. **Govêrno vai estudar fala de Lacerda**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42155](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42155). Acesso: 03.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Greve no sul contra Lacerda**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42097](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42097). Acesso: 28.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Incoerências**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40782](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40782). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Jair adverte que assumirá comando efetivo do Exército**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40780](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40780). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Jair diz que estrutura arcaica asfixia o País**, Rio de Janeiro, sábado, domingo e segunda, 7, 8 e 9 de setembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43768](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43768). Acesso: 19.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda acusa Governo de tentar golpe**, Rio de Janeiro, sábado, 18 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48849](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48849). Acesso: 19.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda dá prazo de 1 mês para Goulart dar o golpe**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 22 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46648](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46648). Acesso: 28.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda envia pêsames**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41643](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41643). Acesso: 12.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda não acredita em golpe e admite sua candidatura à sucessão de Goulart**, Rio de Janeiro, domingo, 28 de julho de 1963, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42252](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42252). Acesso: 06.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda não sabe como vão derrubá-lo sem pular por cima da lei e do povo**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41911](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41911). Acesso: 21.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda processa Darci**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41729](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41729). Acesso: 12.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda reafirma no Rio acusações a Brizola, aos comunistas e Petrobrás**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 25 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42158](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42158). Acesso: 03.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda responde aos Ministros: a crise está no Governo**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44682](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44682). Acesso: 10.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda responsabiliza os comunistas pelos incidentes**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42130](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42130). Acesso: 29.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda teme um golpe**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 17 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48821](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48821). Acesso: 18.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda vai processar Chefe da Casa Civil**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/4164](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/4164). Acesso: 12.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Lacerda voltará hoje após série de incidentes em Pôrto Alegre**, Rio de Janeiro, terça-feira, 23 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42099](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42099). Acesso: 25.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Maioria do eleitorado com Lacerda**, Rio de Janeiro, domingo, 21, e segunda-feira, 22 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41993](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41993). Acesso: 26.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Mensagem – Ultimato**, Rio de Janeiro, terça-feira, 17 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/51054](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51054). Acesso: 09.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Mensagem A Sua Majestade Imperial, D. Pedro I**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 de setembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43735](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43735). Acesso: 01.04.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Militares atacam o comunismo**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41727](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41727). Acesso: 25.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Ministério supera de fato o Ato Adicional**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40782](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40782). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça acusa Lacerda de transgredir a lei para subverter o País**. Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41672](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41672). Acesso: 17/04/2018.

JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça fica no Rio para reprimir manifestações de Lacerda**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Ministro da Justiça vai enquadrar crimes de Lacerda**. Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41643](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41643). Acesso: 12.04.1963.

JORNAL DO BRASIL. **MOÇÃO PRÓ-LACERDA**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41909](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41909). Acesso: 21.06.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Ney e Ryff negam saída de Darci**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43207](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43207). Acesso: 05.08.2018.

JORNAL DO BRASIL. **O devedor**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40782](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40782). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **O Governador Carlos Lacerda teve em Londrina, uma recepção calorosa.** Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41613](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41613). Acesso: 11.05.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Oposição se arma contra golpe,** Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48999](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48999). Acesso: 20.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Os inelegíveis,** Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50796](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50796). Acesso: 05.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Para Lacerda intervenção só dá morte,** Rio de Janeiro, domingo, 6 de outubro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/44809](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/44809). Acesso: 11.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Pedro Aleixo acusa Goulart de endossar a subversão,** Rio de Janeiro, domingo, 15 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50823](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50823). Acesso: 07.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **PEDRO MÜLLER informa:** Crisanto faz inquérito, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42134](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42134). Acesso: 03.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **PEDRO MÜLLER INFORMA:** Crise militar não está contida, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41648](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41648). Acesso: 12.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **PEDRO MÜLLER informa:** Salários afundam indústria naval, Rio de Janeiro, domingo, 28 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/42256](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/42256). Acesso: 16.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Problemas pendentes,** Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40782](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40782). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Processos civil e penal contra Darci Ribeiro já distribuídos a Juízes,** Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41727](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41727). Acesso: 25.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Professores denunciam Goulart e comunistas,** Rio de Janeiro, sábado, 4 de janeiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/48341](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/48341). Acesso: 13.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Proibida pelo Ministro da Justiça retransmissão do pronunciamento de Lacerda.** Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41612](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41612). Acesso: 10.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Quarenta mil pessoas na concentração**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/43235](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/43235). Acesso: 22.03.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Resposta ao desafio**, Rio de Janeiro, domingo, 15 de março de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/50826](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50826). Acesso: 09.10.2020.

JORNAL DO BRASIL. **Ryff diz que Darci não sai**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 14 de novembro de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/46341](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/46341). Acesso: 27.10.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Sem reforma Darci só vê revolução**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/49719](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/49719). Acesso: 31.03.2019.

JORNAL DO BRASIL. **Sobral Pinto denuncia conspiração do governo em carta a Darci**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_08/41702](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/41702). Acesso: 17.04.2018.

JORNAL DO BRASIL. **Tomam posse hoje em Brasília cinco primeiros Ministros civis nomeados**, Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de junho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/40779](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/40779). Acesso: 19.07.2018.

JORNAL DO BRASIL. **TUPI-GUARANI**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de julho de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/41704](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/41704). Acesso: 24.04.2018.

### *Última Hora:*

ÚLTIMA HORA. **Êxito do Comício Garantido: Agitação é só Boato**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 09 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97876>. Acesso: 19.09.2020.

ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR: Exército Garante Comício do Presidente**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89933>. Acesso: 10.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **REPÚDIO GERAL EM TODO PAÍS ÀS DECLARAÇÕES ANTINACIONAIS DE LACERDA À IMPRENSA ESTRANGEIRA**, Niterói, quarta-feira, 2 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95089>. Acesso: 10.12.2018.

ÚLTIMA HORA. **“COMÍCIO DAS REFORMAS” LEVA À CENTRAL MILHARES DE PESSOAS. Jango Encampa Refinarias e Desapropria Latifúndios**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98054>. Acesso: 20.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **“Lacerda quer o golpe e o falso martírio”**. HERMES LIMA **RESPONDE AOS INSULTOS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 5 de abril de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=87881>. Acesso: 17.08.2020.

ÚLTIMA HORA. **Câmara Discute a Mensagem Sobre o Estado de Sítio**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95133>. Acesso: 14.12.2018.

ÚLTIMA HORA. **CL & Freud**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 11 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89248>. Acesso: 15.11.2018.

ÚLTIMA HORA. **Comício, Sírio e Outras**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98109>. Acesso: 22.09.2020.

ÚLTIMA HORA. **DARCI MOSTRA GOVÊRNO E DIZ – NADA DETERÁ REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97252>. Acesso: 21.05.2019.

ÚLTIMA HORA. **DARCI RIBEIRO ADVERTE O GOVERNO GOLPISTA DA GB: 'AGOSTADAS' CONTRA GETÚLIO E JÂNIO NÃO SE REPETIRÃO**, Rio de Janeiro, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89212>. Acesso: 22.01.2019.

ÚLTIMA HORA. **Darci Ribeiro Responde Aos Golpistas: JANGO CONSPIRA, SIM, MAS COM O POVO E A FAVOR DA DEMOCRACIA**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 14 de fevereiro de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97249>. Acesso: 18.05.2019.

ÚLTIMA HORA. **DARCI RIBEIRO: LACERDA CONSPIRA PARA ROUBAR MANDATO QUE O POVO DEU A JANGO**, Niterói, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89213>. Acesso: 12/11/2018.

ÚLTIMA HORA. **DARCY: - REFORMA AGRÁRIA LEMBRA LUTA ABOLICIONISTA**, Rio de Janeiro, terça-feira, 03 de março de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97732>. Acesso: 28.05.2019.

ÚLTIMA HORA. **Darcy: Jango é Garantia Para o Desenvolvimento Pacífico**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95133>. Acesso: 14.12.2018.

ÚLTIMA HORA. **DRAMÁTICA ADVERTÊNCIA DO CHEFE DA CASA CIVIL: GOVÊRNO FEDERAL ALERTA NAÇÃO CONTRA NÔVO GOLPE DE LACERDA**, Niterói, terça-feira, 9 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/94090>. Acesso: 12.11.2018.

ÚLTIMA HORA. **ELEITO O “GORILA 63” EM PLEITO MEMORÁVEL**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 09 de janeiro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/96355>. Acesso: 13.05.2019.

ÚLTIMA HORA. **EXÉRCITO GARANTIRÁ O COMÍCIO DAS REFORMAS HOJE ÀS 17,30 NA CENTRAL**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98021>. Acesso: 24.10.2020.

ÚLTIMA HORA. **Fala de Darci Funcionou Cento por Cento**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 11 de julho de 1963, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89246>. Acesso: 15.11.2018.

ÚLTIMA HORA. **GOVERNO E POVO HOJE NAS RUAS PELAS REFORMAS**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **GUERRA AO GOLPE**, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89228>. Acesso: 13/11/2018.

ÚLTIMA HORA. **IBAD GASTOU CR\$ 5 BILHÕES PARA COMPRAR DEPUTADOS E CORROMPER A OPINIÃO PÚBLICA**, Niterói, sexta-feira, 5 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/94050>. Acesso: 09.11.2018.

ÚLTIMA HORA. **Jair, no Dia da Independência: - Reformas Não Podem Ser Adiadas**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90169>. Acesso: 18.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **Jango Dedicará o Comício à SUPRA**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **Jango, Perante 100 Mil Pessoas: – Ninguém Arrancará do Povo a Bandeira de Vargas**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89943>. Acesso: 11.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **Jango: - Crises Antinacionais Não Param o Brasil**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 9 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90189>. Acesso: 18.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98056>. Acesso: 21.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **João Goulart: - Comício Não Ameaça o Povo; A Fome, Sim**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 12 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97990>. Acesso: 19.09.2020.

ÚLTIMA HORA. **JORNAIS & PROBLEMAS:** Encontro Com Getúlio, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 de setembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89929>. Acesso: 10.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **JUREMA: GRAVÍSSIMOS ACONTECIMENTOS INQUIETAM A NAÇÃO E AMEAÇAM A PAZ**, Rio de Janeiro, sábado, 5 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95133>. Acesso: 14.12.2018.

ÚLTIMA HORA. **Lacerda Fechou Escolas e Comércio Para Torpedear Comício**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89946>. Acesso: 12.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **MINISTROS MILITARES: LACERDA É UM TRAIADOR**, Niterói, terça-feira, 1 de outubro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/95074>. Acesso: 10.12.2018.

ÚLTIMA HORA. **Ódio à Verdade, Provocação & Bilis**, Rio de Janeiro, sexta, 23 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89930>. Acesso: 10.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **Oposição Agora Quer o “Impeachment” de Jango**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98072>. Acesso: 24.09.2020.

ÚLTIMA HORA. **Oposição na Faixa do Terror Contra o Comício**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020.

ULTIMA HORA. **ORADORES: – PAÍS EXIGE REFORMAS**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/89943>. Acesso: 22.05.2020.

ÚLTIMA HORA. **PLANTÃO MILITAR:** Conjuntura Nacional Revive Caxias e Vargas, Rio de Janeiro, segunda-feira, 26 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89965>. Acesso: 14.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **Povo, Tanques, Jango e Democracia**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/98076>. Acesso: 22.09.2020.

ÚLTIMA HORA. **Presidente Goulart: – A Constituição Deve Ser Revisada. FOI O MAIOR COMÍCIO DA HISTÓRIA DO BRASIL. O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA**, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98053>. Acesso: 24.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **Tanques Garantem a Marcha do Povo Para a Cinelândia**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89948>. Acesso: 12.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **Trabalhadores nas ruas festejam o Dia de Vargas**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89948>. Acesso: 12.03.2020.

ÚLTIMA HORA. **VALDIR PIRES: LACERDA É O ETERNO VICIADO NO GOLPISMO**, Rio de Janeiro, sábado, 13 de julho de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89277>. Acesso: 19.11.2018.

### *Outros periódicos:*

A NOITE. **“GETÚLIO VARGAS: DESCANSA. O POVO BRASILEIRO HÁ DE COMPLETAR A TUA OBRA”**, Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1963\\_17299.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1963_17299.pdf). Acesso: 05.05.2020.

EL PAIS. **Bolsonaro a milhares em euforia: “Vamos varrer do mapa os bandidos vermelhos”**. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319\\_752998.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/actualidad/1540162319_752998.html). Acesso: 11.09.2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment**, diz OAB. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>. Acesso em: 11/09/2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Brincando com fogo**, São Paulo, sexta-feira, 23 de agosto de 1963. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?anchor=4976693&pd=db3cecd34e7a0d41730473314858ae0e>. Acesso: 13.05.2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Leia na íntegra o discurso de Dilma Rousseff após o impeachment**. 31.08.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1809106-leia-na-integra-o-discurso-de-dilma-rousseff-apos-o-impeachment.shtml>. Acesso: 10.09.2019.

### **Documentos diversos:**

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart>. Acesso: 18.03.2020.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso: 19.02.2021.

GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964.

GOULART, João. **Pela rêde de radiodifusão de ‘A Voz do Brasil’, no Dia da Pátria**. Brasília, 7 de setembro de 1962. *In.*: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1962/36.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020.

GOULART, João. **Perante o Congresso Nacional, ao assumir a Presidência da República**. Brasília, 7 de setembro de 1961. *In.*: BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/01.pdf/view>. Acesso: 18.03.2020.

MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). **Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil**. *In.*: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 79-89.

MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009.

MEMORIAL da DEMOCRACIA. **ATO 1 DA DITADURA RASGA A CONSTITUIÇÃO: Comando Supremo cassa mandatos e impõe ‘eleição’ de**<http://memorialdemocracia.com.br/card/ato-1-da-ditadura-rasga-a-constituicao> presidente pelo Congresso. Disponível em: Acesso: 13.01.2021.

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. IV, nº 1, Abril, 1996, Encarte Tendências. p. 1-28. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH3R6gwNQ\\_MDA\\_da9ad\\_/Encartev4n1.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMH3R6gwNQ_MDA_da9ad_/Encartev4n1.pdf). Acesso: 02.04.2019.

#### **Audiovisual:**

RODA VIVA. **Darcy Ribeiro**. 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6r7QDo9yHJk>. Acesso: 2 de set. de 2018.

RODA VIVA. **Jair Bolsonaro**. 30/07/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>. Acesso: 11.09.2019.

TV BRASIL. **O Brasil de Darcy Ribeiro**. Disponível em: <https://tvbrasil.etc.com.br/o-brasil-de-darcy-ribeiro>. Acesso: 31.01.2021.

## Bibliografia

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *In.*: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. v. 5. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BARROS, José D'Assunção. Uma profusão de Domínios (A Biografia). *In.*: **O campo da história: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 186-205.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In.*: RIOUX & SIRINELLI (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988. p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. *In.*: MAUAD, Ana Maria; AZEVEDO, Cecília (org). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-47.

BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. *In.*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In.*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 183-191.

BRAVO, Álvaro Fernández. Discusión bibliográfica: Nuevas contribuciones para una teoría de las redes culturales. **Cuad. CILHA** [online]. 2011, vol.12, n.1, pp. 209-215. ISSN 1852-9615. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ccilha/v12n1/v12n1a12.pdf>. Acesso em: 16/08/2017.

CARVALHO, Bruno Guedes de. **NAS PRENSAS E NOS QUARTÉIS: as demandas dos militares subalternos através da coluna “Plantão Militar” (1957-1954)**. Dissertação (Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1765.pdf>. Acesso: 18.02.2021.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COELHO, Haydée Ribeiro (Org.). **Las memorias de la memoria: el exilio de Darcy Ribeiro: entrevistas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

COELHO, Haydée Ribeiro; ROCCA, Pablo (Orgs.). **Diálogos latino-americanos: correspondência entre Ángel Rama, Berta e Darcy Ribeiro**. São Paulo: Global, 2015.

COELHO, Haydée Ribeiro. O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 221-225.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In.*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 213-239 (O Brasil Republicano; 2).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.484-503, Julho 2005.

DEVES-VALDÉS, Eduardo, “Las redes de la intelectualidad periférica entre 1920 y 1940: Intento de una cartografía y de un planteamiento teórico.” **Cuad. CILHA** [online]. 2011, vol.12, n.1, pp. 92-108. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ccilha/v12n1/v12n1a05.pdf>. Acesso em: 16/08/2017.

DORIGÃO, Antônio Marcos. **Darcy Ribeiro e a reforma da universidade: autonomia, intencionalidade e desenvolvimento**. 2015. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2015.

ESPECHE, Ximena, “Lo rioplatense en cuestión: el semanario Marcha y la integración (1955-1959).” **Cuad. CILHA** [online]. 2011, vol.12, n.1, pp. 153-172. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ccilha/v12n1/v12n1a08.pdf>. Acesso em: 16/08/2017.

FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas. **Revista Estudos Históricos**. v. 3. n. 6. Rio de Janeiro, 1990. p. 180-195.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. *In.*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a (O Brasil Republicano; 3). p. 15-46.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe. *In.*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b (O Brasil Republicano; 3). p. 345-404.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular**. 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In.*: FERREIRA (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945. *In.*: **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. p. 19-95.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONSECA, Rubem. **Agosto.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GILMAN, Claudia. **Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario em América Latina.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *In.*: FERREIRA (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

GOMES, Mércio Pereira. **Darcy Ribeiro.** São Paulo: Ícone, 2000 (Pensamento Americano).

HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, nº 36, julho-dezembro de 2005, p. 43-58.

HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. **História, Ciências, Saúde,** Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p. 261-282.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro.** Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

HURTADO, Selnich Vivas. Redes intelectuales en la construcción de la Biblioteca Ayacucho. *In.*: HURTADO, Selnich Vivas (coord.). **Utopías móviles. Nuevos caminos para la historia intelectual en América Latina.** Bogotá: Diente de León Editor: Universidad de Antioquia. Facultad de Comunicaciones, 2014. p. 246-263.

JOSÉ, Emiliano. **Waldir Pires: uma biografia.** v. 1. Rio de Janeiro: Versal, 2018.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista Estudos Históricos.** v. 13. n. 24, 1999. p. 227-250.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In.*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral.** 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 167-182.

LEVILAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. *In.*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In.*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARLETTI, Carlo. Intelectuais. *In.*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giofranco. **Dicionário de política**. 11ª ed. Vol. 1. Brasília: UnB, 1998. p. 637-640.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2005. 102 p.

MATTOS, André Luís Lopes Borges. **Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)**. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2007.

MERBILHAÁ, Margarita. El estudio de las formas materiales de la sociabilidad intelectual: Algunas cuestiones metodológicas en torno a las redes entre escritores latinoamericanos en Europa (1895-1914). **VIII Congreso Internacional Orbis Tertius de Teoría y Crítica Literaria**. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria, La Plata, 2012. Disponível em: <http://citclot.fahce.unlp.edu.ar/viii-congreso/actas-2012/Merbilhaa-%20Margarita.pdf/view?searchterm=merbil> . Acesso em: 14/09/2017.

MOREIRA, João Paulo Aprígio. **Um trabalhista na Nova República: pensamento político e atividade parlamentar do senador Darcy Ribeiro (1991-1997)**. 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015 (Humanidades).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. *In.*: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 15-37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e a ditadura militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In.* MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 13-37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000.368 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião, **Revista Tempo**, Volume 20, 2014, p. 1-21. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt\\_1413-7704-tem-1980-542X-2014203627.pdf](https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-1980-542X-2014203627.pdf). Acesso: 19.02.2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o Golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O conceito de cultura política. *In.*: **Anais do X Encontro Regional da ANPUH/MG**. Mariana/MG, 1996. p. 83-91.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PACHECO, Diego. **O vermelho das rosas: cultura política e trabalhistas em Santa Catarina na segunda metade do século XX**. 2018. 164 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2018.

PEREIRA, Laurido Mékie. Importância e limite da democracia na cultura política brasileira, **Tempos Históricos**, Volume 21, 1º Semestre de 2017, p. 356-384. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/15607/11380>. Acesso em: 07 de out. de 2019.

PERTELE, Patricia. Da política à literatura: o percurso de Ignazio Silone. **ALEA**, vol. 11, nº 1: p. 99-110, Janeiro-Junho 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alea/v11n1/v11n1a09.pdf>. Acesso: 19.01.2020.

PINHEIRO, Lucas Miranda. **“El ingenioso caballero” Darcy Ribeiro: a trajetória de um “intelectual andante” na cultura política utópica do Brasil e da América Latina**. 2012. 249 f. Tese de doutorado (História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca/SP, 2012.

PINHEIRO, Lucas Miranda. **Darcy Ribeiro e a América Latina: um pensamento em busca da identidade e da autonomia latino-americanas**. 2006. 210 f. Dissertação (História) – Faculdade de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca/SP, 2006.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz 50 anos: história e cultura política nacional-estatista. *In.*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 11-29.

REIS, José Carlos. A visão mineira do Brasil: o “tempo inconfidente” e a obra histórico-antropológica de Darcy Ribeiro. *In.*: **As identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2017. p. 295-376.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIBEIRO, Darcy. **Ensaio insólitos**. Porto Alegre/RS: L & PM Editores, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. **Maíra**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996 [1989].
- RIBEIRO, Darcy. **Migo**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S. A., 1988.
- RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como Problema**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995a.
- RIBEIRO, Darcy. **O mulo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995b.
- RIBEIRO, Darcy. **Tempos de turbilhão: relatos do golpe de 64**. São Paulo: Global, 2014.
- RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro [1990]. Disponível em: <http://afoicecomartelo.com.br/posfsa/Autores/Ribeiro,%20Darcy/Darcy%20Ribeiro%20-%20Testemunho.pdf>. Acesso em: 18.06.2017.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Editora Alameda, 2010.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. *In.*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. P. 187-205.
- SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In.*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. *In.*: AMADO, Janina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 7ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 131-137.
- SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. **La política del destierro y el exilio en América Latina**. México: FCA, 2013.
- THOMPSON, Edward Palmer. A formação da Classe Operária Inglesa. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Oficina da História).
- TODOROV, Tzevan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. *In.*: QUADRAT, Samanta Viz (Org.). **Caminhos cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 11-30.